



Versão consolidada, com alterações até o dia 17/12/2018

## LEI COMPLEMENTAR Nº 163, de 12 de dezembro de 2006.

(Vide regulamentação dada pela Lei nº 5017/2010)

### "DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL, Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar, que institui o Plano Diretor para o município de Rio do Sul e dá outras providências.

#### TÍTULO I

#### DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

#### Capítulo I

#### DA FUNDAMENTAÇÃO E DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Esta Lei, com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil, em especial no exercício das competências estabelecidas pelos seus artigos 30, 182 e 183, na Lei Federal nº 10257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Orgânica do Município de Rio do Sul - SC, dispõe sobre o Plano Diretor, estabelecendo as normas, os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação.

**Art. 2º** O Desenvolvimento Urbano e o Ordenamento Territorial do Município de Rio do Sul será regido por esta Lei Complementar e pelas Leis Complementares de Uso do Solo, das Edificações, Parcelamento do Solo e Posturas, que juntas compõem o seu Plano Diretor Físico-Territorial.

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei, o território do município fica dividido em:

I - área Rural - área ainda não ocupada ou não destinada para fins de ocupação de atividades urbanas, admitindo-se, porém, atividades de caráter rural e seus congêneres;

II - área Urbana - área descrita e contida dentro dos limites do Perímetro Urbano, destinada prioritariamente às atividades de caráter urbano, em especial as residenciais, comerciais e industriais.

**Art. 4º** O Plano Diretor Físico-Territorial do Município de Rio do Sul é composto dos seguintes códigos:

I - Código de Diretrizes Urbanísticas (LC 54/2.000), que fixa os objetivos gerais, as diretrizes e

estratégias para o desenvolvimento urbano do município.

II - Código de Edificações (LC 07/95), que regulamenta as construções, especialmente com vistas à sua habitabilidade, segurança e conforto ambiental.

III - Código de Parcelamento do Solo (LC 08/95), que regula e fixa diretrizes para o fracionamento do solo urbano.

IV - Código de Uso do Solo (LC 10/95), que estabelece o zoneamento territorial do município, segundo os usos predominantes, e estabelece os índices de ocupação de acordo com a capacidade de infra-estrutura urbana existente e as características ambientais e sócio-econômicas.;

V - Código de Posturas (LC 09/95), que regulamenta as ações dos munícipes com vistas ao convívio comunitário, à salubridade e segurança pública.

## Capítulo II

### DAS POLÍTICAS E DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO

#### SEÇÃO I

##### DAS DIRETRIZES URBANÍSTICAS

**Art. 5º** A presente Lei tem como meta ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais do município e da propriedade urbana, mediante a implementação das diretrizes especificadas nos artigos 6 a 25 desta lei complementar, e ainda:

I - a garantia do desenvolvimento do município pautado no equilíbrio entre o crescimento demográfico-econômico e a garantia do bem-estar da população urbana e rural;

II - o estabelecimento de processo contínuo, integrado e participativo de planejamento e gestão entre o governo municipal e a comunidade;

III - a instituição das regiões administrativas - as Unidades de Planejamento - e a participação de outras entidades não governamentais, como parâmetro de acessibilidade aos programas, serviços, infra-estrutura e equipamentos urbanos;

IV - a elevação da qualidade de vida da população, particularmente no que se refere à saúde, à educação, às condições habitacionais, à infra-estrutura e aos serviços públicos, de forma a promover a inclusão social, reduzindo as desigualdades sociais;

V - a prevenção contra distorções e especulação da propriedade urbana, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade e da cidade;

VI - a promoção da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infra-estrutura urbana;

VII - o equilíbrio entre a organização espacial, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento sócio-econômico;

VIII - a elevação da qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação, proteção e recuperação do

meio ambiente e do patrimônio cultural e paisagístico;

IX - a promoção da comunicação ampla para construção e manutenção de bancos de dados, cadastros urbanos, parâmetros e indicadores, que permitam o monitoramento e a avaliação sistemática do desenvolvimento urbano e rural, garantindo plena acessibilidade desses dados a todo cidadão.

## SEÇÃO II

### DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

**Art. 6º** São diretrizes do Uso e Ocupação do Solo para o município de Rio do Sul:

I - estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo no município, tendo em vista o equilíbrio e a coexistência das relações do homem com o meio ambiente, garantindo às presentes e futuras gerações o direito ao meio ambiente equilibrado e à vida em uma cidade com desenvolvimento sustentável;

II - Promover, através de um regime urbanístico adequado, a qualidade de valores estéticos, paisagísticos, naturais, culturais e próprios da região do Alto Vale do Itajaí, e em particular da sede do município;

III - Prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo urbano, como medida para a gestão do bem-estar público e da oferta de serviços públicos, de equipamentos urbanos e comunitários, adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais, visando um crescimento ordenado;

IV - Compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, dentro de determinadas frações do espaço urbano;

V - Impedir a ocupação de locais inadequados, que coloquem em risco os recursos naturais e a segurança da população;

VI - Evitar o crescimento desordenado do município, integrando as atividades de caráter urbano e as rurais, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico, evitando a retenção especulativa de imóveis urbanos, os assim chamados vazios urbanos, geradores de alto custo de urbanização;

VII - Assegurar e orientar a ocupação efetiva e o adensamento populacional das áreas urbanizadas, assim como as áreas prioritárias para urbanização, de forma a racionalizar os recursos disponíveis para infra-estrutura;

VIII - Consolidar o município de Rio do Sul como centro polarizador do Alto Vale do Itajaí;

IX - Proporcionar em toda zona urbana os espaços necessários para instalação de equipamentos comunitários básicos com maior eficácia social e maior eficiência econômica para atender a população atual e futura;

X - Compatibilizar e coordenar objetivos e ações municipais com os objetivos e ações estaduais e federais;

XI - Compatibilizar a ocupação das edificações sobre lotes urbanos de forma a não se prejudicarem entre si;

XII - Incentivar o adensamento das regiões bem servidas de infra-estrutura e equipamentos para otimizar o seu aproveitamento;

XIII - Facilitar a convivência com as cheias dos rios através da expansão da cidade para regiões livres de enchentes e/ou pela verticalização controlada de algumas áreas já consolidadas através de limitações à ocupação nas áreas mais baixas;

XIV - Proteger, preservar e recuperar o meio ambiente, em especial as margens dos cursos d'água que cortam o município e os topos de morros e locais de acentuada declividade, adequando a sua ocupação ao estabelecido na legislação federal pertinente, evitando qualquer forma de degradação ambiental;

XV - Criar centros de bairros incentivando atendimento local e descentralizado, visando equilibrar a distribuição do comércio e da prestação de serviços à comunidade, bem como a instalação de equipamentos urbanos e comunitários;

XVI - Incentivar a atividade turística no município, através da implantação das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Turístico de Rio do Sul, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo e suas assessorias;

XVII - Priorizar o uso e a ocupação do solo na Área Rural do município para atividades destinadas à agricultura, silvicultura, pecuária e agroindústrias, bem como sua utilização para atividades destinadas ao lazer, recreação e de conservação e preservação da natureza;

XVIII - Permitir a regularização de parcelamentos do solo consolidados até o ano de 1996, com prazos definidos, nas zonas IND e EXP, desde que amplamente comprovados, obedecendo a critérios pré-estabelecidos a serem definidos quando da revisão total do plano diretor;

XIX - Propor e aprovar a delimitação das localidades rurais (mapa e lei) de acordo com a identidade local, utilizando limites físicos facilmente identificados e seguindo orientações dos moradores mais antigos;

#### SUBSEÇÃO I DO ZONEAMENTO

**Art. 7º** O Uso e a Ocupação do Solo no Perímetro Urbano e Rural de Rio do Sul, conforme definido pela Lei de Zoneamento, está subdividido para fins de planejamento urbano em zonas e subzonas.

**Art. 8º** Os limites entre as diversas zonas poderão sofrer ajustes quando verificada a conveniência de tal procedimento com vistas a obter:

I - maior precisão de limites;

II - melhor adequação do zoneamento aos fatores biofísicos condicionantes, para as divisões dos imóveis, ao sistema viário e para as atividades implantadas.

~~Parágrafo único. Os ajustes de limites a que se refere este artigo serão efetuados pelo órgão municipal de Planejamento, através da Comissão Permanente do Plano Diretor e depois de ouvido o Conselho do Plano Diretor, e será instituído através de Lei.~~



Parágrafo único. Os ajustes de limites a que se refere este artigo serão efetuados pelo órgão municipal de Planejamento, através de proposta técnica efetuada pela Secretaria de Infraestrutura, a qual deverá ser enviada para consulta ao Conselho do Plano Diretor, e será instituído através de Lei. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

## SUBSEÇÃO II DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS

**Art. 9º** Os índices máximos e mínimos serão fixados para cada zona e subzona de acordo com o Quadro de Índices Urbanísticos, estabelecidos pela Lei Complementar de Uso do Solo.

Parágrafo único. Os limites de aproveitamento dos lotes são determinados pela aplicação simultânea dos seguintes índices urbanísticos:

I - índice de aproveitamento;

II - gabarito;

III - afastamentos;

IV - taxa de ocupação.

V - taxa de permeabilidade. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 300/2015)

## SEÇÃO III DAS ÁREAS DE RISCO DE OCUPAÇÃO DO SOLO

**Art. 10 -** São diretrizes das Áreas de Risco de Ocupação do Solo para o município de Rio do Sul:

I - Localizar no plano diretor e mapa de zoneamento as áreas de risco de ocupação já identificadas pela Defesa Civil do município, como forma de estabelecer um critério diferenciado de tratamento dessas áreas, restringindo a sua ocupação;

II - Estabelecer normas especiais de uso e ocupação do solo para proteção de áreas sujeitas à instabilidade geológica localizadas em mapa de zoneamento através de manchas, sendo assim permitida a sua ocupação através de laudo técnico geológico, identificando e atualizando novos eventos;

III - Estabelecer normas especiais de uso e ocupação do solo principalmente em áreas de cotas baixas sujeitas a cheias periódicas;

IV - Realizar um estudo altimétrico mais detalhado para determinação e cotas de referência mais adequadas, pois a cota de referência atual que é 334,08m, já foi diagnosticada incompatível com as cotas das divisas intermunicipais;

V - Promover o estudo aprofundado do levantamento das áreas de risco, bem como a organização de banco de dados e de mapas temáticos relacionados com ameaças, vulnerabilidades e riscos;

VI - Desenvolver metodologias de avaliação de risco de desastres pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e Defesa Civil (COMDEC);

VII - Eliminar ou reduzir o risco por meio da implantação de medidas estruturais ou sobre a consequência (removendo os moradores das áreas de risco);

VIII - Aplicar um controle efetivo da forma de uso e ocupação do solo por meio de fiscalização e de diretrizes técnicas que possibilitem a ocupação adequada e segura de áreas suscetíveis à riscos geológicos e hidrológicos;

IX - Elaborar e operar planos preventivos de defesa civil, buscando um convívio com as situações de risco dentro de níveis razoáveis de segurança;

X - Criar e gerir o fundo municipal de defesa civil.

#### SUBSEÇÃO I DAS ÁREAS INUNDÁVEIS DO MUNICÍPIO

**Art. 11 -** A demarcação das áreas inundáveis objetiva medidas preventivas para ações de planejamento urbano-ambiental e também de segurança pública.

Parágrafo único. Cabe ao órgão municipal de Defesa Civil a definição das áreas inundáveis e das respectivas cotas de inundações.

**Art. 12 -** As áreas sujeitas à inundação deverão ter a sua ocupação para fins urbanos controlada, evitando seu uso para fins habitacionais, salvo se medidas urbanísticas ou arquitetônicas sejam adotadas para minimizar o impacto da cheia, respeitada a legislação federal e estadual pertinentes.

**Art. 13 -** Ao ser determinada a área inundável, deverão ser observadas as referências de níveis (RN s) estabelecidas na Lei Complementar de Parcelamento do Solo.

#### SEÇÃO IV DA INFRA-ESTRUTURA

**Art. 14 -** São diretrizes da Infra-Estrutura para o município de Rio do Sul:

I - Implantar sistema de tratamento de esgoto (rede de esgoto);

II - Buscar mecanismos para a ampliação da rede de abastecimento de água;

III - Criar uma política de controle da qualidade da água fluvial nas divisas intermunicipais;

IV - Manter e ampliar a rede de drenagem pluvial no município;

V - Fiscalizar e adequar o sistema de tratamento de efluentes (fossa e filtro) das edificações existentes;

VI - Viabilizar mecanismos para ampliação, manutenção e adequação da rede de iluminação pública no município;

VII - Buscar mecanismos para ampliar e implementar a rede de telefonia (convencional e ADSL) em toda a extensão do município (área urbana e rural);

VIII - Criar uma política de zoneamento escolar em conjunto com a rede estadual para diminuir o alto custo do transporte escolar e de escolas desativadas com espaço adequado para o desenvolvimento de projetos educacionais para as comunidades rurais;

IX - Criar parcerias público/privadas para a atualização e implementação dos acervos bibliográficos das unidades escolares municipais;

X - Adequar e ampliar os espaços físicos dos Centros Educacionais (CE) e Centros Educacionais Infantis (CEI) Municipais existentes;

XI - Criar novos espaços públicos para lazer, recreação e práticas esportivas;

XII - Incentivar uma parceria entre a Secretaria de Educação e Fundação de Desportos para abertura das unidades educacionais para a prática de esportes pela comunidade;

XIII - Ampliar e melhorar a rede de saúde pública existente para viabilizar a extensão do atendimento médico e odontológico;

XIV - Implantar programa de manutenção e limpeza dos espaços públicos, vias públicas e passeios;

XV - Ampliar o sistema e coleta de lixo, com incentivo para a coleta seletiva;

XVI - Otimizar e adequar o Centro Agropecuário (Albertina) para atendimento às comunidades rurais;

XVII - Implantar programas para a manutenção e reserva de águas pluviais, para prevenção contra estiagem;

XVIII - Articular, em parceria com a Polícia Militar, a intensificação do sistema de segurança pública.

#### SUBSEÇÃO I DOS EQUIPAMENTOS URBANOS

**Art. 15 -** Consideram-se equipamentos urbanos aqueles voltados para o bem-estar da população e caracterizados como de interesse público, que exigem tratamento especial para efeitos de localização e construção, sendo assim definidos:

I - Equipamentos de Educação da rede pública;

II - Equipamentos de Saúde pública;

III - Equipamentos da Assistência Social, da Criança e do Adolescente;

IV - Equipamentos de Segurança Social;

V - Equipamentos da Defesa Civil;

VI - Equipamentos da Habitação ;

VII - Equipamentos de Esporte e Lazer públicos;

VIII - Equipamentos de uso institucional público.

Parágrafo único. As construções caracterizadas como de interesse público serão analisadas pelo órgão municipal de Planejamento e autorizadas com base em parecer técnico referente à sua localização e funcionamento, devendo, no entanto, respeitar a Lei Complementar de Uso do Solo e de Edificações.

## SEÇÃO V DO SISTEMA VIÁRIO

**Art. 16 -** São diretrizes do Sistema Viário para o município de Rio do Sul:

I - Promover e apoiar a melhoria da acessibilidade das pessoas com deficiência, restrição de mobilidade e idosos nas calçadas do município;

II - Adaptar, padronizar e equipar as calçadas com mobiliário urbano (quando possível), de forma a assegurar a acessibilidade e a humanização da paisagem urbana;

III - Prever mecanismos no plano diretor que exijam a construção, manutenção e melhoria das calçadas e passeios;

IV - Padronizar e melhorar os abrigos de ônibus, além da instalação de novos abrigos em locais apropriados;

V - Desenvolver modelos alternativos de financiamentos, inclusive através de parceria público/privada para execução das melhorias necessárias relativas ao transporte coletivo e objetivando o barateamento das tarifas;

VI - Articular, em conjunto com o Estado, Distrito Federal e outros municípios, fontes alternativas de custeio dos serviços de transporte coletivo, incorporando recursos de beneficiários indiretos no seu financiamento;

VII - Promover o desenvolvimento do transporte coletivo com vistas à melhoria da qualidade e eficiência dos serviços (ampliação dos horários e itinerários);

VIII - Promover políticas de mobilidade urbana e valorização do transporte coletivo e não-motorizado;

IX - Prever no plano diretor, mecanismos (adaptação do sistema viário e de transporte) que minimizem os efeitos negativos decorrentes da implantação de empreendimentos considerados pólos geradores de tráfego, inclusive com ônus ao empreendedor, quando couber;

X - Promover e apoiar a implantação de sistemas cicloviários;

- XI - Ordenar a circulação de veículos de transporte de carga, de maneira racional e segura;
- XII - Incentivar a realização de convênios entre a prefeitura e os órgãos executivos rodoviários (DNIT e DEINFRA) para o tratamento em conjunto nas rodovias que atravessam o município;
- XIII - Elaborar e executar programas de educação e segurança para o trânsito, em conjunto com órgãos e entidades responsáveis pela segurança pública;
- XIV - Dar condições de tráfego às vias de todas as localidades do município;
- XV - Promover melhorias e pavimentação das ruas do município, levando em consideração as características do local;
- XVI - Promover a melhoria nas condições físicas e de sinalização do sistema viário, principalmente indicativas de ruas e turismo, considerando calçadas e passeios;
- XVII - Prever mecanismos que melhorem a segurança no trânsito, estudando principalmente, medidas para o controle de velocidade;
- XVIII - Articular juntamente ao DNIT a viabilização de execução de travessias em desnível e ampliação e melhoramento das vias marginais (com acessos controlados), na faixa de domínio da BR 470;
- XIX - Prever a execução de mais pontes sobre os Rios Itajaí do Sul, Itajaí d Oeste e Itajaí-Açú, compatíveis com a normatização aprovada pela ABNT e estabelecer um plano de priorização para a execução dessas obras;
- XX - Prever rotas alternativas para o escoamento do trânsito inclusive para o caso de enchentes;
- XXI - Rever e atualizar (caso constatada a necessidade) a hierarquização do sistema viário;
- XXII - Disciplinar a utilização e ocupação do sistema viário pelas empresas prestadoras de serviço público (CASAN, CELESC).
- XXIII - Hierarquizar as vias urbanas segundo sua destinação de uso, possibilitando a rápida, segura e eficiente circulação de pessoas e veículos, facilitando a integração da população residente;

SUBSEÇÃO I  
DO PLANO VIÁRIO

**Art. 17 -** Para efeito de Planejamento do Sistema Viário Municipal, as vias deverão ser hierarquizadas da seguinte forma:

- I - Vias de Trânsito Rápido;
- II - Vias Arteriais;
- III - Vias Coletoras;

IV - Vias Locais;

V - Vias de Pedestres;

VI - Ciclovias.

**Art. 18 -** O órgão municipal de Planejamento deverá definir, através de um Plano Viário Municipal, novas vias de circulação urbana, bem como a localização das novas pontes de travessia dos rios que cortam a Área Urbana do município, a adequação do sistema viário municipal ao longo da BR-470 e que serão dimensionadas de acordo com a melhor técnica da Engenharia de Tráfego.

#### SEÇÃO VI DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 19 -** São diretrizes da Preservação Ambiental para o município de Rio do Sul:

I - Construir uma Política Municipal de Meio Ambiente, com o envolvimento do Poder Público e de representantes dos diversos segmentos sociais atuantes e interessados nas questões ambientais;

II - Elaborar um plano de arborização urbana focado nas particularidades das vias públicas e nos interesses da coletividade;

III - Investir em sistema de coleta de esgoto residencial e comercial através de estações de tratamento, bem como fiscalização atuante;

IV - Identificar, diagnosticar e adequar os sistemas de tratamento de efluentes industriais, estabelecendo prazos para adequação e punições àqueles que por ventura, não venham a atender os dispositivos legais;

V - Priorizar a concepção e implementação de projetos de educação ambiental junto aos estabelecimentos de ensino, bem como a realização de campanhas informativas e educativas junto à comunidade local;

VI - Criar, manter e investir em projetos referentes a unidades de conservação;

VII - Manter as áreas de preservação já localizadas no mapa de zoneamento e plano diretor atual, cabendo o fomento de projetos que viabilizem práticas compatíveis com a finalidade a qual cada unidade se destina, contando com o estreito envolvimento entre Poder Público, comunidade acadêmica (corpo docente e discente) e demais instituições de ensino, entidades civis organizadas;

VIII - Investir em fiscalização de atividades potencialmente poluidoras, tanto na área urbana quanto na área rural, contemplando assessoria técnica aos agricultores relativa ao turismo rural, turismo de aventura, turismo ecológico, incentivo ao plantio direto e à agricultura orgânica, à diversificação da produção agrícola, saneamento básico na área rural (priorizando coleta convencional, coleta seletiva e sistema de tratamento de esgoto em unidades habitacionais);

IX - Criar e fortalecer as associações de produtores rurais e demais entidades afins, incluindo como prioridade a sensibilização dos proprietários rurais em relação às questões ambientais locais;

X - Integrar os serviços de coleta e destino final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, bem

como os serviços de coleta seletiva;

XI - Cadastrar e fiscalizar a coleta e o destino final de resíduos perigosos (classe I) e inertes (classe IIB), mesmo sendo de responsabilidade do gerador (princípio poluidor/pagador);

XII - Criar mecanismos de proteção dos recursos hídricos a nível regional, visando qualidade da água, tendo como unidade básica o conceito de bacia hidrográfica;

XIII - Desenvolver ações que estejam em consonância com a Política Nacional de Recursos Hídricos.

#### SUBSEÇÃO I

##### DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

**Art. 20 -** Todas as ações contempladas nesta Lei têm como pressuposto a sustentabilidade ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição da República, com o objetivo de assegurar ao Município de Rio do Sul os recursos naturais básicos necessários à qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

**Art. 21 -** É dever do Município, da Câmara Municipal e da comunidade zelar pela proteção ambiental em todo o território do Município, de acordo com as disposições da Legislação que rege a matéria.

#### SEÇÃO VII

##### DAS QUESTÕES SÓCIO-ECONÔMICAS CULTURAIS

**Art. 22 -** São diretrizes do tema Sócio-Econômico Cultural para o município de Rio do Sul:

I - Promover encontros, seminários e discussões sobre a cultura rio-sulense em geral (patrimônio histórico, arquitetônico, artístico e natural);

II - Ampliar a divulgação e conscientização de todos os eventos culturais e turísticos realizados no município, e sua importância para o desenvolvimento cultural do município;

III - Disponibilizar e incentivar a promoção de cursos e oficinas para as comunidades rurais e programas para o desenvolvimento de culturas e tradições locais;

IV - Viabilizar a disseminação da cultura em todo o território municipal através de parcerias público-privadas;

V - Objetivar a sustentabilidade da comunidade através da educação, capacitação e busca de recursos aos governos federal, estadual, municipal ou iniciativa privada;

VI - Fortalecer, estimular e incorporar a habilidade da comunidade rural em manter e utilizar os conhecimentos tradicionais que sejam relevantes para a atividade do turismo rural, como o artesanato, a agricultura, o folclore, a culinária e demais atividades que utilizam os recursos locais de forma sustentável;

VII - Incentivar o desenvolvimento do turismo rural e o projeto de rotas turísticas, de forma a integrar as comunidades com potencial turístico, promovendo melhor conscientização da preservação

ambiental e sustentabilidade das comunidades rurais;

VIII - Apoiar os projetos turísticos existentes na Valada São Paulo e Bairro Bela Aliança, com o objetivo de utilizar e valorizar a infra-estrutura e organização comunitária;

IX - Melhorar a infra-estrutura das localidades rurais ou com características rurais, sem descaracterização das mesmas, como forma de incentivo ao turismo e a fixação do homem ao campo;

X - Promover a sensibilização e conscientização da população quanto à necessidade de preservação e valorização dos bens móveis e imóveis e locais de interesse do patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e natural;

XI - Completar o inventário arquitetônico existente, incluindo todas as edificações com interesse de preservação e classificá-lo segundo prioridades de preservação seguindo critérios como: importância histórica e arquitetônica, entorno do imóvel, estado de conservação;

XII - Identificar, mapear e divulgar os núcleos históricos, edificações isoladas ou grupos de edificações a serem preservadas a fim de promover a criação de uma política de preservação do patrimônio municipal;

XIII - Limitar a verticalização no entorno dos "Núcleos Históricos" ou de edificações tombadas ou com interesse em tombamento de forma a garantir a harmonia com seu entorno;

XIV - Criar mecanismos de incentivo à preservação do patrimônio arquitetônico através de instrumentos do estatuto da cidade a serem previstos no Plano Diretor;

XV - Evitar que a área rural perca suas características, indicando ao agricultor a cultura ideal para cada localidade, através de um levantamento da realidade e potencialidades das áreas rurais, a ser realizado pela Secretaria da Agricultura.

#### SUBSEÇÃO I DA HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Art. 23 -** São diretrizes do subtema Habitação e Assistência Social:

I - Mapear as áreas disponíveis e potenciais para a instalação de habitações de interesse social, levando em consideração a proximidade de equipamentos urbanos mínimos necessários;

II - Urbanizar os assentamentos e loteamentos precários existentes promovendo a regularização fundiária quando possível;

III - Planejar, executar e avaliar as ações assistenciais e de moradia, possibilitando a garantia de acesso dos munícipes aos programas, projetos, serviços, benefícios que compõem a política pública de Assistência Social e de Habitação de Interesse Social;

IV - Identificar e manter atualizado o déficit habitacional do município visando atender a demanda;

V - Mensurar o impacto dos programas, projetos e serviços assistenciais da população e grau de satisfação;



VI - Elaborar projetos habitacionais que contemplem a vulnerabilidade e diferenças sociais;

VII - Reabilitar áreas urbanas com a ocupação de imóveis públicos que estejam desativados para a ocupação de moradias de interesse social.

## SUBSEÇÃO II

### DA PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL, NATURAL E ARQUITETÔNICO

**Art. 24 -** A proteção e a conservação do patrimônio histórico, cultural, natural e arquitetônico do município é um dever do Poder Público e da coletividade, pois se trata de bens comuns de interesse coletivo.

**Art. 25 -** O Poder Público Municipal deverá, através de sua livre iniciativa, elaborar planos, programas e projetos que visem a preservação e a conservação dos bens de real valor histórico, através de incentivos fiscais instituídos por Lei.

Parágrafo único. O Município poderá estabelecer em legislação própria, uma política de Transferência do Potencial Construtivo ou a utilização do instituto do Solo Criado, com vistas a incentivar a preservação do patrimônio histórico.

## SEÇÃO VIII

### DA ÁREA RURAL

**Art. 26 -** O uso e a ocupação do solo na Área Rural do município deverá respeitar o disposto na legislação do Código de Uso do Solo e Código de Edificações, sendo prioridade o seu uso para atividades destinadas à agricultura, silvicultura, pecuária e agroindústrias, bem como ser utilizada para atividades destinadas ao lazer, de recreação, de conservação e preservação da natureza.

## SEÇÃO IX

### DA ÁREA URBANA

**Art. 27 -** A Área Urbana do município é a descrita pela Lei do Perímetro Urbano e Limites de Bairros, devendo ser alterado somente em casos de comprovada necessidade, após estudos dos impactos da sua alteração em relação ao entorno e ao meio ambiente do município, e somente se fatos de relevância econômica, social e urbanística assim o exigirem.

## Capítulo III

### DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MUNICIPAL

**Art. 28 -** Consideram-se instrumentos da política municipal, que reger-se-ão por legislação própria, quando for o caso, observando, no que couber, o disposto nesta lei:

## I - Instrumentos de planejamento:

- a) Plano plurianual;
- b) Lei de diretrizes orçamentárias;
- c) Lei de orçamento anual;
- d) Lei de uso e ocupação do solo;
- e) Lei de parcelamento do solo;
- f) Lei de edificações;
- g) Lei de posturas;
- h) Lei de sistema de circulação;
- i) Planos de desenvolvimento econômico e social;
- j) Planos, programas e projetos setoriais;
- l) Programas e projetos especiais de urbanização;
- m) Instituição de unidades de conservação;
- n) Instituição de unidades de preservação de bens de interesse do patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico;
- o) Demais legislações que tenham compatibilidade com o Plano Diretor.

## II - Instrumentos jurídicos e urbanísticos:

- a) Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- b) IPTU progressivo no tempo;
- c) Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
- d) Zonas especiais de interesse social;
- e) Outorga onerosa do direito de construir;
- f) Transferência do direito de construir;
- g) Operações urbanas consorciadas;
- h) Consórcio imobiliário;
- i) Direito de preempção;
- j) Direito de superfície;
- l) Estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV);
- m) Tombamento;
- n) Desapropriação;
- o) Usucapião;

## III - Instrumentos de regularização fundiária:

- a) Zonas especiais de interesse social;
- b) Usucapião especial, coletiva e individual de imóvel urbano;
- c) Concessão de uso especial para fins de moradia;
- d) Concessão de direito real de uso.

## IV - Instrumentos tributários e financeiros:

- a) Tributos municipais diversos;
- b) Tarifas e preços públicos;
- c) Incentivos e benefícios fiscais;
- d) Dação de imóvel em pagamento da dívida.

## V - Instrumentos jurídico-administrativos:

- a) Servidão administrativa e limitações administrativas;
- b) Concessão, permissão ou autorização de uso de bens públicos municipais;
- c) Contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;
- d) Convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;
- e) Termo administrativo de ajustamento de conduta;
- f) Doação de imóveis em pagamento da dívida.

VI - Instrumentos de democratização da gestão municipal:

- a) Conselho Municipal do Plano Diretor;
- b) Debates, audiências e consultas públicas;
- c) Conferências;
- d) Conselhos;
- e) Gestão orçamentária participativa;
- f) Estudo de impacto de vizinhança;
- g) Iniciativa popular de projeto de lei;
- h) Referendo;
- i) Plebiscito.

Parágrafo único. Outros instrumentos de desenvolvimento, não mencionados nesta Lei, poderão ser utilizados, desde que atendam ao disposto no Plano Diretor e demais Legislações e normas do Município.

#### Capítulo IV

#### DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

**Art. 29 -** O parcelamento, a edificação e a utilização compulsória do solo urbano visam, complementarmente, garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, por meio da indução da ocupação de áreas não edificadas e não utilizadas, onde for considerada prioritária, na forma de Lei específica que disporá sobre a matéria.

**Art. 30 -** A implementação do parcelamento, da edificação e da utilização compulsória do solo urbano objetiva:

- I - Otimizar a ocupação nas regiões da cidade dotadas de infra-estrutura e equipamentos urbanos;
- II - Aumentar a oferta de lotes urbanizados nas regiões já consolidadas da malha urbana de Rio do Sul;
- III - Combater o processo de periferização;
- IV - Combater a retenção especulativa de imóvel urbano;
- V - Inibir a expansão urbana nas áreas não dotadas de infra-estrutura e ambientalmente frágeis.

**Art. 31 -** É dever do Poder Público Municipal exigir do proprietário do imóvel urbano não edificado, subutilizado, e não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de parcelamento, edificação ou utilização compulsória.

Parágrafo único. A definição dos critérios de classificação de imóvel subutilizado será definida em lei

específica dentro do prazo estabelecido no artigo 86 desta lei.

**Art. 32 -** O parcelamento, a edificação e a utilização compulsória serão aplicados em áreas centrais dotadas de infra-estrutura a serem delimitadas quando da revisão e adequação total da legislação urbanística no prazo estabelecido no artigo 86 desta lei.

**Art. 33 -** Os imóveis sujeitos ao parcelamento compulsório terão seus critérios de classificação definidos em lei específica e serão identificados e seus proprietários notificados:

I - Por servidor do órgão competente do Executivo, por carta pessoal registrada com aviso de recebimento;

II - Por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação;

§ 1º Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de 18 meses, a partir do recebimento da notificação apresentar o projeto à aprovação e no prazo máximo de 24 meses finalizar a execução;

§ 2º A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas neste artigo, sem interrupção de quaisquer prazos aos herdeiros ou sucessores.

#### SEÇÃO I DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

**Art. 34 -** Em caso de descumprimento do art.33 desta Lei, deverá o Poder Público Municipal exigir do proprietário do solo urbano não parcelado, não edificado, subutilizado ou não utilizado, o pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo - IPTU Progressivo.

§ 1º O valor da alíquota a ser aplicada a cada ano será definida em lei específica nos prazos estabelecidos no artigo 86 desta lei.

§ 2º É vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

**Art. 35 -** A aplicação do IPTU Progressivo no tempo, objetiva:

I - Cumprimento da função social da cidade e da propriedade por meio da indução da ocupação de áreas vazias ou subutilizadas, onde o Plano Diretor considerar prioritário;

II - Fazer cumprir o disposto no capítulo que trata do parcelamento, edificação ou utilização compulsória;

III - Aumentar a oferta de lotes urbanizados nas regiões já consolidadas da malha urbana de Rio do Sul;

IV - Combater o processo de periferização;

V - Inibir o processo de retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização.

**Art. 36 -** O IPTU Progressivo no Tempo deverá ser aplicado em áreas a serem delimitadas quando da revisão e adequação total da legislação urbanística nos prazos estabelecidos no artigo 86 desta lei.

## SEÇÃO II

### DA DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO COM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

**Art. 37 -** A desapropriação com títulos da dívida pública visa aplicar uma sanção ao proprietário do imóvel urbano, para garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana nos termos deste Plano Diretor, tendo como objetivos:

I - Promover a reforma urbana;

II - Combater o processo de periferização;

III - Inibir o processo de retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua sub-utilização ou não utilização.

**Art. 38 -** É facultado ao Poder Público Municipal, decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo, sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização adequada, proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento de títulos da dívida pública, os quais deverão ter sua emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§ 1º O valor real da indenização não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 2º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§ 3º O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir do pagamento do imóvel.

§ 4º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público Municipal ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nestes casos, o devido procedimento licitatório.

§ 5º Ficam mantidas, para o adquirente de imóvel, as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas nesta Lei.

## SEÇÃO III

### DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

**Art. 39 -** O Direito de Preempção confere ao Poder Executivo Municipal a preferência para a aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares e será exercido sempre que o Município necessitar de áreas para:

I - Regularização fundiária;

- II - Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III - Constituição de reserva fundiária;
- IV - Ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- V - Implantação de equipamento urbano e comunitário;
- VI - Criação de espaço público de lazer e áreas verdes;
- VII - Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- VIII - Proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

§ 1º O Município deverá publicar em jornal de grande circulação ou notificar via carta registrada com aviso de recebimento a preferência na aquisição do imóvel.

§ 2º Lei municipal específica delimitará as áreas em que incidirá o instrumento no prazo estabelecido no artigo 87 desta lei.

**Art. 40 -** O proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo, de conformidade com o art.27 da Lei Federal 10 257 de 10 de julho de 2001.

#### SEÇÃO IV

##### DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

**Art. 41 -** Entende-se como outorga onerosa do direito de construir a faculdade concedida ao proprietário de imóvel, para que este, mediante contrapartida, possa construir acima do índice de aproveitamento básico até o limite estabelecido pelo índice de aproveitamento máximo permitido para a zona onde está localizado o imóvel, mediante escritura pública e dentro dos parâmetros determinados em legislação própria, a ser criada no prazo estabelecido no artigo 86 desta lei. [\(Artigo regulamentado pela Lei Complementar nº 320/2015\)](#)

**Art. 42 -** O Poder Executivo poderá outorgar onerosamente o direito de construir mediante contrapartida do beneficiário, de acordo com critérios e procedimentos definidos em legislação própria, determinando no mínimo: [\(Artigo regulamentado pela Lei Complementar nº 320/2015\)](#)

- I - A fórmula de cálculo;
- II - A contrapartida;
- III - Os procedimentos administrativos necessários;
- IV - Os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga.

~~Parágrafo único. A concessão da Outorga Onerosa do Direito de Construir poderá ser negada pelo Conselho~~

~~Municipal do Plano Diretor após parecer da Comissão Permanente do Plano Diretor, caso se verifique possibilidade de impacto não suportável pela infra estrutura ou o risco de comprometimento do meio ambiente e da paisagem urbana.~~

Parágrafo único. A concessão da Outorga Onerosa do Direito de Construir poderá ser negada pelo Conselho Municipal do Plano Diretor após parecer técnico apresentado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, caso se verifique a possibilidade de impacto não suportável pela infraestrutura ou o risco de comprometimento do meio ambiente e da paisagem urbana, desde que:

I - seja assegurado ao interessado a possibilidade de apresentar contraprova, através de estudo técnico antes da análise do Conselho Municipal do Plano Diretor;

II - seja assegurado ao interessado a possibilidade de apresentar suas razões oralmente, pessoalmente ou através de procurador, na sessão do Conselho Municipal do Plano Diretor, em tempo não superior a 10 (dez) minutos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 43 -** A outorga onerosa e a alteração de uso poderão ocorrer nas áreas a serem definidas em lei específica no prazo estabelecido no artigo 86 desta lei. (Artigo regulamentado pela Lei Complementar nº 320/2015)

Parágrafo único. Fica proibida a outorga onerosa do direito de construir e da alteração de uso, nas:

I - Zonas de Preservação (P1, P2 e PE);

II - Áreas de Risco;

III - Áreas de Preservação Permanente;

IV - Áreas "non aedificandi".

**Art. 44 -** Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir irão para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e serão aplicados com as finalidades previstas nos incisos I a VIII do artigo 39. (Artigo regulamentado pela Lei Complementar nº 320/2015)

**Art. 45 -** A outorga onerosa do direito de construir só será autorizado pelo Poder Executivo Municipal se o imóvel gerador deste direito estiver livre e desembaraçado de qualquer ônus. (Artigo regulamentado pela Lei Complementar nº 320/2015)

~~**Art. 46 -** O impacto da outorga onerosa do direito de construir deverá ser controlado, permanentemente, pelo órgão municipal de Planejamento Urbano, através da Comissão Permanente do Plano Diretor. (Artigo regulamentado pela Lei Complementar nº 320/2015)~~

**Art. 46** O impacto da outorga onerosa do direito de construir deverá ser controlado, permanentemente, pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do órgão municipal de Planejamento Urbano e Assessoria do Plano Diretor. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

## SEÇÃO V

### DA TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO

**Art. 47 -** O direito de construir do proprietário de imóvel é limitado aos índices urbanísticos estabelecidos na lei de Uso e Ocupação do Solo, e pelas demais legislações urbanísticas.

**Art. 48 -** O Poder Executivo Municipal poderá autorizar o proprietário de imóvel, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar mediante escritura pública o direito de construir, quando o referido imóvel for necessário para fins de:

I - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II - Preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;

III - Servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte dele, para fins previstos nos incisos I ao III do caput deste artigo.

§ 2º O volume construtivo, base de cálculo e demais critérios necessários à aplicação da Transferência de Potencial Construtivo serão definidos em lei específica observando-se o índice de aproveitamento máximo permitido na zona para onde ele for transferido e a equivalência de valor de mercado dos imóveis.

**Art. 49 -** O direito de transferir o potencial construtivo só será autorizado pelo Poder Executivo Municipal se o imóvel gerador deste direito estiver livre e desembaraçado de qualquer ônus.

~~**Art. 50 -** O impacto da transferência de potencial construtivo deverá ser controlado permanentemente pela Comissão Permanente do Plano Diretor.~~

**Art. 50** O impacto da transferência de potencial construtivo deverá ser controlado, permanentemente, pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do órgão municipal de Planejamento Urbano e Assessoria do Plano Diretor. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

## SEÇÃO VI

### DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

**Art. 51 -** Compreende-se como operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas, coordenadas pelo Poder Executivo Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar, em uma área, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Parágrafo único. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I - A modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações de normas edilícias, considerando o impacto ambiental delas decorrentes;

II - A regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.



**Art. 52 -** Da lei específica que aprovar a operação urbana consorciada constará o plano de operação urbana consorciada, contendo, no mínimo:

I - Definição da área a ser atingida;

II - Programa básico de ocupação da área;

III - Programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

IV - Finalidades da operação;

V - Estudo prévio de impacto de vizinhança;

VI - Contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos nesta Lei;

VII - Forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

§ 1º Os recursos obtidos pelo Poder Público municipal na forma do inciso VI deste artigo serão aplicados exclusivamente na própria operação urbana consorciada.

§ 2º A partir da aprovação da lei específica de que trata o caput, são nulas as licenças e autorizações a cargo do Poder Público municipal expedidas em desacordo com o plano de operação urbana consorciada.

**Art. 53 -** A lei específica que aprovar a operação urbana consorciada poderá prever a emissão pelo Município de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias à própria operação.

§ 1º Os certificados de potencial adicional de construção serão livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir unicamente na área objeto da operação.

§ 2º Apresentado pedido de licença para construir, o certificado de potencial adicional será utilizado no pagamento da área de construção que supere os padrões estabelecidos pela legislação de uso e ocupação do solo, até o limite fixado pela lei específica que aprovar a operação urbana consorciada.

## SEÇÃO VII DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

**Art. 54 -** O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

§ 1º O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

§ 2º A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

§ 3º O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a

propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, salvo disposição em contrário do contrato respectivo.

§ 4º O direito de superfície pode ser transferido a terceiros, obedecidos os termos do contrato respectivo.

§ 5º Por morte do superficiário, os seus direitos transmitem-se a seus herdeiros.

**Art. 55 -** Em caso de alienação do terreno, ou do direito de superfície, o superficiário e o proprietário, respectivamente, terão direito de preferência, em igualdade de condições à oferta de terceiros.

**Art. 56 -** Extingue-se o direito de superfície:

I - Pelo advento do termo;

II - Pelo descumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo superficiário.

**Art. 57 -** O Poder Público Municipal poderá conceder, onerosamente, o Direito de Superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo, nas áreas públicas integrantes do seu patrimônio, para exploração por parte das concessionárias de serviços públicos, mediante contratos especificamente fixados para tanto.

**Art. 58 -** Extinto o direito de superfície, o proprietário recuperará o pleno domínio do terreno, bem como das acessões e benfeitorias introduzidas no imóvel, independentemente de indenização, se as partes não houverem estipulado o contrário no respectivo contrato.

§ 1º Antes do termo final do contrato, extinguir-se-á o direito de superfície se o superficiário der ao terreno destinação diversa daquela para a qual for concedida.

§ 2º A extinção do direito de superfície será averbada no cartório de registro de imóveis.

## SEÇÃO VIII DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

**Art. 59 -** O Estudo de Impacto de Vizinhaça (EIV), será executado pelo empreendedor, por solicitação do Poder Executivo Municipal à empreendimentos e atividade públicas ou privadas que interferirem na qualidade de vida da população residente ou usuária da área e suas proximidades, quando houver impacto, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões: [\(Vide regulamentação dada pela Lei Complementar nº 302/2015\)](#)

I - Adensamento populacional;

II - Equipamentos urbanos e comunitários;

III - Uso e ocupação do solo;

IV - Valorização imobiliária;

V - Geração de tráfego e demanda de transporte;

VI - Ventilação e iluminação;

VII - Paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

~~§ 1º Os empreendimentos de que se tratam este artigo serão definidos em lei específica no prazo estabelecido no artigo 86 desta lei. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~§ 2º Caberá a aprovação ao Órgão Municipal competente, através da Comissão Permanente do Plano Diretor, após apreciação dos demais órgãos relacionados ao assunto motivo do EIV, e após encaminhar ao Conselho Municipal do Plano Diretor para sua apreciação.~~

§ 2º Caberá a aprovação à Secretaria Municipal de Infraestrutura, após apreciação de todos os órgãos relacionados ao assunto motivo do EIV, e após consulta ao Conselho Municipal do Plano Diretor. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 60 -** O Poder Executivo Municipal, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, deverá solicitar, ao empreendedor, como condição para aprovação do projeto, a execução ou melhorias na infra-estrutura urbana e de equipamentos comunitários.

§ 1º As exigências previstas no caput deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento.

§ 2º A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de Termo de Compromisso pelo interessado, em arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e às demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, antes da finalização do empreendimento.

§ 3º O Certificado de Conclusão da Obra e/ou o Alvará de Funcionamento só serão emitidos mediante comprovação do cumprimento do termo de compromisso.

**Art. 61 -** A elaboração do EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação ambiental.

**Art. 62 -** Dar-se-á obrigatoria publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta pública, no endereço eletrônico do Município, para qualquer interessado.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal, antes da decisão sobre o projeto, deverá realizar audiência pública com os moradores da área afetada de conformidade com legislação própria.

## Capítulo V

### DOS INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

#### SEÇÃO I

DA ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

~~**Art. 63 -** Para fins desta Lei, consideram-se instrumentos de regularização fundiária aqueles destinados~~

~~a legalizar ocupações populacionais em desconformidade com a lei.~~

**Art. 63 -** A Zona Especial de Interesse Social é um instrumento urbanístico que se constitui de áreas para a promoção de regularização fundiária e produção de habitação e loteamento popular, destinadas à população de baixa renda. (Redação dada pela Lei Complementar nº 232/2011)

§ 1º Lei Municipal, com fulcro neste Plano Diretor, estabelecerá os critérios para delimitação das Zonas Especiais de Interesse Social e do conteúdo mínimo dos Planos Urbanísticos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 232/2011)

§ 2º Deverá ser elaborado um Plano Urbanístico próprio para cada área caracterizada como ZEIS. (Redação dada pela Lei Complementar nº 232/2011)

**Art. 63-A** A instituição de Zonas Especiais de Interesse Social dentro do Município de Rio do Sul será permitida, apenas, nos casos de cumprimento dos objetivos dispostos nesta Lei e desde que obedecidos os critérios estabelecidos em Lei Municipal Específica. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

#### ~~SEÇÃO I~~

#### ~~DA USUCAPIÃO ESPECIAL DE IMÓVEL URBANO~~

#### SEÇÃO II

#### DO USUCAPIÃO ESPECIAL DE IMÓVEL URBANO (Redação dada pela Lei Complementar nº 232/2011)

**Art. 64 -** Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, a posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

**Art. 65 -** As áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§ 2º A usucapião especial coletiva de imóvel urbano será declarada pelo juiz, mediante sentença, a qual servirá de título para registro no cartório de registro de imóveis.

§ 3º Na sentença, o juiz atribuirá igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os condôminos,

estabelecendo frações ideais diferenciadas.

§ 4º O condomínio especial constituído é indivisível, não sendo passível de extinção, salvo deliberação favorável tomada por, no mínimo, dois terços dos condôminos, no caso de execução de urbanização posterior à constituição do condomínio.

§ 5º As deliberações relativas à administração do condomínio especial serão tomadas por maioria de votos dos condôminos presentes, obrigando também os demais, discordantes ou ausentes.

**Art. 66 -** São partes legítimas para a propositura da ação de usucapião especial urbana:

I - o possuidor, isoladamente ou em litisconsórcio originário ou superveniente;

II - os possuidores, em estado de composesse;

III - como substituto processual, a associação de moradores da comunidade, regularmente constituída, com personalidade jurídica, desde que explicitamente autorizada pelos representados.

§ 1º Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público.

§ 2º O autor terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis.

## Capítulo VI DO PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA

### SEÇÃO I DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

**Art. 67 -** Entende-se por gestão democrática a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade nos processos de planejamento, tomada de decisão e controle das ações públicas por meio de espaços institucionalizados onde o Poder Público constituído delega o seu direito de decisão.

**Art. 68 -** A participação da população na gestão municipal será assegurada pelo Poder Público através de instrumentos de democratização como o Conselho do Plano Diretor, Conferências e Audiências Públicas em consonância com o planejamento territorial municipal contínuo que se realizará através de uma comissão permanente.

### SEÇÃO II DA COMISSÃO PERMANENTE DO PLANO DIRETOR

~~**Art. 69 -** O Poder Público deverá instituir um setor exclusivo para tratar das questões relativas ao Plano Diretor, do seu acompanhamento e aperfeiçoamento, que será chamado de Comissão Permanente do Plano Diretor, e que estabelecerá através da complementação permanente da Legislação Urbanística, critérios e formas de incrementar o desenvolvimento sócio econômico do município, de forma justa e igualitária.~~

**Art. 69** Fica instituída a Comissão Permanente do Plano Diretor, de caráter exclusivamente consultivo, a qual possui o objetivo único de fomentar estudos para complementação da Legislação Urbanística e desenvolvimento socioeconômico do município, de modo a se manter o Plano Diretor e as leis correlatas devidamente atualizadas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~**Art. 70 -** A Comissão Permanente do Plano Diretor será formada por técnicos da área de Planejamento Urbano, lotados na Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e na Secretaria da Fazenda, além de um advogado da Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, e funcionará com o objetivo principal de manter em debate as questões e problemáticas relativas ao planejamento territorial do município, assim como manter atualizadas as leis que compõem o Plano Diretor.~~

**Art. 70** A Comissão Permanente do Plano Diretor, presidida pela diretoria do departamento de análise de projetos e plano diretor, será formada por técnicos da área de Planejamento Urbano, lotados na Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e na Secretaria da Fazenda, além de um advogado da Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Rio do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 71 -** A Comissão Permanente do Plano Diretor deverá seguir a seguinte composição: (Vide Decretos nº 3707/2013, nº 3966/2014, nº 4975/2015, nº 5086/2016)

~~I - Arquitetos e engenheiros que compõem o quadro de funcionários da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente;~~

I - representante do Departamento de Projetos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 299/2015)

II - Assessor do Plano Diretor;

III - representante do Departamento de Urbanismo;

IV - representante do Departamento Meio Ambiente;

V - representante da Divisão de Trânsito;

VI - representante do Departamento de Fiscalização;

VII - advogado da Procuradoria Jurídica do Município.

~~**Art. 72 -** São atribuições gerais da Comissão Permanente do Plano Diretor:~~

**Art. 72** A Comissão Permanente do Plano Diretor possui as seguintes atribuições: (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~I - reunir-se no mínimo duas vezes ao mês, em caráter ordinário;~~

I - reunir-se no mínimo a cada dois meses, em caráter ordinário; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

II - responder a solicitações de estudo e alterações nas legislações urbanísticas num prazo de 30 dias;

III - assessorar os poderes Executivo e Legislativo Municipais, em assuntos relativos ao Plano Diretor;

IV - emitir parecer sobre a política de desenvolvimento urbano, com base no Plano Diretor, e sugerir ao Executivo Municipal as medidas que torne eficaz a sua execução;

~~V - deliberar em caráter extraordinário quando necessário;~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

VI - propor nos casos de divergência da Lei ou omissão grave, a complementação e/ou alteração da legislação urbanística, encaminhando as sugestões para o órgão municipal de Planejamento;

~~VII - propor atualização nesta Lei Complementar e nas Leis Complementares de Uso do Solo, de Edificações, de Parcelamento do Solo e de Posturas, quando as tendências do crescimento urbano demonstrarem sua necessidade;~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

VIII - analisar e emitir parecer sobre os Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) encaminhados à Comissão;

~~IX - cuidar de maneira ampla de tudo que diga respeito ao desenvolvimento urbano e as Leis a ele relacionadas.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

Parágrafo único. A Comissão Permanente do Plano Diretor fica expressamente proibida a análise e emissão de pareceres sobre situações específicas, protocolos e requerimentos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

### SEÇÃO III

#### DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS

**Art. 73 -** As Conferências terão por objetivo a mobilização do Governo Municipal e da sociedade civil, para a discussão de assuntos e temas relativos a questões que resultarão em alterações na legislação urbanística e onde serão estabelecidas as metas e prioridades para o município.

**Art. 74 -** Este instrumento deverá ser utilizado, necessariamente, para a informação e capacitação da população em geral para o debate que deverá acontecer sempre quando ocorrer uma grande revisão do Plano Diretor.

### SEÇÃO IV

#### DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

**Art. 75 -** A Audiência Pública é um instituto de participação administrativa, aberta a toda população, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em lei, por meio da qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que possam conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual.

**Art. 76 -** Ainda que com caráter não deliberativo, as audiências públicas implicam no dever de motivação do administrador quando da tomada das decisões em face dos debates e indagações realizados.

**Art. 77 -** Serão realizadas Audiências Públicas nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades de significativo impacto urbanístico ou ambiental com efeitos potencialmente danosos em seu

entorno.

§ 1º Todos os documentos relativos ao tema da audiência pública serão colocados à disposição de qualquer interessado para exame e extração de cópias, inclusive por meio eletrônico, com antecedência mínima de trinta dias da data da realização da respectiva audiência pública.

§ 2º As intervenções realizadas em audiência pública serão registradas por escrito e gravadas para acesso e divulgação públicos, devendo o Conselho respectivo ao tema, reter para seu acervo, uma cópia da lavratura da Ata de Realização da Audiência.

**Art. 78 -** Este instrumento deverá ser utilizado, necessariamente, para aprovar grandes revisões na legislação urbanística, como condição prévia da sua alteração, em especial desta revisão, e será precedida por Conferências Públicas.

#### SEÇÃO V DO CONSELHO DO PLANO DIRETOR

**Art. 79 -** Fica criado através desta Lei, o Conselho Consultivo do Plano Diretor, tendo como incumbência assessorar o Poder Público na definição das políticas de planejamento urbano e ambiental.

~~**Art. 80 -** O Conselho Consultivo do Plano Diretor será constituído de 15 membros observando-se a seguinte composição:~~

~~**Art. 80 -** O Conselho Consultivo do Plano Diretor será constituído de 23 (vinte e três) membros observando-se a seguinte composição: (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~I - O Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, como membro e presidente nato;~~

~~II - O Assessor do Plano Diretor, como membro nato;~~

~~III - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, indicados por seu secretário, sendo 1 (um) ligado a área de Urbanismo e/ou Projetos e 01 (um) ligado a área de Meio Ambiente;~~

~~IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Empreendedorismo, indicado por seu secretário;~~

~~V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura, indicado por seu secretário;~~

~~VI - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, indicado por seu secretário;~~

~~VII - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde, indicado por seu secretário;~~

~~VIII - 01 (um) representante da Comissão de Defesa Civil;~~

~~IX - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;~~

~~X - 01 (um) representante indicado pela Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul - ACIRS;~~

~~XI - 01 (um) representante indicado pela Procuradoria Jurídica do Município;~~

~~XII - 01 (um) representante indicado pela União das Associações de Bairros - UAB;~~

~~XIII - 01 (um) representante indicado pela Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí - APREMAVI;~~

~~XIV - 01 (um) representante indicado pela Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos - AEAVI;~~

~~XV - 01 (um) representante indicado pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI;~~

~~XVI - 01 (um) representante dos Coordenadores de Cursos indicado pela Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI;~~

~~XVII - 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, indicado pela Sub-Secção de Rio do Sul - OAB;~~

~~XVIII - 01 (um) representante da Câmara de Diretores Lojistas - CDL.~~



~~XIX — 01 (um) representante indicado pelo Conselho Regional de Corretores de imóveis — CRECI;~~  
~~XX — 01 (um) representante indicado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina — EPAGRI;~~  
~~XXI — 01 (um) representante da Polícia de proteção Ambiental;~~  
~~XXII — 01 (um) representante do DNIT; (Inciso renumerado pela Lei Complementar nº 172/2007)~~  
~~Parágrafo único. Cada entidade tem direito a indicar um representante suplente para cada membro titular, para substituir o titular apenas em suas faltas ou impedimentos.~~

~~**Art. 80 —** O Conselho Consultivo do Plano Diretor será constituído de 14 (quatorze) membros, observando-se a seguinte composição: (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011) (Vide Decretos nº 3651/2013, nº 4010/2014, nº 4219/2014, nº 4733/2015)~~

~~I — O Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, como membro e Presidente nato; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~II — O Assessor do Plano Diretor, como membro nato; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~III — 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, indicado pelo titular da pasta; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~IV — 01 (um) representante da Comissão de Defesa Civil; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~V — 01 (um) representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~VI — 01 (um) representante indicado pela Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul — ACIRS; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~VII — 01 (um) representante indicado pela Procuradoria Jurídica do Poder Executivo Municipal; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~VIII — 01 (um) representante indicado pela Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos — AEAUI; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~IX — 01 (um) representante indicado pela Associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí — AMAVI; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~X — 01 (um) representante dos Coordenadores de Cursos indicado pela Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí — UNIDAVI; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~XI — 01 (um) representante da Câmara de Diretores Lojistas — CDL; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~XII — 01 (um) representante indicado pelo Conselho Regional de Corretores de imóveis — CRECI. (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~XIII — 01 (um) representante indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil — OAB — Subseção de Rio do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~XIV — 01 (um) representante indicado pela Fundação de Amparo Tecnológico do Meio Ambiente — FATMA. (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~Parágrafo Único — Compete aos órgãos ou entidades identificadas nos incisos I a XIV do presente artigo, indicar um suplente para substituir o titular, em suas faltas ou impedimentos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

**Art. 80** O Conselho Consultivo do Plano Diretor será constituído de 14 (quatorze) membros, observando a seguinte composição:

I - O Secretário Municipal de Infraestrutura, como membro e Presidente nato;

II - O Diretor do Departamento de Análise de Projetos e Plano Diretor, como membro nato;

III - O Diretor Executivo de Planejamento como membro nato;

IV - 01 (um) representante da Comissão de Defesa Civil;

V - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

VI - 01 (um) representante indicado pela Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul - ACIRS;

VII - 01 (um) representante indicado pela Procuradoria Jurídica do Poder Executivo Municipal;

VIII - 01 (um) representante indicado pela Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos - AEAVI;

IX - 01 (um) representante indicado pela Associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI;

X - 01 (um) representante dos Coordenadores de Cursos indicado pela Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI;

XI - 01 (um) representante da Câmara de Diretores Lojistas - CDL;

XII - 01 (um) representante indicado pelo Conselho Regional de Corretores de imóveis - CRECI;

XIII - 01 (um) representante indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Subseção de Rio do Sul;

XIV - 01 (um) representante indicado pela Fundação de Amparo Tecnológico do Meio Ambiente - FATMA

Parágrafo único. Compete aos órgãos ou entidades identificadas nos incisos I a XIV do presente artigo, indicar um suplente para substituir o titular, em suas faltas ou impedimentos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 366/2017)

#### SUBSEÇÃO I

#### DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO CONSELHO

**Art. 81 -** O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida a recondução, e não serão remunerados para as funções previstas nesta Lei Complementar.

**Art. 82 -** A Prefeitura colocará à disposição do Conselho, recursos humanos e materiais necessários à realização de seus trabalhos.

**Art. 83 -** O Conselho reunir-se-á tantas vezes quantas forem necessárias para seu bom funcionamento, sendo sempre convocado pelo seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

**Art. 84 -** Ao Conselho Consultivo do Plano Diretor caberá:

~~I - oferecer parecer sobre solicitação formulada pelo chefe do Poder Executivo ou Comissão Permanente do Plano Diretor, no prazo de até 30 (trinta) dias;~~

I - oferecer parecer sobre solicitação formulada pelo chefe do Poder Executivo ou Assessor do Plano Diretor, no prazo de até 30 (trinta) dias; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

II - orientar e representar a comunidade contra atos particulares individualizados ou de grupos que

venham contra os interesses do bem estar comum da população;

III - cuidar de maneira ampla de tudo que diga respeito ao desenvolvimento urbano e as Leis a ele relacionadas;

IV - assessorar os poderes Executivo e Legislativo Municipais, em assuntos relativos ao Plano Diretor;

V - emitir parecer sobre a política de desenvolvimento urbano, com base no Plano Diretor, e sugerir ao Executivo Municipal as medidas que torne eficaz a sua execução;

VI - opinar sobre assuntos em que a legislação urbanística seja omissa;

~~VII - apreciar as propostas de complementação e/ou alteração da legislação urbanística, e demais proposições encaminhadas pela Comissão Permanente do Plano Diretor, formulando sugestões quando necessárias, para o órgão municipal de Planejamento.~~

VII - apreciar as propostas de complementação e/ou alteração da legislação urbanística, e demais proposições encaminhadas pela Comissão Permanente do Plano Diretor, formulando sugestões quando necessárias. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

Parágrafo único. Na falta de resposta no prazo previsto no item I, o órgão municipal de Planejamento oferecerá parecer à autoridade superior, desde que o Conselho seja previamente convocado.

**Art. 85 -** Caberá ao Prefeito Municipal a nomeação dos membros titulares e suplentes do Conselho Consultivo do Plano Diretor.

## SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 86 -** A iniciativa de modificar a legislação urbanística do município, quer por parte do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, deverá sempre ser comunicada antecipadamente, primeiramente à Comissão Permanente do Plano Diretor que após analisar e emitir parecer encaminhará, num prazo máximo de 30 dias, ao Conselho para apreciação.

**Art. 87 -** A revisão do Plano Diretor atual para adequação ao Estatuto da Cidade, deverá englobar o território do município como um todo e terá um prazo para finalização de 18 meses a partir da data de publicação desta lei, e deverá ser totalmente revisto, pelo menos a cada cinco anos.

**Art. 88 -** Fica mantida a atual composição do Conselho, respeitando-se os seus respectivos mandatos.

**Art. 89 -** Fica revogada a Lei Complementar nº 054 de 06 de dezembro de 2.000 e as demais disposições em contrário.

## TÍTULO II NORMAS RELATIVAS A EDIFICAÇÕES NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

### Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 90 -** Este título da presente Lei Complementar, parte integrante do Plano Diretor Físico-Territorial, estabelece normas de projetos, ampliações, reformas e construções no município de Rio do Sul.

**Art. 91 -** Toda construção, reconstrução, reforma ou ampliação, dentro dos limites do município de Rio do Sul, efetuada por particulares, entidades ou órgãos públicos no município de Rio do Sul é regulada por esta Lei Complementar, obedecidas as normas Federais e Estaduais relativas à matéria.

**Art. 92 -** São normas complementares deste código, as legislações estaduais e federais pertinentes à matéria.

**Art. 93 -** Para efeito deste código, são adotadas as definições do glossário que segue nesta lei.

## SEÇÃO I DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

~~**Art. 94 -** São considerados profissionais legalmente habilitados para projetar, calcular, especificar, orientar, avaliar e executar obras no município de Rio do Sul aqueles devidamente registrados no CREA e matriculados na municipalidade, na forma da lei.~~

**Art. 94** São considerados profissionais legalmente habilitados para projetar, calcular, especificar, orientar, avaliar e executar obras no município de Rio do Sul aqueles devidamente registrados no CREA ou CAU e matriculados na municipalidade, na forma da Lei. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 95 -** São condições necessárias para matrícula junto à Prefeitura Municipal:

I - requerimento do interessado;

~~II - apresentação da carteira profissional expedida ou vistada pelo CREA da região;~~

II - apresentação da carteira profissional expedida ou vistada pelo CREA ou CAU da região; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

III - prova de inscrição na Municipalidade para pagamento dos tributos devidos ao município.

~~§ 1º Tratando-se de firma coletiva, além dos requisitos dos itens I e III, exigir-se-á a prova de sua constituição no registro público competente e no CREA da região, além da apresentação da Carteira Profissional de seus responsáveis técnicos.~~

§ 1º Tratando-se de firma coletiva, além dos requisitos dos itens I e III, exigir-se-á a prova de sua constituição no registro público competente e no CREA ou CAU da região, além da apresentação da Carteira Profissional de seus responsáveis técnicos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 2º - A fiscalização é de competência da Secretaria da Fazenda.

SEÇÃO II  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SUBSEÇÃO I  
DOS OBJETIVOS

**Art. 96 -** Esta Lei Complementar referente a Edificações, tem como objetivos:

I - orientar os projetos e a execução de edificações no município;

II - assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações de interesse para a comunidade;

SEÇÃO III  
DAS DEFINIÇÕES

**Art. 97 -** Para efeito da presente Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Aclividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o 2º ponto está acima do ponto de referência.

Afastamento - Distância entre a construção e os limites do respectivo lote, podendo ser:

- a) frontal;
- b) lateral;
- c) fundos.

Alinhamento - Linha divisória legal entre lote e logradouro público. e entre lote e confrontantes.

Alpendre - Cobertura saliente, de uma só água à entrada de um prédio, apoiada, de um só lado, na parede deste, e de outro, em esteio, pilares ou colunas ou em balanço.

Alvará de Construção - Documento expedido pela Prefeitura que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização.

Ampliação - Alteração no sentido de tornar maior a construção, desde que com afastamento à edificação existente inferior a 3,00 m.

Andaime - Obra provisória destinada a sustentação de operários e materiais durante a execução de obra.

ANP - Agência Nacional do Petróleo;

Ante-sala - Compartimento que antecede a uma sala; sala de espera.

Apartamento - Unidade autônoma de moradia.

Área de Recuo - Espaço livre destinado a ampliação do passeio ou logradouro.

Área Útil - Superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes.

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

Construção clandestina - entendendo-se por tal a que for feita sem prévia aprovação do projeto, ou sem alvará de licença. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

Obras novas - Construções a serem iniciadas desde suas primeiras etapas construtivas. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

Regularização - Adequar edificação às Leis vigentes, passando por processo administrativo de Aprovação de Projetos e Licenciamento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

RRT - Registro de Responsabilidade Técnica. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 98 -** Anotação de Responsabilidade Técnica.

Átrio - Pátio interno, de acesso a uma edificação.

Ático - Pavimento no topo do edifício, cuja área não poderá exceder a 30% da área do pavimento inferior.

Balanço sobre o térreo - Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos previstos.

Balcão - Varanda ou sacada guarnecida de peitoril.

Baldrame - Viga de concreto, madeira, pedra ou similar, que se dispõe sobre as fundações, amarrando-as.

Beiral - Prolongamento do telhado, além da prumada das paredes.

Boca de lobo - Caixa sifonada cuja finalidade é a captação das águas pluviais.

Brise - Conjunto de placas ou chapa de material variável que se põe nas fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo dos ambientes sem prejudicar a ventilação e a iluminação.

Caixa de Escada - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.

Caixilho - A parte de uma esquadria onde se fixam os vidros.

Caramanchão - Construção em ripas, canos ou estacas com o objetivo de sustentar vegetação.

CLOSET - local destinado a armazenamento de roupas e afins em residências;

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

CNP - Conselho Nacional do Petróleo.

Consulta Prévia de Viabilidade - Consulta à Prefeitura, visando parecer de viabilidade ou não da ação pretendida.

Compartimento - Cada uma das divisões de uma edificação.

Construção - É, de modo geral, a realização de qualquer obra.

~~Construtor - Responsável técnico ou empresa responsável pela execução da obra ou serviço (acrescentado pela LC 025 de 1997).~~

Construtor - Responsável técnico ou empresa responsável pela execução da obra ou serviço. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

Corrimão - Peça ao longo e ao lado de uma escada, que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe ou desce.

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Croquis - Esboço preliminar de um projeto.

Declividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o 2º ponto está abaixo do ponto de referência.

Demolição - Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.

Dependência de Uso Comum - Conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades de moradia.

Dependência de Uso Privativo - Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.

DEINFRA - Departamento Estadual de Infra-Estrutura.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

Duto de Ventilação - Área de ventilação interna ao corpo de uma edificação, destinado a ventilar somente compartimentos de utilização transitória (banheiros, lavabos).

Edícula - Denominação genérica para compartimento acessório da habitação, separado da edificação principal.

Edifício Garagem - Construção destinada ao estacionamento de veículos, utilizado para fins comerciais.

Elevador - Máquina que executa o transporte em altura de pessoas e ou mercadorias.

Embargo - Ato Administrativo que determina a paralisação de uma obra.

Escala - Relação entre as dimensões do desenho e a do que ele representa.

Estacionamento - Espaço delimitado para estacionar um ou mais veículos.

Fachada - Elevação das paredes e elementos externos de uma edificação.

Feira Livre - local ao ar livre que funciona com objetivo de facilitar aos produtores a exposição e venda de sua produção.

Feira de Exposição - local geralmente coberto onde se expõem produtos, de origem agrícola, da pecuária, da indústria, do comércio e outros derivados.

Feira de Exposições Permanente - Local onde há exposição permanente de produtos das mais variadas origens e finalidades

Filtro anaeróbio - Unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbias, cuja meio filtrante mantém-se afogado.

Fossa séptica - Unidade de sedimentação e digestão de fluxo horizontal, destinada ao tratamento de esgotos.

Fundações - Parte da construção destinada a distribuir as cargas de edificação sobre um terreno.

Gabarito - É o número máximo de pavimentos permitidos em uma edificação.

Galpão - Construção constituída por uma cobertura fechada to

tal ou parcialmente, pelo menos em três de suas faces por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial.

Garagem bloqueada - Garagem ligada a circulação de veículos através de outra garagem.

Garagem livre - Garagem ligada diretamente a circulação interna de veículos.

Guarda Corpo - É a vedação de proteção contra quedas.

Habite-se - Documento, expedido pela Prefeitura, que autoriza a ocupação de uma edificação.

Hachura - Raiado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio-tom.

Hall - Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.

Infração - Violação da Lei.

Índice de Aproveitamento - Índice que determina a área máxima de construção permitida quando multiplicado pela área do terreno. É calculado pela seguinte fórmula:

$IA = AC/AL$  - Onde:

IA = índice de aproveitamento.

AC = área construída.

AL = área do lote.

Jirau - Piso intermediário dividindo compartimento existente com área até 1/4 da área do compartimento.



Jusante - Para o lado em cujo sentido correm as águas; da nascente para a foz.

Kit - Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada pavimento nas edificações comerciais.

Kitchenette ou Quitinete - Unidade residencial formada de banheiro, sala/quarto e pequena cozinha, não necessariamente separada da sala/quarto.

Ladrão - Tubo de descarga colocado nos depósitos de água, banheiro, pias, etc., para escoamento automático do excesso de água.

Lavabo - Instalação sanitária composta de lavatório e vaso sanitário.

Lavatório - Cuba para lavar as mãos, com água encanada e esgoto pluvial.

Lindeiro - Limitrofe.

Logradouro Público - Toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população.

Loja - Espaço destinado a comercialização de produtos.

Lote - Porção de terreno com testada para logradouro público.

Marquise - Cobertura em balanço sobre o logradouro.

Meio-Fio - Peça de pedra ou de concreto que separa em desnível o passeio da pista de rolamento.

Mezanino - Piso intermediário de um pavimento de pé direito duplo com área não superior a 50% (cinquenta por cento) da área do piso inferior.

Montante - Para a direção da nascente de um rio; que sobe da foz para a nascente.

Parapeito - É a vedação de proteção de sacadas.

Pára-raios - Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.

Parede Cega - Parede sem abertura.

Passeio - Parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres.

Patamar - Superfície intermediária entre dois lances de escada.

Pavimento - Conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, de uma edificação.

Pavimento Térreo - Piso ao nível da rua.

Penalidade - Conjunto ou sistema de penas impostas pela Lei.

Playground - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.

Pé-Direito - Distância vertical perpendicular entre o piso e o forro de um compartimento.

Posto de Abastecimento - É o estabelecimento que se destina à venda no varejo, de combustíveis minerais, álcool etílico hidratado e óleos lubrificantes.

Posto de Serviço - É o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para Posto de Abastecimento, oferece ainda serviços de lavagens, lubrificações de veículos e outros serviços correlatos.

Posto Garagem - É o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para Posto de Abastecimento e Posto de Serviço, oferece também áreas destinadas à guarda de veículos.

Prisma Interno de Iluminação e Ventilação - Poço de Iluminação - Área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos de utilização transitória.

Prisma Externo de Iluminação e Ventilação - Área destinada a iluminação e ventilação de compartimentos quando localizada na face externa das edificações.

Profundidade de um Compartimento - É a distância entre a face que dispõe de abertura à face oposta.

Reconstrução - Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva, qualquer obra em parte ou no todo; reformar.

Recuo - Faixa de reserva destinada à futura ampliação do logradouro público.

Reforma - Obra que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação, sem alteração da área total construída e do padrão construtivo.

Responsável Técnico - Profissional habilitado pelo CREA, responsável pela elaboração do projeto, execução da obra ou serviço.(acrescentado pela LC 025 de 1997).

Sacada - Construção em balanço que avança da fachada de uma parede, com ou sem cobertura.

Saguão - Sala de entrada da edificação onde se encontra o hall e a circulação principal.

Sala Comercial - Espaço destinado a prestação de serviço.

Sobreloja - Pavimento situado acima do pavimento térreo, com acesso exclusivo pela loja, ocupando área máxima de 50% do piso imediatamente inferior.

Sumidouro - Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar sua infiltração subterrânea.

Tapume - Vedação provisória usada durante a construção.

Taxa de Ocupação - índice que determina o valor máximo de ocupação considerando a projeção da edificação sobre o lote. É calculada pela seguinte fórmula:

$$TO = AP/AL$$

Onde:

TO = taxa de ocupação (expressa em porcentagem).

AP = área de projeção da edificação.

AL = área do lote.

Telheiro - Superfície coberta e sem paredes em todas as faces.

Terraço - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse.

Testada - É a linha que separa o logradouro público da propriedade particular.

Unidade de Moradia - Conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com apartamento.

UFM - Unidade Fiscal Municipal.

Valas de Filtração - Unidade complementar de tratamento do efluente da fossa séptica, por filtração biológica, constituída da tubulação e leito filtrante.

Valas de Infiltração - Valas destinadas a receber o efluente da fossa séptica, através de tubulação convenientemente instalada e a permitir sua infiltração em camadas superficiais do terreno.

Varanda - Espécie de alpendre à frente e/ou em volta de uma edificação.

Vestíbulo - Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações.

Vistoria - Diligência efetuada por funcionários habilitados para verificar determinadas condições das obras.

Zoneamento - É a divisão da área urbana em zonas de uso diferenciado.

## Capítulo II

### DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS

#### SEÇÃO I

#### DA CONSULTA PRÉVIA DE VIABILIDADE, DO PROJETO E DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

**Art. 98 -** Todas as obras de construção, acréscimo, modificação, reforma ou demais obras civis a serem executadas no município de Rio do Sul, serão precedidas dos seguintes processos administrativos:

I - consulta prévia de viabilidade;

II - análise de projetos;

III - aprovação de projetos (alvará de construção);

IV - licenciamentos da obra (habite-se).

§ 1º - A aprovação e licenciamento da obra de que tratam os Incisos II, III e IV poderão ser requeridos simultaneamente devendo, neste caso, os projetos estarem de acordo com todas as exigências desta Lei

Complementar;

§ 2º - incluem-se no disposto neste artigo, os cortes, escavações, aterros e terraplanagens destinados a obras ou loteamentos e explorações de jazidas, que também devem seguir as determinações deste código e do Código de Posturas.

#### SUBSEÇÃO I

##### DA CONSULTA PRÉVIA DE VIABILIDADE

**Art. 99 -** A consulta Prévia de Viabilidade configura pedido de informação sobre a possibilidade de ser admitida a construção, o uso pretendido e quais as normas a serem seguidas e respeitadas, e se dará através de:

I - preenchimento de formulário próprio no qual o requerente indicará a localização do terreno;

II - emissão de parecer posicionando a Prefeitura frente a ação e o uso pretendido;

III - fotocópia do carnê do IPTU;

IV - matrícula atualizada do terreno.

§ 1º - A Prefeitura indicará as legislações que fundamentarão o parecer.

§ 2º - A Consulta Prévia de Viabilidade será emitida num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 3º - Terá validade por 6 (seis) meses.

§ 4º - O prazo poderá ser prorrogado por mais 6 (seis) meses a pedido da parte interessada, observando sempre legislação vigente na data da prorrogação.

#### SUBSEÇÃO II

##### DA ANÁLISE DE PROJETOS

~~**Art. 100 -** Após a Consulta Prévia de Viabilidade, o requerente apresentará documentação necessária para aprovação dos Projetos, que são as seguintes:~~

~~I - Projeto assinado pelo proprietário ou representante legal;~~

~~II - consulta de viabilidade deferida;~~

~~III - planta de situação do lote onde se fará a edificação na escala maior ou igual a 1:2000 (um para dois mil) onde constarão:~~

~~a) orientação do Norte;~~

~~b) indicação do lote na quadra (amarração com a respectiva distância à rua mais próxima) e a identificação dos respectivos vizinhos;~~

~~c) relação contendo a área do lote, área de projeção de cada unidade, incluindo as já existentes, índice de aproveitamento e a taxa de ocupação.~~

~~IV - planta baixa de cada pavimento não repetido, na escala 1:50 ou 1:75 conforme a necessidade de apresentação de cada projeto, contendo:~~

~~a) as dimensões e áreas de todos os compartimentos inclusive dimensões dos vãos de iluminação, garagens e áreas de estacionamento;~~

~~b) a finalidade de cada compartimento;~~

~~c) indicação das espessuras das paredes e dimensões internas e externas totais da obra;~~

~~d) os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais.~~

~~V cortes longitudinais e transversais na mesma escala da planta baixa, com a indicação dos elementos necessários à compreensão do Projeto como pé direito, altura das janelas, peitoris, e perfis do telhado;~~

~~VI planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala que se fizer necessário para a compreensão do Projeto;~~

~~VII elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;~~

~~VIII planta de locação na escala maior ou igual a 1:200 (um para duzentos) onde constarão:~~

~~a) projeção da edificação dentro de um lote, configurando rios, canais ou outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades municipais;~~

~~b) as dimensões das divisas do lote e os afastamentos e recuos da edificação quando exigidas.~~

~~IX projetos Complementares;~~

~~X cópia da matrícula imobiliária expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas, e, se o requerente não for proprietário, também a sua autorização ou do usufrutuário, com firma devidamente reconhecida por tabelião, autorizando a construção na área total do terreno, (alterado pela LC 025 de 1997);~~

~~Em hipótese alguma a referida autorização a que alude o inciso X deste artigo, importará em desmembramento do terreno, que para isso deverá obedecer à lei pertinente (alterado pela LC 025 de 1997);~~

~~X cópia da matrícula imobiliária expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas, e, se o requerente não for proprietário, também a sua autorização ou do usufrutuário, com firma devidamente reconhecida por tabelião, autorizando a construção na área total do terreno; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~a) Em hipótese alguma a referida autorização a que alude o inciso X deste artigo, importará em desmembramento do terreno, que para isso deverá obedecer à lei pertinente; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~XI Quando no lote ou edificação for prevista a implantação de área destinada a playground, deverá ser apresentada ART de projeto e execução de acordo com a norma NBR 14350-1, quando da solicitação do habite-se.~~

**Art. 100** Não se fará a análise do projeto Arquitetônico, nem de projetos complementares, nas edificações classificadas como Residenciais unifamiliares, Residenciais multifamiliares e Edificações não residenciais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 1º Em todas as peças gráficas nos incisos IV, V, VI, e VII deverão constar as especificações dos materiais utilizados.~~

§ 1º O licenciamento para os usos acima mencionados se dará através da análise do projeto legal, definido conforme padrão estabelecido por esta Lei complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 2º Nos casos de Projetos para construção de edificações de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas devendo, contudo, ser consultado previamente o órgão competente da Prefeitura.~~

§ 2º O Projeto Legal consiste em um conjunto de peças gráficas que demonstram as dimensões externas, implantação, volumetria, áreas e índices urbanísticos da edificação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 3º — Em se tratando da construção de estabelecimentos de interesse de saúde, desde que sejam de atribuição de análise da prefeitura, estes deverão apresentar juntamente com os demais documentos e o projeto arquitetônico em 04 (quatro) vias, o formulário de petição preenchido (formulário este entregue pela prefeitura juntamente com a resposta da consulta de viabilidade, a ser preenchido pelo requerente) e obedecer além das leis em vigor a RDC 50 de 21 de fevereiro de 2002.~~

§ 3º O licenciamento através do projeto legal, não dispensa a elaboração do Projeto Arquitetônico assim como os Projetos Complementares por parte dos Responsáveis Técnicos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 4º — Para aprovação do Projeto Arquitetônico todas as pranchas relacionadas nos incisos anteriores deverão ser apresentadas em no mínimo 3 (três) vias, uma das quais será arquivada no órgão competente da Prefeitura e as outras serão devolvidas ao requerente após a aprovação, contendo em todas as folhas carimbos de aprovação e as rubricas dos funcionários responsáveis pela aprovação.~~

§ 4º Não se aplicam os termos do "Projeto Legal" definidos nesta Lei Complementar as edificações classificadas como EDIFICAÇÕES DE USOS DIVERSOS, conforme Artigo 181 desta Lei Complementar, além de postos de revenda de derivados de petróleo, casas noturnas e estabelecimentos de serviço de saúde. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 5º — Os Projetos necessários para a obra e a ART deverão ser apresentados conforme estabelecido pelo CREA, e os profissionais deverão estar devidamente inscritos no cadastro de contribuintes do município.~~

§ 5º O Projeto Legal poderá ser apresentado para os seguintes tipos de construção:

I - regularizações;

II - obras novas em terrenos sem edificações existentes;

III - obras novas em terrenos já edificadas regularizadas ou não;

IV - ampliações de áreas já edificadas, regularizadas ou não;

V - reformas de áreas existentes regularizadas ou não. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 6º Os procedimentos adotados para os processos de Construção civil em terrenos já edificadas, são os seguintes:

I - edificações existentes que distem mais de 3.00m da edificação a construir ou regularizar, e estiverem irregulares, serão notificadas para que se proceda com a regularização, porém a Notificação não impedirá o andamento do processo de ampliação, devendo tramitar regularmente (ampliação e regularização) no mesmo protocolo;

II - para fins de aprovação de Projetos de Ampliação e/ou Reforma e emissão de Alvará de construção, as edificações existentes, que distem até 3.00m da ampliação, deverão obrigatoriamente possuir habite-se ou certidão de decadência, ou estarem averbadas em matrícula;

III - nos processos de construção civil, os projetos deverão ser apresentados de maneira a atender as orientações a seguir:

a) na planta de situação, representar todas as edificações existentes no terreno com dimensionamento do

seu perímetro, indicando afastamentos entre edificações;

b) no quadro de áreas, indicar a área, uso e material construtivo das edificações existentes, informando também se possuem Habite-se (informando seu número), Certidão de decadência ou averbação na Matrícula do registro de Imóveis;

IV - será obrigatória a comprovação da regularidade da edificação objeto de ampliação, pelo responsável técnico, através da Certidão de decadência, Habite-se ou averbação em matrícula;

V - as informações apresentadas na planta de situação e quadro de áreas pelo responsável técnico serão verificadas pelo Departamento de Fiscalização de obras do município, sendo que as edificações irregulares serão notificadas e o processo seguirá ao Departamento de Cadastro Multifinalitário para correções de áreas, caso necessário, o que não implicará em paralisação do processo, sendo que as áreas envolvidas deverão ser computadas no cálculo dos índices urbanísticos (taxa de ocupação e índice de aproveitamento);

VI - cabe ao proprietário contratar responsável técnico para a elaboração do projeto, o levantamento das edificações existentes no imóvel (dimensões externas, área uso e material construtivo) e dos documentos que comprovem sua regularidade (averbação em matrícula, certidão de decadência e/ou Habite-se) previamente ao encaminhamento do projeto para análise, visando à celeridade do processo de análise de construção civil. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 101 - O Projeto de uma construção será examinado em função de sua utilização lógica e não apenas pela sua denominação em planta.~~

**Art. 101** Para requerer a análise do Projeto Legal, o requerente deverá apresentar a seguinte documentação:

I - consulta prévia de viabilidade deferida;

II - cópia da matrícula imobiliária expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

III - documento de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) de todas as atividades técnicas abrangidas no empreendimento;

IV - declaração de responsabilidade registrada em cartório;

V - Projeto Legal;

VI - autorização para construção, quando for necessário;

VII - aprovações em outros órgãos, quando necessário;

VIII - Estudo de Impacto de Vizinhança, nos casos exigidos por Lei;

IX - licença ambiental, nos casos exigidos por Lei;

X - comprovante de pagamento da taxa de análise de projetos.

§ 1º Ficam definidos como Projetos Complementares ao Projeto Arquitetônico, os Projetos Hidrossanitário, Elétrico, Estrutural e de Prevenção contra Incêndios.

§ 2º É obrigatório apresentar, no mínimo, responsável técnico, devidamente registrado no CAU ou CREA, de Projeto e Execução dos projetos Arquitetônico, Hidrossanitário, Elétrico, Estrutural e Preventivo contra incêndio (sendo dispensado o Preventivo contra incêndio para residências unifamiliares).

I - Edificações em estrutura pré-moldada ou pré-fabricada, poderão apresentar a RRT ou ART de execução das mesmas na emissão do Habite-se, desde que seja solicitado, através de requerimento próprio, no momento da análise do projeto.

§ 3º Os responsáveis técnicos deverão estar devidamente inscritos no cadastro de contribuintes do município.

§ 4º A dispensa da análise não exime o Responsável técnico do desenvolvimento do Projeto Arquitetônico, Complementares e demais detalhamentos necessários a execução da obra, sendo que tais projetos deverão seguir as Normas, Instruções Normativas e demais Leis pertinentes, sendo de responsabilidade do proprietário e do(s) responsável(eis) técnico(s) manter cópias de todos os projetos na obra. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

#### ~~SUBSEÇÃO III~~

~~DOS PROJETOS COMPLEMENTARES~~ (Revogada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 102 - São Projetos Complementares, para atendimento desta Lei Complementar, os Projetos Hidro-Sanitário, Elétrico, Estrutural e de Prevenção Contra Incêndios. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

#### ~~INCISO I~~

~~DO PROJETO HIDRO-SANITÁRIO~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 103 - O Projeto Hidro-Sanitário será exigido para toda a edificação servida com água. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 104 - O Projeto Hidro-Sanitário será apresentado em 02 (duas) vias de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela ABNT e atender o que dispõe o Código Sanitário Municipal bem como o Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto Sanitário da CASAN e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).~~

~~Parágrafo único. Deverá ser apresentado projeto hidro-sanitário completo (hidráulico e sanitário) com memória de cálculo e detalhamento do sistema de tratamento.~~

~~Art. 104 - O projeto Hidro-Sanitário (hidráulico e sanitário) deverá ser apresentado em 03 (vias) vias, contendo os seguintes itens: (Redação dada pela Lei Complementar nº 197/2009)~~

~~I - detalhamento do sistema de tratamento de efluentes (caixa de inspeção, caixa de gordura, tanque séptico e filtro anaeróbico); (Redação dada pela Lei Complementar nº 197/2009)~~

~~II - destino final dos dejetos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 197/2009)~~

~~III - origem do abastecimento de água (poço artesiano ou concessionária de água); (Redação dada pela Lei Complementar nº 197/2009)~~

~~IV - reservatório de água com volume adequado à edificação; (Redação dada pela Lei Complementar nº 197/2009)~~

~~V - memória de cálculo para o dimensionamento do reservatório de água e sistema de tratamento estabelecidas pela ABTN; (Redação dada pela Lei Complementar nº 197/2009)~~

~~VI - projeto de retenção de águas pluviais, quando couber. (Redação dada pela Lei Complementar nº 197/2009) (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~



**INCISO II**

~~DO PROJETO ELÉTRICO~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 105 - A instalação elétrica obedecerá às normas da ABNT, normas estabelecidas pela CELESC (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA).~~

~~I - deverá ser apresentada ART de projeto e execução do projeto elétrico para liberação do alvará.~~  
(Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

**INCISO III**

~~DO PROJETO ESTRUTURAL~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 106 - O Projeto Estrutural não merecerá análise da Prefeitura, sendo exigida tão somente a entrega da respectiva ART de projeto e execução devidamente registrada junto ao CREA/SC.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

**SUBSEÇÃO IV****DO PROJETO DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS**

**Art. 107 -** O Projeto de Segurança e Prevenção Contra Incêndios deverá atender legislação pertinente e ser aprovado pela unidade local do Corpo de Bombeiros.

§ 1º - Para liberação do alvará de construção, deverá ser apresentado o atestado de aprovação de projeto do Corpo de Bombeiros.

§ 2º - As residências unifamiliares, deverão apresentar no projeto arquitetônico a previsão de abrigo de gás no lado externo da mesma, conforme padrão estabelecido pela Norma de Segurança Contra Incêndio do Corpo de Bombeiros (criado pela LC 068 de 2001).

**SEÇÃO II****DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO**

**Art. 108 -** Após a análise dos elementos fornecidos e, se os mesmos estiverem de acordo com a legislação pertinente, a Prefeitura aprovará o Projeto e fornecerá ao requerente o Alvará de Construção.

Parágrafo único. Deverá constar do Alvará de Construção:

- a) nome do proprietário;
- b) número do protocolo solicitando aprovação do projeto;
- c) prescrição sumária da obra, com indicação da área construída, finalidade e natureza;
- d) local da obra, número da inscrição do cadastro imobiliário;
- e) profissional responsável pelo(s) Projeto(s) e pela execução da obra devidamente inscrito nos órgãos competentes;
- f) nome e assinatura do responsável da Prefeitura, assim como qualquer outra indicação que for julgada necessária.;
- g) número da matrícula do imóvel;

h) existência ou não de playground.

i) numeração da edificação; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

j) prazo de validade do alvará. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 109 - O Alvará de Construção será válido pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de sua expedição.~~

~~§ 1º - Se a obra não for iniciada dentro do prazo de 12 (doze) meses, o Alvará perderá sua validade.~~

~~§ 2º - Para efeito deste, uma obra será considerada iniciada a partir do início da execução das suas fundações (alterada pela LC 025 de 1997).~~

~~§ 3º - Considera-se prescrito o Alvará de Construção que após ser iniciada, a obra sofrer interrupção superior a 12 (doze) meses.~~

~~§ 4º - A prescrição do Alvará de Construção implica em novo requerimento do mesmo.~~

~~§ 4º - A prescrição do Alvará de Construção implica em novo requerimento do mesmo, devendo o interessado nesses casos:~~

~~I - Solicitar a revalidação do Alvará de Construção, em requerimento contendo o breve histórico da obra e as justificativas que ensejaram a prescrição, endereçado à Secretaria Municipal de Planejamento, devidamente instruído com o original. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)~~

~~§ 5º - A solicitação de revalidação poderá ser requerida uma única vez, pelo prazo máximo de 14 meses a contar da data de validade, sendo vedada a prorrogação da mesma. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 312/2015)~~

**Art. 109** O Alvará de construção será válido por 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua expedição, desde que a obra tenha sido iniciada até 18 meses após sua emissão.

§ 1º Caso a obra não tenha sido iniciada no período de 18 meses, o Alvará será cancelado, sem possibilidade de revalidação.

§ 2º Tendo sido iniciada a obra no prazo de 18 meses, e vencido o prazo para execução de 36 meses, o Alvará poderá ser prorrogado ou revalidado, desde que o projeto não tenha sido alterado.

§ 3º A solicitação de prorrogação ou revalidação do Alvará, tendo sido iniciada a obra, deverá ser feita mediante apresentação de requerimento específico.

§ 4º Somente será aceita a prorrogação ou a revalidação do alvará de construção, mediante a quitação do ISS referente ao percentual executado, sendo que para tanto, deverá ainda ser apresentado o cronograma de execução da obra, elaborado por profissional habilitado, conforme regulamento.

§ 5º O prazo concedido para revalidação do Alvará de obra em andamento, será de 36 meses, podendo ser revalidado quantas vezes o requerente solicitar.

§ 6º Uma obra será considerada iniciada a partir da execução das suas fundações. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 110 - Depois de aprovado o(s) Projeto(s) e expedido o Alvará de Construção, se houver alteração no Projeto, o interessado deverá requerer nova aprovação, conforme Seção II, do Capítulo II deste Título. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 111 - A fim de comprovar o licenciamento da obra para efeito de fiscalização, o Alvará de Construção deverá ser mantido no local da obra, juntamente com o(s) Projeto(s) aprovado(s) e respectivas ART's.~~

**Art. 111** A fim de comprovar o licenciamento da obra para efeito de fiscalização, o Alvará de Construção deverá ser mantido no local da obra, juntamente com o(s) Projeto(s) e respectiva(s) ART`s, ou RRT`s, sendo cabível a fiscalização municipal solicitá-los na ocasião da vistoria. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 112 -** É dispensável a apresentação de Projeto e requerimento para expedição de Alvará de Construção, para:

I - construção de pequenos barracões provisórios destinados a depósito de materiais durante a construção de edificações, que deverão ser demolidos logo após o término das obras;

II - obras de reparos em fachadas quando não compreenderem a alteração das linhas arquitetônicas.

~~**Art. 113 -** A Prefeitura terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a análise, do Projeto e expedição do Alvará de Construção, a contar da data de entrada do requerimento no Protocolo da Prefeitura ou da última chamada para esclarecimento, desde que o(s) Projeto(s) apresentado(s) esteja(m) em condições de aprovação.~~

~~**Art. 113** A Prefeitura terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a análise do projeto e expedição do Alvará de Construção, a contar da data de entrada do requerimento no Departamento de Urbanismo ou da última chamada para esclarecimento, desde que não seja solicitado parecer de outro departamento, e se o(s) Projeto(s) apresentado(s) esteja(m) em condições de aprovação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)~~

**Art. 113** O Município terá o prazo total máximo de 36 (trinta e seis) dias úteis, excluindo-se o dia do protocolo, para finalizar a análise do projeto e expedir o Alvará de Construção sendo que cada departamento terá o seguinte prazo:

I - Consulta de Viabilidade:

- a) Departamento de Análise: 3 (três) dias;
- b) Cadastro Imobiliário: 3 (três) dias;
- c) Geoprocessamento: 3 (três) dias;
- d) Meio Ambiente: 7 (sete) dias;

II - fiscalização de obras: 7 (sete) dias;

III - análise de projetos: 7 (sete) dias;

IV - alinhamento: 5 (cinco) dias;

V - expedição de alvará: 1 dia.

§ 1º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo poderá sujeitar o servidor às penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 2º O processo administrativo ou procedimento cujo prazo previsto neste artigo não tenha sido cumprido, de competência dos engenheiros e arquitetos do município de Rio do Sul, não lhes gerará pontos para o compute da gratificação de produtividade da Lei Complementar nº 380 de 19 de dezembro de 2017, salvo se o Secretário Municipal de Infraestrutura autorizar o compute mediante prévia justificativa.

§ 3º Em caso de necessidade de apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança o prazo definido no caput será acrescido de 10 (dez) dias úteis. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 114 -** A construção dentro das especificações desta Lei Complementar, mas sem Alvará de Construção, está sujeita as penalidades previstas em Lei.

Parágrafo único. A construção fora das especificações do Plano Diretor está sujeita a demolição por ato do Executivo Municipal podendo ser concedido um prazo de até 90 (noventa) dias para sua legalização, sem dispensa de multa correspondente.

**Art. 115 -** Ficarão suspensos os alvarás de construção das obras que não tenham sido iniciadas até a data de publicação desta Lei Complementar e que esteja com seu prazo de validade vencido.

### SEÇÃO III DAS NORMAS TÉCNICAS

#### SUBSEÇÃO I DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO

~~**Art. 116 -** Os Projetos somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as normas usuais de desenho arquitetônico, estabelecidas pela ABNT.~~

~~§ 1º As folhas do Projeto deverão seguir as normas da ABNT quanto aos tamanhos escolhidos, sendo apresentadas em cópias dobradas, tomando-se por tamanho padrão um retângulo de 21,0 cm x 29,7 cm, (tamanho A4), com número ímpar de dobras tendo margem de 1 cm (um centímetro) em toda periferia da folha exceto na margem lateral esquerda a qual será de 2,5 cm (orelha) para fixação em pastas.~~

~~§ 2º No canto inferior direito da(s) folha(s) do Projeto, será desenhado quadro legenda com 17,5 cm de largura e 27,7 cm de altura (tamanho A4), reduzidas as margens, onde constarão:~~

~~I - selo ocupando o extremo inferior especificando:~~

- ~~a) natureza e destino da obra;~~
- ~~b) referência da folha (planta, cortes elevações, etc.);~~
- ~~c) tipo de Projeto (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidro-sanitário, etc.);~~
- ~~d) indicação do nome e assinatura do requerente, do autor do Projeto e do responsável técnico pela execução da obra sendo estes últimos, com indicação dos números dos Registros no CREA;~~
- ~~e) data;~~
- ~~f) escala;~~
- ~~g) nome do desenhista;~~
- ~~h) no caso de vários desenhos de um Projeto que não caibam em uma única folha, será necessário numerá-las em ordem crescente;~~

~~II - quadro de áreas com os seguintes itens: área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente (se houver), áreas ocupadas pela nova construção, reconstrução, reforma ou ampliação, discriminadas por pavimento ou edículas, taxa de ocupação e índice de aproveitamento;~~

~~II - quadro de áreas com os seguintes itens: área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente (se houver), áreas ocupadas pela nova construção, reconstrução, reforma ou ampliação, discriminadas por pavimento ou edículas, taxa de ocupação, índice de aproveitamento e taxa de permeabilidade; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)~~

~~III - espaço reservado à Prefeitura e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações, com dimensões mínimas de 17,5 cm de largura e 15,0 cm de altura.~~

~~§ 3º Nos Projetos de reforma, ampliação ou reconstrução as peças gráficas serão apresentadas:~~

~~I - em cheio, as partes conservadas;~~

~~II - em hachurado, as partes a construir;~~

~~III - em pontilhado, as partes a demolir.~~

**Art. 116** A apresentação do Projeto Legal deverá atender ao disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, além dos itens específicos para edificações unifamiliares, multifamiliares, não residenciais, ou de uso misto, conforme as especificações que seguem:

§ 1º Prancha padrão: As pranchas de projeto deverão seguir as normas da ABNT quanto aos tamanhos escolhidos.

§ 2º Selo padrão: No canto inferior direito da prancha, será desenhado o Selo padrão com 17,5 cm de largura e 27,7 cm de altura (tamanho A4), reduzidas as margens, onde constarão:

- a) tipo de projeto (Projeto Legal);
- b) conteúdo da prancha (Planta de Situação, Pavimentos, Esquema vertical transversal e longitudinal);
- c) classificação da edificação (residencial unifamiliar ou multifamiliar, comercial, serviços, etc.) e material da obra;
- d) tipo de edificação (edificação nova, ampliação, regularização, reforma ou tipos combinados);
- e) endereço da obra;
- f) indicação do nome, CPF e assinatura do requerente (no caso de pessoa jurídica, apresentar nome e CPF do responsável legal da empresa);
- g) indicação do autor do Projeto e Responsável pela execução, com indicação do número de Registro no respectivo Conselho e assinatura do mesmo (CAU, CREA);
- h) data;
- i) escala;
- j) no caso de vários desenhos de um Projeto que não caibam em uma única folha, será necessário numerá-las em ordem crescente;

I - Quadro de áreas contendo:

- a) área do lote;
- b) áreas ocupadas por, edificações novas, edificações existentes, se houverem (indicar número do Alvará ou Habite-se se houver), regularizações, ampliações ou reformas, indicando sempre o uso a que se destinam (residencial, comercial, serviço ou industrial);

II - as áreas que constarem no Quadro de áreas deverão ser discriminadas por pavimento, distinguindo áreas computáveis, não computáveis;

III - todas as áreas apresentadas deverão ser computadas no cálculo da taxa de ocupação, índice de aproveitamento (somente computáveis) e taxa de permeabilidade do solo;

IV - área total global;

V - indicação da área total ocupada por calçadas e demais pavimentações externas;

VI - taxa de ocupação;

VII - índice de aproveitamento;

VIII - taxa de permeabilidade do solo.

§ 3º Apresentação do Projeto Legal para edificações residenciais do tipo UNIFAMILIAR deverá ser feita em escala adequada para perfeita leitura e compreensão, contendo os itens a seguir:

I - Planta de Situação padrão deverá ser feita em escala adequada para perfeita leitura e compreensão, contendo os seguintes itens:

- a) denominação do desenho e escala;
- b) indicação do lote com medidas totais e parciais e seus respectivos confrontantes, conforme matrícula, nomeando a rua em que se situa, bem como a amarração com a respectiva distância à rua mais próxima;
- c) indicar a largura da via existente e previsão de alargamento, se houver;
- d) representação do perímetro do pavimento térreo no lote, devidamente cotado, indicando os afastamentos frontal, laterais e de fundos;
- e) se houverem edificações existentes sobre o lote, apresentar igualmente a representação do perímetro da(s) mesma(s), devidamente cotado, indicando a distância em relação a edificação nova, distinguindo as mesmas por hachuras distintas;
- f) representação da Projeção dos pavimentos superiores, distinguindo e denominando cada um, com as respectivas cotas e afastamentos;
- g) local vaga(s) de estacionamento interna ao lote, bem como vãos de manobra, caso o projeto não inclua garagem;
- h) representação e dimensionamento de elementos significativos, como: cursos d'água, ruas projetadas, rede ferroviária, tubulação com suas respectivas faixas non aedificandi, áreas de preservação permanente, faixas de domínio de rodovias e ferrovias, entre outros;
- i) indicar a posição do sistema de tratamento final de esgoto proposto, indicando seu diâmetro, quando cilíndrico, ou suas dimensões no plano horizontal quando prismáticas, de acordo com o cálculo do dimensionamento, que deverá atender as especificações contidas na NBR 7229/1993 e NBR 13 969/1997, ou outras que vierem a substituí-las e apresentar os afastamentos em relação ao lote e o destino final dos efluentes;
- j) indicar a posição de Cisternas, quando houverem;
- k) indicação de local para correspondências e lixeira junto ao alinhamento frontal;
- l) indicação da localização do abrigo de gás;
- m) indicar rebaixo no meio-fio para acesso de veículos, sendo permitido: um rebaixo de 5,00m; ou dois rebaixos de 3,00m ao longo da testada;
- n) nos terrenos de esquina, o rebaixo no meio-fio deverá respeitar a distância mínima de 6,00m do final do raio de concordância das vias;
- o) indicação de piscinas, calçadas e demais pavimentações que houverem sobre o lote com suas respectivas medidas para cálculo de Taxa de Permeabilidade;
- p) indicar níveis (rua, terreno, piso térreo, etc.);
- q) representar rampas de acesso, tanto de veículos, quanto de pedestres, atendendo as Leis e Normas referentes a Acessibilidade. As rampas deverão ser executadas internamente ao Lote, não sendo permitidos avanços sobre o passeio público;
- r) orientação do norte magnético.

II - a Planta Esquemática do perímetro deverá ser apresentada de cada pavimento separadamente, sendo a escala mínima de 1:200, contendo as seguintes informações:

- a) denominação do pavimento;
- b) escala utilizada;
- c) representação do perímetro de cada pavimento com as medidas parciais e totais, indicando os níveis;
- d) a representação da projeção dos pavimentos superiores e dos elementos que se projetam para fora da edificação, bem como marquises, pérgulas, beirais e sacadas, devidamente cotados;

- e) linha do plano de corte (esquema vertical) nos sentidos transversal e longitudinal;
- f) nos projetos de reforma, ampliação e regularização, deverão ser indicadas as partes que serão reformadas, ampliadas ou conservadas, de acordo com as convenções especificadas na legenda do projeto;
- g) apresentar quadro com legenda das hachuras;

III - o esquema vertical deverá ser composto por, no mínimo, 02 (dois) cortes esquemáticos, um transversal e um longitudinal, sendo a escala mínima 1:200, que demonstrem a volumetria da edificação, sendo que um deles deverá representar a rua, apontando a diferença de nível da mesma em relação ao nível do piso térreo, e conter os seguintes elementos:

- a) denominação de cada pavimento;
- b) representação dos níveis e altura de cada pavimento, incluindo espaços utilizados como dutos de caixa d'água, prismas, chaminés, elementos etc.;
- c) perfil natural do terreno e soluções para movimentações de terra (cortes e/ou aterros) até 300m<sup>3</sup>, se houverem (acima deste volume, faz-se necessário apresentar projeto específico, conforme Plano Diretor);
- d) indicação, quando presente, dos seguintes itens construtivos: sótão, subsolo, ático e mezanino, elementos que sejam computáveis na altura total da edificação;
- e) solução para desníveis entre a rua, o lote e o piso térreo da edificação, indicando cada nível, (escadas e rampas para acesso de pedestres e veículos) respeitando as Leis e Normas pertinentes.

§ 4º Apresentação do Projeto Legal para edificações residenciais do tipo MULTIFAMILIAR, deverá ser feita em escala adequada para perfeita leitura e compreensão, contendo os itens a seguir:

I - o quadro de informações deverá conter:

- a) numeração da unidade habitacional;
- b) quantidade de dormitórios por unidade habitacional;

II - Planta de Situação padrão deverá ser feita em escala adequada para perfeita leitura e compreensão, contendo os seguintes itens:

- a) denominação do desenho e escala;
- b) indicação do lote com medidas totais e parciais e seus respectivos confrontantes, conforme matrícula, nomeando a Rua em que se situa, bem como a amarração com a respectiva distância à rua mais próxima;
- c) indicar a largura da via existente e previsão de alargamento, se houver;
- d) representação do perímetro do pavimento térreo no lote, devidamente cotado, indicando os afastamentos frontal, laterais e de fundos;
- e) se houverem edificações existentes sobre o lote, apresentar igualmente a representação do perímetro da(s) mesma(s), devidamente cotado, indicando a distância em relação a edificação nova, distinguindo as mesmas por hachuras distintas;
- f) representação da projeção dos pavimentos superiores, distinguindo e denominando cada um, com as respectivas cotas e afastamentos;
- g) local e numerar as vagas de estacionamento internas ao lote, adequadas o uso da edificação, conforme Plano Diretor e NBR 9050, bem como vãos de manobra;
- h) representação e dimensionamento de elementos significativos, como: cursos d'água, ruas projetadas, rede ferroviária, tubulação com suas respectivas faixas non aedificandi, áreas de preservação permanente, faixas de domínio de rodovias e ferrovias, entre outros;
- i) indicar a posição do sistema de tratamento final de esgoto proposto, indicando seu diâmetro, quando cilíndrico, ou suas dimensões no plano horizontal quando prismáticas, de acordo com o cálculo do dimensionamento, que deverá atender as especificações contidas na NBR 7229/1993 e NBR 13 969/1997, ou

outras que vierem a substituí-las e apresentar os afastamentos em relação ao lote e o destino final dos efluentes;

- j) indicar a posição de cisternas, quando exigido;
- k) indicação de local para correspondências e lixeira junto ao alinhamento frontal;
- l) indicação da localização do abrigo/central de gás;
- m) indicar rebaixo no meio-fio para acesso de veículos, sendo permitidos: um rebaixo de 5,00m, ou dois rebaixos de 3,00m ao longo da testada;
- n) nos terrenos de esquina, o rebaixo no meio-fio deverá respeitar a distância mínima de 6,00m do final do raio de concordância das vias;
- o) indicação de piscinas, calçadas e demais pavimentações externas com suas respectivas medidas para cálculo de Taxa de Permeabilidade;
- p) indicar níveis (rua, terreno, piso térreo, etc.);
- q) representar rampas de acesso, tanto de veículos, quanto de pedestres, atendendo as leis e normas referentes a acessibilidade. As rampas deverão ser executadas internamente ao lote, não sendo permitidos avanços sobre o passeio público;
- r) orientação do norte magnético;

III - A Planta Esquemática do perímetro deverá ser apresentada de cada pavimento separadamente, sendo a escala mínima de 1:200, contendo as seguintes informações:

- a) denominação do pavimento;
- b) escala utilizada;
- c) para área de uso comum, deverá ser apresentada a Planta Baixa completa, constando todos os compartimentos, devidamente cotados, indicando níveis, sua área e finalidade;
- d) para a unidade habitacional privativa, deverá ser apresentado apenas seu perímetro externo, devidamente cotado, com indicação de níveis;
- e) a representação da projeção dos pavimentos superiores e dos elementos que se projetam para fora da edificação, bem como marquises, pérgulas, beirais e sacadas, devidamente cotados;
- f) linha do plano de corte (esquema vertical) nos sentidos transversal e longitudinal;
- g) nos projetos de reforma, ampliação e regularização, deverão ser indicadas as partes que serão reformadas, ampliadas ou conservadas, de acordo com as convenções especificadas na legenda do projeto;

IV - o esquema vertical deverá ser composto por, no mínimo, 02 (dois) cortes esquemáticos, um transversal e um longitudinal, sendo a escala mínima 1:200, que demonstrem a volumetria da edificação, sendo que um deles deverá representar a rua, apontando a diferença de nível da mesma em relação ao nível do piso térreo, e conter os seguintes elementos:

- a) denominação de cada pavimento;
- b) representação dos níveis e altura de cada pavimento, incluindo espaços utilizados como dutos de caixa d'água, prismas, chaminés, elementos etc.;
- c) perfil natural do terreno e soluções para movimentações de terra (cortes e/ou aterros) até 300m<sup>3</sup>, se houverem (acima deste volume, faz-se necessário apresentar projeto específico, conforme Plano Diretor);
- d) indicação, quando presente, dos seguintes itens construtivos: sótão, subsolo, ático e mezanino, elementos que sejam computáveis na altura total da edificação;
- e) solução para desníveis entre a rua, o lote e o piso térreo da edificação, indicando cada nível, (escadas e rampas para acesso de pedestres e veículos) respeitando as leis e normas pertinentes.

§ 5º Apresentação do Projeto Legal para edificações NÃO RESIDENCIAIS deverá ser feita em escala adequada para perfeita leitura e compreensão, contendo os itens a seguir:

I - o Quadro de Informações deverá conter:



- a) quantidade de salas ou escritórios por pavimento;
- b) quantidade de banheiros adaptados para portadores de necessidades (P.N.E.), conforme NBR 9050;
- c) número de vagas de estacionamento para portadores de necessidades especiais, conforme NBR 9050;
- d) quantidade de vagas de estacionamento comuns;

II - a Planta de Situação padrão deverá ser feita em escala adequada para perfeita leitura e compreensão, contendo os seguintes itens:

- a) denominação do desenho e escala;
- b) indicação do lote com medidas totais e parciais e seus respectivos confrontantes, conforme matrícula, nomeando a Rua em que se situa, bem como a amarração com a respectiva distância à rua mais próxima;
- c) indicar a Largura da via existente e previsão de alargamento, se houver;
- d) representação do perímetro do pavimento térreo no lote, devidamente cotado, indicando os afastamentos frontal, laterais e de fundos;
- e) se houverem edificações existentes sobre o lote, apresentar igualmente a representação do perímetro da(s) mesma(s), devidamente cotado, indicando a distância em relação a edificação nova, distinguindo as mesmas por hachuras distintas;
- f) representação da projeção dos pavimentos superiores, distinguindo e denominando cada um, com as respectivas cotas e afastamentos;
- g) local e numerar as vagas de estacionamento internas ao lote, adequadas o uso da edificação, conforme Plano Diretor e NBR 9050, bem como vãos de manobra;
- h) representação e dimensionamento de elementos significativos, como: cursos d'água, ruas projetadas, rede ferroviária, tubulação com suas respectivas faixas non aedificandi, áreas de preservação permanente, faixas de domínio de rodovias e ferrovias, entre outros;
- i) indicar a posição do sistema de tratamento final de esgoto proposto, indicando seu diâmetro, quando cilíndrico, ou suas dimensões no plano horizontal quando prismáticas, de acordo com o cálculo do dimensionamento, que deverá atender as especificações contidas na NBR 7229/1993 e NBR 13 969/1997, ou outras que vierem a substituí-las e apresentar os afastamentos em relação ao lote e o destino final dos efluentes;
- j) indicar a posição de Cisternas, quando exigido;
- k) indicação de local para correspondências e lixeira junto ao alinhamento frontal;
- l) indicação da localização do abrigo/central de gás, caso não esteja previsto no projeto, informar;
- m) indicar rebaixo no meio-fio para acesso de veículos, sendo permitidos: um rebaixo de 5,00m, ou dois rebaixos de 3,00m ao longo da testada;
- n) nos terrenos de esquina, o rebaixo no meio-fio deverá respeitar a distância mínima de 6.00m do final do raio de concordância das vias;
- o) indicação de piscinas, calçadas e demais pavimentações externas com suas respectivas medidas para cálculo de Taxa de permeabilidade;
- p) indicar níveis (rua, terreno, piso térreo, etc.);
- q) representar rampas de acesso, tanto de veículos, quanto de pedestres, atendendo as Leis e Normas referentes a Acessibilidade. As rampas deverão ser executadas internamente ao Lote, não sendo permitidos avanços sobre o passeio público.
- r) orientação do norte magnético;

III - a Planta Esquemática do perímetro deverá ser apresentada de cada pavimento separadamente, sendo a escala mínima de 1:200, contendo as seguintes informações:

- a) denominação do pavimento;
- b) escala utilizada;

- c) a representação do perímetro da edificação com as medidas parciais e totais, indicando os níveis, distinguindo com hachuras áreas não computáveis no índice de aproveitamento e/ou áreas não computáveis no cálculo das vagas de estacionamento, indicando cotas e uso;
- d) apresentar quadro com legenda das hachuras;
- e) a representação da projeção dos pavimentos superiores e dos elementos que se projetam para fora da edificação, bem como marquises, pérgulas, beirais e sacadas, devidamente cotados;
- f) linha do plano de corte (esquema vertical) nos sentidos transversal e longitudinal;
- g) nos projetos de reforma, ampliação e regularização, deverão ser indicadas as partes que serão reformadas, ampliadas ou conservadas, de acordo com as convenções especificadas na legenda do projeto;

IV - o esquema vertical deverá ser composto por, no mínimo, 02 (dois) cortes esquemáticos, um transversal e um longitudinal, sendo a escala mínima 1:200, que demonstrem a volumetria da edificação, sendo que um deles deverá representar a rua, apontando a diferença de nível da mesma em relação ao nível do piso térreo, e conter os seguintes elementos:

- a) denominação de cada pavimento;
- b) representação dos níveis e altura de cada pavimento, incluindo espaços utilizados como dutos de caixa d'água, prismas, chaminés, elementos etc.;
- c) perfil natural do terreno e soluções para movimentações de terra (cortes e/ou aterros) até 300m³, se houverem (acima deste volume, faz-se necessário apresentar projeto específico, conforme Plano Diretor);
- d) indicação, quando presente, dos seguintes itens construtivos: sótão, subsolo, ático e mezanino, elementos que sejam computáveis na altura total da edificação;
- e) solução para desníveis entre a rua, o lote e o piso térreo da edificação, indicando cada nível, (escadas e rampas para acesso de pedestres e veículos) respeitando as leis e normas pertinentes.

§ 6º As edificações de uso misto são as que compartilham mais de um tipo de uso, sendo que a apresentação do Projeto Legal para Edificações de uso misto deverá respeitar os itens cabíveis aos usos pretendidos.

§ 7º Os projetos de regularização deverão atender aos itens relativos a classificação da edificação a regularizar.

§ 8º Somente será permitida a apresentação dos projetos de regularização nos critérios do Projeto Legal as edificações que se enquadrem no padrão fornecido.

§ 9º Caberá a esta municipalidade analisar apenas os itens que compõem a apresentação do Projeto Legal, sendo atribuído ao profissional designado como responsável técnico a elaboração de projetos que atendam aos demais artigos da presente Lei Complementar, bem como leis estaduais e federais, além das normas de acessibilidade e instruções normativas pertinentes.

§ 10 Caberá a fiscalização de obras, verificar nas diversas edificações, os itens apresentados através do Projeto Legal, as Normas de acessibilidade, bem como a conformidade do posicionamento de aberturas em relação aos afastamentos mínimos exigidos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

## SUBSEÇÃO II

### DAS MODIFICAÇÕES DOS PROJETOS APROVADOS

~~Art. 117 - Para modificações em Projeto, assim como para alteração do destino de qualquer compartimento constante do mesmo, será necessário a aprovação de Projeto modificativo.~~

~~§ 1º - O requerimento solicitando aprovação do Projeto modificativo deverá ser acompanhado de cópia do~~

~~Projeto anteriormente aprovado e quando já expedido também do respectivo "Alvará de Construção".~~

~~§ 2º A aprovação do Projeto modificativo será anotada no "Alvará de Construção" se anteriormente aprovado, que será devolvido ao requerente juntamente com o Projeto.~~

**Art. 117** Depois de aprovado o Projeto Legal e expedido o alvará de construção, se houver alteração no mesmo, o interessado deverá solicitar nova aprovação, encaminhando no mesmo protocolo que gerou o alvará de construção a seguinte documentação:

I - requerimento de alteração de projetos;

II - projetos alterados;

III - alvará de construção.

§ 1º Após a aprovação do projeto de alteração, será emitido um novo alvará, e o anterior será recolhido pelo município.

§ 2º A legislação utilizada para analisar as alterações nos projetos já aprovados, poderá ser a mesma vigente na ocasião da aprovação dos projetos, ou a legislação vigente, a critério do interessado, que deverá se manifestar previamente a respeito da legislação que deseja ser utilizada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

#### SUBSEÇÃO III

#### DO HABITE-SE

**Art. 118 -** Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria da Prefeitura e expedido o respectivo Habite-se.

~~§ 1º O Habite se é solicitado pelo proprietário à Prefeitura, através de requerimento assinado por este, acompanhado da respectiva certidão de Vistoria Sanitária.~~

§ 1º Após a conclusão da execução da obra, o proprietário ou responsável técnico deverá fazer a solicitação de Vistoria para Habite-se, apresentando a seguinte documentação:

I - Atestado Sanitário;

II - Habite-se do Corpo de Bombeiros (quando houver exigência);

III - cópia da planilha de áreas da incorporação do condomínio, nos casos em que se aplicam, para inclusão das unidades imobiliárias junto a base de cadastro multifinalitário. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 2º - Quando no alvará constar a existência de playground, deverá ser apresentada a respectiva ART de projeto e execução, de acordo com a NBR 14350-1, para a liberação do habite-se.

~~§ 3º O Habite se só será expedido quando a edificação apresentar condições de habitabilidade estando em funcionamento as instalações hidro-sanitárias, elétricas, prevenção de incêndio (quando for o caso) e demais instalações necessárias.~~

§ 3º Entende-se como obra executada aquela que, oferecendo condições de habitabilidade possua: (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)

I - piso de madeira, cerâmica ou concreto; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)

II - instalação elétrica, hidrossanitária e preventiva contra incêndios ( se for o caso), em perfeito funcionamento; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)

III - fechamento das aberturas externas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)

~~§ 4º - A Prefeitura tem um prazo de 20 (vinte) dias úteis, para vistoriar a obra e para expedir o Habite-se, juntamente com a numeração.~~

~~§ 4º O habite-se da construção só poderá ser concedido pela autoridade competente após comprovada a execução das obras de acordo com os projetos arquitetônico e complementares aprovados. (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)~~

~~§ 4º O habite-se da construção só poderá ser concedido pela autoridade competente após comprovada a execução das obras de acordo com os projetos arquitetônico e complementares aprovados, execução da pavimentação do passeio com o padrão municipal em vias já pavimentadas e a instalação da numeração fornecida na vistoria para análise de projeto ou na vistoria para liberação do habite-se. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)~~

§ 4º O Habite-se da construção só poderá ser concedido pela autoridade competente após comprovada a execução das obras de acordo com o projeto legal aprovado, execução da pavimentação do passeio com o padrão municipal em vias já pavimentadas e a instalação da numeração fornecida no alvará de construção. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 5º O órgão público municipal, através de seus agentes, tem o prazo de 20 (vinte) dias úteis, para vistoriar a obra e expedir o habite-se juntamente com a numeração do imóvel. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 228/2011)

§ 6º Nas construções financiadas através do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, o habite-se da construção poderá ser concedido pela autoridade competente após comprovada a execução das obras de acordo com os projetos arquitetônico e complementares aprovados e a instalação da numeração fornecida na vistoria para análise de projeto ou na vistoria para liberação do habite-se, ficando concedido o prazo de 1 ano a partir do Habite-se para a execução da pavimentação do passeio com o padrão municipal em vias já pavimentadas. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 370/2017)

§ 7º Transcorrido o prazo de 1 ano a partir da data de liberação do habite-se sem execução da pavimentação do passeio com o padrão municipal, fica o proprietário sujeito a multa de 500 UFM's, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 370/2017)

**Art. 119 -** Poderá ser concedido o Habite-se parcial, ou seja, a autorização para utilização das partes concluídas de uma obra em andamento desde que atendido o que segue:

I - que não haja perigo para o público ou para os habitantes da edificação;

~~II - quando se tratar de prédio composto de parte comercial e parte residencial e houver utilização independente destas partes;~~

II - quando se tratar de edificação composta de parte comercial e parte residencial e houver utilização independente destas partes; (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)

III - revogado pela LC 079 de 2002.

IV - quando se tratar de edificação constituída de unidades autônomas, sejam elas comerciais ou residenciais, podendo o habite-se ser por unidade, e desde que as áreas comuns estejam concluídas; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 228/2011)

V - quando se tratar de edificações construídas no interior de um mesmo lote, desde que as áreas comuns estejam concluídas. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 228/2011)

**Art. 120 -** Terminada a obra de construção, modificação ou acréscimo, deverá ser pedida pelo proprietário ou responsável pela execução a sua aceitação, através do requerimento do Habite-se.

Parágrafo único. A Prefeitura só fornecerá Habite-se à obras regularizadas através de aprovação de Projeto e alvará de construção.

#### SUBSEÇÃO IV DAS VISTORIAS

**Art. 121 -** A Prefeitura fiscalizará as diversas obras requeridas, a fim de que as mesmas estejam de acordo com disposições desta Lei Complementar, demais Leis pertinentes e de acordo com os Projetos aprovados.

§ 1º - Os fiscais da Prefeitura terão ingresso a todas as obras mediante a apresentação de prova de identidade, e independentemente de qualquer outra formalidade.

§ 2º - Os funcionários investidos em função fiscalizadora poderão, observadas as formalidades legais, inspecionar bens e papéis de qualquer natureza, desde que constituam objeto da presente legislação.

**Art. 122 -** Em qualquer período da execução da obra, o órgão competente da Prefeitura poderá exigir que lhe sejam exibidos as plantas, cálculos e demais detalhes que julgar necessário. (Vide regulamentação dada pelo Decreto nº 306/2007)

~~**Art. 123 -** Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada em desacordo com o Projeto aprovado, o responsável técnico e/ou proprietário será notificado, de acordo com as disposições desta Lei Complementar e obrigado a regularizar o Projeto, caso as alterações possam ser aprovadas, fazer a demolição ou as modificações necessárias para regularizar a situação da obra.~~

~~Parágrafo Único - A vistoria para expedição da Certidão de Vistoria Sanitária deverá ser solicitada pelo proprietário via protocolo, junto ao Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, enquanto os elementos que compõe o quadro sanitário estejam a descoberto e possibilitem perfeita identificação das soluções propostas no projeto.~~

~~Parágrafo Único - A vistoria para expedição da Certidão de Vistoria Sanitária deverá ser solicitada pelo proprietário via protocolo, junto ao Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente enquanto os elementos que compõe o quadro sanitário e que possibilitem perfeita identificação das soluções propostas no projeto. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)~~

**Art. 123** Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação foi construída, ampliada, ou reformada em desacordo com o Projeto Legal aprovado, em desacordo com as Normas de acessibilidade, ou não respeitarem os afastamentos exigidos para posicionamento de aberturas, o responsável técnico e o proprietário serão notificados, de acordo com as disposições contidas nesta Lei Complementar e obrigados a regularizar o Projeto, caso as alterações possam ser aprovadas, ou fazer a demolição ou as modificações necessárias para regularizar a situação da obra.

I - Será concedido ao proprietário um prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da notificação, para providenciar as regularizações cabíveis;

II - O prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, desde que o proprietário ou o responsável técnico apresente o Formulário de pedido de prorrogação de prazo, justificando-se;

III - Após este prazo final, não tendo sido providenciadas as regularizações cabíveis, será aplicada a multa, de acordo com o art. 373 desta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

#### SUBSEÇÃO V DAS OBRAS PARALISADAS

**Art. 124 -** No caso de se verificar a paralisação de uma obra por mais de 180 (cento e oitenta) dias, deverá ser feito o fechamento do terreno no alinhamento, por meio de muro ou tapume dotado de portão de entrada.

Parágrafo único. No caso de continuar paralisada a construção, depois de decorridos mais 180 (cento e oitenta) dias, será feito pelo órgão competente da Prefeitura, o exame do local, a fim de verificar se a construção oferece perigo e promover as providências julgadas convenientes, nos termos do Capítulo V desta Lei Complementar que trata das Penalidades.

**Art. 125 -** As disposições desta Seção serão aplicadas também às construções que já se encontram paralisadas, na data da vigência desta Lei Complementar, contando-se o prazo do artigo anterior a partir da data de vigência desta Lei Complementar.

#### SUBSEÇÃO VI DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

**Art. 126 -** Para efeito desta Lei Complementar somente profissionais habilitados, devidamente inscritos e quites com a Prefeitura e órgãos competentes poderão projetar, orientar, administrar e executar obras no Município.

~~**Art. 127 -** Só poderão ser inscritos na Prefeitura, os profissionais devidamente registrados no CREA.~~

**Art. 127** Poderão ser inscritos na Prefeitura, os profissionais devidamente registrados no CREA ou CAU. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

Parágrafo único. Poderá ser cancelada a inscrição de profissionais (Pessoa Física ou Jurídica),

verificadas as irregularidades previstas na Subseção IV da Seção Única do Capítulo V desta Lei Complementar.

~~Art. 128 - Os profissionais responsáveis pelo Projeto, e pela execução da obra, deverão colocar em lugar apropriado uma placa com a indicação dos seus nomes, títulos e número de registro no CREA, nas dimensões exigidas pelas normas legais.~~

Art. 128 Os profissionais responsáveis pelo Projeto, e pela execução da obra, deverão colocar em lugar apropriado uma placa com a indicação dos seus nomes, títulos e número de registro no CREA ou CAU, nas dimensões exigidas pelas normas legais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

Parágrafo único. Esta placa está isenta de qualquer tributação.

Art. 129 - Se no decurso da obra o responsável técnico quiser dar baixa da responsabilidade assumida por ocasião da aprovação do Projeto, deverá comunicar por escrito à Prefeitura essa pretensão, a qual só será concedida após vistoria procedida pela Prefeitura e se nenhuma infração for verificada.

§ 1º - Realizada a vistoria será intimado o interessado para dentro de 03 (três) dias úteis sob pena de embargo e/ou multa, apresentar novo responsável técnico o qual deverá satisfazer as condições desta Lei Complementar e assinar também a comunicação a ser dirigida para a Prefeitura.

§ 2º - A comunicação de baixa de responsabilidade poderá ser feita conjuntamente com a assunção do novo responsável técnico, desde que o interessado e os dois responsáveis técnicos assinem conjuntamente.

Art. 130 - A responsabilidade pelos Projetos cabe exclusivamente aos profissionais que tiverem assinado como seus responsáveis, não assumindo a Prefeitura, em consequência da aprovação, qualquer responsabilidade.

~~Art. 131 - As penalidades impostas aos profissionais de engenharia e arquitetura pelo CREA serão observadas pela Prefeitura no que lhe couber.~~

Art. 131 As penalidades impostas aos profissionais de engenharia e arquitetura serão observadas pela Prefeitura no que lhe couber. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

#### SUBSEÇÃO VII DA LICENÇA PARA DEMOLIÇÃO VOLUNTÁRIA

Art. 132 - A demolição de qualquer edificação, só poderá ser executada mediante licença expedida pela Prefeitura.

§ 1º - Qualquer edificação que esteja a juízo do departamento competente da Prefeitura, ameaçada de desabamento deverá ser demolida pelo proprietário e este recusando-se a fazê-lo, a Prefeitura executará a demolição cobrando do mesmo por despesas correspondentes, acrescidas da taxa de 20% (vinte por cento) de administração.

§ 2º - É dispensada a licença para demolição de muros de fechamento com até 3,00 m (três metros) de altura.

§ 3º - Deverá ser exigido a construção de tapumes e outros elementos, que de acordo com a Prefeitura

sejam necessários, a fim de garantir a segurança dos vizinhos e pedestres.

§ 4º - Em qualquer demolição o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso, providenciará todas as medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos operários e do público, das benfeitorias do logradouro e propriedades vizinhas, obedecendo ao que dispõe a presente Lei Complementar.

~~§ 5º - A prefeitura poderá, sempre que julgar conveniente, estabelecer horário dentro do qual uma demolição deva ou possa ser executada.~~

§ 5º - A prefeitura poderá, sempre que julgar conveniente, estabelecer horário dentro do qual uma demolição deva ou possa ser executada, sendo que o mesmo poderá ser prorrogado a pedido do proprietário, desde que devidamente fundamentado e protocolado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

~~§ 6º - O requerimento em que for solicitada a licença para uma demolição, será assinado pelo profissional responsável juntamente com o proprietário.~~

§ 6º - O requerimento que solicita a licença para uma demolição será assinado pelo proprietário, devendo o mesmo juntar ART do profissional técnico responsável, sempre que a obra possuir mais de um pavimento ou ultrapassar a 500,00m². (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

~~§ 7º - No pedido de licença para a demolição deverá constar o prazo de duração dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado atendendo solicitação justificada do interessado e a juízo da Prefeitura, salvo os casos fortuitos e de força maior, quando o prazo será prorrogado automaticamente pelo tempo do evento. (Revogado pela Lei Complementar nº 312/2015)~~

~~§ 8º - Caso a demolição não fique concluída dentro do prazo prorrogado, o responsável ficará sujeito às multas previstas nesta Lei Complementar.~~

§ 8º - Caso a demolição não fique concluída dentro do prazo prorrogado, o responsável ficará sujeito às multas previstas nesta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

### Capítulo III

#### DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

##### SEÇÃO I

DAS GENERALIDADES (Revogada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 133 - Para fins desta Lei Complementar, uma construção é caracterizada pela exigência do conjunto de elementos construtivos contínuos em suas três dimensões, com um ou vários acessos às circulações ao nível do pavimento de acesso. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 134 - Dentro de um lote, uma construção ou edificação é considerada isolada das divisas quando a área livre, em torno do volume edificado é contínua em qualquer que seja o nível do piso considerado. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 135 - Dentro de um lote, uma construção ou edificação é considerada contígua a uma ou mais divisas, quando a área livre deixar de contornar, continuamente, o volume edificado no nível de qualquer piso. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~



~~Art. 136 -~~ Quando num lote houver 2 (duas) ou mais edificações, formar-se-á o "Grupamento de Edificações", que, conforme suas utilizações, poderá ser residencial ou não residencial, e/ou multifamiliar. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

## SEÇÃO II DAS CLASSIFICAÇÕES DOS TIPOS DE EDIFICAÇÕES

**Art. 137 -** Conforme a utilização a que se destinam, as edificações classificam-se em:

- I - residenciais;
- II - não residenciais;
- III - edificações de uso diverso.

## SEÇÃO III DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

**Art. 138 -** As edificações residenciais segundo o tipo, subdividem-se em:

- I - edificações residenciais unifamiliares;
- II - edificações residenciais multifamiliares.
- III - Edificações residenciais de Interesse Social(acrescentado pela LC 134/2005).

## SUBSEÇÃO I DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES

~~Art. 139 -~~ Uma edificação será considerada unifamiliar quando nela existir uma única residência, podendo ser:

- ~~I - isoladas;~~
- ~~II - geminadas.~~

**Art. 139** Uma edificação será considerada unifamiliar quando nela existir uma única residência com afastamento igual ou superior a 3,00m de outras edificações que existirem no mesmo lote.

Parágrafo único. Uma residência será considerada isolada quando sozinha ocupar o interior de um lote.  
(Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

### ~~INCISO I~~

~~DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS ISOLADAS~~ (Revogada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 140 -~~ Uma residência será considerada isolada quando sozinha ocupar o interior de um lote.  
(Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

#### INCISO II

~~DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS GEMINADAS~~ DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 141 -~~ Consideram-se residências geminadas, duas unidades de residências contíguas, que possam usar uma parede comum em alvenaria, alcançando até a altura da cobertura, e que se enquadre nas tabelas pertinentes e constantes nesta lei.

~~Parágrafo Único - O lote das residências geminadas, só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver dimensões mínimas de lote estabelecidas pela Lei Complementar de Parcelamento do Solo Urbano e as residências, isoladamente, estejam de acordo com esta Lei Complementar e a Lei Complementar de Uso do Solo.~~

~~Parágrafo Único - O lote das residências geminadas, só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver dimensões mínimas de lote estabelecidas pelo Título IV - Normas Relativas ao Parcelamento de Solo e as residências, isoladamente, estejam de acordo com esta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)~~

**Art. 141** Uma edificação será considerada multifamiliar quando existirem na mesma edificação duas ou mais unidades residenciais, podendo ser:

I - residencial multifamiliar permanente;

II - residencial multifamiliar transitória;

III - residenciais coletivas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 142 -** As residências geminadas subdividem-se em:

~~I - residências em série, (paralelas ao alinhamento frontal):~~

~~a) consideram-se residências em série, paralelas ao alinhamento frontal as situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 20 (vinte) unidades de moradia ou a extensão superior a 100 (cem) metros.~~

I - residências paralelas em série: (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

a) consideram-se as residências paralelas ao alinhamento frontal, em série, as situadas ao longo de logradouros públicos, totalmente ou parcialmente geminadas, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 20 (vinte) unidades de moradia ou a extensão superior a 100 (cem) metros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

~~II - residências em série (transversais ao alinhamento frontal):~~

II - residências transversais em série: (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

~~a) consideram-se residências em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquelas cuja disposição exija a abertura de corredor de acesso, não podendo ser superior a 20 (vinte) o número de unidades no mesmo alinhamento.~~

a) consideram-se as residências transversais em série, em série, totalmente ou parcialmente geminadas,

em regime de condomínio, aquelas cuja disposição seja transversal ao alinhamento predial, que exijam a abertura de corredor de acesso, não podendo ser superior a 20 (vinte) o número de unidades contíguas no mesmo alinhamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

b) as residências em série, transversais ao alinhamento predial, deverão obedecer as seguintes condições:

~~1 - a testada do lote terá, no mínimo 20,00 m (vinte metros);~~

1 - o acesso se fará por um corredor com a largura de no mínimo: (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

1.1 - 5,00 m (cinco metros), quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso com até 10 (dez) edificações; (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

1.2 - 6,00 m (seis metros), quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso com mais de 10 (dez) e até 20 (vinte) edificações; (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

1.3 - 8,00 m (oito metros), quando as edificações estiverem situadas em ambos os lados do corredor de acesso com até 20 (vinte) edificações; (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

1.4 - 12,00 m (doze metros) quando as edificações estiverem situadas em ambos os lados do corredor de acesso com mais de 20 (vinte) edificações. (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

~~2 - o acesso se fará por um corredor com a largura de no mínimo: (Suprimido por força da Lei Complementar nº 214/2010)~~

~~2.1 - 5,00 m (cinco metros), quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso com até 10 (dez) edificações; (Suprimido por força da Lei Complementar nº 214/2010)~~

~~2.2 - 6,00 m (seis metros), quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso com mais de 10 (dez) e até 20 (vinte) edificações; (Suprimido por força da Lei Complementar nº 214/2010)~~

~~2.3 - 8,00 m (oito metros), quando as edificações estiverem situadas em ambos os lados do corredor de acesso com até 20 (vinte) edificações; (Suprimido por força da Lei Complementar nº 214/2010)~~

~~2.4 - 12,00 m (doze metros) quando as edificações estiverem situadas em ambos os lados do corredor de acesso com mais de 20 (vinte) edificações. (Suprimido por força da Lei Complementar nº 214/2010)~~

3 - quando houver mais de 20 (vinte) moradias no mesmo alinhamento, será feito um bolsão de retorno com diâmetro inscrito mínimo de 12,00 m (doze metros).

~~§ 1º - As residências de que trata o "caput" deste artigo, terão a testada mínima, exclusiva de cada unidade de 5,00 (cinco metros) e área livre mínima igual a projeção da moradia.~~

~~§ 1º - As residências de que trata o "caput" deste artigo, terão área livre mínima igual a projeção da moradia. (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010) (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~§ 2º - Em cada 20 (vinte) unidades haverá área igual ao dobro da área de projeção de uma moradia, destinada a "playground" de uso comum. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

## SUBSEÇÃO II

### DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES

~~Art. 143 - Uma edificação será considerada multifamiliar quando existirem na mesma edificação duas ou mais unidades residenciais, podendo ser:~~

~~I - edificação residencial multifamiliar permanente;~~

~~II - edificação residencial multifamiliar transitória;~~

~~III - edificações residenciais coletivas.~~

**Art. 143** São consideradas edificações residenciais multifamiliares permanentes os edifícios de

apartamentos, edificações residenciais geminadas (independentemente do número de unidades), e duas ou mais edificações residenciais unifamiliares com afastamento inferior à 3,00m entre elas, dentro do mesmo lote. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

#### INCISO I

DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES PERMANENTES (Vide Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 144 - São consideradas nestes casos os edifícios de apartamentos (conjuntos horizontais e conjuntos verticais) e edificações residenciais geminadas com mais de 05 moradias, e estes precisam ter sempre:~~

**Art. 144** São considerados conjuntos residenciais, edificações compostas de mais de 5 (cinco) unidades habitacionais, e estes precisam ter sempre: (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~I - portaria com área equivalente a 0,5% (meio por cento) da área total construída, sendo o limite mínimo de 4,00 m² (quatro metros quadrados), em local centralizado; (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~II - local para caixa de correspondência, obedecendo normas da Empresa Brasileira de Correios;~~

II - local para caixa de correspondência; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~III - local para coleta interna de lixo em recinto fechado; (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

IV - local no alinhamento frontal, porém fora do passeio, para deposição do lixo visando o aguarado da coleta;

~~V - equipamentos de extinção de incêndio segundo normas do Corpo de Bombeiros;~~

V - atestado de aprovação de projeto do Corpo de Bombeiros; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~VI - área de recreação proporcional ao número de compartimentos, de acordo com o abaixo previsto:~~

~~a) proporção mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados) por unidade de moradia, não podendo ter área inferior a 40,00 m² (quarenta metros quadrados), exceto as geminadas;~~

~~b) indispensável continuidade, não podendo o seu dimensionamento ser feito por adição de áreas parciais isoladas, exceto se as áreas parciais tiverem no mínimo 40,00 m² (quarenta metros quadrados) cada uma;~~

~~c) obrigatoriedade de existir uma porção coberta de no mínimo 20% (vinte por cento) da sua superfície até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento);~~

~~d) obrigatoriedade de nela inscrever uma circunferência com raio mínimo de 2,50 m (Dois metros e cinquenta centímetros);~~

~~e) facilidade de acesso através de partes comuns afastadas dos depósitos de lixo, centrais de gás e isolados das passagens de veículos.~~

VI - área reservada para lazer, podendo ser coberta ou descoberta, respeitando a proporção mínima de 1,00m² por dormitório, não podendo ter área inferior a 20,00m². (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 145 - São considerados conjuntos quando compostos de mais de 5 (cinco) unidades de moradia.~~

(Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 146 – Os Conjuntos Horizontais subdividem-se em:~~

~~I – conjunto Horizontal 1: Quando tratar-se de residência com área de até 40,00 m² (quarenta metros quadrados);~~

~~I – conjunto Horizontal 1: Quando tratar-se de residência com área de até 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados); (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)~~

~~II – conjunto Horizontal 2: Quando tratar-se de residência com área de até 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados);~~

~~II – conjunto Horizontal 2: Quando tratar-se de residência com área superior a 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados); (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)~~

~~III – conjunto Horizontal 3: Quando tratar-se de residência com área superior a 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados). (Revogado pela Lei Complementar nº 214/2010)~~

**Art. 146** Os conjuntos residenciais, podendo ser horizontais ou verticais, subdividem-se em:

**I – Conjunto residencial 1:** Quando tratar-se de unidade residencial com área privativa de até 150,00 m²;

**II – Conjunto residencial 2:** Quando tratar-se de unidade residencial com área privativa superior a 150,00 m². (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 147 – Os Conjuntos Verticais subdividem-se em:~~

~~I – conjunto Vertical 1: Quando tratar-se de apartamento com área unitária de até 40,00 m² (quarenta metros quadrados);~~

~~I – conjunto Vertical 1: Quando tratar-se de apartamento com área unitária de até 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados); (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)~~

~~II – conjunto Vertical 2: Quando tratar-se de apartamento com área unitária de até 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados);~~

~~II – conjunto Vertical 2: Quando tratar-se de apartamento com área unitária superior a 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados); (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)~~

~~III – conjunto Vertical 3: Quando tratar-se de apartamento com área unitária superior a 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados). (Revogado pela Lei Complementar nº 214/2010) (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 148 – A largura dos acessos internos será determinada em função do número de residências que irá servir e será definido pela Prefeitura, devendo ser respeitada a regulamentação do Corpo de Bombeiros.~~

**Art. 148** A largura dos acessos internos, no que se refere a áreas de uso comum da edificação, deverá respeitar a regulamentação do Corpo de Bombeiros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 149 – Os conjuntos deverão possuir área de recreação, conforme item VI do artigo 144 desta Lei Complementar. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 150 – Além de 100 (cem) unidades residenciais deverá ser reservada área pré-escolar. (Revogado pela Lei Complementar nº 214/2010)~~

~~Art. 151 – Os conjuntos residenciais de que trata esta seção deverão observar o que dispõe esta Lei Complementar sobre estacionamento de áreas residenciais.~~

**Art. 151** Os conjuntos residenciais de que trata esta seção deverão observar o que dispõe esta Lei

Complementar sobre estacionamento de áreas residenciais, em especial os seus arts. 312 a 314. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

INCISO II

DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES TRANSITÓRIAS

**Art. 152 -** Entende-se por edificações residenciais multifamiliares transitórias as edificações destinadas a albergues, pensões, pousadas, hotéis, motéis, sendo que existirão sempre como partes comuns obrigatórias:

I - hall de recepção com serviço de portaria, comunicação e sala de estar;

II - entrada de serviço independente da entrada de hóspedes;

III - compartimento próprio para administração;

IV - compartimento para rouparia e guarda de utensílios de limpeza em cada pavimento;

V - acesso e condições de utilização especial de pelo menos uma unidade de dormitório para usuários de cadeira de rodas;

~~VI - equipamentos para extinção de incêndio, de acordo com as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros e disposições desta Lei Complementar;~~

VI - atestado de aprovação de projeto do Corpo de Bombeiros; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

VII - ter instalações sanitárias, na proporção mínima de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório para cada grupo de 04 (quatro) quartos por pavimento, devidamente separados por sexo. Os quartos que não tiverem instalações sanitárias privativas, deverão possuir lavatório com água corrente;

VIII - ter piso e paredes de copas, cozinhas, dispensas e instalações sanitárias de uso comum, até a altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), revestidos com material lavável e impermeável;

IX - ter vestiário e instalações sanitárias privativos para o pessoal de serviço;

X - todas as demais exigências contidas no Código Sanitário do Estado e no Código Sanitário do Município;

XI - local fechado interno ao alinhamento frontal, para depósito de lixo.

**Art. 153 -** A adaptação de qualquer edificação para sua utilização como hotel e motel terá que atender integralmente todos os dispositivos da presente Lei Complementar.

**Art. 154 -** Deverá ser previsto local para embarque e desembarque de usuários, bem como estacionamento de veículos, segundo capítulo específico desta Lei Complementar que trata dos estacionamentos.

## INCISO III

## DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS COLETIVAS

**Art. 155 -** Edificações residenciais multifamiliares coletivas são aquelas nas quais as atividades residenciais se desenvolvem em compartimentos de utilização coletiva como dormitórios, salões de refeições, sanitários comuns, podendo ser: internatos, pensionatos, asilos, orfanatos ou estabelecimentos hospitalares.

~~Parágrafo único. O dimensionamento dos compartimentos deverão observar a Subseção XI da Seção V, inciso I, do Capítulo III desta Lei Complementar, Códigos do Município, Estado e legislações específicas.~~

Parágrafo único. O dimensionamento dos compartimentos deverá observar às legislações estaduais e federais vigentes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

## SUBSEÇÃO III

## DAS EDIFICAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

~~**Art. 156-A** Uma edificação residencial será considerada de Interesse Social quando for destinada ao uso residencial e estiver vinculada a programas sociais públicos, e tiverem como objetivo diminuir o déficit habitacional (acrescentado pela LC 134/2005).~~

**Art. 156-A** Uma edificação residencial será considerada de Interesse Social quando for destinada ao uso residencial e estiver vinculada a programas sociais públicos, e tiverem como objetivo diminuir o déficit habitacional; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

~~**Art. 156-B** A Secretaria de Planejamento poderá aprovar projetos de habitação popular desde que os mesmos estejam vinculados a um programa de ação social ou projeto social aprovado por um órgão público, e desde que atendam aos demais requisitos exigidos pela presente Lei Complementar; (acrescentado pela LC 134/2005)~~

**Art. 156-B** A Secretaria de Planejamento poderá aprovar projetos de habitação popular desde que os mesmos estejam vinculados a um programa de ação social ou projeto social aprovado por um órgão público, e desde que atendam aos demais requisitos exigidos pela presente Lei Complementar; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

§ 1º - Para obtenção do alvará de licença de construção de habitação popular o interessado deverá apresentar à Prefeitura Municipal todos os documentos abaixo discriminados

I - consulta de viabilidade;

II - projeto arquitetônico;

III - projeto hidro-sanitário;

IV - título de propriedade do terreno e/ou Contrato de Compra e Venda de vidamente registrado em cartório extrajudicial competente.

V - ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);

VI - Projeto Social aprovado por órgão público competente e

VII - Aprovação do Corpo de Bombeiros, FATMA e IBAMA quando necessário;

VIII - declaração da empresa executora, registrada em cartório, se responsabilizando pela manutenção do sistema de tratamento de esgoto e limpeza do tanque séptico do empreendimento até a constituição do condomínio, quando, a partir de então, a responsabilidade pela manutenção e limpeza passará a ser do condomínio. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 2º As unidades habitacionais inseridas em conjuntos populares ou isoladas não poderão ter área privativa superior ao que segue:~~

- ~~I 40,00m² (quarenta metros quadrados) quando com um dormitório;~~
- ~~II 55,00m² (cinquenta e cinco metros quadrados) quando com dois dormitórios;~~
- ~~III 70,00m² (setenta metros quadrados) quando com três dormitórios;~~

§ 2º As unidades habitacionais inseridas em conjuntos populares ou isoladas não poderão ter área privativa superior a 70,00m². (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 3º Somente poderão ser beneficiados:~~

- ~~I Os que não possuírem imóveis ou;~~
- ~~II Os que possuírem apenas um único imóvel, desde que não edificado.~~

§ 3º Os beneficiários serão classificados conforme as regras do programa ao qual o projeto esteja vinculado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 4º Os compartimentos obedecerão, no mínimo, as seguintes dimensões:~~

	Área	Dimensão	Altura
	Min. (m²)	Min. (m)	Min. (m)
1º Dormitório	10,00	2,40	2,40
2º Dormitório/Demais	7,00	2,40	2,40
Banheiro	2,70	1,20	2,40
Sala	10,00	2,40	2,40
Circulação		0,90	2,40
Cozinha	4,00	1,60	2,40
A. Serviço	2,10	1,30	2,40

~~(acrescentado pela LC 134/2005)~~

	Área	Dimensão	Altura
	Min. (m²)	Min. (m)	Min. (m)
1º Dormitório	10,00	2,40	2,40
2º Dormitório/Demais	7,00	2,40	2,40
Banheiro	2,70	1,20	2,40
Sala	10,00	2,40	2,40
Circulação		0,90	2,40
Cozinha	4,00	1,60	2,40
A. Serviço	2,10	1,30	2,40

~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~§ 4º Os compartimentos obedecerão, no mínimo, as seguintes dimensões: (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)~~



	Área	Dimensão	Altura
	Min. (m²)	Min. (m)	Min. (m)
1º Dormitório	9,00	2,40	2,40
2º Dormitório/Demais	7,50	2,40	2,40
Banheiro	2,70	1,20	2,40
Sala	9,00	2,40	2,40
Circulação		0,90	2,40
Cozinha	4,00	1,60	2,40
A. Serviço	2,10	1,30	2,40

(Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010) (Revogado pela Lei

~~§ 5º As edificações de madeira deverão satisfazer, além do previsto nos parágrafos anteriores do presente artigo, ao seguinte:~~

~~I - número máximo 2 (dois) pavimentos;~~

~~II - altura máxima de 7,00m (sete metros);~~

~~III - repousarão sobre baldrame de alvenaria com altura mínima de 0,50m (cinquenta centímetros) do solo;~~

~~IV - Afastamento mínimo de 4,00m (quatro metros) de qualquer outra edificação ou divisa;~~

~~V - as paredes das instalações sanitárias e cozinhas deverão ser de alvenaria revestidas até a altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) com material impermeável ou pintura com barra a óleo.~~

(Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 6º O alvará de construção poderá ser emitido em nome do empreendedor ou em nome do beneficiário, neste último caso, somente com autorização do órgão público responsável pelo programa social descrito no inciso VI do § 1º do presente artigo.

#### SEÇÃO IV

#### DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS

#### SUBSEÇÃO I

#### DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS

**Art. 157 -** As unidades destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais são as lojas e salas sendo que:

I - entende-se por loja o espaço destinado a comercialização de produtos;

II - entende-se por sala o espaço destinado a prestação de serviços.

**Art. 158 -** As edificações destinadas a comércio, negócios ou atividades profissionais além dos demais dispositivos desta Lei Complementar, terão obrigatoriamente marquise quando no alinhamento definidas em seção especial desta Lei Complementar, devendo também atender as exigências contidas nos Códigos Sanitários do Estado e do Município e outras legislações específicas.

~~**Art. 159 -** As edificações destinadas ao comércio e prestação de serviços em geral deverão ter pé-direito mínimo de 3,00 m.~~

~~Parágrafo único. Sempre que houver possibilidade de um espaço ser ampliado o pé-direito atenderá ao dimensionamento previsto para o maior espaço.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 160 - O hall das edificações comerciais, observará:~~

~~I - quando houver um só elevador, no mínimo 12,00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados) e diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros);~~

~~II - a área do hall aumentada em 30% (trinta por cento) por elevador excedente;~~

~~III - quando os elevadores se situarem no mesmo lado do hall diâmetro mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros). (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

**Art. 161 -** Todas as unidades das edificações comerciais deverão ter sanitário:

~~I - acima de 75,00 m<sup>2</sup> (setenta e cinco metros quadrados) da área total é obrigatório a construção de sanitários separados para os dois sexos, na proporção de um sanitário para cada sexo a cada 300,00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados) de área acrescida;~~

I - até 150m<sup>2</sup> de área útil total, é obrigatória a construção de no mínimo um sanitário, sendo 01 (um) vaso sanitário e 01(um) lavatório; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~II - quando se tratar de um conjunto de lojas ou salas em um mesmo pavimento, poderá ser feito um agrupamento de instalações sanitárias observados o item "I" deste artigo.~~

II - Acima de 150m<sup>2</sup> de área útil total, é obrigatória a construção de sanitários separados para os dois sexos, sendo cada um composto por 01 (um) vaso sanitário e 01(um) lavatório; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

III - quando se tratar de um conjunto de lojas ou salas em um mesmo pavimento, poderá ser feito um agrupamento de instalações sanitárias observados os incisos I e II deste artigo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 1º As instalações sanitárias atenderão às condições relativas à acessibilidade universal e cumprirão as exigências dispostas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, assim como deve ser atendida a legislação federal específica em vigor. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 2º Os sanitários adaptados não necessitam uso exclusivo, podendo ser computados no cálculo do número mínimo de sanitários, conforme exige a Lei. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 162 - As galerias comerciais, além das disposições da presente Lei Complementar que lhes forem aplicáveis, deverão:~~

~~I - ter pé direito mínimo de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros);~~

~~II - ter largura compatível com exigências da Lei Complementar de Uso do Solo;~~

~~III - o hall de elevadores que se ligar às galerias não deverá interferir na circulação das mesmas. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 163 - Nas farmácias, os compartimentos destinados à guarda de drogas, aviamentos de receitas, curativos e aplicação de injeção, os pisos e as paredes deverão ter revestimento com material liso, resistente, lavável e impermeável até a altura de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros). (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 164 - Os açougues, peixarias e estabelecimentos congêneres deverão dispor de um banheiro composto de vaso sanitário e lavatório sendo que este deverá ser na proporção de um por unidade. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 165 - Os supermercados, mercados e lojas de departamento deverão atender às exigências~~

~~específicas, estabelecidas nesta Lei Complementar para cada uma de suas seções. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 166 - Ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações desta Lei Complementar.~~

Art. 166 As edificações destinadas ao comércio, ou prestação de serviços de qualquer natureza, deverão atender, no que couber, ao que dispõem as Leis e Normas específicas.

Parágrafo único. Para aprovação dos projetos de que trata o caput deste artigo, deverá ser apresentado o Atestado de aprovação dos projetos preventivos contra incêndio, emitido pelo Corpo de Bombeiros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

## SUBSEÇÃO II DOS RESTAURANTES, BARES, CAFÉS, LANCHONETES E SIMILARES

~~Art. 167 - As edificações tratadas nesta seção deverão observar, no que couber, as disposições da Subseção I desta Seção.~~

Art. 167 As edificações tratadas nesta seção deverão atender, no que couber, ao que dispõem as Leis e Normas específicas.

Parágrafo único. Para aprovação dos projetos de que trata o caput deste artigo, deverá ser apresentado o Atestado de aprovação dos projetos preventivos contra incêndio, emitido pelo Corpo de Bombeiros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 168 - Nos locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos, os pisos e as paredes até 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) deverão ser revestidos com material liso, resistente, lavável e impermeável.~~

Art. 168 Nos locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos, deverá ser atendida as especificações de impermeabilização (piso, paredes e forros), conforme as legislações e Normas específicas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 169 - As salas de refeições não poderão ter ligação direta com os compartimentos sanitários. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 170 - Os compartimentos sanitários destinados ao público deverão obedecer as seguintes condições:~~  
~~a) para o sexo feminino, em áreas de até 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) 01 (um) vaso sanitário e 01 (um) lavatório;~~  
~~b) para o sexo masculino, em áreas de até 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) 01 (um) vaso sanitário, 01 (um) mictório e 01 (um) lavatório.~~  
~~Parágrafo único. Para cada área adicional de 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) deverão acrescer-se os implementos das alíneas "a" e "b" deste artigo.~~

Art. 170 Os compartimentos sanitários destinados ao público, deverão obedecer ao disposto no art. 161, seus incisos I, II, III e §§ 1º e 2º. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

SUBSEÇÃO III  
DAS OFICINAS MECÂNICAS

~~Art. 171 -~~ As edificações destinadas a oficinas mecânicas deverão obedecer às seguintes condições:

- ~~I - ter área, coberta ou não, capaz de comportar os veículos em reparo;~~
- ~~II - ter pé direito mínimo de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros), inclusive nas partes inferiores dos mezaninos;~~
- ~~III - ter compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações desta Lei Complementar;~~
- ~~IV - ter acessos e saídas devidamente sinalizados e sem barreiras visuais;~~
- ~~V - prevenção de incêndio;~~
- ~~VI - local para depósito do lixo no interior do lote;~~
- ~~VII - áreas laterais fechadas com muros. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

**Art. 172 -** Nas edificações onde houver produção de ruídos intensos, estes deverão ser tecnicamente isolados não podendo haver propagação de ruídos para o exterior.

SUBSEÇÃO IV  
DAS INDÚSTRIAS

~~Art. 172 -~~ As edificações destinadas a indústrias em geral, fábricas e oficinas, deverão:

- ~~I - ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas de cobertura;~~
- ~~II - ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações desta Lei Complementar e regulamentação do Corpo de Bombeiros;~~
- ~~III - todas as unidades das edificações industriais deverão possuir instalações sanitárias, atendendo em quantidade ao que estabelece esta Lei Complementar, podendo, entretanto, a distribuição por sexo ser proporcional ao número de funcionários;~~

~~Parágrafo único. A quantidade de aparelhos sanitários poderá ser dimensionada de acordo com normas as normas da CIPA desde que comprovado o número de funcionários através de uma declaração com firma reconhecida.~~

- ~~IV - quando seus compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com as normas específicas relativas a segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos, ditados pelos órgãos competentes.~~
- ~~V - obedecer os seguintes requisitos quanto ao pé direito:~~
  - ~~a) 3,00 m (três metros), quando a área do compartimento não exceder a 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados);~~
  - ~~b) 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) quando a área do compartimento, estiver entre 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados) a 75,00 m² (setenta e cinco metros quadrados);~~
  - ~~c) 4,00 m (quatro metros) quando a área do compartimento for superior a 75,00 m² (setenta e cinco metros quadrados).~~

**Art. 173** As edificações destinadas a indústrias em geral, fábricas e oficinas mecânicas, deverão atender, no que couber, ao que dispõem as Leis e Normas específicas, devendo apresentar, para aprovação dos projetos, o Atestado de aprovação dos projetos preventivos contra incêndio, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

I - todas as unidades das edificações industriais deverão possuir instalações sanitárias, atendendo legislação e Normas técnicas específicas;

II - quando seus compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com as normas específicas relativas a segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos, ditados pelos órgãos competentes; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 174 -** Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões ou quaisquer outros aparelhos onde se produza ou concentre calor deverão ser dotados de isolamento térmico, admitindo-se:

I - uma distância mínima de 1,00 m (um metro) do teto sendo esta distância aumentada para 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) pelo menos, quando houver pavimento superposto;

II - uma distância mínima de 1,00 m (um metro) das paredes da própria edificação e 1,30 m (um metro e trinta centímetros) da parede da edificação vizinha.

~~**Art. 175 -** As edificações destinadas ao uso industrial terão tratamento especial para os efluentes líquidos e gasosos, quando apresentarem características físicas, químicas e biológicas agressivas, obrigando-se as indústrias a esgotarem seus efluentes líquidos e/ou gasosos dentro dos padrões exigidos pela legislação municipal, estadual e federal vigente.~~

**Art. 175** As edificações destinadas ao uso industrial deverão atender a legislação ambiental específica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 1º - O tratamento de efluentes industriais mencionados neste artigo deverá estar instalado antes das indústrias novas começarem a operar e poderá ser comum a mais de uma indústria.~~

§ 1º O tratamento de efluentes industriais deverá estar instalado antes das indústrias novas começarem a operar e poderá ser comum a mais de uma indústria. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 2º - O sistema de tratamento proposto, bem como material descritivo, planta e relatório de eficiência deverão ser apresentados ao órgão Estadual ou Federal competente para análise e aprovação, e posteriormente a aprovação da Prefeitura, mediante apresentação da licença ambiental prévia.~~

§ 2º Empreendimentos passíveis de Licenciamento Ambiental deverão apresentar o documento na ocasião da solicitação do Alvará de Funcionamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 3º - A Prefeitura poderá negar aprovação se entender que o sistema será inoperante.

~~§ 4º - Os despejos deverão ser emitidos em regime de vazão constante, principalmente durante o período de funcionamento da indústria. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~§ 5º - Os resíduos sólidos serão transportados para local designado pelo órgão de limpeza pública do Município. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~§ 6º - Nas indústrias a serem instaladas e nas indústrias existentes que passem a possuir lançamento de efluentes industriais, este deverá ser feito a montante de captação de água da própria indústria quando ambos se derem em cursos d'água. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~§ 7º - As indústrias que lançarem seus efluentes industriais em rios, ribeirões ou mananciais de captação, só poderão fazê-los após tratamento a jusante do ponto de captação pública da água. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

**Art. 176 -** Toda indústria já instalada em que for constatado o lançamento de efluente líquido, sólido e/ou gasosos com carga considerada poluente, deverá apresentar dentro do prazo estipulado pela Prefeitura uma solução aos órgãos competentes que satisfaça a condição infringida.

~~**Art. 177 -** As novas unidades industriais a serem edificadas serão isoladas da vizinhança através de um cinturão verde constituído por árvores e arbustos.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 178 -** Os afastamentos deverão obedecer ao quadro de Índices Urbanísticos.

**Art. 179 -** As edificações de que trata esta seção nunca poderão ser construídas nos limites laterais. Deverão sempre estar recuadas pelo menos 1,50 m (um metro cinqüenta centímetros) da extrema, exceto para os casos definidos no Anexo 04 do presente Título desta Lei Complementar.

**Art. 180 -** A construção de residência em lotes industriais não altera seu uso que é preferencialmente industrial, cabendo ao morador da residência total adaptação ao uso industrial preferencial.

## SEÇÃO V DAS EDIFICAÇÕES DE USOS DIVERSOS

**Art. 181 -** Enquadram-se neste Capítulo as edificações destinadas a:

I - depósito de explosivos;

II - depósito de armazenagem;

III - parques de diversões;

IV - circos e feiras de exposições;

V - feiras livres;

VI - feira de exposição permanente;

VII - abatedouros;

VIII - piscinas públicas;

~~IX - cemitérios;~~

IX - cemitérios e crematórios; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~X - equipamentos urbanos e playground (alterado pela LC 108/2003);~~

X - equipamentos urbanos e playground. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

XI - equipamentos comunitários.

**Art. 182 -** Todas diferentes edificações deverão observar as exigências quanto a estacionamento

especificadas nesta Lei Complementar e legislação específica.

SUBSEÇÃO I  
DOS DEPÓSITOS DE EXPLOSIVOS

**Art. 183 -** As edificações para depósito de explosivos e munições obedecerão as normas estabelecidas em regulamentação própria do Ministério do Exército e para inflamáveis, as normas dos órgãos Federais e Estaduais competentes.

~~§ 1º Os locais para armazenagem de inflamáveis ou explosivos deverão estar protegidos com pára-raios de construção adequada, a juízo da autoridade competente.~~

§ 1º Para aprovação dos projetos de que trata esta subseção, deverá ser apresentado o Atestado de aprovação dos projetos preventivos contra incêndio, emitido pelo Corpo de Bombeiros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 2º Os locais para armazenagem de materiais explosivos, químicos e outros, que em contato com a água de enchentes possam causar danos à saúde pública deverão estar acima da cota de 342,00 m (trezentos e quarenta e dois metros), segundo levantamento aerofotogramétrico da Prefeitura.~~

§ 2º Os locais para armazenagem de materiais explosivos, químicos e outros, que em contato com a água de enchentes, possam causar danos à saúde pública, deverão estar na cota 16m acima do nível do Rio Itajaí-Açú, de acordo com a tabela a seguir:

	BAIRRO	TRECHO	NÍVEL 16M PROIBIÇÃO DE ARMAZENAGEM DE PRODUTOS PERIGOSOS
1	Barragem	Todo o bairro	344
2	Barra do Trombudo	Todo o bairro	344
3	Budag	Todo o bairro	344
4	Pamplona	Todo o bairro	344
5.1	Canoas	Ao Sul do Estádio Municipal (incluindo os lotes em frente ao estádio)	344
5.2	Canoas	Ao Norte do Estádio Municipal	344
6.1	Progresso	Imediações das Ruas Palhoça e Jaborá	344
6.2	Progresso	Entre a Estrada Boa Esperança e o Ribeirão Canoas	343
7	Fundo Canoas	Todo o bairro	343
7.1	Albertina e Bonfim	Da divisa com o município de Aurora até a ponte pênsil Liberto Shutz	346
7.2	Albertina e Bonfim	Da ponte pênsil Liberto Schutz, até o lote nº 4211 na SC-302 na Albertina e até a divisa do Bonfim com o bairro Sumaré	345
7.3	Albertina	Do lote nº 4211 na SC-302 até a divisa com o bairro Laranjeiras	344
8	Sumaré	Todo o bairro	344
9	Laranjeiras	Todo o bairro	344
10	Eugênio Schneider	Todo o bairro	344
11.1	Centro	Ao Leste da Rua São João	344
11.2	Centro	Ao Oeste da Rua São João	343
12.1	Canta Galo	Do Ribeirão Canoas até a Avenida Ivo Silveira	343
12.2	Canta Galo	Ao leste da Avenida Ivo Silveira	342
13	Jardim América	Todo o bairro	342
14.1	Santana	Da divisa com o bairro Centro até a Rua Rodrigues Alves	343
14.2	Santana	Ao Leste da Rua Rodrigues Alves	342
15	Taboão	Todo o bairro	342
16.1	Barra Itoupava	Ao Oeste da Rua Emílio Trevisan	342
16.2	Barra Itoupava	Ao Leste da Rua Emílio Trevisan	341
17	Valada Itoupava	Todo o bairro	341
18	Bremer	Todo o bairro	341
19.1	Navegantes	Da divisa com o Bairro Barra Itoupava até a Rua	341



		Alfredo Friedel (acesso a ponte pênsil)	
19.2	Navegantes	Da Rua Alfredo Friedel (acesso a ponte pensil) até a divisa com o bairro Rainha	340
20	Santa Rita	Todo o bairro	340
21	Valada São Paulo	Todo o bairro	340
22	Rainha	Todo o bairro	340
23	Bela Aliança	Todo o bairro	340

(Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

## SUBSEÇÃO II

## DOS DEPÓSITOS DE ARMAZENAGEM

**Art. 184 -** Quando os depósitos de armazenagem se utilizarem galpões, estes deverão satisfazer todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

~~Parágrafo único. Qualquer depósito de armazenagem deverá ser devidamente murado no alinhamento do logradouro com altura mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros).~~

Parágrafo único. Os depósitos de armazenagem de materiais particulados, deverão ser devidamente murados no alinhamento do logradouro com altura mínima de 2,10m." (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

## SUBSEÇÃO III

## DOS PARQUES DE DIVERSÕES

**Art. 185 -** A armação e montagem de parques de diversões atenderão às seguintes condições:

I - o material dos equipamentos será incombustível;

II - haverá obrigatoriedade de vãos de "entrada" e "saída" independentes;

III - a soma total da largura desses vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00 m (um metro) para cada 500 (quinhentas) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 3,00 m (três metros), cada um;

IV - a capacidade máxima de público, permitida no interior dos parques de diversões, será proporcional a duas pessoas sentadas, por metro quadrado e espaço destinado a espectadores;

V - os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento;

VI - nenhum equipamento ou instalação de qualquer ordem poderá colocar em perigo os funcionários e o público;

VII - ter compartimentos sanitários de acordo com esta Lei Complementar.

**Art. 186 -** Os interessados deverão apresentar ART da estrutura metálica quando houver, da parte elétrica e da prevenção de incêndios para evitar riscos a população.

§ 1º - Os parques de diversões só serão liberados para funcionamento após vistoria do que determina este artigo.

§ 2º - O profissional responsável deverá estar cadastrado na Prefeitura.

#### SUBSEÇÃO IV DOS CIRCOS E DAS FEIRAS DE EXPOSIÇÕES

**Art. 187 -** A armação e montagem de circos e feiras de exposições, atenderão às seguintes condições:

I - haverá obrigatoriamente, vãos de "entrada" e de "saída" independentes;

II - a largura dos vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00 m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas não podendo, todavia, ser inferior a 3,00 m (três metros) cada uma;

III - a largura das passagens de circulação será proporcional a 1,00 m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 2,00 m (dois metros);

IV - a capacidade máxima de espectadores permitida será proporcional a duas pessoas sentadas, por metro quadrado de espaço destinado a espectadores;

V - a segurança de seus funcionários, artistas e do público, far-se-á conforme os Artigos 183 a 185 desta Lei Complementar;

VI - os circos só serão liberados para funcionamento após vistoria;

VII - ter compartimentos sanitários de acordo com esta Lei Complementar.

#### SUBSEÇÃO V DAS FEIRAS LIVRES

**Art. 188 -** A Prefeitura determinara datas e locais para realização de Feiras Livres.

**Art. 189 -** ~~As barracas serão conforme modelo estabelecido pela Prefeitura.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 190 -** Deverá haver sanitários masculino e feminino, quando se tratar de local fixo.

#### SUBSEÇÃO VI DAS FEIRAS DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE

**Art. 191 -** Ficam compreendidos os boxes e "stand" de feiras e exposições, instalados internamente em edificações e dispostos na forma de blocos ou conjuntos, separados por paredes divisórias leves, contendo obrigatoriamente:

I - a existência de sanitário masculino e feminino, para atendimento ao público, com 2 (dois) vasos sanitários e um lavatório cada um, para o limite de até 10 (dez) boxes e "stand" e mais um vaso para cada fração de 10;

II - a circulação entre os boxes ou "stand" terá largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para extensão de até 15,00m (quinze metros), sendo esta largura acrescida em 10% a cada fração de 5,00m (cinco metros), acima dos 15,00m (quinze metros);

III - para cada extensão de 15,00m (quinze metros) de circulação, esta deverá ter um acréscimo de área de no mínimo 18,00m<sup>2</sup> (dezoito metros quadrados), destinada ao uso público;

~~IV - as dimensões mínimas de: área, pé direito, vão de acesso, etc, de cada box ou stand deverão seguir a tabela I do artigo 278 desta Lei Complementar. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

Parágrafo único. A altura mínima das divisórias deverá ser de 2,10m (dois metros e dez centímetros).

#### SUBSEÇÃO VII DOS ABATEDOUROS

~~**Art. 192 -** A área edificada do abatedouro deverá corresponder à área livre e ser proporcional a quantidade de animais mortos. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~**Art. 193 -** Todo o espaço deverá ser revestido com cerâmica no piso e parede.~~

**Art. 193** Todo o espaço deverá ser revestido com material impermeável e lavável (piso, paredes e forros). (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 194 -** Toda carga e descarga de animais bem como manutenção dos mesmos deverá acontecer dentro dos limites do lote.

**Art. 195 -** As edificações destinadas a abatedouros deverão enquadrar-se também nas disposições da Lei Complementar de Posturas e do Código Sanitário do Município.

**Art. 196 -** Os abatedouros deverão ser providos de local específico destinado a pré-lavação dos caminhões utilizados em suas atividades.

~~**Art. 197 -** Serão exigidos sanitários e vestiários na proporção estabelecida pela Subseção I, Seção IV do Capítulo III em seus artigos 157 a 166, desta Lei Complementar.~~

**Art. 197** Serão exigidos sanitários e vestiários conforme regulamentação específica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

#### SUBSEÇÃO VIII DAS PISCINAS PÚBLICAS

**Art. 198 -** No Projeto e construção de piscinas públicas, serão observadas condições que assegurem:

I - facilidade de limpeza;

II - distribuição e circulação satisfatória de água;

III - impedimento de refluxo das águas de piscinas para a rede de abastecimento e quando houver calhas, destas para o interior da piscina;

~~IV - instalação completa de tratamento de água (correção do Ph e desinfecção);~~

IV - existência de sanitários e vestiários femininos e masculinos na proporção de 1 vaso, 1 lavatório e 1 chuveiro para cada 25 usuários, e ainda atender as normas vigentes de acessibilidade. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

V - ducha para banho anterior ao de piscina;

VI - existência de sanitários e vestiários masculinos e femininos na proporção conforme artigo 161 desta Lei Complementar;

VII - existência de lava-pés.

**Art. 199 -** As piscinas destinadas a aprendizado mesmo que de particulares estão sujeitas ao que especifica o artigo anterior.

Parágrafo único. O não cumprimento do que especifica este artigo implica na não liberação do alvará de funcionamento.

#### SUBSEÇÃO IX

~~DOS CEMITÉRIOS~~ DOS CEMITÉRIOS E CREMATÓRIOS (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~**Art. 200 -** A área dos cemitérios deverá ser toda murada sendo ainda exigido:~~

**Art. 200** A área dos cemitérios deverá ser cercada ou murada em todo o perímetro do terreno, sendo exigido ainda: (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

I - sanitários masculino e feminino;

II - local para a administração;

III - torneira para procedimentos de limpeza;

IV - local para culto;

V - capela mortuária.

SUBSEÇÃO X  
DOS EQUIPAMENTOS URBANOS

~~Art. 201 - Os equipamentos urbanos deverão ser construídos atendendo normas técnicas da ABNT.~~

**Art. 201** Os equipamentos urbanos deverão ser construídos atendendo as Leis e Normas Técnicas vigentes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

Parágrafo único. Qualquer equipamento de diversão público ou privado do tipo playground, deverá ser construído ou instalado respeitando a norma NBR 14350-1. (criado pela LC 108/2003)

SUBSEÇÃO XI  
DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

INCISO I  
DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

~~Art. 202 - Somente serão aprovados projetos para a construção de estabelecimentos escolares se localizados no mínimo a 200,00 m de postos de combustíveis.~~

~~Parágrafo único. A distância será em linha reta entre os pontos extremos mais próximos.~~

**Art. 202 -** Somente serão aprovados projetos para a construção de estabelecimentos escolares próximos a postos de combustíveis desde que o lote não seja contíguo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 238/2011)

Parágrafo Único - A testada mínima para o lote contíguo deverá ser de 20,00m (vinte metros). (Redação dada pela Lei Complementar nº 238/2011)

~~Art. 203 - Toda pessoa responsável pela construção, reconstrução e/ou reforma de edificações destinadas ao ensino no que diz respeito a orientação da construção, deverá fazê-la de forma que as salas de aula, de leitura, sala ambiente, biblioteca e similares não tenham suas aberturas externas voltadas para o sul, nem situadas na face da edificação que faça ângulo menor que 45 (quarenta e cinco graus) com a direção leste-oeste.~~

~~Parágrafo único. Quando as aberturas estiverem situadas entre os rumos nordeste e noroeste deverão ser providas de elementos quebra-sol, exceto quando o beiral avançar 1,00 m (um metro) no mínimo. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

**Art. 204 -** Todo estabelecimento de ensino deverá ter as paredes internas e externas lisas, sem saliências contundentes, pintadas em cores claras e foscas.

**Art. 205 -** Todo estabelecimento de ensino deverá ter seus equipamentos, revestimentos, instalações e mobiliários de material inócuo, sem solução de continuidade ou de superfície aguda cortante.

**Art. 205-A** Os projetos de equipamentos comunitários padronizados do governo federal serão dispensados da análise completa dos projetos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

INCISO II  
DAS SALAS DE AULA, SALAS AMBIENTE E AUDITÓRIOS

~~Art. 206 -~~ Todo ambiente de ensino deverá proporcionar volume de ar equivalente a  $4,00 \text{ m}^3$  (quatro metros cúbicos) por aluno.

~~Parágrafo único. Quando o volume de ar por aluno for abaixo deste valor, deverão ser adotadas soluções de ventilação cruzada.~~

**Art. 206** As salas de aula deverão ser dotadas de ventilação direta, com área de abertura igual a 20% da área de piso. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 207 -~~ As edificações destinadas a estabelecimentos escolares de qualquer natureza, deverão dispor de salas destinadas às aulas que comportarão no máximo 40 (quarenta) alunos, correspondendo a cada aluno área não inferior a  $1,30 \text{ m}^2$  (um metro e trinta centímetros quadrados), sendo que a área mínima não poderá ser inferior a  $56,00 \text{ m}^2$  (cinquenta e seis metros quadrados) e as dimensões mínimas 7,00 m (sete metros) e 8,00 m (oito metros).

~~Art. 207~~ As edificações destinadas a estabelecimentos escolares de qualquer natureza, deverão dispor de salas destinadas às salas de aulas que comportarão no máximo 40 (quarenta) alunos, correspondendo a cada aluno área não inferior a  $1,50 \text{ m}^2$  (um metro e cinquenta centímetros quadrados). (Redação dada pela Lei Complementar nº 228/2011)

**Art. 207** As edificações destinadas a estabelecimentos escolares, deverão dispor de salas destinadas às salas de aulas que comportarão no máximo 40 alunos, correspondendo a cada aluno área não inferior a  $1,50 \text{ m}^2$ .

Parágrafo único. Os Centros de educação infantil deverão ainda, atender aos seguintes requisitos:

I - as salas deverão ser dimensionadas de modo a atender no mínimo 25 crianças, correspondendo a cada criança área não inferior a  $1,50 \text{ m}^2$ ;

II - as salas destinadas aos berçários deverão possuir bancada adequada para troca de fraldas, provida de lavatório com água quente e espaço destinado a banho de sol (solário);

III - as salas destinadas ao maternal, deverão possuir sanitário próprio, composto de vaso sanitário e lavatório infantil, além de um chuveiro. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 208 -** Na existência de salas destinadas à aula prática, especialmente de química, física e biologia, deverão as mesmas possuir dispositivos apropriados para refrigeração, circulação, renovação e filtração do ar.

**Art. 209 -** As salas ambientes, quando existirem, deverão seguir as normas da ABNT, de acordo com os cursos a que se destinarem.

**Art. 210 -** O pé direito mínimo das salas de aula em geral, nunca poderá ser inferior a 3,00 m (três metros) com o mínimo, em qualquer ponto de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), incluindo vigas ou luminárias, devendo ser aumentado sempre que as condições de iluminação natural assim o exigirem.

**Art. 211 -** A iluminação das salas de aula em geral, será sempre natural, predominando a unilateral esquerda, não se dispensando a iluminação artificial para as condições climatológicas peculiares e para aulas noturnas.

§ 1º - Quando houver necessidade de iluminação zenital, esta deverá corresponder a 23% (vinte e três por cento) de área do piso, devendo ser previstos elementos que evitem o ofuscamento.

§ 2º - As aberturas nas paredes para iluminação natural, devem corresponder a uma área total mínima que atinja 20% (vinte por cento) da área do ambiente, sendo os seguintes níveis de iluminação considerados suficientes: para salas de aulas 300 (trezentos) lux; para biblioteca, laboratório e sala-ambiente, 500 (quinhentos) lux; para setor administrativo, 250 (duzentos e cinquenta) lux; para vestiários e sanitários, 100 (cem) lux; e para áreas de circulação, 100 (cem) lux.

**Art. 212 -** Os auditórios dos estabelecimentos de ensino terão área útil não inferior a 0,80 m² (oitenta centímetros quadrados) por pessoa, observando-se ventilação adequada e perfeita visibilidade da mesa, quadros ou telas de projeção, para todos os espectadores.

#### INCISO III

#### DAS CONDIÇÕES DE CIRCULAÇÃO

**Art. 213 -** Todo estabelecimento de ensino deverá possuir acesso para pessoas portadoras de deficiência conforme NBR 9050 e atender às seguintes condições em relação à área de circulação geral:

##### I - quanto aos corredores:

- a) largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para corredores e passagens de uso coletivo;
- b) nas áreas de circulação que servem as salas de aula deverá haver um acréscimo na largura de 0,20 m (vinte centímetros) por sala, até o máximo de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros);
- c) acréscimo de 0,50 m (cinquenta centímetros) por lado utilizado, caso seja instalado armário ou vestiário.

##### II - quanto às portas:

- a) as portas de comunicação dos ambientes com as circulações deverão ter largura mínima de 0,90 m (noventa centímetros);
- b) as portas de salas-ambientes deverão ser duplas com a largura total não inferior a 1,40 m (um metro e quarenta centímetros);
- c) as aberturas de entrada e saída deverão ter largura mínima de 3,00 m (três metros).

##### III - quanto às escadas:

- a) terão passagem livre com altura não inferior a 2,00 m (dois metros);
- b) terão largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);
- c) terão os degraus altura máxima de 0,16 m (dezesseis centímetros) e profundidade mínima de 0,27 m (vinte e sete centímetros);
- d) terão o piso revestido com material adequado à sua finalidade;
- e) terão corrimão com altura de 0,85 m (oitenta e cinco centímetros);
- f) terão seus lances retos, com números de degraus não superior a 10 (dez);
- g) terão patamares planos entre os andares, quando necessário, de no mínimo 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);
- h) terão corrimão intermediário para escadas com largura superior a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), não ultrapassando as subdivisões de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de largura;

- i) terão iluminação natural, direta ou indireta;
- j) não apresentarão trechos em leques.

IV - quanto às rampas:

- a) serão construídas de material resistente e incombustível;
- b) terão passagem livre com altura não inferior a 2,00 m (dois metros);
- c) terão largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);
- d) terão declividade não superior a 15% (quinze por cento) do seu comprimento;
- e) terão piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;
- f) terão balaústre ou corrimão com altura de 0,85 m (oitenta e cinco centímetros).

Parágrafo único. O acesso nos estabelecimentos de ensino deverá ser facilitado para deficientes físicos, mediante rampas ou planos inclinados de materiais especiais.

#### INCISO IV

##### DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

**Art. 214 -** Toda pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificações destinadas ao ensino público ou privado de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá atender às seguintes condições em relação às instalações sanitárias:

I - serão separadas por sexo, com acessos independentes;

~~II - ser dotada de bacias sanitárias em número correspondente, a no mínimo 1 (um) para cada 20 (vinte) alunos e 1 (um) lavatório para cada 40 (quarenta) alunos;~~

II - ser dotada de bacias sanitárias em número correspondente, a no mínimo 1 (um) para cada 20 alunos e 1 (um) lavatório para cada 40 alunos, sendo que, em Centros de Educação Infantil, 50% dos bacias sanitárias e lavatórios deverão ser em tamanho infantil; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~III - ter, os mictórios, forma de cuba ou calha, na proporção de 1 (um) para cada 40 (quarenta) alunos, separados um dos outros, por uma distância de 0,60 m (sessenta centímetros);~~

III - ter, os mictórios, forma de cuba ou calha, na proporção de 1 (um) para cada 40 alunos, separados um dos outros, por uma distância de 0,60m exceto para Centros de Educação Infantil, nos quais será dispensada a execução de mictórios; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

IV - ter paredes revestidas de material liso, impermeável e resistente até a altura de no mínimo 2,00 m (dois metros);

V - ter condições de ventilação permanente;

VI - ter pisos impermeáveis e resistentes;

VII - ter chuveiros na proporção de 1 (um) chuveiro para cada 5 (cinco) alunos do grupo que utiliza os vestiários simultaneamente, quando for previsto a prática de esportes ou educação física;



VIII - os "Box" sanitários deverão ter largura mínima de 0,80 m (oitenta centímetros) por 1,25 m (um metro e vinte e cinco centímetros) de comprimento ou o equivalente em área para larguras maiores, com portas de largura não inferior a 0,60 m (sessenta centímetros) e suspensão dos pisos deixando vãos livres de 0,15 m (quinze centímetros) de altura na parte inferior e 0,30 m (trinta centímetros), no mínimo, na parte superior.

#### INCISO V

##### DAS COZINHAS, DOS REFEITÓRIOS, DAS CANTINAS, DAS LANCHONETES E CONGÊNERES

**Art. 215 -** Toda pessoa, proprietária de/ou responsável por estabelecimento de ensino na parte correspondente a cozinhas, refeitórios, cantinas, lanchonetes e congêneres, além de atender as disposições regulamentares dos decretos que dispõe sobre Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Agropecuários, e Alimentos e Bebidas, deverá obedecer ao seguinte:

I - proibir a venda, nas cantinas escolares, de alimentos altamente cariogênicos, visando a promoção da saúde oral;

II - apresentar, na cozinha, as condições:

- a) paredes revestidas com material liso, lavável, resistente e impermeável, até o mínimo de 2,00 m (dois metros) de altura;
- b) forro de material adequado, podendo ser dispensado em casos de cobertura que ofereça proteção suficiente;
- c) piso revestido com material resistente, liso, impermeável e lavável;
- d) ventilação e iluminação de acordo com as normas fixadas no presente regulamento;
- e) água potável;
- f) lavatórios;
- g) não haver comunicação direta da cozinha com instalações sanitárias e com locais insalubres ou perigosos;

III - apresentar dispensa anexa à cozinha com paredes e pisos revestidos de material impermeável, resistente, lavável e aberturas com telas protetoras.

#### INCISO VI

##### DOS LOCAIS DE ESPORTE E LAZER

**Art. 216 -** Todo estabelecimento de ensino deverá atender as seguintes condições em relação a locais de recreio, esporte, parques infantis e congêneres:

I - ter área coberta para educação física e festividades com dimensões mínimas de 10,00 m (dez metros) de largura e 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) de altura;

II - ter área descoberta para recreio e esporte com 3,00 m<sup>2</sup> (três metros quadrados) a 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados) por aluno e/ou quadra cimentada de 20,00 m (vinte metros) por 30,00 m (trinta metros);

III - ter zonas sombreadas e ensolaradas e protegidas de ventos frios;

IV - ter quadras orientadas para norte-sul.

Parágrafo único. As escolas ao ar livre, parques infantis e congêneres obedecerão às exigências deste regulamento no que lhes forem aplicáveis, obedecendo também às especificações contidas no regulamento referente a locais de lazer.

**Art. 217 -** Nos estabelecimentos de ensino escolar é obrigatório a existência de local coberto para recreio, com área mínima de 1/3 (um terço) da soma das áreas das salas de aula e descoberto, com área mínima igual a soma das áreas das salas de aula.

#### INCISO VII

##### DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

**Art. 218 -** Toda pessoa para construir, adaptar, reformar ou ampliar edificações destinadas ao ensino público ou privado de qualquer natureza, tipo ou finalidade na parte correspondente a abastecimento de água, além de atender às disposições do Decreto 24.981 de 14/03/85, deverá obedecer ao seguinte:

I - disponibilidade mínima de 50 l (cinquenta litros) de água por aluno/dia, sendo que nos internatos a disponibilidade mínima será de 150 l (cento e cinquenta litros) de água por aluno/dia e nos semi-internatos será de 100 l (cem litros) por aluno/dia;

II - a potabilidade da água deverá ser examinada a cada 6 (seis) meses, mediante análise de amostras, feita pela autoridade de saúde competente;

III - deverá ser instalado bebedouros de guarda protetora na proporção mínima de 1 (um) para cada 50 (cinquenta) alunos ou fração por turno, sendo vedado sua localização em instalações sanitárias, e a utilização de copos ou vasilhames, exceto os descartáveis;

IV - nos bebedouros, a extremidade do local de suprimento de água deverá estar acima do nível de transbordamento do receptáculo;

V - as caixas de água, reservatórios, cisternas ou poços, deverão ser revestidos de material impermeável inócuo, não corrosível, de fácil limpeza, permanecendo cobertas, protegidas e vedadas contra contaminação de qualquer natureza, devendo ser submetidas à limpeza e desinfecção, de seis em seis meses;

#### INCISO VIII

##### DA DISPOSIÇÃO DO ESGOTO E DO LIXO

**Art. 219 -** Toda pessoa, proprietária de/ou responsável por estabelecimento de ensino público ou privado, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, na parte correspondente à disposição de esgoto e de lixo, além de atender às disposições regulamentares específicas sobre ambiente deverá obedecer ao seguinte:

I - quando não existir rede coletora de esgoto e a solução indicada pela autoridade de saúde for a utilização de fossas sépticas, estes deverão ter a capacidade de 50 l (cinquenta litros) por aluno/dia,

no mínimo;

II - nas salas de aula deverá haver cestos coletores de papéis, e nos pátios e locais de recreio, recipientes coletores de lixo, com tampa;

III - quando não houver serviço público de coleta de lixo, a destinação do mesmo deverá ser feita em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde e o bem-estar público.

#### INCISO IX

#### DAS CASAS DE ESPETÁCULO

**Art. 220 -** As edificações destinadas a auditórios, cinemas, teatros, salões de baile, ginásios de esportes, templos religiosos e similares, deverão atender as seguintes disposições:

I - ter instalações sanitárias separadas para cada sexo, com as seguintes proporções mínimas:

- a) para o sanitário masculino, um vaso sanitário, um lavatório e um mictório para cada 100 (cem) lugares;
- b) para o sanitário feminino, um vaso sanitário e um lavatório para cada 100 (cem) lugares;
- c) para efeito de cálculo do número de pessoas serão consideradas, quando não houverem lugares fixos, a proporção de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) por pessoa, referente a área efetivamente destinada as mesmas;

II - as portas deverão ter a mesma largura dos corredores, sendo que, os corredores de acesso e escoamento, cobertos ou descobertos, terão largura mínima de 2,00 m (dois metros) o qual terá um acréscimo de 1 cm (um centímetros) a cada grupo de 10 (dez) pessoas excedentes a lotação de 150 (cento e cinquenta) lugares;

III - as circulações internas à sala de espetáculos de até 100 (cem) lugares, terão nos seus corredores longitudinais e transversais largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros). Estas larguras mínimas serão acrescidas de 10 cm (dez centímetros) por fração de 50 lugares;

IV - quando o local de reunião ou salas de espetáculos estiver situado em pavimento que não seja térreo serão necessárias duas escadas no mínimo, que deverão obedecer às seguintes condições:

- a) as escadas deverão ter largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), para salas de até 100 (cem) lugares, e ser acrescidas de 10 cm (dez centímetros) por fração de 50 (cinquenta) lugares excedentes;
- b) sempre que a altura a vencer for superior a 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros), devem ter patamares, os quais terão profundidade de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);
- c) as escadas não poderão ser desenvolvidas em caracol;

V - haverá obrigatoriamente sala de espera cuja área mínima, deverá ser de 0,20 m<sup>2</sup> (vinte centímetros quadrados) por pessoa, considerando a lotação máxima;

VI - as escadas poderão ser substituídas por rampas com no máximo 12% (doze por cento) de declividade, observadas, entretanto, as demais exigências para escadas, estabelecidas no Inciso II, Subseção IX, Seção I, Capítulo IV.

SUBSEÇÃO XII  
DOS ESTABELECIMENTOS DE INTERESSE EM SAÚDE

~~Art. 221 - Para os seguintes estabelecimentos de interesse de saúde, cuja análise é de atribuição do município, os projetos deverão seguir as recomendações da RDC 50 de 21 de fevereiro de 2002 e serem apresentados em 04 (quatro) vias para expedição do alvará de construção:~~

- ~~a) laboratório clínico, intra-hospitalar;~~
- ~~b) laboratório clínico, extra-hospitalar;~~
- ~~c) posto de coleta, intra-hospitalar;~~
- ~~d) posto de coleta, extra-hospitalar;~~
- ~~e) estabelecimento de atenção ao idoso;~~
- ~~f) clínica ou consultório médico com vacinação;~~
- ~~g) estabelecimentos de atenção odontológica: universidades, clínicas, consultórios e laboratórios de próteses;~~
- ~~h) serviços de fisioterapia;~~
- ~~i) lavanderia de roupas de uso hospitalar isolada do hospital;~~
- ~~j) estabelecimento para adultos em situação de risco ou portadores de necessidades especiais: albergues, abrigos, casas de apoio, casas, lares;~~
- ~~l) estabelecimentos de atenção à criança e ao adolescente: orfanato, casa de apoio, casa lar, abrigo.~~

**Art. 221** Para estabelecimentos de interesse de saúde, deverá ser apresentado o projeto devidamente aprovado por profissional credenciado para tal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

Capítulo IV  
DAS EDIFICAÇÕES

~~Art. 222 - Construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade, de acordo com a Lei Nº 10098 de 2000:~~

**Art. 222** A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, atendendo ainda aos seguintes requisitos de acessibilidade, de acordo com a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003: (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~I - nas áreas destinadas a garagem ou estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência;~~

I - nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou coletivo, devem ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção e para pessoas idosas; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

II - pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III - pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta lei;

IV - os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida.

## SEÇÃO I DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL

### SUBSEÇÃO I DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

**Art. 223** Os materiais de construção, seu emprego e técnica de utilização deverão satisfazer as especificações e normas oficiais da ABNT.

**Art. 224 -** No caso de materiais cuja aplicação não esteja definitivamente consagrada pelo uso, a Prefeitura poderá exigir análise e ensaios comprobatórios de sua adequacidade, em laboratório de comprovada idoneidade técnica.

**Art. 225 -** Para efeito desta Lei Complementar consideram-se "Materiais Incombustíveis": o concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais cerâmicos ou de fibrocimento e outros cuja incombustibilidade seja reconhecida pelas especificações da ABNT.

### SUBSEÇÃO II DO PREPARO DO TERRENO - DAS ESCAVAÇÕES DE SUSTENTAÇÕES DE TERRA

~~**Art. 226 -** Todo movimento de terra tais como cortes, escavações, aterros e terraplenagens, será precedido de Projetos específicos, executado por profissional habilitado, devidamente cadastrado nos órgãos competentes, constituído do seguinte:~~

~~I - planta de situação do terreno, indicando orientação, edificações, cursos d'água, árvores de grande porte, postes e demais elementos físicos no raio de 10,00 m (dez metros) ao redor da área do movimento projetado. Escala 1/500 (um por quinhentos);~~

~~II - planta do terreno com altimetria indicando movimentos projetados. Escala 1/200 (um para duzentos);~~

~~III - perfil do terreno indicando os movimentos projetados. Escala 1/200 (um para duzentos);~~

~~IV - quadro com quantitativos em m³ (metros cúbicos), dos movimentos projetados.~~

~~§ 1º - O Projeto do movimento de terra poderá integrar o Projeto arquitetônico desde que sejam atendidas as determinações desta Seção.~~

~~§ 2º - É expressamente vedado executar qualquer tipo de terraplenagem, sem o expresse consentimento da Prefeitura e o descumprimento deste parágrafo, será autuado e notificado tanto o proprietário do imóvel, como o proprietário do equipamento.~~

**Art. 226** Todo movimento de terra tais como cortes (exceto aqueles até 1,00m) escavações, aterros e terraplanagens (exceto abaixo de 300,00m3), será precedido de projetos específicos, executado por profissional habilitado, devidamente cadastrado nos órgãos competentes, constituído do seguinte:

(Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

I - planta de situação do terreno, indicando orientação, edificações, cursos d'água, árvores de grande porte, postes e demais elementos físicos no raio de 30,00m (trinta metros) ao redor da área de movimento projetado em escala 1/500 (um por quinhentos); (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

II - planta do terreno com altimetria indicando movimentos projetados em escala 1/200 (um para duzentos); (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

III - perfil do terreno indicando os movimentos projetados em escala 1/200 (um para duzentos); (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

IV - quadro com quantitativos em m3 (metros cúbicos), dos movimentos projetados; (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

V - projeto de drenagem e contenções; (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

VI - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), emitida por profissional habilitado; (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

VII - coordenadas geográficas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 1º O Projeto do movimento de terra poderá integrar o projeto arquitetônico desde que sejam atendidas as determinações desta Seção. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 2º É expressamente vedado executar qualquer tipo de terraplanagem, sem o expresse consentimento da Prefeitura e o descumprimento deste parágrafo, será autuado e notificado sob pena de multa no valor de 2.000 UFM, tanto para o proprietário do imóvel, como o proprietário do equipamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 3º As movimentações de terra inferiores a 300,00m3 (trezentos metros cúbicos) ou 1,00m (um metro) de altura deverão ser comunicadas à Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente por meio de apresentação dos seguintes documentos: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

I - declaração do proprietário; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

II - registro fotográfico do imóvel anterior à movimentação de terra; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

III - matrícula atualizada do imóvel; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

IV - croqui do terreno. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 4º A documentação apresentada será conferida pela topografia e, caso confirmada a divergência ou irregularidade, o proprietário será autuado sob pena de multa de 2.000 UFM e notificado para regularização conforme o caput deste artigo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

**Art. 226-A** Não serão permitidos aterros nos imóveis localizados abaixo da cota de inundação de 9,00m (nove metros), considerando como referência a tabela abaixo: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

Rio	Trecho	Cota de Referência
Itajaí do Oeste	Barra do Trombudo	338,00m
Itajaí do Oeste	Barragem	338,00m
Itajaí do Oeste	Pamplona	338,00m
Itajaí do Oeste	Budag	338,00m
Itajaí do Oeste e Itajaí-Açu	Canoas	337,00m
Itajaí do Sul	Bom Fim	339,00m
Itajaí do Sul	Albertina	339,00m
Itajaí do Sul	Sumaré	338,00m
Itajaí do Sul	Laranjeiras	338,00m
Itajaí do Sul, Itajaí do Oeste e Itajaí-Açu	Centro	338,00m
Itajaí-Açu	Jardim América	337,00m
Itajaí-Açu	Canta Galo (lado Oeste da Av. Ivo Silveira)	337,00m
Itajaí-Açu	Canta Galo (lado Leste da Av. Ivo Silveira)	336,00m
Itajaí-Açu	Santana	337,00m
Itajaí-Açu	Taboão	336,00m
Itajaí-Açu	Barra Itoupava	335,00m
Itajaí-Açu	Valada Itoupava	335,00m
Itajaí-Açu	Bremer	334,00m
Itajaí-Açu	Navegantes	334,00m
Itajaí-Açu	Santa Rita	333,00m
Itajaí-Açu	Bela Aliança	333,00m
Itajaí-Açu	Rainha	333,00m

(Redação acrescida pela Lei CC

§ 1º Exceto nos seguintes casos: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

~~I - para nivelamento do terreno, com relação ao nível da rua, em até 0,50m (cinquenta centímetros) em ruas pavimentadas; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)~~

I - para nivelamento do terreno, com relação ao nível da rua, em até 0,50m não podendo avançar além da área que compreende o afastamento frontal mínimo exigido por Lei, em ruas pavimentadas; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~II - para nivelamento do terreno, com relação ao nível da rua, em até 0,80m (oitenta centímetros) em ruas não pavimentadas, ou conforme projeto da via; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)~~

II - para nivelamento do terreno, com relação ao nível da rua, em até 0,80m não podendo avançar além da área que compreende o afastamento frontal mínimo exigido por Lei, em ruas não pavimentadas, ou conforme projeto da via; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

III - em casos de execução de obras de utilidade pública destinadas à implantação de infraestrutura do sistema viário. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 2º O nível do aterro deverá manter a topografia do terreno, acompanhando o declive do mesmo, considerando-se os níveis dos incisos I e II. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 3º Os aterros não autorizados ou executados acima do nível permitido deverão ser removidos pelo executor, no período de trinta dias, sob pena de multa no valor de 5.000 UFM's. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 4º O material resultante deverá ser depositado em local licenciado para esse fim, sob pena de multa no valor de 5.000 UFM's. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 5º Caso o material não seja removido, a administração municipal executará a remoção e lançará as custas, acrescidas a 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço, em dívida ativa vinculada ao imóvel. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

**Art. 226-B** Em imóveis localizados acima da cota de inundação de 9,00m (nove metros), considerando-se como referência a tabela descrita no art. 226-A, os cortes com altura igual ou superior a 1,00m (um metro) e aterros com volume igual ou superior a 300,00m³ (trezentos metros cúbicos) deverão ser aprovados mediante a apresentação dos projetos e documentos solicitados no art. 226. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

~~§ 1º Não serão permitidos cortes em terrenos com declividade superior a 30% (trinta por cento), salvo para obras de contenção aprovadas pelo poder público. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)~~

§ 1º Não serão permitidos cortes em terrenos com declividade acima dos 30%, salvo para adequação de projetos de edificações mediante apresentação de projeto com a solução estrutural adequada, elaborada por profissional habilitado, acompanhado da respectiva anotação de responsabilidade técnica, não sendo permitido em casos de Parcelamento do Solo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 2º Os projetos de terraplanagem, drenagem e contenções deverão seguir as respectivas NBR's vigentes, referente a cada tema. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 3º A área resultante de corte (talude) deverá apresentar projeto de recuperação ou restauração de vegetação, mediante Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devendo ser executada no prazo máximo de 30 (trinta) dias. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

~~**Art. 227 -** Na execução do preparo do terreno e escavações, serão obrigatórias as seguintes precauções:~~  
~~a) evitar que as terras ou outros materiais alcancem o passeio ou o leito do logradouro;~~  
~~b) o bota-fora dos materiais escavados deve ser realizado com destino a locais a critério da Prefeitura, sem causar quaisquer prejuízos a terceiros;~~  
~~c) adoção de providências que se façam necessárias para a sustentação dos prédios vizinhos limitrofes.~~  
~~d) permitir a saída para transporte de quaisquer tipos de sólidos a granel oriundos da escavação em vias abertas de circulação pública somente se os veículos estiverem munidos de guarda laterais fechadas e estarem totalmente coberta por lonas que impeçam o derramamento de fragmentos do material transportado; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 297/2015)~~  
~~e) nos portões de saída do terreno instalar dispositivo de "lava rodas", retirando o barro e a sujeira das rodas de máquinas e caminhões para que as ruas do entorno permaneçam limpas. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 297/2015)~~

**Art. 227** Na execução do preparo do terreno e escavações, serão obrigatórias as seguintes precauções:

- a) impedir que as terras ou outros materiais alcancem o passeio ou o leito do logradouro;
- b) o bota-fora dos materiais escavados deve ser depositado em locais licenciados para esse fim, sem causar quaisquer prejuízos a terceiros;



- c) adoção de providências que se façam necessárias para a sustentação dos prédios vizinhos limítrofes;
- d) instalação de limpa-roda na saída do imóvel, para remoção total de resíduos;
- e) instalação de placa de obra contendo os dados do responsável técnico pelo projeto e pela execução, número do alvará de terraplanagem, área e volume da movimentação de terra e prazo de execução. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

~~Art. 228 - Os proprietários de terrenos ficam obrigados a fixação, estabilização ou sustentação das respectivas terras ou de terceiros se colocadas em riscos, por meio de obras e medidas de precaução contra erosão do solo, desmoronamento de terras, escoamento de materiais, detritos e lixo para as valas, sarjetas e canalizações, pública ou particular, e logradouros públicos.~~

**Art. 228** Os proprietários de terrenos ficam obrigados à fixação, estabilização ou sustentação das respectivas terras ou de terceiros se colocadas em risco, por meio de obras e medidas de precaução contra erosão do solo, desmoronamento de terra, escoamento de materiais, detritos e lixo para as valas, sarjetas e canalizações, públicas ou particulares e logradouros públicos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

Parágrafo Único - A responsabilidade por danos causados à áreas públicas ou de terceiros será tanto do executor da movimentação de terra quanto do proprietário do imóvel, sob pena de multa de 5.000 UFM's e indenização por prejuízos causados. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

~~Art. 229 - Os movimentos de terra observarão ainda o seguinte:~~

~~§ 1º Os cortes e aterros superiores a 30% (trinta por cento) não terão altura contínua superior a 3,00 m (três metros), em qualquer ponto, exceto quando necessariamente comprovados para execução de:~~

- ~~a) garagens embutidas ou semi embutidas;~~
- ~~b) embasamento com pavimento exclusivamente destinado a estacionamento ou guarda de veículos;~~
- ~~c) obras de contenção indispensáveis à segurança ou à regularização de encostas;~~

~~§ 2º Aos cortes corresponderão patamares horizontais na proporção de 2/1;~~

~~§ 3º Os cortes e aterros que resultarem inclinação de até 30% (trinta por cento) em relação a horizontal, deverão ter contenção vegetal;~~

~~§ 4º Os cortes e aterros que resultarem inclinação superior a 30% (trinta por cento), serão objeto de contenção de engenharia com cortina de pedra, concreto armado ou gabião, sendo que sua execução deverá ser acompanhada por profissional competente da área;~~

~~§ 5º Em nenhum caso os cortes e aterros ficarão a descoberto.~~

**Art. 229** Os movimentos de terra observarão ainda o seguinte: (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

~~§ 1º Os cortes e aterros superiores a 30% (trinta por cento) da extensão ou área do terreno, não terão altura contínua superior a 1,00 m (um metro), em qualquer ponto, exceto quando necessariamente comprovados para execução de:~~

- ~~a) garagens embutidas ou semi embutidas;~~
- ~~b) embasamento com pavimento exclusivamente destinado a estacionamento ou guarda de veículos;~~
- ~~c) obras de contenção indispensáveis à segurança ou à regularização de encostas; (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015) (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~§ 2º Aos cortes corresponderão patamares horizontais na proporção de 3/1 (horizontal/vertical); (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)~~

**§ 2º** Aos cortes e aterros, corresponderão patamares horizontais na proporção de 3/2 (horizontal/vertical). (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 3º Os cortes e aterros que resultarem inclinação de até 30% (trinta por cento) em relação a horizontal, deverão ter contenção vegetal, mediante Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e projeto aprovado; (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 4º Os cortes e aterros que resultarem inclinação superior a 30% (trinta por cento), serão objeto de contenção de engenharia conforme NBR's vigentes para contenção de encostas, sendo que sua execução deverá ser acompanhada por profissional competente da área; (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 5º Em nenhum caso os cortes e aterros ficarão a descoberto. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

~~Art. 230 — Deverá ser observado ainda a Lei Complementar de Parcelamento do Solo nos artigos que dispõe sobre o assunto.~~

Art. 230 Deverá ser observado ainda a Título IV - Normas Relativas ao Parcelamento de Solo, nos artigos que dispõem sobre o assunto. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

~~Art. 231 — Os Projetos de terraplenagem, corte ou aterro deverão ser submetido a aprovação da Prefeitura.~~

Art. 231 Os Projetos de terraplenagem, corte ou aterro serão submetidos a aprovação da Prefeitura. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

~~Art. 232 — A prefeitura deverá instituir multa e cassar o licenciamento da terraplenagem, bem como o da pessoa física ou jurídica que estiver realizando o serviço, quando este for realizado em desacordo com a aprovação do projeto.~~

Art. 232 A prefeitura deverá instituir multa e cassar o licenciamento da terraplenagem, bem como o da pessoa física ou jurídica que estiver realizando o serviço, quando este for realizado em desacordo com a aprovação do projeto. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

~~Art. 233 — As pessoas físicas ou jurídicas, de que trata esta seção, deverão ter licenciamento anual da Prefeitura para operarem no município.~~

Art. 233 As pessoas físicas ou jurídicas, de que trata esta seção, deverão ter licenciamento anual da Prefeitura para operarem no município. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

~~Art. 234 — A responsabilidade das obras efetuadas por máquinas de terraplenagem é exclusiva do proprietário do imóvel.~~

~~Parágrafo único. O projeto aprovado pela Prefeitura deverá obrigatoriamente ser mantido na obra.~~

Art. 234 A responsabilidade das obras efetuadas por máquinas de terraplenagem é solidária entre o proprietário do imóvel, o operador e o proprietário do equipamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

Parágrafo Único - O projeto aprovado pela Prefeitura deverá ser mantido na obra, ou apresentado à fiscalização imediatamente, quando solicitado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

~~Art. 235 — É expressamente proibida a abertura de ruas quando não previstas pelo Plano Diretor ou não~~

~~pertencerem a projetos de loteamentos aprovados pela Prefeitura.~~

**Art. 235** É expressamente proibida a abertura de ruas quando não previstas pelo Plano Diretor ou não pertencerem a projetos de loteamentos aprovados pela Prefeitura. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

#### ~~SUBSEÇÃO III~~

~~DAS FUNDAÇÕES~~ (Revogada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 236 -** ~~O Projeto e execução de uma fundação deverão ser observados os artigos 102 a 110 desta Lei Complementar.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

#### SUBSEÇÃO IV DAS ESTRUTURAS

**Art. 237 -** ~~O projeto e a execução de uma estrutura obedecerá as normas da ABNT.~~

**Art. 237** O projeto estrutural deverá atender as Leis e Normas cabíveis. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 238 -** A movimentação dos materiais e equipamentos necessários à execução de uma estrutura deverá ser sempre feita dentro do espaço aéreo delimitado pelas divisas do lote, ou em lote de terceiros quando por eles autorizado.

Parágrafo único. Na impossibilidade do cumprimento do disposto neste artigo, a Prefeitura definirá a solução mais adequada.

#### SUBSEÇÃO V DAS PAREDES

**Art. 239 -** As paredes, quando executadas em alvenaria comum deverão ter espessura mínima de:

I - externa - 15 cm (quinze centímetros);

II - interna - 10 cm (dez centímetros).

**Art. 240 -** ~~Quando forem empregadas paredes auto-portantes em uma edificação, serão obedecidas as respectivas normas da ABNT, para os diferentes tipos de material utilizado.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 241 -** ~~Todas as paredes das edificações serão revestidas internamente de emboço e reboco.~~

~~Parágrafo único. O revestimento será dispensado:~~

- ~~a) quando a alvenaria for convenientemente rejuntada e receber cuidadoso acabamento;~~
- ~~b) em se tratando de parede de concreto que haja recebido tratamento de impermeabilidade;~~
- ~~c) quando convenientemente justificado no Projeto;~~
- ~~d) quando se tratar de parede de madeira ou tijolo a vista tratado;~~
- ~~e) quando se tratar de outro material adequado para divisórias.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº

396/2018)

## INCISO ÚNICO

## DAS PAREDES CEGAS

~~Art. 242 - As paredes cegas que constituírem divisões entre habitações distintas, ou estejam nas divisas do lote deverão ter no mínimo 0,20 cm (vinte centímetros) de espessura.~~

~~Parágrafo único. As espessuras poderão ser alteradas quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam comprovadamente, no mínimo, os mesmos índices de resistência, impermeabilidade, isolamento térmico e acústico, conforme o caso.~~

Art. 242 As paredes junto às divisas da gleba devem garantir isolamento físico, térmico, acústico e contra fogo, devendo estar completamente dentro dos limites do terreno ao qual faz parte a edificação a que pertencem e possuir sempre estruturas próprias.

Parágrafo único. Não serão permitidas paredes de madeira junto as divisas do lote, sendo que estas devem reservar o afastamento lateral e fundos de no mínimo 1,50m das divisas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

## SUBSEÇÃO VI

## DO FORRO, PISO E ENTREPISO

~~Art. 243 - O forro das edificações unifamiliares caso não seja em plano horizontal, terá como altura média, no mínimo o estabelecido nos Artigos 275-276 desta Lei Complementar, porém a altura da parte mais baixa não será inferior ou menor que 2,10m (dois metros e dez centímetros).~~

~~Art. 243 - O forro das edificações unifamiliares caso não seja em plano horizontal, terá como altura média, no mínimo o estabelecido no Artigo 278 desta Lei Complementar, porém a altura da parte mais baixa não será inferior ou menor que 2,10m (dois metros e dez centímetros). (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007) (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 244 - Os entrepisos das edificações serão incombustíveis, tolerando-se pisos de madeira ou similar em edificações de até 2 (dois) pavimentos, unifamiliares e isolados das divisas do lote. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 245 - Os pisos deverão ser convenientemente tratados, obedecendo a especificação técnica do Projeto. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

## SUBSEÇÃO VII

## DAS COBERTURAS

Art. 246 - As coberturas das edificações serão construídas em materiais que permitam uma perfeita impermeabilização.

Art. 247 - As águas pluviais provenientes das coberturas serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságüe sobre os lotes vizinhos ou sobre o passeio.

## SUBSEÇÃO VIII

## DAS PORTAS

~~Art. 248 -~~ As portas de acesso às edificações, bem como as passagens ou corredores, terão largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que se dá acesso, exceto para as atividades específicas detalhadas na própria seção.

~~I - Quando de uso privativo a largura mínima será de 0,80 m (oitenta centímetros).~~

~~II - Quando de uso coletivo, a largura livre deverá corresponder a 1 cm (um centímetro) por pessoa da lotação prevista para os compartimentos, respeitando o mínimo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).~~

~~Parágrafo único. As portas de acesso a gabinetes sanitários e banheiros, terão largura mínima de 60 cm (sessenta centímetros).~~

**Art. 248** As portas de acesso às edificações de uso coletivo, bem como as passagens ou corredores, deverão respeitar as Leis, Normas e Instruções Normativas pertinentes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

## SUBSEÇÃO IX

## DAS CIRCULAÇÕES

## INCISO I

## DAS CIRCULAÇÕES EM UM MESMO NÍVEL

~~Art. 249 -~~ Os corredores de utilização coletiva terão as seguintes dimensões mínimas:

~~a) uso Residencial largura mínima de 90 cm (noventa centímetros) para uma extensão máxima de 10,00 m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 05 cm (cinco centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;~~

~~b) uso Comercial largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão de 15,00 m (quinze metros), excedido esse comprimento haverá um acréscimo de 10 cm (dez centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;~~

~~c) acesso aos locais de reunião, deverá obedecer a largura mínima de:~~

~~c.1) 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) para área de 500,00 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados);~~

~~c.2) 3,00 m (três metros) para área de 501,00 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados) a 750,00 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados);~~

~~c.2) 3,00 m (três metros) para área de 501,00 m<sup>2</sup> (quinhentos e um metros quadrados) a 750,00 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados); (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~c.3) 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) para área de 751,00 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta e um metros quadrados) a 1.000,00 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados);~~

~~c.4) 4,00 m (quatro metros) para áreas acima de 1.000,00 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados).~~

~~d) nos hotéis e motéis a largura mínima será de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para cada extensão de 10,00 m (dez metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 10 cm (dez centímetros) na largura para cada metro ou fração;~~

~~e) as galerias de lojas comerciais terão a largura mínima de 3,00 m (três metros) para cada extensão de no máximo 15,00 m (quinze metros), para cada 5,00 m (cinco metros), ou fração de excesso, essa largura será aumentada de 10% (dez por cento).~~

**Art. 249** Os corredores de utilização coletiva deverão respeitar as Leis, Normas e Instruções Normativas pertinentes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

## INCISO II

## DA CIRCULAÇÃO DE NÍVEIS DIFERENTES

**Art. 250 -** Os elementos de circulação que estabelecem a ligação de dois ou mais níveis consecutivos são:

I - escadas;

II - rampas;

III - escadas Rolantes.

~~§ 1º As escadas deverão obedecer as seguintes normas:~~

~~a) as escadas para uso coletivo terão largura mínima livre de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) e deverão ser construídas com material incombustível;~~

~~b) nas edificações destinadas a locais de reunião, o dimensionamento das escadas deverá atender ao fluxo de circulação de cada nível contíguo (superior ou inferior) de maneira que no nível de saída do logradouro haja sempre um somatório de fluxos correspondentes à lotação total;~~

~~c) as escadas de acesso às localidades elevadas nas edificações que se destinam a locais de reunião deverão atender as seguintes normas:~~

~~1 ter largura mínima de 2,00 m (dois metros);~~

~~2 o lance extremo que se comunicar com a saída deverá estar orientado na direção desta;~~

~~d) nos estádios as escadas das circulações dos diferentes níveis deverão ter largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para cada mil pessoas e nunca inferior a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);~~

~~e) as escadas de uso privativo, dentro de uma unidade familiar, bem como as de uso nitidamente secundário e eventual, como as de adega, pequenos depósitos e casas de máquinas, poderão ter sua largura reduzida para um mínimo de 80 cm (oitenta centímetros);~~

~~f) o dimensionamento dos degraus será feito de acordo com a fórmula  $2E + P = 0,63/0,64$ , onde "E" é altura ou espelho de degrau, o "P" a profundidade do piso obedecendo aos seguintes limites: altura máxima de 18 cm (dezoito centímetros) e profundidade mínima de 27 cm (vinte e sete centímetros);~~

~~g) nas escadas de uso coletivo, sempre que o número de degraus consecutivos exceder de 16 (dezesseis) será obrigatório intercalar um patamar com a extensão mínima de 0,80 m (oitenta centímetros) e com a mesma largura do degrau;~~

~~h) nas escadas circulares deverá ficar assegurada uma faixa de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de largura, na qual os pisos dos degraus terão as profundidades mínimas de 20 cm (vinte centímetros) e 40 cm (quarenta centímetros) nos bordos internos e externos, respectivamente;~~

~~i) as escadas do tipo "marinheiro", "caracol" ou "leque" só serão acessos a torres, adegas, mezaninos, casa de máquinas, sobrelojas ou antepisos de uma mesma unidade residencial;~~

~~j) as escadas deverão oferecer passagem livre com altura nunca inferior a 2,10 m (dois metros e dez centímetros);~~

~~l) as escadas de uso comum ou coletivo terão obrigatoriamente corrimão (mesmo entre paredes) de ambos os lados, obedecendo os requisitos seguintes:~~

~~1 manter-se ão a uma altura constante, situada entre 75 cm (setenta e cinco centímetros) e 80 cm (oitenta centímetros), acima da borda do piso dos degraus;~~

~~2 somente serão fixados pela sua face inferior;~~

~~3 terão largura mínima de 6 cm (seis centímetros);~~

~~4 estarão afastados das paredes, no mínimo 4 cm (quatro centímetros).~~

~~m) os edifícios com 04 (quatro) ou mais pavimentos deverão dispor de:~~

- ~~1 um saguão ou patamar de escada independente do hall de distribuição;~~  
~~2 iluminação natural ou sistema de emergência para alimentação da iluminação artificial na caixa de escada;~~  
~~n) as escadas deverão ainda observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros.~~

§ 1º As escadas de utilização coletiva deverão respeitar as Leis, Normas e Instruções Normativas pertinentes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 2º No emprego de rampas, em substituição às escadas da edificação, aplicam-se as mesmas exigências ao dimensionamento e especificações de materiais fixadas para as escadas, além das seguintes normas:~~

§ 2º No emprego de rampas, em substituição às escadas da edificação, deverá ser atendido o seguinte: (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~a) as rampas poderão apresentar inclinação máxima de 25% (vinte e cinco por cento) para uso de veículos e de 15% (quinze por cento) para uso de pedestres;~~

a) as rampas para veículos poderão apresentar inclinação máxima de 25% e as rampas para acesso de pedestres deverão respeitar a inclinação máxima de 15% para residência unifamiliar e para multifamiliar ou não residencial e deverão respeitar ainda o que determinar as Normas de acessibilidade vigentes; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

b) as rampas de acesso para pedestres, quando externas e se excederem a 6% (seis por cento) terão piso revestido com material antiderrapante;

~~c) as rampas de acesso para veículos deverão ter seu início conforme anexo 04 da presente Lei, para edificações comerciais, de prestação de serviços e multifamiliares, caso as edificações sejam construídas no alinhamento do lote;~~

c) as rampas de acesso para veículos deverão ter seu início dentro do lote, não serão aceitas rampas (tanto para veículos, quanto para pedestres) sobre o passeio público; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~d) as rampas deverão possuir largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) e possuir corrimão dos dois lados, com 45 cm (quarenta e cinco centímetros) de prolongamento nas extremidades; (Revogada pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~e) a parte externa da rampa deverá ter acabamento de piso 5 cm (cinco centímetros) mais elevado; (Revogada pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

f) as rampas deverão observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros, diferenciadas em função do número de pavimentos da edificação.

~~§ 3º Nas edificações em que forem assentadas escadas rolantes, deverão estas, obrigatoriamente, obedecer à Norma NB-38 da ABNT.~~

§ 3º Nas edificações em que forem assentadas escadas ou esteiras rolantes, deverão estas, obrigatoriamente, obedecer as Norma específicas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

#### SUBSEÇÃO X DOS MEZANINOS

**Art. 251 -** A construção de mezaninos só será permitida, quando satisfazer as seguintes condições:

~~a) não prejudicar as condições de iluminação e ventilação do compartimento onde for construído e cuja área será adicionada para efeito de cálculo dos vãos de iluminação e ventilação a área do pavimento~~

~~inferior (considerando-se o mezanino como compartimento habitável); (Revogada pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

b) ocupar área de no máximo 50% (cinquenta por cento) da área do compartimento a que serve;

~~e) ter altura mínima de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) e deixar com essa mesma altura o espaço que ficar sob sua projeção no piso do compartimento onde for construído; (Revogada pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~d) terem escada fixa de acesso e parapeito. (Revogada pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

#### SUBSEÇÃO XI

##### DAS CHAMINÉS

~~Art. 252 - A chaminé de qualquer natureza, em uma edificação terá altura suficiente para que o fumo, a fuligem ou resíduos que possam expelir, não incomodem a vizinhança.~~

~~§ 1º A altura de chaminés de edificações não residenciais, não poderá ser inferior a 5,00 m (cinco metros) do ponto mais alto das coberturas existentes num raio de 50,00m (cinquenta metros).~~

~~§ 2º Independente da exigência do parágrafo anterior ou no caso da impossibilidade de seu cumprimento deverá ser obrigatória a instalação de aparelho fumívoro conveniente.~~

**Art. 252** A chaminé de qualquer natureza, deverá possuir sistema eficiente e adequado de forma a garantir que a fumaça, a fuligem ou resíduos que possam expelir, não incomodem a vizinhança. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

#### SUBSEÇÃO XII

##### DAS MARQUISES E SALIÊNCIAS

**Art. 253 -** A construção de marquises, na fachada das edificações obedecerá as seguintes condições:

I - serem em balanço;

II - a face interna do balanço deverá ocupar um avanço de no máximo 2/3 (dois terços) da largura do passeio e no mínimo de 0,75cm (setenta e cinco centímetros) de avanço em relação à prumada da fachada onde se localizar, salvo casos onde a largura do passeio for maior ou igual a 3,00 m (três metros), quando deverá ter largura mínima de 1/3 (um terço) da largura do passeio;

III - ter altura mínima de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) acima do nível do passeio, podendo a Prefeitura indicar a cota adequada, em função das marquises existentes na mesma face da quadra, desde que a diferença não seja superior a 0,50cm (cinquenta centímetros) das existentes e as projetadas;

~~IV - permitirão o escoamento das águas pluviais exclusivamente para dentro dos limites do lote através de condutores e encaminhados à sarjeta sob o passeio;~~

IV - permitirão o escoamento das águas pluviais exclusivamente para dentro dos limites do lote através de condutores e encaminhados à rede pública de drenagem pluvial; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

V - não prejudicarão a arborização e iluminação pública, assim como não ocultarão placas de nomenclatura ou numeração;



VI - serem construídas em toda a extensão da quadra, de modo a evitar qualquer solução de descontinuidade entre as diversas marquises contíguas.

~~Parágrafo único. Entende-se por marquise somente o avanço da laje ou elemento construtivo equivalente que cubra a parte do passeio e não do avanço do corpo da edificação (podendo sobre as mesmas ser locadas floreiras e/ou vitrinas para exposição comercial).~~

Parágrafo único. Entende-se por marquise somente o avanço da laje ou elemento construtivo equivalente que cubra a parte do passeio e não do avanço do corpo da edificação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 254 -** Será obrigatória a construção de marquises em toda a fachada nos seguintes casos:

~~I - em qualquer edificação de mais de 1 (um) pavimento a ser construída nos logradouros de uso predominante comercial, quando no alinhamento ou dele recuado menos de 4,00 m (quatro metros);~~

I - em qualquer edificação de mais de 1 (um) pavimento a ser construída no alinhamento frontal, dentro do zoneamento que assim o permitir; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~II - nos edifícios de uso comercial cujo pavimento térreo tenha essa destinação, quando construídos no alinhamento; (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

III - nas ruas para pedestres as projeções máximas e mínimas poderão obedecer a outros parâmetros, de acordo com o critério a ser estabelecido pela Prefeitura.

**Art. 255 -** As fachadas dos edifícios, quando construídos no alinhamento predial, poderão ter floreiras, caixas para ar condicionado e brises, se:

I - estiverem acima da marquise;

~~II - o escoamento das águas pluviais for exclusivamente dentro dos limites do lote através de condutores embutidos e encaminhados à sarjeta sob o passeio.~~

II - o escoamento das águas pluviais for exclusivamente dentro dos limites do lote através de condutores embutidos e encaminhados à rede de drenagem pluvial. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

Parágrafo único. Os elementos mencionados no caput deste artigo poderão projetar-se além do alinhamento predial a distância máxima de 60 cm (sessenta centímetros).

**Art. 256 -** Nos pavimentos térreos construídos no alinhamento será permitido o uso transitório de toldos protetores localizados nas extremidades das marquises, desde que abaixo de sua extremidade inferior deixe espaço livre com altura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros).

**Art. 257 -** Deverão ser obedecidas normas estabelecidas pela CELESC.

#### SUBSEÇÃO XIII DOS RECUOS E AVANÇOS

~~**Art. 258 -** Os recuos das edificações deverão estar de acordo com o disposto na Lei Complementar de Uso~~

~~do Solo e ainda no que especifica a proposta do Sistema Viário.~~

**Art. 258** Os recuos das edificações deverão estar de acordo com o disposto nesta Lei Complementar, e ainda no que especifica a proposta do Sistema Viário. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 259 -** Os edifícios construídos nos cruzamentos dos logradouros públicos, aonde não houver recuo frontal, o pavimento térreo deverá ser de forma chanfrada ou semicircular respeitando o raio interno de concordância prevista entre as vias.

Parágrafo único. O raio interno mínimo será de 3,00m. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~**Art. 260 -** Nenhuma edificação será construída avançando sobre o passeio quer no térreo, ou nos outros pavimentos,  $AV = L - 1,90$  m, onde: AV = Avanço da edificação sobre o passeio.~~

**Art. 260** Nenhuma edificação será construída avançando sobre o passeio quer no térreo ou nos outros pavimentos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 261 -** Deverão ainda ser observadas normas da CELESC.

#### ~~SUBSEÇÃO XIV~~

~~DAS VITRINES E MOSTRUÁRIOS (Revogada pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~**Art. 262 -** A instalação de vitrines e mostruários só serão permitidas quando não advenha prejuízo para ventilação e iluminação dos locais em que sejam integrados e não perturbem a circulação do público.~~

~~§ 1º - A abertura de vão para vitrine e mostruário em fachadas ou paredes de áreas de circulação horizontal será permitida desde que o espaço livre dessas circulações em toda a sua altura, atenda às dimensões mínimas estabelecidas nesta Lei Complementar.~~

~~§ 2º - Não será permitida a colocação de balcões ou vitrines nos halls de entrada e circulações. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

#### SUBSEÇÃO XV

DOS ANÚNCIOS E LETREIROS

**Art. 263 -** A colocação de anúncios e letreiros só será feita mediante prévia licença da Prefeitura e não poderá interferir:

- a) sinalização de tráfego;
- b) com a visão de monumento histórico;
- c) com a visão de locais de interesse paisagístico.

Parágrafo único. Os anúncios e letreiros sobre as marquises somente serão licenciados mediante prévia autorização do condomínio do prédio respectivo ou proprietário.

#### SUBSEÇÃO XVI

DOS TAPUMES, ANDAIMES E TELAS DE PROTEÇÃO

**Art. 264 -** Será obrigatória a colocação de tapumes sempre que se executem obras de construção, reforma, ampliação ou demolição nos lotes voltados para as vias públicas.

~~§ 1º Enquadram-se nesta exigência todas as obras que ofereçam perigo aos transeuntes, a critério da Prefeitura e obrigatoriamente, todos os edifícios com mais de 02 (dois) pavimentos.~~

§ 1º Enquadram-se nesta exigência todas as obras que ofereçam perigo aos transeuntes, a critério da Fiscalização. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 2º - O tapume deverá ser mantido enquanto perdurem as obras que possa afetar a segurança dos pedestres que utilizam dos passeios dos logradouros.

§ 3º - O tapume de que trata este artigo deverá atender às seguintes normas:

- a) a faixa compreendida pelo tapume não poderá ter largura superior à metade da largura do passeio (não computada a área de canteiro quando existir), nem exceder a 2,00m (dois metros);
- b) quando for construído em esquinas de logradouros as placas existentes indicadoras do tráfego de veículos e outras de interesse público, serão mediante prévio entendimento com o órgão competente em matéria de trânsito transferidas para o tapume e fixadas de forma a serem bem visíveis;
- ~~c) a sua altura não poderá ser inferior a 3,00m (três metros) e terá bom acabamento;~~
- c) a sua altura não poderá ser inferior a 2,00m e terá bom acabamento; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)
- d) quando executado formando galerias para circulação de pedestres, será permitida a existência de compartimentos superpostos, como complemento da instalação do canteiro da obra, respeitada sempre a norma contida no parágrafo 3º, alínea "a", deste artigo, desde que os limites destes compartimentos fiquem contidos até 0,50m (cinquenta centímetros) de distância do meio-fio.

**Art. 265 -** Nas edificações afastadas mais de 3,00m (três metros) em relação ao alinhamento de logradouro, o tapume não poderá ocupar o passeio.

**Art. 266 -** Os tapumes deverão apresentar perfeitas condições de segurança em seus diversos elementos e garantir efetiva proteção às árvores, aparelhos de iluminação pública, postos e outros dispositivos existentes sem prejuízo da completa eficiência de tais aparelhos.

**Art. 267 -** Para as obras de construção, elevações, reparos e demolições de muros até 3,00m (três metros) não há obrigatoriedade de colocação de tapume.

**Art. 268 -** Os tapumes deverão ser periodicamente vistoriados, pelo construtor, sem prejuízo de fiscalização pela Prefeitura, a fim de ser verificada sua eficiência e segurança.

~~**Art. 269 -** Durante a execução da obra será obrigatória a colocação de andaime de proteção do tipo "bandeja salva-vidas", para edifícios de três pavimentos ou mais.~~

~~§ 1º Os andaimes terão de garantir condições de segurança de trabalho para os operários de acordo com a legislação federal que trata deste assunto.~~

~~§ 2º As "bandejas salva-vidas" constarão de um estrado horizontal de 1,20 (um metro e vinte centímetros) de largura mínima com guarda-corpo até a altura de 1,00 m (um metro), este tendo inclinação aproximada de 135 (cento e trinta e cinco graus), em relação ao estrado horizontal.~~

**Art. 269** As construções deverão atender as Normas regulamentadoras que tratam sobre Condições e meio

ambiente de trabalho na indústria da construção civil, em especial a NR18 do Ministério do Trabalho ou outra que vier a substituí-la. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 270 -~~ No caso de emprego de andaimes mecânicos suspensos, estes deverão ser dotados de guarda-corpo com altura de 1,20 m (um metro e vinte centímetros). (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

Art. 271 - Após o término das obras ou no caso de sua paralisação por prazo superior a 06 (seis) meses, os tapumes deverão ser recuados até o alinhamento e os andaimes retirados.

Art. 272 Será obrigatório o uso de tela de proteção para construções acima de 02 (dois) pavimentos, quando construídas no alinhamento e/ou nas suas divisas.

## SUBSEÇÃO XVII DOS COMPARTIMENTOS

### INCISO I DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 273 - Para efeito da presente Lei Complementar, o destino dos compartimentos não será considerado apenas pela denominação em planta, mas também pela sua finalidade lógica decorrente da sua disposição no Projeto.

~~Art. 274 - Os compartimentos são classificados em:~~

Art. 274 Os compartimentos, em função de sua utilização, são classificados em: (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~I - compartimento de permanência prolongada noturna;~~

I - de permanência prolongada, assim considerado o dormitório e a sala em residência, devendo possuir abertura para ventilação, iluminação e insolação de forma direta com o exterior; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~II - compartimento de permanência prolongada diurna;~~

II - de permanência transitória, assim considerados os demais compartimentos não especificados no inciso I deste artigo, podendo possuir abertura para ventilação de forma indireta com o exterior, através de dutos ou equipamento mecânico; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~III - compartimento de utilização transitória;~~

III - de utilização especial são aqueles que, pela sua finalidade, dispensam qualquer tipo de ventilação, como as câmaras escuras, frigoríficos, e outros de características especiais; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~IV - compartimento de utilização especial. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~§ 1º São compartimentos de permanência prolongada noturna os dormitórios.~~

§ 1º Considera-se compartimento dotado de ventilação direta aquele que, em qualquer plano, possua janelas para espaço livre do próprio imóvel, sacadas ou varandas ou via, logradouro público ou área de servidão legalmente estabelecida. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 2º São compartimentos de permanência prolongada diurna:~~  
~~— salas de jantar, estar, tv, música;~~  
~~— leitura;~~  
~~— biblioteca, escritórios;~~  
~~— dormitório de empregados.~~

§ 2º Considera-se compartimento dotado de ventilação indireta aquele que é ligado ao exterior através de outro compartimento de utilização transitória, de equipamento mecânico ou de duto, com capacidade suficiente para a renovação de ar ambiente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 3º São compartimentos de utilização transitória:~~  
~~— saguão;~~  
~~— salas de espera;~~  
~~— corredores e passagens;~~  
~~— halls;~~  
~~— escada;~~  
~~— sanitários;~~  
~~— cozinhas e copas;~~  
~~— lavanderia;~~  
~~— despensas;~~  
~~— depósitos de uso doméstico;~~  
~~— casas de máquinas;~~  
~~— garagens;~~  
~~— locais para lixo;~~  
~~— varandas/sacadas;~~  
~~— espaço para churrasqueiras.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 4º São compartimentos de utilização especial aqueles que, pela sua destinação específica não se enquadram nas demais classificações.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

## INCISO II

### DOS REQUISITOS MÍNIMOS

~~Art. 276 — Os compartimentos obedecerão aos limites mínimos para os seguintes elementos da construção:~~  
~~I — área de piso;~~  
~~II — largura;~~  
~~III — vão de iluminação e ventilação;~~  
~~IV — altura;~~  
~~V — vãos de acesso.~~

~~Parágrafo único. Os limites mínimos dimensionados para cada tipo de utilização e referidos neste artigo, são estabelecidos nas tabelas desta subseção.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 276 — A dimensão estabelecida como altura mínima de um compartimento, quando houver rebaixamento de forro, ou forro inclinado, será aquela tomada pela média da altura máxima e mínima, que não poderá ser inferior ao estabelecido nesta Lei Complementar.~~

**Art. 276** A dimensão estabelecida como altura mínima de um compartimento, quando se tratar de forro em plano horizontal é de 2,40m, exceto para edificações em Container. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 277~~ A subdivisão do compartimento, com paredes que cheguem até o teto será permitida quando os compartimentos resultantes atenderem, total e simultaneamente, a todas as normas desta Lei Complementar no que lhes forem aplicáveis. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 278~~ Os compartimentos obedecerão no mínimo a:

~~TABELA 1~~ Dimensões dos compartimentos

DIMENSÕES MÍNIMAS DOS COMPARTIMENTOS				
UTILIZAÇÃO PROLONGADA				
Compartimentos	Área (m <sup>2</sup> )	Dimensão Mínima (m)	Altura (m)	Largura dos vãos (m)
1º dormitório ou único	11,00	2,40	2,60	0,80
2º dormitório	9,00	2,40	2,60	0,80
os demais	7,00	2,40	2,60	0,80
Sala	11,00	2,40	2,60	0,80
Lojas	25,00	3,00	3,00	0,80
Boxes e stand	15,00	2,80	2,40	1,00
Salas comerciais	18,00	2,80	2,60	0,80
Sobreloja	12,50	2,80	2,35	0,80

(alterado pela LC 025 de 1997)

TABELA 1 Dimensões dos compartimentos

DIMENSÕES MÍNIMAS DOS COMPARTIMENTOS UTILIZAÇÃO PROLONGADA				
Compartimentos	Área(m <sup>2</sup> )	Dimensão Mínima(m)	Altura (m)	Largura dos vãos (m)
1º dormitório ou único	11,00	2,40	2,60	0,80
2º dormitório	9,00	2,40	2,60	0,80
os demais	7,00	2,40	2,60	0,80
Sala	11,00	2,40	2,60	0,80
Lojas	25,00	3,00	3,00	0,80
Boxes e stand	15,00	2,80	2,40	1,00
Salas comerciais	18,00	2,80	2,60	0,80
Sobreloja	12,50	2,80	2,35	0,80

(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

TABELA 2 Dimensões dos compartimentos provisórios

DIMENSÕES MÍNIMAS DOS COMPARTIMENTOS				
UTILIZAÇÃO TRANSITÓRIA				
Compartimentos	Área (m²)	Dimensão (m)	Altura (m)	Largura vãos (m)
Cozinha	4,00	1,60	2,40	0,80
Banheiro	3,00	1,30	2,40	0,60
Lavabo	1,20	0,80	2,40	0,60
Área de serviço	2,25	1,50	2,40	0,70
Circulações		0,90	2,40	0,80
Garagens	12,00	2,40	2,40	2,50
Closet		1,30	2,40	0,60

TABELA 2 — Dimensões dos compartimentos provisórios

## DIMENSÕES MÍNIMAS DOS COMPARTIMENTOS

## UTILIZAÇÃO TRANSITÓRIA

Compartimentos	Área (m²)	Dimensão (m)	Altura (m)	Largura vãos (m)
Cozinha	4,00	1,60	2,40	0,80
Banheiro	2,70	1,20	2,40	0,60
Lavabo	1,20	0,80	2,40	0,60
Área de serviço	2,25	1,50	2,40	0,70
Circulações		0,90	2,40	0,80
Garagens	12,00	2,40	2,40	2,50
Closet		1,30	2,40	0,60

(Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

~~§ 1º — Os dormitórios não poderão ter comunicação direta com cozinha, despensa ou depósitos.~~

~~§ 2º — Os banheiros e instalações sanitárias não poderão ter comunicação direta com copas, cozinhas e despensas.~~

~~§ 3º — Quanto ao revestimento destes compartimentos deverá ser observado o que segue:~~

- ~~a) as cozinhas, banheiros, lavatórios, instalações sanitárias e locais para despejo de lixo terão paredes até a altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e o piso, revestido de material impermeável com as características de impermeabilização dos azulejos ou ladrilhos cerâmicos;~~
- ~~b) será permitido nas garagens, terraços e casas de máquinas o piso em cimento, devidamente impermeabilizado.~~

~~§ 4º — As circulações de que trata este artigo referem-se ao uso interno das unidades residenciais.~~

**Art. 278** Deverão ser impermeabilizadas paredes com pontos hidráulicos e piso em áreas molhadas.  
(Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

## SUBSEÇÃO XVIII

### DA VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO

**Art. 279** — Todos os compartimentos deverão ter comunicação com o exterior podendo ser:

- I — direta onde a ventilação e a iluminação acontecem diretamente com o exterior, através de prisma de iluminação e ventilação externo ou não;
- II — indireta: onde a ventilação ou iluminação acontece através de um outro compartimento, duto, duto mecânico ou prisma de iluminação e ventilação interno.

**Art. 279** Todos os compartimentos deverão ter comunicação com o exterior, exceto os de utilização especial, conforme art. 274 desta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~**Art. 280** Os compartimentos de permanência prolongada noturna e diurna, definidos nos Artigos 275 a 277 desta Lei Complementar, deverão possuir vãos de iluminação e ventilação de forma direta.~~

~~Parágrafo único. Excetuam-se deste artigo as cozinhas e quarto de empregada, que poderão receber iluminação e ventilação de forma indireta, através de uma área de serviço. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~**Art. 281** Os compartimentos de permanência transitória, definidos no parágrafo 3º do Artigo 183 desta Lei Complementar, poderão receber ventilação e iluminação de forma indireta. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~**Art. 282** Os compartimentos especiais terão sua áreas de iluminação e ventilação definidos pela Prefeitura. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~**Art. 283** O vão de iluminação e ventilação de forma direta representará 1/6 (um sexto) da área do compartimento para utilização prolongada e 1/8 (um oitavo) da área do compartimento de utilização transitória. (alterado pela LC 025 de 1997) (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~**Art. 284** Quando a ventilação e iluminação se der de forma indireta deverá ser observado:~~

**Art. 284** A iluminação e ventilação indireta será permitida apenas para compartimentos de utilização transitória e deverá atender o seguinte: (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

I - quando duto, inscrição de um círculo livre de no mínimo 70 cm (setenta centímetros) em seu interior, válido somente para banheiros e lavabos;

~~II - quando compartimento de utilização transitória, atendimento de 1/6 (um sexto) de área a ventilar e iluminar do compartimento a que serve; (alterado pela LC 025 de 1997) (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

III - quando duto mecânico, de eficiência comprovada e controlada, válido somente para garagens, depósitos, banheiros e lavabos.

**Art. 285** Os prismas externos de iluminação e ventilação terão suas faces verticais definidas:

a) pelas paredes externas da edificação;

b) pelas paredes externas da edificação e divisa ou divisas do lote;

~~c) pelas paredes externas da edificação e divisa ou divisas do lote e linha de afastamento (quando este existir); (Revogada pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~d) pelas paredes da edificação e linha de afastamento (quando existir). (Revogada pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

**Art. 286** As dimensões da seção horizontal dos prismas a que se refere este artigo terão que ser constantes em toda altura da edificação.

**Art. 287** As seções horizontais mínimas dos prismas a que se refere este capítulo, serão proporcionais ao número de pavimentos conforme tabela:



NÚMERO DE PAVIMENTOS	PRISMA EXT. ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO (m <sup>l</sup> )	PRISMA INT. LUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO (m <sup>l</sup> )
Até 2	1,50 x 2,80	1,50 x 1,50
Até 3	1,75 x 2,80	1,50 x 1,60
Até 4	2,00 x 2,80	1,50 x 1,70
Até 5	2,25 x 5,60	1,70 x 1,70
Até 6	2,50 x 5,60	1,70 x 1,80
Até 7	2,75 x 5,60	1,70 x 1,90
Até 8	3,00 x 7,10	1,80 x 1,90
Até 9	3,25 x 7,10	1,80 x 2,00
Até 10	3,50 x 7,10	1,80 x 2,10
Até 11	3,75 x 7,10	1,90 x 2,10
Até 12	4,00 x 7,10	1,90 x 2,20

§ 1º - Para as seções horizontais dos prismas externos de iluminação e ventilação, acima do 12º (décimo segundo) pavimento, serão acrescentadas, por pavimentos 0,50m (cinquenta centímetros), as suas dimensões.

§ 2º - Para prismas internos de iluminação e ventilação esses acréscimos serão de 0,20m (vinte centímetros) da mesma maneira.

§ 3º - As dimensões mínimas da tabela deste artigo são válidas para as alturas de compartimentos de até 3,00m (três metros). Quando essas alturas forem superiores a 3,00m (três metros) para cada metro de acréscimo na altura do compartimento, as dimensões mínimas estabelecidas neste artigo serão aumentadas de 10% (dez por cento).

**Art. 288 -** Os seguintes compartimentos de permanência prolongada poderão se comunicar com o exterior através de dutos horizontais ou verticais, com equipamentos mecânicos de renovação de ar com capacidade suficiente para renovação de ar do ambiente:

I - auditórios e centros de convenção;

II - cinemas;

III - teatros;

IV - salas de exposições;

V - salas de espera;

~~VI - boates e salões de danças (alterado pela LC 025 de 1997);~~

VI - boates e salões de danças; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

~~VII - bancos e lojas comerciais (alterado pela LC 025 de 1997);~~

VII - bancos e lojas comerciais; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

**Art. 289 -** Quando houver área coletiva para iluminar e ventilar edificações de uma quadra, essa área

~~será considerada para os efeitos do que dispõe este capítulo, desde que respeitado o Artigo 573 do Código Civil. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

**Art. 290 -** Para os efeitos de aplicação do que dispõe este capítulo, é aceito o direito real de servidão recíproca de áreas comuns contíguas às divisas.

§ 1º - A comunhão de áreas para a formação de prismas de iluminação e ventilação ou de ventilação fica subordinada à concordância mútua dos proprietários dos lotes contíguos, estabelecida por escritura pública ou termo de obrigações assinado na Secretaria de Planejamento, uma ou outra devidamente registrada no Registro Geral de Imóveis da respectiva circunscrição.

§ 2º - No caso de existir diferença de nível entre os lotes, a comunhão a que se refere o parágrafo anterior será considerada a partir do nível do mais alto.

#### SUBSEÇÃO XIX DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA

**Art. 291 -** Toda edificação deverá possuir pelo menos um reservatório de água próprio.

~~Parágrafo único. Nas edificações em mais de uma unidade independente, que tiverem reservatórios de água comum, o acesso à mesma e ao sistema de controle de distribuição, se fará obrigatoriamente através de partes comuns. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~**Art. 292 -** Os reservatórios de água serão dimensionados pela estimativa de consumo mínimo de água por edificação conforme sua utilização e deverá obedecer aos índices da tabela abaixo:~~

~~I - unidade residencial - 100 litros/dia por compartimento habitável;~~

~~II - hotéis sem cozinha, sem lavanderia - 120 litros/dia por hóspede;~~

~~III - escolas com internatos - 120 litros/dia por aluno;~~

~~IV - escolas externatos - 50 litros/dia por aluno;~~

~~V - estabelecimentos hospitalares - 250 litros/dia por leito;~~

~~VI - unidade de comércio, negócios e atividades profissionais - 6 litros/dia por metro quadrado de área útil;~~

~~VII - cinemas, teatros e auditórios - 2 litros/dia por lugar;~~

~~VIII - garagens - 50 litros/dia por veículos;~~

~~IX - unidades industriais em geral - 6 litros/dia por metro quadrado de área útil. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

**Art. 293** Os reservatórios de água deverão ser dimensionados conforme Normas da ABNT. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~**Art. 294 -** As edificações terão reservatório inferior quando as condições de abastecimento do órgão distribuidor forem insuficientes para que a água atinja o reservatório superior e também para as edificações de 4 (quatro) ou mais pavimentos, também conhecidos como cisternas.~~

**Art. 294** As edificações terão reservatório inferior (cisternas) de acordo com as regras da concessionária de abastecimento de água do município. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

Parágrafo único. As cisternas deverão ser construídas com paredes impermeabilizadas e com todas as demais condições para evitar a contaminação da água.

~~Art. 295 - Quando instalados reservatórios inferior e superior o volume de cada um será, respectivamente, de 60% (sessenta por cento) e 40% (quarenta por cento) do volume total calculado. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

**Art. 296 -** Os motores e ou bombas de recalque não poderão emanar ruídos que prejudiquem, principalmente no horário noturno populações vizinhas.

## SEÇÃO II DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO

### SUBSEÇÃO I DOS ESTACIONAMENTOS

**Art. 297 -** Na zona urbana serão destinados locais para estacionamento, embarque e desembarque, carga e descarga conforme anexos desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os locais para estacionamento serão:

I - proporcionais as áreas edificadas;

II - cobertos ou descobertos;

~~III - no interior do lote, ou em terreno confrontante ao lote mediante vinculação (averbação nas matrículas) deste espaço com a edificação objeto da construção.~~

III - no interior do lote; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

IV - em terreno situado num raio de até 200,00m mediante vinculação deste espaço com a edificação objeto da construção no Registro de Imóveis. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 298 - A fração excedente a 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de área construída, no cálculo exigido para vaga de estacionamento, corresponderá sempre a mais uma vaga.~~

**Art. 298** No cálculo exigido para vaga de estacionamento, sendo o resultado fracionado, deverá ser feito o arredondamento matemático, sendo que a fração até 0,49 será feito o arredondamento para menos e acima para mais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 299 -** Quando no mesmo terreno coexistirem usos e atividades diferentes, o número de vagas exigidas será igual á soma das vagas necessárias para cada uso e atividade.

**Art. 300 -** Os espaços destinados a garagens ou estacionamentos não poderão sofrer modificações de uso.

~~Parágrafo único. A Prefeitura poderá instituir multa aos casos de desobediência a este artigo.~~

Parágrafo único. A município deverá autuar o proprietário e determinar a regularização, sob pena de multa, em caso do descumprimento deste artigo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 301 -** Os casos não mencionados serão tratados por analogia aos usos previstos.

~~Art. 302 -~~ Nos casos de acréscimo em edificações existentes o cálculo da reserva de estacionamento ou guarda de veículos considerará a área de acréscimo quando este aumento representar de unidades residenciais ou comerciais.

Art. 302 Nos casos de acréscimo de áreas em edificações existentes, o cálculo das vagas de estacionamento considerará a área acrescida. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

Art. 303 - As exigências relativas a estacionamento de automóveis não se aplicam:

~~I - a lotes com frente inferior a 8,00 m (oito metros) e desde que situados na área Mista Central;~~  
(Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

II - a lotes lindeiros a logradouros públicos onde seja vedado o livre trânsito de automóveis ou a construção de garagens;

III - quando se tratar de apartamento de zelador de edificação multifamiliar permanente.

Art. 304 - Não serão computados para o cálculo do índice de aproveitamento máximo as áreas ocupadas pelas garagens.

~~Art. 305 -~~ As áreas de estacionamento descoberto deverão obedecer aos mesmos critérios definidos para as áreas cobertas e deverão ainda ser arborizadas na proporção de uma árvore para cada duas vagas.  
(Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

Art. 306 - As dependências destinadas a estacionamento de veículos deverão atender as seguintes exigências:

I - ter pé direito mínimo livre de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros);

~~II - ter sistema de ventilação permanente representando 1/8 (um oitavo) da área do piso, (neste item poderá ser incluída a porta de acesso);~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

III - não possuírem abertura para divisas laterais e fundos quando ocuparem as referidas divisas;

~~IV - ter vão de entrada com a largura mínima de 3,00 m (três metros) e o mínimo de 02 (dois) vãos ou um vão com 5,00 m (cinco metros) de largura, quando comportarem mais de 50 (cinquenta) veículos;~~

IV - possuir, por testada do lote, no máximo dois vãos de entrada com a largura de 3,00m cada, ou vão único de entrada com largura de 5,00m, respeitando a distância mínima de 6,00m do final do raio de concordância das vias para posicionamento do vão em terrenos de esquina; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

V - ter vagas de estacionamento para cada veículo locado em planta e numeradas, com largura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00m (cinco metros). Observar anexo 1 quando tratar-se de estacionamento em ângulo;

VI - os pisos serão dotados de sistema que permita um perfeito escoamento das águas da superfície;

~~VII - as paredes que as delimitarem serão incombustíveis;~~

VII - as paredes deverão ser de acordo com as Normas do Corpo de Bombeiros; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

VIII - as vagas serão do tipo livre, sendo que as vagas só poderão ser bloqueadas quando pertencerem a mesma unidade residencial;

IX - quando houver mais de um pavimento, será obrigatória uma interligação para pedestres isolada dos veículos;

~~X - as escadarias deverão ser construídas dentro dos terrenos, iniciando-se a 1,20m (um metro e vinte centímetros) do alinhamento e as rampas de acesso poderão ser iniciadas junto ao alinhamento, conforme anexo 04;~~

X - para acessar o pavimento térreo, as escadas e rampas poderão ser executadas no alinhamento, sempre dentro do imóvel e ainda:

a) poderão ser executadas no alinhamento escadas e rampas de acesso ao subsolo, desde que a face superior da laje do piso térreo não ultrapasse a altura máxima de 1,20m, acima do nível do meio fio da(s) via(s) de acesso, no ponto médio da(s) fachada(s) frontal(is);

b) para acessar os demais pavimentos não previstos neste Inciso, as escadas e rampas deverão sempre respeitar o recuo frontal obrigatório. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

XI - ter sistema de sinalização ligado ao sistema de iluminação de emergência aprovado pelo Corpo de Bombeiros, quando existir apenas 1 (uma) entrada e rampas de 3,00m (três metros) de largura.

§ 1º - O portão de acesso às garagens para edifícios multifamiliares ou mistos, deverão ter afastamento mínimo de 5,00m (cinco metros) do meio fio.

~~§ 2º - Os locais cobertos para estacionamento ou guarda de veículos, para fins privativos, unidade residencial unifamiliar, só poderão ser construídos no alinhamento frontal quando a rampa de acesso for superior a 15% (quinze por cento). As disposições deste artigo aplicam-se quando a capacidade máxima for de até (dois) veículos.~~

§ 2º A faixa de manobra e acesso às vagas perpendiculares terão no mínimo 5,00m de largura, sendo tolerável que seja reduzida até 4,50m desde que as vagas correspondentes tenham largura mínima de 3,00m. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

## SUBSEÇÃO II

### DOS LOCAIS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE

**Art. 307 -** Serão reservadas áreas para embarque e desembarque:

~~I - diante de edificações de uso público, industrial e comercial, conforme tabela dos artigos 219 e 220 desta Lei Complementar;~~

I - diante de edificações de uso público, industrial e comercial, em conformidade com o que determina esta Lei Complementar; (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~II - estes deverão ser resolvidos quando necessário sempre dentro do lote.~~

II - estes deverão ser resolvidos sempre dentro do lote. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~Art. 308 - A descontinuidade do passeio público será submetido a aprovação da Prefeitura, segundo anexo 03.~~

**Art. 308** A descontinuidade do passeio público será submetida à aprovação do município. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

#### SUBSEÇÃO III

##### DAS CARGAS, DESCARGA E MANOBRAS DE VEÍCULOS

~~Art. 309 - As edificações para fins comerciais e industriais reservarão área para carga, descarga e manobra de veículos na forma da tabela do Artigo 220.~~

**Art. 309** As edificações para fins comerciais e industriais reservarão área para carga, descarga e manobra de veículos na forma da tabela do art. 313 desta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 310 -** Não haverá comprometimento do sistema viário existente com áreas para carga e descarga.

Parágrafo único. Para as construções existentes e em desacordo com as normas desta Lei Complementar a Prefeitura definirá locais e horários adequados.

#### SUBSEÇÃO IV

##### DO ESTACIONAMENTO

~~Art. 311 - Para definição do número de vagas através das tabelas seguintes, observar usos de acordo com tabela do Código de Uso do Solo (LC 10/95).~~

**Art. 311** A definição do número de vagas será feita de acordo com o uso da edificação, devendo observar o que segue:

I - não serão computadas para fins de cálculo do número de vagas as seguintes áreas:

- a) garagens;
- b) áreas de circulação de veículos e vãos de manobra;
- c) depósitos, limitado a 50% da área total da edificação;
- d) pavimentos de serviço, como lajes técnicas, caixa d'água, barrilete, casa de máquinas, etc.;
- e) áreas de lazer;
- f) terraços;
- g) dutos de ventilação e de elevadores;

II - em edificações de uso exclusivamente industrial, não serão computadas além das áreas descritas no Inciso I deste artigo, as áreas destinadas a refeitórios e vestiários;

III - nos estacionamentos externos ou internos, de uso público ou de uso coletivo, deverão ser reservadas vagas de uso exclusivo adaptadas para pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de

locomoção e idosas, nos termos da legislação federal vigente;

IV - A vaga adaptada não poderá ser a única vaga a atender a edificação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

# INCISO I

## DO ESTACIONAMENTO EM EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

**Art. 312 -** Para o atendimento do que dispõe este artigo será considerado 01 (uma) vaga a área correspondente a 2,40m X 5,00m (dois metros e quarenta centímetros e cinco metros respectivamente).

Uso	Número de vagas
Residencial unifamiliar	01 (uma) vaga de unidade, quando tratar de edificação com mais de 100,00 m² (cem metros quadrados) de área construída.
Residencial Multifamiliar	
Permanente	
Conjunto Horizontal 1	01 (uma) vaga para cada 5 (cinco) unidades.
Conjunto Horizontal 2	01 (uma) vaga para cada unidade
Conjunto Horizontal 3	02 (duas) vagas para cada unidade
	01 (uma) vaga de visitante para cada 03 (três) unidades.
Conjunto Vertical 1	01 (uma) vaga para cada 5 (cinco) unidades.
Conjunto Vertical 2	01 (uma) vaga para cada unidade.
	01 (uma) vaga para visitante para cada 5 (cinco) apartamentos.
Conjunto Vertical 3	02 (duas) vagas para cada unidade. (*1)
	01 (uma) vaga para visitante para cada 03 (três) unidades.
	01 (uma) vaga de embarque e desembarque.
Residencial Multifamiliar	01 (uma) vaga de estacionamento para ônibus.
Temporário	01 (uma) vaga para embarque e desembarque
	01 (uma) vaga para carga e descarga.
a) Hotel	01 (uma) vaga para cada apartamento
	01 (uma) vaga para cada 03 (três) dormitórios quando não for apartamento. (*2)
b) Motel	01 (uma) vaga por apartamento
	01 (uma) vaga para carga e descarga.

\*1 - A Segunda vaga poderá ser tipo bloqueada

\*2 - As garagens poderão ser do tipo bloqueada desde que com manobrista.

	Uso	Número de vagas
Residencial Multifamiliar Permanente	Residencial Unifamiliar	01 (uma) vaga de unidade, quando tratar de edificação com mais de 100,00 m <sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área construída.
	Residencial Multifamiliar e Interesse Social	01 (uma) vaga por unidade
		01 (uma) vaga para visitantes para cada 15 unidades
	Conjunto Horizontal 1	01 (uma) vaga para cada unidade.
		01 (uma) vaga de visitante para cada 03 (três) unidades.
	Conjunto Horizontal 2	02 (duas) vagas para cada unidade
		01 (uma) vaga de visitante para cada 05 (cinco) unidades.
	Conjunto Vertical 1	01 (uma) vaga para cada unidade e 01 (uma) vaga para visitantes para cada 5 (cinco) unidades, sendo uma para portadores de necessidades especiais
	Conjunto Vertical 2	02 (duas) vagas para cada unidade. (*1)
		01 (uma) vaga para visitante para cada 05 (cinco) unidades, sendo uma destinada a portadores de necessidades especiais
		01 (uma) vaga de embarque e desembarque.
Residencial Multifamiliar Temporário	a) Hotéis, albergues e pousadas	01 (uma) vaga para cada apartamento
		01 (uma) vaga para cada 03 (três) dormitórios quando não for apartamento. (*2)
		01 (uma) vaga para embarque e desembarque
	b) Motel	01 (uma) vaga por apartamento
		01 (uma) vaga para carga e descarga.
Residencial Coletivo	Internatos, pensões, asilos, orfanatos, asilos, orfanatos ou estabelecimentos hospitalares	01 (uma) vaga para estacionamento de ônibus ou ambulância
		01 (uma) vaga para embarque e desembarque
		01 (uma) vaga para cada 5 (cinco) leitos

(Redação dada pela Lei Complementar



CLASSIFICAÇÃO		VAGAS EXIGIDAS	DEFINIÇÃO DOS USOS PARA CÁLCULO DO NÚMERO DE VAGAS
Residencial permanente	Residencial unifamiliar	01 (uma) vaga por unidade.	Uma edificação será considerada unifamiliar quando nela existir uma única residência com afastamento igual ou superior a 3,00m de outras edificações que existirem no mesmo lote.
	Residencial multifamiliar de interesse social	01 (uma) vaga por unidade habitacional 01 (uma) vaga para visitantes a cada 15 unidades habitacionais.	Uma edificação residencial será considerada de Interesse Social quando for destinada ao uso residencial e estiver vinculada a programas sociais públicos, e tiverem como objetivo diminuir o déficit habitacional.
	Conjunto Horizontal 1	01 (uma) vaga por unidade habitacional, 01 (uma) vaga para visitantes a cada 10 unidades habitacionais 01 (uma) vaga de carga e descarga. *Geminadas, quando implantadas paralelamente a rua, serão dispensadas de vagas de visitantes e de carga e descarga.	Conjunto horizontal 1 - quando compostos de mais de 5 (cinco) unidades de moradia, sendo a unidade residencial com área privativa de até 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados);
	Conjunto Vertical 1	01 (uma) vaga por unidade habitacional, 01 (uma) vaga para visitantes a cada 10 unidades habitacionais 01 (uma) vaga de carga e descarga.	Conjunto vertical 1 - quando compostos de mais de 5 (cinco) unidades de moradia, sendo a unidade residencial com área privativa de até 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados);
	Conjunto Horizontal 2	02 (duas) vagas por unidade habitacional, 01 (uma) vaga para visitantes a cada 10 unidades habitacionais 01 (uma) vaga de carga e descarga. *Geminadas, quando implantadas paralelamente a rua, serão dispensadas de vagas de visitantes e de carga e descarga.	Conjunto horizontal 2 - quando compostos de mais de 5 (cinco) unidades de moradia, sendo a unidade residencial com área privativa superior a 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados);
	Conjunto Vertical 2	02 (duas) vagas por unidade habitacional, 01 (uma) vaga para visitantes a cada 10 unidades habitacionais 01 (uma) vaga para carga e descarga.	Conjunto vertical 2 - quando compostos de mais de 5 (cinco) unidades de moradia, sendo a unidade residencial com área privativa superior a 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados);
Residencial multifamiliar temporário	Hotéis, albergues, pousadas	01 (uma) vaga para cada unidade, podendo ser apartamento, dormitório ou quarto. 01 (uma) vaga para embarque e desembarque. 01 (uma) vaga para carga e descarga.	Apartamento - unidade habitacional constituída, no mínimo, de quarto de dormir de uso exclusivo do hóspede, com local apropriado para guarda de roupas e objetos pessoais, servida por banheiro privativo. Dormitório ou quarto - quarto que oferece uma ou mais camas, com local apropriado para guarda de roupas e objetos pessoais, não servido por banheiro privativo
	Motel	01 (uma) vaga por apartamento. 01 (uma) vaga para carga e descarga.	
Residencial coletivo	Internatos, pensionatos, asilos, orfanatos e estabelecimentos hospitalares	01 (uma) vaga para estacionamento de ônibus ou ambulância. 01 (uma) vaga para embarque e desembarque. 01 (uma) vaga para cada 05 (cinco) leitos.	

(Redaçã

Parágrafo único. Nas edificações caracterizadas como residencial multifamiliar temporário, serão permitidas vagas trancadas, desde que o estabelecimento possua manobrista. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

#### INCISO II

#### DO ESTACIONAMENTO EM EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS

~~Art. 313 - Nas edificações não residenciais não contempladas pela tabela, a área de estacionamento será calculada na proporção de 1 (uma) vaga de garagem livre para cada 100,00 m² (cem metros quadrados) de área construída:~~

USO SERVIÇO	NÚMERO DE VAGAS
Serv. 01	01 (uma) vaga para cada unidade.
Serv. 02	01 (uma) vaga para cada 100,00 m <sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área construída. 01 (uma) vaga para cada 10,00 m <sup>2</sup> (dez metros quadrados) para salão de refeições. *1
Serv. 03	01 (uma) vaga para cada 100,00 m <sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área construída e no mínimo 01 (uma) vaga para carga e descarga.
Serv. 04	Suprimido
Serv. 05	Suprimido
Serv. 05	Suprimido

(alterado pela LC 022 de 1997)

USO SERVIÇO	NÚMERO DE VAGAS
Serv. 01	01 (uma) vaga para cada unidade.
Serv. 02	01 (uma) vaga para cada 100,00 m <sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área construída. 01 (uma) vaga para cada 10,00 m <sup>2</sup> (dez metros quadrados) para salão de refeições. *1
Serv. 03	01 (uma) vaga para cada 100,00 m <sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área construída e no mínimo 01 (uma) vaga para carga e descarga.
Serv. 04	Suprimido
Serv. 05	Suprimido
Serv. 05	Suprimido

(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

USO COMERCIAL	NÚMERO DE VAGAS
Com. 01	01 (uma) vaga para cada 100,00 m <sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área construída.
Com. 02	01 (uma) vaga para cada 100,00 m <sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área construída.
Com. 03	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para cada 50,00 m <sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de área construída.
Com. 04	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para táxi (*2) 01 (uma) vaga para cada 50,00 m <sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados).
Com. 05	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para cada 100,00 m <sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área construída com no mínimo 03 (três) vagas.
Com. 06	02 (duas) vagas para carga e descarga (apenas para shopping center e centros comerciais)
01 (uma) vaga para cada 15,00 m <sup>2</sup> (quinze metros quadrados) de área de venda	
01 (uma) vaga para usuário de cadeira de roda	
02 (duas) vagas para embarque e desembarque.	

USO COM./SERV.	NÚMERO DE VAGAS
Com. Serv. 01	01 (uma) vaga para carga e descarga, mínimo 03 (três) vagas.
Com. Serv. 02	02 (duas) vagas para carga e descarga. 01 (uma) vaga para cada 100,00 m <sup>2</sup> (cem metros quadrados) de terreno, mínimo 05 (cinco) vagas.
Com. Serv. 03	03 (três) vagas para carga e descarga, mínimo 05 (cinco) vagas.
Com. Serv. 04	03 (três) vagas para carga e descarga, mínimo 05 (cinco) vagas.

USO INDUSTRIAL	NÚMERO DE VAGAS
Ind. A	01 (uma) vaga de estacionamento para cada 100,00 m <sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área construída.
Ind. B	01 (uma) vaga para carga e descarga 01 (uma) vaga para embarque e desembarque. 01 (uma) vaga para cada 50,00 m <sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados de área construída). Estacionamento para motos e bicicletas.
Ind. C	02 (duas) vagas para carga e descarga 02 (duas) vagas para embarque e desembarque. Estacionamento para bicicletas. Estacionamento para motos 01 (uma) vaga de estacionamento para cada 50,00 m <sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados).

\*1 — Será exigido somente quando ultrapassar 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de área total construída.

\*2 — Quando se tratar de supermercado.

#### EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

USO EDUCAÇÃO	NÚMERO DE VAGAS
Creches e Jardins de Infância	01 (uma) vaga para cada 100,00 m <sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área construída. 02 (duas) vagas para embarque e desembarque.
Pré-escolar e 1º Grau	02 (duas) vagas de embarque e desembarque, mínimo 05 (cinco) vagas. 01 (uma) vaga para cada 100,00 m <sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área construída, mínimo de 05 (cinco) vagas.
2º Grau e Cursos Profissionalizantes	01 (uma) vaga para cada 50,00 m <sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de área construída, mínimo 10 (dez) vagas. 01 (uma) vaga para embarque e desembarque
Cursos Superiores, Supletivos e Cursinhos	01 (uma) vaga para embarque e desembarque 01 (uma) vaga para cada 25,00 m <sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados) de área construída; mínimo 10 (dez) vagas.

USO	NÚMERO DE VAGAS
Assistência Social	01 (uma) vaga para cada 100,00 m <sup>2</sup> (cem metros quadrados, no mínimo 05 (cinco) vagas).
	01 (uma) vaga para embarque e desembarque

USO SAÚDE	NÚMERO DE VAGAS
Hospitais	03 (três) vagas para ambulância
	02 (duas) vagas para táxi
	02 (duas) vagas para embarque e desembarque.
	01 (uma) vaga/leito até 50 (cinquenta) leitos.
	01 (uma) vaga /1 1/2 (um e meio) leito entre 50 (cinquenta) e 200 (duzentos) leitos

USO VISITAÇÃO	NÚMERO DE VAGAS
Parque de Exposições	01 (uma) vaga para cada 50,00 m <sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de área edificada, mínimo 30 (trinta) vagas.
	03 (três) vagas para táxi
	02 (duas) vagas para carga e descarga
	02 (duas) vagas para embarque e desembarque
Camping	01 (uma) vaga por barraca, mínimo 20 (vinte) vagas
Cemitério	01 (uma) vaga para cada 500,00 m <sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados) de terreno, mínimo 20 (vinte) vagas.

USO CULTURA	NÚMERO DE VAGAS
Museu, Teatro,	01 (uma) vaga para embarque e desembarque, mínimo 15 (quinze) vagas.
Biblioteca	01 (uma) vaga para cada 250,00 m <sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) de área construída, mínimo 15 (quinze) vagas.
Igrejas e locais de Culto	01 (uma) vaga para cada 20,00 m <sup>2</sup> (vinte metros quadrados) de área de culto, sendo o mínimo de 10 (dez) vagas.
	01 (uma) vaga para embarque e desembarque.
	01 (uma) vaga para táxi
Centro Paroquial Comunitário	01 (uma) vaga para carga e descarga, mínimo de 10 (dez) vagas.
Recreacionais	01 (uma) vaga para embarque e desembarque

**Art. 313** Nas edificações não residenciais não contempladas pela tabela deste artigo, a área de estacionamento será calculada na proporção de 1 (uma) vaga livre para cada 100,00 m<sup>2</sup> de área construída, descontando-se as áreas não computáveis no cálculo, conforme § 1º do art. 311 desta Lei Complementar.

SERVIÇOS	SERVIÇO 01	01 (UMA) VAGA PARA CADA UNIDADE.	SERVIÇOS PESSOAIS, CABELEIREIRO, ALFAIAATE, COSTUREIRA, MANICURE, SAPATEIRO, ENCANADOR, ELETRICISTA, JARDINEIRO, MASSAGISTA E SIMILARES.
	Serviço 02	01 (uma) vaga para cada 100m² (cem metros quadrados de área construída). 01 (uma) vaga para cada 10m² para salão de refeições.	Serviços profissionais, consultórios, clínicas, laboratórios, escritórios, construtoras, imobiliárias, reparo de eletrodomésticos, representações comerciais, auto escolas, restaurantes e similares.
	Serviço 03	01 (uma) vaga para cada 100m² de área construída e no mínimo 01 (uma) vaga para carga e descarga	Serviços artesanais, estofarias, oficinas, marcenarias, latoarias, tornearias, funilarias e similares.
Comercial	Comércio 01	01 (uma) vaga para cada 100m² de área construída.	comércio vicinal - bar, sorveteria, confeitarias, quitanda, açougue, minimercado, mercearia, farmácia, banca de jornal e revista, armazém, verdureira, peixaria e similares.
	Comércio 02	01 (uma) vaga para cada 20 pessoas, contabilizado através do cálculo para capacidade máxima de lotação no Projeto preventivo contra incêndio	Comércio noturno - boates, danceteria, salões de baile e similares.
	Comércio 03	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para cada 50m² de área construída.	Comércio varejista - lojas, floristas, butiques, livrarias, lotéricas, vidraçarias, joalherias, academias, autopeças e similares.
	Comércio 04	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para cada 50m² de área construída.	Comércio atacadista - supermercados, distribuidoras de peças, alimentos, roupas e similares.
	Comércio 05	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para cada 50m² de área construída.	Comércio perigoso - produtos tóxicos e químicos, explosivos, armazém de G.L.P., depósito de armazenamento, prédio de garagens, garagens de empresa de ônibus, transportadoras, e similares.
	Comércio 06	02 (duas) vagas para carga e descarga. 01 (uma) vaga para cada 15m² de área de venda. 02 (duas) vagas para embarque e desembarque.	Comercio macro uso: Shopping centers, centros comerciais.
Comercial e serviços	Com. Serv. 01	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para cada 100m² de área útil construída.	Comércio de serviços rápidos - postos de gasolina e similares.
	Com. Serv. 02	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para cada 100m² de área útil construída.	Comércio e serviços temporários, oficinas de automóveis, revendedoras, oficinas em geral, autopeças e similares.
	Com. Serv. 03	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para cada 100m² de área útil construída.	Comércio e serviços prolongados - retificação de automóveis, motores, guinchos, oficinas pesadas, ferro velho e similares.
	Com. Serv. 04	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para cada 100m² de área útil construída.	Comércio e serviços de abate de animais, abatedouros, granjas e similares.
Industrial	Micro indústria (até 100m²)	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para cada 100m² de área útil construída.	São fabricas, garagens e oficinas de pequeno porte tidas como caseiras, compatíveis com todas as funções urbanas, que não necessitem de edificações industriais próprias, podendo serem utilizadas edificações de uso misto. Estas indústrias não devem causar problemas ao trânsito e ao entorno, segundo legislação da FATMA, seu nível de degradação ambiental NDA é o "A".
Classificação por seu "porte"	Pequeno porte (até 500m²)	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para embarque e desembarque. 01 (uma) vaga para cada 100m² de área útil construída, sendo destas, 30% reservadas para motos e bicicletas.	São as industrias tidas como leves, cuja área construída não exceda o previsto no índice de aproveitamento na zona que pertença, e devem ser submetidas a métodos adequados de controle e tratamento a poluição, não causem incômodos às demais atividades urbanas vizinhas e nem perturbem o repouso noturno da população. Requerem ainda área interna para estacionamento e manobra de veículos. Seu NDA (nível de degradação ambiental) é "B".
Classificação Por seu "porte"	médio porte (até 2.500m²)	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para embarque e desembarque. 01 (uma) vaga para cada 100m² de área útil construída, sendo	São industrias consideradas incômodas, nocivas, perigosas, ou cuja área construída seja superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) que gerem transito de entrada e

		destas, 30% reservadas para motos e bicicletas.	de saída de caminhões ou apresentem problemas referente a poluição, com seu NDA (nível de degradação ambiental) igual a "C", deverá ser submetida a métodos de controle e tratamento à poluição.
	grande porte (acima de 2.500m²)	01 (uma) vaga para carga e descarga. 01 (uma) vaga para embarque e desembarque. 01 (uma) vaga para cada 100m² de área útil construída, sendo destas, 30% reservadas para motos e bicicletas.	
Equipamentos comunitários	Creches e Jardins de infância	01 (uma) vaga para cada 100m² de área útil construída. 02 (duas) vagas para embarque e desembarque e 01 (uma) vaga para carga e descarga.	
	Pré escolar e 1º grau	01 (uma) vaga para cada 100m² de área útil construída. 02 (duas) vagas para embarque e desembarque e 01 (uma) vaga para carga e descarga.	
* embarque e desembarque de alunos deverá ser realizado internamente ao Lote.	2º grau e cursos profissionalizantes	01 (uma) vaga para cada 50m² de área construída, sendo no mínimo 10 vagas. 01 (uma) vaga para embarque e desembarque.	
	Cursos superiores, supletivos e cursinhos.	01 (uma) vaga para cada 50m² de área construída, sendo no mínimo 10 vagas. 01 (uma) vaga para embarque e desembarque.	

(Rec

§ 1º - Quando se tratar de construção com área superior a 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados) de uso comercial ou misto, a área de estacionamento será na proporção de 02 (duas) vagas de garagem livre ou estacionamento para cada 100,00 m² (cem metros quadrados) de área construída.

§ 2º - Os casos omissos nas tabelas deste artigo, deverão obedecer a proporção de 01 (uma) vaga para cada 100,00 m² (cem metros quadrados), ou ao que for estabelecido pela Prefeitura.

~~Art. 314 - Nos usos e atividades que necessitem de estacionamento frontal dentro do imóvel, onde o zoneamento permite a edificação no alinhamento, este deverá respeitar os artigos 226 a 230 desta Lei Complementar.~~

Art. 314 - Nos usos e atividades que necessitem de estacionamento frontal dentro do imóvel, onde o zoneamento permite a edificação no alinhamento, este deverá respeitar o artigo 632 desta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

#### INCISO III

#### DO ESTACIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES ESPECIAIS E DE USO DIVERSO

Art. 315 - Nas edificações de uso especial ou diverso o estacionamento será definido pela Prefeitura que poderá suprimir ou aditar regras.

#### INCISO IV

#### DOS EDIFÍCIOS GARAGEM

Art. 316 - Os edifícios garagem visam o interesse mercantil e para sua instalação deverão possuir:

I - compartimentos para administração e espera;

II - vestiário;

III - instalações sanitárias independentes para empregados e usuários;

IV - a entrada será localizada antes dos serviços de controle e recepção e terá de ser reservada área destinada à acumulação de veículos correspondente a 5% (cinco por cento) no mínimo, da área total de vagas;

V - a entrada e saída deverão ser feitas por dois vãos, no mínimo, com largura mínima de 3,00 m (três metros) cada um, tolerando-se a existência de um único vão com largura mínima de 6,00 m (seis metros);

VI - quando houver vãos de entrada e saída voltados cada um para logradouros diferentes, terá de haver no pavimento de acesso passagem para pedestres;

VII - quando providos de rampas ou de elevadores simples de veículos, em que haja circulação interna desses veículos, deverá haver, em todos os pavimentos, vãos de ventilação para o exterior na proporção mínima de 1/8 (um oitavo) da área do piso. As pistas de circulação nesse caso deverão ter largura mínima de 3,00 m (três metros) quando de mão única ou 5,00 m (cinco metros) quando de mão dupla, ou 3,00m (três metros) se utilizar sistema de sinalização ligado ao sistema de iluminação de emergência aprovado pelo Corpo de Bombeiros;

VIII - pé direito mínimo livre de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros);

IX - quando possuírem mais de 04 (quatro) pavimentos, deverão ter além da escada, pelo menos, um elevador com capacidade mínima para cinco passageiros;

X - para segurança de visibilidade dos pedestres que transitam pelo passeio do logradouro, a saída será feita por vão que meça, no mínimo 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) para cada lado do eixo da pista de saída, mantida esta largura para dentro do afastamento até 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) no mínimo. Estão dispensados desta exigência os edifícios garagem afastados de 5,00 m (cinco metros) ou mais em relação ao alinhamento do logradouro;

XI - nos projetos terão de constar obrigatoriamente, as indicações gráficas referentes às localizações de cada veículo e dos esquemas de circulação das áreas necessárias aos locais de estacionamento, as rampas, passagens e circulação;

XII - locais de estacionamento para cada carro, com largura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00 m (cinco metros);

XIII - o corredor de circulação deverá ter a largura mínima 3,00 m, 3,50 m ou 5,00 m (três metros, três metros e cinquenta centímetros ou cinco metros) quando os locais de estacionamento formarem, em relação ao mesmo, ângulos de 30, 45 ou 90 (trinta, quarenta e cinco ou noventa) graus respectivamente;

XIV - a capacidade máxima de estacionamento terá de constar obrigatoriamente, dos projetos e alvarás de obras e localização;

XV - não será permitido residências em edifício garagem, ressalvando-se as instalações destinadas a segurança e zeladoria.

SEÇÃO III  
DOS POSTOS DE SERVIÇOS E ABASTECIMENTO

SUBSEÇÃO I  
DAS NORMAS PARA CONSTRUÇÃO E LICENCIAMENTO

~~Art. 317 - As instalações de abastecimento deverão distar, no mínimo, 4,00 m (quatro metros) do alinhamento do logradouro público ou de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos dos lotes, observadas as exigências de recuos maiores contidas na Lei Complementar de Uso do Solo.~~

Art. 317 - As instalações de abastecimento deverão distar, no mínimo, 4,00m (quatro metros) do alinhamento do logradouro público ou de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos dos lotes observadas as exigências de recuos maiores contidas no TÍTULO IV desta Lei. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

Art. 318 - Os postos de serviços e abastecimento, de veículos só poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para esse fim.

Art. 319 - As instalações de postos situados em áreas inundáveis deverão obedecer legislações especiais no que se refere a evitar vazamentos e a segurança da vizinhança.

Art. 320 - Nas edificações para postos de abastecimento de veículos, além das normas que lhes forem aplicáveis por esta Lei Complementar, serão observadas as concernentes a legislação sobre inflamáveis e no que couber, as referentes aos regulamentos de despejo industrial, e normas do DNC.

Art. 321 - A autorização com prazo pré-estabelecido, para a construção de postos será concedida pela Prefeitura, estudadas as características peculiares a cada caso.

~~Parágrafo Único - Serão permitidas atividades comerciais junto aos postos de serviços e abastecimento, de acordo com o Código Sanitário vigente. (alterado pela LC 148/2006)~~

Parágrafo Único - Serão permitidas atividades comerciais junto aos postos de serviços e abastecimento, de acordo com o Código Sanitário vigente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

Art. 322 - São estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis e serviços correlatos:

I - postos de abastecimento;

II - postos de serviços;

III - posto garagem.

Art. 323 - Aos postos de abastecimento serão permitidos as seguintes atividades:

I - Abastecimento de combustíveis;

II - Troca de óleos lubrificantes, em áreas apropriadas e com equipamentos adequados;

III - Comércio de:



- a) acessórios e peças de pequeno porte e fácil reposição;
- b) utilização relacionada com higiene e segurança dos veículos;
- c) pneus, câmara de ar, prestação de serviços de borracheiro;
- d) jornais, revistas, mapa, roteiro turístico;
- e) lanchonete, sorveteria e restaurante.

**Art. 324 -** Aos postos de serviços, além das atividades previstas no artigo anterior, serão permitidos os seguintes:

I - lavagem e lubrificação de veículos;

II - outros serviços correlatos.

~~**Art. 325 -** Aos postos garagens, além das atividades previstas nos Artigos 316 e 317 deste capítulo, serão permitidos:~~

**Art. 325 -** Aos postos garagens, além das atividades previstas nos artigos 323 e 324 deste capítulo serão permitidos os seguintes: (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

I - guarda de veículos;

II - lojas para exposição.

**Art. 326 -** Nas edificações, para postos de abastecimento de veículos além das normas que forem aplicáveis por esta Lei Complementar, serão observadas as concernentes à legislação sobre inflamáveis.

**Art. 327 -** Os postos de serviços e abastecimento deverão dispor de equipamentos contra incêndio, de conformidade com esta Lei Complementar e exigências do CNP.

## SUBSEÇÃO II DAS INSTALAÇÕES

**Art. 328 -** As instalações para depósito de combustível de pessoas jurídicas que o tenham para consumo próprio deverão observar as disposições definidas por este capítulo.

**Art. 329 -** A limpeza, lavagem e lubrificação de veículos devem ser feitas em boxes isolados, de modo a impedir que a poeira e as águas sejam levadas para o logradouro ou neste se acumulem. As águas de superfície serão conduzidas para caixas de decantação separadas das galerias, antes de serem lançadas na rede geral.

**Art. 330 -** As instalações para limpeza de carros, lubrificação e serviços correlatos não poderão ficar a menos de 4,00 m (quatro metros) de afastamento dos prédios vizinhos.

Parágrafo único. Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,00 m (quatro metros) das divisas deverão os mesmos estarem em recintos cobertos e fechados nessas divisas.

**Art. 331 -** Os equipamentos para abastecimento deverão atender as seguintes condições:

~~I - as bombas deverão ficar recuadas no mínimo 6,00 m (seis metros) das divisas laterais e 8,00 m (oito~~

~~metros) da via pública (alterado pela LC 104 de 2003);~~

I - as bombas deverão ficar recuadas no mínimo 6,00m (seis metros) das divisas laterais e 8,00m (oito metros) da via pública. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

II - os reservatórios serão subterrâneos, metálicos, hermeticamente fechados, devendo ainda, distar, no mínimo, 2,00 m (dois metros) de qualquer parede de edificação, e 5,00 m (cinco metros) da via pública e divisas laterais;

§ 1º - Se o pátio for coberto, as colunas de suporte da cobertura não poderão ficar a menos de 4,00 m (quatro metros) de distância do alinhamento da rua.

§ 2º - Quando o recinto de serviços não for fechado, o alinhamento dos logradouros deverá ser avivado por uma mureta com altura mínima de 30 cm (trinta centímetros), com exceção das partes reservadas ao acesso e a saída dos veículos, os quais deverão ficar inteiramente livres.

**Art. 332 -** Os postos de serviços e de abastecimento de veículos possuirão compartimento para uso dos empregados com chuveiros e instalações sanitárias, separadas das destinadas aos usuários.

Parágrafo único. Os postos situados na BR-470 e SC-302, deverão ainda ter um compartimento sanitário independente para cada sexo, para atender aos usuários.

**Art. 333 -** As instalações nos estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis minerais, álcool etílico hidratado, combustível e serviços correlatos obedecerão as prescrições fixadas pela ABNT.

**Art. 334 -** As instalações nos estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis minerais e serviços correlatos obedecerão às prescrições fixadas pela ABNT, e mais as seguintes:

- a) os tanques serão metálicos e instalados subterraneamente com afastamento mínimo de 5,00 m (cinco metros) do alinhamento da via pública e das divisas dos vizinhos;
- b) os tanques terão capacidade unitária máxima de 30.000 l (trinta mil litros) e mínima de 10000 l (dez mil litros);
- c) a capacidade máxima instalada não poderá ultrapassar 120.000 l (cento e vinte mil litros);
- d) o tanque metálico subterrâneo, destinado exclusivamente a armazenar óleo lubrificante usado, não computado no cálculo de armazenagem máxima, poderá ter capacidade unitária inferior a 10000 l (dez mil litros) respeitadas as demais condições deste artigo;
- e) ter um filtro de areia destinado a reter óleos e graxas provenientes da lavagem de veículos, localizado antes do lançamento no coletor de esgoto.

**Art. 335 -** Os estacionamentos de comércio varejista de combustível, álcool etílico hidratado e serviços correlatos, são obrigados a manter:

I - suprimento de ar e água;

II - em local visível, o certificado de aferição fornecido pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM);

III - extintores e demais equipamentos de incêndio, observadas as prescrições dos órgãos competentes;

IV - espaço para instalação de telefone público;

V - perfeitas condições de funcionamento, higiene e limpeza do estabelecimento, atendendo convenientemente o público usuário consumidor;

VI - em lugar visível do estabelecimento, mapas e informações turísticas do município;

VII - sistema de iluminação dirigida, foco de luz voltado exclusivamente para baixo e com luminárias protegidas lateralmente para evitar o ofuscamento dos motoristas e não perturbar os moradores das adjacências;

VIII - a área não edificada dos postos será pavimentada em concreto, asfalto, paralelepípedo ou similar, tendo escoamento das áreas de lavagem para os logradouros públicos;

IX - área coberta, com pé direito superior a 5,00 m (cinco metros) na área de abastecimento, cuja cobertura se prolongará até as instalações administrativas;

X - área para estacionamento de veículos segundo Seção que trata deste artigo.

### SUBSEÇÃO III DA LOCALIZAÇÃO

**Art. 336 -** Somente serão aprovados projetos para a construção de estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis e serviços na área urbana se atendidas as seguintes exigências:

~~I - rua possuir largura mínima de 12,00 m (doze metros), incluindo passeio;~~

I - rua possuir largura mínima de 10,00 m (dez metros), incluindo passeio; (Redação dada pela Lei Complementar nº 220/2010)

II - não causar congestionamento, nem pertencerem a cruzamentos definido pelo uso como conflitante;

~~III - se localizados na BR 470 e SC 302 terão que ter trevo ou estar interligado com via marginal, quando localizados em rodovias federais ou estaduais mediante ainda parecer do DNER ou DER;~~

III - se localizados na BR 470 e SC 302 terão que ter trevo ou estar interligado com via marginal, quando localizados em rodovias federais ou estaduais mediante ainda parecer do DNIT; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

~~IV - para terrenos de esquina possuírem no mínimo 30,00m (trinta metros) de testada, tanto para a via principal quanto para a secundária; (alterado pela LC 104 de 2003)~~

~~IV - para terrenos de esquina possuírem no mínimo 30,00m (trinta metros) de testada, tanto para via principal quanto para a secundária; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

IV - para terrenos de esquina, possuírem no mínimo 40,00m (quarenta metros) de testada, tanto para via principal quanto para a secundária; (Redação dada pela Lei Complementar nº 306/2015)

~~V - para terrenos em meio de quadra possuírem no mínimo 30,00m (trinta metros) de testada (alterado pela LC104 de 2003);~~

~~V - para terrenos em meio de quadra possuírem no mínimo 30,00m (trinta metros) de testada; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

V - para terrenos em meio de quadra, possuírem no mínimo 35,00m (trinta e cinco metros) de testada; (Redação dada pela Lei Complementar nº 306/2015)

~~VI - área do terreno não inferior a 2.000,00 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), para os postos localizados às margens da BR 470 e SC 302;~~

VI - área do terreno não inferior a 2.500,00m<sup>2</sup> (dois mil e quinhentos metros quadrados) para os postos localizados às margens da BR 470 e SC 302; (Redação dada pela Lei Complementar nº 306/2015)

VII - área de projeção da edificação não deverá ser inferior a 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) e nem superior a 50% (cinquenta por cento) da área do terreno;

~~VIII - distar no mínimo 200,00 m (duzentos metros) de:~~

- ~~a) escolas;~~
- ~~b) creches, asilos;~~
- ~~c) igrejas;~~
- ~~d) clubes;~~
- ~~e) hospitais.~~

~~VIII - distar no mínimo 75,00m (setenta e cinco metros) de: (Redação dada pela Lei Complementar nº 238/2011)~~

- ~~a) asilos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 238/2011)~~
- ~~b) hospitais; (Redação dada pela Lei Complementar nº 238/2011)~~
- ~~c) clínicas com internação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 238/2011)~~

VIII - distar no mínimo 200,00m (duzentos metros) de:

- a) escolas;
- b) creches;
- c) asilos;
- d) igrejas;
- e) clubes;
- f) hospitais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 306/2015)

~~IX - no caso de escolas, creches, igrejas e clubes, os mesmos não poderão se estabelecer em lotes contíguos ao terreno do posto de combustível. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 238/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 306/2015)~~

§ 1º - as distâncias serão em linhas retas entre os pontos extremos mais próximos.

~~§ 2º - cabe a Prefeitura a definição de aspectos que possam gerar dúvidas, bem como elaborar a análise justificativa de sua decisão.~~

~~§ 2º A testada mínima para o lote contíguo deverá ser de 20,00m (vinte metros). (Redação dada pela Lei Complementar nº 238/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 306/2015)~~

§ 3º Cabe aos Técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, definir os aspectos que possam gerar dúvidas, bem como elaborar a justificativa que embasa a respectiva decisão.

(Redação acrescida pela Lei Complementar nº 238/2011)

SUBSEÇÃO IV  
DO MEIO FIO E PASSEIOS

**Art. 337 -** Quando não houver muros no alinhamento do lote, este terá uma mureta com 30 cm (trinta centímetros) de altura para evitar a passagem de veículos sobre o passeio.

**Art. 338 -** O rebaixamento dos meios-fios para o acesso aos postos será executado mediante alvará a ser expedido pela Prefeitura, obedecidas as seguintes condições:

I - em postos de abastecimento de meio de quadra, o rebaixamento será feito em dois trechos de no máximo 8,00m (oito metros) cada um, junto as divisas laterais do terreno;

II - em postos de abastecimento situados nas esquinas poderá haver mais um trecho de 8,00 m (oito metros) de meio-fio rebaixado, desde que haja uma distância de 5,00 m (cinco metros) um do outro.

§ 1º - Não haverá sob hipótese alguma, rebaixamento de meio-fio nas curvas de concordância e a mais de um metro de cada curva. Nesta situação deverá haver passeio e faixa de travessia para pedestres.

§ 2º - Os postos existentes, a data da publicação desta Lei Complementar, terão o prazo de 6 (seis) meses para adaptarem-se ao que determina este artigo, sob pena de cassação da licença para localização e funcionamento do estabelecimento.

SUBSEÇÃO V  
DO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

**Art. 339 -** Não será concedido alvará de licença para as atividades mencionadas nesta Lei Complementar sem que o requerente tenha o seu projeto de edificação aprovado pela Prefeitura.

~~**Art. 340 -** As transgressões às exigências prescritas nesta subseção sujeitarão os infratores à multa de 3 (três) UFM (Unidade Fiscal Municipal) por infração, aplicada em dobro em caso de reincidência.~~

**Art. 340** As transgressões às exigências prescritas nesta subseção sujeitarão os infratores à multa de 300 (trezentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal) por infração, aplicada em dobro em caso de reincidência.  
(Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

**Art. 341 -** Não se aplicam as normas estabelecidas na presente Lei Complementar, exceto o definido na Seção IV deste capítulo, aos estabelecimentos em funcionamento, na data de publicação desta.

**Art. 342 -** Se a multa revelar-se inócua para fazer cessar a infração, o órgão competente poderá efetuar cassação de licença para localização do estabelecimento.

SEÇÃO IV  
DAS INSTALAÇÕES EM GERAL

~~Art. 342 -~~ As instalações de águas pluviais, de hidráulico sanitárias, de elevadores, de depósito de lixo, observarão as determinações contidas nas subseções I, II, III e IV, das Seções III e IV, deste capítulo (alterado pela LC 071 de 2001).

~~§ 1º -~~ As instalações elétricas, de gás, de antenas coletivas, de pára-raios, de proteção contra incêndio, de antenas transmissoras de rádio, televisão, de telefonia celular, de telecomunicações em gerais e outras antenas transmissoras de radiação eletromagnética, deverão estar de acordo com as normas e especificações da ABNT e serão reguladas por leis próprias (alterado pela LC 071 de 2001).

~~§ 2º -~~ As dimensões das instalações prediais, bem como as entradas e tomadas, referente a instalações previstas neste artigo, deverão obedecer, naquilo que couber, as normas técnicas exigidas pela Concessionária local (criado pela LC 071 de 2001).

**Art. 343 -** As instalações de águas pluviais, de hidráulico-sanitárias, de elevadores, de depósito de lixo, observarão as determinações contidas nas subseções I, II, III e IV, das seções III e IV deste capítulo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

**§ 1º -** As instalações elétricas, de gás, de antenas coletivas, de pára-raios, de proteção contra incêndio, de antenas transmissoras de rádio, televisão, de telefonia celular, de telecomunicações em gerais e outras antenas transmissoras de radiação eletromagnética, deverão estar de acordo com as normas de especificações da ABNT e serão reguladas por leis próprias. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

**§ 2º -** As dimensões das instalações prediais, bem como as entradas e tomadas, referentes as instalações previstas neste artigo, deverão obedecer, naquilo que couber, as normas técnicas exigidas pela concessionária local. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

#### SUBSEÇÃO I

#### DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS

~~Art. 344 -~~ O escoamento de águas pluviais do lote edificado para a sarjeta será feito em canalização construída sob o passeio.

~~§ 1º -~~ Em casos especiais de inconveniência ou impossibilidade de conduzir as águas para as galerias de águas pluviais, essas águas poderão ser conduzidas para outro local adequado, após aprovação pela Prefeitura, de esquema gráfico apresentado pelo interessado.

~~§ 2º -~~ As despesas com a execução da ligação às galerias pluviais correrão integralmente por conta do interessado, quando existirem nas respectivas ruas;

~~§ 3º -~~ A ligação será concedida a título provisório, cancelável a qualquer momento pela Prefeitura, caso haja qualquer prejuízo ou inconveniência.

~~§ 4º -~~ Nos lotes devidamente registrados no Registro Imobiliário e cujas vias públicas já são patrimônio do município, as despesas com escoamento pluvial correrão por conta da Prefeitura Municipal.

**Art. 344** O escoamento de águas pluviais do lote edificado para a rede de drenagem, será feito em canalização construída sob o passeio. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 345 -** Nas edificações construídas no alinhamento, as águas pluviais provenientes de telhado, balcões e marquises deverão ser captadas por meio de calhas e condutores.

Parágrafo único. Os condutores nas fachadas lindeiras à via pública serão embutidos até a altura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), acima do nível do passeio.

**Art. 346 -** Não será permitida a ligação de condutores de águas pluviais à rede de esgotos.

SUBSEÇÃO II  
DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICO-SANITÁRIAS

**Art. 347 -** Todas as edificações em lotes com frente para logradouros que possuam rede de esgoto deverão, obrigatoriamente, servir-se dessa rede.

~~**Art. 348 -** Quando a rua não possuir rede de esgoto, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica cujo efluente será lançado em poço absorvente (sumidouro) ou outra forma de tratamento mais adequado, levando-se em conta a capacidade de absorção do solo e o nível do lençol freático.~~

**Art. 348** Quando a rua não possuir rede coletora pública, a edificação deverá ser dotada de sistema de tratamento próprio, atendendo a Norma técnica, levando-se em conta a capacidade de absorção do solo e o nível do lençol freático. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

Parágrafo único. Deverá ser elaborado teste de percolação do solo visando definir a capacidade de absorção do mesmo nas diferentes regiões da área urbana, para indicação da medida correta no que se refere a tratamento de dejetos.

~~**Art. 349 -** Será exigido fossa séptica sendo que o efluente poderá ser tratado através de:~~

~~I — sumidouro;~~

~~II — vala de infiltração;~~

~~III — vala de filtração;~~

~~IV — filtro anaeróbio;~~

~~V — outra alternativa tecnicamente aceita e de conhecimento científico quanto a rendimento e confecção.~~

~~Parágrafo único. Encontra-se definidos no Capítulo I, Seção III desta Lei Complementar as definições dos termos a que se refere este artigo. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

**Art. 350 -** Toda unidade residencial deverá possuir, no mínimo, um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório e uma pia de cozinha, que deverão ser ligados à rede pública passando por tratamento preliminar conforme artigo anterior.

~~Parágrafo único. Os vasos sanitários e mictórios serão providos de dispositivos de lavagem para sua perfeita limpeza.~~

Parágrafo único. As instalações hidrossanitárias, bem como sistemas de tratamento deverão atender as normas técnicas vigentes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~**Art. 351 -** Todos os aparelhos sanitários deverão ter superfície lisa e serem facilmente laváveis. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~**Art. 352 -** Os compartimentos sanitários terão uma caixa auto sifonada provido de inspeção, que receberá as águas servidas dos lavatórios, bidês, banheiras e chuveiros, não podendo estes aparelhos ter comunicação com as tubulações dos vasos ou mictórios.~~

~~Parágrafo único. Será obrigatório o uso de tubo de ventilação nos vasos sanitários e mictórios, com diâmetro mínimo de 2" (duas polegadas). (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~**Art. 353 -** Todos os encanamentos de esgoto em contato com o solo deverão ser feitos com PVC, manilhas~~

~~cerâmicas ou material equivalente. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 354 - Em edificações com mais de um pavimento, os ramais de esgoto serão ligados à rede principal por canalização vertical (tubo de queda).~~

~~Parágrafo único. Os ramais de esgoto dos pavimentos superiores e de tubo de queda deverão ser de material impermeável resistente e com paredes internas lisas, não sendo permitido o emprego de manilhas cerâmicas. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 355 - A declividade mínima dos ramais de esgoto será de 3% (três por cento). (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 356 - Não será permitida a ligação de canalização de esgoto ou de água servidas às sarjetas ou galerias de águas pluviais, onde houver rede de esgoto. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 357 - Quando a rua não tiver rede de água, a edificação deverá possuir poço adequado para seu abastecimento, devidamente protegido contra as infiltrações de águas servidas. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 358 - Os reservatórios deverão possuir:~~

~~I - cobertura que não permita a poluição da água;~~

~~II - torneira de bóia que regule, automaticamente, a entrada de água no reservatório;~~

~~III - extravasor (ladrão) com diâmetro superior, ao do tubo alimentar, com descarga em ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira de bóia;~~

~~IV - canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 359 - As águas provenientes das coberturas e dos aparelhos de ar condicionado serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságüe sobre os lotes vizinhos ou no passeio público.~~

### SUBSEÇÃO III

#### DAS INSTALAÇÕES DE ELEVADORES

~~Art. 360 - Qualquer edifício que contenha um número maior que 4 (quatro) pavimentos, contados o pavimento térreo e mais 3 (três) acima deste, deverá ser provido de elevadores.~~

~~§ 1º - O número de elevadores de cada prédio e sua capacidade deverá obedecer o anexo 06 (seis) desta Lei Complementar, e estar de acordo com as normas da ABNT, conforme comprovado pela apresentação do cálculo de capacidade de tráfego.~~

~~§ 1º A instalação de elevadores deverá respeitar as Normas da ABNT vigentes, em especial as Normas NBR - 5666, NBR NM - 207, NBR- 5665, ou outras que vierem a substituí-las ou complementá-las. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~§ 2º - O térreo contará como 2 (dois) pavimentos quando seu pé-direito for superior a 6,00 m (seis metros).~~

~~Art. 361 - Não será considerado para efeito desta seção o último pavimento, quando este caracterizar uma única unidade residencial juntamente com o penúltimo, ou quando for destinado a servir de moradia~~



de zelador ou serviços de prédio ou área de lazer.

~~Art. 362 - Quando a edificação possuir mais de um elevador, as áreas de acesso aos mesmos devem estar interligadas em todos os pavimentos.~~

~~Parágrafo único. Excluem-se desta exigência os elevadores digitados através de senha. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

Art. 363 - Será exigido elevador em edifício garagem sempre que ele for constituído de térreo com mais de 3 (três) lajes.

§ 1º - O subsolo deve ser servido, mas não entra no cômputo geral.

§ 2º - Somente será dado o desconto referido no parágrafo anterior a um nível de subsolo.

#### SUBSEÇÃO IV

#### DAS INSTALAÇÕES PARA DEPÓSITO DE LIXO

Art. 364 - As edificações deverão prever local para armazenamento de lixo no alinhamento, interno ao lote, onde o mesmo deverá permanecer até o momento da apresentação à coleta.

~~§ 1º - O local deverá ter dimensão compatível com a área construída, com no mínimo 0,25 m² (zero vírgula vinte e cinco decímetros quadrados) por edificação unifamiliar.~~

§ 1º Para edificações residenciais multifamiliares, o local para armazenamento do lixo deverá ter dimensão compatível com a área construída, com no mínimo 0,25 m³ por unidade habitacional. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

~~§ 2º - Poderá a Prefeitura mediante análise aditar áreas para este fim. (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

~~Art. 365 - Nas edificações multifamiliares e mistas (com prestação de serviços) haverá local para depósito de lixo situado no térreo ou no subsolo para acondicionamento geral.~~

~~Parágrafo único. O depósito coletor geral deverá ter área mínima de 3,00m² (três metros quadrados). (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)~~

Art. 366 - Não será permitido a colocação de lixeira sobre os passeios públicos.

Parágrafo único. As lixeiras deverão ser colocadas sempre dentro do lote no alinhamento, ou em reentrâncias criadas para este fim.

Art. 367 - Os resíduos sólidos depois de recolhidos serão depositados em locais indicados pela Prefeitura.

Art. 368 - Nos locais onde não houver coleta de lixo pela Prefeitura cada residência deverá apresentar uma solução individual para o lixo, sempre considerando a distância mínima recomendável de poços de abastecimento de água da própria residência como também de outras unidades, no que se refere ao isolamento dos resíduos e contaminação das águas subterrâneas.

~~Art. 369 - O lixo proveniente das edificações deverá ser eliminado conforme os seguintes processos:~~

~~I - coleta;~~

~~II - incineração.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 370 -** Será ainda obrigatória a definição de locais para depósito de lixo nas edificações:

I - industriais;

II - hospitalares;

III - hotéis, motéis.

Parágrafo único. A Prefeitura dependendo do porte poderá exigir condições especiais para tal depósito.

## Capítulo V DAS INFRAÇÕES

### SEÇÃO ÚNICA DAS PENALIDADES

**Art. 371 -** As infrações contra as disposições desta Lei Complementar, serão punidas com as seguintes penas:

I - multa;

II - embargo da obra;

III - interdição do prédio ou dependência;

IV - demolição.

V - Impossibilidade de aprovação de projeto; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 312/2015)

VI - Impedimento no recebimento de benefícios deste ente público. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 312/2015)

Parágrafo único. aplicação de uma das penas previstas neste artigo, não prejudica a de outra se cabível.

**Art. 372 -** O procedimento legal para verificação das infrações e aplicação das penalidades é o regulado na legislação municipal de postura.

### SUBSEÇÃO I DAS MULTAS

~~**Art. 373 -** Pelas infrações as disposições desta Lei Complementar serão aplicadas ao construtor ou profissional responsável pelas obras, autor do projeto e ao proprietário, conforme o caso, as seguintes multas vinculadas a Unidade Fiscal Municipal - UFM vigente:~~

Tipo de Infração	Multa em UFM
I - pelo falseamento de medidas, cotas e demais indicações do projeto:	
ao proprietário	130
ao profissional responsável	130
e ao autor do projeto	130
II - pelo viciamento do projeto aprovado, introduzindo-lhe alteração de qualquer espécie:	
ao proprietário	260
ao profissional responsável	260
e ao autor do projeto	260
III - pelo início de execução de obra sem licença:	
ao proprietário	260
e ao profissional responsável	260
IV - pelo início de obras sem os dados oficiais de alinhamento e nivelamento:	
ao proprietário	260
e ao profissional responsável	260
IV - pela execução de obra em desacordo com o projeto aprovado:	
ao proprietário	260
e ao profissional responsável	260
VI - pela falta de projeto aprovado e documentos exigidos no local da obra:	
ao proprietário	260
e ao profissional responsável	260
VII - pela inobservância das prescrições sobre andaimes e tapumes:	
ao proprietário	130
e ao profissional responsável	130
VIII - pela paralisação da obra sem comunicação a prefeitura:	
ao proprietário	26
e ao profissional responsável	26
IX - pela desobediência ao embargo municipal:	
ao proprietário	520
e ao profissional responsável	520
X - pela ocupação do prédio sem que a prefeitura tenha fornecido o Habite-se:	
ao proprietário	260
XI - concluída reconstrução ou reforma se não foi requerida vistoria:	
ao proprietário	26
e ao profissional responsável	26
XII - quando vencido o prazo de licenciamento, prosseguir a obra sem a necessária prorrogação do prazo:	
ao proprietário	130
e ao profissional responsável	130
XIII - pela inobservância dos itens relativos a playground, após vencido o prazo estabelecido pela Lei, para adequação:	
ao proprietário de imóvel ou à entidade proprietária	

do imóvel	260
-----------	-----

(alterado pelas LC 025 de 1997, 062 de 2001 e 108 de 2003)

Tipo de Infração	Multa em UFM
a) pelo falseamento de medidas, cotas e demais indicações do projeto:	
ao proprietário	130
ao profissional responsável	130
ao autor do projeto	130
b) pelo viciamento do projeto aprovado, introduzindo a alteração de qualquer espécie:	
ao proprietário	260
ao profissional responsável	260
ao autor do projeto	260
c) pelo início de execução de obra sem licença:	
ao proprietário	260
ao profissional responsável	260
d) pelo início de obras sem os dados oficiais de alinhamento e nivelamento:	
ao proprietário	260
ao profissional responsável	260
e) pela execução de obra em desacordo com o projeto aprovado:	
ao proprietário	260
ao profissional responsável	260
f) pela falta de projeto aprovado e documentos exigidos no local da obra:	
ao proprietário	260
ao profissional responsável	260
g) pela inobservância das prescrições sobre andaimes e tapumes:	
ao proprietário	130
ao profissional responsável	130
h) pela paralisação da obra sem comunicação a prefeitura:	
ao proprietário	26
ao profissional responsável	26
i) pela desobediência ao embargo municipal:	
ao proprietário	520
ao profissional responsável	520
j) pela ocupação do prédio sem que a prefeitura tenha fornecido o Habite-se:	
ao proprietário	260
k) concluída reconstrução ou reforma se não foi requerida vistoria:	
ao proprietário	26
ao profissional responsável	26
l) quando vencido o prazo de licenciamento, prosseguir a obra sem a necessária prorrogação do prazo:	
ao proprietário	130
ao profissional responsável	130
m) pela inobservância dos itens relativos a playground, após vencido o prazo estabelecido pela Lei, para adequação:	
ao proprietário de imóvel ou à entidade proprietária do imóvel	260

(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

**Art. 373** Pelas infrações às disposições desta Lei Complementar serão aplicadas ao proprietário do imóvel, as seguintes multas vinculadas a Unidade Fiscal Municipal - UFM vigente: (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

I - Pelo início de construção, reforma ou ampliação, sem o respectivo alvará.

a) Obras até 100,00m<sup>2</sup> - 250 UFM

b) Obras de 100,01 a 200,00m<sup>2</sup> - 500 UFM

- c) Obras de 200,01 a 500,00m<sup>2</sup> - 800 UFM
- d) Obras de 500,01 a 999,99m<sup>2</sup> - 1000 UFM
- e) Obras de 1.000,01 a 2999,99m<sup>2</sup> - 2500 UFM
- f) Obras acima de 3000,00m<sup>2</sup> - 7000 UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

II - Pela execução de construção, reforma ou ampliação avançando sobre o recuo frontal ou avanços irregulares sobre o passeio.

- a) Obras que ocupam até 20 % (vinte por cento) do recuo frontal - 800 UFM
- b) Obras que ocupam de 20 (vinte por cento) a 50 % (cinquenta por cento) do recuo frontal - 1500 UFM
- c) Obras que ocupam de 50 (cinquenta por cento) a 70 % (setenta por cento) do recuo frontal - 3000 UFM
- d) Obras que ocupam mais de 70 (setenta por cento) do recuo frontal - 5000 UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

III - Pela construção, reforma ou ampliação de edificação com uso residencial unifamiliar em desacordo com o projeto aprovado pela municipalidade.

- a) Obras até 100,00m<sup>2</sup> - 200 UFM
- b) Obras de 100,01 a 200,00m<sup>2</sup> - 300 UFM
- c) Obras de 200,01 a 500,00m<sup>2</sup> - 500 UFM
- d) Obras de 500,01 a 999,99m<sup>2</sup> - 750 UFM
- e) Obras de 1000,00 a 2999,99m<sup>2</sup> - 1000 UFM
- f) Obras acima de 3000,00m<sup>2</sup> - 2500 UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

IV - Pela construção, reforma ou ampliação de edificação com usos não capitulados no inciso anterior em desacordo com o projeto aprovado pela municipalidade:

- a) Obras até 100,00m<sup>2</sup> - 400 UFM
- b) Obras de 100,01 a 200,00m<sup>2</sup> - 700 UFM
- c) Obras de 200,01 a 500,00m<sup>2</sup> - 1000 UFM
- d) Obras de 500,01 a 999,99m<sup>2</sup> - 1500 UFM
- e) Obras de 1000,00 a 2999,99m<sup>2</sup> - 3000 UFM
- f) Obras acima de 3000,00m<sup>2</sup> - 6000 UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

V - Pela alteração do uso da edificação para uso não permitido pelo Plano Diretor, e que mantenha tal atividade no imóvel, por período superior a uma semana:

- a) Alterações em áreas até 100,00m<sup>2</sup> - 1000 UFM
- b) Alterações em áreas de 100,01 a 200,00m<sup>2</sup> - 2500 UFM
- c) Alterações em áreas de 200,01 a 500,00m<sup>2</sup> - 5000 UFM
- d) Alterações em áreas de 500,01 a 999,99m<sup>2</sup> - 8000 UFM
- e) Alterações em áreas de 1000,00 a 2999,99m<sup>2</sup> - 10000 UFM
- f) Alterações em áreas acima de 3000,00m<sup>2</sup> - 15000 UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

VI - Pela inobservância das prescrições sobre andaimes, tapumes e telas de proteção:

- a) Obras até 5 pavimentos - 1000 UFM
- b) Obras acima de 5 pavimentos - 3000 UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

VII - Pela ocupação de estacionamentos ou garagens em uso diverso do previsto:

a) Por vaga alterada - 2000 UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

VIII - Pelo depósito de material(is) de construção em via pública (excetua-se de tal punição quando tais materiais estiverem sobre o passeio, no entanto, dentro dos limites do tapume legalmente edificado para a obra):

a) Pelo depósito de material(is) sobre o passeio - 200 UFM

b) Pelo depósito de material(is) sobre o passeio e a pista de rolamento - 500 UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

IX - Pela inobservância dos ditames previstos para as instalações de depósito de lixo previsto no art. 364 e subseqüentes desta lei:

a) Para edificação residencial - 200 UFM

b) Para edificação com uso diverso de residencial - 1000 UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

X - Pela desobediência ao embargo municipal:

a) Obras até 100,00m<sup>2</sup> - 1000 UFM

b) Obras de 100,01 a 200,00m<sup>2</sup> - 1800 UFM

c) Obras de 200,01 a 500,00m<sup>2</sup> - 2500 UFM

d) Obras de 500,01 a 999,99m<sup>2</sup> - 5000 UFM

e) Obras de 1000,00 a 2999,99m<sup>2</sup> - 10000 UFM

f) Obras acima de 3000,00m<sup>2</sup> - 20000 UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

XI - Pela ocupação do prédio sem que a prefeitura tenha fornecido o Habite-se:

a) Obras até 100,00m<sup>2</sup> - 500 UFM

b) Obras de 100,01 a 200,00m<sup>2</sup> - 1500 UFM

c) Obras de 200,01 a 500,00m<sup>2</sup> - 2500 UFM

d) Obras de 500,01 a 999,99m<sup>2</sup> - 5000 UFM

e) Obras de 1000,00 a 2999,99m<sup>2</sup> - 8000 UFM

f) Obras acima de 3000,00m<sup>2</sup> - 15000 UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

XII - Quando vencido o prazo de licenciamento, prosseguir a obra sem a necessária prorrogação do prazo:

a) Obras até 100,00m<sup>2</sup> - 200 UFM

b) Obras de 100,01 a 200,00m<sup>2</sup> - 400 UFM

c) Obras de 200,01 a 500,00m<sup>2</sup> - 500 UFM

d) Obras de 500,01 a 999,99m<sup>2</sup> - 750 UFM

e) Obras de 1000,00 a 2999,99m<sup>2</sup> - 1500 UFM

f) Obras acima de 3000,00m<sup>2</sup> - 2500 UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

§ 1º Caso haja comprovação de que a edificação possua responsável técnico, nos casos de infrações previstos nos incisos I, II, III, IV, V, VI e X poderá ser aplicado o respectivo auto de infração cumulativamente ao responsável técnico e proprietário do imóvel. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 312/2015)

§ 2º A metragem da obra para efeitos da aplicação da multas constantes deste artigo poderá ser obtida tanto por vistoria "*in loco*" promovida pela Fiscalização de Obras e Posturas, como através do projeto

ou ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 312/2015)

**Art. 373-B** Não poderá receber recursos ou quaisquer benefícios públicos o proprietário de edificação irregular, no tocante àquele lote. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 312/2015)

~~**Art. 374 -** Lavrado o Auto de Infração e comunicado o infrator, este a partir da data da comunicação deverá efetuar o recolhimento da multa, dentro de 30 (trinta) dias úteis, findo os quais se não atender, far-se-á cobrança judicial (alterado pela LC 108/2003).~~

~~Parágrafo único. Em caso de não regularização da obra no prazo estabelecido, será aplicada a pena de demolição, em conformidade com o art. 286, III, da Lei Complementar 007/95 (criado pela LC 108/2003).~~

**Art. 374 -** Lavrado o Auto de Infração e comunicado o infrator, este a partir da data da comunicação deverá efetuar o recolhimento da multa, dentro de 30 (trinta) dias úteis, findo os quais se não atender, far-se-á cobrança judicial. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

Parágrafo Único - Em caso de não regularização da obra no prazo estabelecido, será aplicada a pena de demolição, em conformidade com o artigo 378, inciso III, desta lei. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

**Art. 375 -** O pagamento da multa não isenta o infrator da responsabilidade de regularizar a situação da obra, perante a legislação vigente.

**Art. 376 -** Na reincidência a multa será aplicada em dobro.

Parágrafo único. Considera-se reincidência para duplicação da multa, outra infração da mesma natureza.

## SUBSEÇÃO II DO EMBARGO

**Art. 377 -** Obras em andamento, sejam elas construções ou reformas, serão embargadas, quando:

I - estiverem sendo executadas sem o respectivo alvará, emitido pela Prefeitura;

II - estiver em risco a sua estabilidade, com perigo para o pessoal que a execute, ou para as pessoas e edificações vizinhas;

III - se for construída, reconstruída ou ampliada em desacordo com os termos do Alvará de Construção;

IV - se não for observado o alinhamento;

§ 1º - Ocorrendo qualquer das infrações especificadas neste artigo, e a qualquer dispositivo desta Lei Complementar, o encarregado pela fiscalização comunicará o infrator através de Notificação de Embargo, para regularização no prazo que lhe for determinado, ficando a obra embargada até que isso aconteça;

§ 2º - A Notificação de Embargo será levada ao conhecimento do infrator-proprietário e/ou responsável técnico para que assine, e se recusar a isso, serão apanhadas as assinaturas de duas testemunhas;

§ 3º - Se ocorrer decurso do prazo ou o descumprimento do embargo comunicado ao infrator através da Notificação de Embargo, o encarregado da Fiscalização lavrará o Auto de Infração;

§ 4º - O embargo só será levantado após o cumprimento das exigências da Prefeitura, decorrentes do que especifica esta Lei Complementar;

§ 5º - Se não houver alternativa de regularização da obra, após o embargo seguir-se-á demolição total ou parcial da mesma.

### SUBSEÇÃO III DA DEMOLIÇÃO

**Art. 378 -** Será imposta a pena de demolição, total ou parcial, nos seguintes casos:

I - construção clandestina, entendendo-se por tal a que for feita sem prévia aprovação do projeto, ou sem alvará de licença;

II - construção feita sem observância no alinhamento ou nivelamento fornecido pela Prefeitura, ou sem as respectivas cotas ou com desrespeito ao projeto aprovado, nos seus elementos essenciais;

III - obra julgada em risco, quando o proprietário não tomar as providências que forem necessárias a sua segurança;

IV - construção que ameace ruína e que o proprietário não desmanchar ou não possa reparar, por falta de recurso, ou por disposição regulamentar.

~~**Art. 379 -** A demolição será precedida de vistoria por uma comissão de 3 (três) engenheiros e arquitetos, designados pelo prefeito e pertencentes ou não ao quadro de funcionários da Prefeitura.~~

~~Parágrafo único. A comissão procederá do seguinte modo:~~

~~I - designará dia e hora para vistoria, fazendo intimar o proprietário para assistir a mesma; não sendo ele encontrado, far-se-á intimação por edital com prazo de 10 (dez) dias;~~

~~II - não comparecendo o proprietário ou seu representante, a comissão fará rápido exame de construção, e, se verificar que a vistoria pode ser adiada, mandará fazer nova intimação ao proprietário;~~

~~III - não podendo fazer adiamento, ou se o proprietário não atender a segunda intimação, a comissão fará os exames que julgar necessário, concluídos os tais dará seu laudo dentro de 3 (três) dias, devendo constar no mesmo o que for verificado, o que o proprietário deve fazer para evitar a demolição e o prazo para isso for julgado conveniente; salvo caso de urgência, esse prazo não poderá ser inferior a 3 (três) dias, nem superior a 90 (noventa) dias;~~

~~IV - do laudo se dará cópia para o proprietário, e aos moradores do prédio, se for alugado, acompanhado, aquele, da intimação para o cumprimento das decisões nela contidas;~~

~~V - a cópia do laudo e intimação do proprietário serão entregues mediante recibo, e se não for encontrado ou recusar recebê-los, serão publicados em resumo, por 3 (três) vezes, pela imprensa local, e afixados no lugar de costume;~~

~~V - a cópia do laudo e intimação do proprietário serão entregues mediante recibo, e se não for encontrado ou recusar recebê-los, serão publicados em resumo, por 3 (três) vezes, pela imprensa local, e afixados no lugar de costume; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~VI - no caso de ruína eminente, a vistoria será feita logo, dispensando-se a presença do proprietário, se não puder ser encontrado de pronto, levando-se ao conhecimento do prefeito as conclusões do laudo, para que ordene a demolição.~~

**Art. 379** A demolição será precedida de vistoria por uma comissão de 3 (três) engenheiros e arquitetos,



designados pelo prefeito e pertencentes ou não ao quadro de funcionários da Prefeitura. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 1º A comissão procederá do seguinte modo: (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

I - designará dia e hora para vistoria, fazendo intimar o proprietário para assistir a mesma; não sendo ele encontrado, far-se-á intimação por edital com prazo de 10 (dez) dias; (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

II - não comparecendo o proprietário ou seu representante, a comissão fará rápido exame de construção, e, se verificar que a vistoria pode ser adiada, mandará fazer nova intimação ao proprietário; (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

III - não podendo fazer adiamento, ou se o proprietário não atender a segunda intimação, a comissão fará os exames que julgar necessário, concluídos os tais dará seu laudo dentro de 3 (três) dias, devendo constar no mesmo o que for verificado, o que o proprietário deve fazer para evitar a demolição e o prazo para isso for julgado conveniente; salvo caso de urgência, esse prazo não poderá ser inferior a 3 (três) dias, nem superior a 90 (noventa) dias; (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

IV - do laudo se dará cópia para o proprietário, e aos moradores do prédio, se for alugado, acompanhado, aquele, da intimação para o cumprimento das decisões nela contidas; (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

V - a cópia do laudo e intimação do proprietário serão entregues mediante recibo, e se não for encontrado ou recusar recebê-los, serão publicados em resumo, por 3 (três) vezes, pela imprensa local, e afixados no lugar de costume; (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

VI - no caso de ruína eminente, a vistoria será feita logo, dispensando-se a presença do proprietário, se não puder ser encontrado de pronto, levando-se ao conhecimento do prefeito as conclusões do laudo, para que ordene a demolição. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 2º Acompanhará as atividades da Comissão de Demolição, um advogado nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, de caráter meramente consultivo, que receberá a gratificação correspondente pela participação na referida comissão, prevista no art. 107-E da Lei Complementar nº 207/2010. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

**Art. 380 -** Cientificado o proprietário do resultado da vistoria e feita a devida intimação, seguir-se-ão as providências administrativas.

**Art. 381 -** Se não forem cumpridas as decisões do laudo, nos termos do artigo anterior, serão adotadas as medidas judiciais cabíveis.

**Art. 382 -** Um prédio ou qualquer de suas dependências poderá ser interditado em qualquer tempo, com impedimento de sua ocupação, quando oferecer iminente perigo de caráter público.

**Art. 383 -** A interdição prevista no artigo anterior será imposta por escrito, após vistoria efetuada pelo órgão competente.

Parágrafo único. Não atendido a interdição e não interposto recurso ou indeferido, este tomará, o município as providências cabíveis.

SUBSEÇÃO IV  
DAS SANÇÕES

~~Art. 384 - A Prefeitura, após ouvido o Conselho Permanente do Plano Diretor, deverá comunicar ao CREA, o nome dos responsáveis técnicos (pessoa física ou jurídica), devidamente acompanhado dos documentos pertinentes, que forem enquadrados nas seguintes circunstâncias (alterado pela LC 025 de 1997):-~~

Art. 384 - A Prefeitura, após ouvido o Conselho Permanente do Plano Diretor, deverá comunicar ao CREA, o nome dos responsáveis técnicos (pessoa física ou jurídica), devidamente acompanhado dos documentos pertinentes, que forem enquadrados nas seguintes circunstâncias: (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

I - prosseguirem a execução de obra embargada pela Prefeitura;

II - não obedecerem aos projetos previamente aprovados, ampliando ou reduzindo as dimensões indicadas nas plantas e cortes;

III - hajam incorrido em 03 (três) multas por infração cometida na mesma obra;

IV - alterem as especificações indicadas no projeto ou as dimensões, ou elementos das peças de resistência previamente aprovados pela Prefeitura;

V - iniciarem qualquer obra sem o necessário Alvará de Construção;

VI - cometerem por imperícia, faltas que venham a comprometer a segurança da obra.

Capítulo VI  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 385 - Os casos omissos na presente Lei Complementar, serão estudados e julgados pela Assessoria de Planejamento, ouvida a Procuradoria Municipal, observando-se as Leis, Decretos e Regulamentos Especiais.

Art. 386 - São partes integrantes desta Lei Complementar os seguintes anexos:

I - anexo 01: Dos estacionamento em ângulo reto;

II - anexo 02: Dos estacionamento em ângulo de 45 graus;

III - anexo 03: Do embarque e desembarque;

IV - anexo 04: Do afastamento de acessos em edificações comerciais, residenciais e mistas;

V - anexo 05: Meio-fio;

VI - anexo 06: Da tabela dos elevadores.

Art. 387 - Os valores constantes na presente Lei Complementar, serão corrigidos mensalmente, de

conformidade com o índice de correção fornecido pelo Governo Federal.

**Art. 388 -** Ficam revogadas a Lei Municipal nº 2.030 de 26/02/88, a Lei Complementar nº 07 de 11 de dezembro de 1995 e demais disposições em contrário.

### TÍTULO III CÓDIGO DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DE RIO DO SUL

#### Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 389 -** Este Título III, desta Lei Complementar, parte integrante do Plano Diretor, regulamenta a aprovação do Parcelamento do Solo.

§ 1º - O Parcelamento do Solo poderá ser feito mediante loteamento, desmembramento, remembramento e condomínios.

§ 2º - Os termos referidos no parágrafo anterior encontram-se definidos no artigo 391 desta Lei Complementar.

§ 3º - Deverão ser observadas Leis Estaduais e Federais aplicáveis à matéria, em especial a Lei Federal nº 6766 de 19/12/79 - alterada pela Lei 9875 de 29/01/99 - e a Lei Estadual nº 6063 de 24/05/82 - alterada pela Lei 10 957 de 23/11/98.

#### SEÇÃO I DOS OBJETIVOS

**Art. 390 -** Esta Lei Complementar, referente ao Parcelamento do Solo de Rio do Sul, tem como objetivos:

- I - orientar os projetos de Parcelamento do Solo;
- II - adaptar o máximo possível os parcelamentos à topografia local;
- III - assegurar a observância de padrões mínimos referentes ao tamanho dos lotes;
- IV - adaptar os parcelamentos propostos aos parcelamentos existentes;
- V - compatibilizar a hierarquia viária proposta com a hierarquia existente;
- VI - garantir melhor qualidade de vida individual e coletiva;
- VII - assegurar e orientar, a ocupação efetiva e o adensamento populacional das áreas urbanizadas, assim como as áreas de expansão urbana, de forma a racionalizar os recursos disponíveis para infraestrutura;

VIII - hierarquizar as vias urbanas, segundo destinação de uso.

## SEÇÃO II DAS DEFINIÇÕES

**Art. 391 -** Para efeito de aplicação da presente Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Acesso particular - prolongamento de área que parte do lote urbano para acessar a via pública, nunca inferior 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) de largura para uso residencial e 8,0m (oito metros) para uso industrial.

Aclividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o consecutivo está acima do ponto de referência.

Afastamento - Distância da edificação aos limites do lote, podendo ser:

- a) frontal;
- b) lateral;
- c) fundos.

Alinhamento - A linha limitrofe entre o terreno de propriedade particular e a via ou logradouro público.

Alvará - Documento de título precário que autoriza atividades sujeitas à fiscalização da prefeitura.

Análise - Atividade que envolve a determinação das partes constituintes de um todo, buscando sua natureza e / ou avaliar seus aspectos técnicos.

Área de domínio público - É a área ocupada pelas vias de circulação, ruas, avenidas, praças, jardins, parques e bosques. Estas áreas, em nenhum caso poderão ter acesso restrito.

Área Non Aedificandi: definida pela Lei Federal 6.766, como sendo a que não é permitido construir.

~~Área rural - Toda área do município, excluído as áreas urbanas e de expansão urbana.~~

Área rural - Toda área do município, excluído as áreas urbanas e de Urbanização Controlada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)

Área de Preservação: área em que não pode sofrer qualquer ação modificadora da forma natural. Esta regulamentada na Lei 4.771, artigo 2º; que somente poderá sofrer ação modificadora por interesse público ou social.

Área Verde: área com predomínio da vegetação arbórea, com fins de melhoria ambiental, estética e ecológica.

Área total dos lotes - É a resultante da diferença entre a área do parcelamento e a área de domínio público, não computado a área remanescente.

Área total do parcelamento - Área abrangida pelo loteamento não computado a área remanescente, desmembramento ou remembramento.

Área urbanizada - Compreende as áreas caracterizadas pela contigüidade das edificações e pela existência de equipamentos públicos, urbanos e comunitários, destinados às funções urbanas de habitação, recreação e circulação.

Arbitramento - Atividade que envolve a tomada de decisão ou posição entre alternativas tecnicamente controversas ou que decorem de aspectos subjetivos.

Arruamento - Uma ou mais ruas destinadas à circulação ou utilização pública, regulamentada pelo Código de Trânsito Brasileiro.

Auto de infração - É o instrumento por meio do qual a autoridade penaliza a violação de disposições da legislação.

Avaliação: Atividade que envolve a determinação técnica do valor qualitativo ou monetário de um bem, de um direito ou de um empreendimento.

AR - Aviso de Recebimento.

**Art. 392 -** Anotação de Responsabilidade Técnica.

Balão de retorno - Alargamento nos logradouros sem saída, para manobras de retorno de veículos.

Benfeitoria - Obra de infra-estrutura ou melhoramento feito num determinado local que não pode ser removida sem ser destruída.

Caução - Depósito de valores ou bens aceitos para tornar efetiva a responsabilidade de um ato.

Canteiro - Área destinada a ajardinamento junto ou não das calçadas públicos.

Calçada: parte da via pública vedada a trânsito de veículos. Normalmente em nível mais elevada, constituída por passeio (destinado a pedestres), excepcionalmente com ciclovia (destinada a ciclistas) e faixa de arborização, mobiliário urbano, sinalização e outros fins.

CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina.

Condomínio: ou co-propriedade é a forma anormal da propriedade, em que o sujeito do direito não é um indivíduo, que o exerça com exclusão dos outros; são dois ou mais sujeitos, que exercem o direito simultaneamente.

Consulta de viabilidade - Questionamento a autoridade competente para realização de ações referentes a parcelamento.

Caminho: percurso dentro de um imóvel para trânsito de pessoas ou veículos.

Cota altimétrica - Valor que exprime a altitude positiva ou negativa de um ponto ou uma curva em

relação ao nível de referência.

Cota emergencial - Cota determinada em 334,08m em relação ao nível do mar, que por ser facilmente alagável é chamada de emergencial.

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Declividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o consecutivo está abaixo do ponto de referência.

Desmembramento - É a subdivisão da área em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente sem abertura, prolongamento ou modificação de vias públicas existentes.

Degradação ambiental - É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes em níveis capazes de direta ou indiretamente:

- a) prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- b) criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais.

Desenho técnico: atividade que implica em representação de formas sobre uma superfície, por meio de linhas, pontos e manchas, com objetivo técnico. Deverá ser apresentado obrigatoriamente na cor preta. Vedado uso de outras cores.

DITURS - Divisão de Trânsito de Rio do Sul; órgão responsável pela aplicação do Código de Trânsito Brasileiro nas vias do município.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral.

DEINFRA - Departamento Estadual de Infra-estrutura.

DNIT- Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes.

Detalhamento - atividade que implica em representação de formas sobre uma superfície, desenvolvendo o projeto de detalhes necessário a materialização de partes de um projeto, o qual já definiu as características gerais da obra ou serviço

Embargo - Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.

Equipamentos comunitários - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social.

Equipamentos urbanos - São os equipamentos públicos de abastecimento de água, rede, coleta e tratamento de esgoto, rede de energia elétrica, rede de coleta de água pluvial, rede telefônica, rede de gás canalizado e equipamentos de coleta e armazenagem de lixo. Definidos pela lei 6.766.

Especificação: Atividade que envolve a fixação das características, condições ou requisitos de materiais, equipamentos e técnicas de execução a serem empregadas em obra ou serviço técnico.

Estacionamento - Espaço reservado para um ou mais veículos.

Faixa "Non Aedificandi" - Área de terreno onde não será permitida construção.

Faixa Sanitária - Área destinada a condutores de dejetos.

Filtro Anaeróbio - Unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbias, cujo meio filtrante mantém-se afogado.

Fiscalização: Atividade que envolve o controle e a inspeção sistemática da obra ou serviço, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece às especificações e prazos estabelecidos e ao projeto.

Fossa Séptica - Unidade de sedimentação e digestão de fluxo horizontal, destinada ao tratamento de esgotos domésticos.

Fração Ideal: Parte de um todo pertencente proporcionalmente a um condômino.

Gleba - Porção de terreno considerada.

Incorporação: atividade exercida com o intuito de promover e realizar a construção, para alienação total ou parcial de edificações ou conjunto de edificações compostas por unidades autônomas.

Levantamento: Atividade que envolve a observação, a mensuração e /ou a quantificação de dados de natureza técnica necessários à execução de serviços técnicos ou obra.

Logradouro Público - Território de propriedade pública e de uso comum da população, destinado à parada ou estacionamento de veículos, ou à circulação de pedestres.

Lote - Porção de terreno com testada para via pública ou servido por acesso particular.

Lote mínimo - Porção mínima permitida de terreno líquido como resultado de processo de parcelamento representado em metros quadrados.

Loteamento - Subdivisão de gleba em lotes destinados a edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias de circulação e logradouros.

Loteamento clandestino - Loteamento feito sem prévia aprovação ou em desacordo com o projeto.

Mensuração: Atividade que envolve a apuração de quantitativos de determinado fenômeno, produto, obras ou serviços técnicos num determinado período de tempo.

NDA - Nível de Degradação Ambiental, estabelecido pela FATMA. Pode ser classificado em:

- a) pequeno (A);
- b) médio (B);
- c) alto (C).

~~Ocupação Reversível ou Provisória - Entende-se por ocupação reversível ou provisória, uma construção de até 22m<sup>2</sup>, sem vínculos permanentes ao solo através de fundações, desmontável ou removível sem destruição ou dano aos seus elementos constituintes.~~

Ocupação Reversível ou Provisória - Entende-se por ocupação reversível ou provisória, aquela desmontável ou removível sem destruição ou dano aos seus elementos constituintes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)

Passeio - Parte da via ou logradouro destinado à circulação de pedestres.

Parcelamentos populares - São considerados populares os parcelamentos comercializados por valores inferiores ao praticados no mercado e em condições de pagamentos facilitados, conforme avaliação da Prefeitura.

Penalidade - Conjunto ou sistema de penas impostas pela legislação.

Perímetro Urbano - Linha que delimita a área urbana da área rural.

Pista de rolamento - Parte da via pública destinada ao tráfego e ao estacionamento de veículos.

Planejamento: Atividade que envolve a formulação sistematização de um conjunto de decisões devidamente integrantes, expressa em objetivos e metas e que explicita os meios disponíveis e /ou necessários para alcançá-los, num dado prazo.

Projeto: Atividade necessária à materialização dos meios, através de princípios técnicos e científicos, visando à consecução de um objetivo ou meta, adequando-se aos recursos disponíveis e as alternativas que conduzem à viabilidade da decisão.

Quadra - É a área de terreno delimitada por vias subdividida ou não em lotes e seus limites.

Recuos - Faixa de reserva destinada à futura ampliação da via ou para preservar a privacidade.

Referência de Nível (RN) - Ponto de controle vertical estabelecido num objeto (marco) de caráter permanente, natural ou artificial, cuja altitude foi determinada acima ou abaixo de um DATUM (nível do mar), é em geral, construído com o nome da RN, a altitude e o nome do órgão responsável.

Reincidente - É quem violar o preceito das Leis, por cuja infração já tenha sido autuado ou punido.

Remembramento - A junção de duas ou mais áreas formando um novo lote.

RFFSA - Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

Sumidouro - Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar sua infiltração subterrânea.

Talvegue - Linha sinuosa, no fundo de um vale, pela qual as águas correm, e que divide os planos em duas encostas.

Testada - É a medida da parte do terreno representada em metros, que faz frente para as vias de circulação.

Título de declaração de propriedade - Documento que prova a posse legítima da propriedade, expedido pelo Cartório de Registros de Imóveis.

UFM - Unidade Fiscal Municipal (Base de cálculo para cobrança de tributos municipais).



Via de circulação - É um bem de uso da população destinado ao trânsito de pessoas, veículos e animais. É composta de: pista de rolamento, acostamento, calçadas, canteiro central e ilhas.

Via de circulação de pedestre - Via de circulação onde é proibido o trânsito de veículos.

Vistoria - Atividade que envolve a constatação de um fato, mediante exame circunstanciado e descrição minuciosa dos elementos que o constituem, sem a indagação das causas que o motivaram.

Unidade Autônoma: parte privativa de um condomínio.

Zona de expansão urbana - Área pertencente ao espaço urbano, com baixa densidade destinada à expansão urbana, delimitado no mapa de zoneamento da Lei Complementar de Uso do Solo.

Zona de preservação permanente - Zona destinada à preservação ecológica, paisagística e ambiental. Delimitada na planta de zoneamento da Lei Complementar de Uso do Solo.

Zona de Urbanização Controlada - Área pertencente ao espaço urbano, com baixa densidade destinada à expansão urbana, delimitado no mapa de zoneamento da Lei Complementar de Uso do Solo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)

Zona industrial - Zona que se destina à instalação preferencialmente industrial, cujos processos submetidos a métodos adequados de controle e tratamento de efluentes não causem incômodos sensíveis às demais atividades urbanas. Delimitado no mapa de zoneamento da Lei Complementar de Uso do Solo.

Zona mista - Área destinada à utilização mista, podendo ser residencial, comercial, industrial, institucional e serviços. Delimitado no mapa de zoneamento da Lei Complementar de Uso do Solo.

Zona residencial - Zona destinada à função habitação. Delimitado no mapa de zoneamento da Lei Complementar de Uso do Solo.

Zoneamento - Divisão da área urbana segundo seu uso. Visa dar a cada região a utilização mais adequada em função do sistema viário, topografia e a infra-estrutura existente através da criação de zonas de uso e adensamento diferenciados. Delimitado na Lei Complementar de Uso do Solo.

## Capítulo II

### DAS NORMAS GERAIS

**Art. 392 -** O disposto na presente Lei Complementar, obriga não só os loteamentos, desmembramentos, remembramentos e condomínios realizados para venda ou melhor aproveitamento de imóveis, como também os inventários, para extinção de comunhão de bens ou qualquer outro título.

**Art. 393 -** A Prefeitura cobrará do loteador tudo quanto tiver que despendar com equipamentos urbanos ou expropriações para regularizar o loteamento promovido à sua revelia ou executado em desacordo com as normas de aprovação.

**Art. 394 -** Não serão aceitos planos de arruamento e loteamento de terrenos que acarretem desapropriação a custo da municipalidade, salvo nos casos previstos pela Lei Complementar de Uso do Solo.

**Art. 395 -** É condição necessária à aprovação de qualquer arruamento ou loteamento, a execução pelo interessado, sem ônus para a Prefeitura, de todas as obras de terraplenagem, pontes, muros de arrimo, bem como de outros serviços exigidos por esta Lei Complementar.

Parágrafo único. Nos projetos de arruamentos e loteamentos que afetem ponto panorâmico ou aspecto paisagístico, deverão ser adotadas as medidas necessárias e convenientes à sua defesa, podendo a Prefeitura exigir, para aceitação do projeto, a construção de mirantes, belvederes, balaustradas e a realização de qualquer outra obra necessária ou servidão pública para esses lugares.

**Art. 396 -** O loteador deverá executar as seguintes obras por sua conta; para que o município aceite o loteamento:

- a) terraplenagem, com sobre largura da seção tipo em pelo menos 1,0m;
- b) contenções (muros de arrimos, ...)
- c) pontes;
- d) drenagem pluvial: tubulações com diâmetro mínimo de 40cm nos dois lados da via e caixas de passagem, de captação e de redução de velocidade onde for necessário, e afins;
- e) meio-fio: em concreto ( extrusado ou pré-moldado, com FCK=25MPa) ou pedra granito nas dimensões mínimas de 100cm x 30cm x 15cm, com uma das arestas abaulada;
- f) pavimentação das pistas:
  - f1 - para as vias pavimentadas com lajotas, com resistência mínima de 30MPa, paralelepípedos ou similares, além da sub-base será executada base de areia de 15cm de espessura, possuindo travejamento a cada 20m para vias com mais de 15% de declividade;
  - f2 - para vias pavimentadas com asfalto, além da sub-base, será executada base de brita corrida de 15cm, no mínimo, e um revestimento asfáltico com uma capa mínima de 4cm;
  - f.3) será exigida apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) que confirme a adequação da via pavimentada com os critérios estabelecidos nesta lei, bem como a garantia mínima de 5 anos do referido pavimento; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 409/2018)
  - f.4) se durante o prazo de 5 anos houver a necessidade de manutenção na referida pavimentação, por motivos de falta de qualidade e não adequação aos critérios estabelecidos, a Prefeitura poderá cobrar do loteador o custo de manutenção; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 409/2018)
- g) calçadas com uma camada superficial de pedra britada nº 2 de granito ou basalto com no mínimo de 7 cm (sete centímetros) de espessura, contemplando as exigências da Lei 10098/2000 - Acessibilidade Urbana.
- h) sinalização viária;
- i) demarcação dos lotes com marcos em madeira (5 x 5 x 50 cm) e as quadras em concreto (10 x 10 x 30cm );
- j) rede de energia elétrica para todos os lotes;
- k) rede de iluminação pública;
- l) rede de água potável, sob o passeio nos dois lados, distante 50cm do alinhamento do lote;
- m) espera de ligação de esgoto a rede pública;
- m.1) instalação bueiros inteligentes; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 409/2018)
- n) quaisquer outras obras necessárias a utilização plena do loteamento, ou que venham se constituir em ônus para o Município;

§ 1º - Deverá constar no modelo de Contrato de Compra e Venda apresentado como parte integrante dos documentos para aprovação que o adquirente não poderá edificar até que sejam executadas na integralidade todas estas obras, exceto a pavimentação.

§ 2º - Serão caucionados tantos lotes quanto forem necessários e suficientes para garantia das obras de responsabilidade do loteador. A avaliação de custos das obras e os valores dos lotes serão feitos pelo

Município.

**Art. 397 -** Em nenhum caso os arruamentos ou loteamentos deverão prejudicar o escoamento natural das águas nas respectivas bacias hidrográficas.

**Art. 398 -** Os cursos d'água não poderão ser aterrados ou tubulados sem aprovação de projeto pela Prefeitura.

**Art. 399 -** Os loteamentos não poderão receber denominação igual à utilizada para identificar outros setores da cidade.

**Art. 400 -** Deverão ser tomadas todas as providências possíveis pelo loteador durante a execução das obras de alteração do perfil natural do terreno para evitar a erosão.

**Art. 401 -** Quando no loteamento for usado um sistema de abastecimento hidráulico próprio, este deverá estar distante das fontes de contaminação (em especial a representada pelas fossas sépticas).

Parágrafo único. A capacidade mínima do sistema deve atender com folga aos lotes propostos e ser aprovada pela CASAN.

### Capítulo III

#### DAS ÁREAS PARCELÁVEIS E NÃO PARCELÁVEIS

**Art. 402 -** Os parcelamentos deverão ser elaborados de modo a se obter conjuntos urbanos com a melhor disposição para os logradouros públicos e para os lotes, em função de sua localização, destino e uso, harmonizando-se com a topografia e conforme exigência desta Lei Complementar.

§ 1º - Fica sempre a critério da Prefeitura, qualquer que seja o caso de abertura de logradouros por iniciativa particular, independente de sua zona de localização ou categoria, a aceitação ou recusa integral de anteprojeto ou de qualquer de seus detalhes, mediante apresentação de laudo técnico expedido por profissional habilitado vinculado ao departamento competente no tocante à infra-estrutura urbana, mencionado no artigo 396, excluída a alínea "i".

§ 2º - A Prefeitura poderá limitar a aprovação de parcelamento da terra, para evitar excessivo número de lotes e o conseqüente aumento do investimento sub-utilizado em obras de infra-estrutura e custeio de serviços, bem como o surgimento de situações que caracterizam degradação ambiental, mediante parecer dos Conselhos do Plano Diretor e do Meio Ambiente, no que couber.

§ 3º Onde houver inclinações superiores a 55º (cinquenta e cinco graus = 143% cento e quarenta e três por cento) será considerada área de preservação, não podendo sofrer qualquer ação modificadora da forma natural.

§ 4º - No perímetro rural o parcelamento de solo será através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme Lei 6.766.

**Art. 403 -** Somente será admitido o Parcelamento do Solo em zonas urbanas definidas pela Lei do Perímetro Urbano estabelecido na Lei Complementar de Uso do Solo.

**Art. 404 -** Não será permitido o Parcelamento do Solo:

I - Em imóvel com averbação de ônus, salvo consentimento do credor.

II - Imóveis com averbação ou que conste em projeto de edificação área de estacionamento, salvo a área desmembrada constituir-se em lote com dimensões mínimas para o zoneamento em que se encontra e a área remanescente atender as exigências do Código de Edificações para vagas de estacionamento.

III - Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo a saúde pública, sem que previamente saneados.

IV - Em subzona de preservação (P1) nas faixas "non aedificandi" ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

V - Em terrenos situados em fundos de vale, essenciais para escoamento das águas e abastecimento público, a critério do órgão estadual competente e anuência da Prefeitura.

VI - Nos mananciais de captação de água.

VII - Em terrenos onde for necessária a preservação para o sistema de controle da erosão do solo.

Parágrafo único. A alteração de titularidade não altera as obrigações com as legislações urbanísticas e de preservação ambiental.

**Art. 405 -** A construção de mais de uma edificação autônoma, dentro de um mesmo lote, não constitui desmembramento e este só será admitido como tal se daí resultarem lotes edificáveis de acordo com esta Lei Complementar.

#### Capítulo IV

#### DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS DOS LOTEAMENTOS

**Art. 406 -** O proprietário da área cederá ao município, sem ônus para este, uma percentagem de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da gleba a lotear, excluída a área remanescente, destinada ao domínio público para fins de: equipamentos comunitários, urbanos, vias de circulação e área verde.

§ 1º - Poderá haver redução da percentagem quando se tratar de loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores do que 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida até 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2º - A área a ser reservada será determinada pela Prefeitura por ocasião da Consulta de Viabilidade.

§ 3º - Da área destinada ao município nos processos de loteamento, no mínimo 10% (dez por cento) será destinado para área verde e 10% (dez por cento) para área de lazer e equipamentos.

§ 4º - A área correspondente à faixa "non aedificandi" poderá ser cedida ao município no ato de aprovação do loteamento, desde que provido de acesso, podendo ser considerada em até 10% (dez por cento) no cômputo da percentagem mínima dos 35% (trinta e cinco por cento) exigida por esta Lei Complementar.

§ 5º - A área de Preservação Permanente não será considerada no computo da área total a ser loteada.

Não será exigido desta área o percentual de 35% (trinta e cinco por cento) para fins públicos.

**Art. 407 -** As áreas verdes poderão ser autorizadas à permuta pelo Poder Executivo Municipal com anuência do Órgão Estadual de Meio Ambiente, desde que sejam onerados e que:

I - implique em aumento destas áreas;

II - a ampliação se verifique no próprio bairro ou num bairro limítrofe.

**Art. 408 -** Quando se tratar de parcelamento popular poderá haver redução nas exigências das Normas Técnicas desta Lei Complementar sendo que:

I - o lote mínimo poderá ter a área reduzida para até 240,00 m<sup>2</sup> (duzentos e quarenta metros quadrados) com testada mínima de 10m;

II - o município poderá permutar a implantação da infra-estrutura, por lotes equivalentes em valor, ao custo da infra-estrutura oferecida pela Prefeitura, conforme avaliação da Secretaria de Planejamento, sendo que as obras de infra-estrutura só serão executadas após assinatura de termo de compromisso entre as partes;

III - a localização deste deverá obedecer ao mapa de zoneamento definida na Lei Complementar de Uso do Solo, bem como ser aprovada pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, mediante pareceres favoráveis da Divisão de Urbanismo, Meio Ambiente e de Trânsito;

§ 1º - Não será permitida a venda de mais de um lote por pessoa física.

§ 2º - A venda dos lotes populares só poderá ser efetuada para pessoas físicas comprovadamente carentes conforme triagem da Prefeitura.

§ 3º - O número máximo de lotes permitidos em um loteamento popular será de 200 (duzentos).

§ 4º - Além das normas já estabelecidas, a comercialização de lotes nos parcelamentos considerados populares, deverão atender ainda as normas instituídas por Decreto do Poder Executivo.

## Capítulo V

### DA APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE PARCELAMENTOS

**Art. 409 -** Visando aprovação os parcelamentos dividem-se em:

I - loteamento;

II - desmembramento e remembramento.

III - Condomínio.

**Art. 410 -** Não serão aprovados novos projetos de parcelamentos de requerente que possuir processo de parcelamento irregular.

SEÇÃO I  
DOS LOTEAMENTOS

**Art. 411 -** Os projetos de loteamentos, serão precedidos independentemente uma das outras, das seguintes etapas legais:

I - consulta de viabilidade;

II - anteprojeto;

III - projeto definitivo.

~~Parágrafo único. É facultado, ao interessado, sob sua inteira responsabilidade e sem qualquer ônus para a municipalidade, apresentar de uma só vez e de forma global, o projeto definitivo do loteamento, reservado à Prefeitura o direito de na análise considerar os prazos somados.~~

Parágrafo único. Para a primeira análise, deverá ser protocolado apenas o anteprojeto urbanístico, de acordo com art. 415 desta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

SUBSEÇÃO I  
DA CONSULTA DE VIABILIDADE

~~**Art. 412 -** A Consulta de Viabilidade será mediante apresentação de requerimento de consulta de viabilidade, acompanhada de certidão de matrícula atualizada do imóvel.~~

**Art. 412** A Consulta de Viabilidade compõe a primeira etapa do processo e se dará mediante apresentação de requerimento de consulta de viabilidade, acompanhada de certidão de matrícula atualizada do imóvel, obrigatoriamente identificado com as devidas medidas perimetrais e confrontações. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 1º - A Prefeitura indicará a legislação que deverá ser cumprida.

~~§ 2º - Para loteamentos é obrigatório Vistoria Técnica "in loco" da Diretoria de Urbanismo, do Meio Ambiente e de Trânsito para emitir parecer favorável a implantação do mesmo. No caso de solicitação de Licença Ambiental Prévia (LAP), enviar uma cópia da referida solicitação ao órgão ambiental competente para conhecimento dos fatos.~~

§ 2º Para loteamentos e condomínios é obrigatória Vistoria Técnica " in loco " do Departamento de Urbanismo, do Meio Ambiente e de Trânsito para emitir parecer favorável a implantação do mesmo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 413 -** A Consulta de Viabilidade será emitida num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis e o parecer terá validade de 6 (seis) meses.

Parágrafo único. O prazo poderá ser prorrogado por mais 6 (seis) meses a pedido da parte interessada, observando sempre a legislação vigente na data da prorrogação.

SUBSEÇÃO II  
DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO

**Art. 414 -** Os Projetos somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as normas usuais de desenho estabelecidas pela ABNT, obrigatoriamente na cor preta.

§ 1º - As folhas do Projeto deverão seguir as normas da ABNT quanto aos tamanhos escolhidos, sendo apresentadas em cópias dobradas, tomando-se por tamanho padrão um retângulo de 21,0cm x 29,7cm, (tamanho A4), com número ímpar de dobras tendo margem de 1cm (um centímetro) em toda periferia da folha exceto na margem lateral esquerda a qual será de 2,5cm (orelha) para fixação em pastas.

§ 2º - No canto inferior direito da(s) folha(s) do Projeto, será desenhado quadro-legenda com 17,5cm de largura e 27,7cm de altura (tamanho A4), reduzidas às margens, onde constarão:

I - selo ocupando o extremo inferior especificando:

- a) natureza e destino do parcelamento;
- b) referência da folha (planta, perfis, detalhes, etc.);
- c) tipo de Projeto (drenagem, geométrico, plani-altimétrico, etc.);
- d) indicação do nome e assinatura do requerente, do autor do Projeto e do responsável técnico pela execução da obra sendo estes últimos, com indicação dos números dos Registros no CREA e endereço;
- e) data;
- f) escala;
- g) nome do desenhista;
- h) no caso de vários desenhos de um Projeto que não caibam em uma única folha, será necessário numerá-las em ordem crescente;

II - espaço reservado para a colocação da área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente.

III - espaço reservado à Prefeitura e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações.

§ 3º - Sobre o selo não são permitidos desenhos.

SUBSEÇÃO III  
DO ANTEPROJETO DE LOTEAMENTO

**Art. 415 -** Cumpridas as etapas da subseção anterior e havendo viabilidade da implantação do loteamento, o interessado apresentará os seguintes elementos:

I - matrícula atualizada do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipoteca;

II - planta de situação do terreno;

III - planta do imóvel, assinada pelo proprietário ou seu representante legal e por profissional registrado no CREA, contendo, no mínimo:

- a) os dados de medição topográfica do terreno com curvas de nível de metro em metro, os equipamentos urbanos e comunitários da área a ser loteada, arruamento projetado, locação exata das áreas destinadas à recreação e usos institucionais e outras indicações de interesse;
- b) os arruamentos adjacentes a todo o perímetro, as construções existentes no terreno a ser loteado, bosques, monumentos naturais ou artificiais e outras informações de interesse;
- c) localização de cursos d'água, vegetação expressiva, área sujeita a inundações;
- d) divisas da propriedade perfeitamente definidas;
- e) subdivisão em quadras e lotes com as respectivas dimensões e numerações;
- f) o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;
- g) indicação do norte magnético;
- h) intenções em relação a terraplenagem de ruas e ou lotes;
- i) nível de enchente, onde couber.

§ 1º - Quando o loteamento não abranger toda a área do imóvel, deverá o proprietário apresentar planta que englobe a totalidade do terreno.

§ 2º - O levantamento altimétrico será estendido além dos limites do imóvel a ser loteado, até o talvegue ou divisor mais próximo, ou maiores exigências para perfeita fidedignidade à topografia e a interpretação do projeto. Todas as cotas deverão ser referenciadas a valores oficiais, ou obtidos por meio eletrônico. Vedadas cotas com valores arbitrários.

§ 3º - As plantas referidas neste artigo, bem como todas as demais plantas no processo de loteamento, na escala de 1:500 (um por quinhentos), exceto detalhes em escala conveniente, além da normatização da ABNT, em no mínimo 2 (duas) vias, obrigatoriamente na cor preta.

§ 4º - Deverá ser apresentada a Licença Ambiental Prévia (LAP) por órgão estadual competente.

§ 5º - Deverá ser apresentado o modelo do Contrato de Compra e Venda, onde contemple a proibição ao adquirente de edificar até que todas as obras de responsabilidade do loteador estejam executadas, no logradouro, exceto a pavimentação e aceitas pelo Município .

**Art. 416 -** Havendo aprovação do anteprojeto o órgão municipal competente indicará na própria planta:

I - as vias de circulação existentes, projetadas ou previstas que compõe o sistema viário básico da cidade, relacionadas com o loteamento pretendido, a serem respeitadas;

II - a fixação das zonas e subzonas de usos predominantes de acordo com a Lei Complementar de Uso do Solo;

III - localização aproximada dos terrenos destinados a equipamentos urbanos e comunitários, das áreas livres de uso público e das áreas verdes;

IV - as faixas sanitárias destinadas ao escoamento das águas pluviais;

V - as faixas "non aedificandi";

VI - relação dos equipamentos urbanos que serão projetados e executados pelo interessado.

~~§ 1º - O prazo máximo para estudos e despacho será de 30 (trinta) dias corridos, não computados o tempo despendido na prestação de esclarecimentos pela parte interessada.~~



§ 1º A aprovação do anteprojeto urbanístico compõe a segunda etapa do processo, sendo que nesta etapa não serão analisados os projetos complementares (projeto de drenagem, terraplanagem, pavimentação, sinalização viária e arborização) e o prazo máximo para estudos e despacho do parecer será de 55 dias úteis, com o prazo para cada procedimento prévio o que segue:

I - vistoria técnica pelos Departamentos de Urbanismo, Análise de Projetos e Trânsito: 10 dias úteis;

II - vistoria e parecer do departamento de Meio Ambiente: 10 dias úteis;

III - parecer técnico do Departamento de Análise de Projetos e Trânsito: 10 dias úteis;

IV - emissão da Licença Ambiental Prévia: 15 dias úteis;

V - parecer final da análise: 10 dias úteis. (Redação dada pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 2º - O despacho vigorará pelo prazo máximo de 1 (um) ano, após o qual deverá ser solicitada nova consulta de viabilidade.

§ 3º - A terraplenagem deverá contemplar uma sobre largura de pelo menos um metro na seção tipo da via, tanto em corte como aterro.

§ 4º - Para fins de análise do anteprojeto deverá ser realizada vistoria técnica pelo Departamento de Urbanismo, Meio Ambiente e Trânsito.

§ 5º O descumprimento dos prazos previstos § 1º deste artigo e no parágrafo único do art. 418 desta Lei Complementar poderá sujeitar o servidor às penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

§ 6º O processo administrativo ou procedimento cujo prazo previsto no § 1º deste artigo e no parágrafo único do art. 418 desta Lei Complementar não tenha sido cumprido, de competência dos engenheiros e arquitetos do município de Rio do Sul, não lhes gerará pontos para o compute da gratificação de produtividade da Lei Complementar nº 380, de 19 de dezembro de 2017, salvo se o Secretário Municipal de Infraestrutura autorizar o compute mediante prévia justificativa. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

#### SUBSEÇÃO IV

#### DO PROJETO DEFINITIVO DE LOTEAMENTO

**Art. 417 -** Aprovado o anteprojeto, o requerente, orientado pela planta devolvida, organizará o projeto definitivo composto de no mínimo 4 (quatro) vias, segundo normas da ABNT, complementando com as seguintes informações:

~~I - sistema viário local e respectiva hierarquia, que deverá ter a anuência da Divisão de Trânsito;~~

I - sistema viário local e respectiva hierarquia, que deverá ter a anuência da Divisão de Trânsito, exigindo-se dos loteamentos e ou condomínios com Pórtico no acesso principal, a largura mínima de 3,50 metros e a altura mínima 3,80 metros, de forma a não prejudicar o acesso de veículos de socorro em casos de urgência e emergência; (Redação dada pela Lei Complementar nº 399/2018)

II - subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas numerações e dimensões, determinadas por esta Lei Complementar, válida para a(s) zona(s) na qual está situado o imóvel;

III - afastamentos exigidos, devidamente cotados, de faixas non aedificandi, e outros elementos notáveis;

IV - dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais das vias e cotas do projeto;

V - curvas de nível, atuais e projetadas, com eqüidistância de 1,00 m (um metro);

VI - perfis longitudinais e transversais de todas as vias e praças;

VII - indicações de marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos ou curvas das vias projetadas e amarradas à referência de nível existente ou identificável;

VIII - indicação das servidões e restrições especiais que, eventualmente, gravam os lotes ou edificações;

IX - projeto completo da rede de distribuição de água sendo:

- a) se ligado à rede da CASAN, aprovado por esta;
- b) se com abastecimento próprio, para aprovação pela Prefeitura;

X - projeto de rede de energia elétrica, aprovado pela CELESC;

XI - projeto da rede coletora das águas pluviais;

XII - projeto de sistema de drenagem, se for o caso;

XIII - projeto de rede de esgoto sanitário ou de tratamento individual;

XIV - projeto de pavimentação, com os cálculos respectivos e classe dos materiais a serem empregados;

XV - memorial descritivo e justificativo do projeto;

~~XVI - a indicação das áreas que perfazem, no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área total loteada e que passarão ao domínio do município, e outras informações, em resumo sendo:~~

- ~~a) área total do parcelamento;~~
- ~~b) área total dos lotes;~~
- ~~c) área pública: c.1 - área destinada à circulação;~~
- ~~c.2 - áreas verdes;~~
- ~~c.3 - áreas destinadas a equipamentos comunitários;~~

XVI - a indicação das áreas que perfazem, no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área total loteada e que passarão ao domínio do município, e outras informações, em resumo sendo:

- a) área total do parcelamento;
- b) área total dos lotes;
- c) área pública:
  - c.1) área destinada à circulação;

c.2) áreas verdes;

c.3) áreas destinadas a equipamentos comunitários; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

XVII - indicação de muros de arrimos quando necessários;

XVIII - cronograma físico financeiro das obras do loteamento;

XIX - proposta para aprovação parcelada do loteamento;

XX - Projeto de sinalização viária.

XXI - outras informações se desejado ou solicitado.

§ 1º - Não existindo rede de esgoto, o projeto a que se refere o inciso XIII, contemplará solução para fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro, com a anuência do órgão competente da municipalidade e destino final dos efluentes.

§ 2º - Os taludes em corte no gabarito 2:3 (horizontal: vertical) e em aterros 3:2 (horizontal: vertical).

§ 3º - O memorial do inciso XV, deste artigo, conterá:

- a) a descrição sucinta do loteamento, com suas características e distinção;
- b) as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem nos lotes e suas construções, além das já constantes das normas de planejamento do município;
- c) a indicação dos espaços livres e das áreas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários que passarão ao domínio público, no ato do registro do loteamento;
- d) a indicação dos equipamentos urbanos e comunitários e dos serviços públicos ou de utilidade pública já existentes no loteamento e adjacências, bem como o modo de se estabelecer às conexões necessárias à sua utilização.

**Art. 418 -** A aprovação do projeto definitivo ficará ainda condicionada, quando for o caso, a satisfação de exigências ditas em legislação federal, estadual e municipal pertinentes.

Parágrafo único. A aprovação do projeto definitivo do loteamento compõe a terceira etapa do processo, sendo que nesta etapa serão analisados os projetos e toda a documentação relativa, incluindo os memoriais descritivos, cronogramas e termos de compromisso. O prazo máximo para emissão do parecer da análise nesta etapa será de 20 dias úteis, sendo o prazo para cada procedimento o que segue:

I - Projeto Urbanístico: 5 dias úteis;

II - Projetos de Drenagem, Terraplanagem e Pavimentação: 5 dias úteis;

III - Projeto de Sinalização Viária: 5 dias úteis;

IV - Projeto de Arborização, ou Paisagístico: 5 dias úteis. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 396/2018)

**Art. 419 -** Aprovado o projeto de loteamento o interessado assinará Termo de Compromisso em que se obrigará:

I - executar sem ônus para a Prefeitura, e no prazo por ela fixado, as ações previstas no cronograma relativas ao artigo 396;

II - facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução de obras e serviços;

III - não promover a venda de lotes antes de aprovar e registrar o loteamento no Registro de Imóveis.

IV - anexar modelo do contrato de compra e venda, além de outras cláusulas, contendo:

a) a condição de que só poderão receber construções depois de executadas as obras determinadas no artigo 396, pelo menos em toda a extensão do respectivo logradouro;

b) as restrições previstas nesta Lei Complementar, em especial as obrigações pela execução dos serviços a cargo do vendedor respondendo solidariamente os compromissários compradores ou adquirentes na proporção da área de seus lotes;

V - caucionamento de áreas ou outros bens suficientes, a critério da Prefeitura, para cobertura dos custos de implantação do loteamento.

§ 1º - Assinado o Termo de Compromisso, a Prefeitura concederá Alvará de Licença, para implantação do loteamento onde constarão todas as condições cujo prazo de execução não excederá a 2 (dois) anos, prorrogáveis a critério da Prefeitura.

§ 2º - Serão possíveis 2 (duas) prorrogações no máximo.

~~§ 3º - A prorrogação será requerida pelo interessado a Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e Conselho do Plano Diretor, mediante ampla justificativa do atraso ocorrido, que, caso seja indeferida, a Prefeitura aplicará a multa no valor de 10(dez)UFM por dia útil de atraso seguinte.~~

~~§ 3º - A prorrogação será requerida pelo interessado a Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e Conselho do Plano Diretor, mediante ampla justificativa do atraso ocorrido, que, caso seja indeferida, a Prefeitura aplicará a multa no valor de 10(dez)UFM por dia útil de atraso. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

§ 3º - A prorrogação será requerida pelo interessado a Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e Conselho do Plano Diretor, mediante ampla justificativa do atraso ocorrido, que, caso seja indeferida, a Prefeitura aplicará a multa no valor de 50(cinquenta) UFM por dia de atraso. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

**Art. 420 -** Os projetos de loteamentos poderão ser modificados desde que a proposta dos loteadores e adquirentes seja aprovada pela Prefeitura.

**Art. 421 -** Não caberá à Prefeitura qualquer responsabilidade pela diferença de medidas dos lotes ou quadras que o interessado venha a encontrar, em relação aos loteamentos aprovados.

**Art. 422 -** De posse do Alvará de Licença o proprietário fará sua matrícula no Cartório de Registro de Imóveis e no cadastro imobiliário do município, num prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º - O ato de matrícula de loteamento no Cartório de Registro de Imóveis importa na transferência ao patrimônio público das áreas previstas no projeto aprovado.

§ 2º - Somente após a matrícula dos novos lotes no Cartório de Registro de Imóveis, o Município poderá

conceder licença para edificar sobre os mesmos.

§ 3º - O loteador deverá comunicar por escrito aos órgãos competentes, o início das obras de infraestrutura para fins de fiscalização.

§ 4º - Na entrega do loteamento ao município, deverão ser apresentados documentos comprobatórios da boa eficiência dos serviços executados, expedidos pelos órgãos competentes.

#### SUBSEÇÃO V DAS MODIFICAÇÕES DOS PROJETOS APROVADOS

**Art. 423 -** Para modificações em Projeto, assim como para alteração do destino de qualquer compartimento constante do mesmo, será necessária a aprovação de Projeto modificativo.

Parágrafo único. O requerimento solicitando aprovação do Projeto modificativo deverá ser acompanhado de cópia do Projeto anteriormente aprovado e quando já expedido também do respectivo "Alvará de Parcelamento de Solo".

#### SEÇÃO II DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO

**Art. 424 -** Visando a aprovação de processo de desmembramento ou remembramento o interessado deverá solicitar consulta de viabilidade, que informará as exigências urbanísticas para o parcelamento em conformidade ao zoneamento da gleba.

Parágrafo único. A consulta de viabilidade se dará conforme esta Lei Complementar.

**Art. 425 -** Cumpridas as etapas do artigo anterior e havendo viabilidade do desmembramento ou remembramento o interessado fará o pedido de desmembramento ou remembramento mediante requerimento a Prefeitura, acompanhado da planta e da matrícula atualizada do imóvel a ser desmembrado ou remembrado na escala 1:500 (um por quinhentos), contendo as seguintes indicações:

I - situação do imóvel, com as vias existentes e loteamento próximo;

II - tipo de uso predominante no local;

III - áreas e testadas mínimas, determinadas por esta Lei Complementar, válida para a(s) zona (s) na qual está situado o imóvel;

IV - divisão ou agrupamento de lotes pretendido, com respectivas áreas;

V - dimensões lineares e angulares;

VI - perfis do terreno, ou curvas de nível de metro em metro;

VII - indicação das edificações existentes, informando área, tipo de construção e ocupação;

## VIII - memorial descritivo.

Parágrafo único. Todas as peças gráficas e demais documentos exigidos terão a(s) assinatura(s) do(s) proprietário(s) e responsável técnico registrado no CREA dentro das especificações da ABNT. Obrigatoriamente na cor preta; em três vias

**Art. 426 -** O prazo máximo para aprovação do projeto de desmembramento ou remembramento será de 30 (trinta) dias úteis, não computados o tempo despendido na prestação de esclarecimentos pela parte interessada.

Parágrafo único. O despacho vigorará pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, após o qual deverá ser reiniciado o processo.

**Art. 427 -** A aprovação dos projetos referentes a esta seção só serão permitidas quando:

I - os lotes desmembrados tiverem as dimensões mínimas exigidas e testadas voltadas para a via pública;

II - a parte restante do lote, ainda que edificado, compreender uma área mínima que possa se constituir em lote independente.

III - É vedada a utilização de deflexões intencionais de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da profundidade do lote paralelo a testada do mesmo;

**Art. 428 -** Quando o lote desmembrado não se constituir num lote mínimo fica obrigatória a sua vinculação a outro lote.

Parágrafo único. O Cartório de Registro de Imóveis só poderá registrar o desmembramento ou remembramento com unificação desejada mediante regularização da área restante, sendo que neste último caso deverá constar em matrícula a unificação pretendida.

**Art. 429 -** Depois de examinada e aceita a documentação, será concedida "Licença de Desmembramento e Remembramento" para matrícula no Cartório de Registro de Imóveis e no Cadastro Imobiliário do Município num prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

## SEÇÃO III

## PARCELAMENTO EM CONDOMÍNIO

**Art. 430 -** O parcelamento de solo em forma de condomínio equipara-se a loteamento para fins de enquadramento jurídico, e as mesmas formalidades para sua aprovação e recebimento, devendo cumprir com as regulamentações de lotes (dimensões mínimas, áreas, declividade,...) para o zoneamento em que se situam; portanto sujeitos a aprovação das obras obrigatórias pelo empreendedor na forma do artigo 396 desta Lei, acrescido de:

a) obrigatoriamente a pavimentação de acessos e calçadas

~~b) acessos internos serão constituídos por bolsão conforme artigo 448 e especificações abaixo:~~

~~b1) para até 5 (cinco) unidades autônomas: largura mínima de 6m (seis), tendo obrigatoriamente passeio de um lado com 1m (um) de largura;~~

~~b2) de 6 (seis) unidades autônomas: largura mínima de 8m (oito), sendo que os passeios deverão ter largura mínima de 1m (um) para cada lado e pista com 6m (seis);~~

~~b3) acima de 10 (dez) unidades autônomas: largura mínima de 1,50m para cada lado e pista com 7m (sete);~~

b) acessos internos serão constituídos por bolsão conforme artigo 448 e especificações abaixo: (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

b.1) para até 5 (cinco) unidades autônomas: largura mínima de 6m (seis metros), tendo obrigatoriamente passeio de um lado com 1m (um metro) de largura; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

b.2) de 6 (seis) unidades autônomas: largura mínima de 8m (oito metros), sendo que os passeios deverão ter largura mínima de 1m (um metro) para cada lado e pista com 6m (seis metros); (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

b.3) acima de 10 (dez) unidades autônomas: largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para cada lado e pista com 7m (sete metros); (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

c) portão de fechamento de acesso;

d) caixa para correio;

e) interfone;

f) lixeira na entrada;

g) para mais de dez unidades autônomas deverá ser demarcada área verde correspondente a 10% do total da gleba parcelada ;

i) muro no perímetro externo do condomínio com altura mínima de 1,80m e máxima de 3,0m.

~~h) cópia do Termo de Convenção, onde conste que não será permitido edificar até plena conclusão das obras obrigatórias.~~

h) cópia do Termo de compromisso registrado em cartório, onde conste que não será permitido edificar até plena conclusão das obras obrigatórias. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)

j) Memorial descritivo;

§ 1º - O condomínio é isento da obrigação de ceder 35% da área ao município para fins públicos.

§ 2º - A aprovação dos projetos de construção e emissão do respectivo alvará, e a liberação da obra executada através do habite-se, será regulada pelo Código de Edificações do Município.

**Art. 431 -** Cada condômino tem o direito de usar e fruir, com exclusividade de sua unidade autônoma, segundo suas conveniências e interesses, condicionados, umas e outros, às normas de boa vizinhança, e poderá usar as partes e coisas comuns de maneira a não causar dano ou incômodo aos demais condôminos ou moradores, nem obstáculo ou embaraço ao bom uso das mesmas partes por todos.

**Art. 432 -** As incorporações imobiliárias, no Município de Rio do Sul, reger-se-ão pela lei 4.591 e suas alterações, e demais legislação pertinente.

## Capítulo VI

### DA APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO

**Art. 433 -** A Prefeitura por seu setor competente, fiscalizará a execução do loteamento para verificar o cumprimento do projeto e do cronograma físico, notificando o loteador quanto a existência de irregularidades na execução do projeto ou no atraso do cumprimento do cronograma.

Parágrafo único. O loteador deverá manter um profissional habilitado da forma da Lei, para fiscalização própria dos serviços executados.

**Art. 434 -** Concluído o loteamento, a requerimento do loteador, a Prefeitura procederá a vistoria, manifestando-se:

I - pela aprovação através de laudo próprio, expedido com deferimento simultâneo pela Divisão de Urbanismo, Meio Ambiente e de Transito;

II - pela realização de ações apontadas na vistoria.

Parágrafo único. No recebimento do loteamento a Prefeitura liberará a caução procedida.

**Art. 435 -** Prevista a liberação parcelada do loteamento a Prefeitura procederá na forma do artigo anterior, liberando a caução correspondente.

Parágrafo único. A parcela liberada deverá estar com todas as obras concluídas.

**Art. 436 -** O loteador não poderá efetuar vendas por qualquer instrumento antes de registrar no Cartório de Registro de Imóveis o parcelamento aprovado pelo Município.

**Art. 437 -** Esgotados os prazos previstos, caso não tenham sido realizadas as obras e os serviços exigidos para o loteamento, a Prefeitura executa-los-á e promoverá a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio os lotes caucionados que se constituirão em bem público do município.

Parágrafo único. Não sendo bastante, requererá em juízo, depósito a seu favor de prestações devidas por adquirentes.

**Art. 438 -** Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como a aprovação da Prefeitura, e deverão ser matriculados no Cartório de Registro de Imóveis em complemento ao projeto original.

Parágrafo único. Quando houver mudança substancial do projeto do loteamento, o projeto será examinado no todo ou na parte alterada observando as disposições desta Lei Complementar e aquelas constantes do decreto de aprovação expedindo-se então o novo alvará.

**Art. 439 -** A aprovação do parcelamento não implica em nenhuma responsabilidade por parte do Poder Público quanto a eventuais divergências referentes às dimensões de quadras e lotes, quanto a direito de terceiros em relação a áreas arruadas ou loteadas nem para quaisquer indenizações decorrentes de despesas para acertar o traçado de ruas que não obedeçam os arruamentos limítrofes mais antigos ou as disposições das Leis do Plano Diretor.

## Capítulo VII DAS NORMAS TÉCNICAS

### SEÇÃO I DAS NORMAS GERAIS

**Art. 440 -** Mediante Lei própria, a Prefeitura fará a nomenclatura oficial dos logradouros públicos e afixará as placas indicativas em lugar conveniente.

§ 1º - Sob nenhum pretexto será dado, a qualquer logradouro público nomes de pessoas vivas ou de organizações ou associações, observando-se ainda os preceitos da Lei Municipal nº 1776 de 29/06/83,



alterada pela Lei Municipal nº 3461 de 20/12/99, alterada pela Lei Municipal nº 3513 de 21/06/00 e pela Lei Municipal nº 3673 de 24/10/01.

§ 2º - Não será permitido denominação assemelhada de arruamentos ou loteamentos, bem como de qualquer outro setor da cidade.

§ 3º - Faculta-se ao loteador encaminhar a Câmara de Vereadores sugestão para denominação destas novas ruas.

**Art. 441 -** Os bens de domínio público, somente perderão esta qualidade, mediante Lei que lhe indique a nova destinação, ressalvada a hipótese de permuta.

**Art. 442 -** Os lotes para fins industriais e outros capazes de poluir as águas ou a atmosfera deverão obedecer as normas de controle de poluição ditadas pelos órgãos Estadual e/ou Federal competentes.

~~**Art. 443 -** Deverão apresentar projetos com ART os serviços de terraplenagem que importarem em:~~  
~~I - volume de corte/aterro superior a 500,00 m³ (quinhentos metros cúbicos);~~  
~~II - altura de corte/aterro junto a divisas dos lotes superior a 3,00 m (três metros) de altura.~~  
~~Parágrafo único. constituirá crime contra a ordem pública o descumprimento a este artigo, sujeito a sanções previstas nos Códigos Civil e Penal, bem como a multa diária no valor de 50 (cinquenta UFM) a 1.000 (mil UFM), a ser arbitrada por fiscal de Obras, porquanto persistir a irregularidade.~~

**Art. 443** Deverão apresentar projetos com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, os serviços de terraplenagem dos parcelamentos de solo, mediante loteamento ou condomínio fechado, conforme art. 226 do Título II - Das Normas Relativas às Edificações. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 1º A área resultante de corte (talude) deverá receber cobertura vegetal, mediante parecer e indicação técnica, devendo ser executada no prazo máximo de 30 dias. (Redação dada pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 2º Após a execução da cobertura vegetal, o empreendedor deverá apresentar relatório de monitoramento da mesma a cada 90 dias, comprovando a efetiva cobertura da área. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

§ 3º Em caso de insucesso deverá ser providenciado o replantio. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 307/2015)

## SEÇÃO II DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO

**Art. 444 -** A abertura de qualquer via ou logradouro público deverá obedecer às normas desta Lei Complementar, e dependerá de aprovação prévia da Prefeitura.

**Art. 445 -** Em casos específicos, o acesso particular com dimensão mínima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) de largura para uso residencial unifamiliar e 8,00m (oito metros) para uso industrial, atendendo apenas a um lote e sua área não será computada no tamanho mínimo do lote previsto para a zona em que se situa, devendo ser especificado em projeto e em memorial descritivo, informando o uso ao qual se destina.

Parágrafo único. No acesso particular:

I - o sistema viário não servirá para futuros desmembramentos e/ou loteamentos;

II - a infra-estrutura será de responsabilidade do proprietário do lote a que serve;

III - os lotes para uso industrial deverão prever pelo menos uma calçada em nível elevado +14cm (mais quatorze centímetros) em pelo menos um lado com largura mínima de 1,00m (um metro)

~~IV - para lotes onde terão edificações multifamiliares, deverão atender ao Código de Edificações e demais exigências legais.~~

~~IV - para lotes onde terão edificações unifamiliares, deverão atender ao TÍTULO II Desta Lei e demais exigências legais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

IV - para lotes onde terão edificações unifamiliares, deverão atender ao Código de Edificações e demais exigências legais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)

V - o lote atendido deverá ter área 20% (vinte por cento) superior a exigida para a zona em que se situe, não computando área de acesso.

VI - o acesso particular será permitido somente uma vez para cada imóvel, sujeito a averiguação do histórico dos registros pelo órgão competente.

**Art. 446 -** Na área urbana as seções transversais, longitudinais e dimensionamento das ruas serão definidas conforme hierarquização viária, definida pela Lei Complementar do Uso do Solo.

§ 1º - A Prefeitura definirá no projeto de loteamento uma hierarquização viária própria, propondo ruas de diferentes dimensionamentos, podendo ser:

I - arterial	igual ou maior a: 30,00 m (trinta metros);
II - principal	igual ou maior a: 20,00 m (vinte metros);
III - secundária	igual ou maior a: 12,00 m (doze metros);
IV - local	igual ou maior a: 10,00 m (dez metros), em caráter excepcional, em extensão inferior a 100m (cem metros).

§ 2º - Para loteamentos industriais o dimensionamento das vias deverá ser maior ou igual a 12,00 m (doze metros).

**Art. 447 -** As vias de circulação só poderão terminar nas divisas da gleba a lotear, quando seu prolongamento estiver previsto na estrutura viária da Lei Complementar de Uso do Solo ou proposta da municipalidade.

**Art. 448 -** Quando não houver previsão de continuidade da estrutura viária pela Lei Complementar de Uso do Solo esta deverá terminar com balão de retorno segundo anexo 02 que integra esta Lei Complementar.

§ 1º - No balão de retorno dever-se-á obedecer a continuidade dos passeios ao longo da via.

§ 2º - No balão de retorno permite-se acesso a lotes ou prolongamentos de vias limitado a 4 (quatro) lotes, com testada mínima de acordo com o zoneamento.

§ 3º - As vias que terminarem com um balão de retorno não poderão exceder, em comprimento a 200,00 m (duzentos metros).

**Art. 449 -** Para as ruas ou trechos de ruas em que se tenha a vencer diferença de nível apreciável e não permitido em rampa, serão determinadas pelo órgão competente as condições que devem ser adotadas em cada caso.

**Art. 450 -** Quando a rua sofrer serviços de terraplenagem a diferença entre o nível da rua e o nível do lote em qualquer ponto de sua testada não poderá ser superior a 2,0 m (dois metros). Deverá ser executado na terraplenagem uma sobre largura de 1,00m(um metro) tanto para corte como aterro.

**Art. 451 -** As vias projetadas e previstas, estão definidas na Lei Complementar do Uso do Solo, e deverão ser observadas quando da aprovação de um projeto de parcelamento.

**Art. 452 -** Quando a Prefeitura abrir ruas projetadas ou previstas na Lei Complementar do Uso do Solo, a relação com o proprietário para efeitos de parcelamento, junto ao trecho aberto será:

I - se a área destinada a rua for indenizada pelo município o(s) proprietário(s) quando for parcelar cederá ao município área mínima de 35% (trinta e cinco por cento) previstos no artigo 406, em áreas livres mesmo tratando-se de desmembramento.

II - se a área destinada a rua for doada esta será passível de dedução da área mínima de 35% (trinta e cinco por cento) previstos no artigo 406.

**Art. 453 -** Os loteamentos com testada para as rodovias BR-470 e SC-302 deverão ter licença e acessos previamente concedidos e aprovados pelo DNIT ou DEINFRA, sob pena de serem indeferidos.

Parágrafo único. Os acessos de que trata este artigo deverão ser sinalizados, e terem tratamento paisagístico adequado conforme normas estabelecidas pelo DNIT ou DEINFRA.

**Art. 454 -** A declividade máxima permitida nas vias de circulação será de 20% (vinte por cento), podendo atingir até 25% (vinte e cinco por cento) em trechos localizados, com extensão não superior à 100,00 m (cem metros), e a declividade mínima não poderá ser inferior à 0,5% (meio por cento).

**Art. 455 -** A largura de uma via que constituir prolongamento de outra já existente ou constante de plano já aprovado pela Prefeitura, não poderá ser inferior à largura desta, ainda que pela sua função e características possa ser considerada de categoria inferior.

**Art. 456 -** A divisão das vias de circulação em pistas de rolamento e calçadas deverá obedecer ao dimensionamento proposto na Lei Complementar de Uso do Solo ou definidos pela Secretaria de Planejamento.

**Art. 457 -** Nas vias de circulação cujo leito não esteja ao mesmo nível dos terrenos marginais, serão os taludes, em corte 2 horizontal e 3 vertical e em aterro 3 horizontal e 2 vertical.

**Art. 458 -** A identificação das vias e logradouros públicos, antes de sua denominação oficial, só poderá ser feita por meio de letras.

**Art. 459 -** As vias do loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes, projetadas ou previstas e harmonizar-se com a topografia local.

**Art. 460 -** Todo projeto de loteamento deverá incorporar no seu traçado viário os trechos que a Prefeitura indicar, para assegurar a continuidade do sistema viário geral da cidade.

**Art. 461 -** As vias destinadas a pedestres deverão possuir largura mínima de 4,00 m (quatro metros) e rampa máxima de 10% (dez por cento), devendo a partir desta inclinação serem utilizadas escadas.

### SEÇÃO III DAS QUADRAS

**Art. 462 -** Na área urbana, as quadras normais não poderão ter comprimento ou largura superior a 200,00 m (duzentos metros) ou inferior a 40,00m (quarenta metros), salvo quando para incorporar no traçado do Sistema Viário existente desde que não ultrapasse o dobro desta exigência e determinado pela Secretaria de Planejamento.

**Art. 463 -** Na elaboração do projeto das vias públicas deverão ser observadas:

- a) ângulo de intersecção igual ou superior a 60º (sessenta graus);
- b) as curvas reversas evitadas no possível e se existentes, deverão ser ligadas por tangente de comprimento mínimo de 30,00m (trinta metros).

**Art. 464 -** A concordância dos alinhamentos de dois logradouros projetados entre si ou existentes será feita por curva de raio ou tangente mínima de 3,00m (três metros) para o sistema viário local e 6,0m(seis metros) de intersecção em rodovias.

Parágrafo único. Nos cruzamentos das vias os alinhamentos deverão corresponder a largura mínima das calçadas, conforme o ângulo de intersecção das mesmas.

### SEÇÃO IV DA ARBORIZAÇÃO

**Art. 465 -** Na execução de loteamento é obrigatório o plantio de mudas de árvores, em número mínimo correspondente a uma muda para cada 160,00m<sup>2</sup> (cento e sessenta metros quadrados) ou fração da área total destinada ao loteamento.

§ 1º - As mudas de árvore a que refere este artigo devem ter pelo menos 1,00m (um metro) de altura, dando-se preferência a espécies florestais nativas.

§ 2º - O plantio obedecerá às normas e indicações do Departamento de Meio Ambiente, sendo obrigatória a colocação de tutor, amarriños e protetores padronizados.

§ 3º - Projeto de arborização discriminará o número de mudas de árvores a serem plantadas nas calçadas com largura mínima de 2,00m (dois), nos jardins e em outras áreas adequadas.

SEÇÃO V  
DOS LOTES

**Art. 466 -** A área e testada mínima dos lotes será calculada em função da aclividade ou declividade máxima predominante no lote, independente das rampas dos logradouros.

Parágrafo único. Para casos de desmembramentos, as medidas da testada e profundidades mínimas poderão ser invertidas desde que mantida a área mínima e conforme parecer favorável do órgão municipal de planejamento.

**Art. 467 -** O tamanho mínimo dos lotes deverão obedecer à tabela 01, exceto na Expansão Urbana (tabela 02),

TABELA 01			
Aclividade	Testada	Profundidade	Área
Declividade	Mínima	Mínima	Mínima
Até 20%	12,00 m	20,00 m	300,00 m <sup>2</sup>
21% a 29%	15,00 m	20,00 m	450,00 m <sup>2</sup>
30% a 45%	25,00 m	30,00 m	900,00 m <sup>2</sup>

**Art. 467 -** O tamanho mínimo dos lotes deverão obedecer a Tabela 01, exceto nas sub zonas Expansão Urbana, Industrial e Preservação Controlada (P2). (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

TABELA 01			
Aclividade	Testada	Profundidade	Área
Declividade	Mínima	Mínima	Mínima
Até 20%	12,00 m	20,00 m	300,00 m <sup>2</sup>
21% a 29%	15,00 m	20,00 m	450,00 m <sup>2</sup>
30% a 45%	25,00 m	30,00 m	900,00 m <sup>2</sup>

(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

**Art. 467 -** O tamanho mínimo dos lotes deverão obedecer à tabela 01, exceto na Urbanização Controlada (tabela 02).

TABELA 01

Aclividade	Testada	Profundidade	Área
Declividade	Mínima	Mínima	Mínima
Até 20%	12,00 m	20,00 m	300,00 m <sup>2</sup>
21% a 29%	15,00 m	20,00 m	450,00 m <sup>2</sup>
30% a 45%	25,00 m	30,00 m	900,00 m <sup>2</sup>

(Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)

\* O parcelamento em imóveis com declividade entre 30% e 45% somente será permitido em vias regularizadas (definidas por lei ou projetadas em loteamento aprovados) e existentes até dez/13.

**Art. 467** O lote mínimo para subzonas ZR1, ZR1E, ZR2, ZR3, ZCD1 e ZCD2, deverá obedecer à tabela 01. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

TABELA 01

ACLIVIDADE DECLIVIDADE	TESTADA MÍNIMA	PROFUNDIDADE MÍNIMA	ÁREA MÍNIMA
Até 25,00%	12,00 m	20,00 m	300,00 m <sup>2</sup>
25,01% a 30,00%	14,00 m	25,00 m	450,00 m <sup>2</sup>
30,01% a 45,00%*	25,00 m	30,00 m	900,00 m <sup>2</sup>

(Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

\* O parcelamento em imóveis com declividade entre 30% e 45% somente será permitido em vias regularizadas (definidas por lei ou projetadas em loteamento aprovados) e existentes até dez/13. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

~~Art. 468 - O lote mínimo para subzona Ind e Expansão Urbana, deverá obedecer a tabela 02.~~

TABELA 02			
Aclividade	Testada	Profundidade	Área
Declividade	Mínima	Mínima	Mínima
Até 20%	30,00 m	50,00 m	1.500,00 m <sup>2</sup>
21% a 29%	45,00 m	60,00 m	3.000,00 m <sup>2</sup>
30% a 45%	60,00 m	80,00 m	5.000,00 m <sup>2</sup>

TABELA 02			
Aclividade	Testada	Profundidade	Área
Declividade	Mínima	Mínima	Mínima
Até 20%	30,00 m	50,00 m	1.500,00 m <sup>2</sup>
21% a 29%	45,00 m	60,00 m	3.000,00 m <sup>2</sup>
30% a 45%	60,00 m	80,00 m	5.000,00 m <sup>2</sup>

(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

~~Art. 468 - O lote mínimo para subzona Ind e Urbanização Controlada deverá obedecer a tabela 02.~~

TABELA 02

Aclividade	Testada	Profundidade	Área
Declividade	Mínima	Mínima	Mínima
Até 20%	30,00 m	50,00 m	1.500,00 m <sup>2</sup>
21% a 29%	45,00 m	60,00 m	3.000,00 m <sup>2</sup>
30% a 45%	60,00 m	80,00 m	5.000,00 m <sup>2</sup>

(Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)

~~Art. 468~~ O lote mínimo para subzona ZCD3, ZI e ZRP, deverá obedecer a tabela 02. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

TABELA 02

ACLIVIDADE DECLIVIDADE	TESTADA MÍNIMA	PROFUNDIDADE MÍNIMA	ÁREA MÍNIMA
Até 25,00%	30,00 m	50,00 m	1.500,00 m <sup>2</sup>
25,01% a 30,00%	45,00 m	60,00 m	3.000,00 m <sup>2</sup>
30,01% a 45,00%*	60,00 m	80,00 m	5.000,00 m <sup>2</sup>

(Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

\* O parcelamento em imóveis com declividade entre 30% a 45% somente será permitido em vias regularizadas (definidas por lei ou projetadas em loteamentos aprovados) e existentes até dez/13. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Parágrafo Único - os imóveis com testada para as ruas descritas nos incisos deste parágrafo poderão ter seu lote mínimo reduzido para 500,00 m<sup>2</sup>, respeitando a testada mínima de 17,00 metros para lotes com declividade até 20%, 23,00 metros para lotes com declividade de 21% a 29% e 30,00 metros para lotes com declividade entre 30% e 45%. O parcelamento será permitido desde que seja reservada área de acesso à Área Remanescente, respeitando a largura mínima prevista do art. 444 ao art. 461: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)

I - Júlio Schlupp (Bela Aliança); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)

II - Alfredo Swaroswsky (Bela Aliança); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)

III - Prefeito Luiz Adelar Soldatelli (Valada São Paulo); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)

IV - Expedicionário Aleandro Stédille (Valada Itoupava); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)

V - Rua dos Vereadores (Valada Itoupava); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)

VI - Rua João Ledra (Taboão); e (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)

VII - Estrada Valada Albertina. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)

VIII - Rua Gustav Hasse (Bairro Bela Aliança). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 187/2008)

**Art. 469 --** O lote mínimo nas sub zonas P2, deverá obedecer a tabela 03.

TABELA 03			
Aclividade	Testada	Profundidade	Área
Declividade	Mínima	Mínima	Mínima
Até 20%	15,00 m	20,00 m	450,00 m <sup>2</sup>
21% a 29%	20,00 m	25,00 m	600,00 m <sup>2</sup>
30% a 45%	25,00 m	30,00 m	900,00 m <sup>2</sup>

TABELA 02			
Aclividade	Testada	Profundidade	Área
Declividade	Mínima	Mínima	Mínima
Até 20%	30,00 m	50,00 m	3.000,00 m <sup>2</sup>
21% a 29%	45,00 m	60,00 m	5.000,00 m <sup>2</sup>
30% a 45%	60,00 m	80,00 m	7.500,00 m <sup>2</sup>

(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

**Art. 469** O lote mínimo para subzona ZCD4, deverá obedecer a tabela 03. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

TABELA 03

ACLIVIDADE DECLIVIDADE	TESTADA MÍNIMA	PROFUNDIDADE MÍNIMA	ÁREA MÍNIMA
Até 25,00%	14,00 m	20,00 m	450,00 m <sup>2</sup>
25,01% a 30,00%	20,00 m	30,00 m	650,00 m <sup>2</sup>
30,01% a 45,00%*	25,00 m	50,00 m	1.500,00 m <sup>2</sup>

(Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

\* O parcelamento em imóveis com declividade entre 30% a 45% somente será permitido em vias regularizadas (definidas por lei ou projetadas em loteamentos aprovados) e existentes até dez/13. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**Art. 469-A** O lote mínimo na subzona ZPA, deverá obedecer a tabela 04. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 300/2015)

TABELA 04

ACLIVIDADE DECLIVIDADE	TESTADA MÍNIMA	PROFUNDIDADE MÍNIMA	ÁREA MÍNIMA
Até 25,00%	30,00 m	50,00 m	3.000,00 m <sup>2</sup>
25,01% a 30,00%	45,00 m	60,00 m	5.000,00 m <sup>2</sup>
30,01% a 45,00%*	60,00 m	80,00 m	7.500,00 m <sup>2</sup>

(Redação acrescida pela Lei Complementar nº 300/2015)

\* O parcelamento em imóveis com declividade entre 30% a 45% somente será permitido em vias regularizadas (definidas por lei ou projetadas em loteamentos aprovados) e existentes até dez/13. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 300/2015)

**Art. 470** O lote mínimo nas sub-zonas P2, deverá obedecer a tabela 04.

TABELA 04			
Aclividade	Testada	Profundidade	Área
Declividade	Mínima	Mínima	Mínima
Até 20%	30,00 m	50,00 m	3.000,00 m <sup>2</sup>
21% a 29%	45,00 m	60,00 m	5.000,00 m <sup>2</sup>
30% a 45%	60,00 m	80,00 m	7.500,00 m <sup>2</sup>



(Revogado pela Lei Complementar nº 172/2007)

**Art. 471 -** Não serão computados na área mínima do lote as faixas "non aedificandi" e de preservação permanente, definidas nesta Lei Complementar e nos lotes de esquina, a fração cedida para o raio de concordância .

**Art. 472 -** Os lotes de esquina terão uma de suas testadas acrescidas em 30% (trinta por cento) e suas áreas mínimas acrescidas em 20% (vinte por cento) em relação ao mínimo exigido para a zona em que se localiza.

~~**Art. 473 -** Os lotes de forma irregular terão sua profundidade mínima de acordo com as tabelas e dimensionadas em relação ao eixo perpendicular da metade de sua testada.~~

**Art. 473 -** Os lotes de forma irregular terão sua profundidade mínima de acordo com as tabelas e dimensionadas em relação ao eixo perpendicular da metade de sua testada; salvo quando for possível a implantação inscrita de um lote, de acordo com as tabelas e dimensões em relação ao zoneamento local. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)

**Art. 474 -** A topografia natural dos lotes deverá ser mantida sempre que possível, sendo que, os serviços de escora de taludes em corte deverão ter gabarito de 2 horizontal e 3 vertical e em aterro de 3 horizontal e 2 vertical, os muros não poderão sob hipótese alguma atingir altura superior a 4,00 m (quatro metros) em relação aos terrenos limítrofes.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade do descaracterizador das condições naturais dos lotes, os danos causados aos vizinhos decorrentes de sua interferência.

**Art. 475 -** Para locação de equipamentos urbanos e serviços públicos será permitido o Parcelamento do Solo com áreas inferiores às fixadas por esta Lei Complementar, desde que com aprovação de uso pela Prefeitura.

**Art. 476 -** Nenhum lote terá como testadas principais vias de circulação exclusiva para pedestres, exceto o Calçadão Osni José Gonçalves.

§ 1º - Será permitido o Parcelamento do Solo de imóveis com testada para as vias de pedestres, desde que para fins de unificação e remembramento, atendendo às exigências mínimas do zoneamento ao qual se localiza.

§ 2º - Este artigo não se aplica a ruas existentes por ocasião da aprovação da presente Lei Complementar, que venham a ser transformadas pelo Poder Público em vias exclusivas para pedestres (calçadas).

**Art. 477 -** Os lotes serão identificados por meio de números.

## SEÇÃO VI DAS FAIXAS "NON AEDIFICANDI"

**Art. 478 -** Para efeito desta Lei Complementar consideram-se como faixas "non aedificandi" o que segue:

~~I - faixa paralela a Faixa de Domínio da SC 302 com 15,00 m (quinze metros) de largura para cada lado.~~

(Revogado pela Lei Complementar nº 172/2007)

II - faixa paralela a Faixa de Domínio da BR 470 com 15,00 m (quinze metros) de largura, para cada lado.

III - sob as linhas de alta tensão, conforme declaração da CELESC:

IV - As medidas das faixas para rios e ribeirões, deverão obedecer às determinações conforme ANEXO 01.

V - Nos fundos dos vales e talvegues será obrigatória à reserva de faixas sanitárias para escoamento de águas pluviais e de rede de esgotos. Estas faixas serão proporcionais a bacia hidrográfica contribuinte, conforme a tabela abaixo:

Área da Bacia Hidrográfica permanente (hectares)	Faixa de preservação a partir de cada margem (metros)
Até 10	5
10 a 20	7
20 a 40	10
40 a 80	15
80 a mais	15

Área da Bacia Hidrográfica (Hectares)	Faixa de Preservação Permanente a partir de cada margem ( metros)
Até 10	5
10 a 20	7
20 a 40	10
40 a 80	15

(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

VI - Nos arruamentos dos terrenos marginais a cursos d'água, será exigido em cada margem uma faixa "non aedificandi" definida nesta Lei Complementar, exceto os de interesse do município.

~~VII - Para efeito desta Lei Complementar consideram-se como faixas "non aedificandi" o que segue:~~

- ~~a) toda área abaixo da cota emergencial, sendo definida em 334,08m acima do nível do mar;~~
- ~~b) faixa paralela a estrada Blumenau (trecho compreendido entre a Travessa Paulo Ledra e Rua João Ledra com a extensão de 14,50m a partir do eixo para cada lado;~~
- ~~c) faixa paralela a Estrada Blumenau e Rua Conselheiro Willy Hering com a extensão de 10,00m a partir do eixo para cada lado;~~
- ~~d) faixa paralela a Travessa Paulo Ledra, trecho entre a Av Oscar Barcelos e ponte Ministro Mário Andreazza com extensão de 20,00m, sendo que 8,50m a partir do eixo para o lado esquerdo e 11,50cm a partir do eixo para o lado direito (considerando-se como lado direito o da esquina com a rua Dom Bosco);~~
- ~~e) faixa de 15,00m paralela para a Avenida Gov Ivo Silveira partindo do eixo para cada lado;~~
- ~~f) faixa paralela a Estrada da Madeira e rua Clemente Demarch de 10,00m a partir do eixo para cada lado;~~
- ~~g) faixa de domínio da RFFSA em toda área existente no município.~~

VII - para efeito desta Lei Complementar consideram-se como faixas non aedificandi o que segue:

(Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

a) toda área abaixo da cota emergencial, considerando o nível do mar, definida pela tabela abaixo:

RIO	TRECHO	COTA DE REFERÊNCIA
Itajaí do Oeste	Barra do Trombudo	338,00 m
Itajaí do Oeste	Barragem	338,00 m
Itajaí do Oeste	Pamplona	338,00 m
Itajaí do Oeste	Budag	338,00 m
Itajaí do Oeste e Itajaí Açu	Canoas	337,00 m
Itajaí do Sul	Bom Fim	339,00 m
Itajaí do Sul	Albertina	339,00 m
Itajaí do Sul	Sumaré	338,00 m
Itajaí do Sul	Laranjeiras	338,00 m
Itajaí do Sul, Itajaí do Oeste e Itajaí Açu	Centro	338,00 m
Itajaí Açu	Id. América	337,00 m
Itajaí Açu	Canta Galo (lado Oeste da Av. Ivo Silveira)	337,00 m
Itajaí Açu	Canta Galo (lado Leste da Av. Ivo Silveira)	336,00 m
Itajaí Açu	Santana	337,00 m
Itajaí Açu	Taboão	336,00 m
Itajaí Açu	Barra Itoupava	335,00 m
Itajaí Açu	Valada Itoupava	335,00 m
Itajaí Açu	Bremer	334,00 m
Itajaí Açu	Navegantes	334,00 m
Itajaí Açu	Santa Rita	333,00 m
Itajaí Açu	Bela Aliança	333,00 m
Itajaí Açu	Rainha	333,00 m

(Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

a) toda área abaixo da cota emergencial, considerando o nível do mar, definida pela tabela abaixo:

Rio	Trecho	Cota de Referência
Itajaí do Oeste	Barra do Trombudo	336,00 m
Itajaí do Oeste	Barragem	336,00 m
Itajaí do Oeste	Pamplona	336,00 m
Itajaí do Oeste	Budag	336,00 m
Itajaí do Oeste e Itajaí-Açu	Canoas	335,00 m
Itajaí do Sul	Bom Fim	337,00 m
Itajaí do Sul	Albertina	337,00 m
Itajaí do Sul	Sumaré	336,00 m
Itajaí do Sul	Laranjeiras	336,00 m
Itajaí do Sul, Itajaí do Oeste e Itajaí-Açu	Centro	336,00 m
Itajaí-Açu	Jd. América	335,00 m
Itajaí-Açu	Canta Galo (lado Oeste da Av. Ivo Silveira)	335,00 m
Itajaí-Açu	Canta Galo (lado Leste da Av. Ivo Silveira)	334,00 m
Itajaí-Açu	Santana	335,00 m
Itajaí-Açu	Taboão	334,00 m
Itajaí-Açu	Barra Itoupava	333,00 m
Itajaí-Açu	Valada Itoupava	333,00 m
Itajaí-Açu	Bremer	332,00 m
Itajaí-Açu	Navegantes	332,00 m
Itajaí-Açu	Santa Rita	331,00 m
Itajaí-Açu	Bela Aliança	331,00 m
Itajaí-Açu	Rainha	331,00 m

(Redação dada pela Lei Complementar nº 322/2015)

b) faixa paralela à estrada Blumenau (em toda a sua extensão) com a largura de 15,00m a partir do eixo para cada lado; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

c) faixa paralela à Travessa Paulo Ledra, trecho entre a Avenida Oscar Barcelos e ponte Ministro Mário Andreazza com extensão de 20,00m, sendo que 8,50m a partir do eixo para o lado esquerdo e 11,50cm a partir do eixo para o lado direito (considerando-se como lado direito o da esquina com a rua Dom Bosco); (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

d) faixa de 15,00m paralela à Avenida Governador Ivo Silveira partindo do eixo para cada lado; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

e) faixa paralela à Estrada da Madeira e Rua Clemente Demarch de 15,00m a partir do eixo para cada lado; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

f) faixa de domínio da RFFSA em toda área existente no município; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

g) faixa paralela à Rua Lilly Brehmer, de 15,00m a partir do eixo para cada lado; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

h) faixa paralela à Rua Deputado Walter Rousseny Filho, de 17,00m a partir da lateral esquerda. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Parágrafo único. A cota emergencial 334,08m acima do nível do mar definida no item I, servirá como marco inicial de referência para cumprimento do inciso V.

**Art. 479 -** As faixas "non aedificandi" são de posse do proprietário do terreno, podendo este utilizá-la desde que não com edificação.

§ 1º - Na faixa "non aedificandi" é vedada qualquer edificação.

§ 2º - As faixas "non aedificandi" poderão ser isentas de imposto territorial, mediante requerimento da parte interessada, com respectivo levantamento topográfico elaborado por profissional habilitado na forma da lei.

## SEÇÃO VII DAS REFERÊNCIAS DE NÍVEIS

**Art. 480 -** Todos os Parcelamentos do Solo deverão estar amarrados em relação aos marcos de referência estabelecidos na cidade segundo levantamento realizado pela Prefeitura.

Parágrafo único. São considerados os seguintes marcos bem como suas cotas:

Nº	Local	Cota
01	Escola Willy Hering (pilar na entrada)	334,441
02	Escola Barra Itoupava (lado esquerdo do prédio)	335,862
03	Escola Luis Ledra - Taboão (lado esquerdo na entrada)	335,383
04	Ponte Ribeirão Itoupava (lado direito da cabeceira)	348,845
05	Cabeceira da Ponte Ivo Silveira (lado esquerdo sentido centro/trevo)	339,768
06	UNIDAVI (lado direito da entrada)	339,395
07	CSU Boa Vista (parte mais alta do prédio)	458,598
08	Igreja Bairro Canoas (lado da porta)	336,337
09	Igreja da Rua XV de Novembro (lado direito da escadaria)	342,166
10	Igreja Fundo Canoas ( lado direito da Torre)	347,394
11	Igreja Barra do Trombudo (lado esquerdo do prédio)	338,569
12	SENAI (lado do mastro da bandeira)	337,383

## SEÇÃO VIII DAS OBRAS E SERVIÇOS EXIGIDOS

**Art. 481 -** Nenhum loteamento poderá prejudicar o escoamento natural das águas nas respectivas bacias hidrográficas. As obras para drenagem superficial deverão ser executadas obrigatoriamente nas vias públicas ou em faixas reservadas para esse fim.

**Art. 482 -** Os cursos d'água não poderão ser aterrados ou tubulados sem projeto aprovado pela Prefeitura com Licença Ambiental Prévia.

Deverão ser apresentados como documentos: projetos, memorial de cálculo e ART de projeto e execução.

§ 1º - Para a modificação das tubulações fica facultado a apresentação da Licença Ambiental Prévia, apresentando os demais documentos supracitados.

§ 2º - Quando o projeto influenciar a extrema do imóvel, será necessário inclusive a assinatura dos extremantes reconhecida em cartório.

§ 3º - Desde o início dos projetos até a implantação total da drenagem, ficará a encargo do proprietário sem que haja ônus ao município.

§ 4º - A Secretaria de Planejamento, através da análise do projeto, poderá solicitar ao proprietário qualquer modificação no projeto apresentado ou até mesmo indeferi-lo, com argumentos fundamentados.

§ 5º - A faixa "non aedificandi" será obtida através de um "trapézio" que é diretamente proporcional ao diâmetro do tubo, sendo que nunca será inferior a 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros), apresentado no ANEXO 03.

482-A A faixa de terras sobre a qual estiverem instaladas tubulações ou galerias de águas pluviais ou de cursos d'água naturais desviados para propriedade particular pelo Poder Público Municipal não será considerada "non aedificandi" desde que, concomitante: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 184/2008) (Vide regulamentação dada pela Lei Complementar nº 303/2015)

I - Seja editada, pelo Poder Público Municipal, Lei Complementar que reconheça esta condição. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 184/2008)

II - Esteja caracterizada a viabilidade técnica de edificação com garantia do acesso a rede pública pluvial, que será analisada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Meio Ambiente com base no projeto arquitetônico e no projeto estrutural apresentado a ser executado. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 184/2008)

III - O proprietário do imóvel renuncie o seu direito à indenização decorrente da servidão de passagem de tubulação instituída com limitação de uso, pela supressão do impedimento administrativo de edificar aquela faixa em questão. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 184/2008)

**Art. 483 -** O poder executivo poderá baixar normas e especificações adicionais para a execução dos serviços e obras exigidos por esta Lei Complementar.

## Capítulo VIII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

~~**Art. 484 -** Fica sujeito à multa correspondente a 1.000 (mil) UFM, aplicada por Fiscal de Obras, todo aquele que, a partir da data da publicação da presente Lei Complementar, efetuar parcelamento do solo sem prévia autorização da Prefeitura.~~

~~§ 1º - A reincidência específica da infração acarretará ao responsável pela obra, multa no valor do dobro da inicial.~~

~~§ 2º - O pagamento da multa não eximirá o responsável do cumprimento das disposições da presente Lei Complementar.~~

**Art. 484** - Fica sujeito à multa correspondente a 5.000 (cinco mil) UFM, aplicada por Fiscal de Obras, todo aquele que, a partir da data da publicação da presente Lei Complementar, efetuar parcelamento do solo sem prévia autorização da Prefeitura. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

**Art. 485 -** Não serão fornecidos Alvarás de Licença para construção, reforma ou demolição, em lotes resultantes de parcelamentos não aprovados pela Prefeitura.

**Art. 486 -** Nenhum benefício do poder municipal será estendido a terrenos parcelados sem a prévia aprovação da Prefeitura, mormente os que concernem a revestimento, pavimentação ou melhoria das vias públicas, canalização de rios, córregos ou valetamentos, limpeza urbana, serviços de coleta de lixo, de iluminação, serviços de transportes coletivos, emplacamento de logradouros ou numeração predial.

**Art. 487 -** O parcelamento constituído sem autorização municipal implicará na notificação para pagamento de multa prevista nesta Lei Complementar e fixação de prazo para regularização da situação do imóvel, ficando proibida a continuação dos trabalhos.

Parágrafo único. Para o cumprimento do auto de infração poderá ser solicitado, se necessário, o auxílio das autoridades judiciais e policiais do Estado.

**Art. 488 -** São passíveis de punição a bem do serviço público, os servidores da Prefeitura que, direta ou indiretamente, fraudando o espírito da presente Lei Complementar, concedam ou contribuam para que sejam concedidos licenças, alvarás, certidões, declarações ou laudos técnicos irregulares ou falsos.

**Art. 489 -** Nas desapropriações, não se indenizarão as benfeitorias ou construções realizadas em parcelamentos irregulares e os lotes serão considerados como glebas.

**Art. 490 -** Os parcelamentos matriculados ou não no Cartório de Registro de Imóveis, sem a aprovação da Prefeitura em época anterior a presente Lei Complementar e que já tenham sido alienados ou compromissados a terceiros, no todo ou em parte, serão examinados pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, a qual verificará se os mesmos possuem condições mínimas para serem aprovados, principalmente no que concerne à situação e localização das vias públicas e dimensões de lotes.

§ 1º - O proprietário apresentará mapa e histórico demonstrando a situação do parcelamento.

§ 2º - A Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, procederá a estudos para adaptações, dentro das possibilidades, às normas da presente Lei Complementar.

§ 3º - O parecer emitido pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, será examinado pela Procuradoria Jurídica, e se aprovado, expedirá o alvará de licença, fixando todas as exigências acordadas.

§ 4º - O proprietário deverá exercer as condições deste artigo no prazo de 6 (seis) meses após a aprovação desta Lei Complementar.

**Art. 491 -** Nos loteamentos, antes do início de qualquer obra, deverá ser afixada, em local visível na entrada, placa contendo nome do loteamento, do proprietário, da empresa ou responsável técnico, número e data do ato da Prefeitura que aprovou a obra e, antes do início da venda dos lotes, o número do registro do Cartório de Registro de Imóveis.

**Art. 492 -** Os proprietários de loteamentos, existentes até o início da vigência da presente Lei

Complementar, e que não preencham os seus requisitos, deverão apresentar o respectivo projeto para ser analisado pela Prefeitura, através de seu setor competente.

**Art. 493 -** Os valores constantes na presente Lei Complementar serão corrigidos mensalmente, de conformidade com a variação percentual da Unidade Fiscal Municipal (UFM).

**Art. 494 -** Fica revogada a Lei Complementar nº 08/95, suas alterações e todas as demais disposições em contrário.

## TÍTULO IV CÓDIGO DE USO DO SOLO

### Capítulo Único DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 495 -** O Uso e Ocupação do Solo do Município de Rio do Sul será regido por esta Lei Complementar e pelas Leis Complementares de Edificações, Posturas, de Diretrizes Urbanísticas e Parcelamento do Solo.

## SEÇÃO I DOS OBJETIVOS

**Art. 496 -** A presente Lei Complementar referente ao Uso e Ocupação do Solo, tem como objetivos:

I - estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo do município de Rio do Sul, tendo em vista o equilíbrio e a coexistência das relações do homem com o meio ambiente e das atividades que os permeia;

II - promover, através de um regime urbanístico adequado, a qualidade de valores estético-paisagístico-naturais ou culturais próprios da região e do município;

III - prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo urbano, como medida para a gestão do bem estar público e da oferta de serviços públicos, compatibilizados, com um crescimento ordenado;

IV - compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, dentro de determinadas frações do espaço urbano;

V - impedir a ocupação de locais inadequados que coloquem em risco os recursos naturais e a segurança da população;

VI - evitar o crescimento desordenado e os chamados vazios urbanos, geradores de alto custo de urbanização;

VII - assegurar e orientar a ocupação efetiva e o adensamento populacional das áreas urbanizadas, assim como as áreas prioritárias para urbanização, de forma a racionalizar os recursos disponíveis para infra-estrutura;



VIII - proporcionar em toda zona urbana os espaços necessários para instalação de equipamentos comunitários básicos com maior eficácia social e maior eficiência econômica para atender a população atual e futura;

IX - compatibilizar e coordenar objetivos e ações municipais com os objetivos e ações estaduais e federais;

X - compatibilizar a ocupação das edificações sobre lotes urbanos de forma que não se prejudiquem;

XI - hierarquizar as vias urbanas segundo sua destinação de uso possibilitando a rápida e eficiente circulação de pessoas e veículos, facilitando a integração da população residente;

XII - intensificar o adensamento das regiões bem servidas de infra-estrutura e equipamentos para otimizar o seu aproveitamento;

XIII - facilitar a convivência com as cheias dos rios através da expansão da cidade para regiões livres de enchentes ou pela verticalização controlada de algumas áreas já consolidadas através de limitações à ocupação nas áreas mais baixas;

XIV - proteger o meio ambiente e com ele o ser humano, de qualquer forma de degradação ambiental;

XV - criação de subcentros nos bairros incentivando atendimento local e descentralizado;

## SEÇÃO II DAS DEFINIÇÕES

**Art. 497 -** Para efeito de aplicação da presente Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Academia - Espaços destinados a lazer, ginástica e aprendizado.

Acesso particular - prolongamento de área que parte do lote urbano para acessar a via pública, nunca inferior a 3,50m(três metros e cinquenta centímetros) de largura para uso residencial e 8,0m(oito metros) para uso industrial.

Aclividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o 2º ponto esta acima do ponto de referência.

Afastamento - Distância entre o extremo da construção e as divisas dos lotes podendo ser: frontais, laterais e fundos.

Alinhamento - A linha divisória entre o terreno de propriedade particular e a via ou logradouro público.

Alvará de construção - Documento expedido pela Prefeitura que autoriza a execução de obra sujeita a sua fiscalização.

Alvará de localização e funcionamento - Documento expedido pela Prefeitura que autoriza o funcionamento

de uma determinada atividade.

Ampliação - Alteração no sentido de tornar maior a construção, desde que com afastamento à edificação existente inferior a 3,00 m.

Aprovação da obra - Ato administrativo que corresponde ao Habite-se.

Área construída - A soma das áreas dos pisos utilizáveis cobertos ou não, de todos os pavimentos de uma edificação.

~~Área rural - Toda área do município, excluídas as áreas urbanas e de expansão urbana.~~

Área rural - Toda área do município, excluídas as áreas urbanas e de Urbanização Controlada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)

Área sob pilotis - Área coberta contendo apenas as colunas de sustentação de uma edificação.

Área útil - Área que corresponde a área utilizável de uma edificação, excluindo-se a área ocupada com paredes e estruturas.

Aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos - Técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos a saúde pública e a sua segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos a menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores se for necessário. NB-843.

Auto de infração - É o instrumento por meio do qual a autoridade apura a violação das disposições das Leis e Decretos Municipais.

AR - Aviso de Recebimento.

**Art. 498 -** Anotação de Responsabilidade Técnica.

Balão de retorno - Alargamento dos logradouros sem saída (becos) para manobras de veículos.

Benfeitoria - Obra de infra-estrutura ou melhoramento feito num determinado local.

Calçada - parte da via pública vedada a trânsito de veículos. Normalmente em nível mais elevado, constituída de passeio (destinado a pedestres) excepcionalmente com ciclovia(destinada a ciclistas) e faixa de arborização, mobiliária urbano, sinalização e outros fins.

Canteiro - Área destinada a ajardinamento junto ou não com os passeios públicos.

Centro comercial - Áreas destinadas a espaços comerciais, composto por um conjunto de lojas ou salas, também entendido como shopping center quando de grande porte.

Cone de sombreamento - Linha de projeção de um ângulo de 70 (setenta graus) medido a partir do eixo da via até o ponto mais elevado da fachada.

Conservação - Obra de reparo, visando apenas conservar o valor de uma construção ao longo do tempo, não importando em acréscimo de área construída.

Construção clandestina - Obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença.

Consulta de viabilidade - Questionamento a autoridade competente para a realização de ações referente ao Uso do Solo.

Cota emergencial - Cota determinada em 334,08 m (trezentos e trinta e quatro metros e oito centímetros) em relação ao nível no mar, que é facilmente alagável.

Cota inundável de cheia máxima - Área sujeita a inundação, acima da cota emergencial constante do levantamento do órgão local de defesa civil.

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Declividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto, está abaixo do ponto de referência.

Degradação ambiental - É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes em níveis capazes de direta ou indiretamente:

- a) prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- b) criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais.

Desmembramento - É a subdivisão da área em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente sem abertura, prolongamento ou modificação de vias existentes.

Divertimento público - São os realizados em vias públicas, ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

DEINFRA - Departamento Estadual de Infra-Estrutura.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento, órgão extinto, sucedido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral.

Edifício garagem - Construção destinada ao estacionamento veículos, utilizado para fins comerciais.

Embargo - Determinação de paralisação imediata de uma obra quando constatada ausência ou desobediência ao projeto aprovado ou risco de estabilidade com perigo para pessoas, bens de terceiros, equipamentos públicos ou de utilidade pública.

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo.

Equipamentos comunitários - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social.

Equipamentos urbanos - São os equipamentos públicos de abastecimento de água, rede e coleta de esgoto, rede de energia elétrica, rede de coleta de água pluvial, rede telefônica, rede de gás canalizado e equipamentos de coleta e armazenagem de lixo.

Especificação - Descrição dos materiais e serviços indicados em projeto.

Estacionamento - Espaço delimitado para estacionar um ou mais veículos.

Explosivos - Consideram-se explosivos:

- cartuchos de guerra, caça e minas;
- fogos de artifício;
- nitroglicerina seus componentes e derivados;
- pólvora e algodão-pólvora;
- espoleta e estopins;
- fulminatos, cloros, forminatos e congêneres.

CRECI - Conselho Regional de Corretores Imobiliários.

Faixa sanitária - Área destinada a condutores de dejetos.

Faixa "Non Aedificandi" - Área de terreno onde não é permitida a construção.

Filtro Anaeróbio - Unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbias, cuja meio filtrante mantém-se afogado.

Fossa Séptica - Unidade de sedimentação e digestão de fluxo horizontal, destinada ao tratamento de esgotos.

Gabarito - Altura máxima de uma edificação expressa em números de pavimentos.

Galeria - Corredor interno de um edifício que faz ou não ligação entre duas ruas e que comporte, além da circulação de pessoas, um comércio.

Garagem - Construção destinada ao estacionamento de veículos.

Guia de arborização (Coexistência dos Sistemas Elétricos de Distribuição e Arborização) - Material elaborado pelo CODI-Comitê de Distribuição, de abrangência nacional, data março/90 - CELESC.

Habite-se - Permissão fornecida por autoridade competente para utilização da edificação após a sua conclusão.

Índice de aproveitamento - Índice que determina a área máxima de construção permitida quando multiplicado pela área do terreno. É calculado pela seguinte fórmula:

$IA = AC/AL$  Onde:

IA = índice de aproveitamento.

AC = área construída.

AL = área do lote.

Interdição - Determinação da proibição de uso de parte ou da totalidade de uma área ou edificação quando constituir ameaça a segurança de pessoas, bens ou equipamentos, a estabilidade das construções próximas ou quando houver prejuízo a higiene e a saúde pública.

Kitchenette/Kitinete - Unidade residencial formado de sala, banheiro, quarto ou conjugados, pequena cozinha, não necessariamente separada da sala.

Logradouro - Toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população.

Loja - Espaço destinado a compra e venda de mercadorias.

Lote - Porção de terreno com testada para via pública ou servido de acesso particular.

Loteamento - Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros.

Lote mínimo - Porção mínima permitida de terreno líquido como resultado de processos de parcelamento (loteamento ou desmembramento) e remembramento, representado em metros quadrados.

NDA - Nível de degradação ambiental, estabelecido pela FATMA. Se classifica em: A-pequeno, B-médio, C-alto.

Obra de ampliação - Aumento da área construída de edificação existente.

Obra de reparo - Melhoria em construção existente, visando a adaptação de novo uso, ou aumentando seu valor locativo, mediante alteração da posição dos cômodos, substituição dos materiais de acabamento ou remanejamento de estrutura.

Parede cega - Parede construída sem qualquer tipo de abertura.

Passeio - Parte da via de circulação ou logradouro destinado a circulação de pessoas.

Penalidade - Conjunto ou sistema de penas impostas pela legislação.

Perímetro urbano - Linha que separa a área urbana da área rural.

Pista de rolamento - Parte da via pública destinada a circulação e estacionamento de veículos.

Plano Diretor - Conjunto de Leis definidas pelas Leis Complementares de Posturas, Edificações, Parcelamento e Uso do Solo Urbano.

Recuos - Faixa de reserva indenizável destinada a futura ampliação do logradouro, que deverá ser somada aos afastamentos exigidos.

Reincidente - É quem violar o preceito das Leis, por cuja infração já tenha sido autuado e punido.

Remembramento - A junção de dois ou mais lotes formando um novo lote.

RFFSA - Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

Sala comercial - Espaço destinado a prestação de serviços comerciais.

Subsolo - Pavimento não habitável, desde que a face superior da laje de cobertura não ultrapasse a altura máxima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), acima do nível do meio fio da(s) via(s) de acesso, no ponto médio da(s) fachada(s) frontal(is).

Sumidouro - Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar sua infiltração subterrânea.

Tapume - Vedação provisória feita em tábuas ou material similar para proteção de obras.

Taxa de Ocupação - índice que determina o valor máximo de ocupação considerando a projeção da edificação sobre o lote. É calculada pela seguinte fórmula:

$TO = AP/AL$  - Onde:

TO = taxa de ocupação (expressa em porcentagem).

AP = área de projeção da edificação.

AL = área do lote.

Testada - É a medida da parte do terreno representada em metros que faz frente para as vias de circulação.

UFM - Unidade Fiscal Municipal.

Uso Permitido - Forma de uso previsto para a área em que se localiza.

Uso Inadequado - Uso indevido para a área proposta.

Uso Tolerado - Permitido somente se ouvidas autoridades urbanísticas e com exigências extremamente rigorosas.

Vaga bloqueada - Vaga de garagem ligada ao acesso de veículos somente através de outra vaga, acesso indireto.

Vazio Urbano - Lotes não edificados servidos de infra-estrutura urbana.

Via de circulação - É toda aquela que faculta a interligação das funções: habitação, trabalho e recreação.

Vistoria - Revista, inspeção por pessoa habilitada para tal.

Zoneamento - Divisão da área urbana segundo seu uso. Visa dar a cada região a utilização mais adequada em função do sistema viário, topografia e a infra-estrutura existente através da criação de zonas de uso e adensamento diferenciados. Definido no anexo 03 desta Lei Complementar.

## Capítulo II DO ZONEAMENTO

### SEÇÃO I DA ÁREA URBANA

**Art. 498 -** Entende-se por Perímetro Urbano a linha que separa a área do município destinada a atividades urbanas, com a área destinada a atividades rurais.

~~Parágrafo Único - Os limites do Perímetro Urbano de Rio do Sul ficam definidos conforme Anexo 01 - Mapa do Perímetro Urbano e Limites de Bairros, parte integrante desta Lei, e de acordo com a delimitação dos seguintes pontos:~~

Parágrafo Único - Os limites do perímetro urbano de Rio do Sul ficam definidos conforme anexo 01 - Mapa do Perímetro Urbano e Limites de Bairros, parte integrante desta Lei, e de acordo com a delimitação dos seguintes pontos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

DO PONTO 00 AO PONTO 01

Parte da divisa intermunicipal com Agronômica, no Rio Trombudo, seguindo pela margem direita deste rio até encontrar o ponto 01, na sua foz.

DO PONTO 01 AO PONTO 02

Partindo da foz do Rio Trombudo, cruzando o Rio Itajaí do Oeste e seguindo pela divisa intermunicipal com Laurentino até atingir o ponto 02, distante 700,00 m (setecentos metros) do eixo da BR-470, na divisa intermunicipal.

DO PONTO 02 AO PONTO 03

Partindo do ponto 02, seguindo uma faixa de 700,00 m (setecentos metros) paralela a BR-470 até encontrar o ponto 03, distante 700,00 m (setecentos metros) da Estrada São Bento.

DO PONTO 03 AO PONTO 04

Partindo do ponto 03, seguindo em linha reta pelo limite estabelecido pelo Loteamento Miranda até encontrar o ponto 04, distante 1.000,00 m (um mil metros) da Estrada Boa Esperança, na Estrada Braço Canoas.

DO PONTO 04 AO PONTO 05

Partindo do ponto 04, seguindo uma linha reta em direção ao ponto 05, situado na intersecção da Rua Alfredo Viebrantz com a Estrada Boa Esperança.

DO PONTO 05 AO PONTO 06

Partindo do ponto 05, seguindo uma linha reta pela Rua Alfredo Viebrantz, compreendendo os lotes que lhe derem testada, até encontrar o ponto 06, distante 400,00 m (quatrocentos metros) da intersecção com a Estrada Boa Esperança.

DO PONTO 06 AO PONTO 07

Partindo do ponto 06, seguindo uma faixa de 400,00 m (quatrocentos metros) paralela a Estrada Boa Esperança até atingir o ponto 07, distante 1.000,00 m (um mil metros) do eixo da BR-470.

## DO PONTO 07 AO PONTO 08

Partindo do ponto 07, seguindo a direção norte até atingir o ponto 08, situado a 2.000,00 m (dois mil metros) do ponto anterior.

## DO PONTO 08 AO PONTO 09

Partindo do ponto 08, seguindo a direção leste até atingir o ponto 09, situado a 1.350,00 m (um mil trezentos e cinquenta metros) do ponto anterior.

## DO PONTO 09 AO PONTO 10

Partindo do ponto 09, seguindo a direção sul até atingir o ponto 10, situado a 1.500,00 m (um mil e quinhentos metros) do ponto anterior e a 1.000,00 m (um mil metros) da BR-470.

## DO PONTO 10 AO PONTO 11

Partindo do ponto 10, seguindo uma faixa paralela a BR-470 de 1.000,00 m (um mil metros) até encontrar o ponto 11, distante 200,00 m (duzentos metros) da Rua dos Vereadores.

## DO PONTO 11 AO PONTO 12

Partindo do ponto 11, seguindo uma faixa paralela a Rua dos Vereadores de 200,00 m (duzentos metros) até encontrar o ponto 12, situado a uma distância de 200,00 m (duzentos metros) da intersecção da Rua dos Vereadores com a Estrada Itoupava.

## DO PONTO 12 AO PONTO 13

Partindo do ponto 12, seguindo em linha reta, cruzando a intersecção da Rua dos Vereadores com a Estrada Itoupava até atingir o ponto 13, situado a 200,00 m (duzentos metros) da referida intersecção.

## DO PONTO 13 AO PONTO 14

Partindo do ponto 13, seguindo uma faixa paralela de 200,00 m (duzentos metros) a Estrada Itoupava até encontrar o ponto 14 distante 1.000,00 m (um mil metros) da BR-470.

## DO PONTO 14 AO PONTO 15

Seguindo uma faixa de 1.000,00 m (um mil metros) paralela a BR-470, contornando os fundos do Loteamento COHAB 2 até atingir o ponto 15, situado na Rua Eugênio Marchi e a 350,00 m (trezentos e cinquenta metros) da intersecção com a Rua João Marchi.

## DO PONTO 15 AO PONTO 16

Partindo do ponto 15, segue uma faixa de 300,00 m (trezentos metros) paralela a Rua João Marchi até atingir o ponto 16, localizado no Ribeirão Cobras.

## DO PONTO 16 AO PONTO 17

Partindo do ponto 16, seguindo o Ribeirão Cobras até atingir o ponto 17, situado na intersecção do prolongamento da Estrada Braço das Cobras, conhecida também como Rua Rosseti, com o referido Ribeirão.



## DO PONTO 17 AO PONTO 18

Partindo do ponto 17, em linha reta, cruzando a Rua Prefeito Luiz Soldatelli e seguindo pela Rua Rosseti, compreendendo todos os lotes que lhe derem testada, até atingir o ponto 18, situado a 300,00 m (trezentos metros) da Rua Prefeito Luiz Soldatelli.

## DO PONTO 18 AO PONTO 19

Partindo do ponto 18, seguindo em linha reta na direção sul até atingir o ponto 19, situado a 150,00 m (cento e cinquenta metros) da Rua Rosseti.

## DO PONTO 19 AO PONTO 20

Partindo do ponto 19, seguindo uma linha reta de 100,00 m (cem metros) na direção oeste, paralela a Rua Rosseti numa faixa de 150,00 m (cento e cinquenta metros), até atingir o ponto 20, situado a 200,00 m (duzentos metros) da Rua Prefeito Luiz Soldatelli.

## DO PONTO 20 AO PONTO 21

Partindo do ponto 20, seguindo uma faixa paralela de 200,00 m (duzentos metros) a Rua Prefeito Luiz Soldatelli até atingir o ponto 21, situado a 1000,00 m (um mil metros) distante da BR-470.

## DO PONTO 21 AO PONTO 22

Partindo do ponto 21, seguindo uma faixa de 1000,00 m (um mil metros) paralela a BR-470 até atingir o ponto 22, situado na divisa intermunicipal com Lontras.

## DO PONTO 22 AO PONTO 23

Partindo do ponto 22, seguindo a divisa intermunicipal com Lontras até o eixo da BR-470.

~~DO PONTO 23 AO PONTO 24~~

~~Partindo do ponto 23, seguindo pela divisa intermunicipal, cruzando o Rio Itajaí-Açu e a Estrada Blumenau até encontrar o ponto 24, situado a 200,00 m (duzentos metros) da Estrada Blumenau, na divisa intermunicipal com Lontras.~~

## DO PONTO 23 AO PONTO 24: (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

Partindo do ponto 23, seguindo pela divisa intermunicipal, cruzando o Rio Itajaí-Açu e a Rua Conselheiro Willy Hering até encontrar o ponto 24, situado a 700,00m (setecentos metros) do eixo da Rua Conselheiro Willy Hering, pela divisa municipal com Lontras. (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

~~DO PONTO 24 AO PONTO 24 A (Acrescentado pela LC 107 de 2004)~~

~~Partindo do ponto 24, seguindo uma faixa paralela de 200,00m (duzentos metros) ao eixo da Rua Conselheiro Willy Hering até o ponto 24 A, situado a 350,00m (trezentos e cinquenta metros) do eixo da Rua Júlio Schlupp.~~

~~DO PONTO 24 AO PONTO 24 A: (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~Partindo do ponto 24, seguindo uma faixa paralela de 200,00m (duzentos metros) ao eixo da Rua~~

~~Conselheiro Willy Hering até o ponto 24 A, situado a 50,00m (cinquenta metros) a leste do eixo da rua Ernesto Michelson. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

DO PONTO 24 AO PONTO 24 A: (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

Partindo do ponto 24, segue uma faixa paralela de 700,00m (setecentos metros) ao eixo da Rua Conselheiro Willy Hering até o ponto 24 A, situado a 200,00m (duzentos metros) do eixo da Rua Júlio Schlupp. (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

~~DO PONTO 24 A AO PONTO 24 B (Acrescentado pela LC 107 de 2004)~~

~~Partindo do ponto 24 A, seguindo uma faixa paralela de 350,00m (trezentos e cinquenta metros) ao eixo da Rua Júlio Schlupp até o ponto 24 B situado a 450,00m (quatrocentos e cinquenta metros) do eixo da Rua Conselheiro Willy Hering.~~

~~DO PONTO 24 A AO PONTO 24 B: (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~Partindo do ponto 24 A, seguindo uma faixa paralela de 50,00m (cinquenta metros) a leste do eixo da Rua Ernesto Michelson até o ponto 24 B situado a 500,00m (quinhentos metros) do eixo da Rua Conselheiro Willy Hering. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

DO PONTO 24 A AO PONTO 25: (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

Partindo do ponto 24 A, seguindo por uma faixa paralela de 200,00m (duzentos metros) aos eixos das Ruas Júlio Schlupp e Gustavo Hasse até atingir o ponto 25, 500,00m (quinhentos metros) após a Rua Otto Klug. (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2010)

~~DO PONTO 24 B AO PONTO 24 C (Acrescentado pela LC 107 de 2004)~~

~~Partindo do ponto 24 B, seguindo uma faixa paralela de 450,00m (quatrocentos e cinquenta metros) ao eixo da Rua Conselheiro Willy Hering até o ponto 24 C, situado a 200,00m (duzentos metros) do eixo da Rua Júlio Schlupp.~~

~~DO PONTO 24 B AO PONTO 24 C: (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~Partindo do ponto 24 B, seguindo uma faixa paralela de 500,00m (quinhentos metros) ao eixo da Rua Conselheiro Willy Hering até o ponto 24 C, situado a 200,00m (duzentos metros) a leste do eixo da Rua Júlio Schlupp. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007) (Suprimido por força da Lei Complementar nº 214/2010)~~

~~DO PONTO 24 C AO PONTO 25 (Acrescentado pela LC 107 de 2004)~~

~~Partindo do ponto 24 C, seguindo uma faixa de 200,00m (duzentos metros) ao eixo das Ruas Júlio Schlupp e Gustavo Hasse até atingir o ponto 25, situado a 200,00m (duzentos metros) da interseção da Rua Gustavo Hasse com a Travessa Otto Klug.~~

~~DO PONTO 24 C AO PONTO 25: (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)~~

~~Partindo do ponto 24 C, seguindo uma faixa de 200,00m (duzentos metros) ao eixo das Ruas Júlio Schlupp e Gustavo Hasse até atingir o ponto 25, situado perpendicularmente a Rua Gustavo Hasse, a 200,00m (duzentos metros) de distância da mesma e 500,00m (quinhentos metros) após a Rua Otto Klug (lado leste). (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010) (Suprimido por força da Lei Complementar nº 214/2010)~~

~~DO PONTO 25 AO PONTO 26~~

~~Partindo do ponto 25, seguindo uma linha reta até a interseção das Ruas Gustavo Hasse e Otto Klug (incluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo pela última até atingir o ponto 26, situado a~~

~~200,00 m (duzentos metros) da intersecção com a Rua Gustav Hasse.~~

DO PONTO 25 AO PONTO 26: (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

Partindo do ponto 25, seguindo uma linha reta perpendicular a Rua Gustavo Hasse, até alcançar a distância de 200,00m (duzentos metros) do lado oposto ao eixo desta. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

DO PONTO 26 AO PONTO 27

Partindo do ponto 26, seguindo uma faixa paralela de 200,00 m (duzentos metros) as Ruas Gustavo Hasse e Alfredo Swarowski até atingir o ponto 27, situado a 200,00 m (duzentos metros) da Rua Alfredo Swarowski e a 850,00 m (oitocentos e cinquenta metros) da Estrada Blumenau.

DO PONTO 27 AO PONTO 28

Partindo do ponto 27, seguindo uma linha reta até encontrar o ponto 28, situado a 800 metros do eixo da Estrada Blumenau e a 150,00 (cento e cinquenta) metros, do eixo da Estrada dos Quintinos. (alterado pela LC 119/2004)

DO PONTO 28 AO PONTO 29

Partindo do ponto 28, seguindo uma faixa paralela de 150,00 m (cento e cinquenta metros) a Estrada dos Quintinos até o ponto 29, um curso d água situado 700,00 m (setecentos metros) ao sul da Escola Isolada Ribeirão Quintino.

DO PONTO 29 AO PONTO 30

Partindo do ponto 29, seguindo pelo curso d água até atingir o limite da parcela de Norberto Frahm e o seu prolongamento situado a 150,00 m (cento e cinquenta metros) da Estrada dos Quintinos.

DO PONTO 30 AO PONTO 31

Partindo do ponto 30, seguindo uma faixa paralela de 150,00 m (cento e cinquenta metros) a Estrada dos Quintinos até o ponto 31, no prolongamento do limite esquerdo do terreno da Escola Isolada Ribeirão Quintino.

DO PONTO 31 AO PONTO 32

Partindo do ponto 31, seguindo em linha reta até atingir o ponto 32, situado na intersecção do prolongamento da Rua Tocantins com o limite do desmembramento de Luiz Bianchet.

DO PONTO 32 AO PONTO 33

Partindo do ponto 32, seguindo em linha reta até atingir o ponto 33, situado no final da Rua João Stolf, prolongando-se até o ponto 33, situado a 300,00m (trezentos metros) da Rua João Ledra.

DO PONTO 33 AO PONTO 34

Partindo do ponto 33, seguindo com uma faixa de 300,00 m (trezentos metros) paralela as Ruas João Ledra e Evaldo Volkmann até o ponto 34, situado a 300,00 m (trezentos metros) da referida Rua, no limite da

Granja Fachini.

DO PONTO 34 AO PONTO 35

Partindo do ponto 34, seguindo em linha reta, cruzando o Ribeirão Taboão na Rua Evaldo Volkmann até atingir o ponto 35, distante 300,00 m (trezentos metros) da referida Rua.

DO PONTO 35 AO PONTO 36

Partindo do ponto 35, seguindo numa faixa paralela de 300,00 m (trezentos metros) as Ruas Evaldo Volkmann e João Ledra até atingir o ponto 36, situado a 300,00 m (trezentos metros) da Rua João Ledra e distante 1.250,00 m (um mil duzentos e cinquenta metros), em linha reta, do ponto anterior, no prolongamento da Rua Porto Seguro.

DO PONTO 36 AO PONTO 37

Partindo do ponto 36, seguindo em direção oeste até atingir o ponto 37, situado no limite do Loteamento Mutirão Habitacional Altos da Rua XV de Novembro.

DO PONTO 37 AO PONTO 38

Partindo do ponto 37, seguindo pelo limite de fundos do Loteamento Mutirão Habitacional Altos da Rua XV de Novembro até atingir o ponto 38, situado no limite do referido Loteamento e a 500,00 m (quinhentos metros) da SC-302.

~~DO PONTO 38 AO PONTO 39~~

~~Partindo do ponto 38, seguindo por uma faixa paralela de 500,00 m (quinhentos metros) a SC-302 até o ponto 39, situado no limite intermunicipal com Aurora.~~

DO PONTO 38 AO PONTO 39

- Partindo do ponto 38, seguindo por uma faixa paralela de 500,00 m (quinhentos metros) a SC-302, estendendo-se 480 m (quatrocentos e oitenta metros) de cada lado ao longo de 850 m (oitocentos e cinquenta metros) da Rua João Eifler, até o ponto 39, situado no limite intermunicipal com Aurora. (Redação dada pela Lei Complementar nº 406/2018)

DO PONTO 39 AO PONTO 40

Partindo do ponto 39, seguindo em linha reta na direção oeste, cruzando a SC-302 até o ponto 40, situado na margem direita do Rio Itajaí do Sul, no limite intermunicipal com Aurora.

DO PONTO 40 AO PONTO 41

Partindo do ponto 40, seguindo pela margem direita do Rio Itajaí do Sul até o ponto 41, situado na margem direita do Rio Itajaí do Sul, no talvegue existente no limite da Confeccões Leal.

DO PONTO 41 AO PONTO 42

Partindo do ponto 41, seguindo em linha reta na direção oeste, cruzando o Rio Itajaí do Sul e Estrada do Bom Fim até encontrar o ponto 42, situado a 400,00 m (quatrocentos metros) da Estrada Bom Fim.

## DO PONTO 42 AO PONTO 43

Partindo do ponto 42, seguindo em uma linha reta passando pelo limite do Loteamento Panorama até encontrar o ponto 43, situado a 450,00 m (quatrocentos e cinquenta metros) da intersecção das Ruas Chile e Guilherme Laubenstein, no prolongamento da Rua Guilherme Laubenstein.

## DO PONTO 43 AO PONTO 44

Partindo do ponto 43, seguindo por uma faixa paralela de 800,00 m (oitocentos metros) a Estrada das Madeiras e Clemente Demarch até encontrar o ponto 44, situado a 150,00 m (cento e cinquenta metros) do eixo da Rua Patrício Noveleto.

## DO PONTO 44 AO PONTO 45

Partindo do ponto 44, seguindo por uma faixa paralela de 150,00 (cento e cinquenta metros) a Rua Patrício Noveleto, com 200,00 m (duzentos metros) de comprimento, até encontrar o ponto 45.

## DO PONTO 45 AO PONTO 46

Partindo do ponto 45, seguindo por uma linha reta perpendicular à Rua Patrício Noveleto até encontrar o ponto 46, situado a 150,00 m (cento e cinquenta metros) do eixo do lado posto da mesma rua.

## DO PONTO 46 AO PONTO 47

Partindo do ponto 46, seguindo por uma faixa paralela de 150,00 m (cento e cinquenta metros) a Rua Patrício Noveleto, com 200,00 m (duzentos metros) de comprimento, até encontrar o ponto 47

## DO PONTO 47 AO PONTO 48

Partindo do ponto 47, seguindo em linha reta até encontrar o ponto 48, situado no divisor d água da divisa intermunicipal com Agronômica.

## DO PONTO 48 AO PONTO 49

Partindo do ponto 48, seguindo pela divisa intermunicipal com Agronômica até encontrar a intersecção com a Rua Clemente Demarch.

## DO PONTO 49 AO 00

Partindo do ponto 49, seguindo pela divisa intermunicipal até o ponto de origem 00.

## SEÇÃO II

### DOS BAIRROS

**Art. 499 -** Para efeitos de planejamento municipal, a delimitação dos bairros no município de Rio do Sul, conforme Anexo 01 - Mapa do Perímetro Urbano e Limites de Bairros desta Lei Complementar, passa a ser a seguinte:

**BAIRRO ALBERTINA**

~~NORTE — Com o Bairro Laranjeiras, pelo talvegue existente antes do Mutirão Habitacional Altos da Rua XV de Novembro.~~

~~SUL — Com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Com o Rio Itajaí do Sul.~~

#### ~~BAIRRO BARRAGEM~~

~~NORTE — Com o Rio Itajaí do Oeste.~~

~~SUL — Com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Com o Bairro Budag, pelo talvegue existente antes da Rua Otto Wetzstein e seu prolongamento até o Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Com o Bairro Barra do Trombudo, por uma faixa de 50,00 m (cinquenta metros) paralela e anterior a Rua Emilio Adami.~~

#### ~~BAIRRO BARRA ITOUPAVA~~

~~NORTE — Com a BR-470.~~

~~SUL — Com o Rio Itajaí Açu.~~

~~LESTE — Com o Bairro Navegantes, pelo talvegue existente no encontro da Estrada Navegantes com a BR-470.~~

~~OESTE — Com o Bairro Santa Galo pelo prolongamento da Estrada dos Vereadores até o Rio Itajaí Açu.~~

#### ~~BAIRRO BARRA DO TROMBUDO~~

~~NORTE — Com os Rios Trombudo e Itajaí do Oeste.~~

~~SUL — Com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Com o Bairro Barragem por uma faixa de 50,00 m (cinquenta metros) paralela e além da Rua Emilio Adami.~~

~~OESTE — Com a divisa intermunicipal de Rio do Sul com Agronômica.~~

#### ~~BAIRRO BELA ALIANÇA~~

~~NORTE — Com o Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Com o limite do Perímetro Urbano e a divisa intermunicipal de Rio do Sul com Lontras.~~

~~OESTE — Com o Bairro Bremer, na divisa dos terrenos da Metalciclo com Armando Mazzi e Ingomar Bachmann com Augusto Mihe.~~

#### ~~BAIRRO BOA VISTA~~

~~NORTE — Pela Ladeira Paraná, parte da Rua Humaitá, Ruas Gravataí, Imaruí e Petrolândia, seguindo pelo prolongamento da Rua Bom Sucesso até a Rua São José a uma distância de 300,00 m (trezentos metros) do prolongamento da Rua Geremias Medeiros.~~

~~SUL — Pelo limite de fundos do Loteamento Mutirão Habitacional Altos da Rua XV de Novembro e do prolongamento da Rua Porto Seguro até uma distância de 300,00 m (trezentos metros) da Rua João Ledra.~~

~~LESTE — Uma faixa paralela de 300,00 m (trezentos metros) a Rua João Ledra, até uma distância anterior de 300,00 m (trezentos metros) da Rua Geremias Medeiros.~~

~~OESTE — Partindo da Ladeira Paraná e Rua Goiânia, seguindo numa faixa de 180,00 m (cento e oitenta metros) paralela a Rua Guanabara até a intersecção com a Rua Porto Seguro.~~

~~OBS:~~

~~1) Ruas Humaitá (trecho entre Ladeira Paraná até o prolongamento da Rua Bom Sucesso), Goiânia, Guanabara, Gravataí, Imaruí, Petrolândia e Ladeira Paraná, incluir neste bairro os lotes que lhe derem testada.~~

~~2) Ruas Bom Sucesso, São José, Porto Seguro e Geremias Medeiros, excluir deste bairro os lotes que lhe derem testada.~~

#### ~~BAIRRO BREMER~~

~~NORTE — Com o Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Com o Bairro Taboão pelo limite do Loteamento de Luiz Bianchet e o limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Com o Bairro Bela Aliança.~~

~~OESTE — Com o Bairro Taboão pelo Ribeirão Taboão.~~

**BAIRRO BUDAG**

~~NORTE — Com o Rio Itajaí do Oeste.~~

~~SUL — Com o Bairro Sumaré, pela Rua João Conrado Stoll e o limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Com o Bairro Centro passando pela Praça Nicolau Heckmann Júnior, seu prolongamento para o Rio Itajaí do Oeste e Rua João Conrado Stoll e com o Bairro Sumaré através das Ruas Mário Dalponte, Eleonora Budag, passando pelo limite de fundos do Loteamento Florestal Schroeder até o limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Com o Bairro Barragem, pelo talvegue existente após a Rua Otto Wetzstein.~~

~~OBS:~~

~~1) Rua João Conrado Stoll e Praça Nicolau Heckmann Júnior, incluir neste bairro os lotes que lhe derem testada.~~

~~2) Ruas Mário Dalponte e Eleonora Budag, excluir deste bairro todos os lotes que lhe derem testada.~~

**BAIRRO SANTA GALO**

~~NORTE — Com o limite do Perímetro Urbano e o talvegue existente após as instalações da CELESC, com o seu prolongamento até o Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Com o Rio Itajaí Açu.~~

~~LESTE — Com o Bairro Valada Itoupava, por parte da Rua dos Vereadores, Bairro Barra Itoupava e com o Rio Itajaí Açu.~~

~~OESTE — Com os Bairros Canoas e Progresso, por parte do Ribeirão Canoas até a intersecção com a Rua João Hoffmann, seguindo por um afluente até a sua nascente e partindo em linha reta até o ponto P07 do Perímetro Urbano.~~

~~OBS:~~

~~1) Rua dos Vereadores (trecho de 650,00 m a partir do eixo da BR 470), incluir neste bairro os lotes que lhe derem testada.~~

~~2) Rua João Hoffmann, excluir deste bairro todos os lotes que lhe derem testada.~~

**BAIRRO CANOAS**

~~NORTE — Com o Bairro Progresso por uma faixa paralela de 400,00 m (quatrocentos metros) a BR 470, entre o talvegue existente após a Rua Palhoça até a intersecção das Ruas Benedito Novo, Estrada da Floresta e São Bento, parte da BR 470 e o Bairro Santa Galo pelo Ribeirão Canoas.~~

~~SUL — Com o Rio Itajaí do Oeste.~~

~~LESTE — Com o Rio Itajaí Açu.~~

~~OESTE — Com o Bairro Pamplona, pelo talvegue existente no ponto onde a Rua Dom Pedro II encontra a BR 470, cruzando a mesma, seguindo pela Rua Palhoça e o talvegue existente próximo a referida Rua Palhoça.~~

~~OBS:~~

~~1) Rua Palhoça, incluir neste bairro todos os lotes que lhe derem testada.~~

~~2) BR 470 (trecho entre a Estrada Floresta e o Ribeirão Canoas) e Estrada Floresta, excluir deste bairro todos os lotes que lhe derem testada.~~

**BAIRRO CENTRO**

~~NORTE — Com o Bairro Jardim América, por parte da Alameda Bela Aliança, Rua Abrahm Lincoln e a Avenida Aristiliano Ramos.~~

~~SUL — Com o Bairro Sumaré por parte da Rua João Conrado Stoll, com o Bairro Laranjeiras pela Rua Pedro Moretto e seu prolongamento até o Rio Itajaí do Sul, com os Bairros Eugênio Schneider e Boa Vista por parte da Rua Humaitá.~~

~~LESTE — Com o Bairro Santana, pelas Ruas Caetano Cé e Imaruí até a intersecção com Rua Humaitá, com o Bairro Eugênio Schneider pela Rua Euclides da Cunha até a intersecção da Rua Eugênio Schneider e Ladeira Manoel P. Alves, a partir daí segue em linha reta até a intersecção da Ladeira Fortaleza com a Rua Castro Alves, seguindo pela última e seu prolongamento até a Rua Pedro Moretto.~~

~~OESTE — Com os rios Itajaí Açu, do Sul, do Oeste e com o Bairro Budag pela Praça Nicolau Heckmann Júnior e seu prolongamento até o Rio Itajaí do Oeste e Rua João Conrado Stoll.~~

~~OBS:~~

~~1) Alameda Bela Aliança (trecho compreendendo o seu prolongamento até o Rio Itajaí Açu e a Rua Abrahm~~

~~Lincoln), Rua Abrahm Lincoln (trecho entre Avenida Aristiliano Ramos e Alameda Bela Aliança), Rua Pedro Moretto, Rua Humaitá (trecho compreendido entre as Ruas Euclides da Cunha e Ladeira Paraná), Rua Imaruí, Rua Euclides da Cunha, Rua Eugênio Schneider, Ladeira Fortaleza e Praça Nicolau Heckmann Júnior, excluir deste bairro todos os lotes que lhe derem testada.~~

~~2) Alameda Aristiliano Ramos (trecho entre a Rua Abrahm Lincoln e Rua Caetano Cé), Rua João Conrado Stoll (trecho entre a Praça Nicolau Heckmann Júnior e a Rua Rui Barbosa), Rua Caetano Cé, Ladeira Manoel P. Alves e Rua Castro Alves, incluir neste bairro todos os lotes que lhe derem testada.~~

#### ~~BAIRRO EUGÊNIO SCHNEIDER~~

~~NORTE — Com o Bairro Centro pela Rua Humaitá.~~

~~SUL — Com o Bairro Laranjeiras, pelo talvegue existente entre as Ruas Pedro Moretto e Estrada do Acre.~~

~~LESTE — Com o Bairro Boa Vista, pela Ladeira Paraná e Rua Goiânia, seguindo numa faixa de 180,00 m (cento e oitenta metros) paralela a Rua Guanabara até o talvegue existente entre a Rua Pedro Moretto e a Estrada do Acre.~~

~~OESTE — Com o Bairro Centro pela Rua Euclides da Cunha até a intersecção da Ladeira Manoel P. Alves e parte da Rua Eugênio Schneider, seguindo em linha reta até a intersecção da Ladeira Fortaleza com a Rua Castro Alves; seguindo pela mesma e seu prolongamento até a Rua Pedro Moretto.~~

~~OBS:~~

~~1) Rua Humaitá, Rua Pedro Moretto (trecho do prolongamento da Rua Castro Alves até uma distância de 180,00 m (cento e oitenta metros) anterior a Rua Guanabara), Rua Euclides da Cunha, Rua Eugênio Schneider (trecho entre a Ladeira Manoel P. Alves até a Rua Amazonas) e Ladeira Fortaleza, incluir todos os lotes que lhe derem testada.~~

~~2) Estrada do Acre, Ladeira Paraná, Rua Goiânia, Rua Castro Alves e Ladeira Manoel P. Alves, excluir todos os lotes que lhe derem testada.~~

#### ~~BAIRRO FUNDO CANOAS~~

~~NORTE — Com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Com o Bairro Progresso com uma faixa anterior de 100,00 m (cem metros) paralela a Estrada São Bento, cruzando a Rua Papa João XXIII, passando pelo limite de fundos do terreno do Asilo do Velhos até atingir a intersecção da Estrada Boa Esperança com a Rua João Hoffmann, seguindo pela mesma até a intersecção com o Ribeirão Canoas, seguindo por seu afluente até a nascente e partindo em linha reta até o ponto P07 do limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~OBS:~~

~~1) Rua Papa João XXIII (trecho de 100,00 m distante da Rua São Bento), excluir deste bairro todos os lotes que lhe derem testada.~~

~~2) Rua João Hoffmann e Estrada Boa Esperança (trecho entre Rua João Hoffmann e a linha do Perímetro Urbano), incluir neste bairro todos os lotes que lhe derem testada.~~

#### ~~BAIRRO JARDIM AMÉRICA~~

~~NORTE — Com o Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Com o Bairro Centro e com Bairro Santana por parte da Alameda Aristiliano Ramos.~~

~~LESTE — Com o Bairro Santana, pela Travessa Paulo Ledra.~~

~~OESTE — Com o Rio Itajaí Açu e com o Bairro Centro.~~

~~OBS: Alameda Aristiliano Ramos (trecho entre Rua Caetano Cé e Travessa Paulo Ledra) e Travessa Paulo Ledra, excluir deste bairro todos os lotes que lhe derem testada.~~

#### ~~BAIRRO LARANJEIRAS~~

~~NORTE — Com a Rua Pedro Moretto (trecho entre o Rio Itajaí do Sul e o prolongamento da mesma até uma distância de 180,00 m anterior a Rua Guanabara), excluir os lotes que lhe derem testada.~~

~~SUL — Com o Bairro Albertina.~~

~~LESTE — Com o Bairro Boa Vista, com uma faixa de 180,00 m (cento e oitenta metros) paralela a Rua Guanabara até a intersecção com a Rua Porto Seguro (incluir os lotes que lhe derem testada) contornando os limites do Loteamento Mutirão Habitacional Altos da Rua XV de Novembro.~~



~~OESTE — Com o Rio Itajaí do Sul.~~

~~BAIRRO NAVEGANTES~~

~~NORTE — Com a BR-470.~~

~~SUL — Com o Rio Itajaí Açu.~~

~~LESTE — Com o Bairro Rainha, pelo Ribeirão Cobras.~~

~~OESTE — Com o Bairro Barra Itoupava pelo talvegue existente na intersecção da Estrada Navegantes com a BR-470.~~

~~BAIRRO PAMPLONA~~

~~NORTE — Com o limite do Perímetro Urbano e divisa intermunicipal com Laurentino.~~

~~SUL — Com o Rio Itajaí do Oeste.~~

~~LESTE — Com o Bairro Canoas pelo talvegue (existente no ponto onde a Rua Dom Pedro II encontra a BR-470), seguindo pela Rua Palhoça e o talvegue existente após a referida Rua, seguindo em direção ao limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Com o Rio Itajaí do Oeste e divisa intermunicipal com Laurentino.~~

~~OBS: Rua Palhoça, excluir deste bairro todos os lotes que lhe derem testada.~~

~~BAIRRO PROGRESSO~~

~~NORTE — Com o Bairro Fundo Canoas.~~

~~SUL — Com o Bairro Canoas.~~

~~LESTE — Com o Bairro Santa Galo.~~

~~OESTE — Com os bairros Canoas, Pamplona e com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~BAIRRO RAINHA~~

~~NORTE — Com a divisa do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Com o Rio Itajaí Açu.~~

~~LESTE — Com a divisa intermunicipal de Lontras.~~

~~OESTE — Com os Bairros Navegantes e Valada São Paulo, por uma linha que parte da intersecção da rua Prefeito Luis Soldatelli com a BR-470, seguindo em direção Norte até o limite do Perímetro Urbano.~~

~~BAIRRO SANTANA~~

~~NORTE — Com o Bairro Jardim América por parte da Avenida Aristiliano Ramos e com o Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Com o Bairro Boa Vista.~~

~~LESTE — Com o Bairro Taboão, por uma linha imaginária entre as Ruas Botuverá e Travessa Conselheiro, seguindo numa faixa paralela de 200,00 m a Estrada São José, até o Bairro Boa Vista.~~

~~OESTE — Com o Bairro Centro.~~

~~OBS:~~

~~1) Rua Botuverá, Avenida Aristiliano Ramos (trecho entre a Rua Caetano Cé e Rua Paulo Ledra), Rua Paulo Ledra, Estrada São José, Rua Vitório Beling, Becos S/D 119 e 120, incluir neste bairro todos os lotes que lhe derem testada.~~

~~2) Travessa Conselheiro, excluir deste bairro todos os lotes que lhe derem testada~~

~~BAIRRO SUMARÉ~~

~~NORTE — Com os bairros Centro e Budag.~~

~~SUL — Com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Com o Bairro Budag e com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Com o Rio Itajaí do Sul.~~

~~BAIRRO SANTA RITA~~

~~NORTE — Com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Com a BR-470.~~

~~LESTE — Com o Bairro Valada São Paulo pelo Ribeirão Cobras.~~

~~OESTE — Com o Bairro Valada Itoupava, pela Rua Ambrósio Semioni e seu prolongamento até o limite do Perímetro Urbano.~~

~~OBS: Rua Ambrósio Semioni, excluir deste bairro todos os lotes que lhe derem testada.~~

~~BAIRRO TABOÃO~~

~~NORTE — Com o Rio Itajaí Açu, parte do Ribeirão Taboão e limite do Loteamento de Luiz Bianchet.~~

~~SUL — Com o limite do Perímetro Urbano e com o Bairro Boa Vista numa distância de 300,00 m (trezentos metros) além do prolongamento da Rua Geremias Medeiros.~~

~~LESTE — Com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Com o limite do Bairro Santana e Bairro Boa Vista.~~

~~BAIRRO VALADA ITROUPAVA~~

~~NORTE — Com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Com a BR 470.~~

~~LESTE — Com o Bairro Santa Rita, pela Rua Ambrósio Semioni (incluir todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Através de parte da Rua dos Vereadores, até o talvegue existente após as instalações das Centrais Elétricas de Santa Catarina — CELESC, seguindo até o limite do Perímetro Urbano.~~

~~BAIRRO VALADA SÃO PAULO~~

~~NORTE — Com o limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Com a BR 470.~~

~~LESTE — Com o limite do Perímetro Urbano e o limite intermunicipal com Lontas.~~

~~OESTE — Com o Bairro Santa Rita e com o limite do Perímetro Urbano.~~

§ 1º A descrição das linhas divisórias se inicia pelo setor norte de cada bairro, seguindo sentido horário (Norte, Leste, Sul e Oeste) até retornar ao ponto inicial da descrição. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 205/2010)

§ 2º As coordenadas geográficas apresentadas estão em formato UTM, com Datum SAD 69, e os pontos de referência para as divisas dos bairros estão descritas como rb01 até rb49 em tabela própria, expressa no Anexo 07, do Título IV, parte integrante da presente Lei Complementar. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 205/2010)

Dos Bairros (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

BAIRRO ALBERTINA (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

NORTE - Esta linha inicia no Rio Itajaí do Sul, onde o ribeirão sem denominação (que corre do lado sul da Rua Guilherme Witt) encontra o mesmo, seguindo por este ribeirão até o ponto rb31, localizado no limite do perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano, partindo do ponto rb31 até a divisa intermunicipal com Aurora. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)~~

LESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano, partindo do ponto rb31, estendendo-se 480 m (quatrocentos e oitenta metros) de cada lado ao longo de 850 m (oitocentos e cinquenta metros) da Rua João Eifler até a divisa intermunicipal com Aurora. (Redação dada pela Lei Complementar nº 406/2018)

SUL - Pelo limite do Perímetro Urbano, pela divisa intermunicipal com Aurora. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

OESTE - Pelo Rio Itajaí do Sul, da divisa com Aurora até o Ribeirão que corre ao lado da Rua Guilherme Witt. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

BAIRRO BARRAGEM

NORTE - Pelo Rio Itajaí do Oeste, no trecho entre o prolongamento do eixo da Rua Emílio Adami até o prolongamento do eixo da Rua Otto Wetzstein.

LESTE - Inicia no Rio Itajaí do Oeste, no prolongamento do eixo da Rua Otto Wetzstein, continuando por este eixo e seu prolongamento no sentido oposto até o limite do Perímetro Urbano. Na outra extremidade do eixo, na Rua Félix Deeke Júnior este prolongamento irá cruzá-la no ponto rb47, sendo que os lotes com nº s 286 e 287 ficam pertencendo ao Bairro Barragem e o de nº 276 ao Bairro Budag. Já quando o

prolongamento cruzar a Rua Zulnei Petris, a divisão do bairro irá coincidir com o encontro desta rua com a rua sem denominação (ponto rb48). Antes desta rua sem denominação é o bairro Budag, e os lotes que ficarem após esta rua pertencem ao bairro Barragem. Na Rua Zulnei Petris, o lote de Nº 112 pertence ao Bairro Budag, enquanto o de Nº 101 pertence ao Bairro Barragem.

OBS: Excluir deste Bairro os lotes que possuam testadas para a Rua Otto Wetzstein (Pertencem ao Bairro Budag).

SUL - Pelo limite do Perímetro Urbano, do ponto rb49 até a Rua Emílio Adami.

OESTE - Pelo eixo da Rua Emílio Adami e seu prolongamento até o Rio Itajaí do Oeste. Ao cruzar Estrada da Madeira o lote de Nº 3222 pertence ao Bairro Barragem, enquanto o de Nº 3224 pertence à Barra do Trombudo.

OBS: Rua Emílio Adami: incluir neste bairro todos os lotes que lhe derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO BARRA ITOUPAVA

NORTE - Pela BR-470, da Rua Severino Lenzi até o Ribeirão Itoupava, e a partir deste ponto seguindo pelo Ribeirão até o Rio Itajaí-Açu.

SUDESTE - Pelo Rio Itajaí-Açu, no trecho entre o Ribeirão Itoupava e o prolongamento do eixo da Rua Severino Lenzi.

OESTE - Com o Bairro Canta Galo pelo prolongamento do eixo da Rua Severino Lenzi até o Rio Itajaí-Açu. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO BARRA DO TROMBUDO

NORTE - Pelos Rios Trombudo (do P00 ao P01 do limite do Perímetro Urbano) e Itajaí do Oeste (do P01 ao prolongamento do eixo da Rua Emílio Adami).

LESTE - Pelo eixo da Rua Emílio Adami, do seu prolongamento ao Rio Itajaí do Oeste até o limite do Perímetro Urbano. Ao cruzar Estrada da Madeira o lote de Nº 3222 pertence ao Bairro Barragem, enquanto o de Nº 3224 pertence à Barra do Trombudo.

OBS: Rua Emílio Adami: excluir deste bairro todos os lotes que lhe derem testada (pertencem ao Bairro Barragem).

SUL - Pelo limite do Perímetro Urbano, do encontro deste com o eixo da Rua Emílio Adami, seguindo os pontos P44, P45, P46, P47 e P48.

OESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano na divisa intermunicipal de Rio do Sul com Agronômica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO BELA ALIANÇA

NORTE - Pelo Rio Itajaí-Açu, do ponto rb17 até a divisa intermunicipal com Lontras (ponto rb15).

LESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano e divisa intermunicipal com Lontras, no trecho entre o Rio Itajaí-Açu (ponto rb15) e o ponto P24.

~~SUL - Pelo limite do Perímetro Urbano, partindo do ponto P24 e seguindo os pontos P24a, P24b, P24c, P25, P26 e P27. A partir deste último segue em direção ao P28, porém somente até o ponto rb16.~~

SUL - Pelo limite do Perímetro Urbano, partindo do ponto P24, e seguindo os pontos P24a, estendendo-se 200 metros de cada lado da Estrada Geral Braço Bela Aliança a partir da intersecção com a Rua Julio Schulupp até a intersecção com Ribeirão, P25, P26 e P27. A partir deste último segue em direção ao P28, porém somente até o ponto rb16. (Redação dada pela Lei Complementar nº 336/2016)

OESTE - Em linha reta sentido Norte-Sul, partindo do ponto rb16 e seguindo até o Rio Itajaí-Açu (ponto rb17). (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO BOA VISTA

NORTE - Inicia no cruzamento da Rua Goiânia com a Rua Curitiba, seguindo por um pequeno trecho desta até a Ladeira Paraná (pelos eixos das vias), continuando por esta última até a Rua Humaitá. Segue então sentido Leste pelo eixo da Rua Humaitá até o encontro com a Rua Osvaldo Geiser, seguindo então pelo seu eixo até retornar para o eixo da Rua Humaitá. Segue então por este eixo, continuando na estrada de acesso ao Pico da Bandeira até o ponto rb26. Segue então com azimuth Norte até o ponto rb24, que corresponde à intersecção desta linha com o prolongamento do eixo da Rua Bom Abrigo. Continua por este eixo sentido leste até encontrar o ponto rb25, localizado no divisor de águas.

OBS: Incluir neste bairro os lotes que possuam testadas para a Rua Osvaldo Geiser, Ladeira Paraná e os trechos acima mensurados das Ruas Humaitá e Curitiba.

LESTE - Pelo divisor de águas, partindo do ponto rb25, seguindo sentido Sul até o ponto rb27, localizado na intersecção do divisor de águas com o prolongamento do eixo da Rua Sergipe.

SUL - Pelo eixo da Rua Sergipe (partindo da Rua Guanabara) e seu prolongamento até o divisor de águas no ponto rb27.

OESTE - Parte da intersecção entre as ruas Guanabara e Sergipe, seguindo pelo eixo da Guanabara até a Rua Botânico Kuhlmann. Segue então pelo eixo desta última até o ponto rb38. A partir deste ponto a divisa segue rumo Norte, cruzando a Rua Santos (no ponto rb37) até a Rua 12 de Outubro (ponto rb36). Na Rua Santos, os lotes acima do nº 230, incluindo o mesmo, (ponto rb37) estão no Bairro Boa Vista, enquanto na Rua 12 de Outubro o último lote a pertencer ao Bairro Eugênio Schneider é o de nº 230 (ao Leste deste estão no Bairro Boa Vista). A partir do ponto localizado na Rua 12 de Outubro, segue rumo nordeste até o ponto rb35, localizado na Rua Gabriel Maveski, seguindo rumo Norte pelo eixo da mesma até o seu final (ponto rb34). Deste ponto segue rumo Noroeste até a esquina da Rua Pará com a Rua Goiânia (ponto rb33). Segue então pelo eixo da Rua Goiânia até a Rua Curitiba.

OBS: 1 - Incluir no Bairro Boa Vista: lotes que possuam testadas para o trecho acima mensurado da Rua Guanabara, da Rua Curitiba, além da Rua Goiânia, Ladeira Paraná e Rua Gabriel Maveski.

2 - Excluir deste bairro os lotes que derem testada para a Rua Sergipe (pertencem ao Bairro Laranjeiras). (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO BREMER

NORTE - Pelo Rio Itajaí-Açú, no trecho entre o Ribeirão Taboão e o ponto rb17.

LESTE - Por uma linha reta sentido Norte-Sul, partindo do Rio Itajaí-Açu no ponto rb17 e seguindo até o ponto rb16.

SUL - Pelo limite do Perímetro Urbano, partindo do ponto rb16, seguindo os pontos P28, P29, P30, P31 e P32. A partir deste último ponto, a divisa segue pelo eixo da Rua André Largura, seguindo sentido Oeste até encontrar o Ribeirão Taboão (ponto rb19).

OBS: Rua André Largura: excluir deste bairro todos os lotes que lhe derem testada no trecho em questão (pertencem ao Bairro Taboão).

OESTE - Pelo Ribeirão Taboão, no trecho entre a Rua André Largura e o Rio Itajaí-Açu. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO BUDAG

NORTE - Pelo Rio Itajaí do Oeste, do prolongamento do eixo da Rua Otto Wetzstein até o encontro com o Rio Itajaí do Sul.

SUDESTE - Pelo Rio Itajaí- Açu, partindo do encontro dos rios até a Ponte dos Arcos. A divisa segue então com o Bairro Sumaré, sentido oeste, pelo eixo da Rua João Conrado Stoll até o cruzamento com a Rua Mário Dalponte, seguindo pelo eixo desta até encontrar o eixo da Rua Roberto Kock no ponto rb39. A partir deste ponto, segue em linha reta até o encontro dos eixos das Ruas Jacob Johann Dick e Eleonora Budag (ponto rb40). Segue então pelo eixo da Rua Eleonora Budag, sentido Sul, até encontrar o eixo da Rua Helmuth Skowasch no ponto rb41, continuando em linha reta pelo prolongamento do eixo desta rua até

o ponto rb42, encontrando o prolongamento da Rua Curt Schroeder. Após este ponto, a linha segue com azimuth sul até o ponto rb46, situado no limite do Perímetro Urbano. Segue então pelo limite do perímetro (sentido Sudoeste) até encontrar o prolongamento do eixo da Rua Otto Wetzstein (ponto rb49).

OBS: 1) Ruas Prof João Conrado Stol, Mário Dalponte e Eleonora Budag: incluir neste bairro os lotes que lhe derem testada.

OESTE - Inicia no ponto rb49 (encontro do prolongamento do eixo da Rua Otto Wetzstein com o limite do Perímetro Urbano), seguindo pelo eixo desta via e seus prolongamentos até encontrar o Rio Itajaí do Oeste. Na Rua Félix Deeke Júnior, este prolongamento irá cruzá-la no ponto rb47, sendo que os lotes com nº s 286 e 287 ficam pertencendo ao Bairro Barragem, enquanto o lote de nº 276 pertence ao Bairro Budag. Já quando o prolongamento cruzar a Rua Zulnei Petris, a divisão do bairro irá coincidir com o encontro desta rua com a rua sem denominação (ponto rb48), sendo que o lote com nº 101 fica pertencendo ao Bairro Barragem, enquanto o lote de nº 112 pertence ao Bairro Budag.

OBS: Rua Otto Wetzstein: incluir neste Bairro os lotes que lhe derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO CANTA GALO

NORTE - Pelo limite do Perímetro Urbano seguindo os pontos: P08, P09 e P10. Após o P10 a divisa segue o Perímetro Urbano em direção ao P11, porém terminando no ponto rb12.

LESTE - Partindo do ponto rb12, seguindo com azimuth Sul até encontrar o final da Rua Severino Lenzi no ponto rb11, e continuando pelo eixo desta via e seu prolongamento até o Rio Itajaí-Açu.

OBS: incluir neste bairro os lotes que derem testada para a Rua Severino Lenzi.

SUL - Pelo Rio Itajaí-Açu, partindo do ponto citado acima e seguindo sentido montante até o encontro com o Ribeirão Canoas.

OESTE - Pelo Ribeirão Canoas, partindo sentido montante a partir do Rio Itajaí-Açu até a intersecção com a Rua João Hoffmann (Ponte Francisco Bondavalli), seguindo pelo último afluente do lado esquerdo (sentido montante) até o ponto rb10, e a partir daí segue com azimuth Oeste até o limite do Perímetro Urbano, chegando no ponto rb09 (entre os pontos P07 e P08 da linha do limite do Perímetro Urbano), finalizando no ponto P08. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO CANOAS

NORTE - Pelo Ribeirão Canoas, iniciando na intersecção deste ribeirão com a BR-470, seguindo sentido jusante até o Rio Itajaí-Açu.

LESTE - Pelo Rio Itajaí-Açu, do Ribeirão Canoas até o Encontro dos Rios.

SUL - Com o Rio Itajaí-Oeste, seguindo sentido montante do Encontro dos Rios até o ponto rb01.

OESTE - Inicia no Rio Itajaí do Oeste, no ponto rb01, seguindo em linha reta até a Rodovia BR-470 no ponto rb02. Após este ponto segue pelo eixo da BR-470 até a intersecção com o Ribeirão Canoas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO CENTRO

NORTE - Inicia no eixo central do Rio Itajaí-Açu, na Ponte Viriato Alves Garcia, seguindo pelo eixo da Rua Machado de Assis, e em seguida pelo eixo da Rua Coelho Neto no trecho entre as Ruas Machado de Assis e 15 de Abril, seguindo pelo eixo desta última até a intersecção com a Rua 7 de Setembro. Segue então pelo eixo da Rua 7 de Setembro (sentido Norte) até a Travessa Luiz Piazero, seguindo pela mesma e continuando pela Rua Dom Bosco até a Rua Ângelo Tomio. A divisa segue então pelo eixo desta rua no trecho entre a Rua Dom Bosco e a Alameda Aristiliano Ramos, continuando pelo eixo da Rua Washington Luiz entre a Alameda e a Avenida Oscar Barcelos.

OBS: Nos trechos acima mencionados das ruas Coelho Neto, 7 de Setembro, Dom Bosco, Ângelo Tomio; além da Travessa Luiz Piazero e das ruas Machado de Assis e 15 de Abril: incluir neste Bairro todos os lotes

que lhe derem testada.

LESTE - A partir da intersecção da Rua Washington Luiz com a Avenida Oscar Barcelos, o limite segue pelo eixo desta última até a Rua Caetano Cé, continuando pelo eixo desta até encontrar a Rua Imaruí, seguindo pelo eixo desta rua sentido oeste até o cruzamento com a Rua Humaitá.

OBS: No trecho acima mencionado da Rua Imaruí, além da Rua Caetano Cé: excluir deste bairro todos os lotes que lhe derem testada (pertencem ao Bairro Santana).

SUDESTE - Ao chegar a Rua Humaitá, a divisa segue pelo eixo desta (sentido oeste) até a Rua Euclides da Cunha, e em seguida pelo eixo desta até a esquina com a Ladeira Joaquim Nabuco, continuando pelo eixo desta ladeira até encontrar a Avenida Oscar Barcelos. Segue então por um pequeno trecho desta avenida até a Travessa Waldemiro Cândido da Silva, pegando um pequeno trecho da Rua Marechal Deodoro até a Rua dos Caçadores. Segue então pelo eixo desta última até a Rua Pedro Moretto, continuando pelo eixo desta e seu prolongamento até o Rio Itajaí do Sul.

OBS:

1) Trecho acima mencionado da Rua Humaitá e Rua Euclides da Cunha: excluir deste bairro os lotes que lhe derem testada.

2) Trecho acima mencionado da Avenida Oscar Barcelos, da Travessa Waldemiro C. da Silva, além dos trechos das ruas Marechal Deodoro, Caçadores e Pedro Moretto: incluir neste bairro os lotes que lhe derem testada.

OESTE - Pelo Rio Itajaí do Sul, no trecho entre o prolongamento do eixo da Rua Pedro Moretto e a Ponte Viriato Alves Garcia. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO EUGÊNIO SCHNEIDER

NORTE - Pelo eixo da Rua Humaitá, do seu início até o encontro com a Ladeira Paraná.

OBS: Incluir neste bairro os lotes que derem testada para o trecho descrito da Rua Humaitá.

LESTE - Segue pelo eixo da Ladeira Paraná, a partir da Rua Humaitá, até a Rua Curitiba, e seguindo pelo eixo desta (sentido Oeste) até a Rua Goiânia, continuando pelo eixo desta até o seu final (ponto rb33), encontrando a Rua Pará. Nesta última rua, o último lote a pertencer ao bairro Boa Vista é o de Nº 252, abaixo deste pertencem ao Eugênio Schneider. A partir deste ponto a divisa segue em linha reta, sentido sudeste, até o ponto rb34, localizado no final da Rua Gabriel Maveski, seguindo pelo eixo desta e seu prolongamento até o ponto rb35. Após este ponto, segue em linha reta (sentido Sudoeste) até o ponto rb36 localizado na Rua 12 de Outubro. O último lote da Rua 12 de Outubro pertencente a este bairro é o de Nº 230. A partir deste ponto, a divisa segue em linha reta com azimute Sul até a Rua Botânico Kuhlmann (ponto rb38). Neste trecho, ao cruzar a Rua Santos no ponto rb37, os últimos lotes desta rua pertencentes a este bairro são os de Nº s 240 e 241. A divisa segue então pelo eixo da Rua Botânico Kuhlmann até encontrar a Rua Guanabara, seguindo pelo eixo desta última (sentido Sul) até a Estrada do Acre.

OBS:

1) excluir deste bairro: lotes com testada para a Ladeira Paraná, Rua Goiânia, Rua Gabriel Maveski e trechos mencionados das ruas Guanabara e Curitiba (pertencem ao Bairro Boa Vista).

2) incluir neste bairro os lotes com testada para o trecho mencionado da Rua Botânico Kuhlmann.

SUL - Pela Estrada do Acre, no trecho entre as Ruas Guanabara e dos Caçadores.

OBS: Excluir deste bairro os lotes com testada para o trecho acima mensurado da Estrada do Acre (pertencem ao Bairro Laranjeiras)

OESTE - Pelo eixo da Rua dos Caçadores, no trecho entre as Ruas Maranhão e Marechal Deodoro. Em seguida pelo eixo da Rua Marechal Deodoro (entre a Rua dos Caçadores e a Travessa Waldemiro Cândido da Silva), seguindo pelo eixo da Travessa até a Avenida Oscar Barcelos. Segue então por um pequeno trecho da Oscar Barcelos para então seguir pelo eixo da Ladeira Joaquim Nabuco. Após esta ladeira, a linha continua pelo eixo da Rua Euclides da Cunha até encontrar a Rua Humaitá

OBS:

1) Trechos descritos da Avenida Oscar Barcelos e Ruas dos Caçadores e Marechal Deodoro, além da Ladeira

Joaquim Nabuco e Travessa Waldemiro Cândido da Silva: excluir deste bairro os lotes que lhe derem testada.

2) Rua Euclides da Cunha: Incluir neste bairro os lotes que lhe derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO FUNDO CANOAS

NORTE - Com o limite do Perímetro Urbano, dos pontos P06 ao P07. A partir do P07 segue com azimuth Norte até o ponto rb09. Após este ponto segue em linha reta (azimuth leste), até o ponto rb10 localizado no último afluente do lado esquerdo do Ribeirão Canoas.

LESTE - Parte do ponto rb10, localizado no último afluente do lado esquerdo do Ribeirão Canoas, seguindo sentido jusante até a Ponte Francisco Bondavalli. Após a ponte a divisa segue o eixo da Rua João Hoffmann em direção da Estrada Boa Esperança, até encontrar a mesma no ponto rb08. A partir deste ponto segue em linha reta, sentido sudoeste, até o ponto rb07 e em seguida também em linha reta até o ponto de coordenadas rb06, localizado na Estrada São Bento (126 metros após a Rua Túlio Cezar Macedo).

OBS: Rua João Hoffmann: incluir neste bairro os lotes que lhe derem testada.

SUL - Partindo do ponto rb06, localizado na Estrada São Bento (126 metros após a Rua Túlio Cezar Macedo), segue pelo eixo desta estrada por mais 1.440m até o ponto rb05, localizado no limite do Perímetro Urbano.

OBS: Estrada São Bento: excluir deste bairro os lotes que derem testada para o trecho mensurado (pertencem ao Bairro Progresso)

OESTE - Do ponto de coordenadas rb05, localizado no limite do Perímetro Urbano, seguindo pelo limite acompanhando os pontos P04, P05 até o P06. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO JARDIM AMÉRICA

NOROESTE - Pelo o Rio Itajaí-Açu, da Ponte Viriato Alves Garcia até a Ponte Ministro Mário Andreazza.

LESTE - Partindo da Ponte Mário Andreazza, seguindo pelo eixo da Travessa Paulo Ledra até a Avenida Oscar Barcelos.

OBS: excluir deste bairro os lotes que derem testada para a Travessa Paulo Ledra (pertencem ao Bairro Santana).

SUL - Segue pelo eixo da Av. Oscar Barcelos (sentido sudoeste), no trecho entre a Rua Paulo Ledra até a Rua Ângelo Tomio. Segue então pelo eixo desta última entre a Av. Oscar Barcelos e a Rua Dom Bosco. O limite continua pela Rua Dom Bosco, partindo da Rua Ângelo Tomio e continuando pela Travessa Luiz Piazero até a Rua 7 de Setembro, seguindo por esta última sentido Sul até a Rua 15 de Abril, onde irá prosseguir até o encontro com a Rua Coelho Neto. Segue então por um pequeno trecho desta última via (sentido Norte) até a Rua Machado de Assis, para seguir pela mesma até a Ponte Viriato Alves Garcia.

OBS:

1) Excluir deste bairro os lotes que derem testada para o trecho mencionado da Av. Oscar Barcelos (pertencem ao Bairro Santana)

2) Trechos mensurados das ruas Ângelo Tomio, Dom Bosco, 7 de Setembro e Coelho Neto, além das ruas 15 de Abril e Machado de Assis e da Travessa Luiz Piazero: excluir deste bairro os lotes que lhe derem testada (pertencem ao Bairro Centro). (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO LARANJEIRAS

NORTE - Inicia no prolongamento do eixo da Rua Pedro Moretto até o Rio Itajaí-Açu, seguindo por este eixo até a intersecção com a Rua dos Caçadores. Segue então pela Rua dos Caçadores (sentido Sul) até o cruzamento com a Estrada do Acre, seguindo pelo eixo desta até o seu final na Rua Guanabara.

OBS 1: Rua Pedro Moretto: excluir deste bairro os lotes que lhe derem testada (pertencem ao Bairro Centro)

OBS 2: Trecho mencionado da Rua dos Caçadores e estrada do Acre: incluir neste bairro os lotes que lhe derem testada.

A linha segue então pela Rua Guanabara, no trecho entre a Estrada do Acre e a Rua Sergipe, seguindo pelo eixo desta última e seu prolongamento sentido Leste até o divisor de águas (ponto rb27).

OBS 3: Excluir deste bairro os lotes que derem testada para este trecho da Rua Guanabara (pertencem ao Bairro Boa Vista)

OBS 4: Incluir neste bairro os lotes que derem testada para a Rua Sergipe.

LESTE - Inicia no ponto rb27, seguindo pelo divisor de águas até o limite do Perímetro Urbano (ponto rb28).

SUL - Parte do encontro do divisor de águas com o limite do Perímetro Urbano (rb28), e segue sentido Oeste até o ponto rb29, e em seguida em linha reta com azimuth Sul até o ponto rb30, localizado na ponte da Rua Guilherme Witt. A partir deste ponto segue sentido jusante pelo ribeirão até encontrar o Rio Itajaí-Açu (rb32).

OESTE - Pelo Rio Itajaí do Sul, do ponto rb32 seguindo sentido jusante até a Ponte dos Arcos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO NAVEGANTES

NORTE - Pela BR-470, no trecho entre os Ribeirões Itoupava e Cobras.

LESTE - Pelo Ribeirão Cobras, no trecho entre a BR-470 e o Rio Itajaí-Açu.

SUL - Pelo Rio Itajaí-Açu, no trecho entre os Ribeirões Itoupava e Cobras.

OESTE - Pelo Ribeirão Itoupava, no trecho entre a BR-470 e o Rio Itajaí-Açu. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO PAMPLONA

NORTE - Pelo limite do Perímetro Urbano, do P02 até o ponto rb04, que corresponde ao prolongamento do eixo da Rua Roberto Henrique Wagner.

LESTE - Parte do limite do Perímetro Urbano, do ponto rb04, seguindo pelo prolongamento da Rua Roberto Henrique Wagner até o seu fim, e a partir daí em linha reta até a Rodovia BR-470 no ponto rb03. A partir deste último ponto, segue pelo eixo da BR (sentido Sudoeste) até o ponto rb02, localizado no final da Rua João Pedro Marcelino. Após este ponto a linha segue em linha reta até Rio Itajaí do Oeste no ponto rb01.

OBS: incluir neste bairro os lotes que derem testada para a Rua Roberto Henrique Wagner.

SUL - Pelo Rio Itajaí do Oeste, do ponto rb01 seguindo sentido montante até a divisa intermunicipal com Laurentino (P01, no encontro com o Rio Trombudo).

OESTE - Com a e divisa intermunicipal com Laurentino, do encontro Rio Trombudo com o Itajaí do Oeste (P01) até o P02 do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO PROGRESSO

NORTE - Do encontro do limite do Perímetro Urbano com o eixo da Estrada São Bento (rb05), seguindo esta via por 1.440m até o ponto rb06, localizado na Estrada São Bento (a 126m da Rua Túlio Cezar Macedo). Segue então em linha reta (sentido nordeste) até o ponto rb07, e em seguida também em linha reta até o ponto de coordenadas rb08, localizado na Estrada Boa Esperança. Após este ponto, a linha continua pelo eixo da Rua João Hoffmann até a Ponte Francisco Bondavalli. Na Estrada da Boa Esperança, o último lote a pertencer ao Bairro Progresso é o de nº 495.

OBS:

1) excluir deste bairro os lotes com testada para a Rua João Hoffmann (pertencem ao Bairro Fundo Canoas)

2) Incluir neste bairro os lotes que derem testada para o trecho mensurado da Estrada São Bento.



LESTE - Pelo Ribeirão Canoas, no trecho entre a Ponte Francisco Bondavalli e a Rodovia BR-470.

SUL - Pelo eixo da Rodovia BR-470, no trecho entre o Ribeirão Canoas e o trevo de acesso ao Bairro Canoas (ponto rb03).

OESTE - Partindo da Rodovia BR-470 no trevo de acesso ao Bairro Canoas (ponto rb03) e seguindo pelo eixo da Rua Roberto Henrique Wagner. Continua então pelo prolongamento deste eixo até encontrar o limite do Perímetro Urbano no ponto rb04. Segue então pela linha do Perímetro (P03 até a intersecção com o eixo da Estrada São Bento no ponto rb05).

OBS: excluir deste bairro os lotes com testada para a Rua Roberto Henrique Wagner (pertencem ao Bairro Pamplona). (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO RAINHA

NORTE - Pela divisa do Perímetro Urbano, do ponto rb14 até o P22.

LESTE - Pela divisa intermunicipal com Lontras seguindo os pontos P22 e P23. Após o P23 a linha segue em direção P24, porém termina ao cruzar o Rio Itajaí-Açu no ponto rb15.

SUL - Pelo Rio Itajaí-Açu, da divisa intermunicipal com Lontras (rb15), seguindo sentido montante até o Ribeirão Cobras.

OESTE - Partindo do encontro do Ribeirão Cobras com o Itajaí-Açu, seguindo sentido montante pelo Ribeirão Cobras até este cruzar a Rodovia BR-470. Segue então pelo eixo da Rodovia no trecho entre o Ribeirão Cobras e a Rua Prefeito Luiz Adelar Soldatelli. A partir do ponto de intersecção desta última rua com a BR-470, a divisa segue em linha reta (com azimuth Norte) até encontrar a divisa do Perímetro Urbano no ponto rb14. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO SANTANA

NORTE - Partindo da intersecção entre a Rua Caetano Cé e a Avenida Oscar Barcelos, seguindo pelo eixo da última no trecho entre a Caetano Cé e a Travessa Paulo Ledra. Segue então pela Paulo Ledra até encontrar o Rio Itajaí-Açu, seguindo pelo mesmo (sentido jusante) até o ponto rb20. Deste ponto segue em linha reta até encontrar a Estrada Blumenau no ponto rb21. Ao cruzar a Estrada Blumenau, no lado do Rio Itajaí-Açu o lote de nº 2148 fica pertencendo ao Bairro Taboão, enquanto o lote ao seu lado esquerdo fica pertencendo ao Bairro Santana. Já do outro lado da Estrada Blumenau, o lote que faz esquina com a Rua Vitório Beling fica pertencendo ao Bairro Taboão, enquanto o lote a sua direita pertence ao Bairro Santana.

OBS: 1) Incluir neste bairro os lotes que derem testada para o trecho da Avenida Oscar Barcelos localizado entre a Rua Ângelo Tomio e a Travessa Paulo Ledra, assim como os lotes que derem testada para a Travessa Paulo Ledra.

LESTE - Inicia na Estrada Blumenau no ponto rb21, seguindo em linha reta com azimuth Sul até encontrar o ponto rb22. Deste ponto segue em linha reta com azimuth Oeste até o ponto rb23, localizado no encontro da Estrada São José com um curso d'água que desce da escarpa ao lado esquerdo da estrada. Segue então (sentido Sul) pelo eixo da Estrada São José até o seu final, e em seguida em linha reta com azimuth Sul até encontrar a estrada de acesso ao Pico da Bandeira (ponto rb26).

OBS: excluir deste bairro os lotes que derem testada para o trecho em questão da Estrada São José (pertencem ao Bairro Taboão).

SUL - Pela estrada do Pico da Bandeira, do ponto rb26, seguindo por seu eixo sentido Rua Humaitá, e continuando pelo eixo desta última até o encontro com a Rua Oswaldo Geiser. A divisa continua por esta rua até retornar para a Rua Humaitá, para então continuar até o encontro com a Rua Imaruí.

OBS: Ruas Humaitá e Oswaldo Geiser, além do trecho da estrada de acesso ao Pico da Bandeira: excluir deste bairro os lotes que derem testada para o trecho em questão (pertencem ao Bairro Boa Vista)

OESTE - Partindo da Rua Humaitá, a divisa segue pelo eixo da Rua Imaruí até encontrar a Rua Caetano Cé, para então seguir pelo eixo desta (sentido Norte) até a Avenida Oscar Barcelos

OBS: No trecho acima mencionado da Rua Imaruí, além da Rua Caetano Cé: incluir neste bairro os lotes

que lhe derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO SUMARÉ

NORTE - Partindo do encontro das ruas Mário Dalponte e Professor João Conrado Stoll, seguindo pelo eixo da última (sentido leste) até encontrar o Rio Itajaí do Sul sob a Ponte dos Arcos.

OBS: Rua Professor Conrado Stoll: excluir deste bairro os lotes que lhe derem testada (pertencem ao Bairro Budag).

LESTE - Com o Rio Itajaí do Sul, da Ponte dos Arcos seguindo sentido montante até o ponto rb45.

SUL - Parte do Rio Itajaí-Açu, no ponto rb45, onde um córrego sem denominação encontra o mesmo. Segue por este córrego, sentido montante, até o mesmo cruzar a estrada do Bomfim no ponto rb44. A partir deste ponto, a linha segue com azimuth Oeste até o ponto rb43.

OESTE - Partindo do ponto rb43, a divisa segue em linha reta com azimuth Norte até o ponto rb46, localizado no limite do Perímetro Urbano. Continua então seguindo com azimuth Norte até o ponto rb42, que corresponde ao encontro dos prolongamentos dos eixos das ruas Curt Schroeder e Helmuth Skowasch. Segue então pelo eixo da Rua Helmuth Skowasch e seu prolongamento até o eixo da Rua Eleonora Budag (rb41), seguindo pelo eixo da Rua Eleonora Budag até o seu final (rb40). A partir deste ponto segue em linha reta até o ponto rb39, localizado no final da Rua Mário Dalponte. Segue então pelo eixo desta última até encontrar a Rua Professor João Conrado Stoll.

OBS: Ruas Mário Dalponte e Eleonora Budag: excluir deste bairro os lotes que lhe derem testada (pertencem ao Bairro Budag). (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO SANTA RITA

NORTE - Pelo limite do Perímetro Urbano, do ponto rb13 (correspondente ao encontro do prolongamento do eixo da Rua Ambrósio Semioni com o limite do Perímetro Urbano), seguindo os pontos P15 e P16.

LESTE - Pelo Ribeirão Cobras, no trecho entre o P16 e a Rodovia BR-470.

SUL - Pela BR-470, no trecho entre o Ribeirão Cobras e a Rua Ambrósio Semioni.

OESTE - Pelo eixo da Rua Ambrósio Semioni e seu prolongamento até o limite do Perímetro Urbano no ponto rb13.

OBS: Rua Ambrósio Semioni: incluir neste bairro todos os lotes que lhe derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO TABOÃO

NORTE - Pelo Rio Itajaí-Açu, no trecho entre o ponto rb20 e o Ribeirão Taboão, seguindo por este ribeirão (sentido montante) até a Rua André Largura no ponto rb19. Segue então pelo eixo da Rua André Largura (sentido leste) até o limite do Perímetro Urbano no ponto rb18.

OBS: Incluir neste bairro os lotes que derem testada para o trecho mencionado da Rua André Largura.

LESTE - Parte do limite do Perímetro Urbano no encontro do eixo da Rua André Largura (ponto rb18), seguindo o limite do Perímetro Urbano até os pontos P33 e P34.

SUL - Pelo limite do Perímetro Urbano, entre os pontos P34, P35 e P36. Segue então por parte da linha que leva ao P37, porém finalizando no divisor de águas (no ponto rb28).

OESTE - Parte do ponto rb28, localizado no divisor de águas no limite do Perímetro Urbano, seguindo sentido Norte por este divisor até encontrar o ponto rb25, que corresponde a intersecção do divisor de águas com o prolongamento do eixo da Rua Bom Abrigo (Santana). Segue então por este prolongamento de eixo até o ponto rb24, sendo que após este ponto a linha continua com azimuth Norte até encontrar o final da Rua São José. Continua então pelo eixo desta rua até o ponto rb23, localizado no encontro da Estrada São José com um curso d'água que desce a escarpa do lado esquerdo da estrada. Em seguida continua com azimuth Leste até o ponto rb22. Neste ponto a divisa toma o rumo Norte, até encontrar a Estrada Blumenau no ponto rb21, e a partir daí em linha reta (sentido noroeste), até o Rio Itajaí-Açu

(no ponto rb20). Ao cruzar a Estrada Blumenau, no lado do Rio Itajaí-Açu o lote de nº 2148 fica pertencendo ao Bairro Taboão, enquanto o lote ao seu lado esquerdo fica pertencendo ao Bairro Santana. Já do outro lado da Estrada Blumenau, o lote que faz esquina com a Rua Vitório Beling fica pertencendo ao Bairro Taboão, enquanto o lote a sua direita pertence ao Bairro Santana.

OBS: Estrada São José: incluir neste bairro os lotes que derem testada para o trecho em questão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO VALADA ITOUPAVA

NORTE - Pelo limite do Perímetro Urbano, contornando os pontos P12, P13 e P14. Segue então em direção ao P15, porém finaliza no ponto rb13, que corresponde ao encontro do prolongamento do eixo da Rua Ambrósio Semioni com o limite do Perímetro Urbano.

LESTE - Pelo eixo da Rua Ambrósio Semioni e seu prolongamento partindo do limite do Perímetro Urbano (ponto rb13), até o encontro com a Rodovia BR-470.

OBS: Excluir deste bairro os lotes que derem testada para a Rua Ambrósio Semioni (pertencem ao Bairro Santa Rita)

SUL - Pelo eixo da Rodovia BR-470, no trecho entre a Rua Ambrósio Semioni e a Rua Severino Lenzi.

OESTE - Por toda a extensão do eixo da Rua Severino Lenzi, e a partir do seu final (rb11) continua em linha reta com azimuth Norte até o limite do Perímetro Urbano (rb12). Segue então pelo limite do Perímetro Urbano, passando pelos pontos P11 e P12.

OBS: excluir deste bairro os lotes que derem testada para a Rua Severino Lenzi (pertencem ao Bairro Santa Galo). (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### BAIRRO VALADA SÃO PAULO

NORTE - Pelo limite do Perímetro Urbano iniciando no ponto P17 e seguindo pelos pontos P18, P19, P20 e P21. Segue então em direção ao P22, porém terminando no ponto rb14.

LESTE - Parte do ponto rb14, localizado no limite do Perímetro Urbano entre os pontos P21 e P22, seguindo em linha reta com azimuth Sul até o ponto de intersecção da Rodovia BR-470 com a Rua Prefeito Luiz Adelar Soldatelli.

SUL - Pela Rodovia BR-470, no trecho entre a Rua Prefeito Luiz Adelar Soldatelli e o Ribeirão Cobras, seguindo por este ribeirão (sentido montante) até o limite do Perímetro Urbano no ponto P16.

OESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano, entre os pontos P16 e P17. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

**Art. 500 -** Quando o limite entre bairros for a BR - 470, suas testadas pertencerão aos bairros que fazem limites com a mesma.

**Art. 501 -** Os bairros não deverão ter denominações iguais as existentes nos demais setores da cidade.

### SEÇÃO III DO PERÍMETRO URBANO

~~**Art. 502 -** O Perímetro Urbano de Rio do Sul conforme mapa de zoneamento, parte integrante desta Lei Complementar fica subdividido nas seguintes zonas e subzonas:~~

**Art. 502 -** O perímetro urbano de Rio do Sul conforme mapa de zoneamento, parte integrante desta Lei Complementar, fica subdividido nas seguintes zonas e subzonas: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

ZONA	SUBZONA
Residencial (R)	RE - Residencial
Exclusivo	RP1- Residencial Predominante 1
	RP2- Residencial Predominante 2
	RP3- Residencial Predominante 3
Misto (M)	MC - Misto Central
	MD1- Misto Diversificado 1
	MD2- Misto Diversificado 2
	MD3- Misto Diversificado 3
Industrial (Ind)	Ind. 1 - Industrial Predominante 1
	Ind. 2 - Industrial Predominante 2
Preservação (P)	P1 - Preservação Permanente
	P2 - Preservação Controlada
	PE - Preservação Especial
Expansão Urbana (EXP)	EXPr - Expansão
Residencial	EXPm - Expansão Mista

ZONA	SUBZONA
Residencial (R)	RE - Residencial Exclusivo
	RP1 - Residencial Predominante 1
	RP2 - Residencial Predominante 2
	RP3 - Residencial Predominante 3
Misto (M)	MC - Misto Central
	MD1 - Misto Diversificado 1
	MD2 - Misto Diversificado 2
	MD3 - Misto Diversificado 3
Industrial (Ind)	Ind.1 - Industrial Predominante 1
	Ind.2 - Industrial Predominante 2
Preservação (P)	P1 - Preservação Permanente
	P2 - Preservação Controlada
	PE - Preservação Especial
Expansão Urbana (EXP)	EXPr - Expansão Residencial
	EXPm - Expansão Mista

(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

ZONA	SUBZONA
Residencial (R)	RE - Residencial Exclusivo
	RP1 - Residencial Predominante 1
	RP2 - Residencial Predominante 2
	RP3 - Residencial Predominante 3
Misto (M)	MC - Misto Central
	MD1 - Misto Diversificado 1
	MD2 - Misto Diversificado 2
	MD3 - Misto Diversificado 3
Industrial (Ind)	IND - Industrial Predominante
Preservação (P)	P1 - Preservação Permanente
	P2 - Preservação Controlada
	PE - Preservação Especial
Urbanização Controlada	UC - Urbanização Controlada

(Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)

**Art. 503 -** Quando um terreno for atingido por mais de uma zona, os índices urbanísticos serão calculados proporcionalmente aos índices de cada parcela do terreno, podendo a área permitida na parcela de menor índice de aproveitamento ser edificada cumulativamente na parcela do terreno de maior índice de aproveitamento e sendo as áreas não edificáveis consideradas com índice de aproveitamento igual a zero.

**Art. 504 -** Os limites entre as diversas zonas poderão sofrer ajustes quando verificada a conveniência de tal procedimento com vistas a obter:

I - maior precisão de limites;

II - melhor adequação do zoneamento aos fatores biofísicos condicionantes, à divisões dos imóveis, ao sistema viário, e a atividades implantadas.

Parágrafo único. Os ajustes de limites a que se refere o artigo anterior serão efetuados pela Assessoria de Planejamento da Prefeitura, ouvido o conselho do Plano Diretor e instituído por Lei.

**Art. 504-A** Quando um imóvel for dividido pelo perímetro urbano e rural, o proprietário poderá optar por enquadrar até 13 hectares (130.000m<sup>2</sup>) do imóvel como urbano, desde que a área remanescente rural, seja maior do que a Fração Mínima de Parcelamento de Solo definida pelo INCRA (30.000,00m<sup>2</sup>).

Parágrafo único. A opção pelo enquadramento do imóvel como urbano, não isenta o proprietário do cumprimento das exigências estabelecidas pela presente Lei Complementar, quando da destinação do imóvel. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 405/2018)

**Art. 504-B** Quando um imóvel for dividido pelo perímetro urbano e rural, e o tamanho do imóvel pertencente à área rural seja menor do que a Fração Mínima de Parcelamento de Solo definida pelo INCRA (30.000,00m<sup>2</sup>), o proprietário poderá optar por enquadrar a totalidade do imóvel como urbano.

Parágrafo único. A opção pelo enquadramento do imóvel como urbano, não isenta o proprietário do cumprimento das exigências estabelecidas pela presente Lei Complementar, quando da destinação do imóvel. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 405/2018)

### Capítulo III DA DELIMITAÇÃO DAS ZONAS

#### SEÇÃO I DAS ZONAS RESIDENCIAIS

~~**Art. 505 -** Fica definida como zona Residencial a zona destinada a função habitacional permanente, onde podem ser tolerados outros usos que não prejudiquem a residencial.~~

~~Parágrafo único. Subdividem-se nas subzonas: Subzonas Residencial Exclusiva (RE) e Residencial Predominante (RP).~~

**Art. 505** Ficam definidas como Zona Residencial as áreas destinadas à função habitacional, onde podem ser permitidos ou tolerados, mediante Estudo de Impacto de Vizinhança, outros usos que não prejudiquem as características da região. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

~~Art. 506 - Fica definida como Zona Residencial as áreas destinadas prioritariamente à função habitacional permanente, onde podem ser tolerados outros usos desde que não prejudiquem a atividade residencial.~~

~~Parágrafo único. Subdividem-se nas subzonas: Residencial Exclusiva (RE) e Residencial Predominante 1, 2 e 3 (RP1, RP2 e RP3) e possuem as seguintes delimitações:~~

~~Subzona Residencial Exclusiva (RE):~~

~~I - RE (BAIRRO CENTRO - 1):~~

~~NORTE - Pela Rua Marechal Deodoro (excluindo todos os lotes que lhe derem testada) e seu prolongamento até a Rua Euclides da Cunha.~~

~~SUL - Pela Rua Adolfo Buhr (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE - Pelo limite com o Bairro Pref. Eugênio Schneider.~~

~~OESTE - Pela Rua dos Caçadores (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~II - RE (BAIRRO CENTRO - 2):~~

~~NORTE - Pela Av. Oscar Barcelos e Rua Monte Castelo (excluindo todos os lotes que lhe derem testada) e uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Rua Ana Neri (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL - Pela Rua Humaitá.~~

~~Obs.: no trecho entre o prolongamento da Rua Tiradentes e Ladeira Paraná, incluir todos os lotes que lhe derem testada~~

~~no trecho entre a Ladeira Paraná e a Rua Caetano Cé (no limite com o Bairro Boa Vista), excluir todos os lotes que lhe derem testada.~~

~~LESTE - Pela Rua Caetano Cé, no limite com o Bairro Santana.~~

~~OESTE - Pela Rua Tiradentes (incluindo todos os lotes que lhe derem testada) e o seu prolongamento até a Rua Humaitá.~~

~~III - RE (BAIRRO EUGÊNIO SCHNEIDER):~~

~~NORTE - Pelo limite da subzona MC. (alterado pela LC 029 de 1998)~~

~~SUL - Pela Rua Adolfo Buhr e o seu prolongamento até a Rua Botânico Kuhlmann.~~

~~LESTE - Pela Ladeira Paraná e Ruas Curitiba e Goiânia (excluindo todos os lotes que lhe derem testada), no limite com o Bairro Boa Vista, continuando pelo prolongamento das Ruas Manaus, Amazonas, Pref. Eugênio Schneider e Botânico Kuhlmann (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE - Pela Rua Euclides da Cunha (excluindo todos os lotes que lhe derem testada) e o limite com o Bairro Centro.~~

~~OBS: Exceto os lotes que derem testada para a Rua Eugênio Schneider, considerando a subzona MC.~~

~~IV - RE (BAIRRO SANTANA):~~

~~NORTE - Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Rua Ana Neri (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL - Pela Rua Humaitá (excluindo todos os lotes que lhe derem testada), no limite com o Bairro Santana.~~

~~LESTE - Pelas Ruas Washington Luiz, Justina de Barba Ledra e prolongamento da Rua Eufrázia Tomio (incluindo todos os lotes que lhes derem testada).~~

~~OESTE - Pela Rua Caetano Cé, no limite com o Bairro Centro.~~

~~V - RE (BAIRRO SUMARÉ):~~

~~NORTE - Pela Rua Prof. João Conrado Stoll (excluindo todos os lotes que lhe derem testada), no limite com a subzona MD2.~~

~~SUL - Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE - Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a Rua Ruy Barbosa, iniciando no limite do Perímetro Urbano até o limite com a subzona MD2.~~

~~OESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano, seguindo pelo limite de fundos do Loteamento Parque Florestal Schroeder e pelas Ruas Eleonora Budag e Mário Dalponte (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~Subzona Residencial Exclusiva (RE): (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~I — RE (BAIRRO CENTRO — 1):~~~~NORTE — Pela intersecção da Rua Olavio Bilac com a Rua Castro Alves (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~~~NORTE — Pela intersecção da Rua Olavo Bilac com a Rua Castro Alves (incluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~~~SUL — Pela Rua Adolfo Buhr (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Eugênio Schneider.~~~~OESTE — Pela Rua dos Caçadores (excluindo todos os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~~~II — RE (BAIRRO CENTRO — 2):~~~~NORTE — Pela Av. Oscar Barcelos e Rua Monte Castelo (excluindo os lotes que lhe derem testada) e a Rua Ana Neri (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~~~SUL — Pela Rua Humaitá (excluindo os lotes que lhe derem testada), até o limite com o Bairro Boa Vista.~~~~LESTE — Pela Rua Caetano Cé, no limite com o Bairro Santana.~~~~OESTE — Pela Rua Tiradentes (incluindo todos os lotes que lhe derem testada) e o seu prolongamento até a Rua Humaitá. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~~~III — RE (BAIRRO EUGÊNIO SCHNEIDER):~~~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Centro.~~~~NORTE — Pelo limite com o a subzona MD3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~~~SUL — Pela Rua Adolfo Buhr e o seu prolongamento até a Rua Botânico Kuhlmann (incluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo pela Rua Santos até o limite com o Bairro Boa Vista (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Boa Vista.~~~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Centro e Rua Castro Alves (incluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~~~IV — RE (BAIRRO SANTANA):~~~~NORTE — A partir da Rua Ana Neri (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~~~SUL — Limite com o Bairro Boa Vista.~~~~LESTE — Pelas Ruas Washington Luiz (excluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo pela Rua Justina de Barba Ledra e prolongamento da Rua Eufrázia Tomio (incluindo os lotes que lhes derem testada).~~~~OESTE — Pela Rua Caetano Cé, no limite com o Bairro Centro. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~~~V — RE (BAIRRO SUMARÉ):~~~~NORTE — Pela subzona MD2.~~~~SUL — Pelo limite com o Bairro Bom Fim e subzona MD3.~~~~SUL — Pelo limite com o a comunidade Bom Fim e subzona MD3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~~~LESTE — Pela subzona MD3.~~~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano e divisa com o Bairro Budag. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~~~Subzona Residencial Predominante 1 (RP1):~~~~I — RP1 (BAIRRO ALBERTINA):~~~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Laranjeiras.~~~~SUL — Através de uma linha imaginária com direção leste, partindo do encontro das subzonas MD3 com a P1 até o limite do Perímetro Urbano.~~~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~~~OESTE — Pela subzona MD3.~~~~II — RP1 (BAIRRO BARRAGEM):~~~~NORTE — limite com subzona MD3.~~~~SUL — limite com o perímetro urbano e com a zona IND.~~

~~LESTE — limite com o perímetro urbano e com o Bairro Budag.~~  
~~OESTE — limite com o Bairro Barra do Trombudo.~~  
~~III — RP1 (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO):~~  
~~NORTE — pela subzona MD3.~~  
~~SUL — pela zona IND do mesmo bairro e pelo perímetro urbano.~~  
~~LESTE — pelo limite com o Bairro Barragem e pela zona IND.~~  
~~OESTE — pelo limite com a divisa intermunicipal com o município de Agronômica.~~  
~~IV — RP1 (BAIRRO BELA ALIANÇA):~~  
~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~  
~~SUL — Pela subzona MD3.~~  
~~LESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Lontras.~~  
~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Bremer.~~  
~~V — RP1 (BAIRRO BOA VISTA):~~  
~~NORTE — Pelas Ruas Goiânia, Curitiba, Ladeira Paraná, Humaitá (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~  
~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano e contornos do Loteamento Mutirão Habitacional Altos da Rua VX de Novembro.~~  
~~LESTE — Pela subzona P2.~~  
~~OESTE — Pelo limite com os Bairros Pref. Eugênio Schneider e Laranjeiras.~~  
~~VI — RP1 (BAIRRO BREMER):~~  
~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~  
~~SUL — Pela subzona MD3.~~  
~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Bela Aliança.~~  
~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão.~~  
~~VII — RP1 (BAIRRO BUDAG):~~  
~~Toda a área do bairro, excluindo as subzonas MD2 e MD3.~~  
~~VIII — RP1 (BAIRRO CENTRO):~~  
~~NORTE — Pela Rua Adolfo Buhr (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~  
~~SUL — Pela Rua Pedro Moretto, no limite com o Bairro Laranjeiras.~~  
~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Pref. Eugênio Schneider.~~  
~~OESTE — Pela subzona MD3.~~  
~~IX — RP1 (BAIRRO EUGÊNIO SCHNEIDER):~~  
~~Toda a área do bairro, excluindo a subzona RE.~~  
~~X — RP1 (BAIRRO FUNDO CANOAS):~~  
~~Toda a área do bairro, excluindo as subzonas RP3, MD3 e o Loteamento Industrial CODISC (zona IND).~~  
~~XI — RP1 (BAIRRO LARANJEIRAS):~~  
~~Toda área do bairro, excluindo a subzona MD3.~~  
~~XII — RP1 (BAIRRO NAVEGANTES):~~  
~~NORTE — Pela zona IND.~~  
~~SUL — Pelo Rio Itajaí Açu.~~  
~~LESTE — Pelo Rio Itajaí Açu e limite com o Bairro Rainha.~~  
~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu e limite com o Bairro Barra Itoupava.~~  
~~XIII — RP1 (BAIRRO PAMPLONA):~~  
~~Toda a área do bairro, excluindo a zona IND e a subzona P1.~~  
~~XIV — RP1 (BAIRRO PROGRESSO):~~  
~~Toda a área do bairro, excluindo as subzonas RP3, P1, MD3 e zona IND.~~  
~~XV — RP1 (BAIRRO RAINHA):~~  
~~NORTE — Pela Rua Teodoro Morastoni (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~  
~~SUL — Pelo Rio Itajaí Açu.~~  
~~LESTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~  
~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~



~~XVI — RP1 (BAIRRO SANTA RITA):~~

~~NORTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pela subzona IND.~~

~~LESTE — Pelo Ribeirão das Cobras.~~

~~OESTE — Pela subzona P2.~~

~~XVII — RP1 (BAIRRO SANTANA):~~

~~NORTE — Pela subzona MD1.~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Boa Vista e a subzona P2.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão.~~

~~OESTE — Pela subzona RE.~~

~~XIII — RP1 (BAIRRO TABOÃO — 1):~~

~~NORTE — Pela subzona MD3.~~

~~SUL — Pela zona EXP e subzona P2.~~

~~LESTE — Pela subzona MD3.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Santana e subzona P2.~~

~~XIX — RP1 (BAIRRO TABOÃO — 2):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pela subzona MD3.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Bremer.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~XX — RP1 (BAIRRO VALADA SÃO PAULO — 1):~~

~~NORTE — Até o limite da Escola Isolada Barra Ribeirão Cobras Norte e limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pela zona IND.~~

~~LESTE — Pelo Perímetro Urbano e limite intermunicipal de Rio do Sul com Lontras.~~

~~OESTE — Pela subzona MD3.~~

~~XXI — RP1 (BAIRRO VALADA SÃO PAULO — 2):~~

~~NORTE — Pelo Ribeirão Cobras.~~

~~SUL — Pelo Ribeirão Cobras.~~

~~LESTE — Pela subzona MD3.~~

~~OESTE — Pelo Ribeirão Cobras.~~

~~Subzona Residencial Predominante 1 (RP1): (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~I — RP1 (BAIRRO BARRAGEM):~~

~~NORTE — limite com subzona MD3.~~

~~SUL — limite com o perímetro urbano e com a zona IND.~~

~~LESTE — limite com o perímetro urbano e com o Bairro Budag.~~

~~OESTE — limite com o Bairro Barra do Trombudo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~II — RP1 (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO):~~

~~NORTE — pela subzona MD3.~~

~~SUL — pela zona IND do mesmo bairro e pelo perímetro urbano.~~

~~LESTE — pelo limite com o Bairro Barragem e pela zona IND.~~

~~OESTE — pelo limite com a divisa intermunicipal com o município de Agronômica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~II — RP1 (BAIRRO BARRAGEM — 2):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí do Oeste.~~

~~SUL — Pela Estrada da Madeira, (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Limite com o Bairro Budag.~~

~~OESTE — Limite com o Bairro Barra do Trombudo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~III — RP1 (BAIRRO BELA ALIANÇA):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pela subzona MD3.~~

~~LESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Lontras.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Bremer. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~IV — RP1 (BAIRRO BOA VISTA):~~

~~NORTE — Pelas Ruas Goiânia, Curitiba, Ladeira Paraná, Humaitá (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano e contornos do Loteamento Mutirão Habitacional Altos da Rua XV de Novembro.~~

~~LESTE — Pela subzona P2.~~

~~OESTE — Pelo limite com os Bairros Pref. Eugênio Schneider e Laranjeiras. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~IV — RP1 (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO — 2)~~

~~NORTE — Pela Rua Clemente Demarchi.~~

~~SUL — Pela Rua Clemente Demarch (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí do Oeste.~~

~~OESTE — Pela Rua Pedro Avelino dos Santos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~V — RP1 (BAIRRO BREMER):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pela subzona MD3.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Bela Aliança.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~V — RP1 (BAIRRO BELA ALIANÇA): 1~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pela subzona MD3.~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~OESTE — Pela Rua Pedro Frankenderger (incluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~VI — RP1 (BAIRRO BUDAG):~~

~~Toda a área do bairro, excluindo as subzonas MD2 e MD3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~VI — RP1 (BAIRRO BELA ALIANÇA): 2~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pela subzona MD3.~~

~~LESTE — Pelo limite do perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~VII — RP1 (BAIRRO CENTRO):~~

~~NORTE — Pela Rua Adolfo Buhr (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela Rua Pedro Moretto, no limite com o Bairro Laranjeiras.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Pref. Eugênio Schneider.~~

~~OESTE — Pela subzona MD3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~VII — RP1 (BAIRRO BOA VISTA):~~

~~NORTE — Pela Rua Humaitá (incluindo os lotes que lhe derem testada) e prolongamento da Rua Eufrázia Tomio (excluindo os lotes que lhe derem testada) e limite com o Bairro Santana.~~

~~SUL — Pelo limite do perímetro urbano e limite com o Bairro Laranjeiras.~~

~~LESTE — Pela subzona P2.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Laranjeiras e Bairro Eugênio Schneider, seguindo pela Rua Santos e Rua São Paulo (incluindo os lotes que lhe derem testada) seguindo pela Rua Petrópolis. Pela Rua SD que liga a rua Petrópolis até o Beco Ponta Grossa, seguindo pelo Beco Ponta Grossa até o Beco SD (excluindo os lotes que lhe derem testada). Pelo prolongamento da Rua Eufrázia Tomio (excluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~VIII — RP1 (BAIRRO EUGÊNIO SCHNEIDER):~~

~~Toda a área do bairro, excluindo a subzona RE. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~IX — RP1 (BAIRRO FUNDO CANOAS):~~

~~Toda a área do bairro, excluindo as subzonas RP3, MD3 e o Loteamento Industrial CODISC (zona IND).~~

~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~IX — RP1 (BAIRRO BUDAG):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí do Oeste.~~

~~SUL — Pela subzona MD3.~~

~~LESTE — Pela subzona MD2.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí do Oeste. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~X — RP1 (BAIRRO LARANJEIRAS):~~

~~Toda área do bairro, excluindo a subzona MD3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~X — RP1 (BAIRRO BUDAG — 2):~~

~~NORTE — Pela Estrada da Madeira, (excluindo os lotes que lhe derem testada) e pelas Ruas Victor Meirelles e Prof. João Conrrado Stoll, (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Pela subzona RE.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Barragem. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XI — RP1 (BAIRRO NAVEGANTES):~~

~~NORTE — Pela zona IND.~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí Açu e limite com o Bairro Rainha.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu e limite com o Bairro Barra Itoupava. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~XII — RP1 (BAIRRO PAMPLONA):~~

~~Toda a área do bairro, excluindo a zona IND e a subzona P1. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~XII — RP1 (BAIRRO PREF. EUGÊNIO SCHNEIDER — 1):~~

~~NORTE — Pela Rua Humaitá (excluindo os lotes que lhe derem testada) e limite da subzona MD3.~~

~~SUL — Pela Rua Pref. Eugênio Schneider (incluindo os lotes que lhe derem testada) e limite da subzona RP1.~~

~~LESTE — Pela Rua Botânico Kullman (incluindo os lotes que lhe derem testada) e limite da subzona RP1.~~

~~OESTE — Pela Rua Euclides da Cunha (excluindo os lotes que lhe derem testada) e divisa da subzona MC. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XIII — RP1 (BAIRRO PROGRESSO):~~

~~Toda a área do bairro, excluindo as subzonas RP3, P1, MD3 e zona IND. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~XIII — RP1 (BAIRRO PREF. EUGÊNIO SCHNEIDER — 2):~~

~~NORTE — Pela Rua Adolfo Buhr e seu prolongamento até a Rua Botânico Kuhlmann, pela Rua Santos (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Laranjeiras.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Boa Vista.~~

~~OESTE — Pela divisa com Bairro Centro. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XIV — RP1 (BAIRRO RAINHA):~~

~~NORTE — Pela Rua Teodoro Morastoni (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~XIV — RP1 (BAIRRO FUNDO CANOAS — 1):~~

~~NORTE — Pelo limite do do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pelo Ribeirão Canoas.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santa Galo.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XV — RP1 (BAIRRO SANTA RITA):~~

~~NORTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pela subzona IND.~~

~~LESTE — Pelo Ribeirão das Cobras.~~

~~OESTE — Pela subzona P2. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~XV — RP1 (BAIRRO FUNDO CANOAS — 2).-~~

~~NORTE — Pela Estrada Boa Esperança (excluindo os lotes que lhe derem testada) seguindo pela Rua das Industrias (excluindo os lotes que lhe derem testada) e limite com a subzona RP2 ate o limite com o Bairro Progresso.~~

~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Progresso.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XVI — RP1 (BAIRRO SANTANA).-~~

~~NORTE — Pela subzona MD1.~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Boa Vista e a subzona P2.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão.~~

~~OESTE — Pela subzona RE. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~XVI — RP1 (BAIRRO LARANJEIRAS).-~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Pref. Eugênio Schneider e Bairro Centro.~~

~~SUL — P Bairro Albertina.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Boa Vista~~

~~OESTE — Pela Rua dos Caçadores (excluindo os lotes que lhe derem testada), até a interseção com a Rua Maranhão, seguindo pela Rua XV de Novembro (excluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XVII — RP1 (BAIRRO TABOÃO — 1).-~~

~~NORTE — Pela subzona MD3.~~

~~SUL — Pela zona EXP e subzona P2.~~

~~LESTE — Pela subzona MD3.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Santana e subzona P2. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~XVII — RP1 (BAIRRO PAMPLONA).-~~

~~NORTE — Pelo limite do perímetro urbano.~~

~~SUL — Pela divisa da subzona P1, P2 e IND (BR 470).-~~

~~LESTE — Pelo limite do Bairro Progresso e Canoas.~~

~~OESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Laurentino. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XVIII — RP1 (BAIRRO TABOÃO — 2).-~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pela subzona MD3.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Bremer.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~XVIII — RP1 (BAIRRO PROGRESSO).-~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Fundo Canoas.~~

~~SUL — Pelo limite com os Bairros Pamplona, Canoas e BR 470 excluindo uma faixa paralela de 100,00m (cem metros).-~~

~~LESTE — Pela Estrada Boa Esperança excluindo uma faixa paralela de 400,00m (quatrocentos metros) seguindo pela Rua Benedito Novo e Estrada da Floresta (excluindo os lotes que lhe derem testada) e subzona P1.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XIX — RP1 (BAIRRO VALADA SÃO PAULO — 1).-~~

~~NORTE — Até o limite da Escola Isolada Barra Ribeirão Cobras Norte e limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pela zona IND.~~

~~LESTE — Pelo Perímetro Urbano e limite intermunicipal de Rio do Sul com Lontras.~~  
~~OESTE — Pela subzona MD3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~  
~~XIX — RP1 (BAIRRO RAINHA — 1):~~  
~~NORTE — Pela Trav. SD 21 do lado par, seguindo pela Rua Teodoro Morastoni do lado par.~~  
~~SUL — Pelo Rio Itajaí Açú.~~  
~~LESTE — Pelo Rio Itajaí Açú.~~  
~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açú. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~XX — RP1 (BAIRRO VALADA SÃO PAULO — 2):~~  
~~NORTE — Pelo Ribeirão Cobras.~~  
~~SUL — Pelo Ribeirão Cobras.~~  
~~LESTE — Pela subzona MD3.~~  
~~OESTE — Pelo Ribeirão Cobras. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~  
~~XX — RP1 (BAIRRO RAINHA — 2):~~  
~~NORTE — Pelo limite com o Perímetro Urbano.~~  
~~SUL — Pela BR 470, excluindo os lotes que derem testada.~~  
~~LESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Lontras~~  
~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Valada São Paulo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~XXV — RP1 (BAIRRO VALADA SÃO PAULO — 1):~~  
~~NORTE — Até o limite da Escola Isolada Barra Ribeirão Cobras Norte e limite do Perímetro Urbano.~~  
~~SUL — Pela zona IND.~~  
~~OESTE — Pela subzona MD3.~~  
~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Rainha. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~XXVI — RP1 (BAIRRO VALADA SÃO PAULO — 2):~~  
~~SUL — Pelo Ribeirão Cobras.~~  
~~LESTE — Pela subzona MD3.~~  
~~OESTE — Pelo Ribeirão Cobras.~~  
~~NORTE — Pelo Ribeirão Cobras e intersecção do prolongamento do ponto 16 com a faixa paralela de 75m a oeste da Rua Pref. Luiz Adelar Soldatelli. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~Subzona Residencial Predominante 1 (RP1) (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~  
~~I — RP1 (BAIRRO BARRAGEM — 1):~~  
~~NORTE — limite com subzona MD3.~~  
~~SUL — limite com o perímetro urbano e com a zona IND.~~  
~~LESTE — limite com o perímetro urbano e com o Bairro Budag.~~  
~~OESTE — limite com o Bairro Barra do Trombudo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~  
~~II — RP1 (BAIRRO BARRAGEM — 2):~~  
~~NORTE — Pelo Rio Itajaí do Oeste.~~  
~~SUL — Pela Estrada da Madeira, (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~  
~~LESTE — Limite com o Bairro Budag.~~  
~~OESTE — Pela subzona MD3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~  
~~III — RP1 (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO — 1):~~  
~~NORTE — pela subzona MD3.~~  
~~SUL — pela zona IND do mesmo bairro e pelo perímetro urbano.~~  
~~LESTE — pelo limite com o Bairro Barragem e pela zona IND.~~  
~~OESTE — pelo limite com a divisa intermunicipal com o município de Agronômica e subzona MD3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~  
~~IV — RP1 (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO — 2)~~  
~~NORTE — Pela subzona P1.~~  
~~SUL — Pela Rua Clemente Demarch (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~  
~~LESTE — Pelo Rio Itajaí do Oeste.~~  
~~OESTE — Pela Rua Pedro Avelino dos Santos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~  
~~V — RP1 (BAIRRO BELA ALIANÇA — 1):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pela subzona MD3.~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~OESTE — Pela Rua Pedro Frankengerger (incluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~VI — RP1 (BAIRRO BELA ALIANÇA — 2):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pela subzona MD3.~~

~~LESTE — Pelo limite do perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~VII — RP1 (BAIRRO BOA VISTA):~~

~~NORTE — Pela Rua Humaitá (incluindo os lotes que lhe derem testada) e prolongamento da Rua Eufrázia Tomio (excluindo os lotes que lhe derem testada) e limite com o Bairro Santana.~~

~~SUL — Pelo limite do perímetro urbano e limite com o Bairro Laranjeiras.~~

~~LESTE — Pela subzona P2.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Laranjeiras e Bairro Eugênio Schneider, seguindo pela Rua Santos e Rua São Paulo (incluindo os lotes que lhe derem testada) seguindo pela Rua Petrópolis. Pela Rua SD que liga a rua Petrópolis até o Beco Ponta Grossa, seguindo pelo Beco Ponta Grossa até o Beco SD (excluindo os lotes que lhe derem testada). Pelo prolongamento da Rua Eufrázia Tomio (excluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~VIII — RP1 (BAIRRO BREMER):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pela subzona MD3.~~

~~LESTE — Pela subzona MD3.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~IX — RP1 (BAIRRO BUDAG — 1):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí do Oeste.~~

~~SUL — Pela subzona MD3.~~

~~LESTE — Pela subzona MD2.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí do Oeste. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~X — RP1 (BAIRRO BUDAG — 2):~~

~~NORTE — Pela Estrada da Madeira, (excluindo os lotes que lhe derem testada) e pelas Ruas Victor Meirelles e Prof. João Conrrado Stoll, (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Pela subzona RE.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Barragem. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XI — RP1 (BAIRRO CENTRO):~~

~~NORTE — Pela Rua Adolfo Buhr (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela Rua Pedro Moretto, no limite com o Bairro Laranjeiras.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Pref. Eugênio Schneider.~~

~~OESTE — Pela subzona MD3. Redação alterada pela Lei Complementar 172, de 04 de setembro de 2007. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XII — RP1 (BAIRRO CANOAS):~~

~~NORTE — Pelo Ribeirão Canoas, no limite com o Bairro Santa Galo e seu prolongamento até o Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pela Rua Fernando Silva (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~OESTE — Pelas Ruas Princeza Isabel e Rinaldo Mezdri e seu prolongamento até o Ribeirão Canoas (excluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XIII — RP1 (BAIRRO EUGÊNIO SCHNEIDER — 1):~~

~~NORTE — Pela Rua Humaitá (excluindo os lotes que lhe derem testada) e limite da subzona MD3.~~

~~SUL — Pela Rua Pref. Eugênio Schneider (incluindo os lotes que lhe derem testada) e limite da subzona RE.~~

~~LESTE — Pela Rua Botânico Kullman (incluindo os lotes que lhe derem testada) e limite da subzona RE.~~

~~OESTE — Pela Rua Euclides da Cunha (excluindo os lotes que lhe derem testada) e divisa da subzona MC. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XIV — RP1 (BAIRRO EUGÊNIO SCHNEIDER — 2):~~

~~NORTE — Pela Rua Adolfo Buhr (excluindo os lotes que lhe derem testada) e seu prolongamento até a Rua Botânico Kuhlmann, pela Rua Santos (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Laranjeiras.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Boa Vista.~~

~~OESTE — Pela divisa com Bairro Centro. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XV — RP1 (BAIRRO FUNDO CANOAS — 1):~~

~~NORTE — Pelo limite do do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pelo Ribeirão Canoas.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santa Galo.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XVI — RP1 (BAIRRO FUNDO CANOAS — 2):~~

~~NORTE — Pela Estrada Boa Esperança (excluindo os lotes que lhe derem testada) seguindo pela Rua das Indústrias (excluindo os lotes que lhe derem testada) e limite com a subzona RP2 até o limite com o Bairro Progresso.~~

~~NORTE — Pela Estrada Boa Esperança (excluindo os lotes que lhe derem testada), pelo Loteamento Industrial CODISC (zona IND), limite com a subzona RP2 até o limite com o Bairro Progresso. (Redação dada pela Lei Complementar nº 188/2008)~~

~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Progresso.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XVII — RP1 (BAIRRO LARANJEIRAS):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Eugênio Schneider e Bairro Centro.~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Bairro Albertina.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Boa Vista~~

~~OESTE — Pela Rua dos Caçadores (excluindo os lotes que lhe derem testada), até a interseção com a Rua Maranhão, seguindo pela Rua XV de Novembro (excluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XVIII — RP1 (BAIRRO PAMPLONA):~~

~~NORTE — Pelo limite do perímetro urbano.~~

~~SUL — Pela divisa da subzona P1, P2, IND e BR 470.~~

~~LESTE — Pelo limite do Bairro Progresso e Canoas.~~

~~OESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Laurentino. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XIX — RP1 (BAIRRO PROGRESSO):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Fundo Canoas.~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Pamplona e zona IND.~~

~~LESTE — Pela Estrada Boa Esperança excluindo uma faixa paralela de 400,00m (quatrocentos metros) seguindo pela Rua Benedito Novo e Estrada da Floresta (excluindo os lotes que lhe derem testada) e subzona P1.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XX — RP1 (BAIRRO RAINHA — 1):~~

~~NORTE — Pela Trav. SD 21 do lado par, seguindo pela Rua Teodoro Morastoni do lado par.~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí Açú.~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí Açú e lado par da Rua Willand Kurt.~~

~~ØESTE — Pelo Rio Itajaí Açú. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~  
~~XXI — RP1 (BAIRRO RAINHA — 2):~~  
~~NORTE — Pelo limite com o Perímetro Urbano.~~  
~~SUL — Pela BR 470, excluindo os lotes que derem testada.~~  
~~LESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Lontras~~  
~~ØESTE — Pelo limite com o Bairro Valada São Paulo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~  
~~XXII — RP1 (BAIRRO SANTA RITA):~~  
~~NORTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~  
~~SUL — Pela zona IND.~~  
~~LESTE — Pelo Ribeirão Cobras.~~  
~~ØESTE — Pela subzona P2. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~  
~~XXIII — RP1 (BAIRRO SANTANA):~~  
~~NORTE — Pela subzona MD1.~~  
~~SUL — Pelo limite com o Bairro Boa Vista e a subzona P2.~~  
~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão.~~  
~~ØESTE — Pela subzona RE. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~  
~~XXIV — RP1 (BAIRRO TABOÃO — 1):~~  
~~NORTE — Pela subzona MD3.~~  
~~SUL — Pela zona UC e subzona P2.~~  
~~LESTE — Pela subzona MD3.~~  
~~ØESTE — Pelo limite com o Bairro Santana e subzona P2. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~  
~~XXV — RP1 (BAIRRO TABOÃO — 2):~~  
~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açú.~~  
~~SUL — Pela subzona MD3.~~  
~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Bremer.~~  
~~ØESTE — Pelo Rio Itajaí Açú. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~  
~~XXVI — RP1 (BAIRRO VALADA SÃO PAULO — 1):~~  
~~NORTE — Até o limite da Escola Isolada Barra Ribeirão Cobras Norte e limite do Perímetro Urbano.~~  
~~SUL — Pela zona IND.~~  
~~ØESTE — Pela subzona MD3.~~  
~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Rainha. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~  
~~XVII — RP1 (BAIRRO VALADA SÃO PAULO — 2):~~  
~~NORTE — Pelo Ribeirão Cobras e intersecção do prolongamento do ponto 16 com a faixa paralela de 75m a oeste da Rua Pref. Luiz Adelar Soldatelli.~~  
~~SUL — Pelo Ribeirão Cobras.~~  
~~LESTE — Pela subzona MD3.~~  
~~ØESTE — Pelo Ribeirão Cobras. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~  
~~Subzona Residencial Predominante 2 (RP2):~~  
~~I — RP2 (BAIRRO JARDIM AMÉRICA):~~  
~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açú.~~  
~~SUL — Pela Alameda Bela Aliança (incluindo todos os lotes que lhe derem testada) e seu prolongamento até o Rio Itajaí Açú.~~  
~~LESTE — Pelo Rio Itajaí Açú.~~  
~~ØESTE — Pelo Rio Itajaí Açú.~~  
~~I — RP2 (BAIRRO BREMER):~~  
~~NORTE — Pela subzona MD3.~~  
~~SUL — Pelo talvegue situado 300,00 m (trezentos metros) ao sul da Escola Isolada Ribeirão Quintino, pelo limite do Perímetro Urbano e divisa com o Bairro Taboão.~~  
~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano e com o Bairro Bela Aliança.~~  
~~ØESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano e com o Bairro Taboão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~



~~II — RP2 (BAIRRO BELA ALIANÇA):~~~~NORTE — Pela subzona MD3 até o limite com o município de Lontras.~~~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano dado pelos pontos 26 e 27 e uma faixa de 500 metros paralela a Rua Conselheiro Williy Hering, até a interseção da faixa de 100 m (cem metros) paralela a Rua Alfredo Schwarowski, seguindo pela Rua SD (incluindo os lotes que lhe derem testada) até encontrar o ponto 30 seguindo o perímetro urbano.~~~~LESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Lontras e limite do perímetro urbano dado pelos pontos 24, 25, 26.~~~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Bremer e zona UC.~~~~(alterado pela LC 124/2004) (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~~~III — RP2 (BAIRRO FUNDO CANOAS):~~~~NORTE — Pela subzona MD3.~~~~SUL — Por uma faixa paralela de 400m a partir da Estrada Boa Esperança.~~~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Progresso e subzona MD3. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~~~OESTE — Pela Rua das Industrias (incluindo os lotes que lhe derem testada), até a interseção com a faixa paralela de 400,00m, ao sul da Estrada Boa Esperança. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~~~OESTE — Pelo limite do Loteamento Industrial CODISC (zona IND). (Redação dada pela Lei Complementar nº 188/2008)~~~~IV — RP2 (BAIRRO PROGRESSO):~~~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Fundo Canoas.~~~~SUL — Pela subzona P1.~~~~LESTE — Pela subzona MD3.~~~~OESTE — Por uma faixa paralela de 400,00m (quatrocentos metros) a partir da Estrada Boa Esperança, seguindo pela Rua Benedito Novo e trecho da Estrada da Floresta (incluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 187/2008)~~~~V — RP2 (BAIRRO TABOÃO):~~~~NORTE — Pela subzona MD3 e limite com o Bairro Bremer.~~~~SUL — Pela zona UC.~~~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~~~OESTE — Pela subzona MD3. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 187/2008)~~~~Subzona Residencial Predominante 3 (RP3):~~~~I — RP3 (BAIRRO BELA ALIANÇA):~~~~NORTE — Pela subzona MD3~~~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano dado pelos pontos 24B e 24C e zona EXP.~~~~LESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Lontras e limite do perímetro urbano dado pelos pontos 24A e 24B~~~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Bremer e zona EXP.~~~~II — RP3 (BAIRRO BREMER):~~~~NORTE — Pela subzona MD3.~~~~SUL — Pelo talvegue situado 300,00 m (trezentos metros) ao sul da Escola Isolada Ribeirão Quintino, pelo limite do Perímetro Urbano e divisa com o Bairro Taboão.~~~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano e com o Bairro Bela Aliança.~~~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano e com o Bairro Taboão.~~~~II — RP3 (BAIRRO TABOÃO):~~~~NORTE — Pela subzona MD3 e limite com o Bairro Bremer.~~~~SUL — Pela zona UC.~~~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~~~OESTE — Pela subzona MD3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~~~III — RP3 (BAIRRO FUNDO CANOAS):~~

~~NORTE — Pela subzona MD3.~~  
~~SUL — Por uma faixa paralela de 400,00 m (quatrocentos metros) a partir da Estrada Boa Esperança.~~  
~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Progresso e subzona MD3.~~  
~~OESTE — Pelo limite do Loteamento Industrial CODISC (zona IND).~~  
~~IV — RP3 (BAIRRO PROGRESSO).~~  
~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Fundo Canoas.~~  
~~SUL — Pela subzona P1.~~  
~~LESTE — Pela subzona MD3.~~  
~~OESTE — Por uma faixa paralela de 400,00 m (quatrocentos metros) a partir da Estrada Boa Esperança, seguindo pela Rua Benedito Novo e trecho da Estrada Floresta (incluindo todos os lotes que lhe derem testada.~~  
~~V — RP3 (BAIRRO TABOÃO).~~  
~~NORTE — Pela subzona MD3 e limite com o Bairro Bremer.~~  
~~SUL — Pela zona EXP.~~  
~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~  
~~OESTE — Pela subzona MD3. (Revogada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

**Art. 506** Fica definida como Zona Residencial as áreas destinadas prioritariamente à função habitacional permanente, onde podem ser permitidos ou tolerados outros usos de acordo com o porte, nível de degradação ambiental e pólo gerador de tráfego. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Parágrafo Único - Subdividem-se nas subzonas: ZR1 Residencial de baixa densidade, ZR2 Residencial de média densidade e ZR3 Residencial de alta densidade e possuem as seguintes delimitações: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Subzona Residencial 1 (ZR1): (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - ZR1 (BAIRRO ALBERTINA I):

NORTE - Pelo Rio Itajaí do Sul.  
SUL - Pelo Ribeirão Albertina.  
LESTE - Pela Rodovia SC 350, excluindo os lotes que derem testada.  
OESTE - Pelo Rio Itajaí do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - ZR1 (BAIRRO ALBERTINA II):

NORTE - Pela Rodovia SC 350, excluindo os lotes que derem testada.  
SUL - Pelo limite do perímetro urbano.  
LESTE - Pela Divisa com o Bairro Laranjeiras.  
OESTE - Pelo Ribeirão Albertina. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

III - ZR1 (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO):

NORTE - Pela Rua Clemente Demarchi (excluindo os lotes que lhe derem testada).  
SUL - Pela divisa do perímetro urbano.  
LESTE - Pela Rua Emilio Adami (incluindo os lotes que lhe derem testada até encontrar o limite do Zoneamento Industrial onde exclui os lotes que derem testada).  
OESTE - Pelo limite do perímetro urbano e divisa do município com a cidade de Agronômica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

IV - ZR1 (BAIRRO BARRA ITROUPAVA):

NORTE - Pela Rua Itajaí (incluindo os lotes que lhe derem testada) e pelo limite com a subzona ZCD3.

SUL - Pelo Rio Itajaí Açu.

LESTE - Pelo Ribeirão Itoupava e Rio Itajaí Açu.

OESTE - Pela Rua Carmela Lenzi (incluindo os lotes que derem testada) e pelo limite com a subzona ZI.

(Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

V - ZR1 (BAIRRO BARRAGEM - I):

NORTE - Pela Estrada da Madeira excluindo os lotes que derem testada.

SUL - Pela divisa do perímetro urbano.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Budag.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Barra do Trombudo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

VI - ZR1 (BAIRRO BARRAGEM - II):

NORTE - Pelo Rio Itajaí do Oeste.

SUL - Pela Estrada da Madeira excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Budag.

OESTE - Pela Rua Joaçaba incluindo os lotes que derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

VII - ZR1 (BAIRRO BELA ALIANÇA - I):

NORTE - Pela Rua Conselheiro Willy Hering excluindo os lotes que derem testada.

SUL - Pelo limite com a subzona ZRP e limite do perímetro urbano.

LESTE - Pela divisa com o perímetro urbano e o limite com o Município de Lontras.

OESTE - Pela divisa com o bairro Bremer. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

VIII - ZR1 (BAIRRO BELA ALIANÇA - II):

NORTE - Pelo Rio Itajaí Açu.

SUL - Pela Estrada Blumenau excluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pela Rua Pedro Frankenberger incluindo os lotes que lhe derem testada.

OESTE - Pela Via Prevista 21 (VP21), excluindo os lotes que lhe derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

IX - ZR1 (BAIRRO BELA ALIANÇA - III):

NORTE - Pelo Ribeirão Matador.

SUL - Pela Rua Conselheiro Willy Hering excluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pelo Rio Itajaí-Açu.

OESTE - Pela subzona ZEIC. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

X - ZR1 (BAIRRO BOA VISTA):

NORTE - Pela Rua Humaitá (excluindo os lotes que derem testada, entre a Ladeira Paraná até a Ladeira Porto Velho).

SUL - Pela Zona de Preservação Ambiental e pela divisa com o Bairro Laranjeiras.

LESTE - Pela subzona ZPA, pela divisa com o bairro Taboão e Bairro Santana.

OESTE - Pela divisa com os bairros Laranjeiras e Eugênio Schneider, incluindo os lotes que derem

testada para a Ladeira Paraná, Rua Goiânia, Rua Pará e Rua Gabriel Maueski. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

~~OBS.: os lotes compreendidos entre a cota 470,00 metros e cota 520,00 metros poderão ser incluídos nesta subzona, mediante comprovação de estabilidade por Laudo Geofísico, emitido por profissional habilitado e acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)~~

OBS: Os lotes compreendidos entre a cota 470,00 metros e a cota 520,00 metros poderão ser incluídos nesta subzona, mediante comprovação de estabilidade por Laudo Geológico, emitido por profissional habilitado e acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 331/2016)

XI - ZR1 (BAIRRO BREMER I):

NORTE - Pelo Rio Itajaí Açu.

SUL - Pela Estrada Blumenau excluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Bela Aliança.

OESTE - Pelo Ribeirão Taboão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

XII - ZR1 (BAIRRO BREMER II):

NORTE - Pela Estrada Blumenau excluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pela divisa do Bairro Taboão, pelo perímetro urbano e pela subzona ZPA.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Bela Aliança.

OESTE - Pelo Ribeirão Taboão e divisa com o Bairro Taboão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

XIII - ZR1 (BAIRRO CANTA GALO I):

NORTE - Pela subzona ZPA.

SUL - Pela Rodovia BR 470 excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Itoupava.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Fundo Canoas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

XIV - ZR1 (BAIRRO FUNDO CANOAS I):

NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.

SUL - Pela divisa com o Bairro Progresso.

LESTE - Pela Estrada Boa Esperança, excluindo os lotes que lhe derem testada.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Progresso e pelo limite do perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

XV - ZR1 (BAIRRO FUNDO CANOAS II):

NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.

SUL - Pelo limite com os Bairros Progresso e Canta Galo e pela subzona ZPA.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Canta Galo, pelo limite do perímetro urbano e pela subzona ZPA.

OESTE - Pela Estrada Boa Esperança, excluindo os lotes que lhe derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## XVI - ZR1 (BAIRRO LARANJEIRAS):

NORTE - Pela subzona ZR3 e pela subzona ZR2.

SUL - Pela divisa com o Bairro Albertina e limite do perímetro urbano.

LESTE - Pela subzona ZPA e limite do perímetro urbano.

OESTE - Pelo final da Rua dos Caçadores, Rua Maranhão e Rua XV de novembro, excluindo os lotes que lhes derem testada.

OBS.: os lotes compreendidos entre a cota 470,00 metros e cota 520,00 metros poderão ser incluídos nesta subzona, mediante comprovação de estabilidade por Laudo Geofísico, emitido por profissional habilitado e acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## XVII - ZR1 (BAIRRO NAVEGANTES):

NORTE - Pela Rodovia BR 470 excluindo os lotes que derem testada.

SUL - Pelo Rio Itajaí Açu.

LESTE - Pela subzona ZI.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Barra Itoupava. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## XVIII - ZR1 (BAIRRO PAMPLONA):

NORTE - Pela subzona ZPA.

SUL - Pela Rodovia BR 470 excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Progresso e pela subzona ZPA.

OESTE - Pela Subzona ZPA. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## XIX - ZR1 (BAIRRO PROGRESSO):

NORTE - Pela divisa com o Bairro Fundo Canoas.

SUL - Pela Rodovia BR 470 excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pela Estrada Boa Esperança, excluindo os lotes que derem testada.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Pamplona e divisa com o perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

~~XX - ZR1 (BAIRRO RAINHA I):~~~~NORTE - Pela divisa do perímetro urbano.~~~~SUL - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testadas.~~~~LESTE - Pelo limite do perímetro urbano e divisa municipal.~~~~OESTE - Pela divisa com o Bairro Valada São Paulo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)~~

## XX - ZR1 (BAIRRO RAINHA I):

NORTE - Pela divisa do perímetro urbano.

SUL - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testadas.

LESTE - Pelo limite do perímetro urbano e divisa municipal.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Valada São Paulo.

Obs. Excluem-se os lotes que derem testada para a Estrada da Penha, localizados no trecho entre a rodovia BR 470 e 320,00 metros a partir do início da Estrada da Penha (Loteamento José Stédile. (Redação dada pela Lei Complementar nº 322/2015)

## XXI - ZR1 (BAIRRO RAINHA II):

NORTE - Pela Travessa Arnaldo Hoffmann, incluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pela Rua Willand Kurt, incluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pela Rua Willand Kurt, incluindo os lotes que lhe derem testada.

OESTE - Pelo Rio Itajaí-Açu. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## XXII - ZR1 (BAIRRO SANTA RITA):

NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.

SUL - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pelo Ribeirão Cobras.

OESTE - Pela subzona ZPA e ZI. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## XXIII - ZR1 (BAIRRO SANTANA):

NORTE - Pelo limite da subzona ZR3 e pela Avenida Oscar Barcelos, excluindo os lotes que derem testada.

SUL - Pela divisa com o Bairro Boa Vista e a ZPA.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Taboão.

OESTE - Pelo limite das subzonas ZR2 e ZR1E. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## XXIV - ZR1 (BAIRRO TABOÃO I):

NORTE - Pelo Rio Itajaí Açu e pelo limite da subzona ZEIC.

SUL - Pela Estrada Blumenau, excluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pela divisa com o Ribeirão Taboão.

OESTE - Pelo Rio Itajaí Açu. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## XXV - ZR1 (BAIRRO TABOÃO II):

NORTE - Pela Estrada Blumenau, excluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pelo limite com a subzona ZRP.

LESTE - Pela divisa com o perímetro urbano e divisa com o Bairro Bremer.

OESTE - Pela Rua João Ledra, excluindo os lotes que lhe derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## XXVI - ZR1 (BAIRRO TABOÃO III):

NORTE - Pela Estrada Blumenau, excluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pelo limite da subzona ZRP.

LESTE - Pela Rua João Ledra, excluindo os lotes que lhe derem testada.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Santana e pela subzona ZPA. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## XXVII - ZR1 (BAIRRO VALADA ITROUPAVA):

NORTE - Por uma linha reta que parte da Travessa Pedro Mazzini (incluindo os lotes que lhe derem testada) até o ponto P14 do perímetro urbano.

SUL - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pelo limite da subzona ZI, ZPA e pela Rua José Marchi incluindo os lotes que lhe derem testada.

OESTE - Pelo Ribeirão Itoupava. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

XXVIII - ZR1 (BAIRRO VALADA SÃO PAULO):

NORTE - Pela o limite da subzona ZRP.

SUL - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Rainha.

OESTE - Pelo Ribeirão Cobras. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

XXIX - ZR1-E (BAIRRO SUMARÉ):

NORTE - Pela divisa com o Bairro Budag, pela Rua João Conrado Stoll, excluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pela divisa do perímetro urbano e Rio Itajaí do Sul.

LESTE - Pela Rua Ruy Barbosa até a Rua Ituporanga (excluindo os lotes que derem testada) e Rio Itajaí do Sul.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Budag, pela rua Eleonora Budag (incluindo os lotes de testada) e pelo limite do perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

XXX - ZR1-E (BAIRRO SANTANA):

NORTE - Pela Rua Visconde de Cairú, excluindo lotes que derem testada.

SUL - Pela Rua Humaitá, excluindo lotes que derem testada.

LESTE - Pela Rua Justina de Barba Ledra, incluindo lotes que derem testada.

OESTE - Pela Rua Caetano Cé e Rua Imbuia (incluindo lotes que derem testada) e pela subzona ZR2. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Subzona Residencial 2 (ZR2): (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - ZR2 (BAIRRO EUGÊNIO SCHNEIDER):

NORTE - Pela divisa com o Bairro Centro.

SUL - Pela divisa com o Bairro Laranjeiras, excluindo os lotes que derem testada para a Estrada do Acre.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Boa Vista, excluindo os lotes que derem testada para a Rua Guanabara.

OESTE - Pela subzona ZR3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - ZR2 (BAIRRO CENTRO):

NORTE - Pela subzona ZR3.

SUL - Pela Rua Humaitá, incluindo os lotes que lhe derem testada até o encontro com a Rua Imaruí.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Santana e subzona ZR1E.

OESTE - Pela divisa com a subzona ZR3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

III - ZR2 (BAIRRO SANTANA):

NORTE - Pela subzona ZR3, na rua Ana Nery (excluindo lotes que derem testada).

SUL - Pela Rua Visconde de Cairú, incluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pela Rua Washington Luiz, incluindo os lotes que lhe derem testada, até a Rua Visconde de Cairú.

OESTE - Pela Rua Caetano Cé, incluindo os lotes que lhe derem testada, até o encontro com a Rua

Expedicionário Schade. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

IV - ZR2 (BAIRRO CANTA GALO):

NORTE - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pelo Rio Itajaí Açu.

LESTE - Pelo Rio Itajaí Açu.

OESTE - Pelo Ribeirão Canoas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Subzona Residencial 3 (ZR3): (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - ZR3 (BAIRRO CANOAS):

NORTE - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testada.

SUL - Pelo Rio Itajaí do Oeste.

LESTE - Pela subzona ZR1.

OESTE - Pelo Rio Itajaí do Oeste. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - ZR3 (BAIRRO CENTRO I):

NORTE - Pela subzona ZCD1.

SUL - Pela Avenida Oscar Barcelos, incluindo os lotes que derem testada para a Rua Dr. Neumann, Rua Oscar Kirsten e Rua dos Pioneiros, seguindo pela Rua Ana Nery, incluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Santana.

OESTE - Pelo rio Itajaí do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

III - ZR3 (BAIRRO CENTRO II):

NORTE - Pela divisa com o Bairro Jardim América e pela subzona ZEIC.

SUL - Pela subzona ZCD1.

LESTE - Pela divisa com o bairro Jardim América.

OESTE - Pelo Rio Itajaí Açu e pela subzona ZEIC. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

IV - ZR3 (BAIRRO JARDIM AMÉRICA):

NORTE - Pelo Rio Itajaí Açu.

SUL - Pela divisa com o Bairro Centro e pela subzona ZCD1.

LESTE - Pela Rio Itajaí Açu.

OESTE - Pelo Rio Itajaí Açu e Rua 07 de Setembro (incluindo os lotes que derem testada) e pela subzona ZEIC. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

V - ZR3 (BAIRRO LARANJEIRAS):

NORTE - Pela divisa com o Bairro Centro.

SUL - Pela Rua Maranhão, incluindo os lotes que lhe derem testada até a Rua dos Caçadores.

LESTE - Pela Rua dos Caçadores, incluindo os lotes lhe que derem testada.

OESTE - Pela Rua XV de Novembro excluindo os lotes que derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

VI - ZR3 (BAIRRO SANTANA):



NORTE - Pela subzona ZCD1.

SUL - Pela Rua Ana Nery, incluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pela Rua Rodrigues Alves, incluindo os lotes que lhe derem testada até o encontro com a Rua Ana Nery.

OESTE - Pela Rua Caetano Cé, incluindo os lotes que lhe derem testada até o encontro com a Rua Ana Nery. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## SEÇÃO II

### DAS ZONAS MISTAS

## SEÇÃO II

### DAS ZONAS DE CORREDORES DIVERSIFICADOS (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

~~Art. 507 - Fica definida como Zona Mista, as áreas destinadas prioritariamente para as funções de comércio e da prestação de serviços, podendo se admitir outros usos, conforme definido por esta Lei Complementar.~~

~~Parágrafo único. Subdividem-se nas subzonas: Mista Central (MC) e Mista Diversificada 1, 2 e 3 (MD1, MD2 e MD3) e possuem as seguintes delimitações:~~

#### ~~ZONA MISTA~~

~~Subzona Mista Central (MC):~~

~~I - MC (BAIRRO CENTRO):~~

~~NORTE - Pela Alameda Bela Aliança (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL - Pela Rua Marechal Deodoro (incluindo todos os lotes que lhe derem testada) e seu prolongamento até a Rua Euclides da Cunha (incluindo todos os lotes que lhe derem testada), seguindo pela Rua Humaitá (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE - Pela Rua Abrahm Lincoln (excluindo todos os lotes que lhe derem testada) e seu prolongamento até a Rua Oscar Barcelos (excluindo todos os lotes que lhe derem testada), seguindo por esta até encontrar a Rua Tiradentes (excluindo todos os lotes que lhe derem testada) e seu prolongamento até a Rua Humaitá.~~

~~OESTE - Pelos Rios Itajaí Açu e do Sul.~~

~~Obs: os lotes que derem testada para a Rua Eugênio Schneider, considera-se zona MC.~~

~~I - MC (BAIRRO CENTRO):~~

~~NORTE - Pela Alameda Bela Aliança (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL - Pela Rua Marechal Deodoro e seu prolongamento até o limite com o Bairro Eugênio Schneider (incluindo os lotes que lhe derem testada) seguindo pela Rua Euclides da Cunha (incluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo pela Rua Humaitá (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE - Pela Rua Abrahm Lincoln (incluindo os lotes que lhe derem testada) e seu prolongamento até a Rua Oscar Barcelos (excluindo todos os lotes que lhe derem testada), seguindo por esta até encontrar a Rua Tiradentes (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE - Pelos Rios Itajaí Açu e do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~I - MC (BAIRRO CENTRO):~~

~~NORTE - Pela Alameda Bela Aliança (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL - Pela Rua Marechal Deodoro e seu prolongamento até o limite com o Bairro Eugênio Schneider (incluindo os lotes que lhe derem testada) seguindo pela Rua Euclides da Cunha (incluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo pela Rua Humaitá (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE - Pela Rua Abrahm Lincoln (excluindo os lotes que lhe derem testada) e seu prolongamento até a Rua Oscar Barcelos (excluindo todos os lotes que lhe derem testada), seguindo por esta até encontrar a Rua Tiradentes (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE - Pelos Rios Itajaí Açu e do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~II — MC (BAIRRO PREF. EUGÊNIO SCHNEIDER):~~

~~NORTE — Pela Rua Humaitá (excluindo os lotes que lhe derem testada) e divisa do Bairro Centro.~~

~~SUL — Pela Rua Pref. Eugênio Schneider (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pela Euclides da Cunha (incluindo os lotes que lhe derem testada) e divisa com a subzona RP1.~~

~~OESTE — Pela divisa com o Bairro Centro. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~Subzona Mista Diversificada 1 (MD1):~~

~~I — MD1 (BAIRRO CENTRO):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Jardim América.~~

~~SUL — Pelas Ruas Oscar Barcelos e Monte Castelo (incluindo todos os lotes que lhe derem testada) e uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Rua Ana Neri (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santana.~~

~~OESTE — Pelo prolongamento da Rua Abrahm Lincoln até a Rua Oscar Barcelos (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~II — MD1 (BAIRRO JARDIM AMÉRICA):~~

~~NORTE — Pela Alameda Bela Aliança (excluindo todos os lotes que lhe derem testada) e seu prolongamento até o Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pelos limites com os Bairros Centro e Santana.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santana.~~

~~OESTE — Pela Rua Abrahm Lincoln (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~III — MD1 (BAIRRO SANTANA):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Jardim América e Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Por uma faixa paralela de 50,00m (cinquenta metros) a partir das Ruas Ana Neri, Rodrigues Alves, Avenida Oscar Barcelos e Estrada Blumenau (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pela Rua Guabiruba (incluindo todos os lotes que lhe derem testada)~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Centro.~~

~~Subzona Mista Diversificada 1 (MD1): (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~I — MD1 (BAIRRO CENTRO):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Jardim América.~~

~~SUL — Pelas Ruas Oscar Barcelos e Monte Castelo (incluindo os lotes que lhe derem testada) e a Rua Ana Neri (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santana.~~

~~OESTE — Pelo prolongamento da Rua Abrahm Lincoln até a Rua Oscar Barcelos (incluindo todos os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~II — MD1 (BAIRRO JARDIM AMÉRICA):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pelos limites com os Bairros Centro e Santana.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santana.~~

~~OESTE — Pela Rua Abrahm Lincoln e Alameda Bela Aliança e seu prolongamento até o Rio Itajaí Açu (incluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE6 — Área de domínio da RFFSA; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~III — MD1 (BAIRRO SANTANA):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Jardim América e Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pela Rua Ana Neri (incluindo os lotes que lhe derem testada), pela Rua Rodrigues Alves em direção à Avenida Oscar Barcelos e Estrada Blumenau (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pela Rua Vitorio Beeling (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Centro. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~Subzona Mista Diversificada 2 (MD2):~~

~~I — MD2 (BAIRRO BUDAG):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí do Oeste.~~

~~SUL — Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir das Ruas Victor Meirelles e Prof.~~

~~João Conrado Stoll (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Centro.~~

~~OESTE — Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a Rua Augusta Deecke (incluindo todos os lotes que lhe derem testada) e pela Praça Pedro de Albuquerque, com prolongamentos até a Rua Victor Meirelles e por parte da Rua Hans Stadek (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~II — MD2 (BAIRRO CANOAS):~~

~~Em todos os seu limites territoriais, observada a taxa de ocupação máxima em 80% (oitenta por cento).~~

~~III — MD2 (BAIRRO CENTRO):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí do Oeste e pelas Ruas Marconi e Basílio C. de Negredo (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Por uma faixa paralela de 50,00m (cinquenta metros) a partir da Rua Prof. João Conrado Stoll.~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul.~~

~~OESTE — Pelo Limite com o Bairro Budag.~~

~~IV — MD2 (BAIRRO CANTA GALO):~~

~~Em todos os seu limites territoriais, observada a taxa de ocupação máxima em 80% (oitenta por cento).~~

~~IV — MD2 (BAIRRO CANTA GALO):~~

~~Observada a taxa de ocupação máxima em 80% (oitenta por cento), sendo:~~

~~NORTE — Pelo limite com a zona P2.~~

~~SUL — Pelo limite territorial do bairro.~~

~~LESTE — Pelo limite territorial do bairro.~~

~~OESTE — Pelo limite territorial do bairro. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~Subzona Mista Diversificada 2 (MD2): (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~I — MD2 (BAIRRO BUDAG):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí do Oeste.~~

~~SUL — Pela Rua Victor Meirelles e pela Rua João Conrado Stoll (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo limite com os Bairros Centro, Sumaré e subzona RE.~~

~~OESTE — Pela Rua Augusta Deecke (incluindo os lotes que lhe derem testada) e pela Praça Pedro de Albuquerque (incluindo os lotes que lhe derem testada), Rua Victor Meirelles e Rua Rodolfo Anton (excluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~II — MD2 (BAIRRO CANOAS):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Progresso e Bairro Santa Galo.~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí do Oeste.~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí aqú, seguindo pela Fernando Silva, Princeza Isabel, Rua Rinaldo Mezadri e Pref. Wenceslau Borini até o Rib. Canoas (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pelo talvegue existente no ponto onde a Rua Dom Pedro II encontra a BR 470 (no limite com o Bairro Pamplona e Bairro Progresso). (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~III — MD2 (BAIRRO CENTRO):~~

~~NORTE — Na confluência dos Rios Itajaí do Sul e Rio Itajaí do Oeste.~~

~~SUL — Pela Rua Prof. João Conrado Stoll (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Budag. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~IV — MD2 (BAIRRO SUMARE):~~

~~NORTE — Pela Rua Prof. João Conrado Stoll (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela subzona RE e MD3.~~

~~LESTE — Pela subzona MD3 e pelo Rio Itajaí do Sul.~~

~~OESTE — Pela divisa com o Bairro Budag. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~Subzona Mista Diversificada 3 (MD3):~~

~~I — MD3 (BAIRRO ALBERTINA):~~

~~NORTE — Iniciando no limite com o Bairro Laranjeiras e pela subzona RP1.~~

~~SUL — Pelo limite do perímetro urbano~~

~~LESTE — Pelo limite do perímetro urbano.~~

~~OESTE — Pelo limite do perímetro urbano.~~

~~II — MD3 (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO):~~

~~Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Estrada das Madeiras e Rua Clemente Demarch (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~III — MD3 (BAIRRO BARRAGEM):~~

~~Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Estrada das Madeiras (incluindo todos os lotes que derem testada).~~

~~IV — MD3 (BAIRRO BELA ALIANÇA):~~

~~Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Estrada Blumenau e a Rua Willy Hering (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~V — MD3 (BAIRRO BREMER):~~

~~Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Estrada Blumenau (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~VI — MD3 (BAIRRO BUDAG):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Estrada das Madeiras (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Estrada das Madeiras (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pela subzona MD2.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Barragem.~~

~~VII — MD3 (BAIRRO CENTRO):~~

~~NORTE — Pela Rua Marechal Deodoro (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Laranjeiras.~~

~~LESTE — Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Rua dos Caçadores.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~VII — MD3 (BAIRRO CENTRO):~~

~~NORTE — Pela Rua Marechal Deodoro (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Laranjeiras.~~

~~LESTE — Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Rua dos Caçadores.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~VIII — MD3 (BAIRRO LARANJEIRAS):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Centro.~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Albertina.~~

~~LESTE — Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir das Ruas dos Caçadores, Otto Ern e Rua XV de Novembro, por uma faixa paralela de 100,00m (cem metros) a partir da (SC-302).~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul.~~

~~IX — MD3 (BAIRRO PROGRESSO):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 250,00 m (duzentos e cinquenta metros) a partir da Estrada Boa Esperança.~~

~~SUL — Pela Estrada São Bento (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santa Galo e zona IND.~~

~~OESTE — Por uma faixa paralela de 50,00 m a partir dos eixos da Estrada Boa Esperança e BR 470 (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~X — MD3 (BAIRRO SANTANA):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Estrada Blumenau (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão.~~

~~OESTE — Pela Rua Guabiruba (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~XI — MD3 (BAIRRO TABOÃO — 1):~~

~~Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Estrada Blumenau, incluindo todos os lotes que lhe derem testada (limites com os Bairros Santana e Bremer).~~

~~XII — MD3 (BAIRRO TABOÃO — 2):~~

~~Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Rua João Ledra, incluindo todos os lotes que lhe derem testada (limites na Estrada Blumenau e zona EXP).~~

~~XIII — MD3 (BAIRRO VALADA SÃO PAULO):~~

~~NORTE — Pelo limite da Escola Isolada Barra Ribeirão Cobras Norte.~~

~~SUL — Pela zona IND.~~

~~LESTE — Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Rua Pref. Luiz Soldatelli.~~

~~OESTE — Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Rua Pref. Luiz Soldatelli e Ribeirão Cobras.~~

~~XIV — MD3 (BAIRRO BARRA DA ITOUPAVA)~~

~~Toda área do bairro.~~

~~Subzona Mista Diversificada 3 (MD3): (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~I — MD3 (BAIRRO ALBERTINA — 1):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Laranjeiras.~~

~~SUL — Por uma linha a 720,00m da Rua Madre Paulina, pelo eixo da SC 302, e seu prolongamento até o Rio Itajaí do Sul e limite Leste deste zoneamento.~~

~~LESTE — Pela SC 302 (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~II — MD3 (BAIRRO ALBERTINA — 2):~~

~~NORTE — Pelo talvegue situado a 700m anterior à entrada da Valada Albertina, pelo eixo da SC 302.~~

~~SUL — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Aurora.~~

~~LESTE — Por uma faixa de 100m a partir da SC 302.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~III — MD3 (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO):~~

~~NORTE — Pela Estrada da Madeira e Clemente Demarch (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela Estrada da Madeira e Clemente Demarch (incluindo os lotes que lhe derem testada)\*.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Barragem.~~

~~OESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Agronômica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~Obs. \*Os lotes com profundidade superior a profundidade mínima estabelecida no Anexo 06 — Quadro de Índices Urbanísticos deveram ser analisados caso a caso. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~IV — MD3 (BAIRRO BARRAGEM):~~

~~NORTE — Pela Estrada da Madeira (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela Estrada da Madeira (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Budag.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Barra do Trombudo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~V — MD3 (BAIRRO BELA ALIANÇA):~~

~~NORTE — Pela Estrada Blumenau e a Rua Conselheiro Willy Hering (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Estrada Blumenau e Rua Conselheiro Willy Hering (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pela divisa intermunicipal entre Rio do Sul com Lontras.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Brehmer. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~VI — MD3 (BAIRRO BREMER):~~

~~NORTE — Pela Estrada Blumenau (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela Estrada Blumenau (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo Limite com o Bairro Bela Aliança.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão.~~

~~\*Obs: Os lotes que derem testada para a Rua Julio Nau consideram-se Zona MD3. (Redação dada pela Lei~~

~~Complementar nº 186/2008)~~

~~VII — MD3 (BAIRRO BUDAG):~~

~~NORTE — Pela Estrada da Madeira (incluindo os lotes que lhe derem testada) e subzona MD2.~~

~~SUL — Pela Estrada da Madeira (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Na confluência da Av. Dona Augusta Deecke e Rua Victor Meirelles (Praça Pedro de Albuquerque),~~

~~Rua Rodolfo Anton (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Barragem. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE6 — Área de domínio da RFFSA; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~VIII — MD3 (BAIRRO CANTA GALO — 1):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 500,00m a partir da BR 470.~~

~~SUL — Pela BR 470 (excluindo os lotes que lhe derem testada)~~

~~LESTE — Pela Rua Adolfo Kolping (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Progresso e Bairro fundo Canoas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~IX — MD3 (BAIRRO CANTA GALO — 2):~~

~~NORTE — Pela BR 470 (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí Açú.~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí Açú.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Canoas, pelo Ribeirão Canoas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~X — MD3 (BAIRRO CENTRO — 1):~~

~~NORTE — Pela Rua Marechal Deodoro (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Laranjeiras.~~

~~LESTE — Pela Rua dos Caçadores (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XI — MD3 (BAIRRO CENTRO — 2):~~

~~NORTE — Pela Rua Humaitá (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela Rua Humaitá e divisa do Bairro Eugênio Schneider.~~

~~LESTE — Pela subzona RP1.~~

~~OESTE — Pela Rua Euclides da Cunha (excluindo os lotes que lhe derem testada) e subzona MC. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE1 — Terreno situado junto a confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste; (ENCONTRO DOS RIOS) (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE6 — Área de domínio da RFFSA; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE7 — Cota emergencial (334,08m). (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XII — MD3 (BAIRRO FUNDO CANOAS):~~

~~NORTE — Pelo Ribeirão Canoas.~~

~~SUL — Pela Estrada Boa Esperança (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Progresso.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XIII — MD3 (BAIRRO LARANJEIRAS):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Centro.~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Albertina.~~

~~LESTE — Pela Rua dos caçadores (incluindo os lotes que lhe derem testada) até a intersecção da Rua Maranhão, seguindo pela Rua XV de Novembro (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XIV — MD3 (BAIRRO PROGRESSO):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Fundo Canoas e pelo Ribeirão Canoas.~~

~~SUL — Na confluência da Estrada São Bento (incluindo os lotes que lhe derem testada e BR 470.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Canta Galo e zona IND.~~

~~OESTE — Na confluência da Estrada São Bento (incluindo os lotes que lhe derem testada) e BR 470.~~

~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XV — MD3 (BAIRRO SANTANA):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pela Estrada Blumenau (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão.~~

~~OESTE — Pela Rua Vitorio Beeling (excluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE6 — Área de domínio da RFFSA;~~

~~XVI — MD3 (BAIRRO SUMARE):~~

~~NORTE — Pela subzona MD2.~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Bom Fim.~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul.~~

~~OESTE — Pela Rua Rui Barbosa, (incluindo os lotes que lhe derem testada), até a divisa com o Bairro Bom Fim. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~...~~

~~XVIII — MD3 (BAIRRO TABOÃO — 2):~~

~~Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da Rua João Ledra, incluindo todos os lotes que lhe derem testada (limites na Estrada Blumenau e zona UC). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XIX — MD3 (BAIRRO VALADA SÃO PAULO):~~

~~NORTE — Pelo limite da Escola Isolada Barra Ribeirão Cobras Norte.~~

~~SUL — Pela zona IND.~~

~~LESTE — Pela Rua Pref. Luiz Adelar Soldatelli (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pela Rua Pref. Luiz Adelar Soldatelli até a intersecção do prolongamento do ponto 16 seguindo pelo Ribeirão Cobras. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XX — MD3 (BAIRRO BARRA DA ITOUPAVA)~~

~~NORTE — Pela zona IND.~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~OESTE — Pelo Beco 01 incluindo os lotes que derem testada. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XXI — MD3 (BAIRRO NAVEGANTES)~~

~~NORTE — Pela BR 470.~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~LESTE — Pela Rua Georg Rausch e seu prolongamento até a BR 470 e divisa com a zona IND.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu, Ribeirão Itoupava e divisa com a Barra Itoupava. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~Subzona Mista Diversificada 3 (MD3): (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~I — MD3 (BAIRRO ALBERTINA — 1):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Laranjeiras.~~

~~SUL — Por uma linha a 720,00m da Rua Madre Paulina, pelo eixo da SC 302, e seu prolongamento até o Rio Itajaí do Sul e limite Leste deste zoneamento.~~

~~LESTE — Pela SC 302 (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~II — MD3 (BAIRRO ALBERTINA — 2):~~

~~NORTE — Pelo talvegue situado a 700m anterior à entrada da Valada Albertina, pelo eixo da SC 302.~~

~~SUL — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Aurora.~~

~~LESTE — Por uma faixa de 100m a partir da SC 302.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~III — MD3 (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO):~~

~~NORTE — Pela Estrada da Madeira e Clemente Demarch (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela Estrada da Madeira e Clemente Demarch (incluindo os lotes que lhe derem testada)\*.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Barragem.~~

~~OESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Agronômica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~Obs. \*Os lotes com profundidade superior a profundidade mínima estabelecida no Anexo 06 — Quadro de Índices Urbanísticos deveram ser analisados caso a caso. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~IV — MD3 (BAIRRO BARRAGEM):~~

~~NORTE — Pela Estrada da Madeira (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela Estrada da Madeira (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Budag.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Barra do Trombudo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~V — MD3 (BAIRRO BELA ALIANÇA):~~

~~NORTE — Pela Estrada Blumenau e a Rua Conselheiro Willy Hering (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Estrada Blumenau e Rua Conselheiro Willy Hering (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pela divisa intermunicipal entre Rio do Sul com Lontras.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Bremer. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~VI — MD3 (BAIRRO BREMER):~~

~~NORTE — Pela Estrada Blumenau (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela Estrada Blumenau (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo Limite com o Bairro Bela Aliança.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~VII — MD3 (BAIRRO BUDAG):~~

~~NORTE — Pela Estrada da Madeira (incluindo os lotes que lhe derem testada) e subzona MD2.~~

~~SUL — Pela Estrada da Madeira (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Na confluência da Av. Dona Augusta Deecke e Rua Victor Meirelles (Praça Pedro de Albuquerque), Rua Rodolfo Anton (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Barragem. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~VIII — MD3 (BAIRRO CANTA GALO — 1):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 500,00m a partir da BR 470.~~

~~SUL — Pela BR 470 (excluindo os lotes que lhe derem testada)~~

~~LESTE — Pela Rua Adolfo Kolping (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Progresso e Bairro fundo Canoas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~IX — MD3 (BAIRRO CANTA GALO — 2):~~

~~NORTE — Pela BR 470 (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí Açú.~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí Açú.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Canoas, pelo Ribeirão Canoas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~X — MD3 (BAIRRO CENTRO — 1):~~

~~NORTE — Pela Rua Marechal Deodoro (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Laranjeiras.~~

~~LESTE — Pela Rua dos Caçadores (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XI — MD3 (BAIRRO CENTRO — 2):~~

~~NORTE — Pela Rua Humaitá (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela Rua Humaitá e divisa do Bairro Eugênio Schneider.~~

~~LESTE — Pela subzona RP1.~~



~~OESTE — Pela Rua Euclides da Cunha (excluindo os lotes que lhe derem testada) e subzona MC. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XII — MD3 (BAIRRO EUGÊNIO SCHNEIDER):~~

~~NORTE — Pela Rua Humaitá (incluindo os lotes que lhe derem testada) e divisa do Bairro Centro.~~

~~SUL — Pela Rua Pref. Eugênio Schneider (incluindo os lotes que lhe derem testada)~~

~~LESTE — Pela Rua Botânico Kullmann (incluindo os lotes que lhe derem testada) e divisa com a zona RE.~~

~~OESTE — Pela Rua Euclides da Cunha (excluindo os lotes que lhe derem testada) e divisa da subzona MC. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XIII — MD3 (BAIRRO FUNDO CANOAS):~~

~~NORTE — Pelo Ribeirão Canoas.~~

~~SUL — Pela Estrada Boa Esperança (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Progresso.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XIV — MD3 (BAIRRO LARANJEIRAS):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Centro.~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Albertina.~~

~~LESTE — Pela Rua dos caçadores (incluindo os lotes que lhe derem testada) até a intersecção da Rua Maranhão, seguindo pela Rua XV de Novembro (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XV — MD3 (BAIRRO PROGRESSO):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Fundo Canoas e pelo Ribeirão Canoas.~~

~~SUL — Na confluência da Estrada São Bento (incluindo os lotes que lhe derem testada) e BR 470.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santa Galo e zona IND.~~

~~OESTE — Na confluência da Estrada São Bento (incluindo os lotes que lhe derem testada) e BR 470. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XVI — MD3 (BAIRRO SANTANA):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL — Pela Estrada Blumenau (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão.~~

~~OESTE — Pela Rua Vitorio Beeling (excluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XVII — MD3 (BAIRRO SUMARE):~~

~~NORTE — Pela subzona MD2.~~

~~SUL — Pelo limite com a comunidade Bom Fim.~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul.~~

~~OESTE — Pela Rua Rui Barbosa, (incluindo os lotes que lhe derem testada), até a divisa com a comunidade Bom Fim. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XVIII — MD3 (BAIRRO TABOÃO):~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Bremer e Ribeirão Taboão.~~

~~SUL — Pelas Ruas Carlos Parma, João Ledra e Estrada Blumenau (incluindo os lotes que lhe derem testada) e limite com o Bairro Santana.~~

~~LESTE — Pelas Ruas João Ledra e Estrada Blumenau (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pela subzona MD1 e limite com o Bairro Santana. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XIX — MD3 (BAIRRO VALADA SÃO PAULO):~~

~~NORTE — Pelo limite da Escola Isolada Barra Ribeirão Cobras Norte.~~

~~SUL — Pela zona IND.~~

~~LESTE — Pela Rua Pref. Luiz Adelar Soldatelli (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pela Rua Pref. Luiz Adelar Soldatelli até a intersecção do prolongamento do ponto 16 seguindo pelo Ribeirão Cobras. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XX — MD3 (BAIRRO BARRA DA ITROUPAVA)~~

~~NORTE — Pela zona IND.~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~LESTE — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~OESTE — Pela divisa com o Bairro Santa Galo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XXI — MD3 (BAIRRO NAVEGANTES)~~

~~NORTE — Pela BR 470.~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~LESTE — Pela Rua Georg Rausch e seu prolongamento até a BR 470 e divisa com a zona IND.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu, Ribeirão Itoupava e divisa com a Barra Itoupava. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

**Art. 507** Ficam definidas como Zona de Corredor Diversificado, as áreas destinadas prioritariamente para as funções de comércio e prestação de serviços, podendo-se admitir outros usos, conforme definido por esta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Parágrafo Único - Subdividem-se nas subzonas: Zona Corredor Diversificado Central, Zona Corredor Diversificado Bairro-Centro, Zona Corredor Diversificado de Eixo Industrial e Zona Corredor Diversificado de Turismo Rural (ZCD1, ZCD2, ZCD3, ZCD4), possuindo as seguintes delimitações: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

#### I - Zona de Corredor Diversificado Central - ZCD1:

Ficam definidos como Zona Corredor Diversificado Central os lotes das quadras entre a Avenida Oscar Barcelos e Alameda Aristiliano Ramos, entre a Rua Carlos Gomes e Alameda Aristiliano Ramos e Rua Anita Garibaldi, excluindo os lotes que derem testada para a Rua Coelho Neto, e o Calçadão Osni Gonçalves. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

#### II - Zona de Corredor Diversificado Bairros-Centro - ZCD 2:

Ficam definidos como Zona Corredor Diversificado Bairro/Centro os lotes que fazem testada para as seguintes vias: Rua Clemente Demarchi, Estrada da Madeira até a subzona ZR3, Rua Ruy Barbosa (até a Rua Ituporanga), Rua XV de Novembro, Rodovia SC 350 (até o limite do perímetro urbano e municipal), Estrada Boa Esperança, Estrada Blumenau, Rua Conselheiro Willy Hering e Rua João Ledra até 330,00 metros após a Rua Aldo Luiz Cristofolini. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

#### III - Zona de Corredor Diversificado de Eixo Industrial - ZCD3:

Ficam definidos como Zona Corredor Diversificado de Eixo Industrial todos os lotes que fazem testada com o lado esquerdo da Rodovia BR 470 e os lotes que fazem testada com o lado direito da Rodovia BR 470, no trecho entre a divisa com o município de Lontras e a Rua Roberto Henrique Wagner. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

#### ~~IV — Zona de Corredor Diversificado de Turismo Rural — ZCD4:~~

~~Ficam definidos como Zona Corredor Diversificado Turístico Rural os lotes que fazem testada por uma faixa de 100,00m (cem metros) metros a partir do eixo das seguintes vias: Estrada Geral Albertina (até o limite do perímetro urbano), Rua João Ledra a partir da subzona ZCD2 até a Rua Carlos Parma, Rua Gustav Hasse (até o limite do perímetro urbano), Rua Julio Schlupp (a partir da Estrada Geral Braço Bela Aliança até a Rua Gustav Hasse), Rua Prefeito Luis Adelar Soldatelli a partir da subzona ZR1 até o limite do perímetro urbano, Rua Expedicionário Alessandro Stédille a partir da subzona ZR1 até a confluência com a Rua dos Vereadores, Rua dos Vereadores a partir da subzona ZI até o limite com o perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)~~

## IV - Zona de Corredor Diversificado de Turismo Rural - ZCD4:

- Ficam definidos como Zona Corredor Diversificado Turístico Rural os lotes que fazem testada por uma faixa de 100,00m (cem metros) metros a partir do eixo das seguintes vias: Estrada Geral Albertina (até o limite do perímetro urbano), Rua João Ledra a partir da subzona ZCD2 (até o limite do perímetro urbano), Rua Gustav Hasse (até o limite do perímetro urbano), Rua Júlio Schlupp (a partir da Estrada Geral Braço Bela Aliança até a Rua Gustav Hasse), Rua Prefeito Luís Adelar Soldatelli a partir da subzona ZR1 até o limite do perímetro urbano, Rua Expedicionário Alessandro Stédille a partir da subzona ZR1 até a confluência com a Rua dos Vereadores, Rua dos Vereadores a partir da subzona ZI até o limite com o perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 382/2017)

## SEÇÃO III

## DAS ZONAS DE EXPANSÃO

## SEÇÃO III

ZONA DE URBANIZAÇÃO CONTROLADA (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)

## SEÇÃO III

DAS ZONAS RURAIS DE PROTEÇÃO (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

~~Art. 508 - Fica definida como Zona de Expansão (EXP) as áreas pertencentes ao Perímetro Urbano, mas ainda com características de uso rural, geralmente desocupadas ou com baixas densidades, sendo destinadas à expansão das atividades de caráter urbano e delimitadas no Mapa de Zoneamento, possuindo as seguintes delimitações:~~

~~Art. 508 - Fica definida como Zona de Urbanização Controlada (UC) as áreas pertencentes ao Perímetro Urbano, mas ainda com características de uso rural, geralmente desocupadas ou com baixas densidades, sendo destinadas à expansão das atividades de caráter urbano e delimitadas no Mapa de Zoneamento, possuindo as seguintes delimitações: (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~ZONA DE EXPANSÃO (EXP)~~~~I - EXP (BAIRRO BELA ALIANÇA):~~~~NORTE - Por uma linha reta ligando os pontos P24 e 27 do limite do Perímetro Urbano~~~~SUL - Pelo limite do Perímetro Urbano~~~~LESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano e zona RP3~~~~OESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano.~~~~II - EXP (BAIRRO TABOÃO):~~~~NORTE - Pelo talvegue situado 400,00 m (quatrocentos metros) ao sul da Rua Vergílio Cristofolini.~~~~SUL - Pelo limite do Perímetro Urbano.~~~~LESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano.~~~~OESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano e subzona P2.~~~~II - UC (BAIRRO ALBERTINA):~~~~NORTE - Por uma linha reta de 450,00m, a 720,00m da Rua Madre Paulina, pelo eixo da SC 302, a partir da faixa de 50,000m da subzona P1.~~~~SUL - Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Aurora.~~~~LESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano.~~~~OESTE - Pela subzona MD3 e P1. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~~~III - EXP (BAIRRO VALADA SÃO PAULO):~~~~NORTE - Pelo limite do Perímetro Urbano.~~~~SUL - Pelo limite da Escola Isolada Barra Ribeirão Cobras Norte.~~~~LESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Pelo Ribeirão Cobras (limite do Perímetro Urbano).~~

~~III — UC (BAIRRO TABOÃO):~~

~~NORTE — Pelo talvegue situado 400,00 m (quatrocentos metros) ao sul da Rua Vergílio Cristofolini.~~

~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano e subzona P2. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE2 — Cachoeira do Taboão; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE6 — Área de domínio da RFFSA; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~IV — EXP (BAIRRO VALADA ITROUPAVA):~~

~~NORTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pela zona IND.~~

~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~V — UC (BAIRRO VALADA ITROUPAVA):~~

~~NORTE — Pelo limite com do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pela zona IND.~~

~~LESTE — Pelo limite com o perímetro urbano e subzona P2~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~I — UC (BAIRRO ALBERTINA):~~

~~NORTE — Por uma linha reta de 450, 00m, a 720,00m da Rua Madre Paulina, pelo eixo da SC 302, a partir da faixa de 50,000m da subzona P1.~~

~~SUL — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Aurora.~~

~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Pela subzona MD3 e P1. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~II — UC (BAIRRO BELA ALIANÇA):~~

~~NORTE — Pela subzona RP2.~~

~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano~~

~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano e subzona RP2. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~III — UC (BAIRRO TABOÃO):~~

~~NORTE — Pelo talvegue situado 400,00 m (quatrocentos metros) ao sul da Rua Vergílio Cristofolini e subzona MD3.~~

~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano e subzona P2. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~IV — UC (BAIRRO VALADA ITROUPAVA):~~

~~NORTE — Pelo limite com do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pela zona IND.~~

~~LESTE — Pelo limite com o perímetro urbano e subzona P2~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~V — UC (BAIRRO VALADA SÃO PAULO):~~

~~NORTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pelo limite da Escola Isolada Barra Ribeirão Cobras Norte.~~

~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Pelo Ribeirão Cobras (limite do Perímetro Urbano). (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

**Art. 508** Ficam definidas como Zona Rural de Proteção (ZRP) os lotes pertencentes ao Perímetro Urbano, mas ainda com características de uso rural, destinadas a manter as atividades rurais, tradicionalistas e de preservação do meio ambiente dentro do caráter urbano, podendo-se admitir outros usos, conforme definido por esta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## I - ZRP (BAIRRO ALBERTINA I):

NORTE - Pela Estrada Geral da Albertina (excluindo os lotes que derem testada).

SUL - Pela divisa com o município de Aurora.

LESTE - Pela divisa do perímetro urbano.

OESTE - Pela Rodovia SC 302, excluindo os lotes que lhe derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## II - ZRP (BAIRRO ALBERTINA II):

NORTE - Pelo Rio Itajaí do Sul.

SUL - Pela divisa municipal.

LESTE - Pela Rodovia SC 302, excluindo os lotes que derem testada.

OESTE - Pelo Rio Itajaí do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## III - ZRP (BAIRRO BELA ALIANÇA):

NORTE - Pelo ponto P27 do perímetro urbano, até a Estrada Geral Braço Bela Aliança, excluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pelo limite do perímetro urbano.

LESTE - Pelo limite do perímetro urbano.

OESTE - Pelo limite do perímetro urbano.

OBS.: excluem-se os lotes da subzona ZCD4. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## IV - ZRP (BAIRRO TABOÃO):

NORTE - Por uma linha perpendicular a Rua João Ledra situada na esquina com a Rua Particular localizada a 330,00 (trezentos e trinta metros) da Rua Aldo Luiz Cristofolini.

SUL - Pela divisa com o perímetro urbano.

LESTE - Pelo limite do perímetro urbano.

OESTE - Pelo subzona ZPA e limite do perímetro urbano.

OBS.: excluem-se os lotes da subzona ZCD4. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## V - ZRP (BAIRRO ITROUPAVA):

NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.

SUL - Pela Travessa Zacarias Vieira, excluindo os lotes que lhe derem testada, e pelas subzonas ZR1 e ZI.

LESTE - Pelo limite do perímetro urbano.

OESTE - Pelo limite do perímetro urbano.

OBS.: excluem-se os lotes da subzona ZCD4. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## VI - ZRP (BAIRRO VALADA SÃO PAULO):

NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.

SUL - Pela subzona ZR1 que termina a 600,00m (seiscentos metros) da Rua Antonio Dolzan.

LESTE - Pelo limite do perímetro urbano.

OESTE - Pelo Ribeirão Cobras e limite do perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº

300/2015)

SEÇÃO IV  
DAS ZONAS INDUSTRIAIS

~~Art. 509 - Fica definida como Zona Industrial (IND) as áreas destinadas preferencialmente à instalação de indústrias, cujos processos de fabricação sejam submetidos a métodos adequados de controle e tratamento de efluentes e não causem incômodos sensíveis às demais atividades urbanas, sendo delimitadas no Mapa de Zoneamento (Anexo 03). Subdividem-se em IndA, IndB e IndC e possuem as seguintes delimitações:~~

~~ZONA INDUSTRIAL (IND)~~

~~I - IND (BAIRRO FUNDO CANOAS):~~

~~Pelo Loteamento Industrial CODISC (zona IND).~~

~~I - IND (BAIRRO BELA ALIANÇA):~~

~~NORTE - Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~SUL - Pela Estrada Blumenau.~~

~~LESTE - Pela Rua Pedro Frankenberger (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE - Pelo limite com o Bairro Brehmer. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE4 - Cachoeira do Bela Aliança;~~

~~PE6 - Área de domínio da RFFSA;~~

~~PE9 - Área de domínio da RFFSA;~~

~~PE10 - Cota emergência 334,08m. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~II - IND (BAIRRO NAVEGANTES):~~

~~NORTE - Pela BR-470.~~

~~SUL - Por uma faixa paralela de 250,00 m (duzentos e cinquenta metros) a partir da BR-470.~~

~~LESTE - Pelo limite com o Bairro Rainha.~~

~~OESTE - Pelo limite com o Bairro Barra Itoupava.~~

~~II - IND (BAIRRO SANTA GALO):~~

~~NORTE - Pela BR-470 (incluindo os lotes que lhe derem testada) até a Rua Adolfo Kolping (excluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo por outra faixa paralela de 500,00m a partir da BR-470 até a interseção com a faixa de 200,00m a oeste da Rua dos Vereadores e limite com o Bairro Valada Itoupava~~

~~SUL - Pela BR-470.~~

~~LESTE - Pelo limite com o Bairro Valada Itoupava.~~

~~OESTE - Pelo limite com o Bairro Canoas (Ribeirão Canoas). (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~III - IND (BAIRRO PAMPLONA - ao norte da BR-470):~~

~~NORTE - Por uma faixa paralela de 100,00 m (cem metros) a partir da BR-470.~~

~~SUL - Pela BR-470.~~

~~LESTE - Pelo limite com o Bairro Canoas.~~

~~OESTE - Pela Rua Louro e seu prolongamento (incluindo todos os lotes que lhe derem testada) até a BR-470.~~

~~III - IND (BAIRRO PAMPLONA - ao norte da BR-470) 1:~~

~~NORTE - Com três linhas, a primeira linha em 56,60m (cinquenta e seis metros e sessenta centímetros) com a subzona de Preservação Permanente (P1), por uma faixa paralela de 35,00m (trinta e cinco metros), a segunda linha em 15,32m (quinze metros e trinta e dois centímetros) com a subzona de Preservação Permanente (P1) e a terceira linha em 132,75m (cento e trinta e dois metros com setenta e cinco centímetros), por uma faixa paralela de 50,00m (cinquenta metros), com a subzona RP1, ambas a partir da faixa de domínio da Rodovia BR-470.~~

~~SUL - Em 132,75m (cento e trinta e dois metros e setenta e cinco centímetros), pela faixa de domínio da Rodovia BR-470.~~

~~LESTE — Com a subzona de Preservação Permanente (P1) (Km 146+687,00m)~~  
~~OESTE — Com a subzona de Preservação Permanente (P1) (Km 146+882,00m), na confrontação da faixa de APP de um córrego. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)~~  
~~III — IND (BAIRRO NAVEGANTES):~~  
~~NORTE — Pela BR 470.~~  
~~SUL — Pelo rio Itajaí Açu e subzona MD3.~~  
~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Rainha.~~  
~~OESTE — Pela divisa da subzona MD3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~IV — IND (BAIRRO PAMPLONA — ao sul da BR 470):~~  
~~Toda a área do Bairro Pamplona ao sul da BR 470.~~  
~~IV — IND (BAIRRO PAMPLONA — ao norte da BR 470) 2:~~  
~~NORTE — em 303,00m (trezentos e três metros), com a subzona RP1, por uma faixa paralela de 50,00m (cinquenta metros) a partir da faixa de domínio da Rodovia BR 470.~~  
~~SUL — em 301,00m (trezentos e um metros) pela faixa de domínio da Rodovia BR 470.~~  
~~LESTE — com a subzona de Preservação Permanente (P1) (Km 147+917,00m), na confrontação da faixa de APP de um córrego.~~  
~~OESTE — com a subzona de Preservação Permanente (P1) (Km 148+215,00m), na confrontação de terras do Frigorífico Riosulense S/A. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)~~  
~~IV — IND (BAIRRO PAMPLONA):~~  
~~NORTE — Pela BR 470 e Subzona P1, P2, RP1.~~  
~~SUL — Pelo Rio Itajaí do Oeste.~~  
~~LESTE — Rio Itajaí do Oeste e subzona P2.~~  
~~OESTE — Pelo Limite com o Perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~V — IND (BAIRRO PROGRESSO):~~  
~~NORTE — Pela subzona MD3.~~  
~~SUL — Pela BR 470.~~  
~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santa Galo (Ribeirão Canoas).~~  
~~OESTE — Pelo eixo da Estrada Boa Esperança.~~  
~~V — IND (BAIRRO PAMPLONA — ao norte da BR 470) 3:~~  
~~NORTE — Por uma faixa paralela de 100,00 m (cem metros) a partir da BR 470.~~  
~~SUL — Pela BR 470.~~  
~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Canoas.~~  
~~OESTE — Pela Rua Louro e seu prolongamento (incluindo os lotes que lhe derem testada) até a BR 470. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)~~  
~~VI — IND (BAIRRO RAINHA):~~  
~~NORTE — Pela BR 470.~~  
~~SUL — Pela Rua Teodoro Morastoni (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~  
~~LESTE — Pelo divisa intermunicipal de Rio do Sul com Lontras.~~  
~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu e limite com o Bairro Navegantes (Ribeirão Cobras).~~  
~~VI — IND (BAIRRO PAMPLONA — ao sul da BR 470):~~  
~~Toda a área do Bairro Pamplona ao sul da BR 470. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)~~  
~~VI — IND (BAIRRO PROGRESSO — 2)~~  
~~NORTE — Pela BR 470 (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~  
~~SUL — Pela BR 470.~~  
~~LESTE — Pela Estrada da Floresta (excluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo pelo talvegue.~~  
~~OESTE — Pela Rua Roberto Henrique Wagner (incluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~VII — IND (BAIRRO SANTA RITA):~~  
~~NORTE — Por uma faixa paralela de 500,00 m (quinhentos metros) a partir da BR 470.~~  
~~SUL — Pela BR 470.~~  
~~LESTE — Pelo Ribeirão Cobras.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Valada Itoupava.~~

~~VII — IND (BAIRRO PROGRESSO):~~

~~NORTE — Pela subzona MD3.~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santa Galo (Ribeirão Canoas).~~

~~OESTE — Pelo eixo da Estrada Boa Esperança. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)~~

~~VII — IND (BAIRRO RAINHA):~~

~~NORTE — Pela RP1.~~

~~SUL — Pela subzona RP1.~~

~~LESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Lontras~~

~~OESTE — Pela Rua Teodoro Morastoni excluindo o lado par da rua, seguindo pela Rua Willand Kurth exco lado par desta, Rio Itajaí Açu, limite com o Bairro Navegantes e Bairro Valada São Paulo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~VIII — IND (BAIRRO VALADA ITOUPAVA):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 1.000,00 m (mil metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pela subzona P2 e limite com o Bairro Santa Rita.~~

~~OESTE — Pela subzona P2 e limite com o Bairro Santa Galo.~~

~~VIII — IND (BAIRRO RAINHA):~~

~~NORTE — Pela BR 470.~~

~~SUL — Pela Rua Teodoro Morastoni (incluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~LESTE — Pelo divisa intermunicipal de Rio do Sul com Lontras.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu e limite com o Bairro Navegantes (Ribeirão Cobras). (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)~~

~~VIII — IND (BAIRRO SANTA RITA):~~

~~NORTE — Pela BR 470 (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela divisa do Bairro Navegantes.~~

~~LESTE — Pelo Ribeirão Cobras.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Valada Itoupava. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~IX — IND (BAIRRO VALADA SÃO PAULO):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 250,00 m (duzentos e cinquenta metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Lontras.~~

~~OESTE — Pelo Ribeirão Cobras.~~

~~IX — IND (BAIRRO SANTA RITA):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 500,00 m (quinhentos metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pelo Ribeirão Cobras.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Valada Itoupava. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)~~

~~IX — IND (BAIRRO VALADA ITOUPAVA):~~

~~NORTE — Pela subzona UC, pela P2 (1) até o limite com o Bairro Santa Rita.~~

~~SUL, Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santa Rita.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Santa Galo e uma faixa paralela de 200,00m, a oeste da Rua dos Vereadores. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE7 — Cachoeira da Valada Itoupava~~

~~PE10 — Cota emergencial (334,08m). (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~X — IND (BAIRRO BARRAGEM):~~

~~NORTE — pela subzona RP1, sendo uma linha imaginária com início a 600,00m (seiscentos metros) paralela à Rua Clemente Demarch e seu fim a 850,00m (oitocentos e cinquenta metros) paralelamente à mesma rua.~~

~~SUL — pelo limite com o perímetro urbano.~~



~~LESTE — pelo limite com o perímetro urbano.~~

~~OESTE — pelo limite com o Bairro Barra do Trombudo.~~

~~X — IND (BAIRRO VALADA ITROUPAVA):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 1.000,00 m (mil metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pela subzona P2 e limite com o Bairro Santa Rita.~~

~~OESTE — Pela subzona P2 e limite com o Bairro Santa Galo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)~~

~~X — IND (BAIRRO VALADA SÃO PAULO):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 250,00 m (duzentos e cinquenta metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~OESTE — Pelo Ribeirão Cobras.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Rainha. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XI — IND (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO):~~

~~NORTE — pela subzona RP1.~~

~~SUL — pelo limite com o perímetro urbano.~~

~~LESTE — pelo limite com o Bairro Barragem e Rua Emílio Adami.~~

~~OESTE — por uma faixa paralela a partir de 100,00m (cem metros) da Estrada Palmitos, iniciando a 350,00m (trezentos e cinquenta metros) paralelamente à Rua Clemente Demarch.~~

~~XI — IND (BAIRRO VALADA SÃO PAULO):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 250,00 m (duzentos e cinquenta metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Lontras.~~

~~OESTE — Pelo Ribeirão Cobras. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)~~

~~XI — IND (BAIRRO BARRA DA ITROUPAVA)~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Valada Itoupava e BR 470.~~

~~SUL — Pela Subzona MD3 e Rio Itajai Açu.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Navegantes.~~

~~OESTE — Limite do Bairro Santa Galo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XII — IND (BAIRRO BARRAGEM):~~

~~NORTE — pela subzona RP1, sendo uma linha imaginária com início a 600,00m (seiscentos metros) paralela à Rua Clemente Demarch e seu fim a 850,00m (oitocentos e cinquenta metros) paralelamente à mesma rua.~~

~~SUL — pelo limite com o perímetro urbano.~~

~~LESTE — pelo limite com o perímetro urbano.~~

~~OESTE — pelo limite com o Bairro Barra do Trombudo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 184/2008)~~

~~XII — IND (BAIRRO BARRAGEM):~~

~~NORTE — Por uma linha reta perpendicular iniciada a 700,00m pelo eixo da Rua Emílio Adami até o limite do perímetro.~~

~~SUL — pelo limite com o perímetro urbano.~~

~~LESTE — pelo limite com o perímetro urbano.~~

~~OESTE — pelo limite com o Bairro Barra do Trombudo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE6 — Área de domínio da RFFSA; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XIII — IND (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO):~~

~~NORTE — pela subzona RP1.~~

~~SUL — pelo limite com o perímetro urbano.~~

~~LESTE — pelo limite com o Bairro Barragem e Rua Emílio Adami.~~

~~OESTE — por uma faixa paralela a partir de 100,00m (cem metros) da Estrada Palmitos, iniciando a 350,00m (trezentos e cinquenta metros) paralelamente à Rua Clemente Demarch. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 184/2008)~~

~~XIII — IND (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO):~~

~~NORTE — Por uma linha reta de 100,00m, tendo seu ponto intermediário situado a 415,00m pelo eixo da Estrada dos Palmitos, seguindo por uma linha reta num ponto situado a 300,00m pelo eixo da Rua Emilio Adami. (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo limite com o perímetro urbano.~~

~~LESTE — Por uma linha de 400,00m pelo eixo da Rua Emilio Adami, apartir desta em ângulo reto até o limite com o Bairro Barragem.~~

~~OESTE — Por uma linha reta, partindo do ponto inicial norte na direção sul até o limite com o perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE6 — Área de domínio da RFFSA; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~I — IND (BAIRRO BARRAGEM):~~

~~NORTE — Por uma linha reta perpendicular iniciada a 700,00m pelo eixo da Rua Emilio Adami até o limite do perímetro.~~

~~SUL — Pelo limite com o perímetro urbano.~~

~~LESTE — Pelo limite com o perímetro urbano.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Barra do Trombudo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~II — IND (BAIRRO BARRA DA ITROUPAVA)~~

~~NORTE — Pelo limite com o Bairro Valada Itoupava e BR 470.~~

~~SUL — Pela Subzona MD3 e Rio Itajai Açú.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Navegantes.~~

~~OESTE — Limite do Bairro Santa Galo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~III — IND (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO):~~

~~NORTE — Por uma linha reta de 100,00m, tendo seu ponto intermediário situado a 415,00m pelo eixo da Estrada dos Palmitos, seguindo por uma linha reta num ponto situado a 300,00m pelo eixo da Rua Emilio Adami. (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pelo limite com o perímetro urbano.~~

~~LESTE — Por uma linha de 400,00m pelo eixo da Rua Emilio Adami, apartir desta em ângulo reto até o limite com o Bairro Barragem.~~

~~OESTE — Por uma linha reta, partindo do ponto inicial norte na direção sul até o limite com o perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~IV — IND (BAIRRO BELA ALIANÇA):~~

~~NORTE — Pelo Rio Itajai Açú.~~

~~SUL — Pela Estrada Blumenau.~~

~~LESTE — Pela Rua Pedro Frankenger (excluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Bremer. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~Obs. \*Os lotes com profundidade superior a profundidade mínima estabelecida no Anexo 06 — Quadro de Índices Urbanísticos deveram ser analisados caso a caso. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~V — IND (BAIRRO SANTA GALO):~~

~~NORTE — Pela BR 470 (incluindo os lotes que lhe derem testada) até a Rua Adolfo Kolping (excluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo por outra faixa paralela de 500,00m a partir da BR 470 até a interseção com a faixa de 200,00m a oeste da Rua dos Vereadores e limite com o Bairro Valada Itoupava~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Valada Itoupava.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Canoas (Ribeirão Canoas). (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~VI — IND (BAIRRO FUNDO CANOAS):~~

~~Pelo Loteamento industrial CODISC (Zona IND). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 188/2008, renumerando-se os incisos subsequentes)~~

~~VII — IND (BAIRRO NAVEGANTES):~~

~~NORTE — Pela BR 470.~~

~~SUL — Pelo rio Itajai Açú e subzona MD3.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Rainha.~~

~~OESTE — Pela divisa da subzona MD3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~VIII — IND (BAIRRO PAMPLONA — ao norte da BR 470 — 1):~~

~~NORTE — Com três linhas, a primeira linha em 56,60m (cinquenta e seis metros e sessenta centímetros) com a subzona de Preservação Permanente (P1), por uma faixa paralela de 35,00m (trinta e cinco metros), a segunda linha em 15,32m (quinze metros e trinta e dois centímetros) com a subzona de Preservação Permanente (P1) e a terceira linha em 132,75m (cento e trinta e dois metros e setenta e cinco centímetros), por uma faixa paralela de 50,00m (cinquenta metros), com a subzona RP1, ambas a partir da faixa de domínio da Rodovia BR 470.~~

~~SUL — Em 132,75m (cento e trinta e dois metros e setenta e cinco centímetros), pela faixa de domínio da Rodovia BR 470, com início no Km 146 + 687,00 m (seiscentos e oitenta e sete metros) e final no Km 146 + 882,00 m (oitocentos oitenta e dois metros).~~

~~LESTE — Com a subzona de Preservação Permanente (P1) (km 146+687,00m).~~

~~OESTE — Com a subzona de Preservação Permanente (P1) (km 146+882,00m), na confrontação da faixa de APP de um córrego. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~IX — IND (BAIRRO PAMPLONA — ao norte da BR 470 — 2):~~

~~NORTE — Em 303,00m (trezentos e três metros) com a subzona RP1, por uma faixa paralela de 50,00m (cinquenta metros) a partir da faixa de domínio da Rodovia BR 470.~~

~~SUL — Em 301,00m (trezentos e um metros) pela faixa de domínio da Rodovia BR 470 com início no Km 147 + 918,00 m (novecentos e dezoito metros) e final no Km 148 + 215,00 m (duzentos e quinze metros).~~

~~LESTE — Com a subzona de Preservação Permanente (P1) (km 147+917,00m) na confrontação da faixa de APP de um córrego.~~

~~OESTE — Com a subzona de Preservação Permanente (P1) (km 148+215,00m), na confrontação de terras do Frigorífico Riosulense S/A. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~X — IND (BAIRRO PAMPLONA — ao norte da BR 470 — 3):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 100,00m (cem metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Canoas.~~

~~OESTE — Pela subzona P2. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XI — IND (BAIRRO PAMPLONA — ao sul da BR 470 — 4):~~

~~NORTE — Pela BR 470, subzonas P1.1, P1.2, P1.3 e RP1.~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí do Oeste.~~

~~LESTE — Rio Itajaí do Oeste e subzona P2.~~

~~OESTE — Pelo limite do perímetro Urbano e Rio Itajaí do Oeste. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XII — IND (BAIRRO PROGRESSO — 1)~~

~~NORTE — Pela subzona MD3.~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santa Galo (Ribeirão Canoas)~~

~~OESTE — Pelo eixo da Estrada Boa Esperança. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XIII — IND (BAIRRO PROGRESSO — 2)~~

~~NORTE — Pela BR 470 (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pela Estrada da Floresta (excluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo pelo talvegue.~~

~~OESTE — Pela Rua Roberto Henrique Wagner (incluindo os lotes que lhe derem testada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XIV — IND (BAIRRO RAINHA):~~

~~NORTE — Pela subzona RP1.~~

~~SUL — Pela subzona RP1.~~

~~LESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Lontras~~

~~OESTE — Pela Rua Teodoro Morastoni excluindo o lado par da rua, seguindo pela Rua Willand Kurth exe~~

~~lado par desta, Rio Itajaí Açu, limite com o Bairro Navegantes e Bairro Valada São Paulo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XV — IND (BAIRRO SANTA RITA):~~

~~NORTE — Pela BR 470 (incluindo os lotes que lhe derem testada).~~

~~SUL — Pela divisa do Bairro Navegantes.~~

~~LESTE — Pelo Ribeirão Cobras.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Valada Itoupava. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XVI — IND (BAIRRO VALADA ITOUPAVA):~~

~~NORTE — Pela subzona UC, pela P2 (1) até o limite com o Bairro Santa Rita.~~

~~SUL, Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santa Rita.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Santa Galo e uma faixa paralela de 200,00m, a oeste da Rua dos Vereadores. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~XVII — IND (BAIRRO VALADA SÃO PAULO):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 250,00 m (duzentos e cinquenta metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Rainha.~~

~~OESTE — Pelo Ribeirão Cobras. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

**Art. 509** Ficam definidas como Zona Industrial (ZI) as áreas destinadas preferencialmente à instalação de indústrias, cujas atividades estejam de acordo com o CNAE e Resoluções do CONSEMA, podendo-se admitir outros usos, conforme definido por esta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**I - ZI (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO):**

**NORTE** - Por uma linha perpendicular à Rua Emilio Adami, que se inicia a 312,00m da Estrada da Madeira, seguindo em linha reta até a Estrada Palmitos, no ponto que dista 235,00m (duzentos e trinta e cinco metros) perpendicularmente à SD 15.

**SUL** - Por uma linha reta que parte da lateral direita da Rua Particular que dista 752,00m (setecentos e cinquenta e dois metros) da Estrada da Madeira, até encontrar a Estrada Palmitos.

**LESTE** - Pela Rua Emilio Adami, incluindo os imóveis que lhe derem testada no lado direito.

**OESTE** - Pela Estrada Palmitos, incluindo os lotes que lhe derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**II - ZI (BAIRRO BARRA ITOUPAVA):**

**NORTE** - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que lhe derem testada.

**SUL** - Pela Rua Itajaí, excluindo os lotes que lhe derem testada.

**LESTE** - Pela Travessa Emilio Trevisani, excluindo os lotes que derem testada.

**OESTE** - Pela Rua Carmela Lenzi, excluindo os lotes que derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**III - ZI (BAIRRO BELA ALIANÇA):**

**NORTE** - Pelo Rio Itajaí Açu.

**SUL** - Pela Estrada Blumenau, excluindo os lotes que lhe derem testada.

**LESTE** - Pela Rua Pedro Frankenberger, excluindo os lotes que lhe derem testada.

**OESTE** - Pela divisa com o Bairro Bremer. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**IV — ZI (BAIRRO NAVEGANTES):**

~~NORTE — Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que lhe derem testada.~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí Açu.~~

~~LESTE — Pelo Ribeirão Cobras.~~

~~OESTE — Pela Rua 13 de Agosto, Rua Particula do Condomínio Belegante e Rua George Rausch, excluindo os lotes que lhe derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)~~

#### IV - ZI (BAIRRO NAVEGANTES):

NORTE - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pelo Rio Itajaí Açu.

LESTE - Pelo Ribeirão Cobras.

OESTE - Por uma linha reta, que parte da Rua Alfredo Friedel (excluindo os lotes que lhe derem testada), paralela à Rua 13 de agosto, até encontrar a Rodovia BR-470. (Redação dada pela Lei Complementar nº 337/2016)

#### V - ZI (BAIRRO PAMPLONA I):

NORTE - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem lhe testada.

SUL - Pelo Rio Itajaí do Oeste.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Canoas.

OESTE - Pelo Rio Itajaí do Oeste e Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

#### VI - ZI (BAIRRO PAMPLONA II):

NORTE - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pelo Rio Itajaí do Oeste.

LESTE - Pelo Rio Itajaí do Oeste.

OESTE - Pelo Rio Itajaí do Oeste e divisa municipal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

#### ~~VII — ZI (BAIRRO RAINHA):~~

~~NORTE — Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testada.~~

~~SUL — Pelo rio Itajaí Açu.~~

~~LESTE — Pela divisa municipal.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí Açu e subzona ZR1. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)~~

#### VII - ZI (BAIRRO RAINHA):

NORTE - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testadas.

SUL - Pelo Rio Itajaí Açu.

LESTE - Pelo divisa municipal.

OESTE - Pelo Rio Itajaí Açu e subzona ZR1.

Obs. Incluem-se os lotes que derem testada para a Estrada da Penha, localizados no trecho entre a rodovia BR 470 e 320,00 metros a partir do início da Estrada da Penha (Loteamento José Stédile. (Redação dada pela Lei Complementar nº 322/2015)

#### VIII - ZI (BAIRRO VALADA ITROUPAVA I):

NORTE - Pela Travessa Zacarias Vieira em linha reta até o limite do perímetro urbano.

SUL - Pela Rodovia BR 470 excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pelo Ribeirão Itoupava.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Canta Galo, excluindo os lotes que derem testada para a Rua Severino Lenzi, e pela ZPA. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

VIX - ZI (BAIRRO VALADA ITOUPAVA II):

NORTE - Pela subzona ZRP.

SUL - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pela Rua Ambrósio Simeoni, incluindo os lotes que lhe derem testada.

OESTE - Pela subzona ZR1. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## SEÇÃO V DAS ZONAS DE PRESERVAÇÃO

~~Art. 510 -~~ Fica definida como Zona de Preservação (P) as áreas destinadas a preservação ecológica, paisagística e ambiental delimitadas no Mapa de Zoneamento (Anexo 03). Subdividem-se nas subzonas P1 (Preservação Permanente), P2 (Preservação Controlada) e PE (Preservação Especial) e possuem as seguintes delimitações:

### ZONA DE PRESERVAÇÃO

~~Subzona de Preservação Permanente (P1):~~

~~I - P1 (BAIRRO ALBERTINA):~~

~~NORTE - Pelo prolongamento Oeste Leste da interseção da Rua do Bom Fim com a Rua SD (Sem Denominação/ ver Mapa de Zoneamento).~~

~~SUL - Pelo talvegue situado 300,00 m (trezentos metros) ao sul do limite norte.~~

~~LESTE - Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da SC 302.~~

~~OESTE - Pelo Rio Itajai do Sul.~~

~~II - P1 (BAIRRO PAMPLONA - ao norte da BR 470):~~

~~NORTE - Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL - Pela BR 470.~~

~~LESTE - Pela Rua Louro e seu prolongamento (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE - Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Laurentino.~~

~~\* (será promovido pelo setor competente pela Secretaria Municipal de Planejamento levantamento planialtimétrico da área degradada, com fim de se definir parte da área como área IND industrial).~~

~~II - P1 (BAIRRO PAMPLONA):~~

~~NORTE - Por uma faixa paralela de 50,00 m (cinquenta metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL - Pela BR 470.~~

~~LESTE - Pela Rua Louro e seu prolongamento (excluindo todos os lotes que lhe derem testada).~~

~~OESTE - Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Laurentino excluindo as áreas IND III e IND IV. (Redação dada pela Lei Complementar nº 184/2008)~~

~~III - P1 (BAIRRO PROGRESSO):~~

~~NORTE - Por uma faixa Paralela de 70,00 m (setenta metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL - Pela BR 470.~~

~~LESTE - Pela Estrada São Bento (excluindo todos os lotes que lhe derem testada) e BR 470.~~

~~OESTE - Pelo talvegue da Estrada da Floresta.~~

~~III - P2 (BAIRRO CANTA GALO):~~

~~NORTE - Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL - Pela zona MD2 até encontrar com o Ribeirão Canoas, seguindo por este até a interseção com a Rua João Hoffmann. A partir daí segue por um afluente até a sua nascente, seguindo uma linha reta até o ponto P07 do limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE - Por uma faixa paralela de 200,00 m (duzentos metros) a partir da Rua dos Vereadores.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~Subzona de Preservação Permanente (P1): (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~I — P1 (BAIRRO ALBERTINA):~~

~~NORTE — Por uma linha a 720,00m da Rua Madre Paulina, pelo eixo da SC 302, e seu prolongamento até o Rio Itajaí do Sul e limite leste deste zoneamento.~~

~~SUL — Pelo talvegue situado a 700,00m anterior à entrada da Valada Albertina, pelo eixo da SC 302.~~

~~LESTE — Por uma faixa paralela de 50,00m a partir da SC 302.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE5 — Cachoeira do Albertina; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~I — P1 (BAIRRO ALBERTINA):~~

~~NORTE — Por uma linha a 720,00m da Rua Madre Paulina, pelo eixo da SC 302, e seu prolongamento até o Rio Itajaí do Sul e limite leste deste zoneamento.~~

~~SUL — Pelo talvegue situado a 700,00m anterior à entrada da Valada Albertina, pelo eixo da SC 302.~~

~~LESTE — Por uma faixa paralela de 50,00m a partir da SC 302.~~

~~OESTE — Pelo Rio Itajaí do Sul. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~II — P1 (BAIRRO PAMPLONA — 1):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 50,00m (cinquenta metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pela divisa do zoneamento IND1.~~

~~OESTE — Pela divisa intermunicipal de Rio do Sul com Laurentino. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~III — P1 (BAIRRO PAMPLONA — 2):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 50,00m (cinquenta metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pela divisa do zoneamento IND2.~~

~~OESTE — Pela divisa do zoneamento IND1. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~IV — P1 (BAIRRO PAMPLONA — 3):~~

~~NORTE — Por uma faixa paralela de 50,00m (cinquenta metros) a partir da BR 470.~~

~~SUL — Pela BR 470.~~

~~LESTE — Pela divisa do zoneamento RP1.~~

~~OESTE — Pela divisa do zoneamento IND2. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~V — P1 (BAIRRO PROGRESSO):~~

~~NORTE — Pela Estrada São Bento, excluindo uma faixa de 35,00m (trinta e cinco metros).~~

~~SUL — Pelo talvegue da Estrada da Floresta.~~

~~LESTE — Pela BR 470.~~

~~OESTE — Por uma faixa de 75,00m (setenta e cinco metros), paralela a BR 470 até a intersecção com a faixa de 35,00m (trinta e cinco metros) a leste da Estrada São Bento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~Subzona de Preservação Controlada (P2):~~

~~IV — P2 (BAIRRO BOA VISTA):~~

~~NORTE — Pelo eixo das Ruas Espírito Santo, Gustavo Koop e Travessa 23 de Maio, seguindo pela Estrada Rondônia e Rua Humaitá (excluindo todos os lotes que lhe derem testada) até a Rua Osvaldo Geiser. A partir daí segue pelo eixo da Humaitá até encontrar o prolongamento da Rua Nova Trento, subindo rumo norte pelas Ruas Bom Sucesso (excluindo todos os lotes que lhe derem testada) até encontrar o limite com o Bairro Santana, seguindo por uma reta paralela de 300,00 m (trezentos metros) ao sul da Rua Geremias Medeiros.~~

~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão.~~

~~OESTE — Por uma reta paralela de 200,00 m (duzentos metros) a partir da Rua Guanabara, seguindo até o limite de fundos do Loteamento Mutirão Habitacional Altos da Rua XV de Novembro (excluir o loteamento da subzona P2).~~

~~I — P2 (BAIRRO BOA VISTA):~~

~~NORTE — Pelas Ruas Espírito Santo, Gustavo Koop e Travessa 23 de Maio, seguindo pela Estrada Rondônia e Rua Humaitá (excluindo todos os lotes que lhe derem testada) até a Rua Osvaldo Geiser. A partir daí segue pelo eixo da Humaitá até encontrar o prolongamento da Rua Nova Trento, seguindo pela Rua SD 194 (excluindo os lotes que lhe derem testada), até a Rua Bom Sucesso (excluindo os lotes que lhe derem testada) até encontrar o limite com o Bairro Santana, seguindo pelo limite com o Bairro Taboão.~~

~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão.~~

~~OESTE — Por uma linha paralela de 200,00m (duzentos metros) a partir da Rua Guanabara, até o limite com o Bairro Laranjeiras. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~PE6 — Área de domínio da RFFSA; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~II — P2 (BAIRRO BREMER):~~

~~NORTE — Pelo talvegue situado 300,00 m (trezentos metros) ao sul da Escola Isolada Ribeirão Quintino.~~

~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~III — P2 (BAIRRO CANTA GALO):~~

~~NORTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pela zona IND e subzona MD3 até encontrar com o Ribeirão Canoas, seguindo por este até a intersecção com a Rua João Hoffmann. A partir daí segue por um afluente até a sua nascente, seguindo uma linha reta até o ponto P07 do limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Por uma faixa paralela de 200,00 m (duzentos metros) a partir da Rua dos Vereadores.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~III — P2 (BAIRRO CANTA GALO):~~

~~NORTE — Pelo limite do Perímetro urbano.~~

~~SUL — Pela MD2 até encontrar com o Ribeirão Canoas, seguindo por este até a intersecção com a Rua João Hoffmann. A partir daí segue por um afluente até a sua nascente, seguindo uma linha reta até o P07 do limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Pela subzona MD3.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~IV — P2 (BAIRRO SANTA RITA):~~

~~NORTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pela zona IND.~~

~~LESTE — Por uma faixa paralela de 450,00 m (quatrocentos e cinquenta metros) a partir da Rua Eugênio Marchi.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Valada Itoupava.~~

~~IV — P2 (BAIRRO SANTA RITA):~~

~~NORTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pela zona RP1.~~

~~LESTE — Por uma faixa paralela de 450,00 m (quatrocentos e cinquenta metros) a partir da Rua Eugênio Marchi.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Valada Itoupava. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~V — P2 (BAIRRO VALADA ITOUPAVA — I):~~

~~NORTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pela zona IND.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santa Rita.~~

~~OESTE — Por uma faixa paralela de 600,00 m (seiscentos metros) a partir da Estrada Itoupava.~~

~~V — P2 (BAIRRO PAMPLONA)~~

~~NORTE — Por uma faixa de 100,00m (cem metros), paralela a BR 470.~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí Oeste.~~

~~LESTE — Pela Rua Roberto Henrique Wagner (excluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo pelo eixo~~



~~da BR 470 até a divisa com o Bairro Canoas, seguindo pelo limite do mesmo.~~

~~OESTE — Pela Rua Maiate (excluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo pelo eixo da BR 470, até uma faixa paralela de 100,00m (cem metros) a leste da Rua SD que parte da Rua H. Müller. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~VI — P2 (BAIRRO VALADA ITROUPAVA — 2):~~

~~NORTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pelo limite com o Bairro Santa Galo.~~

~~LESTE — Por uma faixa paralela de 200,00 m (duzentos metros) a partir da Rua dos Vereadores.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano e limite com o Bairro Santa Galo.~~

~~Subzona de Preservação Controlada (P2): (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~I — P2 (BAIRRO BOA VISTA):~~

~~NORTE — Pelas Ruas Espírito Santo, Gustavo Koop e Travessa 23 de Maio, seguindo pela Estrada Rondônia e Rua Humaitá (excluindo todos os lotes que lhe derem testada) até a Rua Osvaldo Geiser. A partir daí segue pelo eixo da Humaitá até encontrar o prolongamento da Rua Nova Trento, seguindo pela Rua SD 194 (excluindo os lotes que lhe derem testada), até a Rua Bom Sucesso (excluindo os lotes que lhe derem testada) até encontrar o limite com o Bairro Santana, seguindo pelo limite com o Bairro Taboão.~~

~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Taboão.~~

~~OESTE — Por uma linha paralela de 200,00m (duzentos metros) a partir da Rua Guanabara, até o limite com o Bairro Laranjeiras. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~II — P2 (BAIRRO BREMER):~~

~~NORTE — Pelo talvegue situado 300,00 m (trezentos metros) ao sul da Escola Isolada Ribeirão Quintino.~~

~~SUL — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~III — P2 (BAIRRO SANTA GALO):~~

~~NORTE — Pelo limite do Perímetro urbano.~~

~~SUL — Pela MD3 até encontrar com o Ribeirão Canoas, seguindo por este até a intersecção com a Rua João Hoffmann. A partir daí segue por um afluente até a sua nascente, seguindo uma linha reta até o P07 do limite do Perímetro Urbano.~~

~~LESTE — Pela subzona MD3.~~

~~OESTE — Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~IV — P2 (BAIRRO PAMPLONA)~~

~~NORTE — Por uma faixa de 100,00m (cem metros), paralela a BR 470.~~

~~SUL — Pelo Rio Itajaí Oeste.~~

~~LESTE — Pela Rua Roberto Henrique Wagner (excluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo pelo eixo da BR 470 até a divisa com o Bairro Canoas, seguindo pelo limite do mesmo.~~

~~OESTE — Pela Rua Maiate (excluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo pelo eixo da BR 470, até uma faixa paralela de 100,00m (cem metros) a leste da Rua SD que parte da Rua H. Müller. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~V — P2 (BAIRRO SANTA RITA):~~

~~NORTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pela zona RP1.~~

~~LESTE — Por uma faixa paralela de 450,00 m (quatrocentos e cinquenta metros) a partir da Rua Eugênio Marchi.~~

~~OESTE — Pelo limite com o Bairro Valada Itoupava. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~VI — P2 (BAIRRO VALADA ITROUPAVA — 1):~~

~~NORTE — Pelo limite do Perímetro Urbano.~~

~~SUL — Pela zona IND.~~

~~LESTE — Pelo limite com o Bairro Santa Rita.~~

~~OESTE — Por uma faixa paralela de 600,00 m (seiscentos metros) a partir da Estrada Itoupava. (Redação~~

~~dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~VII - P2 (BAIRRO VALADA ITROUPAVA - 2):-~~

~~NORTE - Pelo limite do Perímetro Urbano-~~

~~SUL - Pelo limite com o Bairro Santa Galo-~~

~~LESTE - Por uma faixa paralela de 200,00 m (duzentos metros) a partir da Rua dos Vereadores-~~

~~OESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano e limite com o Bairro Santa Galo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~Subzona de Preservação Especial (PE):-~~

~~I - PE1 - Terreno situado junto a confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste;~~

~~II - PE2 - Cachoeira do Taboão;~~

~~III - PE3 - Cachoeira do Fundo Canoas;~~

~~IV - PE4 - Cachoeira do Bela Aliança;~~

~~V - PE5 - Cachoeira do Albertina;~~

~~VI - PE6 - Área de domínio da RFFSA;~~

~~VII - PE7 - Cota emergencial (334,08m)-~~

~~Subzona de Preservação Especial (PE): (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~I - PE1 - Terreno situado junto a confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste; (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~II - PE2 - Cachoeira do Taboão; (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~III - PE3 - Cachoeira do Fundo Canoas; (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~IV - PE4 - Cachoeira do Bela Aliança; (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~V - PE5 - Cachoeira do Albertina; (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~VI - PE6 - Área de domínio da RFFSA; (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

~~VII - PE7 - Cota emergencial (334,08m). (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2008)~~

**Art. 510** Ficam definidas como Zona de Preservação Ambiental (ZPA) as áreas destinadas à preservação ecológica, paisagística e ambiental, sendo admitido apenas o uso residencial de micro e pequeno porte, conforme definido por esta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**I - ZPA (BAIRRO BOA VISTA):**

NORTE - Pela Rua Espírito Santo, Rua Reinoldo Klehm, Rua Gustavo Kopp (até a Rua 13 de maio), Travessa 13 de maio e Rua Humaitá, excluindo todos os lotes que lhe derem testada) até a cota 470,00 metros, seguindo pela linha de divisa com o Bairro Taboão.

SUL - Pelo limite com o bairro Laranjeiras.

LESTE - Pela Divisa com o Bairro Taboão.

OESTE - Por uma linha reta que parte do cruzamento das Ruas Espírito Santo e Rua José Cardoso Sobrinho, excluindo os lotes que lhes derem testada até a cota 470,00 metros, até a divisa com o bairro Laranjeiras. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**II - ZPA (BAIRRO BREMER):**

NORTE - Pela Rua Alvino Hoffmann, excluindo os lotes que lhe derem testada, seguindo por uma linha perpendicular à Estrada dos Quintinos até encontrar o limite do perímetro urbano.

SUL - Pelo limite do perímetro urbano.

LESTE - Pelo limite do perímetro urbano.

OESTE - Pelo limite do perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**III - ZPA (BAIRRO CANTA GALO):**

NORTE - Pelo limite do Perímetro Urbano.

SUL - Por uma linha reta e quebrada que parte do ponto P07 do perímetro urbano até o final da Rua Antonio Salla, excluindo os imóveis que lhe derem testada, partindo do final da Rua Antonio Salla até a Ponte Francisco Bondavalli, excluindo os imóveis que derem testada para a Rua Dona Francisca; seguindo até a ponte Augusto Pedro Vieira de onde parte para a Rua Heitor Largura (excluindo os imóveis que lhe derem testada a partir da Rua Acary Ismar Dalfovo), seguindo então por uma faixa de 500,00m (quinhentos metros) paralela à Rodovia BR 470 (excluindo os lotes que derem testada para a Rua Dinamarca e Emilio Ferrari).

LESTE - Por uma faixa de 200,00m (duzentos metros) paralela à Rua dos Vereadores).

OESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

#### IV - ZPA (BAIRRO LARANJEIRAS):

NORTE - Pela divisa com o Bairro Boa Vista

SUL - Com o limite do perímetro urbano.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Taboão.

OESTE - Pela Rua Guanabara, excluindo os lotes que lhe derem testada até a cota 470,00 metros, seguindo em linha reta até a Rua Salvador. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

#### V - ZPA (BAIRRO PAMPLONA):

NORTE - Pela divisa do perímetro urbano.

SUL - Pela Rodovia BR 470, incluindo os lotes que lhe derem testada, e pela subzona ZR1.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Progresso.

OESTE - Pela divisa do perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

#### ~~VI - ZPA (BAIRRO VALADA ITROUPAVA):~~

~~NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.~~

~~SUL - Pela subzona ZI.~~

~~LESTE - Pela divisa com o Bairro Santa Rita.~~

~~OESTE - Pela subzona ZRP. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)~~

#### VI - ZPA (BAIRRO TABOÃO):

NORTE - Pela Estrada São José (excluindo os lotes que lhe derem testada), seguindo por uma linha reta até encontrar o ponto em linha reta a 390,00 metros da Rua Nicolau da Rocha, seguindo por linha reta, paralela em 300,00 metros em relação ao lado esquerdo da Rua Geremias Medeiros, até o limite com a subzona ZR1.

SUL - Pelo limite do perímetro urbano.

LESTE - Por uma faixa de 300,00 metros, paralela a Rua João Ledra.

OESTE - Pelo limite com o Bairro Boa Vista. (Redação dada pela Lei Complementar nº 322/2015)

#### ~~VII - ZPA (BAIRRO SANTA RITA):~~

~~NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.~~

~~SUL - Pela subzona ZI.~~

~~LESTE - Por uma linha reta que parte em ângulo interno de 134º, do final da Rua Ambrósio Simeoni, com extensão de 560,00m (quinhentos e sessenta metros).~~

~~OESTE - Pelo ponto da extremidade leste em linha curva até encontrar o limite do perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)~~

#### VII - ZPA (BAIRRO VALADA ITROUPAVA):

NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.

SUL - Pela subzona ZI.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Santa Rita.

OESTE - Pela subzona ZRP. (Redação dada pela Lei Complementar nº 322/2015)

VIII - ZPA (BAIRRO SANTA RITA):

NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.

SUL - Pela subzona ZI.

LESTE - Por uma linha reta que parte em ângulo interno de 134º, do final da Rua Ambrósio Simeoni, com extensão de 560,00m (quinhentos e sessenta metros).

OESTE - Pelo ponto da extremidade leste em linha curva até encontrar o limite do perímetro urbano. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 322/2015)

Subzona de Preservação Especial (PE): (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - PE1 - Terreno situado junto a confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - PE2 - Cachoeira do Taboão; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

III - PE3 - Cachoeira do Fundo Canoas; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

IV - PE4 - Cachoeira do Bela Aliança; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

V - PE5 - Cachoeira da Albertina; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

VI - PE6 - Área de domínio da RFFSA; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

VII - PE7 - Cota emergencial definida no art. 478. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**Art. 511 -** Nenhuma ação modificadora do estado atual dos bens localizados nas zonas de Preservação Especial (PE), poderá ser realizada sem a autorização expressa do Poder Executivo Municipal, após ouvido o Conselho Permanente do Plano Diretor e licença ambiental expedida pelo órgão ambiental estadual competente.

Parágrafo Único - Excluem-se da previsão descrita no caput deste artigo, as questões de recuperação, manutenção e valorização da memória, do patrimônio histórico, da cultura e da preservação ambiental. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 211/2010)

~~**Art. 512 -** Para cada zona e subzona os Usos Admitidos, são os contidos no Quadro de Usos (Anexo 05) e os Índices Urbanísticos Admitidos são os contidos no Quadro de Índices Urbanísticos (Anexo 06), partes integrantes desta Lei Complementar (alterada pela LC 044 de 2000).~~

**Art. 512** Para cada zona e subzona os Usos Admitidos e Índices Urbanísticos Admitidos são os contidos no Quadro de Índices Urbanísticos (Anexo 06), parte integrante desta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Parágrafo único. As medidas apresentadas nas Ruas são em relação ao seu eixo.

**Art. 512-A** As Zonas Especiais Interesse Social - ZEIS, são áreas do território municipal destinadas

prioritariamente à regularização fundiária, urbanização e à produção e manutenção de habitação de interesse social - HIS, bem como à implantação de loteamentos de interesse social, subdividindo-se em duas categorias: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

a) ZEIS 1 - áreas ocupadas por assentamentos de população de baixa renda na zona urbana, caracterizadas pelo interesse público na regularização fundiária e recuperação urbanística; e (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

b) ZEIS 2 - imóveis não edificados ou subutilizados, localizados na zona urbana, necessários à implantação de programas habitacionais de interesse social ou equipamentos públicos urbanos ou comunitários, os quais poderão ser objeto de aplicação do instrumento de parcelamento, edificação ou utilização compulsória. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

**Art. 512-B** A criação das Zonas Especiais de Interesse Social impescinde da elaboração de Plano de Urbanização específica para intervenção em cada área, que deverá ser aprovado mediante Decreto do Poder Executivo e deverá conter no mínimo: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

I - diretrizes, índices e parâmetros urbanísticos para o parcelamento, uso e ocupação do solo e instalação de infra-estrutura urbana, respeitadas as normas técnicas pertinentes; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

II - diagnóstico da ZEIS que contenha análise físico-ambiental, análise urbanística com levantamento planialtimétrico e caracterização socioeconômica da população residente; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

III - os projetos básicos e as intervenções urbanísticas necessárias à recuperação física da área, incluindo, de acordo com as características locais, sistema de abastecimento de água e solução para o esgoto, drenagem de águas pluviais, coleta regular de resíduos sólidos, iluminação pública, adequação dos sistemas de circulação de veículos e pedestres, eliminação de situações de risco, estabilização de taludes e de margens de córregos, tratamento adequado das áreas verdes públicas, instalação de equipamentos sociais e os usos complementares ao habitacional; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

IV - análise da condição jurídica das edificações, em face da legislação municipal, estadual e federal, e da regularidade da posse dos habitantes da área; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

V - levantamento da condição de segurança e da sustentabilidade ambiental das edificações, bem com avaliação da necessidade de relocação de ocupações irregulares; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

VI - plano de Regularização Fundiária, incluindo projetos de loteamento, outorga de concessões de uso especial para fim de moradia e/ou assistência jurídica à população de baixa renda para a obtenção judicial de usucapião especial de imóvel urbano; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

VII - previsão de fontes de recursos para execução dos projetos da ZEIS. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

Parágrafo Único - Poderão ser previstos, na forma do inciso VII deste artigo, recursos financeiros oriundos do orçamento municipal, estadual ou federal ou da iniciativa privada para custeio da implantação de planos urbanísticos específicos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

**Art. 512-C** Quando for necessária a implantação de novos loteamentos em ZEIS, o projeto de parcelamento, a constar do Plano de Urbanização Específica referido no artigo anterior, deverá observar os seguintes requisitos: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

I - o parcelamento do solo nas ZEIS não será permitido nas áreas que apresentem risco à saúde ou à vida, em especial: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

a) em terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações, salvo aqueles objeto de intervenção que assegure a drenagem e o escoamento das águas; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

b) em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, salvo se previamente saneados; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

c) em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo aqueles objeto de intervenção que assegure a contenção das encostas, atestando a viabilidade da urbanização; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

d) em terrenos onde não é recomendada a construção devido às condições físicas ou em áreas em que a degradação ambiental impeça condições sanitárias adequadas à moradia digna; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

e) nas áreas encravadas, sem acesso à via pública; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

II - as dimensões das ruas projetadas deverão obedecer às determinações já constantes na legislação municipal, preservando, preferencialmente, as medidas das ruas dos loteamentos lindeiros, especialmente quando se tratar de sequência de ruas já existente; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

III - tamanho do lote mínimo de 240,00 m<sup>2</sup> (duzentos e quarenta metros quadrado); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

IV - taxa de ocupação máxima de 60% (sessenta por cento); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

V - índice de aproveitamento de 2,00 (dois). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

**Art. 512-D** Quando a área atingida pela ZEIS demandar apenas a manutenção da população local nos loteamentos existentes, o Plano de Urbanização Específica poderá promover a regularização fundiária mediante a regulamentação de parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo próprios e específicos, distintos daqueles mencionados no artigo anterior, e dos constantes nas demais leis urbanísticas vigentes, desde que atendidas as normas da legislação ambiental estadual e federal pertinente. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

Parágrafo Único - Os parâmetros urbanísticos e a regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS são determinados e executados com a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, assessorados pelo Conselho do Plano Diretor e junto com a Secretaria Municipal de Assistência Social. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 232/2011)

## Capítulo IV

### DOS USOS

#### SEÇÃO I

#### DOS TIPOS DE USOS

**Art. 513 -** Quando o uso pretendido não for o predominante o proprietário deverá ser alertado, quando da consulta prévia, acerca das interferências que sofrerá com o comércio, sistema viário, indústria ou uso característico da zona em que se pretende localizar. Na consulta prévia o requerente deverá ser esclarecido se o uso pretendido é Permitido, Tolerado ou Inadequado.

**Art. 514 -** Quando da análise da adequação dos diversos usos do solo urbano ao zoneamento, os usos poderão ser autorizados ou não, segundo critérios definidos nesta Lei Complementar.

**Art. 515 -** Consideram-se Usos Permitidos os usos que não apresentarem problemas de convivência com a vizinhança, uso adequado com alvará de licença sem qualquer restrição.

Parágrafo único. Os usos permitidos deverão ser induzidos quando não se desenvolverem naturalmente e sempre deverão predominar sobre os demais usos.

**Art. 516 -** Consideram-se Usos Inadequados aqueles que:

- a) ponham em risco pessoas e propriedades circunvizinhas;
- b) possam poluir o solo, o ar ou os cursos d'água;
- c) possam dar origem a explosão, incêndio ou trepidação;
- d) produzam gases, poeiras ou detritos;
- e) impliquem na manipulação de matérias-primas, processos e ingredientes tóxicos de forma irregular;
- f) produzam ruídos ou conturbem o tráfego local.

Parágrafo único. Nos casos em que o uso for inadequado caberá a Secretaria de Finanças negar ou cancelar o respectivo alvará de funcionamento e localização, mediante parecer da Assessoria de Planejamento.

**Art. 517 -** Na análise das interferências no sistema viário serão considerados pela Assessoria de Planejamento a visibilidade, o gabarito das vias, a capacidade do sistema viário em absorver o tráfego gerado, as condições de manobra, carga, descarga, embarque, desembarque, estacionamento ou acessos.

**Art. 518 -** Na análise de interferência na atividade residencial será considerado pela Assessoria de Planejamento as atividades não residenciais já existentes, o nível de ruído ou interferência ambiental gerado, o horário de funcionamento, o número de veículos e pessoas atraídos pelas atividades e os interesses da comunidade envolvida.

**Art. 519 -** Na análise de interferência ambiental, serão considerados pela Assessoria de Planejamento todos os fatores geradores de degradação ambiental como:

- a) terraplenagens, cortes ou aterros;
- b) corte de árvores;
- c) emissão de efluentes poluidores, como gases, poeiras ou detritos;
- d) exploração de pedra, saibro ou cascalho;
- e) exploração de argila ou areia;
- f) poluição do solo, do ar ou da água;
- g) manipulação de agentes tóxicos.

**Art. 520 -** A Assessoria de Planejamento sempre que necessário ouvirá órgãos específicos para emissão de parecer.

**Art. 521 -** A Prefeitura promoverá o adequado aproveitamento do solo urbano visando a cobrança de alíquota progressiva nas zonas determinadas pela Assessoria de Planejamento, através de Lei específica na forma disposta do parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal e demais legislações em vigor.

**Art. 522 -** Os usos se encontram definidos na tabela a seguir:

RESIDENCIAL	USO	DEFINIÇÃO
	RU	Residencial unifamiliar ou geminado.
	RM	Residencial multifamiliar, edifícios ou condomínios.
	S.1	Serviços Pessoais - cabeleireiro, alfaiate, costureira, manicure, sapateiro, encanador, eletricista, jardineiro, massagista e similares.
	S.2	Serviços Profissionais - consultórios, clínicas, laboratórios, escritórios, construtoras, imobiliárias, reparo de eletrodomésticos, representações comerciais, auto escolas, restaurantes e similares.
	S.3	Serviços Artesanais - estofarias, oficinas, marcenarias, latoarias, tornearias, funilarias e similares.
COMÉRCIO	C.1	Comércio Vicinal - bar, sorveteria, confeitaria, quitanda, açougue, mini-mercado, mercearia, farmácia, banca de jornal e revista, armazém, verdureira, peixaria e similares.
	C.2	Comércio Noturno - boate, danceteria, salões de baile e similares.
	C.3	Comércio Varejista - lojas, floristas, butiques, livraria, vídeo locadoras, lóaticas, vidraçarias, joalherias, academias, auto peças e similares.
	C.4	Comércio Atacadista - supermercados, distribuidoras de peças, alimentos, roupas e similares.
	C.5	Comércio Perigoso - produtos tóxicos e químicos, explosivos, armazenamento de G.L.P. e similares.
	C.6	Comércio Macro Uso: a) shopping center, centros comerciais; b) depósitos de armazenamento; c) prédio garagens; d) garagens de empresas de ônibus; e) transportadoras. f) e similares.
COMÉRCIO E SERVIÇOS	CS.1	Comércio e Serviços Rápidos - postos de gasolina e similares.
	CS.2	Comércio e Serviços Temporários - Oficinas de automóveis, revendedoras, oficina em geral, autopeças e similares.
	CS.3	Comércio e Serviços Prolongados - Retífica de automóveis, motores, guinchos, oficinas pesadas, ferro velho e similares.
	CS.4	Comércio e Serviços de abate de animais - Abatedouros, granjas e similares.
INDUSTRIAL	IND. A	São fábricas, garagens e oficinas de pequeno porte tidas como caseiras, compatíveis com todas as funções urbanas, que não necessitem de edificações industriais próprias, podendo serem utilizadas edificações de uso misto. Estas indústrias não devem causar problemas de trânsito ao entorno segundo legislação ambiental da FATMA, seu N.D.A. (Nível de Degradação Ambiental) é o "A".
	IND. B	São as indústrias tidas como leves, cuja área construída não exceda o previsto no índice de aproveitamento na zona que pertença, e devem ser submetidas a métodos adequados de controle e tratamento a poluição. Não causem incômodos às demais atividades urbanas vizinhas e nem perturbem o repouso noturno das populações. Requerem ainda área interna para estacionamento e manobra de veículos. Seu N.D.A. (Nível de Degradação Ambiental) é o "B".
	IND. C	São as indústrias consideradas incômodas, nocivas, perigosas ou cuja área construída seja superior a 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados), que gerem trânsito de entrada e saída de caminhões ou apresentem problemas referente a poluição, com seu N.D.A. (Nível de Degradação Ambiental) igual a "C". Deverá ser submetida a métodos adequados de controle e tratamento à poluição.



	USO	DEFINIÇÃO
RESIDENCIAL	RU	Residencial unifamiliar ou geminado.
	RM	Residencial multifamiliar, edifícios ou condomínios.

	USO	DEFINIÇÃO
SERVIÇOS	S.1	Serviços Pessoais – cabeleireiro, alfaiate, costureira, manicure, sapateiro, encanador, eletricitista, jardineiro, massagista e similares
	S.2	Serviços Profissionais – consultórios, clínicas, laboratórios, escritórios, construtoras, imobiliárias, reparo de eletrodomésticos, representações comerciais, auto escolas, restaurantes e similares.
	S.3	Serv. Artesanais – estofarias, oficinas, marcenarias, latoarias, tornearias, funilarias e similares.

	USO	DEFINIÇÃO
C	C.1	Comércio Vicinal – bar, sorveteria, confeitaria, quitanda, açougue, mini-mercado, mercearia, farmácia, banca de jornal e revista, armazém, verdureira, peixaria e similares.
	C.2	Comércio Noturno – boate, danceteria, salões de baile e similares.
	C.3	Comércio Varejista – lojas, floristas, butiques, livraria, vídeo locadoras, lotéricas, vidraçarias, joalherias, academias, auto peças e similares
	C.4	Comércio Atacadista – supermercados, distribuidoras de peças, alimentos, roupas e similares.
	C.5	Comércio Perigoso – produtos tóxicos e químicos, explosivos, armazen. de G.L.P. e similares.
	C.6	Comércio Macro Uso: (n) shopping center, centros comerciais; (o) depósitos de armazenamento; (p) prédio garagens; (q) garagens de empresas de ônibus (r) transportadoras. (s) e similares.

	USO	DEFINIÇÃO
COMÉRCIO SERVIÇOS	CS.1	Comércio e Serviços Rápidos – postos de gasolina e similares.
	CS.2	Comérc. e Serviços Temporários – Oficinas de automóveis, revendedoras, oficina em geral, autopeças e similares.
	CS.3	Comérc. e Serviços Prolongados – Retificação de automóveis, motores, guinchos, oficinas pesadas, ferro velho e similares.
	CS.4	Comércio e Serviços de abate de animais, abatedouros, granjas e similares.

	USO	DEFINIÇÃO
INDUSTRIAL	IND.	São fábricas, garagens e oficinas de pequeno porte tidas como caseiras, compatíveis com todas as funções urbanas, que não necessitem de edificações industr. próprias, podendo serem utilizadas edificações de uso misto. Estas indústrias não devem causar problemas de trânsito ao entorno. Segundo legislação ambiental da FATMA, seu N.D.A. (Nível de Degradação Ambiental) é o "A".
	IND.	São as indústrias tidas como leves, cuja área construída não exceda o previsto no

	índice de aproveitamento na zona que per-
	tença, e devem ser submetidas a métodos
	adequados de controle e tratamento a po-
	lução. Não causem incômodos às demais
	atividades urbanas vizinhas e nem pertur-
	bem o repouso noturno das populações. Re-
	querem ainda área interna para estaciona-
	mento e manobra de veículos. Seu N.D.A.
	(Nível de Degradação Ambiental) é o "B".
	IND. São as indústrias consideradas incômodas,
	nocivas, perigosas ou cuja área construída
	seja superior a 5.000,00 m² (cinco mil me-
	tros quadrados), que gerem trânsito de
	entrada e saída de caminhões ou apresen-
	tem problemas referente a poluição, com
	seu N.D.A. (Nível de Degradação Ambiental)
	igual a "C". Deverá ser submetida a méto-
	dos adequados de controle e tratamento à
	poluição
	(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

**Art. 522** A liberação de atividades nas zonas e subzonas do município de Rio do Sul, constantes no zoneamento estabelecido pela presente Lei, será determinada pela sua função, pelo porte ou ainda se for considerada: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - Polo Gerador de Tráfego Leve (PGTL); (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - Polo Gerador de Tráfego Pesado (PGTP); (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

III - Polo Gerador de Ruído Noturno (PGRN); (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

IV - Polo Gerador de Ruído Diurno (PGRD). (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 1º Os usos e atividades que forem enquadrados nos incisos I a III do caput deste artigo e definidos pelo Plano Diretor ou por legislação específica, deverão se submeter à eventuais exigências da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente para liberação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 2º Considera-se como Polo Gerador de Tráfego o empreendimento que centraliza, por sua natureza, a utilização rotineira de veículos, podendo o tráfego ser considerado como leve ou pesado, de acordo com o que segue: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - consideram-se como Polo Gerador de Tráfego Pesado as seguintes atividades:

- a) Estabelecimentos de comércio ou serviço, geradores de tráfego pesado, quando predomina a movimentação de caminhões, ônibus e congêneres;
- b) Estabelecimentos de posto de abastecimento de combustíveis com capacidade de armazenamento de óleo diesel acima de 15.000l (quinze mil litros);
- c) Estabelecimentos de companhia transportadora ou estabelecimentos de distribuidora de mercadoria, de mudança e congêneres, que operem com frota de caminhões;
- d) Estabelecimentos de entreposto, depósitos ou armazéns de estocagem de matéria-prima;
- e) Estabelecimentos atacadistas ou varejistas de materiais brutos, como sucata, materiais de construção, insumos e produtos agrícolas;
- f) Terminal rodoviário e indústrias de grande porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - consideram-se como Polo Gerador de Tráfego Leve as seguintes atividades:

- a) Estabelecimentos de comércio e prestação de serviço de grande porte, tais como hiper e

- supermercados, "shopping centers", lojas de departamentos, centros de compras;
- b) Pavilhões para feiras ou exposições, varejões e congêneres;
- c) Locais de grande concentração de pessoas, tais como salas de espetáculos, centros de convenções, estádios e ginásios de esportes, locais de culto religioso, universidades, escolas e congêneres;
- d) Hospitais e pronto-socorro;
- e) Estabelecimentos de posto de abastecimento de combustíveis com capacidade de armazenamento de óleo diesel de até 15.000l (quinze mil litros).
- f) Indústrias de pequeno e médio porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 3º Consideram-se como Polo Gerador de Ruído Noturno o estabelecimento de comércio, serviços ou instituição que, pela sua atividade tenha funcionamento entre 22:00 horas e 6:00 horas do dia seguinte, representado pelas seguintes atividades: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - Bares com música, casas de jogos e bilhares, clubes noturnos, boates e congêneres; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - Salões de baile, salões de festas e congêneres; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

III - Campos de esportes, edifícios para esporte ou espetáculo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

IV - Locais de culto religioso que utilizem alto-falante em cerimônia noturna; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

V - Centros de eventos e convenções. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 4º Considera-se como Polo Gerador de Ruído Diurno o estabelecimento de comércio, serviços ou instituição que, pela sua atividade tenha funcionamento entre 6:00 horas às 22:00 horas, representado pelas seguintes atividades: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - Estabelecimentos com atividade industrial que utilizem qualquer equipamento ou aparelho motorizado e similares, que emitam ruídos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - Estabelecimentos com atividade de prestação de serviços que utilizem qualquer equipamento ou aparelho motorizado e similares, que emitam ruídos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 5º Os usos e atividades que se enquadrarem nos incisos I a III do caput deste artigo, além do cumprimento dos demais dispositivos previstos nesta lei, poderão ter sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança EIV, conforme regulamentado por decreto municipal, desde que a atividade esteja prevista como "P" (permitida) ou "T" (tolerada) no Quadro de Índices Urbanísticos - Anexo 06. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 6º Os usos se encontram definidos na tabela do CNAE - Classificação Nacional de atividades Econômicas, disponível no site do IBGE. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

~~Art. 522 - Analisando o porte dos equipamentos, será considerado o seguinte:~~

~~I - MI - Micro Porte - Situado em sala residencial com até 300,00 m² (trezentos metros quadrados) de área construída e ou com até 10 (dez) funcionários;~~

~~II - P - Pequeno Porte - De 300,00 m² (trezentos metros quadrados) até 1.500,00 m² (mil e quinhentos metros quadrados) de área construída, e ou com até 50 (cinquenta) funcionários;~~

~~III - M - Médio Porte - Com área construída superior a 1.500,00 m² (mil e quinhentos metros quadrados)~~

~~a 3.000,00 m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados) e/ou com mais de 50 (cinquenta) funcionários, até 300 (trezentos) funcionários.~~

~~IV - G - Grande Porte - Com área construída superior a 3.000,00 m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados) e/ou mais de 300 (trezentos) funcionários.~~

**Art. 523 -** Para análise do porte dos empreendimentos, será considerado o seguinte: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - Micro Porte - até 150,00m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados) de área construída; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - Pequeno Porte - de 150,01m<sup>2</sup> (cento e cinquenta e um metros quadrados) até 500,00m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados) de área construída; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

III - Médio Porte - de 500,01m<sup>2</sup> (quinhentos e um metros quadrados) a 2.500,00m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados) de área construída; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

IV - Grande Porte - acima de 2.500,01m<sup>2</sup> (dois mil quinhentos e um metros quadrados) de área construída. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## SEÇÃO II DO USO RESIDENCIAL

**Art. 524 -** O uso residencial será unifamiliar sob forma de unidades autônomas isoladas ou geminadas.

~~**Art. 525 -** O uso residencial será multifamiliar sob forma de edifícios ou condomínios de forma permanente ou transitória.~~

~~§ 1º - O uso residencial transitório se caracteriza por:~~

~~I - hotéis - que se situarão nas zonas Mistas, Industriais, de Expansão Urbana e de Preservação Controlada;~~

~~II - hotéis - que se situarão nas zonas Mistas, Industriais, de Urbanização Controlada e de Preservação Controlada; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~III - motéis - que se situarão nas zonas Industriais, Expansão Urbana e Rurais;~~

~~III - pensões, albergues, pousadas e alojamentos - que se situarão nas zonas Residenciais, Mistas, Industriais, Expansão Urbana, Preservação Controlada e Rurais.~~

~~§ 2º - A edificação de hotéis, motéis ou similares na área rural, de Expansão Urbana e Preservação Controlada poderá acontecer sempre que não causar degradação ambiental.~~

~~§ 3º - As edificações destinadas a hotéis e similares deverão cumprir aos Quadros de Índices Urbanísticos, anexo 06 bem como a Lei Complementar de Edificações, título III, capítulo III, seção II, subseção II, e demais legislações específicas para o setor.~~

**Art. 525** O uso residencial será multifamiliar sob forma de edifícios ou condomínios de forma permanente ou transitória. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 1º O uso residencial transitório se caracteriza por: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - hotéis - que se situarão nas zonas residenciais, zonas de corredores diversificados, Industriais, zonas rurais de proteção e rurais; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - motéis - que se situarão nas zonas Industriais, zonas de proteção rural e rurais; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

III - pensões, albergues, pousadas e alojamentos - que se situarão nas zonas residenciais, zonas de corredores diversificados, zonas Industriais, zonas de proteção rural e rurais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 2º A edificação de hotéis, motéis ou similares na área rural e zonas de proteção rural poderão acontecer sempre que não causar degradação ambiental. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

~~Art. 526 - O uso residencial multifamiliar poderá ser tolerado na zona de expansão (EXP) quando o local for provido de infra estrutura básica de acordo com parecer favorável da Assessoria de Planejamento.~~

~~Art. 526 - O uso residencial multifamiliar poderá ser tolerado na zona de Urbanização Controlada (UC) quando o local for provido de infra estrutura básica de acordo com parecer favorável da Assessoria de Planejamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

Art. 526 O uso residencial multifamiliar poderá ser tolerado na Zona de Proteção Rural quando o local for provido de infraestrutura básica de acordo com parecer favorável da Comissão Permanente do Plano Diretor. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Art. 527 - O uso residencial multifamiliar permanente coletivo se dará através de:

I - conjunto Horizontal 1 - Quando residência com área de até 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados);

II - conjunto Horizontal 2 - Quando residência com área de até 150,00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados);

III - conjunto Horizontal 3 - Quando residência com área superior a 150,00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados);

IV - conjunto Vertical 1 - Quando apartamento com área unitária de até 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados);

V - conjunto Vertical 2 - Quando apartamento com área unitária de até 150,00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados);

VI - conjunto Vertical 3 - Quando apartamento com área unitária superior a 150,00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados).

Parágrafo único. Para aplicação deste artigo considera-se sempre a área útil.

### SEÇÃO III

#### DO USO DOS SERVIÇOS (S), COMÉRCIO (C) E COMÉRCIO E SERVIÇO (CS)

Art. 528 - As edificações destinadas a serviços, comércio, comércio e serviços, deverão obedecer exigências da Lei Complementar de Edificações.

~~Art. 529 - Quando se tratar dos usos previstos nesta seção estes poderão acontecer no alinhamento~~

~~frontal, exceto nos casos aqui previstos.~~

~~Parágrafo único. Não sendo no alinhamento, respeita-se o afastamento frontal preconizado para a zona em que se situam. Conforme Quadro de Índices Urbanísticos, anexo 06.~~

**Art. 529** Quando se tratar dos usos previstos nesta seção estes somente poderão acontecer no alinhamento frontal na subzona ZCD1. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Parágrafo Único - Não sendo no alinhamento, respeita-se o afastamento frontal preconizado para a zona em que se situam. Conforme Quadro de Índices Urbanísticos, anexo 06. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**Art. 530 -** Os usos acima citados, quando já existentes, serão tolerados desde que não causem interferência ambiental, com atividade residencial e com o sistema viário.

**Art. 531 -** Os terrenos com testada igual ou superior a 25,00 m (vinte e cinco metros) com frente para 2 (duas) vias de circulações definidas neste artigo terão que destinar espaço para travessia de pedestres entre as seguintes ruas:

I - entre a Avenida Oscar Barcelos e a Avenida Aristiliano Ramos;

II - entre a Rua XV de Novembro e Avenida Oscar Barcelos;

III - entre a Rua D. Bosco e Avenida Aristiliano Ramos;

IV - entre a Avenida Oscar Barcelos e Rua Carlos Gomes;

V - entre a Rua Carlos Gomes e Avenida Aristiliano Ramos;

VI - entre a Rua São João e a Rua 7 de Setembro.

§ 1º - Excetuam-se deste artigo:

I - os terrenos situados em esquinas;

II - edificações exclusivamente residenciais.

§ 2º - O espaço destinado a travessia de pedestre se dará por:

I - servidão lateral de passagem, nunca inferior a 3,00 m (três metros) de largura;

II - galeria comercial, nunca inferior a 3,00 m (três metros) de largura.

§ 3º - Galeria comercial terá as seguintes características:

a) largura igual a 3,00 m (três metros);

b) acima de 30,00 m (trinta metros) de profundidade, deverão ter mais um metro de largura para cada 10,00 m (dez metros) ou fração de profundidade excedente;

c) pé-direito mínimo de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros).

**Art. 532 -** Para a servidão de 3,00 (três metros) não será permitido a abertura de acesso ou pontos comerciais.

~~Art. 532 - O uso de serviço e comércio poderá ser autorizado nas subzonas residencial predominante (RP) quando não interferir com esta atividade.~~

Art. 533 O uso de serviço e comércio poderá ser autorizado em todas as subzonas, de acordo com o Quadro de índices Urbanísticos - Anexo 06 - quando não interferir nas demais atividades. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

#### SEÇÃO IV DO USO INDUSTRIAL

~~Art. 534 - Deverá ser observado para instalação de qualquer indústria o Quadro das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, anexo 07 desta Lei Complementar, bem como o Quadro de Índices Urbanísticos, anexo 06.~~

Art. 534 Deverá ser observado para instalação de qualquer indústria o Quadro das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, conforme Resoluções 003/2008, 13/2012 e 14/2012 do CONSEMA e respectivas alterações, bem como o Quadro de Índices Urbanísticos - anexo 06. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Art. 535 - Todo acesso a lotes industriais lindeiros a BR-470 deverá acontecer pela via marginal ou segundo projeto aprovado pelo DNIT.

Art. 536 - Na zona industrial o uso para a saúde, comércio e o lazer só será permitido dentro dos lotes industriais, ou segundo definição desta Lei.

#### SEÇÃO IV DO USO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Art. 537 - Os usos de equipamentos comunitários deverão ter área de estacionamento prevista na Lei Complementar de Edificações, não interferindo na qualidade ambiental, com o sistema viário e com atividades predominantes com a área que se situam.

#### SUBSEÇÃO I DOS EQUIPAMENTOS DA SAÚDE

Art. 538 - Para locação de equipamentos voltados para a saúde além dos critérios definidos pelo órgão Estadual competente e pelo Plano Municipal de Saúde, deverão:

I - quando Postos de Saúde:

- a) servir aos bairros para atendimentos freqüentes e imediatos;
- b) estarem dispostos ao longo de vias Principais e Secundárias, preferencialmente visando otimização do transporte coletivo.

II - quando hospitais ou clínicas, área de 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados) construída por leito.

**Art. 539 -** Fica proibido a instalação de unidades escolares, unidades de saúde, igrejas e clubes, num raio de 200m, a partir dos limites do imóvel onde houver instalado posto de combustíveis e depósito de materiais inflamáveis.

SUBSEÇÃO II  
DA EDUCAÇÃO

**Art. 540 -** Para locação de equipamentos voltados para a Educação além dos critérios definidos pelo órgão Estadual competente deverão ser observados os seguintes critérios:

I - creches, para atendimento de 0 a 4 anos:

- a) localizar na vizinhança de habitações ou grupo de habitações;
- b) estar perto de praças e áreas verdes;
- c) evitar ruas de muito movimento;
- d) estar em locais protegidos de fontes poluidoras.
- e) obedecer ao dimensionamento de terreno com 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) por criança e edifício com 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) por criança não ultrapassando a construção 2/3 (dois terços) da área do terreno;
- f) ocupar uma área de lote entre 240,00 m<sup>2</sup> e 360,00 m<sup>2</sup> (duzentos e quarenta, e trezentos e sessenta metros quadrados respectivamente), com área livre arborizada para atividades de recreação;
- g) áreas de estacionamento compatível com o porte da edificação, definida na Lei Complementar de Edificações.

II - pré-escolares, para atendimento de 4 a 6 anos:

- a) localizar na vizinhança de habitações ou grupos de habitações podendo ser articulada a creches.
- b) quanto ao dimensionamento - adotar índices da creche;
- c) áreas de estacionamento compatível com porte da edificação, segundo a Lei Complementar de Edificações;
- d) não se localizarem de forma direta com a BR-470 e a SC-302.

III - escolas de Ensino Fundamental, para atendimento de 7 a 14 anos:

- a) localizar na vizinhança de habitações ou grupos de habitações;
- b) obedecer ao dimensionamento de terreno com 6,4 m<sup>2</sup>/aluno (nunca menor que 1000,00 m<sup>2</sup>) e edifício com 3,2 m<sup>2</sup>/aluno;
- c) ter área livre arborizada para esportes e recreação;
- d) áreas de estacionamento compatível com porte da edificação, segundo Lei Complementar de Edificações.
- e) não se localizarem de forma direta com a BR-470 e a SC-302.

IV - escolas de Ensino Médio e Cursos Profissionalizantes:

- a) atender os bairros ou, quando especializada, a toda a cidade;
- b) quanto ao dimensionamento adotar índices das escolas de Ensino Fundamental;
- c) estacionamento compatível com área construída, segundo Lei Complementar de Edificações.



V - academias - Exigência de área de estacionamento compatível com área construída.

VI - Educação Especial - Segundo critérios definidos pelos órgãos competentes.

SUBSEÇÃO III  
DO USO RECREACIONAL

**Art. 541 -** Serão consideradas áreas de lazer as que atenderem as exigências abaixo:

I - serem dotadas de tratamento paisagístico;

II - possuírem assentos e áreas de sombra;

III - possuírem ao menos um dos equipamentos abaixo descritos:

- a) parque infantil;
- b) áreas para esporte;
- c) coreto ou similar;
- d) chafariz ou similar.

**Art. 542 -** As áreas pertencentes ao município disponíveis, terão seu uso vinculado a algum dos equipamentos necessários.

**Art. 543 -** As áreas pertencentes a particulares poderão ser adquiridas pelo Poder Executivo, por ato de compra ou desapropriação, desde que:

I - haja proposta da Assessoria de Planejamento recomendando a área para lazer:

II - a escolha tenha parecer favorável do Conselho do Plano Diretor.

**Art. 544 -** A Prefeitura nos termos da Lei Complementar do Parcelamento do Solo Urbano, se reserva o direito de escolher as áreas para implantação dos equipamentos comunitários, bem como definir o tipo de equipamentos.

**Art. 545 -** O Poder Executivo poderá isentar do Imposto Territorial Urbano os lotes que sejam destinados, temporariamente, ao lazer público desde que dotados de equipamentos previstos para tal.

**Art. 546 -** O uso recreacional de pequeno porte poderá acontecer dentro de qualquer zona.

**Art. 547 -** Quando os equipamentos forem de médio e grande porte, terão a sua localização permitida em qualquer zona exceto na subzona RE.

**Art. 548 -** Para locação de Parque Municipal de Eventos deverão ser observados os seguintes critérios:

I - ligação fácil com a BR-470;

II - possibilidade de uso múltiplo;

III - incorporar ao cotidiano urbano, existindo possibilidade de uso diário e intenso pela população;

IV - permitir a integração e uso de vários bairros;

V - área servida de transporte coletivo;

VI - área servida com água potável e energia elétrica;

VII - possibilidade de locar edificações, em áreas não inundáveis;

VIII - espaço para camping;

IX - local para estacionamento;

~~Art. 549 - O uso social privado é destinado aos clubes e associações e poderá se localizar em qualquer zona desde que observado o isolamento acústico, exceto na RE.~~

Art. 549 O uso social privado é destinado aos clubes e associações e poderá se localizar em qualquer zona desde que observado o isolamento acústico. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Art. 550 - A sua localização sempre obedecerá critérios definidos na zona em que se instalar, devendo atender exigências da Lei Complementar de Edificações.

#### SUBSEÇÃO IV DO USO COM ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 551 - Para locação de equipamentos voltados para a assistência social deverão ser observados os seguintes padrões:

I - estar localizados em áreas onde seja necessário o desenvolvimento social de populações específicas (bairros carentes, favelas) em caráter transitório de dois a cinco anos ou, em caráter permanente, visando atender a toda a cidade;

II - ser dimensionados em função dos serviços prestados, atendimento médico e odontológico, alfabetização, profissionalização, cursos, palestras, campanhas, etc...;

#### SUBSEÇÃO V DO LAZER TEMPORÁRIO

Art. 552 - Entende-se por este uso o destinado a:

I - circos;

II - parques de diversões;

III - camping.

Art. 553 - Os camping além do cumprimento desta Lei Complementar, deverão obedecer a Legislação

Específica do Camping e/ou normas da EMBRATUR.

~~Art. 554 -~~ ~~Circos e Parques de Diversões deverão localizar-se preferencialmente nas vias principais, não podendo localizar-se na subzona residencial exclusiva (RE).~~

Art. 554 Circos e Parques de Diversões deverão localizar-se preferencialmente nas vias estruturais e coletoras, não podendo localizar-se na subzona ZR1E. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

#### SUBSEÇÃO VI DO USO INSTITUCIONAL

Art. 555 - Entende-se por este uso o destinado a:

I - órgãos da administração pública;

II - bancos, creditícias e similares.

~~Art. 556 -~~ ~~Para locação de Edifícios Públicos Administrativos deve-se observar:~~

~~I - estar no MC ou MD1;~~

~~II - serem tratados como locais de trabalho e afluência pública e não como monumento para ostentação;~~

~~III - previsão de terrenos para instalação de pequenas unidades descentralizadas da administração municipal;~~

~~IV - ter estacionamento compatível com área construída, conforme Lei Complementar de Edificações.~~

Art. 556 Para locação de Edifícios Públicos Administrativos deve-se observar: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - serem tratados como locais de trabalho e afluência pública e não como monumento para ostentação; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - previsão de terrenos para instalação de pequenas unidades descentralizadas da administração municipal; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

III - ter estacionamento compatível com área construída, conforme regulamentado por esta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

#### SUBSEÇÃO VII DOS EQUIPAMENTOS URBANOS

Art. 557 - Projetos técnicos de viabilidade determinarão a localização de equipamentos urbanos voltados ao atendimento da população.

Art. 558 - Para locação de cemitérios deverão ser observados os seguintes critérios:

I - se localizar afastados do centro urbano;

II - ter fácil acesso;

III - evitar vales, talvegues, pântanos, charcos, aterros, mananciais e captação de água;

IV - evitar a vizinhança de residências, escolas, hospitais;

V - obedecer ao seguinte dimensionamento 1,20 m<sup>2</sup>/habitante;

VI - implantação por etapas, obedecendo projeto global conforme crescimento da demanda.

VII - adotar 50% da área total para sepulturas de aluguel;

VIII - separação de quadras de crianças e adultos;

IX - 30% (trinta por cento) para avenidas e equipamentos;

X - adotar 20% (vinte por cento) para sepulturas perpétuas;

XI - estacionamento compatível com a Lei Complementar de Edificações.

**Art. 559 -** Em relação ao lixo urbano deverão ser tomadas as seguintes providências:

I - deverá ser promovida a coleta seletiva do lixo;

II - a Prefeitura fará o roteiro da coleta e divulgará os dias;

III - a Prefeitura determinará através de estudos a melhor opção de destino final, que poderá ser:

a) aterro controlado;

b) usina de reciclagem e compostagem;

IV - para destinação final do lixo deverão ainda ser observadas:

a) leis estaduais e federais incidentes e pertinentes a matéria;

b) distância da área urbana;

c) solo com baixa infiltração;

d) direção dos ventos;

e) o tamanho do terreno;

f) localização que impeça drenagem para rios e ribeirões.

**Art. 560 -** As edificações deverão possuir local próprio para acondicionamento do lixo junto ao alinhamento, segundo Lei Complementar de Edificações.

**Art. 561 -** Para locação da nova rodoviária deverão ser observados os parâmetros e exigências definidas pelo DETER e os seguintes critérios:

I - localização no eixo leste/oeste considerando a maior expressividade de usuários;

II - localização junto aos acessos viários, em posição de fácil ligação com a malha urbana da cidade;

III - obedecer dimensionamento de 150,00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados) de área de terreno para cada 1.000 (mil) habitantes/residência, com um mínimo de 5.000,00 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados);

IV - facilidade de transporte coletivo com aproveitamento máximo das linhas existentes.

V - ligação fácil com a BR-470;

VI - possibilidade de desvio da área central e residencial;

VII - possibilidade de adaptação imediata ao sistema viário existente, para imediata utilização;

VIII - estacionamento, ponto de táxi e ponto de ônibus urbano, compatível com a Lei Complementar de Edificações;

IX - área livre de enchente;

Parágrafo único. Localização no centro da cidade de um Terminal Urbano e Intermunicipal de passageiros, visando facilitar o atendimento microrregional.

**Art. 562 -** As concessionárias do Serviço Público só poderão executar obras subterrâneas no Sistema Viário, suas ou de particulares, mediante apresentação de projeto, e de responsável técnico.

§ 1º - Entende-se por concessionária do Serviço Público as relacionadas ao atendimento de água, luz e telefonia.

§ 2º - Os projetos e ART serão arquivados pela Secretaria de Obras para conhecimento e verificação.

**Art. 563 -** Caberá a concessionária a responsabilidade por acidentes quando não houver apresentado projeto, ou executado em desacordo.

**Art. 564 -** As obras de saneamento obedecerão ao projeto técnico-específico, sendo que deverão ser observados os seguintes critérios:

I - os esgotos sanitários, enquanto não houver rede de coleta pública com tratamento, deverão ter sua destinação final dentro dos limites dos lotes por sistema obrigatório de fossas e mecanismos de eliminação dos efluentes conforme recomendação na Lei Complementar de Edificações e Código de Vigilância Sanitária;

II - quando necessário deverá ser adotada rede de esgoto sanitária e esta deverá se constituir de sistema independente da rede de esgotos pluviais;

III - a Prefeitura deverá reservar área nas respectivas bacias hidrográficas para a implantação de futuro sistema de tratamento de dejetos, se for o caso;

IV - à curto prazo, a Prefeitura proibirá novas ligações sem sumidouros à rede de galerias pluviais, bem como eliminará as já existentes;

V - a proibição de lançamento de dejetos domésticos e industriais diretamente nos cursos d'água;

VI - exigência de teste de percolação, a fim de identificar a solução adequada para cada tipo de solo:

Tipo de Solo	Solução Adequada
Solo totalmente absorvente	Solo parcialmente absorvente
Solo pouco ou nada absorvente	Fossa séptica com sumidouro.
Fossa séptica com sumidouro ou filtro anaeróbio ligado a rede pública.	Fossa séptica e filtro anaeróbio ligado à rede pública.

Tipo de Solo	Solução Adequada
Solo totalmente absorvente	Fossa séptica com sumidouro
Solo parcialmente absorvente	Fossa séptica com sumidouro ou filtro anaeróbio ligado a rede pública.
Solo pouco ou nada absorvente	Fossa séptica e filtro anaeróbio ligado à rede pública.

(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

VII - implantação gradativa de rede de coletas e tratamento de esgoto cujo projeto e escolha da área para instalação da estação de tratamento de esgoto devem ser elaborados mediante assessoria especializada sempre iniciando nas áreas centrais em direção a periferia;

VIII - a Prefeitura pode liberar a concessão de habite-se somente a quem possuir seu sistema de esgoto e controle de poluição adequado; além disso deve estruturar seu serviço de fiscalização sanitária mediante o cumprimento da Lei Complementar de Edificações e Código de Vigilância Sanitária;

IX - a Prefeitura só fornecerá habite-se após a fiscalização e aprovação da solução adotada, podendo o usuário solicitar a fiscalização prévia.

**Art. 565 -** Deverá ser elaborado um projeto de águas pluviais visando a correta execução das obras de drenagem pluvial.

**Art. 566 -** O projeto de dimensionamento de bueiros além de parâmetros técnicos exigidos deverá considerar a topografia local.

**Art. 567 -** Deverá ser promovido um levantamento cadastral das obras de drenagem pluvial.

#### SUBSEÇÃO VIII DO USO RELIGIOSO

~~**Art. 568 -** As igrejas não se instalarão na subzona RE.~~

**Art. 568** As igrejas poderão se instalar em qualquer subzona desde que apresente um Estudo de Impacto de vizinhança (EIV) junto com um senso de aprovação dos moradores num raio de 200,00m (duzentos metros) do local a ser instalada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

#### SEÇÃO V DOS ALVARÁS

**Art. 569** Serão respeitados os alvarás das construções que estejam em andamento.

**Art. 570 -** Os alvarás de construção expedidos anteriormente a esta Lei Complementar serão respeitados, desde que a construção estiver iniciada ou se inicie no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de publicação desta Lei Complementar.

~~Parágrafo Único - Uma construção será considerada iniciada se as fundações e baldrame, estiverem concluídas.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 312/2015)

**Art. 571 -** A concessão de alvará para construir, reformar ou ampliar obras residencial, comercial, de prestação de serviço ou industrial somente poderá ocorrer com observância das normas de Uso e Ocupação do Solo Urbano estabelecidos nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Será proibida toda ampliação e reforma nas edificações cujos usos contrariem as disposições desta Lei Complementar.

**Art. 572 -** A localização de usos e atividades dependerá de licença prévia da Prefeitura, respeitando o interesse coletivo sobre o particular e observados os padrões de segurança higiene e saúde pública para a vizinhança.

Parágrafo único. O vizinho é parte legítima para propor ação destinada a impedir a ocupação, o uso ou o desenvolvimento de atividades em imóveis com localização incompatível com o estabelecido no "caput" deste artigo.

**Art. 573 -** A licença, para funcionamento de atividades em edificações já existentes, será expedida mediante comprovação da adaptação conveniente do prédio ao tipo de atividade.

**Art. 574 -** A autorização de uma atividade não desobriga o interessado de um novo pedido de autorização quando de uma ampliação ou renovação de alvará de funcionamento.

Parágrafo único. A alteração dos fatores que condicionaram a autorização de um uso tolerado poderá levar a revogação da autorização.

**Art. 575 -** Para emissão de alvará de funcionamento deverão ser observadas áreas de estacionamento compatíveis com a Lei Complementar de Edificações e uso proposto.

**Art. 576 -** Para efeito de concessão ou renovação de alvarás de funcionamento nas edificações existentes e em desacordo com a presente Lei Complementar, será estabelecido:

I - prazo para relocação;

II - normas definidas como melhoria.

Parágrafo único. O prazo será proporcional ao porte do equipamento em desacordo.

~~**Art. 577 -** Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimentos comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente serão concedidos se observadas as exigências contidas nas leis de uso do solo, vigilância sanitária, normas de prevenção contra incêndio e demais legislações federais, estaduais e municipais, bem como regulamentos pertinentes. (alterado pela LC 015 de 1996)~~

**Art. 577 -** Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimentos comercial, de prestação de

serviço ou industrial, somente serão concedidos se observadas as exigências contidas nas leis de uso do solo, vigilância sanitária, normas de prevenção contra incêndio e demais legislações federais, estaduais e municipais, bem como regulamentos pertinentes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

§ 1º - Os alvarás serão concedidos sempre a título precário quando forem usos tolerados.

§ 2º - Os alvarás a que se refere este capítulo poderão ser cassados desde que o uso demonstre reais inconvenientes, contrariando, as disposições desta Lei Complementar, ou demais Leis pertinentes, sem direito a nenhuma espécie de indenização por parte do Município.

**Art. 578 -** A transferência de local ou mudança de ramo de atividade comercial, de prestação de serviço ou industrial, já em funcionamento, poderá ser autorizada se não contrariar as disposições desta Lei Complementar.

**Art. 579 -** A permissão para a localização de qualquer atividade considerada como Inadequada, dependerá da aprovação do projeto completo, se for o caso, pelos órgãos competentes da União, do Estado e Município, além das exigências específicas de cada caso.

**Art. 580 -** As concessionárias de luz e água deverão exigir do usuário o Alvará de Licença para construção, emitido pela Prefeitura, para promover a primeira ligação de serviço, ou provisória, de acordo com convênio a ser assinado.

## Capítulo V DO SISTEMA VIÁRIO

### SEÇÃO I DA HIERARQUIZAÇÃO VIÁRIA

**Art. 581 -** Para efeito desta Lei Complementar as vias são hierarquizadas da seguinte forma:

- ~~I - vias Arteriais;~~
- ~~II - vias Principais;~~
- ~~III - vias Secundárias;~~
- ~~IV - vias Locais;~~
- ~~V - vias de Pedestres.~~

I - vias de Trânsito Rápido; (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

II - vias Arteriais; (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

III - vias Coletoras; (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

IV - vias Locais; (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

V - vias de Pedestres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

**Art. 582 -** Todas as vias exceto as Locais, encontram-se listadas e dimensionadas nesta Lei Complementar.



**Art. 583 -** Quando da Consulta Prévia o usuário deverá ser alertado da previsão do Sistema Viário onde pretende se instalar.

**Art. 584 -** Complementarmente a esta Lei Complementar encontram-se os mapas referentes ao Sistema Viário, sendo:

I - anexo 08 - Hierarquização Viária, Pontes e Vias Previstas;

II - anexo 09 - Vias Projetadas e Vias de Pedestres;

III - anexo 10 - Vias Sem Denominação.

~~**Art. 585 -** A Prefeitura poderá definir complementarmente a esta seção, novas vias que serão dimensionadas de acordo com a Lei Complementar do Parcelamento do Solo Urbano, segundo sua hierarquia.~~

**Art. 585** O Órgão competente do Poder Executivo Municipal poderá, definir complementarmente a esta seção, novas vias que serão dimensionadas de acordo com esta Lei Complementar, segundo sua hierarquia. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### ~~SUBSEÇÃO I~~

#### ~~DAS VIAS ARTERIAIS~~

#### SUBSEÇÃO I

#### DAS VIAS DE TRÂNSITO RÁPIDO (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

~~**Art. 586 -** São consideradas Vias Arteriais a BR-470 e SC-302 em todo o trecho que cortam o perímetro urbano.~~

**Art. 586 -** São consideradas Vias de Trânsito Rápido, a BR-470 e a SC-302 em todo o trecho que cortam o perímetro urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

#### ~~SUBSEÇÃO II~~

#### ~~DAS VIAS PRINCIPAIS~~

#### SUBSEÇÃO II

#### DAS VIAS ARTERIAIS (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

~~**Art. 587 -** São consideradas Vias Principais as que fazem ligações de acesso a cidade sendo:~~

DENOMINAÇÃO DA VIA	GABARITO						CONSIDERAÇÕES
	ATUAL			P R O P O S T O			
	PASS.D	PISTA	PASS.E	PASS.D	PISTA	PASS.E	
Aristiliano Ramos Av.	4,00	7,00	4	4,00	7,00	4,00	
	*2			*2			
Augusta Deecke Av.	3,00	14,00	3,00	3,00	14,00	3,00	
Barão do Rio Branco R	2,00	14,90	2,30	2,00	14,90	2,30	
Basilio C. Negredo R	1,80	11,90	1,10	3,00	11,90	3,00	ver passeios
Blumenau Estr.	6,50	7,00	6,50	6,50	7,00	6,50	*1
Carlos Gomes R	2,30	10,50	2,00	3,00	10,50	3,00	ver passeios
Clemente Demarch R	2,10	12,00	2,20		20,00		*1
				Total			
Coelho Neto R	1,50	8,50	1,50	3,00	8,50	3,00	ver passeios
Conselheiro Willy Hering R		15,00	2,50	6,50	7,00	6,50	*1
Dom Pedro II R	2,50	10,00	1,50	3,00	10,00	3,00	ver passeios
Emilio Schulze R		10,00		3,00	7,00		CFME PROJ. E NORMAS DNER
Engenheiro Baungarten R	1,50	12,00	1,60	3,00	12,00	3,00	ver passeios
Governador Ivo Silveira Av.		7,00			30,00		*1
Governador Jorge Lacerda Av.	3,00	14,00	3,00	3,00	14,00	3,00	
Madeiras Estr. das		16,00			20,00		*1
Marconi R	1,90	9,40	1,90	3,00	9,40	3,00	ver passeios
Oscar Barcelos R	3,00	10,00	3,00	4,00	10,00	4,00	ver passeios
Trecho 01 R. XV de Novembro / Viaduto							
Trecho 02 Viaduto / R. Pioneiros		10,00		2,00	10,00	4,00	ver passeios
				4,00			
Trecho 03 R. Pioneiros / R. Pres.Kennedy	1,35	9,60	3,85	1,35	9,60	4,00	*2
Trecho 04 R. Pres.Kennedy / R. Paulo Ledra	4,00	x2	4,00	4,00	*2	4,00	*3
	9,50			9,50			
Trecho 05 R. Paulo Ledra / R. João Ledra		x2			29,50		*4
	7,00						
				Total			
Paulo Ledra Trav.	2,00	11,00	3,00	3,00	11,00	3,00	ver passeios
Trecho 01 Ponte / Av. Aristiliano Ramos							
Trecho 02 Av. Aristiliano Ramos / R. Oscar Barcelos		8,10	0,80	3,00	8,10	3,00	ver passeios

Presidente Kennedy R	2,00	11,00	2,00	3,00	11,00	3,00	ver passeios
Princesa Isabel R	2,00	12,00	2,00	3,00	12,00	3,00	ver passeios
Professor João C. Stoll R		12,00		2,00	8,00	2,00	
Rui Barbosa R	1,50	11,00	3,50	3,50	11,00	3,50	*6
São João R	1,80	11,00	2,00	3,00	11,00	3,00	ver passeios
Victor Konder R	1,50	9,00	2,00	2,00	9,00	2,00	
Victor Meireles R	2,50	9,80	2,50	2,50	9,80	2,50	
Vidal Ramos R	1,90	10,60	2,80	3,00	10,60	3,00	
XV de Novembro R	2,00	12,00	2,00	4,00	12,00	4,00	ver passeios
Wenceslau Borini R	1,50	7,00	1,50	3,00	11,00	3,00	*5
(trecho entre BR 470 e o acesso a ponte prevista)							

(Alterada pela LC 121/2004)

DENOMINAÇÃO DA VIA	GABARITO						CONSIDERAÇÕES
	ATUAL			PROPOSTO			
	PASS.D	PIST.	PASS.E	PASS.D	PISTA	PASS.E	
Anita Caribaldi R	1,35	6,65	1,13	3,00	6,65	3,00	Ver passeios
Aristiliano Ramos Av.	4,00	7,00	4,00	4,00	7,00	4,00	
	*2			*2			
Augusta Deecke Av.	3,00	14,00	3,00	3,00	14,00	3,00	
Barão do Rio Branco R	2,00	14,90	2,30	2,00	14,90	2,30	
Basílio C. Negredo R	1,80	11,90	1,10	3,00	11,90	3,00	Ver passeios
Blumenau Estr.	6,50	7,00	6,50	6,50	7,00	6,50	1
Carlos Gomes R	2,30	10,50	2,00	3,00	10,50	3,00	Ver passeios
Clemente Demarch R	2,10	12,00	2,20	...	20,00	...	*1
				Total			
Coelho Neto R	1,50	8,50	1,50	3,00	8,50	3,00	Ver passeios
Conselheiro Willy Hering R	...	15,00	2,50	6,50	7,00	6,50	*1
Dom Pedro II R	2,50	10,00	1,50	3,00	10,00	3,00	Ver passeios
Emílio Schulze R	...	10,00	...	3,00	7,00	...	CFME PROJ. E NORMAS DNER
Engenheiro Baungarten R	1,50	12,00	1,60	3,00	12,00	3,00	Ver passeios
Governador Ivo Silveira Av.	...	7,00	...	...	30,00	...	*1
Govern. Jorge Lacerda Av.	3,00	14,00	3,00	3,00	14,00	3,00	
Madeiras Estr. das	...	16,00	...	...	20,00	...	*1
Marconi R	1,90	9,40	1,90	3,00	9,40	3,00	Ver passeios
Oscar Barcelos R	3,00	10,00	3,00	4,00	10,00	4,00	Ver passeios
Trecho 01							
R. XV de Novembro/Viaduto							
Trecho 02	...	10,00	...	2,00	10,00	4,00	Ver passeios
Viaduto / R. Pioneiros				4,00			
Trecho 03	1,35	9,60	3,85	1,35	9,60	4,00	*2
R. Pioneiros/R. Pres. Kennedy							
Trecho 04	4,00	x2	4,00	4,00	*2	4,00	*3
R. Pres. Kennedy/R. Paulo Ledra		9,50			9,50		
Trecho 05	...	x2	...	...	29,50	...	*4
R. Paulo Ledra/R. João Ledra		7,00					
				Total			
Paulo Ledra Trav.	2,00	11,00	3,00	3,00	11,00	3,00	Ver passeios
Trecho 01							
Ponte/Av. Aristiliano Ramos							
Trecho 02	...	8,10	0,80	3,00	8,10	3,00	Ver passeios
Av. Aristiliano Ramos/ R. Oscar Barcelos							
Presidente Kennedy R	2,00	11,00	2,00	3,00	11,00	3,00	Ver passeios
Princesa Isabel R	2,00	12,00	2,00	3,00	12,00	3,00	Ver passeios
Professor João C. Stoll R	..	12,00	...	2,00	8,00	2,00	
Rui Barbosa R	1,50	11,00	3,50	3,50	11,00	3,50	*6
São João R	1,80	11,00	2,00	3,00	11,00	3,00	Ver passeios
Victor Konder R	1,50	9,00	2,00	2,00	9,00	2,00	
Victor Meireles R	2,50	9,80	2,50	2,50	9,80	2,50	
Vidal Ramos R	1,90	10,60	2,80	3,00	10,60	3,00	
XV de Novembro R	2,00	12,00	2,00	4,00	12,00	4,00	Ver passeios
Wenceslau Borini R (trecho entre BR-470 e o acesso a	1,50	7,00	1,50	3,00	11,00	3,00	*5

(Redação dada pela Lei Complementar nº 1

~~\*1 Projeto específico prevendo alargamento.~~

~~\*1 Deverá obedecer projeto específico.~~

~~\*2 Canteiro entre pistas de 1,85m.~~

~~\*3 Canteiro entre pistas de 2,00m.~~

~~\*4 - Deverá ser elaborado um projeto específico considerando a área de RFFSA.~~

~~\*5— Considerando a Ponte prevista na continuação da Rua Presidente Kennedy este trecho deverá receber maior dimensionamento segundo projeto específico.~~

~~\*6 - Deverá ser definido a largura dos passeios após levantamento dos trechos.~~

~~\*7 – Somente será liberado o passeio direito com 2,00 metros, quando for implantado estacionamento frontal com 6,00 metros de profundidade, em conformidade com o artigo 221 da Lei Complementar nº 007/95, para edificações onde o uso permitir,, caso contrário, deverá ser respeitado o passeio de 4,00 metros (acrescentado pela LC 121/2004).~~

~~\*7 - Somente será liberado o passeio direito com 2,00m (dois metros), quando for implantado estacionamento frontal com 6,00m (seis metros) de profundidade, em conformidade com o artigo 632 desta Lei, para edificações onde o uso permitir, caso contrário, deverá ser respeitado o passeio de 4,00m quatro metros). (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~— Passeios não definidos.~~

**Art. 587.** São consideradas Vias Arteriais as que fazem ligações entre as vias de acesso rápido e as vias coletoras, sendo elas: (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

DENOMINAÇÃO DA VIA	GABARITO						CONSIDERAÇÕES
	ATUAL			PROPOSTO			
	PASS.D PISTA	PASS.E	PASS.D PISTA	PASS.E	PASS.D PISTA	PASS.E	
Aristiliano Ramos Av. Trecho 01 (Av 17 de setembro até Rua São João)	2,00	16,00	2,00	4,00	16,00	4,00	
Aristiliano Ramos Av. Trecho 02 (Rua São João até Praça Gino de Lotto)	2,00	16,00	2,00	4,00	16,00	4,00	
Barão do Rio Branco	3,00	11,80	2,90	3,00	12,00	3,00	
Basilio C. Negredo R	1,80	11,90	1,10	3,00	11,90	3,00	
Blumenau Trecho 01 (Praça Gino de Lotto até Rua João Fronza)	.....	18,00	.....	4,00	21,50	4,00	
		total					
Blumenau Trecho 02 (Rua João Fronza até Estrada Quintino)	.....	19,00	.....	4,00	12,00	4,00	
		total					
Boa Esperança	2,00	8,00	2,00	2,00	8,00	2,00	2,00* = ciclovia
					2,00*		
Bulcão Viana Techo 01 (Georg Lucas até General Osório)	2,00	10,00	2,00	2,00	10,00	2,00	
Bulcão Viana Trecho 02 (Genearal Osório até Ângelo Tomio)	2,00	8,00	2,00	2,00	8,00	2,00	
Carlos Gomes R	2,55	10,50	2,35	3,00	10,50	3,00	
Clemente Demarch R	2,00	12,00	2,00	4,00	12,00	4,00	
Conselheiro Willy Hering Trecho 01 (Ribeirão Matador até Rua Júlio Schlupp)	1,00	13,50	1,80	3,50	11,00	3,50	2,00* = ciclovia
		6,80			12,00		
					*		
Conselheiro Willy Hering Trecho 02 (Rua Júlio Schlupp até divisa com Lontras)	.....	13,00	.....	3,50	11,00	3,50	2,00* = ciclovia
		total					
					2,00*		
Dom Bosco	2,00	11,00	2,00	3,00	11,00	3,00	
Dom Pedro II	1,45	10,00	1,60	3,00	10,00	3,00	
Dona Augusta Deecke Av.	3,00	2,60*	3,00	3,00	14,00	3,00	2,60* = 2,00 ciclovia + 0,60 canteiro
		11,40					
Florinda Coninck	.....	8,00	.....	2,00	8,00	2,00	
Governador Ivo Silveira	3,70	12,10	3,90	.....	10,00	.....	
					total		
Governador Jorge Lacerda	3,00	2,60*	3,00	3,00	2,60*	3,00	2,60* = 2,00 ciclovia + 0,60 canteiro
		11,60			11,60		
Guilherme Gemballa	4,00	12,00	4,00	4,00	12,00	4,00	
Júlio Rousseng Filho	2,00	9,00	2,95	3,00	9,00	3,00	
Madeira	6,00	7,00	5,00	3,45	13,10	3,45	
Marconi R	2,90	9,40	1,60	3,00	9,40	3,00	
Novembro, 15 de R	2,00	12,00	2,00	4,00	12,00	4,00	
Oscar Barcelos R Trecho 01 R.XV de Novembro / Viaduto	2,40	10,00	2,80	4,00	10,00	5,00	
Oscar Barcelos Trecho 02 Viaduto / R. Pioneiros	2,00	10,00	3,90	2,00	10,00	4,00	
					4,00		
Oscar Barcelos Trecho 03 R. Pioneiros / R. Pres.Kennedy	3,95	9,50	1,85	1,35	10,00	4,00	0,50* = canteiro
		0,50* via					
Oscar Barcelos Trecho 04 R.Pres.Kennedy / R.Paulo Ledra	4,90	19,00	5,00	4,00	19,00	4,00	
Oscar Barcelos Trecho 05 R.Paulo Ledra / R. João Ledra	5,00	15,10	4,70	.....	29,00	.....	
					total		
Patrício Noveletto		12,00		2,00	8,00	2,00	
Presidente Kennedy	2,00	9,00	2,00	3,00	9,00	3,00	2,00* = ciclovia

		2,00*			2,00*		
Princesa Isabel R	1,50	9,00	1,50	3,00	12,00	3,00	
Rui Barbosa R	1,50	9,00	1,50	3,50	11,00	3,50	
Setembro, 7 de	5,00	10,00	5,00	5,00	10,00	5,00	
Vereadores	2,00	2,30*	4,30	.....	16,00	.....	2,30* = ciclovia
					total		
		8,30					
Vidal Ramos R	1,95	10,60	2,00	3,00	10,60	3,00	
		a					
		3,60					
Deputado Walter Rousseng	10,00			2,00	8,00	2,00	
(Redação dada pela Lei Comp							

**Art. 587** São consideradas Vias Arteriais as que fazem ligações entre as vias de acesso rápido e as vias coletoras, sendo elas: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

DENOMINAÇÃO DA VIA	GABARITO				
	ATUAL				PF
	PASS.D	PISTA	PASS.E	PASS.D	F
Aristiliano Ramos Av. - Trecho 01 (Av. 7 de setembro até Rua São João)	2,00	16,00	2,00	4,00	
Aristiliano Ramos Av. - Trecho 02 (Rua São João até Praça Gino de Lotto)	2,00	16,00	2,00	4,00	
Barão do Rio Branco	3,00	11,80	2,90	3,00	
Basílio C. Negredo R	1,80	11,90	1,10	3,00	
Blumenau - Trecho 01 (Praça Gino de Lotto até Rua João Fronza)	...	18,00 (total)	...	4,00	
Blumenau - Trecho 02 (Rua João Fronza até Estrada Quintino)	...	19,00 (total)	...	4,00	
Blumenau - Trecho 03 (Estrada Quintino até o Ribeirão Matador)	...	19,00 (total)	...	4,00	
Boa Esperança	2,00	8,00	2,00	2,00	8,00
Bulcão Viana - Trecho 01 (Georg Lucas até General Osório)	2,00	10,00	2,00	2,00	
Bulcão Viana - Trecho 02 (General Osório até Ângelo Tomio)	2,00	8,00	2,00	2,00	
Carlos Gomes R	2,55	10,50	2,35	3,00	
Clemente Demarch R	2,00	12,00	2,00	4,00	
Conselheiro Willy Hering - Trecho 01 (Ribeirão Matador até Rua Júlio Schlupp)	1,00	3,50 + 6,80	1,80	4,00	
Conselheiro Willy Hering - Trecho 02 (Rua Júlio Schlupp até divisa com Lontras)	...	13,00 (total)	...	4,00	
Dom Bosco	2,00	11,00	2,00	3,00	
Dom Pedro II	1,45	10,00	1,60	3,00	
Dona Augusta Deecke Av.	3,00	2,60* + 11,40	3,00	3,00	
Florinda Coninck	...	8,00	...	2,00	
Governador Ivo Silveira	3,70	12,10	3,90	...	30,00
Governador Jorge Lacerda	3,00	2,60* + 11,60	3,00	3,00	2,60
Guilherme Gemballa	4,00	12,00	4,00	4,00	
Júlio Roussenq Filho	2,00	9,00	2,95	3,00	
Lilly Bremer	2,00	8,00	2,00	4,00	
Madeira	6,00	7,00	5,00	4,00	
Marconi R	2,90	9,40	1,60	3,00	
Novembro, 15 de R	2,00	12,00	2,00	4,00	
Oscar Barcelos R. Trecho 01 R. XV de Novembro/Viaduto	2,40	10,00	2,80	4,00	
Oscar Barcelos - Trecho 02 Viaduto/R. Pioneiros	2,00	10,00	3,90	2,00	
Oscar Barcelos - Trecho 03 R. Pioneiros/R. Pres. Kennedy	3,95	9,50 + 0,50*	1,85 (ciclovía)	1,35	
Oscar Barcelos - Trecho 04 R. Pres. Kennedy/R. Paulo Ledra	4,90	19,00	5,00	4,00	
Oscar Barcelos - Trecho 05 R. Paulo Ledra/R. João Ledra	5,00	15,10	4,70	...	29,00
Patrício Noveletto		12,00		2,00	
Presidente Kennedy	2,00	9,00 + 2,00*	2,00	3,00	9,00
Princesa Isabel R	1,50	9,00	1,50	3,00	
Rui Barbosa R	1,50	9,00	1,50	3,50	



Setembro, 7 de	5,00	10,00	5,00	5,00	
Vereadores	2,00	2,30* + 8,30	4,30	...	16,00
Vidal Ramos R	1,95	10,60	2,00 a 3,60	3,00	
Deputado Walter Rousseng		10,00		2,00	

~~SUBSEÇÃO III~~~~DAS VIAS SECUNDÁRIAS~~

## SUBSEÇÃO III

## DAS VIAS COLETORAS (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

~~Art. 588 -~~ Vias Secundárias são as que fazem as ligações entre os bairros e formam a interligação destes com o centro da cidade.

Art. 588 - Vias Coletoras são as que fazem as ligações dentro das regiões da cidade. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

~~Art. 589 -~~ São consideradas Vias Secundárias:

DENOMINAÇÃO DA VIA	GABARITO					
	ATUAL			P R O P O S T O		
	PASS.D	PISTA	PASS.E	PASS.D	PISTA	PASS.E
7 de Setembro R.	5,00	10,00	5,00	5,00	10,00	5,00
Alfredo Swarowski R.	.....	6,00	.....	.....	10,00	.....
				Total		
Angele Tomio R.	2,00	10,00	2,00	2,00	10,00	2,00
Aracaju R.	1,60	7,00	1,60	2,00	7,00	2,00
Boa Esperança Estr.	4,00	8,00	2,00	4,00	8,00	2,00
						com ciclovia
Bom Abrigo R.	.....	12,00	.....	1,50	9,00	1,50
Bom Retiro R.	3,00	12,00	3,00	3,00	12,00	3,00
Bom Sucesso R.	.....	12,00	.....	1,50	9,00	1,50
Botânico R.	1,00	9,00	1,00	1,50	9,00	1,50
Kullmann R.						
Centre R.						
Guanabara e prolong. da R. São Paulo						
Brusque R.	.....	8,00	.....	1,50	8,00	1,50
Bulcão Viana R.	1,80	10,10	1,90	2,00	10,10	2,00
Caçadores R. dos	2,00	8,00	2,00	2,00	8,00	2,00
Chile R.	3,00	9,00	3,00	3,00	9,00	3,00
Curt Schroeder R.	.....	12,00	.....	1,50	9,00	1,50
Dom Bosco R.	2,00	11,00	2,00	3,00	11,00	3,00
						Ver passeios
Emílio Adami R.	.....	10,00	.....	1,50	7,00	1,50
Erminio Stolf R.	.....	5,00	.....	1,50	9,00	1,50
						*1
Euclides da Cunha R.	1,00	9,00	1,40	1,50	9,00	1,50
Eugênio Marchi R.	.....	9,00	.....	1,25	7,50	1,25
						Alterado pela LC 091/2002
Gaspar R.	.....	10,00	.....	1,50	7,00	1,50
Guanabara R.	.....	10,00	.....	2,00	10,00	2,00
						Ver passeios
Guilherme Gemballa R.	5,00	12,15	2,85	5,00	12,15	2,85
Humaitá R. (R. Tuiuti a 50,00m da R. Petrolândia)	1,30	7,50	1,40	.....	10,20	.....
						*1
Itoupava Estr.	.....	12,00	.....	2,00	12,00	2,00
Jacó Finardi R.	.....	12,00	.....	1,50	9,00	1,50
João Ledra R.	.....	12,00	.....	2,00	8,00	2,00
João Marchi R.	.....	10,00	.....	1,50	9,00	1,50
Júlio Rousseng Filho R.	2,00	9,00	2,95	3,00	9,00	3,00
Júlio Schlupp R.	.....	10,00	.....	2,00	10,00	2,00
Justina de Barba Ledra R.	1,30	6,00	1,50	1,50	6,00	1,50
Maranhão R.	.....	12,00	.....	2,00	8,00	2,00
Marginal BR-470	CONFORME PROJETO E NORMAS DO DNPR					

(todo trecho prev.)						
Navegantes	12,00		1,50	9,00	1,50	
Estr. (entre R. Pe. Feijó e a BR-470)						
Nova Trento R.	10,00		1,50	9,00	1,50	
Otto Wetsztein R. (trecho entre Estrada Madeira e a SD63)	12,10		1,50	9,00	1,50	
Padre Feijó R.	12,00		1,50	9,00	1,50	
Pará R.	10,00		1,50	7,00	1,50	
Pastor G. Hobus R.	1,30	7,80	1,30	1,30	7,80	1,30
Pedro A. dos Santos R.	10,00		2,00	10,00	2,00	
Pedro Mazzini Trav.	12,00		1,50	9,00	1,50	
Petrópolis R.	5,00			10,00		*1
Piçarras Beco	8,50		2,00	8,00	7,00	
Príncipe R.	12,00		1,50	9,00	1,50	
Pe. Pedro Francisco Weisel R.	12,00		1,50	9,00	1,50	
P. Eugênio Schneider R.	12,00		1,50	9,00	1,50	
P. Luiz Soldatelli R.	12,00		2,00	12,00	2,00	
P. Wenceslau Borini R.	10,00		1,50	7,00	1,50	
Roberto Koch R.	9,80		1,50	9,00	1,50	
Rui Barbosa R.	1,50	11,00	3,50	3,50	11,00	3,50
R. projetada nº PR62	18,00		4,50	9,00	4,50	
R. projetada nº PR68	18,00		4,50	9,00	4,50	
R. projetada nº PR74	12,00		2,00	8,00	2,00	
R. s/denom. SD113	10,00		1,50	7,00	1,50	
R. s/denom. SD120	10,00		1,50	7,00	1,50	
R. s/denom. SD122	4,00		1,50	7,00	1,50	
R. s/denom. SD63	12,00		1,50	9,00	1,50	
São Joaquim R.	1,00	6,15	1,00	1,00	6,15	1,00
São José Estr.	10,00		1,50	7,00	1,50	
São Paulo R.	1,00	9,00	1,00	2,00	9,00	2,00 Ver passeios
Trecho prev. nº pv1	2,00	10,00	2,00	2,00	10,00	2,00
Trecho prev. nº pv2	12,00		1,50	9,00	1,50	
Trecho prev. nº pv3	3,00	9,00	3,00	3,00	9,00	3,00
Trecho prev. nº pv4	3,00	9,00	3,00	3,00	9,00	3,00
Trecho prev. nº pv5	8,50		2,00	8,00	2,00	

Trecho prev. nº	1,00	6,15	1,00	1,00	6,15	1,00	
pv6							
Trecho prev. nº				1,50	9,00	1,50	
pv7							
Trecho prev. nº				2,00	8,00	2,00	
pv8							
Trecho prev. nº		12,00		2,00	8,00	2,00	
pv9							
Trecho prev. nº		12,00		2,00	8,00	2,00	
pv10							
Trecho prev. nº				3,00	11,00	3,00	ver passeios
pv11							
Trecho prev. nº		12,00		1,50	9,00	1,50	
pv12							
Trecho prev. nº		12,00		1,50	7,00	1,50	
pv13							
Trecho prev. nº				1,50	7,00	1,50	
pv14							
Trecho prev. nº				1,50	7,00	1,50	
pv15							
Trecho prev. nº					12,00		*1
pv16							
Trecho prev. nº					20,00		*1
pv17							
Trecho prev. nº	2,00	8,00	2,00	2,00	8,00	2,00	
pv18							
Trecho prev. nº	2,00	8,00	2,00	2,00	8,00	2,00	
pv19							
Trecho prev. nº	1,00	9,00	1,00	2,00	9,00	2,00	ver passeios
pv20							
Trecho prev. nº		12,00		2,00	8,00	2,00	
pv21							
Tromb. Central		10,20		1,50	9,00	1,50	
R. (entre R. Pe							
Pedro Francisco							
Weisel e SP63)							
Tuiuti R.	2,00	10,00	2,00	3,00	10,00	3,00	
Veredores R.		12,00		2,00	12,00	2,00	*1
dos							
Washington Luiz	1,50	8,80	1,50	1,50	8,80	1,50	
R.							

\*1 - Projeto específico prevendo alargamento.

\*1 - Projeto específico prevendo alargamento.

Art. 589 - São consideradas Vias Coletoras: (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

DENOMINAÇÃO DA VIA	GABARITO						CONSIDERAÇÕES
	ATUAL			PROPOSTO			
	PASS.D	PISTA	PASS.E	PASS.D	PISTA	PASS.E	
=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Alfredo Swarowski R.	1,40	7,30	1,40	.....	10,00	.....	
					total		
Ângelo Cechet	.....	10,00	.....	2,00	8,00	2,00	
Ângelo Lenzi		10,00		2,00	8,00	2,00	
Angelo Tomio R.	2,00	10,00	2,00	2,00	10,00	2,00	
Anita Garibaldi	1,50	8,60	1,50	3,00	8,60	3,00	
Aracaju	1,60	7,00	1,60	2,00	8,00	2,00	
Arnoldo Hoffmann	....	12,00	.....	2,00	8,00	2,00	
Bela Aliança	4,00	12,00	4,00	4,00	12,00	4,00	
Bom Retiro	3,00	12,00	3,00	3,00	12,00	3,00	
Botânico Kullmann	1,00	9,00	1,00	1,50	9,00	1,50	
Brasil	2,00	11,00	2,00	2,00	11,00	2,00	
Brusque	0,90	6,80	0,90	1,50	8,00	1,50	
Caçadores, dos - Trecho 01 (Oscar Bar- celos até Pedro Moretto)	1,90	8,100	1,90	2,00	8,00	2,00	
Caçadores, dos - Trecho 02 (Pedro Mo- retto até seu final)	2,00	8,00	2,00	2,00	8,00	2,00	
Câmara Júnior	1,50	9,00	1,50	1,50	9,00	1,50	
Chile R.	3,00	9,00	3,00	3,00	9,00	3,00	
Emílio Schulze	0,00	7,00	1,00	3,00	9,00		
		a 2,60					
Engenheiro Baungarten	1,50	12,00	1,50	3,00	12,00	3,00	
Euclides da Cunha R.	1,40	8,80	1,40	1,50	9,00	1,50	
Eugênio Marchi R.	1,40	7,00	1,40	1,50	9,00	1,50	
Felício Ledra		10,00		1,50	7,00	1,50	
		a 12,00					
Gaspar R.	1,20	7,00	1,40	1,50	7,00	1,50	
Geremias Medeiros	2,00	8,00	2,00	2,00	8,00	2,00	
Guanabara	.....	9,00	.....	.....	14,00	.....	
		a 10,20			total		
Henrique Muller		10,00		2,00	8,00	2,00	
Humaitá - Trecho 01 (Rua Tuiuti até Ladeira Vereador Adolfo Frischknecht)	1,30	7,50	1,40	2,00	7,50	3,00	
Humaitá - Trecho 01 (a partir da Lade- ira Vereador Adolfo Frischknecht)	1,30	7,50	1,40	2,00	7,50	2,00	
Itajaí	.....	10,00	.....	2,00	8,00	2,00	
Jacó Finardi R.	.....	8,20	.....	1,50	9,00	1,50	
		a 9,20					
João Marchi R.	1,50	7,00	1,50	1,50	9,00	1,50	
Júlio Schlupp R.	1,30	7,00	1,45	2,00	10,00	2,00	
Justina de Barba Ledra - Trecho 01		8,00		1,50	6,00	1,50	
Justina de Barba Ledra - Trecho 02	1,00	7,00	1,00	1,50	6,00	1,50	
Justina de Barba Ledra - Trecho 03	1,50	7,00	1,50	1,50	7,00	1,50	
Justina de Barba Ledra - Trecho 04	1,50	9,00	1,50	1,50	9,00	1,50	
Lages	1,00	6,00	1,00	2,00	8,00	2,00	
Lauro Fronza	2,00	8,00	2,00	2,00	8,00	2,00	

Lauro Müller	2,50	10,00	2,50	2,50	10,00	2,50	
Leopoldo Kurth	.....	10,00	.....	.....	10,00	.....	
					total		
Leopoldo Ledra - Trecho 01 (Oscar Barcelos até Travessa Alfredo S. de Oliveira.)	.....	12,00	.....	.....	12,00	.....	
					total		
Leopoldo Ledra - Trecho 02 (Trav. Alfredo S. de Oliveira até o entroncamento da Rua Felício Ledra com a Rua Nova Trento)	.....	8,00	.....	1,00	8,00	1,00	
Marconi	2,90	9,20	1,60	3,00	9,40	3,00	
Navegantes - Trecho 01 (Faixa de domínio BR-470 até Rua Lilly Bremer)	1,00 a 2,00	6,00	1,00 a 2,00	1,50	9,00	1,50	
Navegantes Estr. (Rua Lilly Bremer até seu final )	1,00 a 2,00	6,00	1,00 a 2,00	1,50	9,00	1,50	
Osvaldo Hadlich		10,00		2,00	8,00	2,00	
Pastor G. Hobus R.	1,20	7,20	1,20	1,30	7,80	1,30	
Paulo Ldera - Trecho 01 (Entre a ponte e Aristiliano Ramos)	2,00	11,10	2,00	3,00	14,00	3,00	*Pista Direita= 8,50m
					*		*Pista Esquerda = 11,50m
Paulo Ledra - Trecho 02 (Aristiliano Ramos até Oscar Barcelos)	0,70	8,20	2,40	3,00	11,10	3,00	*Pista Direita= 5,10m
					*		*Pista Esquerda = 5,00m
							*Canteiro central= 1,00m
Pedro Américo	1,50	11,00	1,50	2,00	11,00	2,00	
Pedro A dos Santos R.	....	8,00	....	2,00	10,00	2,00	
Penha		8,00		2,00	8,00	2,00	
Pioneiros		10,00		2,00	8,00	2,00	
P. Eugênio Schneider R.	1,50	6,00	1,50	1,50	9,00	1,50	
Professor João Conrado Stoll	2,00	8,00	2,00	2,00	8,00	2,00	
Quintinos - Trecho 01 (Estrada Blumeneu até Rua Osvaldo Wilvert).	.....	10,00	.....	2,00	8,00	2,00	
Quintinos (Rua Osvaldo Wilvert até seu final)	.....	12,00	.....	2,00	8,00	2,00	
Roberto Koch - Trecho 01 (sem pavimentação)	.....	9,00	.....	1,50	9,00	1,50	
Roberto Koch - Trecho 02 (.....)	1,50	7,40	1,50	1,50	9,00	1,50	
São Bento	2,00	8,00	2,00	2,00	8,00	2,00	
São João	1,85	11,10	2,00	3,00	11,00	3,00	
São José Estr.	1,50	7,00	1,50	1,50	7,00	1,50	
Tromb. Central R. (entre R. Pe Pedro Francisco Heisel e SD63)	1,50	7,00	1,70	1,50	9,00	1,50	
Tuiuti R.	1,95	10,00	1,95	3,00	10,00	3,00	
Vereador Antônio Cavilha		8,00		2,00	8,00	2,00	
Victor Meirelles	2,70	10,00	2,00	2,50	10,00	2,50	
Wenceslau Borini R - Trecho 01 (Rua Princesa Isabel até faixa de domínio da BR-470)	2,00	10,50	2,00	3,00	11,00	3,00	
Wenceslau Borini R - Trecho 02 (Faixa de domínio da BR-470 até prolongamento da Presidente Kennedy)	1,25	7,70	1,25	2,00	10,00	2,00	
Wenceslau Borini R- Trecho 03 (prolongamento da Presidente Kennedy até Ivo Silveira)	1,50	7,50	1,50	2,00	11,00	2,00	
Wenceslau Borini R - Trecho 04 (Ivo Silveira até BR-470)	1,40	7,40	1,70	2,00	11,00	2,00	
Willand Kurth	.....	12,00	.....	.....	12,00	.....	

				total				(Redação dada pela Lei Com.
--	--	--	--	-------	--	--	--	-----------------------------

SUBSEÇÃO IV

DAS VIAS LOCAIS

**Art. 590 -** Quando se tratar de Vias Locais, a dimensão mínima exigida será de 8,00 m (oito metros).

**Art. 591 -** Deverá ser elaborado um levantamento completo das vias locais.

SUBSEÇÃO V

DAS VIAS DE PEDESTRES

**Art. 592 -** Serão considerados Vias de Pedestres o que segue:

Nº	PASSAGEM DE PEDESTRES		EXISTENTE	
	INÍCIO	FINAL	COMPR.	PISTA
PD01	R. Rodrigues Alves	R. Tijucas	51,5	1,00
PD02	R. Nova Trento	R. Progresso	50,00	3,00
PD03	R. Progresso	Até extensão de	38,00	3,00
PD04	R. Mato Grosso	R. Humaitá	127,90	4,25
PD05	Al. Aristiliano Ramos	Av. Oscar Barcelos	30,80	1,30
PD06	R. Vidal Ramos	R. Prof. Conrado Stolf	25,00	0,80
PD07	Av. Oscar Barcelos	R. Tiradentes	11,40	1,50
PD08	R. Humaitá	R. Milton Blemer	31,30	2,45
PD09	R. Humaitá	Ladeira Paraná	36,50	2,50
PD10	R. Pará	R. Atlântida	38,60	1,95
PD11	R. Pedro Moretto	Voltando p/R. Pedro Moretto	65,60	5,60
PD12	R. Humaitá	Beco Planalto	52,00	6,00
PD13	R. Carlos Gomes	Al. Aristiliano Ramos	105,00	19,95

**Art. 593 -** Pelas vias de pedestres não será permitido o Parcelamento do Solo.

Parágrafo único. Exceto quando com largura superior a 8,00m (oito metros).

SEÇÃO II

DOS TIPOS DE VIAS

**Art. 594 -** Além da hierarquização definida no capítulo anterior, as vias subdividem-se ainda em:

I - vias Projetadas;

II - vias Previstas;

III - vias Sem Denominação.

SUBSEÇÃO I  
DAS VIAS PROJETADAS

**Art. 595 -** Vias Projetadas são as que não foram abertas, mas com projeto de implantação aprovado pela Prefeitura.

**Art. 596 -** Nenhuma edificação poderá ser aprovada para trechos de ruas ainda não abertas mesmo que constante da relação da vias projetadas.

Parágrafo único. A liberação de alvará de construção ou parcelamento, só poderá acontecer posteriormente a abertura da rua ou a critério de Conselho do Plano Diretor.

**Art. 597 -** A Prefeitura estabelecerá um quadro de prioridades visando abertura das vias projetadas e previstas nesta Lei Complementar.

~~**Art. 598 -** Deverá ser observado a Lei Complementar de Parcelamento do Solo, capítulo VII, seção II.~~

**Art. 598 -** Deverá ser observado o Título III, de Parcelamento do Solo, capítulo VII, seção II. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

**Art. 599 -** São definidas como Vias Projetadas:



Nº	DENOMINAÇÃO	RUAS E BECOS PROJETADOS						
		INÍCIO	FINAL	COMPR	PISTA	PASS. D	PISTA	PASS. E
PR01	Rua	A1. Aristiliano Ramos	Até R. Dom Bosco	120,96	12,00	2,00	8,00	2,00
PR02	Beco	Na PR01	Até extensão de	79,10	10,00	1,50	7,00	1,50
PR03	Rua	R.Leandro Dellagiustina	Adolfho Bühr	66,50	12,00	2,00	8,00	2,00
PR04	Rua	A 26,70m da R. Guilherme Laubstein	Até 30,00m da mesma	68,70	12,00	2,00	8,00	2,00
PR05	Rua	R. Ernesto Feldmann	Na extensão de	63,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR06	Rua	A 26,00m da R.Otto Wetzstein	Até 26,00m além da mesma	65,20	12,00	2,00	8,00	2,00
PR07	Trav.	Na José Salla	Oscar Hoffmann	67,13	10,00	1,50	7,00	1,50
PR08	Rua	Na Câmara Junior	R. Louro (PR09)	92,60	12,00	2,00	8,00	2,00
PR09	Rua	Na R. Cedro (PR08)	Até a R. Araucária	76,50	12,00	2,00	8,00	2,00
PR10	Rua	Na R. Cerejeira	Até extensão de 90,00 m	90,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR11	Rua	Na R. Angico	Até R. Cerejeira	82,10	12,00	2,00	8,00	2,00
PR12	Rua	Na R. Jaborá	Até R. Progresso	185,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR13	Rua	Na R. SD15	Até R. João Fronza	101,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR14	Rua	A 26,53 da R. Taió	Até 23,86 além da R. Carlos Knapmann	124,94	12,00	2,00	8,00	2,00
PR15	Trav.	A 25,25 da R. Emílio Ferrari	Até 26,62 além da mesma	63,87	12,00	2,00	8,00	2,00
PR16	Trav.	A 26,66 da R. Emílio Ferrari	Até 26,00 além da mesma	64,66	12,00	2,00	8,00	2,00
PR17	Trav.	Na R. Justina de Barba Ledra	Até 24,75 além da R. PR18	61,65	12,00	2,00	8,00	2,00
PR18	Rua	Na PR17	Até a R. Justina de Barba Ledra	181,51	14,00	3,00	8,00	3,00
PR19	Trav.	A 24,75da R. Principal do Loteamento Clara Coninck	Até 24,75 além da mesma	61,50	12,00	2,00	8,00	2,00
PR20	Beco	A 50,00 da Rua Ferdinando Jahn	Até Trav. s/nome (PR21)	339,60	3,00	.....	3,00	Total
PR21	Trav.	Na PR20	Até 35,00 além da R. Ferdinando Jahn	82,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR22	Trav.	A 22,70 da R. Celesta Fronza	Até 22,90 além da mesma	57,60	12,00	2,00	8,00	2,00
PR23	Rua	A 20,00 da PR22	Até extensão de 116,25	116,25	12,00	2,00	8,00	2,00
PR24	Trav.	A 24,20 da Rua	Até 24,00	60,20	12,00	2,00	8,00	2,00

		Agnelo J. da Cruz	além da mesma					
PR25	Rua	Na R. Dom João VI	Até extensão de 59,30	59,30	12,00	2,00	8,00	2,00
PR26	Rua	A 140,00 da R. Eng. Odebrecht	Até Gov. Jorge Lacerda	175,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR27	Rua	Na Av. Gov. Jorge Lacerda	Até Arthur Siewert	30,00	15,00	2,00	8,00	2,00
PR28	Rua	Na Emanuel Kant	Até Albert Einstein	138,00	15,00	2,00	8,00	2,00
PR29	Trav.	Na São Francisco	Até extensão de	139,00	12,00	2,00	8,00	2,00
		**DENOMINADA TRAVESSA ARNO MARIAN**						
PR30	Rua	Na PR29	Até extensão de 278,50	278,50	12,00	2,00	8,00	2,00
		**DENOMINADA RUA NIVALDO PICKLER**						
PR31	Rua	Na PR29	Até extensão de 320,00	320,00	12,00	2,00	8,00	2,00
		**DENOMINADA RUA NERI J. FINARDI**						
PR32	Trav.	Na PR30	Até R. Ademar Ohf	90,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR33	Rua	Na PR31	Até R. Ademar Ohf	20,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR34	Rua	Na PR30	Até intersecção com Rua das Hortências	96,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR35	Rua	Na PR30	Até R. São Bento	126,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR36	Rua	Na PR35	Até R. São Francisco	25,00	10,00	1,50	7,00	1,50
PR37	Rua	A 66,00 da Rua Guaianazes	Até a mesma	66,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR38	Rua	25,00 após a R. Tamoio	Até a extensão de 52,00m	52,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR39	Rua	Na Trav. Tupi	Até a extensão de 44,00m	44,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR40	Trav.	Na R. Guarani (PR38)	Até a R. Aimorés	54,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR41		Na R. Pref. Wenceslau Borini	Até 24,00 antes da Travessa Tamoio	207,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR42		No Ribeirão Canoas	Até 73,00 além do Beco Liberdade	156,50	12,00	2,00	8,00	2,00
PR43	Rua	Prolongamento da R. João Baldassari	Até extensão de 72,00m	72,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR44	Trav.	A 30,00 da R. João além da Baldassari (PR43)	Até 25,90 mesma	67,90	12,00	2,00	8,00	2,00
PR45	Trav.	A 30,00 R. João além da Baldassari	Até 27,64 mesma	69,64	12,00	2,00	8,00	2,00
PR46	Trav.	A 30,00 R. João além da Baldassari	Até 29,85 mesma	71,55	12,00	2,00	8,00	2,00
PR47	Rua	30,00 além da	Até a	571,50	12,00	2,00	8,00	2,00

		Estrada Boa Esperança	extensão de 571,50m					
PR48	Trav.	Na Rua Elizabeth Jasper	33,00 além da PR47	110,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR49	Rua	95,00 além da R. Peroba (contin. Da R. Tarumã)	Até a extensão de 81,50m	81,50	12,00	2,00	8,00	2,00
PR50	Trav.	25,00 além da R. Clarindo Alexandre	Até a extensão de 25,00m	25,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR51	Rua	Até a R. José C. Demarch	A 25,00 da nº 10 e com extensão total de 166,00m	166,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR52	Rua	Na R. Curt Schroeder	Até a extensão de 104,10m	104,10	12,00	2,00	8,00	2,00
PR53	Rua	40,00 além da R. Canadá	32,20 além da R. Haiti	87,20	15,00	3,00	9,00	3,00
PR54	Rua	A 103,50 da R. Brasil	101 além da mesma	219,50	15,00	3,00	9,00	3,00
PR55	Rua	140,00 além da R. Bom Abrigo	Até 54,00 além da PR57	170,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR56	Rua	80,00 além da R. Bom Abrigo	Até 25,00 além da PR57	201,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR57	Trav.	Na PR56	Até 38,00 além da PR55	100,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR58	Rua	Na R. Espírito Santo	Até extensão de 150,00	150,00	10,00	1,50	7,00	1,50
PR59	Rua	106,00 da R. Pres. Kennedy	Até extensão de 93,00	93,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR60	Rua	Na R. Pres. Kennedy	Até PR61	117,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR61	Trav.	Na PR60	Até PR59	59,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR62	Rua	Na R. Rui Barbosa	Até 44,00 além da PR70	966,80	18,00	4,50	9,00	4,50
PR63	Rua	Na PR62	Até extensão 110,00	110,00	12,00	2,00	8,00	2,00
PR64	Rua	137,00 antes da PR62	Até extensão de 156,00m além da mesma	293,15	12,00	2,00	8,00	2,00

---- Passeios não definidos.

**Art. 600 -** As Vias Projetadas deverão obedecer a hierarquização proposta quando tratarem-se de prolongamento das existentes.

**Art. 601 -** As vias projetadas que não possuírem condições técnicas de serem abertas, devidamente comprovado, estarão com esta condição sujeita a reanálise da Prefeitura.

Parágrafo único. Poderá a Prefeitura optar por solução mais compatível com a topografia local ou

providenciar anulação da mesma.

SUBSEÇÃO II  
DAS VIAS PREVISTAS

**Art. 602 -** São consideradas como Vias Previstas aquelas que ainda não foram projetadas, mas com dimensionamento e traçado pré-definido.

**Art. 603 -** Todo o processo de Parcelamento do Solo deverá se adequar as Vias Previstas.

**Art. 604 -** A Prefeitura através de cronograma próprio definirá prioridades para abertura das referidas ruas.

**Art. 605 -** Nenhuma edificação poderá ser aprovada para trechos de ruas previstas antes da abertura das mesmas.

**Art. 606 -** Deverá ser observado a Lei Complementar de Parcelamento do Solo, Seção VII, Subseção II.

**Art. 607 -** ~~Consideram-se Vias Previstas:~~

TRECHO	LOCALIZAÇÃO
pv1	Prolongamento da R. Angelo Tomio até R. Bulcão Viana
pv2	Entre R. Bom Sucesso e Estr. São José
pv3	Prolongamento da R. Chile até Loteamento Panorama
pv4	Prolongamento da R. Chile até R. Bom Retiro
pv5	Prolongamento do Beco Piçarras até R. prevista nº PV9
pv6	Prolongamento da R. São Joaquim até R. Guanabara
pv7	Estr. São José e R. Príncipe
pv8	Entre R. Erminio Stolf até R. João Fronza
pv9	Entre trecho prev. nº PV5 a R. projetada nº 74 do Loteamento Luiz Bianchet
pv10	Trecho entre R. Humaitá e R. Nova Trento até o Loteamento Clara Koninck
pv11	Prolongamento da R. Dom Bosco até a R. 7 de Setembro
pv12	Entre Rua Pedro Francisco Heisel e a R. Curt Schroeder
pv13	Prolongamento da R. Vaticano em 500,00m até encontrar a rua sem denominação SD122
pv14	Entre rua sem denominação SD120 do Loteamento Mutirão Barragem até R. Vaticano
pv15	Antigo leito RFFSA do acesso ao Mutirão Habitacional Barragem até R. Otto Wetzstein
pv16	Entre Rua Rui Barbosa e R. XV de Novembro; prolongamento da R. Angelo Slomp
pv17	Trecho entre Estr. Blumenau e futura ponte da Bela Aliança
pv18	Prolongamento da R. dos Caçadores até Av. Oscar Barcelos
pv19	Prolongamento da R. dos Caçadores até R. Maranhão
pv20	Prolongamento da R. São Paulo até a R. Botânico Kulmann
pv21	Trecho entre SD57 e a R. Roberto Koch
pv22	Ligação da Rua Tiradentes com a Rua Manoel Livramento
pv23	Ligação da Rua General Osório com a Avenida Oscar Barcelos
pv24	Prolongamento da Rua João Hpfmann até a Rua Alfredo Viebrantz

**Art. 607** — Consideram-se Vias Previstas: (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)

TRECHO — LOCALIZAÇÃO

VP1 — Entre R. Bom Sucesso e Estr. São José;

VP2 — Prolongamento da R. Chile até Loteamento Panorama;

VP3 — Prolongamento da R. Chile até R. Bom Retiro;

VP4 — Entre R. Erminio Stolf até R. João Fronza;

VP5 — Trecho entre R. Humaitá e R. Nova Trento até o Loteamento Clara Koninck;

VP6 — Entre Rua Pedro Francisco Heisel e a R. Curt Schroeder;

VP7 — Prolongamento da R. Vaticano em 500,00m até encontrar a rua sem denominação SD122;

VP8 — Antigo leito RFFSA do acesso ao Mutirão Habitacional Barragem até R. Otto Wetzstein;

VP9 — Prolongamento da R. dos Caçadores até R. Maranhão;

VP10 — Prolongamento da R. São Paulo até a R. Botânico Kulmann;

VP11 — Trecho entre SD57 e a R. Roberto Koch;

~~VP12 — Prolongamento da Rua João Hoffmann até a Rua Alfredo Viebrantz;~~  
~~VP13 — Paralela Estrada da Madeira;~~  
~~VP14 — Ligação SC 302 com a Rua Pedro Avelino dos Santos (RSL-050);~~  
~~VP15 — Ligação Rua Kurt Schroeder e Rua Jorge Theidl;~~  
~~VP15 — Ligação Rua Curt Schroeder e Rua Helmuth Skowasch; (Redação dada pela Lei Complementar nº 278/2014)~~  
~~VP16 — Ligação Rua D. Pedro II com a Av. Governador Jorge Lacerda (com ponte);~~  
~~VP17 — Paralela Rua Princesa Isabel;~~  
~~VP18 — Ligação Av. 7 de setembro com Rua Coelho Neto;~~  
~~VP19 — Ligação Bairro Canoas com al. Bela Aliança (com ponte);~~  
~~VP20 — Ligação Rua Dom Bosco com Al. Bela Aliança;~~  
~~VP21 — Ligação Estrada Blumenau com Rua Dom Bosco;~~  
~~VP22 — Marginal rodovia BR 470 (Valada Itoupava);~~  
~~VP23 — Ligação Rua João Ledra com Estrada Quintino;~~  
~~VP24 — Paralela Estrada Blumenau (após Rua João Ledra);~~  
~~VP25 — Ligação Valada São Paulo com Valada Itoupava;~~  
~~VP26 — Marginal rodovia BR 470 — entre Rua Ambrósio Semioni e Estada da Penha);~~  
~~VP27 — Marginal rodovia BR 470 — entre Rua 13 de agosto e Rua Willand Kurth;~~  
~~VP28 — Ligação Estrada Blumenau e rodovia BR 470 (com ponte);~~  
~~VP29 — Ligação Rua Duque de Caxias com Av. Oscar Barcelos;~~  
~~VP30 — Duplicação Ponte dos Arcos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 205/2010)~~

**Art. 607** ~~Consideram-se Vias Previstas: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)~~

TRECHO	LOCALIZAÇÃO
VP1	Entre R. Bom Sucesso e Estr. São José
VP2	Prolongamento da R. Chile até Loteamento Panorama
VP3	Prolongamento da R. Chile até R. Osvaldo Kriech
VP4	Entre R. Erminio Stolf até R. João Fronza
VP5	Trecho entre R. Humaitá e R. Nova Trento
VP6	Entre Rua Pedro Francisco Heisel e a R. Curt Schroeder
VP7	Prolongamento da R. Vaticano em 500,00m até encontrar a rua sem denominação SD122
VP8	Antigo leito RFFSA do acesso ao Mutirão Habitacional Barragem até R. Otto Wetzstein
VP9	Prolongamento da R. dos Caçadores até R. Maranhão
VP10	Prolongamento da R. São Paulo até a R. Botânico Kulmann
VP11	Trecho entre SD57 e a R. Roberto Koch
VP12	Prolongamento da Rua João Hoffmann até a Rua Alfredo Viebrantz
VP13	Paralela Estrada da Madeira
VP14	Ligação SC 302 com a Rua Pedro Avelino dos Santos (RSL 050)
VP15	Ligação Rua Kurt Schroeder e Rua Jorge Theidl
VP16	Ligação Rua D. Pedro II com a Av. Governador Jorge Lacerda (com ponte)
VP17	Paralela Rua Princesa Isabel
VP18	Ligação Av. 7 de setembro com Rua Coelho Neto
VP19	Ligação Alameda Bela Aliança com Rua Coelho Neto
VP20	Ligação Rua Dom Bosco com Al. Bela Aliança
VP21	Ligação Estrada Blumenau com Rua Dom Bosco
VP22	Marginal rodovia BR 470 (Valada Itoupava)
VP23	Ligação Rua João Ledra com Estrada Quintino
VP24	Paralela Estrada Blumenau (após Rua João Ledra)
VP25	Ligação Valada São Paulo com Valada Itoupava
VP26	Marginal rodovia BR 470 entre Rua Ambrósio Semioni e Estrada da Penha)
VP27	Marginal rodovia BR 470 - entre Rua 13 de agosto e Rua Willand Kurth
VP28	Ligação Estrada Blumenau e rodovia BR 470 (com ponte)
VP29	Ligação Rua Duque de Caxias com Av. Oscar Barcelos
VP30	Duplicação Ponte dos Arcos
VP31	Ligação BR 470 com Estrada Bonfim
VP32	Ligação Estrada Bonfim com SC 350 (com ponte)
VP33	Ligação Rua Dom Pedro II com Av. Governador Jorge Lacerda (com ponte)
VP34	Paralela Rua dos Caçadores
VP35	Marginal BR 470 (entre Fundo Canoas e Estrada Redentor)
VP36	Ligação SC 350 com Taboão (via Estrada Valada Albertina e Rua João Ledra)
VP37	Marginal BR 470 entre Rua Carl Lingner e Rua Emilio Ferrari
VP38	Paralela da Ivo Silveira (com ponte)
VP39	Ligação Rua General Osório com Avenida Oscar Barcelos

(Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**Art. 607** Consideram-se Vias Previstas:

TRECHO	LOCALIZAÇÃO
VP1	Entre R. Bom Sucesso e Estr. São José
VP2	Prolongamento da R. Chile até Loteamento Panorama
VP3	Prolongamento da R. Chile até R. Osvaldo Kriek
VP4	Entre R. Ermínio Stolf até R. João Fronza
VP5	Trecho entre R. Humaitá e R. Padre Francisco Spaeth
VP6	Entre Rua Pedro Francisco Heisel e a R. Curt Schroeder
VP7	Prolongamento da R. Vaticano em 500,00m até encontrar a rua sem denominação SD122
VP8	Antigo leito RFFSA do acesso ao Mutirão Habitacional Barragem até R. Otto Wetztein
VP9	Prolongamento da R. dos Caçadores até R. Maranhão
VP10	Prolongamento da R. São Paulo até a R. Botânico Kulmann
VP11	Trecho entre SD57 e a R. Jacob Johan Dick
VP12	Prolongamento da Rua João Hoffmann até a Rua Alfredo Viebrantz
VP13	Paralela Estrada da Madeira
VP14	Ligação SC 350 com a Rua Pedro Avelino dos Santos (RSL-050)
VP15	Ligação Rua Kurt Schroeder e Rua Helmut Skowash
VP16	Ligação Rua D. Pedro II com a Av. Governador Jorge Lacerda (com ponte)
VP17	Paralela Rua Princesa Isabel
VP18	Ligação Av. 7 de setembro com Rua Coelho Neto
VP19	Ligação Alameda Bela Aliança com Rua Coelho Neto
VP20	Ligação Rua Dom Bosco com Al. Bela Aliança
VP21	Ligação Estrada Blumenau com Rua Dom Bosco
VP22	Marginal rodovia BR 470 (Valada Itoupava)
VP23	Ligação Rua João Ledra com Rua Alvin Hoffmann
VP24	Paralela Estrada Blumenau (após Rua João Ledra)
VP25	Ligação Valada São Paulo com Valada Itoupava
VP26	Marginal rodovia BR 470 - entre Rua Ambrósio Semioni e Estrada da Penha)
VP27	Marginal rodovia BR 470 - entre Rua 13 de agosto e Rua Willand Kurth
VP28	Ligação Estrada Blumenau e rodovia BR 470 (com ponte)
VP29	Ligação Rua Duque de Caxias com Av. Oscar Barcelos
VP30	Duplicação Ponte dos Arcos
VP31	Ligação Estrada Bomfim com Estrada Bonfim
VP32	Ligação Estrada Bonfim com SC 350 (com ponte)
VP33	Paralela Rua dos Caçadores
VP34	Marginal BR 470 (entre Fundo Canoas e Estrada Redentor)
VP35	Ligação SC 350 com Taboão (via Estrada Valada Albertina e Rua João Ledra)
VP36	Marginal BR 470 entre Rua Carl Lingner e Rua Emilio Ferrari
VP37	Paralela da Ivo Silveira (com ponte)
VP38	Ligação Rua General Osório com Avenida Oscar Barcelos
VP39	Ligação da VP19 com a Rua Porto União (com ponte)

(Redação dada pela Lei Com

**Art. 608** - As Vias Previstas deverão obedecer a hierarquização proposta quando tratarem-se de



prolongamento das existentes.

SUBSEÇÃO III  
DAS VIAS SEM DENOMINAÇÃO

**Art. 609 -** As Vias Sem Denominação encontram-se definidas no mapa anexo número 10.

**Art. 610 -** Quando denominadas pela Câmara de Vereadores, seguindo modelo fornecido pela Prefeitura, estas ruas serão incluídas automaticamente na hierarquização viária definida pelo seu tipo e porte.

**Art. 611 -** Deverá sempre haver preferência a nomes que exaltem pessoas ou fatos históricos, não se permitindo nome de pessoas vivas.

**Art. 612 -** Para denominação das vias deverá ser observado:

I - comprimento;

II - largura;

III - início;

IV - final;

V - mapa anexo ao processo.

~~**Art. 613 -** As vias não deverão ser denominadas de acordo com levantamento topográfico, análise e parecer técnico da Assessoria de Planejamento, de acordo com a legislação pertinente (alterado pela LC 015 de 1996).~~

**Art. 613 -** As vias deverão ser denominadas de acordo com levantamento topográfico, análise e parecer técnico da Assessoria de Planejamento, de acordo com a legislação pertinente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

SEÇÃO III  
DOS PASSEIOS, DO MEIO FIO E DOS MUROS

**Art. 614 -** A Prefeitura desde que com projeto técnico adequado baseado em condicionantes topográficas poderá promover alteração no dimensionamento dos passeios apresentados na tabela deste título e vice-versa.

**Art. 615 -** Não será permitido o estacionamento de veículos sobre os passeios.

Parágrafo único. Todas as edificações com passeios prejudicados por estacionamentos de veículos, ou inexistência dos mesmos terão o prazo de 6 (seis) meses para regularização.

**Art. 616 -** Visando a ampliação dos passeios de determinadas ruas será exigido um afastamento frontal das edificações, em todos os pavimentos.

§ 1º - A presente situação vale também para alinhamentos de muros.

§ 2º - Exigido sempre que se tratar de edificações nas seguintes ruas:

- a) Anita Garibaldi;
- b) Basílio Correia de Negredo;
- c) Carlos Gomes;
- d) Clemente Demarch;
- e) Coelho Neto;
- f) Dom Bosco;
- g) Dom Pedro II;
- h) Dr. Neumann;
- i) Engenheiro Baungarten;
- j) Guanabara;
- k) Marconi;
- l) Oscar Barcelos (trecho 01 e 02);
- m) Paulo Ledra;
- n) Presidente Kennedy;
- o) Princesa Isabel;
- p) São João;
- q) Tuiuti;
- r) XV de Novembro.

**Art. 617 -** Em todos os lotes de vias pavimentadas serão exigidos:

- I - execução de passeios;
- II - execução de muros;
- III - limpeza e conservação do lote.

**Art. 618 -** A Prefeitura poderá determinar o tipo do passeio, bem como as especificações técnicas a serem obedecidas.

§ 1º - Os passeios encontram-se dimensionados nas tabelas anexas desta Lei Complementar.

§ 2º - Deverá ser obedecido o Capítulo IV, Seção III, Subseção IV da Lei Complementar de Edificações.

§ 3º - Para o revestimento dos passeios deverá ser observado:

- I - material antiderrapante;
- II - superfície lisa e nivelada;
- III - superfície contínua.

**Art. 619 -** Os passeios ou calçadas não terão largura inferior a 1,00 m (um metro) e declive de 2% (dois por cento) no sentido transversal.

Parágrafo único. As faixas com grama e arborizadas não poderão estar incluídas nesta dimensão.

**Art. 620 -** As rampas para acesso de veículos, bem como degraus para acesso a lotes ou edificações deverão acontecer obrigatoriamente fora da área do passeio, não possibilitando em momento algum a descontinuidade deste, conforme anexo 04 da Lei Complementar de Edificações.

**Art. 621 -** Ficam proibidos a colocação de equipamentos particulares sobre os passeios como:

I - lixeira;

II - caixa de correspondência;

III - material de propaganda;

IV - vasos ou ornamentos similares;

V - portões.

**Art. 622 -** Para terrenos localizados em vias pavimentadas na data de publicação desta Lei Complementar, o prazo será de 06 (seis) meses para a execução dos passeios e muros e em novas pavimentações o mesmo prazo, contado da data de execução da obra pelo Poder Público.

Parágrafo único. Em caso do não atendimento das exigências mencionadas, a Prefeitura executará os serviços e cobrará dos infratores as despesas de custos, acrescidas de 20% (vinte por cento) de taxa de administração e das penalidades legais.

**Art. 623 -** O rebaixamento do meio fio só acontecerá nas áreas de acesso aos lotes, conforme Lei Complementar de Edificações.

**Art. 624 -** Fica determinado a altura máxima de 12 cm (doze centímetros) para o meio fio, conforme anexo 05 da Lei Complementar Nº 007/95 (Código de Edificações).

**Art. 625 -** Os muros de vedação dos terrenos só poderão ser construídos nos alinhamentos desde que sua altura não ultrapasse a 3,00 m (três metros) do nível natural do terreno, considerando como base a cota frontal mais elevada do alinhamento do muro.

§ 1º - As grades com até 3,00 m (três metros) de altura, poderão se utilizar do alinhamento frontal, sem recuar.

§ 2º - Nos terrenos de esquina as edificações e os muros de vedação construídos nos alinhamentos deverão ser de forma chanfrada ou semicircular, respeitando o raio interno de concordância prevista entre as vias.

§ 3º - Excetua-se destas exigências os muros destinados a contenção de encostas.

**Art. 626 -** Observar Lei Complementar de Posturas, título III, capítulos II, III e IV.

#### SEÇÃO IV DA ARBORIZAÇÃO URBANA

**Art. 627 -** As vias urbanas poderão receber arborização com espécimes nativas segundo a classificação hierárquica a que pertençam:

I - via arterial - árvores de copas altas, dispostas a um intervalo de 10,00 m (dez metros);

II - via principal - árvores sombreiras de copas média disposta a um intervalo de 10,00 m (dez metros);

III - via secundária - árvore de meia sombra copa média disposta a cada 5,00 m (cinco metros);

IV - via local - arbustos de média altura.

§ 1º - Quando por subdimensionamento dos passeios existentes não for possível a colocação de árvores, a Prefeitura poderá fomentar o seu plantio na parte interna da testada dos respectivos lotes, através da doação de mudas.

§ 2º - Deverá ser realizada contenção de raízes, com abertura mínima equivalente a um diâmetro de 60 cm (sessenta centímetros).

**Art. 628 -** As árvores plantadas sob as redes de distribuições de energia elétrica deverão atingir a altura máxima de 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros) quando adultas.

Parágrafo único. A vegetação existente em desacordo com este artigo deverá ser sistematicamente podada a fim de eliminar contatos acidentais com a rede na condição mais adversa de ventania.

**Art. 629 -** A vegetação dos canteiros não deverá:

I - impedir a circulação de pessoas;

II - possuir qualquer tipo de vegetação com espinhos e galhos;

III - distar 1,00m (um metro) do muro no mínimo.

**Art. 630 -** Deverá ser observado complementarmente a este capítulo o Guia de Arborização da CELESC.

## SEÇÃO V DO ESTACIONAMENTO

**Art. 631 -** O estacionamento frontal de uso de serviço ou comercial deverá obedecer a dimensionamento que possibilite a continuação do passeio.

**Art. 632 -** O espaço frontal de uma edificação só poderá ser usado com estacionamento se não houver prejuízo da dimensão do passeio junto ao meio fio.

§ 1º - As vagas deverão ser demarcadas segundo dimensões estabelecidas na Lei Complementar de Edificações.

§ 2º - Somente será permitido, quando dotado de acesso único de entrada e saída com 5,00 m (cinco metros) de largura, os acessos independentes de 3,00 m (três metros), (entrada e saída), devidamente separadas do passeio.

**Art. 633 -** Será exigido estacionamento compatível com o uso e com a área construída sempre que se tratar da criação de ponto comercial ou prestador de serviços, conforme a Lei Complementar de Edificações.

Parágrafo único. Este artigo não se aplica aos pontos comerciais e prestadores de serviços existentes antes de 1995.

**Art. 634 -** Deverá ser reservado, sempre nos edifícios de uso público vaga de estacionamento para deficientes físicos, em número mínimo de 01 (uma) dimensionada de acordo com a Lei Complementar de Edificações.

Parágrafo único. O local reservado ao estacionamento para deficientes físicos deverá ser facilmente identificável pelo Símbolo Internacional de Acesso pintado no chão e com placas.

**Art. 635 -** A Prefeitura poderá instituir o estacionamento controlado quando convier, bem como, normalizar seu ajuste visando melhorias, ouvido o Conselho Municipal de Trânsito.

**Art. 636 -** Deverão ser criadas áreas próprias para estacionamento segundo Lei Complementar de Edificações.

## SEÇÃO VI DO TRÂNSITO

**Art. 637 -** A Prefeitura deverá realizar estudos sistemáticos visando melhorar o fluxo de trânsito. Sendo definido:

I - trânsito interurbano;

II - trânsito urbano;

III - trânsito de carga;

IV - trânsito de transporte coletivo, bem como redefinição e proposta de pontos de parada;

V - trânsito de pedestres e deficientes físicos.

**Art. 638 -** A Prefeitura poderá usar de medidas específicas como: trevos, lombadas, faixas de travessia, sinaleiros e sinalizações, Policiamento e similares, para promover a melhoria do trânsito.

**Art. 639 -** A Prefeitura determinará trajetos e horários aos veículos de transporte, bem como determinará ainda locais fora da área central para estacionamento; para pontos de ônibus poderão ser criados bolsões fora da pista de rolamento, sempre que possível, conforme anexo 03, da Lei Complementar Nº 007/95 - das Edificações.

**Art. 640 -** A Prefeitura fixará locais para pontos de táxi.

**Art. 641 -** As providências dos Artigos 633 a 636, serão tomadas, após ouvido o Conselho Municipal de

Trânsito.

## SEÇÃO VII DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS

**Art. 642 -** Para compatibilização do Sistema Viário proposto, com o existente poderá ser exigido um recuo necessário a implantação da nova dimensão da via, além do afastamento preconizado no Quadro de Índices Urbanísticos, anexo 06.

**Art. 643 -** A faixa de recuo é uma faixa indenizável, sendo que a esta deverá ser acrescida o afastamento definido no Quadro de Índices Urbanísticos, anexo 06.

## Capítulo VI DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS

~~**Art. 644 -** Os índices máximos e mínimos são fixados para cada subzona de acordo com o Quadro de Índices Urbanísticos, anexo 06.~~

~~Parágrafo único. Os limites de aproveitamento dos lotes são determinados pela aplicação simultânea de:~~

~~I - índice de aproveitamento;~~

~~II - gabarito;~~

~~III - afastamentos.~~

~~IV - taxa de ocupação.~~

**Art. 644** Os índices máximos e mínimos são fixados para cada subzona de acordo com o Quadro de Índices Urbanísticos, anexo 06. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Parágrafo Único - Os limites de aproveitamento dos lotes são determinados pela aplicação simultânea de:  
(Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - índice de aproveitamento; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - gabarito; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

III - afastamentos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

IV - taxa de ocupação; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

V - taxa de permeabilidade. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

## SEÇÃO I DO ÍNDICE DE APROVEITAMENTO

~~**Art. 645 -** O índice de aproveitamento é calculado para expressar a área máxima da construção permitida.~~

~~Parágrafo único. Na aplicação deste índice não serão computadas no cálculo das subzonas MC, MD1, MD2, MD3 e RP2, como forma de estímulo às áreas correspondentes a:~~

~~I - áreas sob pilotis desde que seja ocupada tão somente pelo hall de entrada, por compartimentos de~~

~~utilização transitória e por áreas de lazer.~~

~~II — playground e outros equipamentos destinados ao lazer em áreas não cobertas;~~

~~III — subsolos;~~

~~IV — garagem e área de circulação de veículos;~~

~~V — casa de máquinas, bombas, poço de elevadores, caixa d'água, centrais de ar condicionado, gás, instalações para coleta de lixo e medidores em geral;~~

~~VI — local destinado a circulação de pessoas dentro de edificação comercial, desde que coberta.~~

~~VII — apartamento de zelador;~~

~~VIII — plataforma para pouso de emergência segundo normas do Corpo de Bombeiros.~~

~~§ 1º — Na aplicação deste índice não serão computadas no cálculo das subzonas MC, MD1, MD2 e MD3, como forma de estímulo às áreas correspondentes a: (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~I — áreas sob pilotis — desde que seja ocupada tão somente pelo hall de entrada, por compartimentos de utilização transitória e por áreas de lazer. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~II — playground e outros equipamentos destinados ao lazer em áreas não cobertas; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~III — subsolos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~IV — garagem e área de circulação de veículos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~V — casa de máquinas, bombas, poço de elevadores, caixa d'água, centrais de ar condicionado, gás, instalações para coleta de lixo e medidores em geral; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~VI — local destinado a circulação de pessoas dentro de edificação comercial, desde que coberta. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~VII — apartamento de zelador; (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~VIII — plataforma para pouso de emergência segundo normas do Corpo de Bombeiros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~§ 2º — Os lotes com testada para as ruas previstas nos incisos abaixo poderão ter seu gabarito ampliado de acordo com o quadro de índices urbanísticos (Anexo 6-A do Título IV) respeitando os índices para parcelamento de solo do Anexo 06 do Título IV.: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~I — Alameda Aristiliano Ramos; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~II — Avenida Oscar Barcelos (trecho compreendido entre a Rua XV de novembro e a Rua Paulo Ledra); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~III — Rua dos Caçadores (trecho compreendido entre a Rua Mal. Deodoro e 100,00 metros do final da Rua Agrolândia); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~IV — Rua Dom Bosco; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~V — Alameda Bela Aliança; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~VI — Rua Raulino Rosar; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~VII — Rua Bulcão Viana (trecho compreendido entre a Rua Georg Lucas e a Rua Angelo Tomio); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~VIII — Rua Julio Roussenq Filho; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~IX — Rua Guilherme Gemballa; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~X — Rua Washington Luiz (trecho compreendido entre as Av. Oscar Barcelos e a Rua Visconde de Cairú); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XI — Rua Ana Nery (trecho compreendido entre a Rua Expedicionário Nardelli e a Rua Rodrigues Alves); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XII — Rua XV de novembro; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XIII — Rua Princesa Isabel do seu início até a (Rua Rinaldo Mezadri); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XIV — Rua Dom Pedro II; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XV — Rua Jacó Finardi (no trecho compreendido entre a Rua Alfredo Schneider e a Avenida Governador Ivo Silveira); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XVI — Estrada Boa Esperança (trecho compreendido entre a Faixa de Domínio da BR 470 e a Rua das Indústrias); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~XVII – Rua Jorge Lacerda; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~XVIII – Rua Augusta Deeke; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~XIX – Estrada da Madeira; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~XX – Estrada Blumenau; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~XXI – Rua 15 de abril; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~XXII – Rua Coelho Neto (trecho compreendido entre a Rua Anita Garibaldi até seu final); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~XXIII – Rua Prefeito Wenceslau Borini (trecho compreendido entre a Rua Alfredo Schneirder e BR-470); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~  
~~XXIV – Rua Rui Barbosa (trecho compreendido entre a Rua Professor João Conrado Stoll até a Rua Angelo Slomp). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

**Art. 645** O índice de aproveitamento é calculado para expressar a área máxima da construção permitida. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Parágrafo Único - Na aplicação deste índice não serão computadas no cálculo das subzonas ZR1, ZR2, ZR3, ZCD1 e ZCD2, como forma de estímulo às áreas correspondentes a: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - áreas sob pilotis - desde que seja ocupada tão somente pelo hall de entrada, por compartimentos de utilização transitória e por áreas de lazer; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - playground e outros equipamentos destinados ao lazer em áreas não cobertas; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

III - subsolos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

IV - garagem e área de circulação de veículos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

V - casa de máquinas, bombas, poço de elevadores, caixa d'água, centrais de ar condicionado, gás, instalações para coleta de lixo, shafts, lajes técnicas e medidores em geral; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

VI - local destinado a circulação de pessoas dentro de edificação comercial, desde que coberta; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

VII - apartamento de zelador; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

VIII - plataforma para pouso de emergência segundo normas do Corpo de Bombeiros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**Art. 646 -** As faixas "non aedificandi" serão incluídas no cálculo da área total do terreno.

**Art. 647 -** O índice de aproveitamento será aplicado somente sobre a área escriturada do terreno.

Parágrafo único. Quando a área real for inferior a área escriturada adotar-se-á a real como referência.

## SEÇÃO II

### DO GABARITO



**Art. 648 -** Entende-se por gabarito a altura máxima da edificação expressa em número de pavimentos.

~~**Art. 649 -** Para becos e ruas com dimensionamento inferior a 12,00 m (doze metros), deverá ser aplicado complementarmente ao afastamento o cone de sombreamento, anexo 02.~~

**Art. 649 -** Para becos e ruas com dimensionamento inferior a 15,00m (quinze metros), deverá ser aplicado complementarmente ao afastamento, o cone de sombreamento constante no anexo 02 do Título IV - Uso do Solo, integrante da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006. (Redação dada pela Lei Complementar nº 252/2012)

**Art. 650 -** A altura máxima das edificações será definida pelo número de pavimentos, incluindo o térreo junto a via de acesso principal e excluindo o subsolo.

**Art. 651 -** Para o cálculo do número de pavimentos, a distância máxima, entre pisos é fixada em 3,00 m (três metros), com exceção do pavimento térreo que poderá conter sobreloja, segundo especificações na Lei Complementar de Edificações.

~~**Art. 652 -** Não serão computados para efeito de cálculo de altura das edificações:~~

~~I - sobrelojas e mezaninos, desde que não ultrapassem 6,00 m (seis metros) de altura;~~

~~II - pavimento em subsolo;~~

~~III - caixa d'água, casa de máquinas e outros serviços gerais do prédio situados na cobertura, até o limite máximo de 6,00 m (seis metros) de altura;~~

~~IV - terraços cobertos destinados a recreação de uso comum dos condôminos, desde que com área máxima de 1/3 (um terço) da área do último pavimento;~~

~~V - chaminés.~~

**Art. 652** Não serão computados para efeito de cálculo de altura das edificações: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - sobrelojas e mezaninos, desde que não ultrapassem 6,00 m (seis metros) de altura; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - pavimento em subsolo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

III - caixa d'água, casa de máquinas e outros serviços gerais do prédio situados na cobertura, até o limite máximo de 6,00 m (seis metros) de altura; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

IV - terraços cobertos destinados a recreação de uso comum dos condôminos, desde que com área máxima de 1/3 (um terço) da área do último pavimento; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

V - chaminés; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

VI - o pavimento térreo e o primeiro pavimento, nas subzonas ZR2, ZR3, ZCD1 e ZCD2, quando o pavimento térreo for destinado ao uso por estacionamento rotativo público/privado e o primeiro pavimento for destinado à garagem pública ou privativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

### SEÇÃO III DOS AFASTAMENTOS

~~Art. 653 - Os afastamentos mínimos exigidos deverão ser aplicados na divisa real do terreno se houver divergência em relação a área escriturada, e sempre tomados perpendicularmente às mesmas, a partir do ponto mais avançado da edificação em relação à divisa do lote (alterado pela LC 042 de 1999).~~

~~Parágrafo único. Será exigido pelo órgão municipal de planejamento, a retificação do registro do imóvel, quando houver divergência entre a área escriturada e a área real do imóvel, desde que a edificação a ser construída esteja ocupando a área não escriturada(criado pela LC 042 de 1999).~~

**Art. 653 -** Os afastamentos mínimos exigidos deverão ser aplicados na divisa real do terreno se houver divergência em relação a área escriturada, e sempre tomados perpendicularmente às mesmas, a partir do ponto mais avançado da edificação em relação à divisa do lote. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

Parágrafo Único - Será exigido pelo órgão municipal de planejamento, a retificação do registro do imóvel, quando houver divergência entre a área escriturada e a área real do imóvel, desde que a edificação a ser construída esteja ocupando a área não escriturada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

~~Art. 654 - Os espaços livres definidos como afastamentos obrigatórios, deverão ser tratados como áreas verdes em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da superfície respectiva, ressaltando o direito à realização das seguintes obras:~~

~~I - muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;~~

~~II - garagem ou estacionamento com capacidade máxima para dois veículos no afastamento frontal das edificações residenciais que possuam até dois pavimentos, quando implantadas em terrenos que não permitam a execução da rampa de acesso em função da declividade natural do terreno superior a 20% (vinte por cento), devendo, entretanto, a obra resultar encravada em no mínimo 2/3 (dois terços) de seu volume;~~

~~III - central de gás, subsolo ou estacionamento descoberto nos afastamentos laterais ou de fundos;~~

~~IV - Quando o uso for comercial ou industrial, poderá ser utilizado os afastamentos para estacionamentos e pátios de carga e descarga.~~

~~§ 1º - Nas superfícies não construídas, deverão ser plantadas árvores de pequeno porte, na proporção mínima de um espécime para cada 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) de área do terreno.~~

~~§ 2º - O afastamento frontal deverá ser usado com ajardinamento, permitindo-se a impermeabilização do solo apenas nos acessos ao prédio, desde que não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) da área mínima do afastamento exigido quando o uso for residencial.~~

**Art. 654** Os espaços livres definidos como afastamentos obrigatórios, deverão ser tratados como áreas verdes de acordo com a taxa de permeabilidade prevista para a referida subzona, onde se encontra o imóvel, ressaltando o direito à realização das seguintes obras: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - central de gás, subsolo ou estacionamento descoberto nos afastamentos laterais ou de fundos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

III - Quando o uso for comercial ou industrial, poderá ser utilizado os afastamentos para estacionamentos e pátios de carga e descarga. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 1º Nas superfícies não construídas, deverão ser plantadas árvores de pequeno porte, na proporção mínima de um espécime para cada 200,00m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) de área do terreno. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 2º O afastamento frontal deverá ser usado com ajardinamento, permitindo-se a impermeabilização do solo desde que não ultrapasse a taxa de permeabilidade prevista pelo quadro de índices urbanísticos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

~~Art. 655 - As edificações sempre obedecerão aos afastamentos preconizados para a zona em que se situam, conforme Quadro de Índices Urbanísticos, Anexo 06(alterado pela LC 042 de 1999).~~

Art. 655 - As edificações sempre obedecerão aos afastamentos preconizados para a zona em que se situam, conforme Quadro de Índices Urbanísticos (Anexo 06). (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

#### SUBSEÇÃO I DO AFASTAMENTO FRONTAL

~~Art. 656 - Nas subzonas MC, MD1, MD2 e MD3 as construções deverão obedecer ao seguinte: (alterado pela LC 042 de 1999)~~

~~I - respeitar o afastamento mínimo frontal exigido quando for previsto o alargamento da via, conforme art. 98, 100 e 110 desta Lei Complementar; (alterado pela LC 042 de 1999)~~

~~II - apresentar afastamento frontal em todos os pavimentos quando for previsto alargamento do passeio definido conforme art. 612 desta Lei Complementar (alterado pela LC 042 de 1999);~~

~~§ 1º - O recuo frontal nas áreas residenciais, em becos com até 6,00 (seis) metros de largura, sem possibilidade de expansão, desde que atestado pelo órgão municipal competente, será de 2,00 (dois) metros (criado pela LC 086 de 2002).~~

~~§ 2º - O recuo frontal nas áreas comerciais, em becos com até 6,00 (seis) metros de largura, sem possibilidade de expansão, desde que atestado pelo órgão municipal competente, será de 2,00 (dois) metros (criado pela LC 086 de 2002).~~

~~Art. 656 - Nas subzonas MC, MD1, MD2 e MD3 as construções deverão obedecer ao seguinte: (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~I - respeitar o afastamento mínimo frontal exigido quando for previsto o alargamento da via, conforme art. 98, 100 e 110 desta Lei Complementar; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~II - apresentar afastamento frontal em todos os pavimentos quando for previsto alargamento do passeio definido conforme art. 612 desta Lei Complementar; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

Art. 656 As construções deverão obedecer ao seguinte: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - respeitar o afastamento frontal mínimo de 4,00 metros em todas as subzonas, exceto nas subzonas ZCD1, ZCD3 e ZI a partir da previsão de alargamento da via, se for o caso; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - respeitar o afastamento mínimo frontal exigido no Quadro de Índices Urbanísticos, em todos os pavimentos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

~~§ 1º - O recuo frontal nas áreas residenciais, em becos com até 6,00m (seis metros) de largura, sem possibilidade de expansão, desde que atestado pelo órgão municipal competente, será de 2,00m (dois metros). (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

§ 1º O recuo frontal nas subzonas residenciais, em becos com até 6,00 (seis) metros de largura, sem possibilidade de expansão, desde que atestado pelo órgão municipal competente, será de 2,00 (dois) metros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 2º - O recuo frontal nas áreas comerciais, em becos com até 6,00m (seis metros) de largura, sem possibilidade de expansão, desde que atestado pelo órgão municipal competente, será de 2,00m (dois metros). (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

**Art. 657 -** Não será permitida a construção de edificação com projeção sobre o passeio.

~~§ 1º - Excetuam-se deste caso a construção de marquises previstas na Lei Complementar de Edificações (alterado pela LC 042 de 1999).~~

~~§ 2º - Revogado pela LC 042 de 1999.~~

Parágrafo Único- Excetuam-se deste caso a construção de marquises previstas no TÍTULO II - DAS NORMAS RELATIVAS ÀS EDIFICAÇÕES. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

~~**Art. 658 -** Para edificações térreas na área resultante do afastamento frontal fica permitida a construção de guaritas, central de gás, lixeiras, pérgulas, varandas e abrigos sem fechamento lateral, desde que não ocupem mais de 20% (vinte por cento) da área mínima exigida para o recuo e não ultrapassem a 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) de altura. (alterado pela LC 042 de 1999) (alterado pela LC 105 de 2003)~~

~~Parágrafo único. Revogado pela LC 042 de 1999. Para os demais pavimentos fica permitido o avanço de sacadas ou outros elementos em balanço, no máximo 1,50 metros sobre o recuo exigido, podendo ocupar 50% (cinquenta por cento) da extensão total da fachada com afastamento das divisas laterais de no mínimo 1,50 metros.~~

~~**Art. 658 -** Para edificações térreas na área resultante do afastamento frontal fica permitida a construção de guaritas, central de gás, lixeiras, pérgulas, varandas e abrigos sem fechamento lateral, desde que não ocupem mais de 20% (vinte por cento) da área mínima exigida para o recuo e não ultrapassem a 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) de altura. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~Parágrafo Único - Para os demais pavimentos fica permitido o avanço de sacadas ou outros elementos em balanço, no máximo 1,50m (metro e cinquenta centímetros) sobre o recuo exigido, podendo ocupar 50% (cinquenta por cento) da extensão total da fachada com afastamento das divisas laterais de no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros). (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~Parágrafo Único - Para os demais pavimentos fica permitido o avanço de sacadas ou outros elementos em balanço, no máximo 1,50m (metro e cinquenta centímetros) sobre o recuo exigido. (Redação dada pela Lei Complementar nº 253/2012)~~

**Art. 658** Para edificações térreas na área resultante do afastamento frontal fica permitida a construção de guaritas, centrais de gás e lixeiras. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Parágrafo Único - Para os demais pavimentos fica permitido o avanço de sacadas em balanço, com no máximo 1,50m (metro e cinquenta centímetros) sobre o recuo exigido e afastamento das divisas laterais de no mínimo 1,50m. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**Art. 659 -** Para os terrenos de esquina deverá ser observado:

§ 1º - O afastamento frontal deverá ser obedecido nas 2 (duas) testadas

§ 2º - Observar artigos da Lei Complementar de Edificações.

~~§ 3º - Para vias de pedestres quando não houver previsão de alargamento da mesma, o afastamento frontal para esta via deverá ser de no mínimo 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) (alterado pela LC 042 de 1999).~~

§ 3º - Para vias de pedestres quando não houver previsão de alargamento da mesma, o afastamento frontal para esta via deverá ser de no mínimo 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros). (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

~~Art. 660 - Nas zonas MC, MD e RP2, as edificações poderão ser construída no alinhamento frontal, quando no pavimento térreo o uso seja caracterizado como comercial ou de serviços em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da sua área (alterado pela LC 042 de 1999).~~

~~Art. 660 - Nas zonas MC, MD e RP2, as edificações poderão ser construída no alinhamento frontal, quando no pavimento térreo o uso seja caracterizado como comercial ou de serviços em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da sua área. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~Art. 660 - Nas zonas MC, MD1, MD2 e MD3 as edificações poderão ser construídas no alinhamento frontal, quando no pavimento térreo o uso seja caracterizado como comercial ou de serviços em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da sua área. (Redação dada pela Lei Complementar nº 252/2012) (Revogado pela Lei Complementar nº 300/2015)~~

~~Parágrafo Único - Todas as alterações contempladas no caput deste artigo deverão ser inseridas na Tabela de índices do Anexo 6, da presente lei, obedecendo a taxa de ocupação máxima de 80% (oitenta por cento) nas zonas MC e MD1 e 70% (setenta por cento) na zona MD2, com recuo mínimo de 2,00m (dois metros) em todas as edificações de uso misto nas zonas MC, MD1 e MD2. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 252/2012)~~

Parágrafo Único - Todas as alterações contempladas no caput deste artigo deverão ser inseridas na Tabela de Índices do Anexo 6, da presente lei, obedecendo a taxa de ocupação máxima de 80% (oitenta por cento) nas zonas MC, MD1, MD2 e MD3, com recuo mínimo de 2,00m (dois metros) em todas as edificações de uso misto nas zonas MC, MD1, MD2 e MD3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 258/2012)

## SUBSEÇÃO II

### DOS AFASTAMENTOS LATERAIS E FUNDOS

~~Art. 661 -~~ Para o cálculo do afastamento lateral e de fundos será analisado o Quadro de Índices Urbanísticos, Anexo 06.

~~Art. 662 - Nas subzonas MC e MD1 a edificação poderá utilizar a taxa de ocupação de até 100% (cem por cento) do terreno até o 3º pavimento, e respeitadas as exigências das áreas mínimas de iluminação e ventilação estabelecidas na Lei Complementar de Edificações.~~

~~Art. 662 - Nas subzonas MC e MD1 a edificação poderá utilizar a taxa de ocupação de até 80% (oitenta por cento) do terreno até o 3º pavimento, e respeitadas as exigências das áreas mínimas de iluminação e ventilação estabelecidas na Lei Complementar de Edificações. (Redação dada pela Lei Complementar nº~~

~~252/2012)~~

~~Art. 662 - Na subzona de Corredor Diversificado Central - ZCD1, a edificação poderá utilizar a taxa de ocupação de até 100% (cem por cento) do terreno até o 3º pavimento desde que respeitadas as exigências das áreas mínimas de iluminação e ventilação estabelecidas nesta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)~~

Art. 662 Na subzona de Corredor Diversificado Central - ZCD1, a edificação poderá utilizar a taxa de ocupação de até 80% (oitenta por cento) do terreno até o 3º pavimento desde que respeitadas as exigências das áreas mínimas de iluminação e ventilação estabelecidas nesta lei complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 322/2015)

~~Art. 662 - Para as demais zonas, a parede cega quando utilizada, nunca poderá ultrapassar mais de 60% (sessenta por cento) do perímetro do lote.~~

~~§ 1º Para lotes de esquina, poderá ser ocupado até 75% (setenta e cinco por cento) do perímetro do lote.~~

~~§ 2º Excetua-se deste cálculo a dimensão da(s) testada(s) do lote;~~

~~§ 3º Deverá sempre ser respeitado o afastamento mínimo frontal obrigatório, quando este for exigido. (criado pela LC 042 de 1999)~~

~~§ 3º Deverá sempre ser respeitado o afastamento mínimo frontal obrigatório, quando este for exigido. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~§ 4º Nas zonas MC e MD1, a altura da parede cega no(s) alinhamento(s) da edificação, não poderá ser superior a 9,00 (nove metros) e para os demais casos não poderá ultrapassar 6,00 (seis metros).~~

~~§ 4º Nas zonas MC e MD1, a altura da parede cega no(s) alinhamento(s) da edificação, não poderá ser superior a 10,00m (dez metros), incluindo a platibanda, e para os demais casos não poderá ultrapassar 7,00m (sete metros), incluindo a platibanda. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

Art. 663 Para as demais zonas, a parede cega quando utilizada, nunca poderá ultrapassar mais de 60% (sessenta por cento) do perímetro do lote. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 1º Para lotes de esquina, poderá ser ocupado até 75% (setenta e cinco por cento) do perímetro do lote; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 2º Excetua-se deste cálculo a dimensão da(s) testada(s) do lote; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 3º Deverá sempre ser respeitado o afastamento mínimo frontal obrigatório, quando este for exigido; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 4º Nas subzonas ZCD1 e ZR3 a altura da parede cega no(s) alinhamento(s) da edificação, não poderá ser superior a 10,00 (dez metros) e para as demais subzonas não poderá ultrapassar 7,00 (sete metros), incluindo a platibanda. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Art. 664 - Nas edificações com altura de até 2 (dois) pavimentos os afastamentos das divisas laterais e de fundos quando existirem aberturas, será no mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e para os demais casos os afastamentos deverão ser calculados a partir da seguinte fórmula:  $A = H/6$ , onde H é a altura da edificação contada do nível do solo até a laje de cobertura do último pavimento utilizável.

Parágrafo Único Em lotes localizados na zona MC, com testadas para as Ruas XV de Novembro e Oscar Barcelos, o recuo lateral exigido passa a ser de  $(H-9)/6$ , para tanto deverá ser reservado 50%

~~(cinquenta por cento) a mais do número de vagas de estacionamento mínimo exigido, para uso público, sendo estas averbadas na matrícula do registro de imóveis. (criado pela LC 105 de 2003)~~

Parágrafo Único - Em lotes localizados na zona MC, com testadas para as Ruas XV de Novembro e Oscar Barcelos, o recuo lateral exigido passa a ser de (H-9)/6, para tanto deverá ser reservado 50% (cinquenta por cento) a mais do número de vagas de estacionamento mínimo exigido, para uso público, sendo estas averbadas na matrícula do registro de imóveis. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

~~Art. 665 -~~ Será permitido o uso das divisas laterais e de fundos com paredes cegas nos seguintes casos ~~(alterado pela LC 042 de 1999):~~

~~Art. 665 -~~ Será permitido o uso das divisas laterais e de fundos com paredes cegas nos seguintes casos: ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~I - nas subzonas MC e MD1 com até 3 (três) pavimentos, desde que não sejam de uso residencial, respeitando a altura máxima prevista;~~

~~II - nas subzonas RP2, MD2 e MD3 com até 2 (dois) pavimentos desde que não sejam de uso residencial, respeitando a altura máxima prevista;~~

Art. 665 - Será permitido o uso das divisas laterais e de fundos com paredes cegas nos seguintes casos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

I - nas subzonas de corredor diversificado central e ZR3 com até 3 (três) pavimentos, respeitando a altura máxima prevista; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

II - nas subzonas ZR1, ZR2 e ZCD2 com até 2 (dois) pavimentos desde que não sejam de uso residencial, respeitando a altura máxima prevista. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

Art. 666 - As construções nos alinhamentos laterais, desde que permitidas devem observar as seguintes restrições:

I - não possibilitarem o caimento das águas pluviais para os lotes vizinhos;

~~II - obedecerem as faixas de recuo que poderão ser exigidas (alterado pela LC 042 de 1999).~~

II - obedecerem as faixas de recuo que poderão ser exigidas; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

III - não possuírem qualquer tipo de aberturas.

§ 1º - Ficarão isentas de afastamento lateral as casas geminadas, desde que constituam uma só unidade arquitetônica, observando-se no entanto, os afastamentos com os demais lotes vizinhos que não façam parte do conjunto.

Art. 667 - O afastamento mínimo entre edificações num mesmo lote deverá corresponder a 1/3 (um terço) da altura da edificação de maior gabarito, não podendo ser inferior a 3,00 (três metros).

#### SEÇÃO IV

#### DA ÁREA INUNDÁVEL DE CHEIA MÁXIMA

**Art. 668 -** A demarcação da área inundável objetiva medidas preventivas de ações de planejamento.

Parágrafo único. Cabe ao órgão municipal de defesa civil a definição das cotas de inundações.

**Art. 669 -** A área inundável de cheia máxima é uma área que se sobrepõe as zonas de utilização, sendo que fica definido o que segue.

**Art. 670 -** Ao ser estabelecida a área inundável de cheia máxima deverá ser observado a referência de níveis (RN`s) estabelecidas na Lei Complementar de Parcelamento do Solo.

Parágrafo único. Os terrenos intermediários aos pontos definidos deverão ser calculados segundo a média entre os pontos mais próximos.

**Art. 671 -** A cota inundável de cheia máxima fica sujeita a uma margem de variação de até 1,00 m (um metro).

## Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 672 -** Quando for possível reduzir o grau de desconformidade de uma atividade licenciada anteriormente a vigência desta Lei Complementar, de tal modo que ela possa ser considerada como tolerável, o Conselho do Plano Diretor estabelecerá condições e prazos para esta adequação.

**Art. 673 -** Fica instituída a Consulta de Viabilidade, pela qual a Prefeitura se obriga a fornecer num prazo máximo de 10 (dez) dias, todas as informações requeridas referentes às determinações desta Lei Complementar.

§ 1º - Quando as informações dependerem de deliberação do Conselho do Plano Diretor, o prazo máximo de atendimento às informações requeridas será de 60 (sessenta) dias.

§ 2º - Para casos considerados de caráter especial, poderá haver prorrogação do prazo previsto no "caput" deste artigo, desde que dado conhecimento ao requerente.

**Art. 674 -** Os usos desconformes já licenciados pelo município serão mantidos, sendo vedado:

I - a substituição por outro uso desconforme;

II - o restabelecimento do uso após a cessação das atividades;

III - a ampliação das edificações onde forem exercidas;

IV - a reconstrução das edificações onde forem exercidos após avaria que tenha atingido 60% (sessenta por cento) da área total das construções.



**Art. 675 -** Definida a implantação de ponte ligando o Jardim América ao Bairro Canta Galo, no prolongamento da Rua Presidente Kennedy, o projeto poderá contemplar alternativas que minimizem o ruído a níveis toleráveis, nas proximidades do "Campus" da UNIDAVI.

~~**Art. 676 -** São considerados parte integrante desta Lei Complementar os seguintes Anexos e suas alterações:~~

~~Anexo 01 - Mapa do Perímetro Urbano e Limite de Bairros;  
Anexo 02 - Cone de Sombreamento;  
Anexo 03 - Mapa de Zoneamento;  
Anexo 04 - Mapa de Zoneamento da Zona de Preservação Especial e Inundável;  
Anexo 05 - Quadro de Usos;  
Anexo 06 - Quadros de Índices Urbanísticos;  
Anexo 07 - Quadro das Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental;  
Anexo 08 - Mapa da Hierarquização Viária, Pontes e Vias Previstas;  
Anexo 09 - Mapa das Vias Projetadas e Vias de Pedestres;  
Anexo 10 - Mapa das Vias sem Denominação.~~

~~**Art. 676 -** São considerados parte integrante desta Lei Complementar os seguintes Anexos e suas alterações:~~

~~Anexo 01 - Mapa do Perímetro Urbano e Limite de Bairros;  
Anexo 02 - Cone de Sombreamento;  
Anexo 03 - Mapa de Zoneamento;  
Anexo 04 - Mapa de Zoneamento da Zona de Preservação Especial e Inundável;  
Anexo 05 - Quadro de Usos;  
Anexo 06 - Quadros de Índices Urbanísticos;  
Anexo 06 A - Quadros de Índices Urbanísticos Especiais;  
Anexo 07 - Quadro das Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental;  
Anexo 08 - Mapa da Hierarquização Viária, Pontes e Vias Previstas;  
Anexo 09 - Mapa das Vias Projetadas e Vias de Pedestres;  
Anexo 10 - Mapa das Vias sem Denominação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

**Art. 676** São considerados parte integrante desta Lei Complementar os seguintes anexos e suas alterações:

ANEXO I - Mapa do Perímetro Urbano e Limite de Bairros;  
ANEXO II - Cone de Sombreamento;  
ANEXO III - Mapa de Zoneamento;  
ANEXO IV - Mapa de Zoneamento da Zona de Preservação Especial e Inundável;  
ANEXO V - Quadro de Usos;  
ANEXO VI - Quadros de Índices Urbanísticos.  
ANEXO VII - Quadro das Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental;  
ANEXO VIII - Mapa da Hierarquização Viária, Pontes e Vias Previstas;  
ANEXO IX - Mapa das Vias Projetadas e Vias de Pedestres;  
ANEXO X - Mapa das Vias sem Denominação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**Art. 677 -** Ficam revogadas as seguintes Leis: 2436, 2439, 2445, 2447, a Lei Complementar nº 10/95 e demais disposições em contrário.

Capítulo I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 678 -** Este Título V, o Código de Posturas, parte integrante do Plano Diretor Físico Territorial, contém medidas de polícia administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, de segurança, ordem e costumes públicos; institui normas disciplinadoras do funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, estatui as necessárias relações jurídicas entre o Poder Público e os munícipes, visando disciplinar o uso e gozo dos direitos individuais e do bem-estar geral.

**Art. 679 -** Todas as funções referentes à execução desta Lei Complementar, bem como a aplicação das penalidades nela previstas, serão exercidas por órgãos da Prefeitura, cuja competência para tanto estiver definida em leis, regulamentos e regimentos.

**Art. 680 -** Os casos omissos, serão resolvidos por analogia às disposições concernentes e não as havendo, por princípios gerais de direito.

**Art. 681 -** Fica sujeita a regulamentação pela presente Lei Complementar, a forma de utilização de todas as Áreas de Domínio Público e demais espaços de utilização pública (quer pertencentes a entidades públicas ou privadas), ou assim caracterizadas.

Parágrafo único. O disposto na presente Lei Complementar não desobriga o cumprimento das normas internas nos espaços referidos no caput deste Artigo.

**Art. 682 -** Estão sujeitas a regulamentação pela Lei Complementar, no que couber, edificações e atividades particulares que no seu todo ou parte, interfiram ou participem de alguma forma das relações cotidianas do meio urbano.

SEÇÃO II  
DA COMPETÊNCIA

**Art. 683 -** Ao prefeito, e em geral, aos funcionários municipais incumbe zelar pela observância dos preceitos desta Lei Complementar.

**Art. 684 -** A Lei Complementar de Posturas não compreende as infrações que já são punidas pelo Código Penal e outras leis federais e estaduais, bem como a Legislação Sanitária em vigor no país.

SEÇÃO III  
DOS OBJETIVOS

**Art. 685 -** As disposições sobre as normas arquitetônicas e urbanísticas, contidas nesta Lei

Complementar, e Lei Complementar de Edificações, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, visam assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações deste município.

**Art. 686 -** As disposições sobre as normas de utilização dos espaços a que se refere o artigo 677 desta Lei Complementar, e do exercício das atividades comerciais, de serviço e indústrias, visam:

I - garantir o respeito às relações sociais e culturais, específicas da região;

II - estabelecer padrões relativos a qualidade de vida e de conforto ambiental;

III - promover a segurança e harmonia dentre os munícipes.

#### SEÇÃO IV DAS DEFINIÇÕES

**Art. 687 -** Para efeito da presente Lei Complementar são adotadas as seguintes definições:

Água potável - Água própria para consumo humano proveniente de uma origem que permanentemente garante sua qualidade, atendendo a parâmetros físicos e químicos estabelecidos por autoridades sanitárias.

Alimento perecível - Aquele que está sujeito a deteriorar-se caso não seja mantido em condições especiais de armazenamento.

Alvará Sanitário - Documento fornecido pela autoridade da saúde, que autoriza a ocupação e uso de imóvel recém-construído ou reformado e/ou o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de saúde, de educação pré-escolar e outros, após a vistoria prévia das condições físico-sanitárias do mesmo.

Auto de Infração - Documento (formulário), lavrado e assinado por autoridade municipal competente contra a pessoa que comete a infração, no qual descreve o ato ou fato constitutivo da transgressão e qualifica o infrator que, através dele, toma conhecimento da instauração de um processo administrativo contra si, para apuração de sua responsabilidade.

Banca de jornais e revistas - Instalações destinadas a venda de jornais, revistas, almanaques, informações turísticas, etc.

Barlavento - Direção de onde sopra o vento.

Boca de lobo - Caixa sifonada, cuja finalidade é a captação das águas pluviais.

~~Calçada - Parte da via pública vedada a trânsito de veículos. Normalmente em nível mais elevado, constituída por passeio (destinado a pedestres), excepcionalmente com ciclovia (destinada a ciclistas) e faixa de arborização, mobiliário urbano, sinalização e outros fins.~~

Calçada - Há tecnicamente, duas espécies de calçamentos, para composição das ruas: o calçamento dos caminhos, para fazê-los calçadas e o calçamento das partes laterais e contíguas aos prédios, para fazê-las passeios. (Vide: Passeio) (Redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008)

Cemitério - Local onde se sepulta cadáveres.

Cisterna - Reservatório de água inferior.

CODECON - Comissão de Defesa do Consumidor.

Comerciante ambulante - Aquele que trabalha nos logradouros públicos, com bancas ou unidades móveis em locais permitidos pelas autoridades municipais, ou que realize vendas a domicílio.

Dejetos - Resíduos, excrementos, restos.

Decibel - (dB): Unidade de intensidade física relativa a som.

Degradação ambiental - É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes em níveis capazes de direta ou indiretamente:

Embargo - ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.

Departamento de trânsito - órgão responsável pela aplicação do código de trânsito Brasileiro no Município.

Embargo - Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.

Estabelecimento - Local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços.

FATMA - Fundação de Amparo a Tecnologia e Meio Ambiente.

Festejos Públicos - São os que se realizam nas vias públicas, com o acesso do público.

Feira livre - Local ao ar livre que funciona com objetivo de facilitar aos produtores a venda de sua produção.

Fiança - Obrigação acessória assumida por terceira pessoa, que se responsabiliza, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação do devedor, caso este não cumpra a obrigação.

Gêneros alimentícios - Substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua formação, manutenção e ao seu desenvolvimento.

Habitação - Lugar ou casa onde se habita, morada ou residência.

Habitação urbana - Residência construída no perímetro urbano de uma cidade.

Infração - Toda ação ou omissão que contraria as disposições desta Lei Complementar, ou de outras leis, decretos ou resoluções.

Infrator - Todo aquele que, cometer, mandar ou auxiliar a praticar infração.

Jusante - Para o lado que vaza a maré ou um curso de água.

~~Logradouro Público - Território de propriedade pública e de uso comum da população, destinado à parada ou estacionamento de veículos, ou a circulação de pedestres, onde houver trânsito de veículos deverá ter obrigatoriamente calçada.~~

Logradouro Público - Toda parte ou superfície da cidade destinada ao trânsito público (para uso e gozo de toda a população). (Redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008)

Logradouro - Toda parcela da propriedade pública de uso comum da população.

Montante - Para o lado da nascente de um rio.

Multa - Penalidade pecuniária.

Nível de Som - dB(A). Intensidade do som medido na curva de ponderação "A" definido na NBR 10151-ABNT.

~~Passeio - Parte da calçada da via ou logradouro destinado à circulação de pedestres.~~

Passeio - É a parte da rua que se localiza à frente das casas ou edifícios, ladrilhada ou cimentada, em nível mais alto que o centro da rua, dito de calçada ou calçamento. É pois, parte da rua ou do logradouro, destinado ao trânsito de pedestre. (Vide: Passeio). (Redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008)

Penalidade - Conjunto ou sistema de penas impostas pela Lei.

Poluição ambiental - Qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população.

Reincidente - Todo aquele que violar novamente um mesmo preceito legal, por cuja infração já tenha sido condenado.

Ruído - Qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações do sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.

Som - É toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar sensações auditivas.

Tapume - Vedação de um terreno, feito com madeira ou similar, junto ao logradouro para proteção do público em razão da edificação.

Terreno baldio - Terreno não edificado, sem proveito ou uso definido.

UFM - Unidade Fiscal Municipal.

**Art. 688 -** As definições apresentadas no artigo anterior tem por finalidade explicar e facilitar a compreensão do texto legal, não esgotando os conceitos respectivos, nem afastando os conceitos científicos aplicáveis, especialmente no que diz respeito às posturas municipais, apuração de infrações, penalidades e reconhecimento de direitos e estabelecimento de deveres.

## Capítulo II DAS INFRAÇÕES

SEÇÃO I  
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

**Art. 689 -** Constituir-se-á infração, todo e qualquer ato ou omissão que contrarie o disposto nesta Lei Complementar.

**Art. 690 -** Sempre que houver uma infração, o infrator será punido com uma Penalidade.

**Art. 691 -** Os encarregados de executar esta Lei Complementar que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator, serão considerados infratores.

Parágrafo único. Serão punidos de conformidade com a Lei Complementar 001/91:

I - os servidores que se negarem a prestar assistência aos munícipes, quando por este solicitada, para esclarecimento das normas consubstanciadas nesta Lei Complementar;

II - os agentes fiscais que, por negligência ou má fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade;

III - os agentes fiscais que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

**Art. 692 -** A penalidade, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, consistirá em multa e/ou apreensão.

Parágrafo único. Nas reincidências, as multas serão consideradas em dobro.

**Art. 693 -** Na imposição da multa e para graduá-la, ter-se-á em vista:

I - a maior gravidade de infração;

II - as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - os antecedentes do infrator, com relação às disposições desta Lei Complementar.

**Art. 694 -** As penalidades a que se refere esta Lei Complementar não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma do Código Civil.

Parágrafo único. Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência regulamentar que a houver determinado.

**Art. 695 -** Nos casos de apreensão, os objetos apreendidos serão recolhidos ao depósito da Prefeitura; quando a isto não se prestarem os objetos, ou a apreensão se realizar fora da cidade, poderão ser depositados em mãos de terceiros, observadas as formalidades legais.

Parágrafo único. Pelo depósito serão abonadas, aos depositários, as percentagens constantes do Regimento de Custas do Estado, pagas pelo infrator antes do levantamento do depósito.

**Art. 696 -** Serão sustados as apreensões feitas por força das disposições destas posturas, se o infrator prontificar-se a pagar incontinentemente a multa devida, cumprindo, pela mesma forma, os demais preceitos

que houver violado, ou a prestar fiança correspondente ao valor dos objetos apreendidos, em dinheiro depositado nos cofres municipais.

**Art. 697 -** Não são diretamente passíveis das penalidades definidas neste capítulo:

I - os incapazes na forma da Lei;

II - os que forem coagidos ou induzidos a cometer infração.

**Art. 698 -** Sempre que a contravenção for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a penalidade recairá:

I - sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;

II - sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o irresponsável de toda ordem;

III - sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

~~**Art. 699 -** A infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida nesta Lei Complementar, será punida com a multa de 250 (duzentos e cinquenta) UFM.~~

**Art. 699** A infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida nesta Lei Complementar, será punida com a multa de 350 (trezentos e cinquenta) UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

## SEÇÃO II

### DOS AUTOS DE INFRAÇÃO E DOS RECURSOS

**Art. 700 -** Verificando-se infração à esta Lei Complementar, será expedida contra o infrator, notificação preliminar para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, regularize a situação.

**Art. 701 -** Além de auto de infração haverá também o auto de embargo e interdição.

**Art. 702 -** São autoridades para lavrar autos de infração: Os fiscais municipais.

**Art. 703 -** Dará também motivos à lavratura de auto de infração qualquer violação das normas desta Lei Complementar, que for levada ao conhecimento do prefeito ou dos secretários municipais, por servidor municipal ou cidadão que a presenciar, devendo a comunicação, ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo único. Recebendo tal comunicação, a autoridade competente, sempre que puder, ordenará a lavratura do auto de infração.

**Art. 704 -** Os autos de infração obedecerão a modelos especiais, podendo ser impressos no que toca as palavras invariáveis.

**Art. 705 -** O auto de infração conterá obrigatoriamente:

I - o dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;

II - o nome de quem lavrou;

III - relato, com toda clareza, do fato constitutivo da infração e os pormenores que possam servir de atenuantes ou agravantes à ação;

IV - nome do infrator, CPF e ou RG;

V - dispositivo legal violado;

~~VI - informação de que o infrator terá o prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua defesa, sob pena de revelia;~~

VI - informação de que o infrator terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar sua defesa, sob pena de revelia; (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

VII - assinatura de quem o lavrou, do infrator e das duas testemunhas capazes, se houver.

Parágrafo único. Negando-se o infrator a assinar o auto, será o mesmo remetido pelo correio, sob registro com aviso de recebimento.

**Art. 706 -** Lavrado e devidamente processado o auto, aguardará, no serviço competente, o decurso de prazo de apresentação de defesa, que deverá ser apresentado por escrito ao secretário que estiver subordinado o autuante.

Parágrafo único. Se o autuado apresentar defesa, sobre a mesma, informará o autuante prestando as necessárias informações.

**Art. 707 -** Se decorrido a prazo estipulado, não apresentar o autuado a sua defesa, será o mesmo considerado revel, do que será lavrado um termo pelo funcionário competente.

**Art. 708 -** Decorrido o prazo sem o devido pagamento, a multa será inscrita em dívida ativa extraíndo-se a competente certidão, para se proceder a cobrança executiva.

~~**Art. 709 -** As intimações dos infratores serão feitas sempre que possível, pessoalmente, e, não sendo encontrado, serão publicadas em edital em lugar público, na sede da Prefeitura.~~

**Art. 709** As intimações dos infratores serão feitas pessoalmente ou por via postal e, não sendo encontrado, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

### SEÇÃO III

#### DA DECISÃO DE PRIMEIRA E SEGUNDA INSTÂNCIA

~~**Art. 710 -** As defesas contra a ação dos agentes fiscais serão decididas pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal, que proferirá decisão no prazo de 10 (dez) dias.~~

~~§ 1º Se entender necessário, a autoridade poderá, no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista sucessivamente, ao autuado e ao autuante, ou ao reclamante e ao impugnante, por 5 (cinco) dias a cada um, para alegações finais.~~

~~§ 2º Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias, para~~



~~preferir a decisão.~~

~~§ 3º A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas.~~

**Art. 710** As defesas contra a ação dos agentes fiscais serão decididas pelo Secretário Municipal da Fazenda, conforme previsto na Lei Complementar 110/03 - Código Tributário Municipal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

**Art. 711 -** A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação, definindo expressamente os seus efeitos, num e noutro caso.

~~§ 1º Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, o auto de infração será considerado automaticamente improcedente. (Revogado pela Lei Complementar nº 312/2015)~~

~~§ 2º Proferida a decisão, sendo a mesma procedente, caberá recurso voluntário ao Sr. Prefeito Municipal, no prazo de 10 (dez) dias.~~

§ 2º Proferida a decisão, julgando improcedente a defesa, caberá recurso voluntário ao Conselho Municipal de Contribuintes, no prazo de 15 (quinze) dias, nos moldes do disposto no Código Tributário Municipal, estabelecido pela Lei Complementar nº 110 de 2003. (Redação dada pela Lei Complementar nº 398/2018)

~~§ 3º A autoridade de segunda instância deverá exarar decisão definitiva em 15 (quinze) dias. (Revogado pela Lei Complementar nº 312/2015)~~

### Capítulo III

#### DO TRATAMENTO DA PROPRIEDADE, DOS LOGRADOUROS E DOS BENS PÚBLICOS

##### SEÇÃO I

##### DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

**Art. 712 -** A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, salvo nos casos previstos na presente Lei Complementar e desde que antecipadamente autorizado pela Prefeitura Municipal ou órgão competente afim:

I - abrir rua, travessas ou praças sem prévio alinhamento e nivelamento fornecido pela Prefeitura;

II - deixar em mau estado de conservação os passeios fronteiros, paredes frontais das edificações e dos muros que dão para as vias públicas;

III - danificar ou alterar de qualquer modo, o calçamento, passeios e o meio-fio;

IV - danificar por qualquer modo, postes, fios e instalações de energia elétrica, telégrafo, telefone e antenas de televisão nas zonas urbanas e sub urbanas da sede;

V - deixar de remover os restos de entulhos resultantes de construção e reconstrução, bem como podas de jardins e cortes de árvores;

VI - deixar nas ruas, praças, travessas ou logradouros públicos, águas servidas e quaisquer detritos prejudiciais ao asseio e à higiene pública;

VII - estreitar, mudar ou impedir de qualquer modo a servidão pública das estradas e caminhos;

VIII - colocar tranqueiras ou mesmo porteiros em estradas e caminhos públicos;

IX - danificar por qualquer forma, as estradas de rodagem e caminhos públicos;

X - impedir que se façam escoadouros de águas pluviais por dentro de propriedades marginais das estradas e caminhos públicos, desde que devidamente tubulados;

XI - lavar veículos em áreas públicas;

XII - embaraçar ou impedir por qualquer modo o livre trânsito nas estradas e caminhos públicos, bem como nas ruas, praças e passeios da cidade.

§ 1º - Compreende-se na proibição deste artigo o depósito de qualquer material, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 2º - As autorizações previstas no caput deste artigo deverão ser requeridas pelos interessados, acompanhadas de uma descrição ou croqui do ato a ser praticado e de sua finalidade.

**Art. 713 -** É absolutamente proibido nas ruas do município sob pena de multa:

I - conduzir animais ou veículos de tração animal em disparada;

II - conduzir animais bravios sem a necessária precaução;

III - conduzir ou conservar animais de tração sobre os passeios;

IV - manter soltos ou guardados sem as devidas cautelas animais bravios ou ferozes;

V - amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;

VI - arrastar madeiras ou quaisquer outros materiais volumosos pesados;

VII - armar barraquinhas sem licença da Prefeitura;

VIII - atirar corpos ou detritos ou sacudir objetos que possam ser nocivos ou incomodar os transeuntes;

IX - realizar jogos de bola ou outros esportes fora do horário estipulado pela Prefeitura;

X - derramar óleo, tinta, cal ou outros corpos capazes de afetar a estética;

XI - reformar, pintar, consertar veículos;

XII - depositar materiais.

**Art. 714 -** É vedado fazer escavações que diminuam ou desviem as águas de servidão pública, bem como represar águas pluviais de modo a alagar qualquer logradouro público ou propriedade de terceiros.

**Art. 715 -** Nas árvores dos logradouros não poderão ser afixados ou amarrados fios, nem colocados

anúncios, cartazes e outros objetos.

**Art. 716 -** É atribuição exclusiva da Prefeitura, podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores de arborização pública.

**Art. 717 -** As colunas ou suportes de anúncios, as caixas de papéis usados e os bancos de logradouros públicos somente poderão ser instalados mediante licença prévia da Prefeitura e só serão permitidos quando representarem real interesse para o público e para a cidade, não prejudicarem a estética e não perturbarem a circulação nos logradouros.

**Art. 718 -** Poderá ser permitida a colocação de bancas nos logradouros públicos e/ou praças para venda de jornais e revistas, satisfeitas as seguintes condições:

I - ser com modelo aprovado pela Prefeitura, ou definido por esta;

II - ser de fácil remoção;

III - ter sua localização aprovada pela Prefeitura.

**Art. 719 -** A ocupação de logradouro público com mesas e cadeiras não será permitida.

**Art. 720 -** Os relógios, estátuas, fontes e qualquer monumento, poderão ser permitidos nos logradouros públicos, através do respectivo processo licitatório.

§ 1º - Os relógios colocados nos logradouros públicos ou em qualquer ponto do exterior de edifícios, serão obrigatoriamente mantidos em perfeito estado de funcionamento e precisão horária.

§ 2º - As fontes ou similares de que trata este artigo, serão obrigatoriamente mantidas em perfeitas condições físicas e sanitárias, de modo a não causar risco a saúde da população.

**Art. 721 -** É proibido ainda lançar nos logradouros, nos terrenos sem edificações ou nas várzeas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa causar incômodo a população ou prejudicar a estética da cidade, bem como queimar, dentro do perímetro urbano, qualquer substância nociva a população.

§ 1º - Aplicam-se também estas medidas nas áreas situadas nos cursos d'água que passam dentro de perímetro urbano.

§ 2º - Ficam sujeitas à regulamentação pela Prefeitura o uso das áreas em função do barlavento dos ventos predominantes.

**Art. 722 -** A Prefeitura poderá impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos aos logradouros.

**Art. 723 -** Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, desde que solicitada a Prefeitura a autorização para sua localização.

Parágrafo único. para a autorização do disposto neste artigo deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos porventura verificados;
- b) serem removidos no prazo de 24h00 (vinte e quatro horas) a contar do encerramento das festividades;
- c) sejam aprovados previamente pelo órgão sanitário competente deste município.

~~Art. 724 - As infrações dos dispositivos constantes deste capítulo serão punidas com multa de 26 (vinte e seis) UFM, elevados ao dobro nas reincidências, sem prejuízos das responsabilidades criminal e civil cabíveis.~~

Art. 724 - As infrações dos dispositivos constantes deste capítulo serão punidas com multa de 250 (duzentas e cinquenta) UFM, elevados ao dobro nas reincidências, sem prejuízos da responsabilidade criminal e civil cabíveis. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

## SEÇÃO II DAS CALÇADAS

~~Art. 725 - As calçadas são patrimônio público, sob responsabilidade exclusiva da prefeitura para a sua construção, salvo loteamento sob responsabilidade do loteador, bem como sua manutenção e conservação, em conformidade a Lei 10098 - Acessibilidade Urbana.~~

Art. 725 - A construção e a reconstrução dos passeios ou calçadas destinados exclusivamente a pedestres nos logradouros, que possuam meio fio e pavimentação em toda extensão de suas respectivas testadas dos terrenos edificados ou não, são obrigatórios, e competem aos proprietários dos mesmos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008)

§ 1º - Não será permitido o revestimento dos passeios formando superfície inteiramente lisa, ou com desnível que possa produzir escorregamento ou queda.

§ 2º - É proibido qualquer letreiro ou anúncio de caráter permanente ou não no piso dos passeios dos logradouros públicos.

§ 3º - Cabe ao proprietário manter os passeios ou calçadas permanentemente em bom estado de conservação, sendo expedidas a juízo do setor competente, as intimações necessárias aos respectivos proprietários, para consertos ou para reconstrução dos mesmos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 178/2008)

§ 4º Excluem-se da obrigatoriedade da construção de calçadas prevista no caput do presente artigo os imóveis urbanos com destinação rural, com testada para as ruas pavimentadas superior a 15 (quinze) metros, desde que possuam cercas em bom estado de conservação delimitando o imóvel e mantenham limpas e roçadas a respectiva testada. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 219/2010)

§ 5º As cercas de que trata o parágrafo 4º não poderão ser elétricas ou de arame farpado, dando-se preferência para as cercas de arame liso, bem como devem as áreas destinadas a calçadas possuírem grama ou brita, de forma a possibilitar a passagem e acesso de pedestres. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 219/2010)

Art. 726 - As calçadas deverão apresentar uma declividade de 2 % (dois por cento) do alinhamento para o meio-fio.

Art. 727 - As alterações nas calçadas para atender as necessidades dos confrontantes serão solicitadas

mediante requerimento protocolado, que será analisado e deferido pelo Departamento de Trânsito, sendo as obras de por ônus do requerente.

~~Parágrafo Único - Caberá à municipalidade o conserto ou reconstrução dos passeios, quando for por ela danificados, no prazo de 30 (trinta) dias, findo qual o proprietário poderá reconstruí-lo e solicitar reembolso, mediante requerimento prévio à Secretaria de Planejamento e autorização legal.~~

Parágrafo Único - Caberá à municipalidade o conserto ou a reconstrução das calçadas, ou passeios quando for por ela danificados, no prazo de 60 (sessenta) dias, findo qual o proprietário poderá reconstruí-lo e solicitar reembolso, mediante requerimento prévio à Secretaria de Planejamento e autorização legal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008)

**Art. 728 -** As canalizações para escoamento das águas pluviais e outras, passarão sob os passeios.

Parágrafo único. Quando se tornar necessário fazer escavação nos passeios dos logradouros, para assentamento de canalização, galerias, instalações de subsolo ou qualquer outro serviço, a reposição do revestimento dos mesmos passeios deverá ser feita de maneira a não resultarem remendos, ainda que seja necessário refazer ou substituir completamente todo o revestimento, cabendo as despesas respectivas aos responsáveis pelas escavações, sejam um particular, empresa contratante de serviços de utilidade pública ou repartição pública.

~~**Art. 729 -** Constitui infração, passiva de multa, qualquer intervenção por parte do munícipe sob as calçadas, no valor de 250 UFM.~~

**Art. 729** Constitui infração, passiva de multa, qualquer intervenção não autorizada, por parte do munícipe sob as calçadas, no valor de 350 (trezentos e cinquenta) UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

**Art. 730 -** Quando, em virtude dos serviços de calçamento executados pela Prefeitura em logradouro situado em qualquer das zonas da cidade em que forem alterados o nível ou largura dos passeios, cujos serviços já tenham sido realizados sem que a Prefeitura tenha fornecido a cota e o alinhamento anterior, competirá, aos proprietários a reposição destes passeios em bom estado, de acordo com a nova posição dos meios-fios.

Parágrafo único. Caso a Prefeitura Municipal tenha fornecido a cota e o alinhamento anteriormente e tenha modificado o projeto inicial, competirá a mesma a reposição destes passeios em bom estado de acordo com o novo projeto.

**Art. 731 -** Em logradouro dotado de passeios de 4,00m (quatro metros) ou mais, de largura, será obrigatória a construção de passeios decorados e ajardinados, segundo projeto aprovado para cada logradouro.

**Art. 732 -** Não poderão ser feitas rampas nos passeios dos logradouros destinados à entrada de veículos.

**Art. 733 -** É proibida a colocação de cunhas ou rampas de madeira ou de outros materiais fixos ou móveis, nas sarjetas ou sobre o passeio junto às soleiras de alinhamento para o acesso de veículos.

**Art. 734 -** As intimações para correção dos rampeamentos objetivando obedecer este capítulo, quando necessários, deverão ser cumpridas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

~~Parágrafo Único - O não cumprimento, dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, implicará ao~~

~~infrator as penalidades previstas nos artigos 685 a 695.~~

Parágrafo Único - O não cumprimento, dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, implicará ao infrator as penalidades previstas nos artigos 689 a 711. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008)

### SEÇÃO III

#### DO FECHAMENTO E CONSERVAÇÃO DE TERRENOS NO ALINHAMENTO

**Art. 735 -** Os terrenos não construídos na zona urbana, com testada para logradouro público, loteados ou não, serão obrigatoriamente fechados no alinhamento, desde que o logradouro público seja pavimentado.

**Art. 736 -** O fechamento frontal, em vias pavimentadas, terá altura de no máximo 3m (três metros), acima do nível natural do terreno e deverá ser observado ainda a Lei Complementar de Uso do Solo, onde trata sobre muros, passeios e meios fios.

§ 1º - No perímetro urbano não será permitido o emprego de cerca de arame farpado.

§ 2º - As cercas elétricas de baixa tensão deveram ter altura do solo igual ou superior a 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros), com inclinação de pelo menos 20º ( vinte graus) para dentro do lote, sob responsabilidade exclusiva do proprietário do imóvel.

**Art. 737 -** Os terrenos que margeiam as estradas de rodagem serão obrigatoriamente fechados no alinhamento frontal.

**Art. 738 -** Nas áreas de uso residencial poderá ser dispensado o fechamento frontal dos terrenos construídos, desde que nos mesmos seja mantido um ajardinamento rigoroso e permanentemente conservado, e que o limite entre o logradouro e o terreno fique marcado com meio-fio, cordão de cimento ou processo equivalente.

**Art. 739 -** Não será permitido o emprego de espinheiros, para fechamento de terrenos.

**Art. 740 -** Quando os terrenos forem fechados por meio de cercas vivas e estas não forem convenientemente conservadas, a Prefeitura poderá exigir a substituição desse fechamento por outro.

**Art. 741 -** Os terrenos não construídos dentro do perímetro urbano deverão ser mantidos limpos, capinados, e drenados.

**Art. 742 -** Os terrenos pantanosos ou alagados, situados nas zonas urbanas, serão drenados pelos respectivos proprietários, quando intimados pela Prefeitura.

**Art. 743 -** É proibido colocar cacos de vidro, nos muros frontais, laterais e fundos.

Parágrafo único. Os proprietários que tenham colocado materiais especificados no caput deste artigo, antes da vigência desta Lei Complementar têm prazo de 3 (três) meses para retirá-los, sob pena de incidirem nas sanções desta Lei Complementar.

SEÇÃO IV  
DAS CERCAS E FECHOS DIVISÓRIOS

**Art. 744 -** Presumem-se comuns as cercas entre propriedades urbanas ou rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrerem em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, na forma do artigo 588, do Código Civil.

Parágrafo único. As cercas divisórias em terrenos rurais e expansão urbana, salvo acordo expresso entre os proprietários, serão construídos por:

I - cerca de arame farpado, com quatro fios, no mínimo, de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de altura;

II - telas de fio metálico resistente, com altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

III - cerca vivas, de espécies vegetais adequadas e resistentes;

IV - valas, quando o terreno no local não for suscetível de erosão, com 2,00m (dois metros) de largura na boca e 50 cm (cinquenta centímetros) de base.

~~**Art. 745 -** Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou detentores a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos, gados ou outros animais que exijam cercas especiais em terrenos rurais e zonas de expansão urbana.~~

**Art. 745 -** Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou detentores a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos, gados ou outros animais que exijam cercas especiais em terrenos rurais e zonas de urbanização controlada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)

§ 1º - A criação de animais na zona urbana não é permitida exceto os de estimação os quais deverão ser mantidos de modo a não causarem risco a saúde da população, devidamente abrigados e tratados, e deverá obedecer os disposto na Legislação Sanitária vigente.

§ 2º - As cercas especiais a que se refere o Art.68 serão feitas do seguinte modo:

I - por cerca de arame farpado, com 10 (dez) fios no mínimo e altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

II - por muro de pedras ou de tijolos, de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de altura;

III - por telas de fio metálico resistente, com malha fina, com altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

IV - por sebes vivas e compactas que impeçam a passagem de animais de pequeno porte.

~~§ 3º - Os proprietários de gado e outros animais na zona rural ou de expansão urbana, são obrigados a ter cercas reforçadas e adotar providências adequadas para que o mesmo não incomode ou cause prejuízo a terceiros, nem vague pelas estradas, ficando, pela inobservância deste preceito, sujeito às penalidades legais.~~

§ 3º - Os proprietários de gado e outros animais na zona rural ou de urbanização controlada, são obrigados a ter cercas reforçadas e adotar providências adequadas para que o mesmo não incomode ou cause prejuízo a terceiros, nem vague pelas estradas, ficando, pela inobservância deste preceito, sujeito às penalidades legais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)

~~Art. 746 -~~ Será aplicada a multa de 160 (cento e sessenta) UFM elevado ao dobro na reincidência, ao proprietário que fizer cercas em desacordo com as normas fixadas no artigo 741 desta Lei Complementar.

Art. 746 Será aplicada a multa de 500 (quinhentos) UFM elevado ao dobro na reincidência, ao proprietário que fizer cercas em desacordo com as normas fixadas no artigo 739 desta Lei Complementar, sem prejuízo da correção. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

#### SEÇÃO V DO EMPACHAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 747 - Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, que deverá ocupar uma faixa de até 1/3 (um terço) do vão livre da calçada, e em casos especiais conforme especificações da Lei Complementar de Edificações e mediante autorização do departamento de trânsito, observando a garantia e segurança dos pedestres, principalmente em trajetos de escolares ou locais de intenso tráfego.

§ 1º - Quando os tapumes forem construídos em esquinas, as placas de nomenclatura dos logradouros serão nele afixadas, de forma bem visível.

§ 2º - Dispensa-se o tapume quando se trata de:

I - construção ou reparo de muros ou grades com altura não superior a 2,00m (dois metros);

II - pinturas ou pequenos reparos.

Art. 748 - Os andaimes deverão satisfazer as seguintes condições:

I - apresentarem perfeitas condições de segurança;

II - terem a altura do passeio até o máximo de 2,00m (dois metros), e providos de platibanda de proteção contra queda de objetos na via pública;

III - não causarem danos as árvores, aparelhos de iluminação e redes telegráficas e de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. O andaime deverá ser retirado quando ocorrer a paralisação da obra por mais de 60 (sessenta) dias.

~~Art. 749 -~~ Na infração de dispositivos deste capítulo, será imposta a multa cor respondente de 160 (cento e sessenta) UFM.

Art. 749 Na infração de dispositivos deste capítulo, será imposta a multa correspondente de 1000 (mil)



UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

SEÇÃO VI  
DOS TOLDOS

**Art. 750 -** A instalação de toldos à frente de lojas ou de outros estabelecimentos comerciais, será permitida desde que satisfaçam as seguintes condições:

I - não excederem a 2/3 da largura do passeio e ficarem sujeitos ao balanço máximo de 2,00m (dois metros);

II - não descerem, quando instalados no pavimento térreo, os seus elementos constitutivos, inclusive bambinelas, abaixo de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) em cota referida ao nível do passeio;

III - não terem bambinelas de dimensões verticais superiores a 0,60m (sessenta centímetros);

IV - não prejudicarem a arborização e a iluminação pública, nem ocultarem placas de nomenclatura de logradouros ou sinalização viária;

V - serem aparelhados com ferragens e roldanas necessárias ao completo enrolamento da peça junto a fachada;

VI - serem feitos de material de boa qualidade e convenientemente acabados.

§ 1º - Será permitida a colocação de toldos metálicos, constituídos por placas e providos de dispositivos reguladores de inclinação com relação ao plano da fachada, dotados de movimentos de contração e distensão, desde que satisfaçam as seguintes exigências:

I - o material utilizado deverá ser indeteriorável, não sendo permitida a utilização de material quebrável ou estilhaçável;

II - o mecanismo de inclinação dando para o logradouro, deverá garantir perfeita segurança e estabilidade ao toldo e não poderá permitir que seja atingido o ponto abaixo da cota de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), a contar do nível do passeio.

§ 2º - Para colocação de toldos, o requerimento a Prefeitura deverá ser acompanhado de desenho técnico representando uma seção normal a fachada, na qual figurarem o toldo, o segmento da fachada e o passeio, com as respectivas cotas, no caso de se destinarem ao pavimento térreo.

**Art. 751 -** É vedado pendurar, fixar ou expor mercadorias nas armações dos toldos.

~~**Art. 752 -** Na infração dos dispositivos deste capítulo, será imposta a multa cor-respondente de 500 (quinhentos) UFM.~~

~~Parágrafo único. Na primeira reincidência dos dispositivos deste capítulo, será o toldo retirado pela Prefeitura, proibindo-se a reposição.~~

**Art. 752** Na infração dos dispositivos deste capítulo, será imposta a multa cor-respondente de 1000 (mil) UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

SEÇÃO VII  
DOS MASTROS NAS FACHADAS DOS EDIFÍCIOS

**Art. 753 -** A colocação de mastros nas fachadas será permitida, desde que sem prejuízo da segurança dos transeuntes.

**Art. 754 -** Os mastros não poderão ser instalados em altura abaixo de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) em cota referida ao nível do passeio.

Parágrafo único. Os mastros que não satisfizerem os requisitos do presente artigo, deverão ser substituídos, removidos ou suprimidos.

Capítulo IV  
DA HIGIENE PÚBLICA

SEÇÃO I  
DA HIGIENE DOS LOTES E DAS EDIFICAÇÕES

**Art. 755 -** As edificações e respectivos lotes serão conservados em perfeito estado de asseio e usados de forma a não causar qualquer prejuízo ao sossego, à salubridade ou à segurança dos seus habitantes ou vizinhos.

**Art. 756 -** É vedado:

- a) sujar ou danificar qualquer parte das edificações públicas ou de uso coletivo;
- b) jogar cascas de frutas, papéis ou detritos de qualquer natureza fora dos lugares apropriados.
- c) A colocação de lixeiras em vias públicas para coleta de lixo orgânico.

**Art. 757 -** O lixo das edificações será recolhido em vasilhames apropriados, do tipo aprovado pela autoridade competente para ser removido pelo serviço de limpeza da Pública.

§ 1º - As lixeiras deverão ser implantadas no interior do lote no alinhamento com a via pública.

§ 2º - Não serão considerados como lixo os resíduos industriais das fábricas ou oficinas, galhos de árvores, os quais serão transportados por conta do morador do prédio ou habitação de qualquer natureza ou proprietário do estabelecimento para local adequado aprovado pela autoridade sanitária competente, e de acordo com a solução definida pelo órgão estadual ou federal do Meio Ambiente.

**Art. 758 -** Quando o destino final do lixo for o aterro sanitário, deverá atender a legislação específica.

**Art. 759 -** Nenhuma edificação situada em via pública dotada de rede de água e esgotos poderá ser habitada sem que disponha dessas utilidades e seja provida de instalações sanitárias.

**Art. 760 -** Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na cidade.

Parágrafo único. As providências para o escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competem aos respectivos proprietários, que as executarão dentro do prazo que lhes for marcado na intimação.

## SEÇÃO II

### DOS TERRENOS BALDIOS

~~Art. 761 - Todo possuidor, a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana deste município, deverá conservá-lo limpo, de tal forma a não se constituir prejudicial à saúde e à segurança pública.~~

Art. 761 - Todo proprietário ou possuidor, a qualquer título, pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado, de imóvel localizado na zona urbana deste município, deverá conservá-lo limpo, de tal forma a não se constituir prejudicial à saúde e à segurança pública. (Redação dada pela Lei Complementar nº 266/2013)

Art. 762 - O descumprimento das obrigações de que trata o artigo anterior, importará em:

~~I - intimação para que o proprietário do imóvel ou seu responsável legal execute a limpeza do terreno num prazo máximo de 15 (quinze) dias;~~

I - intimação para que o proprietário do imóvel ou seu responsável legal execute a limpeza do terreno num prazo máximo de 15 (quinze) dias; (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)

~~II - o não cumprimento implicará em auto de infração (multa) equivalente a 130 UFM.~~

~~II - Decorrido o prazo do inciso I, e constatado pelo setor de fiscalização o não cumprimento implicará em auto de infração (multa) equivalente a 130 UFM's; (Redação dada pela Lei Complementar nº 266/2013)~~

II - Decorrido o prazo do inciso I, e constatado pelo setor de fiscalização o não cumprimento implicará em auto de infração (multa) equivalente a 200 (duzentos) UFM; (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

III - Após a notificação, a Prefeitura Municipal de Rio do Sul, por meio do setor competente, procederá a seu critério a limpeza do respectivo terreno, cobrando as despesas decorrentes do ato em conformidade com tabela própria a ser estipulada para tal fim, procedendo, depois a fiscalização para a manutenção da limpeza do mesmo; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 266/2013)

IV - A multa prevista no inciso II deste artigo será expedida anualmente a todos os proprietários de terrenos baldios constantes no carnê referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, tendo validade para o exercício em que foi emitida; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 266/2013)

V - No caso de reincidência será aplicado o valor em dobro da multa estipulada no inciso II deste artigo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 266/2013)

~~Art. 763 - Compete a Prefeitura:~~

~~I - fiscalizar, controlar, notificar e aplicar as penalidades.~~

Art. 763 - Fica ainda estabelecida a multa por metro cúbico de lixo e/ou entulhos a quem lançá-los em terrenos baldios, próprios ou de terceiros, no valor a ser estipulado pelo Poder Executivo. (Redação

dada pela Lei Complementar nº 266/2013)

Parágrafo Único - A notificação da infração prevista neste artigo e a consequente expedição da multa são de competência da Secretaria Municipal de Obras e serão efetivadas nos termos da presente Lei Complementar. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 266/2013)

**Art. 763-A** Esta Lei será divulgada em todos os meios de comunicação e permanecerá por 90 (noventa) dias nos portais/sites da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal de Rio do Sul. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 266/2013)

## Capítulo V DA POLÍCIA DE ORDEM PÚBLICA

### SEÇÃO I DOS COSTUMES, DO BEM-ESTAR PÚBLICO E DOS DIVERTIMENTOS

**Art. 764 -** Ficam proibidos os espetáculos de animais perigosos, sem a prévia autorização do órgão sanitário competente do município.

**Art. 765 -** A Prefeitura através de seus órgãos competentes exercerá, em cooperação com os poderes do estado e união, as funções de polícia de sua competência, regulamentando-as e estabelecendo medidas preventivas e repressivas no sentido de garantir a ordem, a moralidade, segurança e a saúde pública.

Parágrafo único. A Prefeitura através de seus órgãos competentes, poderá negar ou cassar a licença para funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais, prestação de serviços, casas de diversões e similares, que forem danosos a saúde, ao sossego público, aos bons costumes ou à segurança pública.

**Art. 766 -** Os proprietários de bares, e demais estabelecimentos que vendam bebidas alcoólicas, serão responsáveis pela boa ordem dos mesmos.

**Art. 767 -** Nenhum divertimento ou festejo poderá ocorrer em logradouro público sem autorização prévia dos órgãos competentes da Prefeitura.

§ 1º - O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão, será instruído como prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes à construção e higiene do edifício.

§ 2º - As exigências do presente artigo, não atingem reuniões de ordem particular.

**Art. 768 -** Não serão fornecidas licenças para a realização de diversões, jogos ruidosos e vendas de bebidas alcoólicas em locais compreendidos em área até um raio de 300,00m (trezentos metros) de hospitais e casas de saúde.

**Art. 769 -** É expressamente proibido, sob pena de multa:

I - danificar as paredes externas dos prédios públicos e privados;

II - colocar recipientes de lixo na via pública, fora do horário estabelecido pela Prefeitura;

- III - despejar lixo em frente as casas, terrenos baldios ou nas vias públicas;
- IV - deixar de aparar as árvores dos quintais, quando deitarem galhos para as vias públicas;
- V - tirar pedra, terras ou areia das ruas, praças ou logradouros públicos;
- VI - danificar a arborização ou plantas das ruas, praças ou jardins públicos, ou colher flores destes;
- VII - descobrir encanamentos públicos e/ou de terceiros, sem licença da Prefeitura, e do proprietário quando for o caso;
- VIII - colocar, nas vias públicas, cartazes ou qualquer outro sistema de publicidade, sem prévio consentimento da Prefeitura;
- IX - colocar estacas para prender animais nas vias e logradouros públicos;
- X - danificar ou retirar placas indicativas de casas, ruas ou logradouros públicos;
- XI - impedir ou danificar o livre escoamento das águas, pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.
- XII - banhar-se, lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados em vias públicas;
- XIII - conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;
- XIV - pintar, riscar, borrar, desenhar e escrever nos muros, paredes, postes, passeios, monumentos ou obras de arte;
- XV - depositar na via pública qualquer objeto ou mercadoria, salvo pelo tempo necessário à descarga e sua remoção para o interior do lote ou edificações, não excedentes de 3h (três horas);
- XVI - usar para fins de esporte ou jogos de recreio, as vias públicas e outros logradouros, a isso não destinados se não autorizados;
- XVII - comprometer a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

**Art. 770 -** Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pela Lei Complementar de Edificações:

- I - as portas e os corredores para o exterior conservar-se-ão sempre livres de móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;
- II - todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível a distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala.
- III - os aparelhos destinados a renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;
- IV - deverão possuir bebedouro de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;

V - durante os espetáculos deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas por cortinas.

Parágrafo único. As casas de diversões de que trata o caput deste artigo estão sujeitas ainda a legislação sanitária vigente no país, bem como às normas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar ou Civil, relativas a saúde e segurança nesses recintos.

**Art. 771 -** Em todos os teatros, circos ou salas de espetáculos, previamente aprovados e licenciados pelos órgãos municipais competentes serão reservados 4 (quatro) lugares destinados às autoridades policiais e municipais, encarregados da fiscalização, para o cumprimento de suas funções.

**Art. 772 -** Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado, e em número excedente à lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculo.

**Art. 773 -** Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciarem-se após 30 (trinta) minutos da hora marcada.

Parágrafo único. O empresário devolverá aos espectadores o preço da entrada, em caso de modificação do programa ou transferência de horário.

**Art. 774 -** As disposições do artigo anterior aplicam-se também, às competições esportivas para as quais se exigir pagamento de entrada.

**Art. 775 -** A armação de circos de pano, parques de diversões, acampamentos e outros divertimentos semelhantes, só poderão ser permitidos em locais determinados pela Prefeitura.

§ 1º - A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a 3 (três) meses.

§ 2º - Os circos e parques de diversões embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelo órgão sanitário municipal competente, demais órgãos municipais envolvidos e fiscais do Corpo de Bombeiros.

**Art. 776 -** Para funcionamento de cinemas, serão ainda observadas as seguintes disposições:

I - os aparelhos de projeção ficarão em cabinas de fácil saída, construídas em materiais incombustíveis;

II - não poderá existir em depósito, no próprio recinto, nem nos compartimentos anexos maior número de películas que as necessárias para as exhibições do dia;

III - as películas deverão ficar sempre em estojos metálicos hermeticamente fechados, não podendo ser abertos por mais tempo que o indispensável para o serviço;

IV - há necessidade de laudo anual de vistoria do Corpo de Bombeiros.

~~**Art. 777 -** As infrações deste capítulo serão punidas com penas de multa de 170 (cento e setenta) UFM e em dobro quando reincidente.~~

**Art. 777** As infrações deste capítulo serão punidas com penas de multa de 500 (quinhentas) UFM e em dobro quando reincidente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

SEÇÃO II  
DO SOSSEGO PÚBLICO

SUB

SEÇÃO ÚNICA  
DOS RUÍDOS

**Art. 778 -** São expressamente proibidas perturbações do sossego público, com ruídos ou sons excessivos e evitáveis, tais como:

I - os motores de explosão desprovidos de abafadores ou com estes em mau estado de funcionamento;

II - os veículos com escapamento aberto ou com carroceria semi-solta;

III - os de buzinas, clarins, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;

IV - a propaganda realizada com alto-falante na via pública ou para ela dirigidos, exceto para propaganda política durante a época autorizada pela legislação federal competente;

V - os produzidos por armas de fogo;

VI - os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos;

VII - apitos ou silvos de sirenes de fábricas, máquinas, cinemas, etc., por mais de 30 s (trinta segundos) ou entre 22h00 (vinte e duas) e 06h30 (seis horas e trinta minutos);

VIII - promover batuques, e outros divertimentos congêneres na cidade, sem licença das autoridades, desde que realizados em locais públicos.

IX - permanecerem ligados os motores de ônibus, quando estacionados em rodoviárias.

§ 1º - Ficam proibidos os ruídos, barulhos, rumores, bem como a produção de sons mencionados no caput deste artigo, num raio mínimo de 200,00 m (duzentos metros) de repartições públicas, escolas e igrejas, em horário de funcionamento.

§ 2º - No raio mínimo de 200,00 m (duzentos metros) de hospitais, casas de saúde e sanatórios, as proibições referidas no caput deste artigo, tem caráter permanente.

§ 3º - Excetua-se das proibições deste artigo, desde que atendendo as legislações Estaduais e Federais pertinentes:

a) os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos de assistência, corpo de bombeiros e polícia, quando em serviço;

b) os apitos das rondas e guardas policiais;

c) os sinos de igreja, conventos ou capelas, desde que sirvam exclusivamente para indicar horas ou para anunciar a realização de atos religiosos, devendo ser evitados os toques antes das 06h00 e depois das 22h00, exceto os toques de rebates, por ocasiões de incêndios ou inundações;

d) as fanfarras ou bandas de música, em procissões, cortejos ou desfiles públicos;

e) as máquinas ou aparelhos utilizados em construções ou obras em geral, devidamente licenciadas pela

Prefeitura, desde que funcionem entre a 07h00 e 19h00;

f) as manifestações nos divertimentos públicos, nas reuniões dos clubes desportivos, com horário previamente licenciado.

**Art. 779 -** Em zonas estritamente residenciais, é proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído ou que venha perturbar a população, antes das 06h00 e depois da 22h00.

**Art. 780 -** É permitida a propaganda realizada com alto-falante, quando estes forem instalados em viaturas e com as mesmas em movimento, autorizados pelos órgãos competentes, desde que:

I - estejam os veículos calibrados pelo decibelímetro da Prefeitura Municipal;

II - respeitem como limite máximo, o índice de ruído de 70 (setenta) decibéis;

III - limitem sua atividade de segunda a sábado, das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30;

§ 1º - Fica proibido este tipo de propaganda na Alameda Aristiliano Ramos, no trecho entre a Rua Presidente Kennedy até a Rua Coelho Neto, e em toda a extensão das Ruas: Coelho Neto, Carlos Gomes e Praça Nereu Ramos e Ermembergo Pellizzetti.

§ 2º - Durante o período da vigência do horário de verão, estabelecido pelo Governo Federal, se houver, fica liberada a veiculação deste tipo de propaganda no horário compreendido das 18h30 às 20h30.

~~**Art. 781 -** Os níveis máximos de intensidade de som ou ruídos permitidos, são definidos conforme tabela e de acordo com as zonas estabelecidas na Lei Complementar de Uso do Solo.~~

~~TABELA - LIMITE MÁXIMOS PERMISSÍVEIS DE RUÍDOS~~

ZONAS DE USO	DIURNO	VESPERTINO	NOTURNO
RE	55 dB (A)	50 dB (A)	45 dB (A)
RP1, RP2	60 dB (A)	55 dB (A)	55 dB (A)
MD1, MD2, MD3	65 dB (A)	60 dB (A)	55 dB (A)
MC, IND, EXP, P2	70 dB (A)	60 dB (A)	60 dB (A)

~~RE - Residencial exclusivo~~

~~RP1 - Residencial predominante 1~~

~~RP2 - Residencial predominante 2~~

~~MD1 - Misto diversificado 1~~

~~MD2 - Misto diversificado 2~~

~~MD3 - Misto diversificado 3~~

~~MC - Misto central~~

~~IND - Industrial~~

~~EXP - Expansão~~

~~P2 - Preservação 2~~



~~TABELA - LIMITE MÁXIMOS PERMISSÍVEIS DE RUÍDOS~~

<del>ZONAS DE USO</del>	<del>DIURNO</del>	<del>VESPERTINO</del>	<del>NOTURNO</del>
<del>RE</del>	<del>55 dB (A)</del>	<del>50 dB (A)</del>	<del>45 dB (A)</del>
<del>RP1, RP2, RP3</del>	<del>60 dB (A)</del>	<del>55 dB (A)</del>	<del>55 dB (A)</del>
<del>MD1, MD2, MD3</del>	<del>65 dB (A)</del>	<del>60 dB (A)</del>	<del>55 dB (A)</del>
<del>MC, IND, EXP, P2</del>	<del>70 dB (A)</del>	<del>60 dB (A)</del>	<del>60 dB (A)</del>

~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~RE - Residencial exclusivo;~~

~~RP1 - Residencial predominante 1;~~

~~RP2 - Residencial predominante 2;~~

~~RP3 - Residencial predominante 3;~~

~~MD1 - Misto diversificado 1;~~

~~MD2 - Misto diversificado 2;~~

~~MD3 - Misto diversificado 3;~~

~~MC - Misto central;~~

~~IND - Industrial;~~

~~EXP - Expansão;~~

~~P2 - Preservação 2. (Redação dada pela Lei Complementar nº 172/2007)~~

~~TABELA - LIMITE MÁXIMOS PERMISSÍVEIS DE RUÍDOS~~

<del>ZONAS DE USO</del>	<del>DIURNO</del>	<del>VESPERTINO</del>	<del>NOTURNO</del>
<del>RE</del>	<del>55 dB (A)</del>	<del>50 dB (A)</del>	<del>45 dB (A)</del>
<del>RP1, RP2, RP3</del>	<del>60 dB (A)</del>	<del>55 dB (A)</del>	<del>55 dB (A)</del>
<del>MD1, MD2, MD3</del>	<del>65 dB (A)</del>	<del>60 dB (A)</del>	<del>55 dB (A)</del>
<del>MC, IND, UC, P2</del>	<del>70 dB (A)</del>	<del>60 dB (A)</del>	<del>60 dB (A)</del>

~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~RE - Residencial exclusivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~RP1 - Residencial predominante 1. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~RP2 - Residencial predominante 2. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~RP3 - Residencial predominante 3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~MD1 - Misto diversificado 1. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~MD2 - Misto diversificado 2. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~MD3 - Misto diversificado 3. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~MC - Misto central. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~IND - Industrial. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~UC - Urbanização Controlada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~P2 - Preservação 2. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2008)~~

~~Parágrafo único. Para fins de aplicação desta lei, ficam definidos os seguintes horários:~~

~~Diurno: Compreendido entre 07h00 e 19h00.~~

~~Vespertino: Compreendido entre 19h00 às 22h00.~~

~~Noturno: Compreendido entre 22h00 às 07h00.~~

**Art. 781** Os níveis máximos de intensidade de som ou ruídos permitidos, são definidos conforme tabela e de acordo com as zonas estabelecidas no zoneamento desta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

TABELA - LIMITE MÁXIMOS PERMISSÍVEIS DE RUÍDOS

ZONAS DE USO	DIURNO	NOTURNO
ZCD3, ZI	70 dB (A)	60 dB (A)
ZR1, ZR2, ZR3, ZEIS	60 dB (A)	55 dB (A)
ZCD1, ZCD2, ZCD4	65 dB (A)	60 dB (A)
ZPA, ZRP	50 dB (A)	45 dB (A)

(Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

ZONA	SUBZONA
Residencial	ZR1 e ZR1E - Residencial de Baixa Densidade
	ZR2 - Residencial de Média Densidade
	ZR3 - Residencial de Alta Densidade
Corredor Diversificado	ZCD1 - Corredor Diversificado Central
	ZCD2 - Corredor Diversificado Bairro/Centro
	ZCD3 - Corredor Diversificado de Eixo Industrial
	ZCD4 - Corredor Diversificado Turístico Rural
Industrial	ZI - Zona Industrial
Preservação Ambiental	ZPA - Preservação Ambiental
Rural de Proteção	ZRP - Rural de Proteção
Especial de Interesse Social	ZEIS - Especial de Interesse Social

(Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 1º Fica definido como horário diurno, o período compreendido entre as 6:00 horas e as 22:00 horas; (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

§ 2º Fica definido como horário noturno, o período compreendido entre as 22:00 horas e as 6:00 horas do dia seguinte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 300/2015)

**Art. 782 -** As instalações elétricas só poderão funcionar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar, ou pelo menos reduzir ao mínimo, as correntes parasitas, diretas ou induzidas, as oscilações de alta frequência, chispas e ruídos prejudiciais à rádio-recepção.

Parágrafo único. As máquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentarem diminuição sensível às perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das 18h00 nos dias úteis.

**Art. 783 -** As proibições, limitações e permissões contidas neste capítulo deverão atender as medições efetuadas de acordo com a NBR 10151-ABNT.

**Art. 784 -** Nas infrações de dispositivos desta seção, serão aplicadas as seguintes penalidades:

~~I - Multa correspondente de 260 (duzentos e sessenta) UFM;~~

I - Multa correspondente de 1000 (mil) UFM; (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

II - interdição de atividade causadora do ruído.

SEÇÃO III  
DA PROPAGANDA EM GERAL

**Art. 785 -** A exploração dos meios de publicidades nas vias e logradouros públicos, dependerá de regulamentação definindo, quanto aos locais, a expedição de licença e do pagamento das respectivas taxas.

Parágrafo único. Excetuam-se do pagamento de taxas, as placas nas obras de construção civil, com indicação do responsável técnico pela sua execução, bem como as faixas e placas que se referirem a campanhas educativas de saúde, cultura e esporte, quando desenvolvidas pelos órgãos públicos ou associações beneficentes.

**Art. 786 -** Não será permitida a colocação de anúncios, faixas ou cartazes quando:

- I - pela sua natureza provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito;
- II - de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos típicos, históricos e tradicionais;
- III - que em sua mensagem, venha a contrariar a moral e os bons costumes da comunidade.

**Art. 787 -** Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou conservados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança.

**Art. 788 -** Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades deste Capítulo, deverão ser apreendidos pela Prefeitura, até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento de multa prevista nesta Lei Complementar.

**Art. 789 -** A propaganda falada em lugares públicos por meio de amplificadores de som, alto falante e propagandistas, está igualmente sujeita a prévia licença, e o pagamento da taxa ou preço respectivo, atendidas as demais exigências desta Lei complementar.

~~**Art. 790 -** As infrações serão punidas com multa de 136 (cento e trinta e seis) UFM.~~

**Art. 790** As infrações serão punidas com multa de 500 (quinhentos) UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

SEÇÃO IV  
DOS ANÚNCIOS E CARTAZES

**Art. 791 -** A afixação de anúncios, cartazes e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, referente a estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, escritórios, consultórios ou gabinetes, casas de diversões ou qualquer tipo de estabelecimento, depende de licença da Prefeitura, mediante requerimento dos interessados.

§ 1º - Incluem-se nas exigências do presente artigo, os letreiros, painéis, tabuletas, emblemas, placas, avisos e faixas.

§ 2º - As prescrições do presente artigo abrangem os meios de publicidade com propaganda afixados, suspensos ou pintado em paredes, muros e tapumes.

§ 3º - Depende ainda de licença da Prefeitura, a distribuição de anúncios cartazes e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda escrita.

**Art. 792 -** Os pedidos de licença à Prefeitura para colocação, pintura ou distribuição de anúncios e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda deverão mencionar:

I - o local em que serão colocados, pintados ou distribuídos;

II - as dimensões;

III - as inscrições e o texto.

Parágrafo único. No caso de anúncios luminosos, os pedidos de licença deverão indicar o sistema de iluminação a ser adotado, não podendo os referidos anúncios serem localizados a uma altura inferior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) do passeio.

## Capítulo VI DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

### SEÇÃO I DO CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL

**Art. 793 -** É proibida qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente: solo, água e ar; causada por substância sólida, líquida, gasosa ou em qualquer estado de matéria que direta ou indiretamente:

I - crie ou possa criar condições nocivas ou ofensivas à saúde, à segurança e ao bem estar público;

II - prejudique a fauna e a flora;

III - contenha óleo, graxa e lixo;

IV - prejudique o uso do meio ambiente para fins domésticos, agropecuários, recreativos, de piscicultura e para outros fins úteis ou que afetem sua estética.

**Art. 794 -** Os esgotos domésticos ou resíduos líquidos das indústrias, ou resíduos sólidos domésticos ou industriais, só poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nas águas interiores se estas não se tornarem poluídas, conforme o disposto no Capítulo IV, Seções I e II desta Lei Complementar.

Parágrafo único. os proprietários e ou detentores de imóveis edificadas ou não, que tenham suas áreas em confrontação com águas interiores, ficam obrigados a conservarem limpas suas margens.

**Art. 795 -** As proibições estabelecidas aplicam-se a águas superficiais ou de subsolo e solo de propriedade pública, privada ou de uso comum.

**Art. 796 -** A Prefeitura desenvolverá ação no sentido de:

I - determinar medidas corretivas das instalações capazes de poluir o meio ambiente, de acordo com as exigências desta Lei Complementar e/ou legislações pertinentes;

II - controlar as novas fontes de poluição ambiental;

III - controlar a poluição através de análise, estudos e levantamento das características do solo, das águas e do ar.

**Art. 797 -** As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção, para fins de controle da poluição ambiental, terão livre acesso às instalações industriais, comerciais, agropecuárias ou outras fontes particulares ou públicas, capazes de poluir o meio ambiente.

**Art. 798 -** Para a instalação, construção, reconstrução, reforma, conversão, ampliação e adaptação de estabelecimentos industriais, é obrigatória a consulta ao órgão competente Municipal, Estadual e Federal.

**Art. 799 -** O município poderá celebrar convênios com órgãos públicos, federais ou estaduais, para a execução de tarefas que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção.

**Art. 800 -** A Prefeitura poderá, sempre que necessário, contratar especialistas para execução de tarefas que visem a proteção do meio ambiente contra os efeitos da poluição, inclusive a causada por ruídos conforme disposto nesta Lei Complementar.

**Art. 801 -** Na infração de dispositivos deste capítulo, serão aplicadas as seguintes penalidades:

~~I - Multa de 230 (duzentos e trinta) UFM;~~

I - Multa de 1000 (mil) UFM; (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

II - interdição da atividade causadora da poluição.

## SEÇÃO II DAS QUEIMADAS

**Art. 802 -** Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-á nas queimadas as medidas preventivas necessárias.

**Art. 803 -** A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem:

I - sem tomar as devidas precauções, inclusive o preparo de aceiros, que terão 7,00m (sete metros) de largura, sendo 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) capinados e varridos e o restante roçado;

II - sem comunicar aos confinantes, com antecedência mínima de 24h00 (vinte e quatro horas), através de aviso escrito e testemunhado marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

**Art. 804 -** Salvo acordo entre os interessados, a ninguém é permitido queimar campos de criações em

comum.

**Art. 805 -** A ninguém é permitido, sob qualquer pretexto, atear fogo em matas, capoeiras ou campos alheios.

**Art. 806 -** É proibido queimar, mesmo no interior dos próprios lotes inclusive nos das entidades públicas, lixos ou quaisquer corpos, em quantidade capaz de molestar a vizinhança, causar riscos a saúde da população ou propriedade alheia.

~~**Art. 807 -** Incorreção em multa de 250 (duzentos e cinquenta) UFM, os infratores deste capítulo, além da responsabilidade criminal e civil que couberem.~~

**Art. 807** Incorreção em multa de 500 (quinhentas) UFM, os infratores deste capítulo, além da responsabilidade criminal e civil que couberem. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

### SEÇÃO III

#### DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO

**Art. 808 -** A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e saibro, depende de licença da Prefeitura, que a concederá, observados os preceitos desta Lei Complementar.

**Art. 809 -** A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acordo com este artigo.

Parágrafo único. Do requerimento deverão constar as seguintes indicações:

- a) nome e residência do proprietário do terreno;
- b) nome e residência do explorador, se este não for o proprietário.

~~**Art. 810 -** Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta multa de 180 (cento e oitenta) UFM.~~

**Art. 810** Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta multa de 1000 (mil) UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

### SEÇÃO IV

#### DA DEFESA DAS ARVORES E DA ARBORIZAÇÃO PÚBLICA

**Art. 811 -** É expressamente proibido podar, cortar, derrubar, remover ou sacrificar as árvores da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição específica da Prefeitura.

§ 1º - A proibição contida neste artigo é extensiva às concessionárias de serviço público ou de utilidade pública, ressalvados os casos de autorização específica da Prefeitura, em cada caso.

§ 2º - Nos loteamentos particulares os proprietários poderão arborizar as vias de acordo com o projeto previamente aprovado pela Prefeitura.

**Art. 812 -** Não será permitida a utilização das árvores de arborização pública para colocar cartazes e anúncios ou afixar cabos e fios, nem para suporte ou apoio e instalações de qualquer natureza ou finalidade.

~~**Art. 813 -** Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 120 (cento e vinte) UFM.~~

**Art. 813** Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 300 (trezentas) UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

## SEÇÃO V DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

**Art. 814 -** No interesse público a Prefeitura Municipal, através do órgão sanitário e demais órgãos competentes fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito e o emprego de inflamáveis e explosivos.

**Art. 815 -** São considerados inflamáveis entre outros: fósforos e materiais fosforados; gasolina e demais derivados do petróleo, éteres, álcoois, aguardentes e óleos em geral, carburetos, alcatrão e materiais betuminosos líquidos. Consideram-se explosivos dentre outros: fogos de artifícios, nitroglicerina, seus compostos e derivados; pólvora; algodão-pólvora, espoletas e estopins fulminados, cloratos; formiatos e congêneres; cartuchos de guerra, caça e mina.

**Art. 816 -** É absolutamente proibido:

I - fabricar explosivos sem licença especial da autoridade federal competente e em local não aprovado e não autorizado pelo órgão sanitário municipal e demais órgãos municipais competentes;

II - manter depósitos de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança;

III - depositar ou conservar nas vias públicas, embora provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

§ 1º - Aos varejistas é permitido conservar em cômodos apropriados em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo que não ultrapassar a venda provável em 20 (vinte) dias.

§ 2º - Os usuários e exploradores de pedreiras poderão manter depósitos de explosivos desde que atendam à regulamentação das forças armadas e a legislação Municipal, Estadual e Federal pertinentes.

**Art. 817 -** Os depósitos de explosivos e inflamáveis serão construídos e obedecidas as prescrições das forças armadas, Corpo de Bombeiros e o disposto na legislação Municipal, Estadual e Federal.

**Art. 818 -** A exploração de pedreiras, depende de licença prévia dos órgãos municipais competentes, e quando nela for empregado explosivo, este será exclusivamente do tipo e espécie mencionado na respectiva licença.

**Art. 819 -** Para exploração de pedreiras com explosivos, será observado o seguinte:

I - colocação de sinais nas proximidades das minas que possam ser percebidos distintamente pelos transeuntes, pelo menos a 100,00m (cem metros) de distância;

II - adoção de um toque convencional e de um brado prolongado dando o sinal de fogo.

**Art. 820 -** Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§ 1º - Não poderão ser transportadas simultaneamente no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§ 2º - Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas, além do motorista e do ajudante.

§ 3º - Não será permitida descarga de explosivos nos passeios e vias públicas.

**Art. 821 -** É vedado, sob pena de multa, além de responsabilidade criminal e civil que couber:

I - soltar balões, fogos de artifício, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos, bem como fazer fogueira nos logradouros públicos, sem prévia licença da Prefeitura, e de outros órgãos competentes, a qual será concedida por ocasião de festejos, indicando-se para isso, quando conveniente, locais apropriados;

II - fazer armadilhas com armas de fogo.

**Art. 822 -** Fica sujeito à licença e aprovação dos órgãos municipais competentes a instalação de bombas de gasolina e de depósitos de outros inflamáveis, mesmo para uso exclusivo de seus proprietários.

Parágrafo único. Os projetos de construção de estabelecimento de comércio varejista de combustíveis minerais deverão observar, além das disposições desta Lei Complementar, os demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as determinações da Lei Complementar de Edificações e da Legislação Municipal, Estadual e Federal pertinentes.

**Art. 823 -** O transporte de inflamáveis para os postos de abastecimento será feito em recipiente apropriado, hermeticamente fechado, devendo a descarga nos depósitos subterrâneos realizar-se por meio de mangueiras ou tubos adequados, de modo que os inflamáveis passem diretamente dos recipientes de transporte para o depósito.

§ 1º - Os abastecimentos de veículos serão feitos por meio de bombas ou por gravidade devendo o tubo alimentador ser introduzido diretamente no interior do tanque do veículo.

§ 2º - É absolutamente proibido o abastecimento de veículos ou quaisquer recipientes nos postos, por qualquer processo de despejo livre, dos inflamáveis, sem o emprego de mangueiras.

§ 3º - Para depósitos de lubrificantes, localizados nos postos de abastecimento, serão utilizados recipientes fechados, à prova de poeira e adotados dispositivos que permitam alimentação dos tanques dos veículos sem qualquer extravasamento.

**Art. 824 -** Nos postos de abastecimento equipados com serviços de limpeza, lavagem e lubrificação de veículos, esses serão feitos nos recintos dos postos dotados, para tanto, de instalações adequadas em concordância com determinações da autoridade sanitária municipal, destinadas a evitarem a acumulação de água e de resíduos lubrificantes no solo ou seu escoamento para o logradouro público.



Parágrafo único. As disposições deste artigo estendem-se às garagens comerciais e demais estabelecimentos onde se executem tais serviços.

~~Art. 825 - As infrações deste capítulo serão punidas com multa de 450 (quatrocentos e cinquenta) UFM.~~

Art. 825 As infrações deste capítulo serão punidas com multa de 5000 (cinco mil) UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

## Capítulo VII

### DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, DA INDÚSTRIA, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS

#### SEÇÃO I

##### DO COMÉRCIO LOCALIZADO

Art. 826 - O funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços somente será permitido após a concessão do alvará de localização e do alvará sanitário, quando for o caso (conforme decreto 103/2000 ).

Art. 827 - Para efeito de fiscalização o alvará de localização e o alvará sanitário, quando for o caso, deverão ser conservados no estabelecimento em lugar visível ao público.

Art. 828 - O alvará de localização, bem como o alvará de sanitário somente poderá ser concedido mediante vistoria e aprovação prévia dos órgãos municipais competentes (conforme decreto 103/2000 ).

Art. 829 - O alvará de localização será exigido mesmo que o estabelecimento esteja localizado no recinto de outro já munido de licença.

Art. 830 - A licença poderá ser cassada pela Prefeitura e o estabelecimento fechado imediatamente:

I - se o licenciado usá-la para fins ilícitos ou para atos ofensivos à moral;

II - se o licenciado se opuser, de qualquer modo, à fiscalização;

III - por solicitação de autoridades, fundamentada em motivos justificados;

IV - para reprimir especulações de atravessadores de gêneros de primeira necessidade.

Art. 831 - A autorização a que se refere este capítulo não confere o direito de vender ou mandar vender mercadorias fora do recinto do estabelecimento, salvo a hipótese de agenciamento para encomenda.

Art. 832 - Para a mudança do local do estabelecimento comercial ou industrial e de prestação de serviços, deverá ser solicitada a necessária permissão aos órgãos municipais competentes envolvidos, os quais verificarão se o novo local satisfaz as condições exigidas.

~~Art. 833 - A abertura e o fechamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços serão controlados pelos órgãos municipais competentes e regulamentados por decreto do poder executivo.~~

~~§ 1º - Em casos excepcionais, obedecido o interesse público, o prefeito municipal poderá conceder licenças extraordinárias a estabelecimentos e atividades, alterando por decreto o horário normal de~~

~~funcionamento.~~

~~§ 2º - Fora o horário normal, os estabelecimentos que funcionarem com as licenças extraordinárias, somente poderão vender mercadorias pertencentes ao ramo do comércio, conforme sua licença de localização.~~

**Art. 833 -** Nos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços os dias de funcionamento e o horário de abertura e fechamento são livres, sem restrições, observados os preceitos da Legislações Federais que regulam a duração e as condições de trabalho, bem como, ao disposto na presente Lei. (Redação dada pela Lei Complementar nº 196/2009)

**Art. 834 -** Não é permitida a exposição de mercadorias do lado de fora dos estabelecimentos comerciais, nem o depósito de qualquer objeto sobre o passeio.

Parágrafo único. Não constitui infração o depósito de mercadorias sobre a calçada no momento de desembarque ou embarque das mesmas.

~~**Art. 835 -** As infrações dos dispositivos deste capítulo ficarão sujeitas à multa de 148 (cento e quarenta e oito) UFM.~~

**Art. 835** As infrações dos dispositivos deste capítulo ficarão sujeitas à multa de 300 (trezentos) UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

## SEÇÃO II DO COMÉRCIO AMBULANTE

**Art. 836 -** O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial da Prefeitura, mediante requerimento do interessado.

§ 1º - Caberá ao Município a definição dos locais permitidos para a exploração das atividades mencionadas no caput deste artigo, sendo que as demais regras serão regulamentadas por ato próprio.

§ 2º - A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescrições desta Lei Complementar, da Legislação Fiscal e Sanitária deste Município.

§ 3º - A licença do vendedor ambulante será concedida exclusivamente à quem exercer o mister, sendo pessoal e intransferível.

**Art. 837 -** Deferido o requerimento, a Prefeitura passará um alvará de licença pessoal e intransferível, no qual constarão as indicações necessárias à sua identificação, com o nome e sobrenome, idade, nacionalidade, residência, fotografia, objeto de comércio.

**Art. 838 -** Com o alvará, a Prefeitura fornecerá ao licenciado um cartão indicativo do ramo de comércio ambulante que irá exercer.

§ 1º - Além do cartão, todo o vendedor ambulante é obrigado a trazer consigo o alvará de licença, para apresentá-lo quando for exigido pela autoridade fiscal.

§ 2º - O vendedor ambulante que for encontrado sem este comprovante, ou com ele em situação irregular, estará sujeito à multa e apreensão da mercadoria em seu poder.

§ 3º - As mercadorias apreendidas serão recolhidas ao depósito municipal, e não sendo retiradas mediante o pagamento das multas e emolumentos a que estiver sujeito o infrator, bem como a regularização da licença, terão o destino regulado por dispositivos desta Lei Complementar.

**Art. 839 -** Os vendedores ambulantes não podem estacionar nos logradouros públicos, senão o tempo necessário ao ato da venda.

**Art. 840 -** Ao ambulante é vedado:

I - o comércio de qualquer mercadoria ou objeto não mencionados na licença;

II - a venda de bebidas alcoólicas;

III - a venda de armas e munições;

IV - a venda de medicamentos ou quaisquer outros produtos farmacêuticos;

V - a venda de aparelhos eletros-domésticos;

VI - a venda de quaisquer gêneros ou objetos que, a juízo do órgão competente, sejam julgados inconvenientes ou possam oferecer dano à coletividade.

~~**Art. 841 -** As infrações ao disposto neste capítulo estão sujeitas à apreensão da mercadoria e multa de 134 (cento e trinta e quatro) UFM.~~

**Art. 841** As infrações ao disposto neste capítulo estão sujeitas à apreensão da mercadoria e multa de 270 (duzentos e setenta) UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

### SEÇÃO III DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

**Art. 842 -** Aplicam-se à indústria, no que couber, as disposições sobre o comércio, além das contidas neste capítulo.

Parágrafo único. Para a indústria o horário é livre.

~~**Art. 842 -** No interesse do controle da poluição do ar e da água, a Prefeitura exigirá relatório de impacto ambiental, expedido pela FATMA, sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.~~

**Art. 843** Para controle da poluição do ar, da água e do solo, a Prefeitura exigirá Licenciamento Ambiental, sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

**Art. 844 -** Para efetuar o recolhimento do lixo tóxico proveniente de resíduos industriais a Prefeitura poderá cobrar uma taxa especial de coleta, destinada a equipamento especial.

Parágrafo único. Cabe ao órgão sanitário municipal em conjunto com os demais órgãos competentes a aprovação e a indicação de local adequado para tal fim.

~~Art. 845 - As infrações deste capítulo estão sujeitas à multa de 360 (trezentos e sessenta) UFM.~~

Art. 845 As infrações deste capítulo estão sujeitas à multa de 1000 (mil) UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

#### SEÇÃO IV DOS "TRAILERS" E BARRACAS DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL

Art. 846 - A autorização para funcionamento de trailers, barracas de exploração comercial e similares, será sempre precedida de consulta da viabilidade, aos órgãos municipais competentes.

Art. 847 - Acompanharão o pedido de licença para funcionamento, os seguintes documentos, respectivamente:

I - para a concessão de alvará de localização de trailers e barracas de exploração comercial:

- a) consulta de viabilidade aprovada;
- b) declaração da atividade a ser explorada;
- c) planta ou desenho cotado, indicando a disposição do trailer;
- d) contrato Social ou Declaração de Firma Individual, se for o caso, devidamente registrado na Junta Comercial do estado;
- e) fotografia ou perspectiva externa do trailer a ser utilizado;
- f) licença para funcionamento noturno, expedida por órgão próprio da Secretaria de Segurança e Informações;
- g) título de propriedade, contrato de locação ou documento que habilite a utilização do local, nos casos de terrenos particulares.

Art. 848 - A viabilidade aprovada de que trata o artigo anterior não garantirá a concessão do alvará sanitário municipal, ficando o estabelecimento sujeito ao cumprimento da legislação sanitária vigente.

Art. 849 - O alvará de localização será expedido pela Secretaria de Finanças, em caráter provisório, obedecendo às exigências desta Lei Complementar.

§ 1º - A Prefeitura reserva-se o direito de determinar aos proprietários, através de notificação, a retirada de seu comércio do local, desde que o mesmo seja declarado de utilidade pública.

§ 2º - Em caso de não acatamento à determinação contida no parágrafo anterior, após 30 (trinta) dias de sua notificação, a Prefeitura procederá a remoção dos trailers e barracas de exploração comercial ao seu depósito, incorrendo os infratores em multa cabível.

Art. 850 - A taxa de licença para funcionamento do comércio de que trata esta Lei Complementar, será fixada de acordo com o que estabelece o Código Tributário Municipal.

Art. 851 - O proprietário do trailer e/ou barraca de exploração comercial, obriga-se a retirar diariamente o lixo gerado pela atividade explorada.

**Art. 852 -** Fica proibida a locação do trailer e/ou barraca de exploração comercial e similares a menos de 50,00m (cinquenta metros) de outros congêneres, bem como em locais julgados inconvenientes pela Prefeitura.

**Art. 853 -** Fica proibida a execução de qualquer benfeitoria complementar, sem prévia autorização da Prefeitura.

**Art. 854 -** O Alvará de Licença será válido para o ano fiscal, e somente para o local requerido.

**Art. 855 -** O não cumprimento do que estabelece este capítulo implicará na cassação da autorização de funcionamento.

~~**Art. 856 -** As infrações destes dispositivos serão punidas com multa de 270 (duzentos e setenta) UFM.~~

**Art. 856** As infrações destes dispositivos serão punidas com multa de 540 (quinhentos e quarenta) UFM.  
(Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

## SEÇÃO V DAS FEIRAS LIVRES

**Art. 857 -** A Prefeitura através de seus órgãos competentes determinará, data, local e mobiliário para realização de feiras livres.

Parágrafo único. Cabe ainda a Prefeitura estabelecer regulamentos visando o bom funcionamento das feiras livres.

**Art. 858 -** A nenhum comerciante regularmente estabelecido será permitido vender produtos agropecuários ou outros na feira livre.

**Art. 859 -** Os feirantes deverão ter tabela de preços de seus produtos, observados os tabelamentos oficiais quando houver.

Parágrafo único. Verificada a falta de observância da tabela de preços o feirante fica sujeito a multa prevista e à cassação da licença para vender na feira livre.

**Art. 860 -** A Prefeitura estabelecerá a cobrança de uma taxa pela utilização do local, devendo a limpeza deste, ser efetuada pelos feirantes.

**Art. 861** O horário de funcionamento das feiras será estabelecido por decreto do executivo.

Parágrafo único. A alteração do horário poderá ser solicitada pelos feirantes mediante abaixo assinado contendo no mínimo assinatura de 2/3 (dois terços) dos feirantes cadastrados e em dia com suas responsabilidades junto a municipalidade.

**Art. 862 -** Os feirantes obrigam-se a observar as normas do Código de Defesa do Consumidor, a Legislação Sanitária, bem como cumprirem o horário de funcionamento e atendimento ao público.

~~**Art. 863 -** As infrações destes dispositivos serão punidas com multa de 160 (cento e sessenta) UFM.~~

~~Parágrafo único. Em caso de reincidência, será automaticamente cassada a respectiva licença.~~

**Art. 863** infrações destes dispositivos serão punidas com multa de 320 (trezentos e vinte) UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 312/2015)

## Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 864 -** Os valores constantes na presente Lei Complementar serão corrigidos mensalmente, de conformidade com o índice de correção, UFM (Unidade Fiscal Municipal) fornecido pelo município.

**Art. 865 -** As infrações caracterizadas por lei como infrações sanitárias constituem exceção a esta Lei Complementar e serão tratadas pelo órgão sanitário municipal competente em processo próprio e em conformidade com o disposto em legislação sanitária federal, estadual e municipal.

**Art. 866 -** As normas relativas aos serviços funerários, transportes coletivos urbanos, administração dos cemitérios e táxis, serão objetos de leis ordinárias específicas.

**Art. 867 -** As penalidades referentes às infrações sanitárias são de competência exclusiva do órgão sanitário municipal vinculado a Secretaria Municipal da Saúde.

**Art. 868 -** Esta Lei Complementar entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

**Art. 869 -** Ficam revogadas, a Lei Municipal nº 1110 de 05/07/75, a Lei Complementar 09/95 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL 12 de dezembro de 2006

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

(Vide Leis Complementares nº 172/2007, nº 175/2008, nº 186/2008, nº 187/2008, nº 188/2008, nº 205/2010, nº 220/2010, nº 257/2012, nº 322/2015)

Os anexos encontram-se disponíveis, ainda, no Paço Municipal

Esse conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

**Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 16/01/2019**